**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

ALINE BARBOZA DE LIMA

Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba

Versão Corrigida

São Paulo

2017

Aline Barboza de Lima

Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Território, Agricultura e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

De acordo:

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L732c   Lima, Aline Barboza de
              Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba /
              Aline Barboza de Lima ; orientador Ariovaldo
              Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2017.
              413 f.

              Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
              e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
              Departamento de Geografia. Área de concentração:
              Geografia Humana.

              1. campesinato. 2. monopolização do território e
              territorialização do monopólio.. 3. feiras
              agroecológicas na Paraíba. I. Oliveira, Ariovaldo
              Umbelino de, orient. II. Título.

LIMA, Aline Barboza de Lima.

Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de doutor em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (orientador)

Examinador 1

Examinador 2

Examinador 3

Examinador 4

Para minha mãe Adaluza e meu pai Fernando,
por seus ensinamentos

Agradecimentos

Aos camponeses e camponesas que realizam as feiras agroecológicas e receberam-me de forma tão aberta, permitindo que eu adentrasse nos seus cotidianos.

Ao professor Ariovaldo, pela generosidade com que me recebeu, pela confiança depositada no desenvolvimento da pesquisa e pelo estímulo constante com suas questões, críticas e posicionamentos teóricos. Pela ajuda nos trabalhos de campo por essa Paraíba adentro.

Aos meus pais, Adaluza e Fernando, pelo estímulo e apoio incansável para a realização desse trabalho. Agradeço a compreensão e carinho dedicados a mim nesses anos de formação.

Ao meu esposo Anderson, por essa jornada compartilhada, pelo incentivo dado para realização do doutorado, pela disposição na ajuda mútua, que nos possibilitou momentos de crescimento e aprendizado.

À minha irmã Fernanda e meu cunhado Jailto, pela paciência com que atenderam tão prontamente minhas dúvidas de língua portuguesa e inglesa, pelas revisões ortográficas dos textos, sempre enviados com prazos apertados.

Às amigas do peito Amanda e Rute, pelos momentos de descontração e boas gargalhadas e também pela ajuda para realização desse trabalho.

Às amigas e aos amigos do Gestar, em especial à professora Fátima, pela colaboração com a minha formação. A Salomé, pelos eventos geográficos que compartilhamos.

A Luiz Sena, agradeço pela amizade e aprendizado sobre a construção das feiras agroecológicas na Paraíba. Aos membros da CPT, AS-PTA, Polo da Borborema, Coletivo Regional, Ecoborborema, obrigada pelo auxílio na construção desse trabalho.

Aos companheiros de doutorado da USP, em especial Sandra, pelo acolhimento desde o período da seleção.

Às professoras Marta e Valéria, pelas importantes colaborações dadas durante o exame de qualificação.

Aos funcionários da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, solícitos e eficientes no encaminhamento das demandas.

À UFCG, pelo afastamento concedido para a minha qualificação.

Ao CNPq, pelo financiamento dos estudos.

Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas. O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural.

Papa Francisco,
Carta Encíclica, *Laudato Si'*

RESUMO

A presente pesquisa analisou as feiras agroecológicas realizadas por camponeses no estado da Paraíba, experiência que se constituiu na comercialização direta de alimentos produzidos em assentamentos rurais e pequenas propriedades. Essa iniciativa foi resultado de soluções para problemas provocados pelo uso de agrotóxicos, a venda da produção para atravessadores e a busca pela constituição da vida na terra conquistada. Os camponeses que encabeçaram essa experiência traziam uma vivência de enfrentamento contra os latifúndios improdutivos e oligarquias rurais. Foi na longa trajetória percorrida na luta pela terra que se formaram as bases políticas e sociais no sentido que pretendiam dotar a vida na terra conquistada. Dessa forma, a não utilização de agrotóxicos e de fertilizantes químicos, bem como a recusa em plantar as sementes transgênicas fizeram parte de uma prática agrícola contra-hegemônica, que buscou diminuir a dependência das famílias camponesas dos oligopólios mundiais. Diante disso, objetivamos compreender o protagonismo camponês na luta por condições mais justas no campo, diante da concentrada estrutura fundiária brasileira e dos privilégios governamentais concedidos ao agronegócio. Nesse contexto, identificamos que até concretizarem a realização da primeira feira agroecológica, as famílias camponesas enfrentaram uma série de dificuldades, desde a falta de apoio governamental até a proibição de instalação de feiras em algumas cidades. Mesmo diante das adversidades, constatamos uma série de resultados positivos, como melhoria da saúde das famílias, oferta de alimentos saudáveis para a cidade, melhoria do solo agrícola e aumento da renda familiar. Todavia, apesar das conquistas, o número de integrantes que praticam uma agricultura contra-hegemônica ainda é pequeno diante da agricultura convencional. Dessa forma, a partir dos estudos da geografia agrária, buscamos analisar os processos de monopolização do território e territorialização do monopólio na agricultura, para compreender os processos de criação e recriação do campesinato. Portanto, com base nesses processos, levantamos a tese da possibilidade de superação da condição de subordinação camponesa a partir da realização de projetos como o das feiras agroecológicas, enquanto concepção mais ampla de vida e de transformações sociais, interligadas às discussões da construção da soberania alimentar.

Palavras-chaves: campesinato, feiras agroecológicas, monopolização do território, territorialização do monopólio, soberania alimentar.

ABSTRACT

This research analysed the agroecological fairs held by peasants in the state of Paraíba, as an experience that was constituted in the direct commercialization of food produced in rural settlements and small properties, an initiative that was the result of solutions to issues such as the problems caused using agrochemicals, the sale of production for middlemen and the constitution of life in the conquered land. The peasants who led this experience brought an experience of confrontation against the unproductive latifundios and rural oligarchies. It was throughout the long trajectory crossed in the struggle for land that the political and social foundations were formed in the sense that they intended to endow their life in the conquered land. Thus, the non-use of agrochemicals and chemical fertilizers, as well as the refusal to plant transgenic seeds, were part of an anti-hegemonic agricultural practice that sought to reduce the dependence of peasant families on global oligopolies. Based on this, we aim to understand the peasant protagonism in the fight for fairer conditions in rural, facing the concentrated Brazilian land structure and the governmental privileges granted to agribusiness. In this context, we identified that until the first agroecological fair was held, the peasant families faced a series of difficulties, from the lack of government support to the prohibition of the installation of fairs in some cities. Even in the face of adversity, we have seen many positive results, such as improving the health of families, providing healthy food for the city, improving agricultural land and increasing family income. However, despite the achievements, the number of members who practice an anti-hegemonic agriculture is still small compared to conventional agriculture. Thus, from the studies of agrarian geography, we seek to analyse the processes of monopolization of the territory and territorialization of the monopoly in agriculture, in order to understand the processes of creation and recreation of the peasantry. Therefore, based on these processes, we raised the thesis of the possibility of overcoming the condition of peasant subordination from the realization of projects such as agroecological fairs, as a broader conception of life and social transformations, linked to the discussions of the construction of food sovereignty.

Keywords: peasants, agroecological fairs, monopolization of the territory, territorialization of the monopoly, food sovereignty.

RESUMEN

La presente investigación analizó las ferias agroecológicas realizadas por campesinos en el estado de Paraíba, como experiencia que se constituyó en la comercialización directa de alimentos producidos en asentamientos rurales y pequeñas propiedades, una iniciativa que fue resultado de soluciones para cuestiones como los problemas provocados por el uso de agrotóxicos, la venta de la producción para atravesadores y la constitución de la vida en la tierra conquistada. Los campesinos que encabezaron esa experiencia traían una vivencia de enfrentamiento contra los latifundios improductivos y oligarquías rurales. Fue en la larga trayectoria recorrida en la lucha por la tierra que se formaron las bases políticas y sociales nel sentido que pretendían dotar a la vida en la tierra conquistada. De esta forma, la no utilización de agrotóxicos y de fertilizantes químicos, así como la negativa a plantar las semillas transgénicas formaron parte de una práctica agrícola contrahegemónica, que buscó disminuir la dependencia de las familias campesinas de los oligopolios mundiales. Ante ello, pretendemos comprender el protagonismo campesino en la lucha por condiciones más justas en el campo, ante la concentrada estructura agraria brasileña y los privilegios gubernamentales concedidos al agronegocio. En ese contexto, identificamos que hasta concretar la realización de la primera feria agroecológica, las familias campesinas enfrentaron una serie de dificultades, desde la falta de apoyo gubernamental hasta la prohibición de instalación de ferias en algunas ciudades. Incluso ante las adversidades, constatamos una serie de resultados positivos, como mejora de la salud de las familias, oferta de alimentos saludables para la ciudad, mejora del suelo agrícola y aumento de la renta familiar. Sin embargo, a pesar de las conquistas, el número de integrantes que practican una agricultura contrahegemónica todavía es pequeño ante la agricultura convencional. De esta forma, a partir de los estudios de la geografía agraria, buscamos analizar los procesos de monopolización del territorio y territorialización del monopolio en la agricultura, para comprender los procesos de creación y recreación del campesinado. Por lo tanto, con base en esos procesos, levantamos la tesis de la posibilidad de superación de la condición de subordinación campesina a partir de la realización de proyectos como el de las ferias agroecológicas, como concepción más amplia de vida y de transformaciones sociales, interconectadas a las discusiones de la construcción de la soberanía alimentaria.

Palabras claves: campesinos, ferias agroecológicas, monopolización del territorio, territorialización del monopolio, soberanía alimentaria.

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ADAF - Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Município de Areia

ACISO - Ação Cívico Social do Exército

AGROA - Associação de Agronegócios da Região de João Pessoa

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AMC - Associação dos Missionários do Campo

ASA - Articulação do Semiárido

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

ATER - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAAASP - Central de Associações de Assentamento do Alto Sertão

CAMEC - Central das Associações Comunitárias do Município de Cacimbas

CASACO - Coletivo ASA Cariri Oriental

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CENTRAC - Centro de Ação Cultural

CEPFS - Centro de Educação Popular e Formação Social

CEOP - Centro de Educação e Organização Popular

CFM - Centro de Formação Missionária

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

CNPO - Cadastro Nacional de Produtores de Orgânico

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

COASP - Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul Paraibano

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COONAP - Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CTA - Centro de Tecnologias Alternativas

CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

DAC - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

ECOBORBOREMA - Associação dos Produtores Agroecológicos do Compartimento da Borborema

ECOSUL - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano

ECOVÁRZEA - Associação dos Agricultores da Várzea Paraibana

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMEPA - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba

EMPASA - Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBB - Fundação Banco do Brasil

FEAGRO - Feira Agropecuária Regional de Campina Grande

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FOLIA - Fórum de Lideranças do Agreste

FSC - Forest Stewardship Council

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IBD - Associação de Certificação Instituto Biodinâmico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDS - Instituto de Desenvolvimento Social

IED - Investimentos Externos Diretos

IFBDS - Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social

IFPB - Instituto Federal da Paraíba

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEMA - Instituto Penha e Margarida

IPHAEP - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

LMR - Limite Máximo de Resíduos

MAB - Movimento de Atingidos por Barragens

MACAC - Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MapaSan - Mapeamento da Segurança Alimentar e Nutricional

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MECA - Movimento de Educação do Campo e Agroecologia

MI - Ministério da Integração Nacional

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MMTR-NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

NERA - Núcleo de extensão rural e agroecologia

NFI - Novas Formas de Investimento

OCDE - Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico

OCS - Organização de Controle Social

ODA - Ajuda Oficial ao Desenvolvimento

OGM - Organismo Geneticamente Modificado

ONG - Organização Não Governamental

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas

P1+2 - Programa Uma Terra e Duas Águas

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas

PCPR - Política Pública de Combate à Pobreza Rural

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

PIVAS - Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa

PLANAFORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PMJP - Prefeitura Municipal de João Pessoa

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROALCOOL - Programa Nacional de Álcool

PRODEAGRO - Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso

ProHort - Cooperativa de Produtores Agroecológicos de João Pessoa

PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar

PROPAC - Ação Social Diocesana de Patos

RBG - Revista Brasileira de Geografia

REGA - Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil

Redsag - Rede Nacional de Defesa da Soberania Alimentar na Guatemala

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDURB - Secretaria de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SINITOX - Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas

SisOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produto Interno Bruto (PIB) – 2000 a 2014.....	91
Gráfico 2: Total de estabelecimentos produtores de orgânicos por unidade de federação e estabelecimentos certificados, Brasil – 2006.....	125
Gráfico 3: Perfil de estabelecimentos com agricultura convencional e agricultura orgânica.	127
Gráfico 4: Proporção dos estabelecimentos produtores de orgânicos certificados e não certificados no total de estabelecimentos orgânicos, por grupos de área - Brasil - 2006.....	131
Gráfico 5: Conflitos pela terra no Brasil - 1985 a 2014	157
Gráfico 6: Área dos estabelecimentos agrícolas por hectare nas unidades da federação, distinguindo-se as áreas de agricultura familiar e não familiar.	167
Gráfico 7: Segurança alimentar no Brasil nos domicílios na Paraíba, no Nordeste e no Brasil (%) (2004 - 2009).	168
Gráfico 8: Área dos estabelecimentos agrícolas por hectare na Paraíba - 2006.....	170
Gráfico 9: Número de assentamentos no estado da Paraíba, segundo governo e estágio de desenvolvimento.....	172
Gráfico 10: Violência contra a ocupação e a posse - Paraíba: 1985 – 2014.....	178
Gráfico 11: Violência contra a pessoa - Paraíba: 1985 - 2014.	178
Gráfico 12: Comparação entre o volume comercializado na central de abastecimento de Campina Grande e João Pessoa (1976 a 2013).....	186
Gráfico 13: Criação de feiras agroecológicas organizadas em rede no estado da Paraíba (2001 – 2016).....	218
Gráfico 14: Feiras agroecológicas integrantes das redes na Paraíba por mesorregião (2001 - 2016).....	224
Gráfico 15: Produtores certificados e não certificados nas redes de feiras agroecológicas. ..	228
Gráfico 16: Total de cadastros do tipo OCS por município.	229
Gráfico 17: Total de participantes da delegação paraibana no III ENA por entidade.....	236
Gráfico 18: Renda bruta da feira da Ecovárzea em 2001.	248
Gráfico 19: Espaço ocupado pelas redes de feiras agroecológicas nas cidades.	251
Gráfico 20: Dias da semana e realização das redes de feiras agroecológicas.	253
Gráfico 21: Rendimento anual das feiras da Ecovárzea e Ecosul.	260
Gráfico 22: Precipitação na mesorregião Agreste entre os anos de 2011 e 2015.....	359
Gráfico 23: Efetivo de rebanhos na Paraíba (2011 – 2015).	360
Gráfico 24: Cisternas de placa construídas na Paraíba por órgão executor.....	364

Gráfico 25: Recursos em reais destinados à ASA	365
Gráfico 26: P1+2 por tipo de reservatório na Paraíba.	366
Gráfico 27: Número de homicídios de mulheres no estado da Paraíba (2003-2013).....	379

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estabelecimentos agrícolas convencionais e orgânicos por tipo de atividade econômica desenvolvida.....	128
Tabela 2: Proporção de estabelecimentos produtores de orgânicos no total dos estabelecimentos, segundo os grupos da atividade econômica.	129
Tabela 3: Unidades federativas por estabelecimentos com produção de orgânicos cadastrados	133
Tabela 4: Estrutura Fundiária do Estado da Paraíba – 2006.....	159
Tabela 5: Municípios que receberam recursos para instalação de feiras populares na Paraíba	191
Tabela 6: Projeto Ecoforte (2009-2015).....	219
Tabela 7: Projetos Pais na Paraíba (2009-2015).....	246
Tabela 8: Comparativo de preços praticados na cidade de João Pessoa.	262
Tabela 9: Número de cisternas de placa por órgão executor.	358

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Feiras agroecológicas no estado da Paraíba, 2001 a 2016.	28
Mapa 2: Feiras agroecológicas no Brasil, 2014.....	29
Mapa 3: A agricultura orgânica na União Europeia, 2015.....	103
Mapa 4: Produtores de alimentos orgânicos cadastrados no CNPO no Brasil, 2015.....	138
Mapa 5: Estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares na Paraíba, 2006.....	162
Mapa 6: Estabelecimentos rurais com menos de 200 hectares na Paraíba, 2006.....	163
Mapa 7: Estabelecimentos rurais de 1000 a menos de 2500 hectares na Paraíba, 2006	164
Mapa 8: Estabelecimentos rurais a partir de 2500 hectares na Paraíba, 2006.....	165
Mapa 9: Assassinados em conflitos por terra no estado da Paraíba (1961 - 2013)	180
Mapa 10: Programa Feiras Populares no Brasil (2007- 2010).	190
Mapa 11: Distribuição do total de feiras de produtores e feiras itinerantes na Paraíba, 2016.	196
Mapa 12: Rede de Feiras agroecológicas na Paraíba, 2016	221
Mapa 13: Feiras articuladas pela CPT e Dioceses na Paraíba, 2016.....	222
Mapa 14: Feiras articuladas pelos coletivos sindicais, 2016.....	223
Mapa 15: Feiras agroecológicas e valor do rendimento nominal mediano mensal na Paraíba	257
Mapa 16: Locais de produção da feira agroecológica da UFPB	291
Mapa 17: Destino da produção agrícola do assentamento Apasa, Pitimbu, PB, 2005.....	297
Mapa 18: Incidência de doença pelo uso de agrotóxico no assentamento Apasa, Pitimbu, PB, 2005	300
Mapa 19: Municípios com produção agroecológica destinada à feira agroecológica regional de Campina Grande, PB, 2016.	349

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Mandala no sítio Almeida - Lagoa Seca - PB.....	199
Foto 2: Feira do Produtor na Emater - Cabedelo - PB.....	200
Foto 3: Feira de produtores de Areia - PB.....	201
Foto 4: Ônibus da Prohort na feira itinerante do Bessa.....	205
Foto 5: Ônibus da Prohort na feira itinerante do Bessa.....	205
Foto 6: reinauguração da feira agroecológica de Aparecida.....	259
Foto 7: Sacolas da Ecoborborema na feira agroecológica de Areial.....	260
Foto 8: Cebolinhas agroecológicas na feira da Ecovárzea, R\$ 2,00.....	262
Foto 9: Cebolinha orgânica, R\$ 2,39 (esquerda); cebolinha convencional, R\$ 1,79 (direita) no Supermercado Pão de Açúcar.....	262
Foto 10: Feira agroecológica da Ecovárzea.....	293
Foto 11: Barraca de hortaliças na feira da Ecovárzea.....	293
Foto 12: Tomates na feira da Ecovárzea.....	293
Foto 13: Cultivo de hortaliças no assentamento Apasa para a feira agroecológica do Bessa.....	301
Foto 14: Carregamento do caminhão com produtos para a feira agroecológica do Bessa.....	302
Foto 15: Feira agroecológica do Bessa.....	302
Foto 16: Feira agroecológica de Cajazeiras.....	313
Foto 17: Genival e Marlene Lopes na feira agroecológica de Aparecida.....	313
Foto 18: Banana amadurecida com maracujá para evitar o uso do carbureto. Assentamento Apasa - Pitimbu - PB.....	319
Foto 19: Atividade formativa organizada pela CPT para discutir o cuidado com a natureza.....	322
Foto 20: Feira agroecológica comemorativa do “Dia estadual de combate ao uso de agrotóxicos na Paraíba”.....	328
Foto 21: Faixas e artesanatos na feira comemorativa.....	328
Foto 22: Mudas na feira comemorativa.....	329
Foto 23: Cobertura viva do solo entre as laranjeiras.....	342
Foto 24: Após a campina a cobertura viva torna-se cobertura morta.....	342
Foto 25: Sistema de mandala na propriedade de Sr. Antônio.....	344
Foto 26: Pulverizador de biodefensivos e biofertilizantes.....	345
Foto 27: Vista da feira agroecológica de Lagoa Seca.....	346
Foto 28: Feira convencional no primeiro plano e ao fundo a feira agroecológica.....	347
Foto 29: Cultivo de batatas inglesas na propriedade de Sr. Orlando.....	353

Foto 30: Cultivo consorciado de laranja e feijão na propriedade de Sr. Orlando.....	353
Foto 31: Produção camponesa comercializada na feira agroecológica de Monteiro - PB.	362
Foto 32: Mística sobre os malefícios das cisternas de PVC.....	364
Foto 33: Moradores de Serra Redonda na fila para pegar água.....	367
Foto 34: Barraca com teste de transgenia na I Feira Agroecológica da Juventude Camponesa	373

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama das principais etapas de comercialização de hortifrutigranjeiros.....	183
Figura 2: Diagrama das etapas de comercialização de hortifrutigranjeiros na feira de produtores.	186
Figura 3: Ilustração de canteiro econômico.....	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Feiras agroecológicas no estado da Paraíba	41
Quadro 2: Membros da Via Campesina	141
Quadro 3: Cordel "A luta na Paraíba"	177
Quadro 4: ATES que prestaram apoio às feiras agroecológicas entre 2014 e 2016.....	193
Quadro 5: Associações cadastradas no CNPO na Paraíba em dezembro de 2016.	194
Quadro 6: Feiras fixas da Prohort.....	204
Quadro 7: Feiras itinerantes da Prohort.....	204
Quadro 8: Características presentes nas redes de feiras agroecológicas nas etapas formativas, de produção e comercialização.....	215
Quadro 9: Rede de feiras agroecológicas por ano de criação.....	217
Quadro 10: Redes de feiras agroecológicas por número de famílias e áreas de produção.....	225
Quadro 11: Defensivos naturais utilizados.....	240
Quadro 12: Características organizativas das feiras agroecológicas da CPT.....	316
Quadro 13: Comissões de trabalho do Polo Sindical.	337
Quadro 14: Tecnologias sociais implantadas a partir dos programas P1MC e P1+2.....	355
Quadro 15: Bancos de Sementes Comunitários na Paraíba - 2014	371

SUMÁRIO

Introdução	25
Trabalhos de campo	35
1. O campesinato na sociedade capitalista	43
1.1. Geografia agrária e a teoria da criação e recriação do campesinato.....	45
1.2. O último Marx e a periferia do capitalismo.....	58
1.3. As relações não capitalistas de produção e a acumulação do capital	65
2. Dimensões da mundialização na agricultura e rebatimentos para a produção orgânica e agroecológica	77
2.1. O debate entre a pequena exploração e a grande exploração agrícola	79
2.2. A mundialização do capital e a mundialização da agricultura	86
2.3. A hegemonia dos oligopólios no setor agrícola e a biotecnologia	94
3. As possibilidades de superação da monopolização do território e da territorialização do capital pelo campesinato	105
3.1. Terra, Território e Questão Agrária.....	107
3.2. Produção orgânica e agroecológica no Brasil.....	124
3.3. As práticas agrícolas contra-hegemônicas.....	139
4. Classe camponesa e luta pela terra na Paraíba	147
4.1. Do fim do cambão à luta pela reforma agrária	149
4.2. A unidade de produção camponesa	158
4.3. Caminhos percorridos para a venda direta	182
4.4. O cinturão verde de João Pessoa e a Prohort.....	203
5. Redes de feiras agroecológicas.....	213
5.1. Entidades apoiadoras das redes de feiras agroecológicas.....	217
5.2. Formação e troca de experiências.....	230
5.3. Organização da produção	240
5.4. Comercialização da produção.....	250
6. A CPT e as feiras agroecológicas na Paraíba.....	267
6.1. A CPT na luta pela terra na Paraíba	271
6.2. A feira agroecológica da Ecovárzea: a primeira experiência de comercialização direta de alimentos agroecológicas na cidade de João Pessoa	284

6.2.1. Trocas de saberes: construindo caminhos para a realização da feira agroecológica da Ecovárzea.....	287
6.2.2. A retomada das atividades na UFPB e a reinauguração da feira agroecológica	290
6.2.3. A feira agroecológica Ecosul.....	295
6.3. A CPT no sertão e as feiras agroecológicas	306
6.4. Os caminhos percorridos para realização das feiras agroecológicas	316
7. Os sindicatos rurais e as feiras agroecológicas na Paraíba.....	333
7.1. O Polo da Borborema e o Coletivo Regional	335
7.2. A “feira mãe”: articulação sindical e a feira agroecológica de Lagoa Seca	339
7.3. Articulação regional e a feira agroecológica de Campina Grande	348
7.4. A convivência com o semiárido e as feiras agroecológicas na Paraíba	355
7.5. As sementes da paixão e os fundos rotativos solidários	368
7.6. Mulheres camponesas, sindicalismo rural e as feiras agroecológicas	376
Considerações Finais	391
Referências Bibliográficas	399

Introdução

A presente pesquisa de doutorado partiu da motivação em estudar os camponeses que realizam as feiras agroecológicas no estado da Paraíba, uma experiência de comercialização direta de alimentos nas cidades. O abastecimento das feiras agroecológicas é proveniente de assentamentos rurais de reforma agrária e pequenas propriedades tradicionais, onde predomina o trabalho camponês.

A partir do contato com esses sujeitos sociais, observamos que a implantação das feiras agroecológicas não se restringia a uma experiência de venda direta, mas incorporava questões mais amplas, ligadas diretamente à luta contra a concentração de terras no Brasil, contra a atuação dos oligopólios mundiais no setor agrícola e pelo acesso a uma alimentação de qualidade e condições de vida mais dignas no campo.

Para compreender essas problemáticas, partimos principalmente dos estudos da geografia agrária que se dedicaram ao melhor entendimento das especificidades da classe camponesa e sua organização social (OLIVEIRA, 1990; ANDRADE, 2011). Dessa forma, buscamos compreender a produção camponesa considerando os processos de monopolização do território e territorialização do monopólio na agricultura (OLIVEIRA, 2016a). Nesse sentido, analisamos esses processos sob a perspectiva do conceito de território, construído no âmbito da luta de classes na sociedade capitalista (RAFFESTIN, 1993).

Procuramos ainda nos desprender de concepções apriorísticas, para não fazer dos conceitos amarras pelas quais fossem submetidos o nosso objeto de estudo. Nesse âmbito, optamos pela análise objetiva da realidade, considerando a produção da vida material como condicionante dos processos sociais e políticos (MARX, 1999).

Foi esse caminho teórico que nos ajudou a compreender o protagonismo camponês na construção de um projeto de vida diferenciado, não limitado à comercialização direta, mas ligado a sujeitos sociais que enfrentaram um processo de luta pela terra e por condições de vida mais justas. Nesse percurso, o Estado assumiu muitas vezes um papel de inibidor das transformações sociais, impedindo ou dificultando os avanços dessa experiência.

Em estudo anterior, quando analisamos os impactos das Políticas Públicas de Combate à Pobreza Rural (PCPRs) em assentamentos rurais no estado da Paraíba, observamos que apesar de importantes para a redução das desigualdades sociais, constatamos que não fortaleciam projetos capazes de reverter a pobreza dos assentamentos. As linhas de financiamento destinadas aos camponeses, muitas vezes, não se adequavam às realidades locais

e ao invés de trazerem uma melhora na vida das famílias, causavam seu endividamento nas instituições bancárias (LIMA, 2010; RODRIGUES, 2011).

Por outro lado, desde 2001, algumas famílias de camponeses moradores desses mesmos assentamentos rurais deram início ao projeto das feiras agroecológicas na cidade de João Pessoa e estavam conseguindo realizá-lo de forma exitosa, melhorando os rendimentos das famílias participantes.

A produção agrícola camponesa para abastecimento das feiras agroecológicas foi organizada sem o uso de agrotóxicos, nem fertilizantes químicos e tinha a intenção de eliminar dois problemas principais então vivenciados: a contaminação das famílias camponesas pelo uso de agrotóxicos e a venda aos atravessadores.

Nesse momento, as instituições bancárias negaram qualquer empréstimo ou apoio, cabendo à Cáritas Brasileira a cessão dos recursos iniciais para a implantação das feiras agroecológicas da Ecovárzea e da Ecosul. A quantia conseguida foi de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), um valor que deveria atender todas as famílias do projeto. A título de comparação, nesse mesmo período, o PRONAF A, na linha infraestrutura, destinava entre R\$ 4.000,00 a R\$ 9.500,00 reais individualmente para projetos em assentamentos rurais, conforme consta na Resolução nº 2833 (BRASIL, 2001).

Dessa forma, entre os diferenciais dessa iniciativa, esteve o trabalho conjunto e a motivação dos camponeses para viabilizar a realização das feiras agroecológicas. Por outro lado, nos projetos financiados pelas instituições bancárias via PCPRs, constatamos a ausência de participação dos camponeses nas tomadas de decisão e o descompasso das ações implantadas com as especificidades locais.

Na presente pesquisa, dedicamo-nos a compreender o sentido do protagonismo da classe camponesa no enfrentamento da luta de classes e as possibilidades de superação das condições que a subordinam, cujas experiências em curso possam ser capazes de apontar caminhos de verdadeiras transformações sociais.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas e da falta de apoio das instâncias governamentais, a experiência de comercialização direta de alimentos produzidos sem agrotóxicos, nem fertilizantes químicos nas chamadas feiras agroecológicas, tornou-se bastante exitosa e ampliou-se para diversos municípios do estado.

A partir das duas feiras inauguradas no ano de 2001, contabilizamos até o ano de 2016 um total de 43 feiras agroecológicas no estado da Paraíba e mais 9 edições de uma feira itinerante na cidade de João Pessoa.

Essas 52 feiras agroecológicas encontraram-se distribuídas em 35 municípios, sendo que as cidades de João Pessoa e Campina Grande foram as que apresentaram o maior número de feiras agroecológicas, respectivamente 16 e 3 (Mapa 01).

Cabe destacar que parte da produção também foi destinada para o autoconsumo. Além disso, a maioria das famílias camponesas realizava mais de uma feira agroecológica. Nesse sentido, observamos que as feiras agroecológicas regionais incorporaram uma maior diversidade de camponeses advindos de diferentes municípios, como por exemplo a feira agroecológica regional de Campina Grande e a feira agroecológica da reforma agrária em João Pessoa. Ademais, parte dos camponeses envolvidos nas feiras agroecológicas comercializou nos últimos anos sua produção em outros espaços, como para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Em alguns casos houve ainda a venda nas feiras-livres comuns.

A implantação de políticas públicas de compra direta que incluíram os pequenos produtores no orçamento governamental, mesmo que minoritariamente, trouxe melhoria de rendimentos para as famílias envolvidas. Nesse sentido, diferente do que constatamos na realização das primeiras feiras agroecológicas, houve maior participação do Estado nas feiras agroecológicas mais recentes, via recursos destinados a programas sociais específicos.

Todavia, o Estado continua voltado principalmente para o atendimento do mercado capitalista, beneficiando setores agrícolas que pouco produzem, se levarmos em conta o elevado volume de recursos e terras que concentram (OLIVEIRA, 2016a). Assim, os movimentos sociais do campo, sindicatos rurais e sociedade civil organizada têm conseguido escassos recursos a muito custo, que, juntamente com a pequena quantidade de terras conquistadas na luta pela reforma agrária, apresentam resultados positivos ligados à melhoria de renda das famílias e produção de alimentos de qualidade.

Dessa forma, nos lugares onde a produção camponesa não foi totalmente subordinada ao mercado capitalista surgiram oportunidades de uma organização social da produção não voltada para a obtenção da acumulação do capital.

As feiras agroecológicas estão presentes em todo o Brasil, mas distribuídas de forma bastante irregular, conforme observamos no mapa 02, feito com base nos dados do Mapeamento da Segurança Alimentar e Nutricional - MapaSan, realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. De acordo com esse levantamento, foi contabilizado no ano de 2014, o número de 5.119 feiras livres e 1.331 feiras agroecológicas. Esses valores podem estar subestimados, pois de acordo com o relatório do levantamento publicado pelo MDS, nem todos os municípios enviaram os dados solicitados.

Mapa 1: Feiras agroecológicas no estado da Paraíba, 2001 a 2016.

Mapa 2: Feiras agroecológicas no Brasil, 2014.

Na Paraíba, as experiências mais consolidadas estiveram integradas a um conjunto de ações desenvolvidas por organizações e movimentos sociais do campo. Dessa forma, as feiras agroecológicas paraibanas estiveram ligadas a trajetórias de luta pela terra e enfrentamento das oligarquias locais e das corporações que têm dominado o setor agrícola. Nesse âmbito, foram constituídas iniciativas pautadas em lógicas distintas às praticadas pela agricultura capitalista, baseadas na busca pela independência dos avanços da modernização agrícola e na tentativa de superação das condições de subordinação.

Nesse contexto, as feiras agroecológicas integraram um conjunto mais amplo de iniciativas, traduzidas por um conjunto de experiências como os defensivos naturais agrícolas, a adubação orgânica, os projetos de convivência com o semiárido, os bancos comunitários de sementes, os fundos rotativos solidários, a valorização do trabalho da mulher, dentre outros inúmeros projetos protagonizados pelos camponeses.

Dentre as barreiras que se erguem na contramão das feiras agroecológicas na Paraíba, destacamos a estrutura fundiária concentrada, pois os imóveis com menos de 10 hectares representam 66,32% do total, contudo, ocupam apenas 8,39% da área agrícola, enquanto os imóveis rurais acima de 100 hectares são apenas 8,66% dos imóveis rurais e concentram 65,55% da área agrícola total. Em outras palavras, enquanto 110.928 imóveis pertencentes a agricultores familiares dividem apenas 8,89% de toda a terra agrícola na Paraíba, 7.232 imóveis concentram mais da metade dessa terra. Além disso, comumente esses últimos imóveis pertencem a um reduzido número de famílias (Dados sistematizados do Censo Agropecuário 2006).

Outra problemática enfrentada pelas feiras agroecológicas refere-se ao avanço contínuo de sementes transgênicas no estado, principalmente de milho e feijão. A inserção das sementes em áreas de cultivo tem sido denunciada por movimentos sociais, sociedade civil organizada e Organizações Não Governamentais - ONGs e coloca em risco a conservação das sementes tradicionalmente cultivadas na região pela possibilidade de contaminação genética. Essa é uma ameaça real aos bancos de sementes comunitários que se constituem como repositórios de biodiversidade, cujos grãos são denominados localmente de sementes da paixão. Além disso, o incentivo de técnicos agrícolas governamentais para aplicação de agrotóxicos nas lavouras representa mais um entrave ao desenvolvimento das feiras agroecológicas.

Por meio de trabalhos de campo realizados na Paraíba, constatamos a venda de parte da produção agroecológica dos camponeses para redes de supermercados como Hiperbompreço e Grupo Pão de Açúcar, dentre outros. A venda de parte da produção a esses supermercados ocorre diretamente pelo produtor ou por intermédio de outras empresas que compram a produção aos camponeses e a distribuem. A incorporação da produção agroecológica a circuitos econômicos de redes de supermercado representa uma problemática complexa, que demonstra a face das contradições capitalistas no campo. Essa questão recoloca os entraves ligados à subordinação e extração de parte da renda camponesa à lógica de mercado.

Buscamos compreender esses processos a partir das contradições existentes no desenvolvimento capitalista, consideradas a partir da incorporação das relações não capitalistas de produção. Dessa forma, os estudos de Shanin (1983) sobre a classe camponesa auxiliaram-

nos a pensar a presença dessa classe na atualidade não como uma extemporaneidade, mas articuladamente ao desenvolvimento das forças tipicamente capitalistas.

Luxemburgo (1970) elucidou-nos esse processo através da análise da acumulação do capital, destacando que a passagem da reprodução simples para a reprodução ampliada não ocorria apenas através de relações tipicamente capitalistas, como o assalariamento, mas incorporava relações não capitalistas, demonstrando, por exemplo, o sentido da permanência do trabalho familiar camponês e da exploração do trabalho escravo.

Chesnais (1996) observou que a forma como ocorreu o processo de mundialização do capital comprovou que as relações assalariadas e o desenvolvimento industrial estiveram restritos a partes do planeta. Nas áreas preteridas formaram-se bolsões de pobreza e não havia interesse de aplicação de investimentos de capital externo. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo não possibilitou um acesso homogêneo dos avanços técnicos, restrito a parcelas da sociedade, gerando profundas desigualdades sociais.

No campo da agricultura, enquanto se desenvolviam máquinas e insumos modernos, persistiu o uso de saberes tradicionais e a baixa tecnificação. Em geral, a implantação de avanços técnicos ocorreu para diminuir os custos de produção, todavia, o emprego de relações não capitalistas podia ser menos oneroso para o capitalista, fazendo reproduzir formas degradantes de trabalho.

Para compreendermos essas questões no Brasil, dialogamos com autores como Martins (1995) e Oliveira (1990), que se dedicaram a interpretar a criação e recriação do campesinato brasileiro, considerando suas particularidades e o caráter rentista que a posse da terra adquiriu no país.

Para Martins (1995), a classe camponesa no Brasil tem protagonizado inúmeras lutas, e “Poucos sabem e se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército” (MARTINS, 1995, p. 27).

Nesse sentido, analisamos as lutas camponesas na Paraíba desde o surgimento das Ligas Camponesas até a criação dos movimentos e organizações sociais mais recentes dedicados à luta pela terra no estado. Esse recorte temporal foi delimitado porque a partir dos trabalhos de campo, observamos que os camponeses que atualmente integram as feiras agroecológicas carregam um histórico familiar de luta pela terra, cujas raízes muitas vezes remontam à história das Ligas Camponesas.

Dessa forma, para apreender o sentido social desta estratégia de recriação, compreendemos ser necessário um recorte temporal que abarcasse o processo de luta pela terra.

As experiências das feiras agroecológicas inseriram-se nesse contexto como uma possibilidade de construir um projeto de vida pautado em práticas agrícolas contra-hegemônicas, que permitiriam aos camponeses uma vida mais digna e justa na terra conquistada.

Nesse caminho teórico percorrido, com base nas análises de Oliveira (1990; 2016a), procuramos compreender os processos de monopolização do território e territorialização do monopólio que impactaram ou podiam impactar a construção do projeto das feiras agroecológicas na Paraíba.

Nesse sentido, essa discussão possibilitou-nos compreender o avanço do agronegócio, dos agrotóxicos e dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no campo brasileiro, através da formação dos oligopólios, bem como do crescente interesse da agricultura capitalista pelas práticas agrícolas denominadas alternativas, que combatem o uso de agrotóxicos e OGMs.

Apesar desse avanço do agronegócio, os movimentos sociais do campo têm buscado construir uma agenda de lutas que se contrapõe ao modelo agrícola hegemônico, propondo projetos de vida pautados em outras práticas agrícolas que permitam a construção de um projeto de soberania alimentar.

Por essa razão, no conjunto das feiras agroecológicas analisadas por nosso trabalho, destacamos aquelas que possuíam na trajetória da sua organização um histórico de lutas por justiça social e dignidade no campo. Nesse contexto, sobressaíram-se as feiras agroecológicas organizadas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, sob influência da Teologia da Libertação e da mobilização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as feiras agroecológicas formadas por coletivos sindicais, que através de uma articulação com ONGs constituíram uma pauta de luta também ligada a projetos agrícolas contra-hegemônicos.

Assim, através da realização desse trabalho buscaremos compreender o processo de constituição dessas feiras agroecológicas e as relações sociais de produção estabelecidas pelos camponeses. Analisamos essas temáticas a partir de um contexto mais amplo, compreendendo as ligações das ações locais com outros movimentos sociais do campo, considerando uma agenda de luta comum.

Nesse sentido, compreender a recriação camponesa a partir da experiência das feiras agroecológicas diante de um quadro de estrutura fundiária concentrada e fomento ao agronegócio foi o objetivo central da nossa pesquisa, tendo como um importante eixo de investigação a possibilidade do protagonismo camponês na construção da soberania alimentar.

Essa experiência tem acumulado indicadores positivos ao longo de mais de uma década de existência, relacionados à melhoria da renda das famílias camponesas, recuperação do solo agrícola, recomposição de agroecossistemas, implemento das feiras nas cidades,

disponibilização de alimentos saudáveis, dentre outros aspectos. Todavia, o número de famílias que integra a construção das feiras agroecológicas ainda é pouco expressivo em termos quantitativos.

Apesar de pouco numerosas, essas famílias camponesas que realizam as feiras agroecológicas protagonizaram um projeto diferenciado, pois as relações sociais de produção desenvolvidas com base no trabalho familiar colocaram-nas numa perspectiva diferente das lógicas que movem o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, ao mesmo tempo que essas famílias se negaram a incorporar os aparatos modernos das corporações agrícolas (ou tiveram negado seu acesso a eles), e não seguiram as orientações de governos e instituições bancárias, buscaram construir coletivamente outras possibilidades de vida e existência em comunidade.

Dessa forma, pudemos observar que a mercadoria não regia todas as dimensões da vida humana no cotidiano camponês e as relações de trabalho não eram mediadas pelo lucro. Essa realidade possibilitou-nos constituir a tese da possibilidade de superação da classe camponesa de sua condição de subordinação através do projeto da produção de alimentos saudáveis como o das feiras agroecológicas.

Para tanto, consideramos as análises de Oliveira (1990; 2007a) sobre as transformações territoriais no campo, e os processos de territorialização do monopólio e a monopolização do território. A partir da análise desses processos, buscamos pensar a construção de uma sociedade pautada em lógicas distintas das que regem o desenvolvimento do capitalismo.

Cabe destacar que não se trata de uma volta ao passado ou negação da importância das transformações técnicas obtidas com o avanço do capitalismo, mas considerar o sentido dessas transformações, compreendendo as classes beneficiadas e as classes que se tornaram vítimas dos “avanços e melhorias” do “inevitável” caminho do progresso.

A produção de uma infinidade de mercadorias rapidamente descartáveis, o desperdício de toneladas de alimento, a contaminação do ambiente pelo uso de agrotóxicos, a diminuição da biodiversidade pela difusão dos OGMs são alguns exemplos que demonstraram como um pequeno grupo de favorecidos tem condenado à pobreza, à fome e a doenças a maior parte da humanidade.

Para elucidar esses temas, dividimos esse estudo em sete capítulos. Nos primeiros três capítulos, buscamos apresentar as principais bases teóricas que nos ajudaram a interpretar a realidade pesquisada. Para tanto, esses capítulos encontram-se subdivididos da seguinte forma: **“O campesinato na sociedade capitalista”**, em que, partindo dos estudos da geografia agrária,

fundamentalmente das análises de Oliveira (2007a; 2016b), dialogamos com autores como Shanin (1983), Martins (1986; 1995; 2010), Marx (1990; 1997) e Luxemburgo (1970) para compreender a permanência dos camponeses na sociedade capitalista. Em **“Dimensões da mundialização na agricultura e rebatimentos para a produção orgânica e agroecológica”**, destacaremos a discussão teórica sobre a viabilidade da pequena e da grande exploração sob o desenvolvimento da agricultura no capitalismo, considerando principalmente os estudos de Kautsky (1980) sobre esse tema. Nesse capítulo, analisamos também os estudos de Chesnais (1996) sobre a mundialização do capital e a teoria de Oliveira (2016a), sobre os processos de mundialização do capital na agricultura e os processos de territorialização do monopólio e monopolização do território. No capítulo **“As possibilidades de superação da monopolização do território e da territorialização do monopólio pelo campesinato”**, considerando a discussão de território em Raffestin (1993; 1987), interpretaremos a luta pela terra e a questão agrária no Brasil, cujas discussões de Oliveira (2007b), Martins (2010) e Andrade (2011) auxiliaram-nos a compreender melhor a realidade do campo no Brasil. Apresentaremos dados estatísticos da produção orgânica e agroecológica no Brasil, através do Censo Agropecuário 2006 e do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e finalmente as práticas agrícolas contra-hegemônicas de movimentos sociais do campo e a busca pela construção da soberania alimentar.

Nos capítulos seguintes, dedicamo-nos ao estudo das feiras agroecológicas no estado da Paraíba, dividindo-os em quatro partes: Em **“Classe camponesa e luta pela terra na Paraíba”**, procuramos analisar a luta camponesa pela terra e as dificuldades encontradas para sobreviver no campo, considerando os caminhos percorridos pelos camponeses para realizar a venda direta nas cidades. No capítulo **“Redes de feiras agroecológicas”** destacamos os projetos que formaram uma articulação entre diferentes feiras agroecológicas, bem como as principais entidades apoiadoras. Assim, em **“A CPT e as feiras agroecológicas na Paraíba”** buscaremos elucidar o papel dessa organização para a constituição dessa experiência no estado e finalmente em **“Os sindicatos rurais e as feiras agroecológicas na Paraíba”**, analisaremos a importância da organização sindical no campo para a implantação das feiras agroecológicas.

Antes de adentrarmos nessas discussões, apresentaremos a seguir os trabalhos de campo realizados durante o desenvolvimento da pesquisa, em que buscamos conhecer a realidade vivida pelos camponeses que realizam as feiras agroecológicas no estado da Paraíba.

Trabalhos de campo

O trabalho de campo é um instrumento importante para a realização da pesquisa do geógrafo, pois é a partir dele que podemos nos defrontar com a realidade e sermos capazes de compreender os limites das implicações teóricas existentes.

É bem verdade que seu caráter empirista esteve na matriz de sistematização do conhecimento geográfico e que tempos mais tarde foi responsável pelo próprio questionamento do seu status de ciência.

Nesse contexto, o trabalho de campo foi ora conduzido à centralidade do saber, ora relegado a algo meramente descritivo e secundário, em debates, que, por vezes, reduziam a geografia a uma ciência nomotética ou ideográfica.

Sob o viés da geografia crítica, a prática do trabalho de campo buscou combater a compreensão do sujeito social como mero objeto de pesquisa e evocar a necessidade de retorno dos resultados de pesquisa às populações estudadas. Para superar o empirismo como fim, propôs sua articulação com uma formação teórica contínua (LACOSTE, 2006).

Essa compreensão de trabalho de campo tem norteado nossos estudos, no sentido de construir uma pesquisa com base na realidade e ciente que as análises dela decorrentes podem causar efeitos nas comunidades visitadas. Frisamos que essa postura não nos isenta da busca da verdade, e que, ao contrário disso, aumenta a nossa responsabilidade nas análises realizadas.

Procurei ir a novos locais e revisitar áreas conhecidas, buscando nessa nova etapa compreender o campo estudado, considerando os limites e as aplicações das revisões teóricas que estavam sendo desenvolvidas concomitantemente aos trabalhos de campo.

Nesses momentos, uma diversidade de temas apresentou-se em cada campo realizado, quando busquei fazer questionamentos sobre as relações explicativas desses temas com o meu objeto de estudo e em que medida seria necessário aprofundar-me neles.

Contudo, de acordo com Brandão (2007), o pesquisador por vezes cria uma obsessão pela explicação determinante de seu objeto, o que o leva a ignorar fatos derivativos importantes e articulados à realidade observada. Nesse sentido, analisou que:

Um projeto de pesquisa não diz apenas como aquilo vai ser pesquisado. Uma teoria que fundamenta uma hipótese de pesquisa delimita até o que vai ser visto, ou seja, até aquilo que, dentro de um todo de relações sociais, econômicas e políticas, vai ser intencionalizado pelo pesquisador, vai ser objeto de sua própria atenção, da sua própria maneira de observar. Mais do que isso, dentro de um mesmo marco teórico, de uma mesma pauta teórica, dentro, por exemplo, de uma mesma abordagem estruturalista ou de uma

mesma abordagem dialética, diferentes ênfases podem ser colocadas, e isso é uma coisa que muitas vezes atrapalha as pessoas quando vão fazer pesquisas (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Assim, procurei conduzir o trabalho de campo de forma a ampliar as possibilidades do meu olhar e do meu ouvir, construídos a partir de um contato inicial sem cadernetas de campo, gravadores ou câmeras fotográficas. Nas primeiras visitas, caminhei anonimamente pelas feiras onde ainda não era conhecida como pesquisadora, comprei produtos, observei a oferta e diversidade deles, os preços praticados, conversei com camponeses e fregueses e notei algumas relações estabelecidas entre eles. Após esse contato inicial, passei a realizar meus primeiros registros, com anotações em caderneta de campo e fotografias.

O olhar tem sido tema importante na construção do trabalho de campo, quando o pesquisador deve estar atento ao que se passa ao seu redor. De acordo com Marcos (2006, p.136):

É comum que o pesquisador “apressado em cumprir os prazos acadêmicos”, não respeite o tempo da comunidade que está estudando, veja, mas não olhe, e acabe tirando conclusões apressadas sobre o fato/problema estudado. Mas, o pior de fato é quando ele, com a legitimidade científica de seus estudos garantida, decide dizer aos camponeses o que está certo ou errado, a dizer o que eles deveriam fazer...

A atenção do nosso olhar dedicada a apreender esses momentos contribuiu para o entendimento de determinados aspectos, que, de outro modo, poderiam passar sem registro, sendo essa prática contínua, um caminho para a compreensão dos limites e possibilidades impostos pelo tempo no amadurecimento e na construção da pesquisa.

Dessa forma, busquei conhecer a realidade observada tentando desfazer-me de certezas pré-concebidas. Nos dizeres de Brandão (2007, p. 27) “Ser capaz de fazer com que o próprio trabalho de pesquisa, constantemente reouvido, reavaliado, ali na própria situação de campo ou individualmente ou coletivamente, seja o fio do aprendizado da própria prática de pesquisa”.

Os trabalhos de campo para o desenvolvimento da tese iniciaram-se no ano de 2013, já no primeiro semestre do curso de doutorado. O primeiro trabalho ocorreu no SINGA 2013, quando tive a oportunidade de organizar um trabalho de campo intitulado "Agroecologia na Mata Sul Paraibana", para vinte e um participantes. Na ocasião visitamos o assentamento Apasa, localizado no município de Pitimbu - PB, objeto de estudo de minha pesquisa de mestrado e de conclusão de curso de geografia¹ (LIMA, 2005; 2008).

---

¹Durante a pesquisa de mestrado realizei trabalhos de campo na feira agroecológica da UFPB, na feira agroecológica do Bessa, nas áreas de produção do Assentamento Apasa, em Pitimbu, Assentamento Padre Gino, em Sapé e Assentamento Acauã, em Aparecida. A pesquisa mais detalhada ocorreu no Assentamento Apasa e na

O trabalho de campo realizado durante o SINGA 2013 deu início a uma nova etapa das minhas pesquisas sobre camponeses que realizam as feiras agroecológicas, uma vez que, pela primeira vez, pude apresentar o objeto de estudo ao orientador da pesquisa. Posteriormente a esse trabalho de campo inicial, realizamos um campo exploratório entre 25 a 28 de fevereiro de 2015 também com o orientador da pesquisa, onde fizemos o seguinte roteiro de campo no estado da Paraíba: 1. Feira agroecológica regional da Ecoborborema, feira agroecológica da reforma agrária, feira central e Empasa, no município de Campina Grande; 2. Visita ao assentamento Cajá de Matinhas, município de Matinhas; 3. Feira agroecológica de Massaranduba e assentamento Imbiras, no município de Massaranduba; 4. Feira agroecológica do Bessa e feira agroecológica do Valentina, em João Pessoa.

Após esses primeiros trabalhos de campo, durante as reuniões de orientação da pesquisa, realizamos um planejamento para visitar feiras agroecológicas no estado da Paraíba e algumas áreas de produção. Nesses momentos, buscamos compreender os seguintes aspectos: 1. Feiras com diferentes graus de organização, procurando identificar as mais consolidadas e as menos consolidadas; 2. Tamanho das feiras, por número de família; 3. Ano de criação das feiras, em que buscamos visitar as mais antigas e as mais recentes; 4. Áreas de produção agroecológica, considerando o processo produtivo em assentamentos rurais e pequenas propriedades; 5. Relação de propriedade com a terra, distinguindo a produção capitalista da produção familiar; 6. Tipos e quantidade de produtos cultivados e organização para abastecimento das feiras; 7. Divisão de trabalho familiar; 8. Rendimento das famílias; 9. Entidades apoiadoras e 10. Articulação entre as feiras agroecológicas.

Cabe destacar que, alguns desses aspectos elencados surgiram no decorrer dos trabalhos de campo, conforme conhecíamos as feiras agroecológicas e constatávamos semelhanças e diferenças entre elas. Além disso, foi a partir dos trabalhos de campo que os camponeses indicavam a existência de outras feiras, que ainda não constavam no nosso levantamento e foram sendo incorporadas conforme conhecíamos as experiências em curso. Para estabelecer o total geral de número de feiras de produtores, utilizamos ainda dados de órgãos governamentais como Emater – PB e Incra – PB e revisão bibliográfica (artigos, monografias, dissertações, teses, notícias de jornais e boletins informativos de ONGs).

A partir do conjunto dessas informações, chegamos a um total de 84 feiras de produtores no estado da Paraíba, sendo que dessas, 41 comercializavam parcialmente produtos agroecológicos e 43 exclusivamente agroecológicos. Além das feiras de produtores,

---

feira agroecológica do Bessa, razão pela qual optei em realizar um trabalho de campo durante o SINGA 2013 para o referido assentamento rural.

registramos a realização de 9 feiras itinerantes (realizadas por um ônibus adaptado que circula na cidade de João Pessoa), que não contabilizamos propriamente como feira de produtores, visto que os produtores não vendiam diretamente a produção no ônibus.

Visitamos três feiras de produtores que comercializavam parcialmente produtos agroecológicos: 1. Feira agropecuária regional de Campina Grande – FEAGRO da UFCG; 2. FEAGRO no Parque do Povo e a 3. Feira de Produtores da Emater, em João Pessoa. Todavia, priorizamos os trabalhos de campo para as feiras agroecológicas cujos participantes declaravam comercializar exclusivamente produtos agroecológicos.

Além das áreas de produção já destacadas, visitamos ainda áreas de produção agroecológica no sítio Carrasco, em Queimadas e nos sítios Almeida e Oiti, em Lagoa Seca. Visitamos também a feira itinerante nos bairros de Cabo Branco e Bessa, na cidade de João Pessoa.

Conhecemos cinco camponeses que, além de integrarem as feiras agroecológicas, forneciam parte da produção para empresas que comercializavam produtos orgânicos em supermercados do estado. As principais empresas que atuavam no setor de orgânicos foram a Fazenda Tamanduá e a empresa Hortaliças Sempre Verde.

A fazenda Tamanduá pertence a Pierre Landolt, herdeiro da Novartis, conglomerado químico-farmacêutico. A fazenda localiza-se entre os municípios de Patos e Santa Terezinha, com uma área de aproximadamente 3.000,00 hectares (900 hectares de reserva e 325 hectares de reserva particular do patrimônio natural-RPPN). Além da fazenda Tamanduá, Pierre Landolt possui outra área de produção correspondente à empresa Mocó Agropecuária, com dois lotes situados no Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa (Pivas²).

Além de atuar diretamente na produção e comercialização de produtos orgânicos, a empresa Mocó Agropecuária atua junto aos pequenos produtores, que fornecem hortaliças produzidas muitas vezes através do projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS. Os cadastros de certificação do tipo IBD ligados à Mocó Agropecuária foram encontrados nos municípios de Alagoa Nova, Areia, Emas, Lagoa Seca, Massaranduba, Matureia, Patos, Remígio, Santa Teresinha e Sousa³.

² “O projeto estende-se por uma área total de 6.335,74 hectares (ha), assim distribuídos: 179 lotes de pequenos irrigantes totalizando 992,53 ha; 19 lotes empresariais com um total de 2.336,32 ha; um lote destinado ao INCRA para o assentamento de 141 famílias, ocupando uma área de 1.007,30 ha; lotes destinados à pesquisa, experimentação e extensão rural somando 54,64 ha; 1.879,59 hectares destinados às áreas ambientais e de infraestrutura e corredores da fauna; e 65,36 ha de lote de baixa aptidão à irrigação” (TCE, 2013).

³ Os produtos cadastrados foram: milho; batata-inglesa (tubérculo); mandioca, aipim ou macaxeira (raiz); acelga; brócolis; couve, couve-mineira, couve-crespa ou couve-manteiga; agrião; couve-flor; espinafres (comum, da Nova Zelândia); repolho; rúcula ou pinhão; alface; alho porró; pimentão; quiabo; tomate estaqueado; tomate rasteiro; abobrinha; chuchu; maxixe (fruto); pepino (fruto); nabo; rabanete; batata-doce (raiz); beterraba; cenoura; cebola;

Visitamos a fazenda Tamanduá em 18 de julho de 2013. A empresa possui certificação Demeter (certificação de alimentos biodinâmicos), além da certificação de orgânicos do Brasil e selo IBD. Os produtos cultivados são mangas da variedade *Tommy Atkins* e *Keitt* (vendida *in natura*, em polpa, em farinha de amêndoa de manga, em óleo de manga e em manteiga de manga - usada em cosméticos), mel e variedades de queijos (coalho, ricota fresca, *saint paulin* e *reblochon*, *chevrotrin*), spirulina (em pó e em cápsula). Contava na época com 500 cabeças de gado pardo suíço (corte, leite). Em Sousa, há a produção de outras variedades de frutas como melão japonês, português e espanhol, melancia quetzali e mini melancia sem semente, goiaba e arroz negro e castanho.

Na fazenda Tamanduá, funcionava ainda uma unidade de beneficiamento onde era feita a seleção de mangas nos meses de outubro e novembro (seleção, limpeza e empacotamento) e uma unidade de beneficiamento para a produção de queijos e dos derivados das frutas.

Além da fazenda Tamanduá, visitamos o sítio Ribeiro, em Alagoa Nova, pertencente ao senhor Inácio Lima de Oliveira, que fornece produtos agrícolas para a empresa Hortaliça Sempre Verde, de propriedade de seu genro, Francinaldo Pimentel da Silva.

A empresa Hortaliça Sempre Verde, também localizada em Alagoa Nova, cultivava produtos convencionais e compra produção agroecológica dos parentes, que são fornecedores da empresa. Na organização da produção, encontramos tanto o trabalho familiar camponês, como o trabalho assalariado.

Na parte de produção de hortaliças convencionais, higienização e empacotamento, predominou o trabalho assalariado e na parte de produção das hortaliças orgânicas, predominou o trabalho familiar camponês. Sobre as condições de trabalho na empresa, Justino (2013) constatou que parte dos funcionários recebia menos de um salário mínimo (R\$150,00 por mês para jornadas de seis horas diárias em cinco dias da semana) e a maioria dos funcionários eram agricultores que não possuíam terra.

Esses dois trabalhos de campo foram importantes para compreender o surgimento de processos de territorialização do monopólio e de monopolização do território. No segundo caso, observamos o controle produtivo da agricultura camponesa por parte das empresas, que estabeleciam o tipo de produção a ser cultivada, a quantidade que cada camponês deveria fornecer e determinavam o preço que pagariam pela produção.

Nesse contexto, ocorreu a melhoria de rendimento das famílias mediante o maior volume comercializado. Todavia, observamos a vulnerabilidade dos camponeses quando, por

---

cebolinha (folha); coentro (folha); hortelã-pimenta ou menta (folha); manjerição ou alfavaca (folha); alecrim (flor e folha); pimenta; salsa; alho.

exemplo, ouvimos relatos de encerramento de contratos. Nesses casos, ficou evidente a instabilidade gerada nos processos de monopolização do território e a subordinação camponesa ao processo.

Além disso, constatamos que os produtos com selo de orgânicos comercializados nas redes de supermercado não garantiram que as condições de trabalho estivessem sendo realizadas de forma justa, ou seja, os processos de certificação por auditoria buscaram garantir a não utilização de agrotóxicos e OGMs, mas não levaram em conta as condições de trabalho praticadas.

No caso das feiras agroecológicas, os camponeses decidiam em conjunto as regras de funcionamento para participar da feira, o tipo de produção comercializada e o preço praticado. Dessa forma, as regras estabelecidas buscavam atender ao interesse dos camponeses envolvidos com o projeto.

Os nossos trabalhos de campo voltaram-se para as feiras agroecológicas que constituíram uma organização camponesa pautada na busca por uma vida mais digna no campo, pela produção de alimentos saudáveis e pela valorização do trabalho camponês. Nesse processo, tem ocorrido o enfrentamento de uma série de dificuldades, desde a organização da produção até a comercialização nas cidades. Essas dificuldades geraram tensões estabelecidas interna e externamente aos grupos.

Dessa forma, registramos diferentes posicionamentos dos camponeses em relação à participação nas feiras agroecológicas que, em alguns casos, corresponderam ao processo de formação política em que cada grupo estava inserido e as divergências que surgiram entre si. Observamos que, mesmo com as divergências internas, alguns grupos estavam construindo um caminho ligado às pautas dos movimentos sociais do campo e às discussões que envolvem a construção da soberania alimentar.

Assim, considerando os critérios de quantificação em geografia, podemos considerar o número de feiras agroecológicas como sendo o universo da nossa pesquisa, ou seja, o conjunto de elementos com características comuns. Nesse caso, com base nos estudos de Gerardi (1981), um universo de 45 feiras agroecológicas deverá ter uma amostra de 40 feiras. Assim sendo, considerando a aproximação desses valores com o número total de feiras, optamos por estudar a totalidade das 43 feiras agroecológicas levantadas. Agregando as 43 feiras agroecológicas por principais entidades apoiadoras, organizamos o seguinte quadro:

Quadro 1: Feiras agroecológicas no estado da Paraíba

Entidade	Feiras agroecológicas por nomes populares na Paraíba	Total de feiras
CPT Mata/ CPT Sertão	Feira agroecológica da UFPB, feira agroecológica do Bessa, feira agroecológica do Equilíbrio do Ser - Bancários, feira agroecológica da reforma agrária do Ponto Cem Réis (João Pessoa); feira agroecológica de Caaporã; feira agroecológica de Pedras de Fogo; feira agroecológica de Itabaiana; feira agroecológica de Sobrado; feira agroecológica de Sapé; feira agroecológica de Jacaraú; feira agroecológica de Cajazeiras; feira agroecológica de Aparecida.	12
Ecoborborema/Polo da Borborema/AS-PTA	Feira agroecológica de Lagoa Seca; feira agroecológica da Estação Velha, feira agroecológica do colégio CEM, Catolé (Campina Grande); feira agroecológica de Remígio; feira agroecológica de Solânea; feira agroecológica de Alagoa Nova; feira agroecológica de Massaranduba; feira agroecológica de Esperança; Feira agroecológica de Queimadas; feira agroecológica de Arara; feira agroecológica de Areial; feira agroecológica de Casserengue.	12
Coletivo Regional/PATAC	Feira agroecológica de Cubati; feira agroecológica de Tenório; feira agroecológica de Soledade e feira agroecológica de Juazeirinho.	4
ASA/Projeto Dom Helder Câmara	Feira agroecológica de Sumé; feira agroecológica do Congo; feira agroecológica de Monteiro e feira agroecológica de Livramento.	4
INCRA/IPEMA/COONAP	Feira agroecológica de Alagoa Grande; feira agroecológica da reforma agrária de Campina Grande; feira agroecológica de Bananeiras.	3
SEBRAE	Feira agroecológica do Bairro dos Estados; feira agroecológica DNOCS.	2
EMATER	Feira da agricultura familiar de Areia; feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Patos; feira Agroecológica de São Sebastião de Lagoa de Roça; feira Agroecológica de Serraria.	4
PMJP	Feira agroecológica dos Bancários; feira agroecológica do Valentina.	2

Fonte: Trabalhos de campo, 2013 - 2017. Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

Dessas 43 feiras exclusivamente agroecológicas, visitamos um total de 38 feiras. Nas feiras que não visitamos pessoalmente, buscamos informações a partir de levantamento bibliográfico e junto às entidades apoiadoras. Foram elas: feira agroecológica de Casserengue; feira agroecológica do Congo; feira agroecológica de Sumé; feira agroecológica de Patos; feira agroecológica de Tenório e feira agroecológica de Juazeirinho.

Além das feiras agroecológicas, como já destacamos, visitamos três feiras de produtores que vendiam parcialmente produtos agroecológicos e duas edições da feira itinerante

em João Pessoa, totalizando 43 feiras visitadas. Em algumas dessas feiras agroecológicas realizamos mais de um trabalho de campo, para acompanhar melhor o seu cotidiano.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE 2010, a Paraíba contava com uma população rural de 927.850 pessoas, enquanto a população urbana era de 2.838.678, totalizando 3.766.528 habitantes. A população urbana concentrou-se em algumas cidades, assim, dos 223 municípios que compõem o estado, 90 apresentaram população rural superior à população urbana. Apenas 4 municípios tinham mais de 100.000 habitantes (Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita), 137 municípios tinham menos de 10.000 habitantes e 69 municípios menos de 5.000 habitantes.

Dessa forma, em boa parte dos municípios visitados, a vida urbana desenvolveu-se em vilarejos com pouca infraestrutura e serviços escassos. Em geral, numa rua central e proximidades, localizavam-se os pequenos comércios, a sede da prefeitura, a sede do sindicato rural, uma agência bancária, uma lotérica, uma agência dos Correios, igrejas e um mercado público. Na maior parte deles não havia shopping centers, cinemas, redes de *fast food*, grandes redes varejistas nem hipermercados. A escassez era ainda maior nas áreas rurais, onde em muitas casas não havia água encanada.

Todavia, a falta de acesso à infraestrutura e serviços típicos da sociedade urbana não tem impedido que as populações do campo enfrentem cada vez mais problemas com a violência e o tráfico de drogas. A insegurança de algumas áreas rurais tem levado algumas famílias a manterem uma casa na cidade e permanecerem com o trabalho no campo. Dessa forma, o cotidiano desses pequenos municípios possui uma ligação aproximada entre o campo e a cidade.

Com exceção de João Pessoa e Campina Grande, a maioria das feiras agroecológicas estiveram distribuídas nesses pequenos municípios. Os moradores indicavam-nos o local exato de funcionamento das feiras e de longe avistávamos as barracas verdes dispostas em algum ponto nas pequenas cidades.

Procuramos conhecer a realidade dessas feiras não apenas através das lideranças camponesas, mas mantendo diálogo com os integrantes de uma forma geral. Assim, observamos diferentes experiências pessoais, rendimentos obtidos e importância para as famílias na participação das feiras. Essa diversidade de experiências das famílias camponesas nos ajudou a compreender aspectos da construção do projeto das feiras agroecológicas, os desafios enfrentados, as contradições e possibilidades de superação. Conforme buscaremos elucidar no presente estudo.

1. O campesinato na sociedade capitalista

Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais bases teóricas e conceituais da pesquisa desenvolvida, cuja referência principal pautou-se nas discussões existentes no âmbito da geografia agrária, da sociologia rural e da economia política.

Dialogamos com autores cuja tradição na geografia evidenciaram um esforço em compreender a realidade social numa perspectiva de mudança, considerando para tanto uma prática científica comprometida com a sociedade. Esse posicionamento partiu do entendimento de que a construção do conhecimento científico não é neutra e pode afetar a sociedade, tanto positivamente como negativamente.

Buscamos ainda compreender os camponeses que fazem parte das feiras agroecológicas a partir da teoria da criação e recriação do campesinato, na intenção de refletir sobre a existência desses sujeitos sociais enquanto classe na sociedade atual. Nesse sentido, as relações não capitalistas de produção permitiram-nos pensar essas questões considerando o desenvolvimento do capitalismo a partir de uma lógica contraditória, desigual e combinada.

Essas questões são fundamentais para pensar o sentido revolucionário que possa existir no âmbito da classe camponesa, uma vez que as suas práticas agrícolas contra-hegemônicas podem representar possibilidades de construção social para além da sociedade do capital.

A compreensão dessa temática é indissociável da Questão Agrária no Brasil, que se configura a partir da não realização da reforma agrária e do caráter rentista que a terra adquiriu no país. Nesse âmbito, a classe camponesa tem lutado para ter acesso à terra e para nela permanecer, buscando em alguns momentos a construção de um projeto de libertação que permita uma existência com dignidade.

O presente capítulo encontra-se dividido em três itens: em **Geografia agrária e a teoria da criação e recriação do campesinato**, buscaremos analisar a inserção do método dialético na geografia agrária brasileira numa perspectiva histórica; no item **O último Marx e a periferia do capitalismo**, procuraremos destacar alguns pontos dos últimos textos de Marx sobre a comuna russa para a compreensão da classe camponesa na sociedade capitalista. No último item: **As relações não capitalistas de produção e a acumulação do capital**, analisaremos as relações não capitalistas de produção no Brasil e a compreensão da sua existência a partir da análise da reprodução ampliada do capital em Rosa Luxemburgo.

1.1. Geografia agrária e a teoria da criação e recriação do campesinato

Ao longo de seu processo de sistematização, a geografia foi algumas vezes reduzida a uma discussão dual, que antepunha as correntes de pensamento determinista e possibilista. Com efeito, esse debate terminou por obscurecer as demais pesquisas pautadas em distintas construções teóricas.

Sobre essa questão, é interessante destacar as análises de Lacoste (2005) a respeito dos aspectos principais da obra *L'homme et la terre* de Elisée Reclus, em que Lacoste demonstrou a atualidade e relevância dos estudos contidos nessa obra, cujo escopo foi desvanecido pela hegemonia do pensamento lablachiano, consolidado pelo famoso *Tableau de la géographie de la France*.

Lacoste (2005) apresentou Reclus como um geógrafo completo, que antecipou muitos dos temas que viriam a se tornar centrais nos estudos da geografia décadas mais tarde. O não reconhecimento de sua obra foi avaliado por Lacoste (2005) a partir de sua própria negligência com o livro *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)*, de Vidal de La Blache, que considerou como um trabalho verdadeiramente geopolítico, mas que por não ter conhecimento desse estudo não a tomou como base de avaliação crítica em seu famoso livro *La géographie, ça sert d'abord à faire la guerre*.

O autor considerou que o desconhecimento ou esquecimento dessas obras não foi algo casual, sendo na sua avaliação, sobretudo, resultado de interesses e rivalidades não apenas circunscritas ao âmbito universitário, mas também referente a interesses de dirigentes e corporações.

Para Oliveira (2007a), no Brasil, os estudos acerca da geografia tradicional reduziram-se ao embate entre determinismo e possibilismo, não revelando outras raízes existentes como a oposição entre materialismo e idealismo nas ciências humanas. Nesse contexto, o autor destacou que:

Essa postura, em primeiro lugar, retira a discussão do campo da filosofia, em que ela deve ser feita, e remete-a à análise da realidade (relação entre a sociedade e a natureza) vista quase que exclusivamente entre geógrafos. Em segundo lugar, remete a origem da geografia, exclusivamente, ao positivismo. Em terceiro lugar, continua desconhecendo as possibilidades de existência de uma terceira raiz do pensamento geográfico, construída sob a influência da dialética (OLIVEIRA, 2007a, p. 66).

Essas reflexões nos ajudaram a considerar os estudos desenvolvidos pela geografia agrária dentro de um panorama de transformação do conhecimento científico. Nesse sentido, é

notório que a geografia agrária no Brasil foi fortemente influenciada pelo positivismo e pelo historicismo, parte expressiva da produção geográfica esteve ligada a essas correntes de pensamento. Contudo, de acordo com Oliveira (2007a), o método dialético também esteve presente na raiz da produção geográfica brasileira, embora seja menos citado nos estudos sobre história do pensamento geográfico, como explicou a seguir:

Trazida pela influência do pensamento marxista, a dialética como corrente de pensamento da geografia agrária está na base de um conjunto de trabalhos de Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade, Pasquale Petrone, Léa Goldenstein, Manuel Seabra, entre outros. Essa influência tem sido marcada por princípios que sustentam esta escola de pensamento. Pode-se destacar entre os mesmos o condicionante histórico e social do pensamento, portanto o seu caráter ideológico de classe. Com o marxismo, começa a batalha pelo desmascaramento do discurso pretensamente neutro e objetivo presente no positivismo e empirismo lógico, e mesmo no historicismo (Oliveira, 2007a, p. 69).

Oliveira integrou o chamado Movimento de 1978, denominação geral dada às mudanças de cunho crítico ocorridas na geografia, que se processavam desde os anos 1960 e desencadearam a reestruturação da Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB e mudanças na produção científica, abrindo mais espaço para pensamentos de orientação marxista (OLIVEIRA, 2008a).

Em sua tese de doutorado, intitulada "Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: Crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen", no ano de 1979, desenvolveu uma crítica à teoria de Von Thünen, frequente nos estudos de Leo Waibel, estudioso até então bastante influente nos estudos agrários desenvolvidos por vários teóricos.

Nesse trabalho, publicado em Oliveira (2016b), partindo da interpretação dos escritos de Marx, buscou compreender as bases históricas da Alemanha entre o final do século XVI ao século XIX. Esse recorte temporal possibilitou-o analisar as influências desse período histórico no desenvolvimento dos estudos de Von Thünen, uma vez que este nasceu na Alemanha no final do século XVIII.

Em pleno processo de desenvolvimento do capitalismo em países como França, Inglaterra e Holanda, a Alemanha viu sua economia decair e o regime feudal se fortificar. Seu estado de fragmentação, a diminuição da importância de cidades como Gênova e Veneza, a guerra dos 30 anos e seu desenvolvimento desigual, foram alguns dos elementos que fizeram com que se fortalecessem os *junkers* e os camponeses sem terra fossem cada vez mais explorados. Nesse período, o Nordeste da Alemanha, onde viveu Thünen, alcançou o desenvolvimento máximo da economia senhorial (OLIVEIRA, 2016b).

Dessa forma, a adoção de incrementos da agricultura moderna nas grandes propriedades rurais da Alemanha foi permeada de tensões e incertezas da nobreza, que temia perder as condições que possibilitavam sua hegemonia. No início do século XIX, as transformações em curso geraram uma acelerada expansão da industrialização da Alemanha, que conviveu com as estruturas arcaicas existentes.

De acordo com Oliveira (2016b), para compreender as teorias desenvolvidas por Von Thünen, foi necessário compreender esse contexto histórico em que nasceu e viveu o fazendeiro ligado à aristocracia rural, mas também conhecedor das experiências do liberalismo econômico. Nesse contexto, sua posição social levou-o a desenvolver uma teoria voltada para atender os interesses da burguesia alemã:

Assim, podemos comprovar claramente que o conceito de racionalidade em Von Thünen, não é mais nada do que a necessidade de tornar sua totalidade harmônica sob a égide do capitalismo. O que implica numa racionalidade, onde o objetivo fundamental é maximizar os lucros às custas de uma minimização dos custos. Mas, para que isto ocorra, é imprescindível que haja harmonia na sociedade, que as relações de produção não sejam contraditórias, que o trabalhador receba a parte que a "natureza lhe destinou", etc. ... Então, podemos afirmar também, que Thünen procurava mascarar as relações de exploração da burguesia sobre o proletariado, porque só é possível maximizar os lucros aumentando a taxa de mais-valia, quer absoluta, quer relativa. Portanto, não pode haver harmonia dentro das relações de produção capitalista (OLIVEIRA, 2016b, p. 218).

Assim, Oliveira (2016b) seguiu analisando a obra de Von Thünen, trazendo à tona as contradições e diferenças existentes em suas teorias. Mereceu destaque a explanação concedida à renda da terra, em que demonstrou que Thünen igualou a renda da terra absoluta à renda diferencial⁴, retirando da primeira a teoria do valor fundada no trabalho.

Além disso, mesmo em relação às explicações sobre a localização das terras, estas não estavam ligadas à renda da terra diferencial, uma vez que não distinguiam “a taxa de lucro médio e o lucro suplementar, produto das rendas diferenciais” (OLIVEIRA, 2016b, p. 220). Chegando à conclusão que “Thünen procura mascarar as relações sociais de produção e tenta encontrar leis eternas e naturais para a agricultura” (OLIVEIRA, 2016b, p. 221).

O método de análise desenvolvido por Von Thünen partiu da idealização de uma cidade, cercada por uma exploração racional agrícola, cuja melhor localização poderia gerar o máximo lucro possível, formulando daí sua teoria do Estado Isolado.

---

⁴ “Devemos lembrar que, a renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção, enquanto que a renda da terra ou como prefere Kautsky, renda territorial absoluta, resulta da posse privada do solo em oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade” (OLIVEIRA, 2016b, p. 219).

Além de buscar caminhos para aumentar os lucros, essa teoria visava encontrar um salário natural. Assim, Oliveira (2016b, p. 241) destacou que “[...] devemos sempre ter em mente o objetivo da produção da obra de Thünen, que é descobrir o 'salário natural'; que garantirá o fim das contradições entre o trabalhador e o patrão” (OLIVEIRA, 2016b, p. 241).

A obra de Thünen influenciou fortemente os estudos geográficos, pois:

Se podemos compreender, no essencial, o porquê do desenvolvimento da teoria locacional em vários países do hemisfério norte, podemos, também, compreender porque a obra de Thünen passa a ser importante para a própria Geografia e particularmente para a teoria locacional.

Se, ideologicamente, o que é validado cientificamente em Economia são os neoclássicos: se Thünen é um precursor desses neoclássicos, nada mais coerente do que os teóricos da teoria locacional passarem a falar a mesma "língua". Importante passava a ser a questão referente ao "status científico", debater internamente suas questões mais profundas, com uma posição estratégica nos currículos escolares, tornando o aparelho ideológico escolar "eficiente", do ponto de vista das questões relativas aos espaços. Agora a questão é servir a nação, "participar do planejamento", quando não “fazer o planejamento”. Assim, estava alçado o voo político, o "Estado", o aparelho de estado jurídico político, tinha finalmente os fundamentos científicos "para realizar um dos princípios fundamentais da etapa monopolista do modo de produção capitalista: a intervenção na economia, principalmente para remover os "famosos desequilíbrios regionais".

Alcançado este objetivo supremo, passou-se a buscar "santidade" filosófica à agora "nova ciência" e iniciar um trabalho profundo, visando remover a velha ideologia, (chamada de velhos princípios superados dos livros didáticos e dos currículos de nossas universidades) substituindo-a pela "nova ordem", pela "nova Geografia” (OLIVEIRA, 2016b, p. 337).

A partir dessa análise desenvolvida por Oliveira (2016b), compreendemos sua crítica à chamada “Nova Geografia”, que teve em Felizola Diniz um dos principais contribuidores no âmbito da geografia agrária brasileira, que almejava que seus estudos servissem de guia no desenvolvimento dos estudos agrários. Analisou ainda os trabalhos de Antônio Olívio Ceron, que buscava em Thünen modelos teóricos para a análise das atividades agrícolas. Sobre a produção desse conhecimento científico, observou que:

Parece-nos que a produção desta “ciência” que está acima de tudo e de todos, esconde nada mais, nada menos, do que a criação de um segmento da sociedade com o poder de conduzir dentro da "racionalidade científica" os destinos dessa sociedade. São os "todo poderosos" tecnocratas que hoje ocupam posições de destaque em muitas nações capitalistas e mesmo socialistas. Este segmento está, a nosso ver, lutando pelo poder, travando uma luta política no mais elevado sentido do conceito, escudando-se na pseudo-neutralidade política, que lhes confere a legitimação e validação científica da "ciência" que produzem. Como tal, são "instrumentos" importantes para os regimes de força, que viram fracassar suas imposições pela ideologia mesmo

comprometida com a repressão. São estes “cientistas” os melhores representantes da tecnocracia, que tudo tem feito para, não só incentivar, como apoiar os governos militaristas tão em voga hoje na América Latina (OLIVEIRA, 2016b, p. 347).

Tal como observou Lacoste (2005), a aceitação de certas teorias em detrimento de outras não foi produto do acaso ou do desconhecimento, mas de decisões racionalizadas que buscavam atender a interesses muito específicos. Nesse sentido, no tocante à geografia agrária brasileira, Oliveira (2016b) desnudou o caráter neo-kantiano da obra de Thünen e os interesses locais com a replicação dessas ideias.

Sobre a busca por modelos ideais na obra de Thünen, Oliveira (2016b, p. 368) observou que:

Ver modelo na obra de Thünen, quer nos parecer, necessita de um "a priori". Embora se possa discutir, até que ponto, o método de Thünen não se compara aos métodos dos modelos normativos ou probabilísticos atuais. Mas a diferença do ponto de vista do discurso é diferente, pois este processo só se completa com a abstração da tese central da obra de Thünen para obter-se o "sobre produto" "Estado Isolado". A grande questão que se coloca é sobre a finalidade imediata do modelo que visa "permitir resposta automáticas do comportamento econômico, em condições de perfeitas racionalidade e maximização de renda". Essa afirmativa evidencia o seu comprometimento ideológico com a ideologia das classes dominantes. Pois o objeto dos modelos espaciais é alcançar um sistema espacial ótimo. Idealizado este sistema ótimo, passa-se a operá-lo e como consequências têm que a maximização dos lucros obtidos com o modelo implica em uma maior taxa de exploração da burguesia sobre a classe trabalhadora, contribuindo para aumentar ainda mais a desigualdade social. Logo estes modelos devem ser compreendidos no universo do arsenal ideológico capitalista cujo objetivo é a eficácia do modo de produção, e do ponto de vista do conhecimento que é "santificado" filosoficamente pela corrente neo-positivista.

A aplicação desse modelo frutificou em muitos estudos da geografia que ganharam notoriedade nas publicações da Revista Brasileira de Geografia (RBG) alimentada pelos geógrafos do IBGE, cuja prática científica nem sempre se calcava na busca da verdade, mas frequentemente na construção de justificativas para as políticas estatais. Sobre os estudos desenvolvidos por Pedro Pinchas Geiger a respeito da distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole paulistana, observou que:

Assim procedendo, chegou-se às unidades (municípios) que serviram como "amostras da realidade a serem analisadas" e demonstrar a validade da "teoria de Von Thünen". Mas, continuamos a nos perguntar: isto é um teste para o modelo de Von Thünen? Salvo engano, não vimos tal procedimento em nenhuma das obras consultadas. Realmente, devemos considerar o trabalho de Geiger, P.P. et al, como uma inovação metodológica que os neo-positivistas devem incorporar para chegar à produção "científica" com poucos recursos humanos e financeiros. Porém, na realidade, a nosso ver tudo não passa de

uma "brincadeira" validada como científica, onde participam: mapa, compasso, régua, alguns conhecimentos de estatística e geometria e através de uma boa dosagem de humor alcança-se o "conhecimento" (OLIVEIRA, 2016b, p. 388).

A crítica desenvolvida por Oliveira (2016b) na aplicação imprecisa da teoria de Thünen nos estudos geográficos partiu da constatação da distância e pouca intimidade existente na replicação dos estudos de Thünen, de onde dificilmente poderia sair uma refutação pela inadequação da aplicação do modelo.

Por outro lado, quando o autor analisou os estudos de Léo Waibel, demonstrou a influência weberiana na sua obra, por onde a aplicação da teoria de Von Thünen nos seus estudos poderia ser melhor compreendida. Sendo assim, observou que as posições idealistas assumidas por Waibel fizeram parte da oposição à escola determinista e à reafirmação da cientificidade das ciências humanas.

É, portanto, nesse processo latente de discussão e busca de novos caminhos para a Geografia e, por que não, para as ciências humanas em geral que devemos entender a incorporação de Thünen por Waibel, L. Sua coerência na incorporação é incontestável e de uma lógica impecável. Não podemos esquecer também que essa incorporação exemplificada na sua base teórica tem que ser compreendida dentro da realidade alemã da época e porque não da crise que vivia a economia capitalista. O que nos leva, a ter que admitir que as buscas das construções ideais são típicas dos períodos de crise, que são na realidade a sua base material, e isso podemos ver em Thünen, em Waibel, e nos adeptos da "nova Geografia" (OLIVEIRA, 2016b, p. 422).

Oliveira (2016b) reconheceu a importância de Léo Waibel para a geografia agrária, tanto na sua obra, como na formação de um conjunto de estudiosos brasileiros influenciados por ele, dentre os quais destacou a contribuição de Orlando Valverde.

O rigor com que Valverde conduziu suas pesquisas levou-o a questionar a validade da aplicação dos conceitos e métodos vigentes para a compreensão da realidade que observava. Essa postura possibilitou-o caminhar em direção à uma teoria do materialista histórico, por onde demonstrava o peso dos aspectos históricos e econômicos na formação das paisagens. Assim, do neo-kantismo de Von Thünen e do weberianismo de Léo Waibel, Valverde construiu suas reflexões tendo por base o materialismo histórico, permeadas das contradições presentes nos conceitos utilizados, advindos de seus mestres.

As transformações em curso na geografia e o interesse pela explicação da localização como ferramenta para o planejamento inseriram-se no contexto histórico brasileiro e no lugar que a geografia buscava ocupar, dando relevância aos temas regionais, ao planejamento e à

colonização. Nesse sentido, houve espaço para assimilação por parte de muitos geógrafos da teoria do Estado Isolado de Von Thünen e da teoria da polarização desenvolvida por François Perroux. Sobre essa questão, Oliveira (2016b, p. 441) observou que:

Esta incorporação acrítica por nossa parte, naquele momento fundamentava e dava respaldo à nossa postura frente à realidade no Estado de São Paulo. A “febre” desenvolvimentista que assolava o país na época, e as tentativas imperiosas de firmarem-se os geógrafos como profissionais no planejamento eram as balizas históricas do processo de pensar na Geografia que assumíamos.

Dessa forma, Oliveira (2016b), com base no estudo da obra de Marx e trilhando o método dialético, constatou que esse caminho o conduzia a respostas diferentes das que poderiam ser alcançadas a partir da aplicação da teoria do Estado Isolado de Von Thünen. Assim, através de uma ampla revisão bibliográfica, lançou luz às escolhas teóricas dadas aos estudos geográficos no Brasil.

Nesse sentido, entendemos que o pensamento dialético, embora sempre presente ao longo do processo de sistematização do conhecimento geográfico, passou a ganhar mais espaço nos estudos geográficos a partir de finais da década de 1970 e a geografia agrária no Brasil, em particular, com a produção de geógrafos como Pasquale Petrone, Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade e mais recentemente com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, sendo neste último onde encontramos uma ruptura com o regionalismo e a constituição de pesquisas voltadas para o entendimento das lutas de classe.

A partir, principalmente, dos anos de 1970, Oliveira introduziu nos estudos geográficos conceitos e teorias que convergiram para essa linha de pensamento. Em se tratando da geografia agrária, em particular, convém enfatizar a sua abordagem sobre a teoria da criação e recriação camponesa, desenvolvida em diálogo com autores como José de Souza Martins, Teodor Shanin, Rosa Luxemburgo, Karl Marx, dentre outros.

Dessa forma, sob o materialismo histórico, Oliveira deu continuidade as suas pesquisas e também orientou inúmeros estudos a partir dessa base teórica, por onde foram tratados diversos aspectos da questão agrária no Brasil.

Oliveira (1990) destacou que o estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção gerou interpretações diversas, que o autor agregou em três correntes principais: *a destruição dos camponeses e a modernização do latifúndio*: os primeiros estariam fadados à extinção pela incapacidade de resistir ao avanço do capitalismo, e o segundo deixaria de existir pelo desenvolvimento do processo de modernização, transformado em empresa rural; *a permanência*

das relações feudais: compreendendo a existência dos camponeses e dos latifúndios como permanência de relações feudais de produção; *a criação e recriação do campesinato e do latifúndio*: compreendendo que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção, permanecendo então o camponês e o latifúndio. Nossa pesquisa transcorrerá à luz das discussões desenvolvidas a partir da terceira abordagem, ou seja, da criação e recriação do campesinato e do latifúndio.

De acordo com Shanin (1983), o campesinato como fenômeno social específico possuiu como núcleo a unidade doméstica camponesa, que se constituiu como característica geral presente em muitas sociedades camponesas de todo o mundo. Nesse sentido, o trabalho familiar realizado na unidade doméstica era suficiente para atender as suas necessidades básicas e cumprir exigências com os poderes econômicos e políticos. Ou seja, “*La unidad doméstica era la unidad básica da producción, consumo, posesión, socialización, sociabilidad, apoyo moral y ayuda económica mutua*” (SHANIN, 1983, p. 55).

Considerando a sociedade camponesa russa entre os anos de 1910 a 1925, que constituía mais de 80% da população do país, Shanin (1983) observou que a exploração típica camponesa correspondia em média a uma área entre 2 a 6 hectares cultivados com técnicas agrícolas e equipamentos que permaneciam invariáveis ao longo dos séculos.

Dentro da unidade doméstica camponesa, os membros da família diferenciavam-se hierarquicamente por gênero e idade. O chefe de família estava no topo da hierarquia, os filhos jovens homens ficavam sob o domínio do pai até constituírem suas famílias, enquanto que as mulheres eram consideradas cidadãs de segunda categoria.

As características da organização dessas unidades domésticas diferiam da racionalidade imposta à exploração da propriedade capitalista, conforme destacou Shanin (1983, p. 57):

La determinación de objetivos guiados por el consumo, los métodos productivos tradicionales, el empleo de trabajo familiar, el bajo grado de comercialización de los productos y la falta de controles contables, en términos monetarios, convertía a la unidad doméstica camponesa en una unidad productiva completamente diferente de la ‘racional’ empresa capitalista.

Esses fatos definiram uma sociedade e cultura camponesa que possuíam um tipo genérico encontrado de forma semelhante em todo o mundo, onde com certo grau de autossuficiência manifestou-se a vida em comunidade, entendida por sua vez como sendo:

Una comunidad puede ser definida como un grupo humano, con una base territorial, unido por lazos de interacción social e interdependencia, por un

sistema integrado de normas y valores aceptados, y por la percepción de sus diferencias con respecto al resto de los grupos configurados sobre líneas semejantes (SHANIN, 1983, p. 60).

De acordo com Shanin (1983), as comunidades camponesas russas foram constituídas no contato pessoal habitual, endogamia, uniformidade de valores, atitude conformista, solidariedade de grupo e igualdade ideológica. A coesão social se constituiu pela baixa mobilidade territorial, contato pessoal de caráter primário, falta de anonimato, divisão de trabalho reduzida e cooperação simples. Todavia, a vida na comunidade não significava ausência de conflitos, pois *“la vida de la aldea está lejos de ser un refugio rústico de igualdad, estabilidad y amor fraternal”* (SHANIN, 1983, p. 61)

Para Shanin (1983), os conflitos na comunidade não representavam uma patologia, ao contrário disso, desempenhavam um dinamismo e uma estrutura social que formavam as características específicas da sociedade camponesa. Nesse sentido, os valores tradicionais e os objetivos produtivos orientados para o consumo distanciavam o objetivo da produção para ganhos monetários, sendo, portanto, os conceitos de economia clássica insuficientes para análise da economia camponesa.

Para compreender as particularidades da economia camponesa, Shanin (1983) analisou os processos de diferenciação socioeconômica do campesinato russo, considerando para tanto a mobilidade cíclica segundo a qual:

[...] una sociedad campesina es el balance neto de las oscilaciones de sus unidades domésticas campesinas integrantes. Las formas de movilidad de las unidades domésticas campesinas muestran una heterogeneidad prácticamente ilimitada y pueden ser analizadas según una multiplicidad de vías (SHANIN, 1983, p. 115).

Shanin (1983) analisou a mobilidade cíclica do campesinato a partir dos movimentos ascendentes/descendentes e centrífugos/centrípetos relacionados tanto à mobilidade das unidades domésticas como da unidade campesina em seu conjunto. Essa dinâmica particular das unidades campesinas foi denominada em alguns estudos russos como "alterações orgânicas" (*organicheskie izmeneniya*). Essa expressão referia-se ao aparecimento ou desaparecimento de uma unidade doméstica camponesa em uma comunidade, que compreendia os processos de partição, fusão, cisão e migração das unidades domésticas.

As alterações orgânicas estavam relacionadas ao tamanho e riqueza das unidades domésticas, sendo os extratos mais ricos mais suscetíveis à divisão e os extratos mais pobres à fusão, cisão e emigração. Em relação aos índices de extinção e fusão, estes eram mais altos em situações nas quais existiam viúvas, casal de idosos e homens solteiros, sendo o número de

trabalhadores adultos masculinos um fator significativo na mobilidade cíclica da Rússia entre os anos de 1920 a 1924.

No caso da divisão de terras, essa não foi ligada exclusivamente aos aspectos econômicos, visto que sua realização geralmente não trazia vantagens de crescimento econômico, mas atendia aos ajustes realizados a partir do estabelecimento de uma unidade doméstica própria, madura e independente.

No tocante à migração, poderia ocorrer sobre distintas maneiras, como a emigração ao exterior, migração campo-cidade e colonização de novas terras. Shanin (1983) analisou que as mudanças orgânicas e a divisão das terras não eram suficientes para uma explicação completa da mobilidade das unidades domésticas camponesas, *“Así pues, debe aceptarse como un hecho la existencia de otro componente real e importante de la movilidad, al cual nos referiremos en lo sucesivo como el componente residual de la movilidad”* (SHANIN, 1983, p. 147).

Diversos estudos buscaram estabelecer um marco geral para compreensão desse componente residual das mobilidades das unidades camponesas, que seguiram em sua maior parte uma análise monística resultante em estudos que Shanin (1983) classificou em dois grupos principais: o determinismo biológico e determinismo econômico. No grupo do determinismo biológico, estavam aqueles que compreendiam que as unidades domésticas camponesas consistiam num reflexo do ciclo biológico de crescimento e declínio das famílias e suas necessidades de consumo. Dentro dessa concepção, Shanin (1983) classificou os estudos de Chayanov (1913)⁵, avaliando que:

La teoría general de Chayanov sobre la economía campesina y su movilidad fue validada empíricamente – o por lo menos ejemplificada por medio de estudios presupuestarios de carácter intensivo en 101 unidades campesinas [...]

Sin embargo, la evidencia aportada por Chayanov fue puesta en entredicho por un grupo de investigadores opuestos a su posición teórica (SHANIN, 1983, p. 153).

De acordo com Shanin (1983), o determinismo biológico buscou desenvolver um conceito de tipo ideal de unidade doméstica camponesa, livre das influências de mercado, concepção que foi considerada por vários estudiosos como enganosa e pouco realista. Para o grupo do determinismo econômico, o autor observou que as explicações tendiam a demonstrar como a economia de mercado influía na mobilidade das unidades domésticas camponesas que, ao maximizarem seus ganhos, transformar-se-iam em empresas capitalistas.

---

⁵ Chaynov. *Ocherki po teorii trudovogo khozyaistva* (1913) apud (SHANIN, 1983).

Na visão de Shanin (1983), para interpretar a mobilidade das unidades camponesas, além da estrutura social que consiste numa integração entre unidade familiar e produção, é necessária uma terceira característica fundamental: *La unidad doméstica campesina funciona como una pequeña unidad de producción de recursos muy limitados, estando sujeta en gran manera a las poderosas fuerzas de la naturaleza, el mercado y el Estado* (SHANIN, 1983, p.161).

A pequena exploração camponesa, encontra-se vulnerável aos fenômenos da natureza como alterações do clima, as trocas realizadas entre os setores urbanos-rurais pela oscilação de preços e a intervenção estatal em questões como impostos e concessão de créditos.

La crisis y los golpes de fortuna, lejos de ser sucesos extraordinarios, constituían parte integral de la vida campesina. Por consiguiente, estos factores singulares y los impactos idiosincráticos que las tendencias económicas generales, determinadas exógenamente, produjeron en las explicaciones individuales deben haber sido responsables de la movilidad socioeconómica de las unidades campesinas (SHANIN, 1983, p. 164).

Dessa forma, a compreensão da mobilidade camponesa, a partir dos estudos de Shanin (1983) buscou superar o paradigma estrutural das ciências contemporâneas, a tendência de procurar um modelo único e geral explicativo e as particularizações limitantes. Para isso, partiu de uma análise multidirecional da mobilidade cíclica camponesa dentro de um determinado contexto histórico.

Em se tratando das origens sociais do campesinato no Brasil, estiveram ligadas à população denominada bastarda, ou seja, mestiços de brancos e índia excluídos da herança e “dos excluídos e empobrecidos pelo morgadio, regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro” (MARTINS, 1995, p.32).

Nesse sentido, o camponês no Brasil não foi reconhecido como dono de terra, mas como morador, agregado, parceiro, posseiro, meeiro, foreiro, arrendatário, dentre outras formas que o camponês tem se submetido para ter acesso à terra. Essas relações forjadas no início do processo colonizador permaneceram praticamente inalteradas até os dias de hoje, consolidadas pela inexistência de uma reforma agrária consequente e pela retenção integral da renda camponesa da terra.

O tráfico negreiro e o trabalho escravo eram exatamente os fatores que retiravam da colônia qualquer caráter feudal. Permitiam que, ao invés da metrópole tirar renda da terra através de uma elite territorial, de um monopólio de classe ou de um monopólio estritamente estamental sobre o solo, tirasse renda na circulação, fazendo o escravo produzir renda capitalista antes de produzir mercadorias, cobrando tributo antes da produção e não da produção, como ocorria com a renda feudal, deslocando o problema da renda (colonial)

da produção para a circulação das mercadorias, no caso o escravo. Com isso, a independência do território, em 1822, não representou um colapso para as relações coloniais. O monopólio da terra não se constituía na condição do trabalho escravo; ao contrário, a escravidão é que impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar uma economia paralela, livre da escravidão e livre, portanto, do tributo representado pelo escravo, pago pelos fazendeiros aos traficantes, já que a concorrência do trabalho livre tornaria economicamente insustentável o trabalho escravo (MARTINS, 1995, p. 37).

Esse sujeito social apareceu nas diferentes regiões brasileiras sob diferentes designações. Foi chamado de caipira, roceiro, rústico, tabaréu, bronco, caboclo, matuto, jeca, dentre outros. Nomes que expressam regionalidades e modos de vida, mas que também denotam preconceitos e segregações sociais (WANDERLEY, 1996).

O camponês no Brasil difere do camponês europeu principalmente na sua relação com a terra, pois enquanto na Europa o camponês é expropriado da terra a partir do avanço do capitalismo no campo e da intensificação da industrialização e urbanização, no Brasil, desde o início do processo colonizador, o camponês integrou a estrutura social sem ter acesso à terra como proprietário, condição ratificada pelas elites agrárias com a Lei de Terras de 1850.

A relação dos camponeses com a terra é um elemento de fundamental importância na compreensão desses sujeitos sociais, bem como o surgimento das relações capitalistas de produção que redefiniram o lugar social dessa classe. De acordo com Marx (1996), ao incorporar as duas formas originais de riqueza, a força de trabalho e a terra, o capital incorporou significativa força de expansão, permitindo aumentar a acumulação para além dos limites de sua própria riqueza.

A partir do surgimento das relações capitalistas de produção na Europa, as relações de trabalho baseadas no regime de servidão transmutaram-se em diferentes formas, via de regra, subordinando a produção camponesa ao capital. Essa subordinação ocorreu, sobretudo, pelo significado que a terra passou a ter nesse novo contexto social.

Esse processo de subordinação camponesa pelo capital não ocorreu, nem ocorre, de forma pacífica, são numerosos os registros de resistência camponesa insurgidos sob diferentes formas: religiosas, pré-políticas, políticas, e comumente através de lutas populares. Essas lutas nem sempre são associadas aos camponeses por aqueles que as estudam, muitas vezes são interpretadas como eventos pontuais dissociados e sem relevância histórica. Sobre essa questão, Martins (1986, p. 26) apontou que “A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores da Igreja, é uma história urbana, uma história dos que mandam e particularmente, uma história dos que participam do pacto político”.

Dessa forma, a luta camponesa pela terra, ou para nela permanecer, comumente foi ocultada pelo sentido diverso que a ela foi dado. No Brasil, os movimentos messiânicos, o banditismo social e as ligas camponesas exemplificam essa realidade (MARTINS, 1995).

De forma geral, essa concepção legou ao campesinato um papel secundário na organização da luta contra o capitalismo. Os partidos políticos e movimentos sociais, muitas vezes, enxergavam os camponeses como algo extemporâneo, em vias de extinção, que só poderiam ter papel revolucionário deixando de existir enquanto classe.

Uma dessas interpretações de camponeses enquanto massa indiferenciada e sem articulação foi atribuída a Marx pelos seus intérpretes, na sua conhecida analogia sobre os camponeses enquanto saco de batatas, incapazes de constituir uma interação social entre si.

Contudo, analisando esses escritos de Marx, foi possível compreender que o autor se referia a uma situação específica na França, no caso, o apoio camponês dado a Luís Bonaparte, na sua ascensão ao poder em 10 de dezembro de 1848. Nesse sentido, o autor destaca que o apoio dado a Luís Bonaparte advinha tão somente do "camponês conservador", e não do "camponês revolucionário". Essa interpretação expôs a oposição entre os interesses da classe camponesa e da burguesia, pois, "A burguesia, é bem verdade, deve forçosamente temer a estupidez das massas enquanto essas se mantêm conservadoras, assim como sua clarividência, tão logo se tornam revolucionárias" (MARX, 1997, p. 130).

O desenvolvimento econômico da pequena propriedade modificou a relação desses camponeses com as demais classes sociais na França. De acordo com Marx, a opressão da aristocracia formada pelos senhores de terra nos feudos foi substituída pela exploração do capital burguês nas pequenas propriedades, empobrecendo os camponeses cada vez mais. Dessa forma:

Os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como ao tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso, os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no *proletariado urbano*, cuja tarefa é derrubar o regime burguês (MARX, 1997, p. 132).

Nesse âmbito, ao longo do século XX, diversas interpretações sobre a liderança do proletariado urbano na condução dos movimentos revolucionários buscaram atribuir aos camponeses sempre um papel secundário, negando ou diminuindo sua importância nos acontecimentos políticos.

1.2. O último Marx e a periferia do capitalismo

A afirmação contida no prefácio da primeira edição de O Capital de que “O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” (MARX, 1996, p. 30), foi amplamente aceita e aplicada por vários autores a países com diferentes características históricas.

Nesse sentido, Shanin (1990a) avaliou que a epistemologia materialista do volume I do Capital não atentou contra o núcleo central do evolucionismo, arquétipo intelectual amplamente influente naqueles tempos. Todavia, considerou que a formação dialética de Marx afastou-o das respostas unilaterais próprias dos esquemas evolucionistas.

Assim, Shanin (1990a) constatou que nos estudos de Marx ficou expresso “a coexistência mundial de formas sociais potencialmente progressivas com outras formações ‘ahistóricas’ essencialmente estáticas” (SHANIN, 1990a, p. 16) nas quais “o capitalismo aparece como um unificador mundial que arrasta as sociedades ahistóricas do despotismo ocidental pela via do progresso” (SHANIN, 1990a, p. 17).

Para Shanin (1990a), quatro marcadores políticos e intelectuais apareceram no pensamento de Marx: 1. A Comuna de Paris; 2. A pré-história; 3. As sociedades rurais enredadas no capitalismo e 4. As particularidades da sociedade russa. Sendo esse último marcador fundamental para compreensão das transformações interpretativas dos últimos escritos de Marx com o volume I do Capital.

Os textos de Marx foram rapidamente difundidos entre os estudiosos russos, tanto que, O Capital foi traduzido para russo 10 anos antes de ser traduzido para a língua inglesa. Marx dedicou-se nos seus últimos anos de vida a compreender melhor a sociedade russa, buscando inclusive dominar o idioma, prática que costumava seguir para ler textos originais e conhecer melhor a realidade de outros países, bem como de intelectuais que vinham há algum tempo interpretando O Capital.

Shanin (1990a) analisou que dois principais grupos russos desenvolveram interpretações a partir dos escritos de Marx: os populistas e os marxistas. Dessa forma, mesmo considerando o aspecto difuso e impreciso desses termos, Shanin (1990a) observou que, enquanto os populistas (narodnistas) tiveram em Chernyshevski um dos pensadores basilares do partido Vontade do Povo, os marxistas encontraram em Lênin os principais argumentos contra os populistas.

Cabe destacar a ressalva que Shanin (1990a, p. 21) fez sobre o uso do termo populista pelos marxistas, em que fez a seguinte análise:

La obra principal de Lenin, a partir de la cual generaciones de socialistas aprendieron su terminología rusa, usaba ‘populismo’ como una etiqueta para un par de escritores que en aquella época pertenecían al sector de extrema derecha de los populistas, equivalente a utilizar el término marxismo para los llamados ‘marxistas-legales’ de Rusia.

No livro em questão, intitulado *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, os populistas alvos da crítica de Lenin foram Danielson e Vorontsov. Todavia, Lenin, que admirava o trabalho de Chernyshevsky, na luta contra o Partido Socialista Revolucionário que se reivindicava herdeiro desse autor, classificou-o como “um revolucionário democrático”, retirando assim o termo “populista” (SHANIN, 1990a).

Sobre a corrente narodnista, Guzman e Molina (2005, p. 21) analisaram que:

No interior desse heterogêneo conjunto de correntes com múltiplas diferenças e correntes internas, surge uma dinâmica que permite diferenciar uma etapa de gênese representada por Herzen e Chernychevsky, um período clássico em que Takchev, Lavrov, Mikhailovsky e Bervi-Flerovsky se destacaram como fundadores de uma teoria do campesinato, e uma efêmera práxis revolucionária como etapa final. Paralelamente, se constituiu um ramo anarquista (ou anarquismo agrário) cunhado teoricamente por Bakunin e Kropotkin. Apesar de sua marcada diversidade, os dois traços que caracterizam seu pensamento global são: por um lado, sua rejeição a propagação do capitalismo que já atingia uma dimensão hegemônica na Europa Ocidental; e, por outro, o desejo de que a Rússia saltasse a etapa capitalista para atingir uma sociedade mais justa, socialista, sem a desorganização do campesinato. Para isso, elaboraram uns esquemas teóricos nos quais eram admissíveis diversas vias, substantivamente diferenciadas, na rota para o progresso do processo histórico. Ao eleger tais vias, introduziram, como uma variável de análise, o bem-estar social do povo, ao qual subordinaram os demais objetivos de sua investigação. Um terceiro traço do populismo russo, plenamente expresso pela Vontade do Povo, era a admissão de que o Estado czarista era o maior inimigo do povo russo já que, enquanto na Europa Ocidental eram as classes latifundiários que exploravam o campesinato, na Rússia era o próprio Estado que definia e criava as classes exploradas contemporâneas, convertendo-se assim na principal força capitalista.

Sinteticamente, podemos analisar que, enquanto os populistas revolucionários enxergavam no atraso do desenvolvimento das forças capitalistas na Rússia uma oportunidade de transformação direta (sem passar pelo capitalismo) para o socialismo, os marxistas compreendiam que era necessário fazer avançar o capitalismo e promover a revolução do operariado.

O domínio político e a supremacia do marxismo leninista⁶ (mesmo que em alguns casos à revelia do próprio Lênin) abafaram o potencial revolucionário populista, através da perseguição de seus membros, condenados à morte, ao cárcere ou ao exílio na Sibéria. Bettelheim (1976), analisando a luta de classes na União Soviética, avaliou as mudanças na posição de Lênin sobre o papel dos camponeses na revolução. Disso, pudemos destacar que:

A partir de uma análise sem dissimulações de um fracasso reconhecido como tal, e tratado como uma experiência científica, como um processo objetivo de que se faz o balanço, é que ele me dará um passo decisivo para a retificação das relações do partido bolchevista com o campesinato. Como veremos, é aprofundando a análise rigorosa dos erros cometidos durante o “comunismo de guerra” que, no período de 1921 a 1923, Lênin abre perspectivas radicalmente novas à política camponesa da ditadura do proletariado. Assim fazendo, realizar em várias etapas uma retificação considerável de parte de suas concepções concernentes às relações do proletariado e do campesinato. A profundidade dessa retificação é tão grande que não permite considerar o conjunto dos textos anteriores de Lênin sobre os problemas camponeses como se exprimissem ainda as conclusões a que chega no momento em que faz um balanço de 5 anos de revolução (BETTELHEIM, grifos do autor, 1976, p. 320).

A debilidade da saúde de Lênin nos seus últimos momentos de vida e a sua morte favoreceram o avanço stalinista e o desvanecimento dos seus últimos escritos a respeito dos camponeses:

Após o desaparecimento de Lênin, suas últimas orientações não serão seguidas, na prática, por aqueles que assumem o controle total da direção do partido. Essa observação vale tanto para diretrizes gerais – que constituem uma nova estratégia destinada a permitir a condução do campesinato pobre e médio pela via do socialismo - quanto para as indicações de ordem organizacional.

Não é, portanto, surpreendente que, após a morte de Lênin Politburo e o Comitê Central decidam ocultar do partido a existência desses últimos textos, os quais constituem aquilo que passou a se chamar de “testamento” (BETTELHEIM, 1976, p. 391).

Dessa forma, a comuna campesina russa foi vista pelos seus opositores como uma criação do Estado Czarista para governar e cobrar impostos do campo, enquanto que para os populistas revolucionários consistia numa sobrevivência da organização social do comunismo primitivo, uma sociedade com potencial revolucionário.

---

⁶ Guzmán (2006) diferencia pensamento leninista de marxismo leninista, enquanto o primeiro seria as ideias desenvolvidas pelo próprio Lenin, o segundo corresponde a “*una ideología política surgida desde 1925, mediante la forma de dominación política que adoptó el socialismo real con la ditadura stalinista. [...] Mientras que Lenin estaba aún dispuesto a aceptar revisiones de su teoría, sobre la base de las circunstancias empíricas, con Stalin la doctrina de la visión del mundo quedo congelada em dogma durante el período de la construcción de un socialismo burocrático de Estado*” (GUZMÁN, 2006, p. 134).

A vertente mais radical do narodnismo russo não foi combatida somente pelos marxistas legais, mas pelas próprias dissidências surgidas dentro dessa corrente. Nesse sentido, para Shanin (1990a) o desafio mais significativo não partiu do enfrentamento da ala da direita, nem da esquerda bakuniana, mas dos moderados, formados pelos “populistas legais”, voltados para serviços educacionais e cooperativas.

Além disso, uma dissidência do partido Vontade do Povo formou o partido Partilha Negra, liderado por Plejanov, Axelrold, Deich e Vera Zasulich. Como não obtiveram êxito com a criação do partido Partilha Negra, declararam-se a favor do marxismo, do socialismo científico e da necessidade da fase capitalista para a revolução do operariado.

Diferente do que ocorreu com O Capital, as cartas em que Marx deixou registradas suas análises sobre o tema foram abafadas pelos marxistas russos. Essa negação dos escritos de Marx deu-se pelo fato de alguns estudiosos de sua obra chegarem, muitas vezes, a conclusões não aceitas por ele. Shanin (1990a) enfatizou essa discordância lembrando a frase de Marx quando declarou não ser ele próprio marxista se, para tanto, precisasse concordar com muitos dos seus intérpretes.

De acordo com Wada (1990), o contato de Marx com os escritos de Chernyshevski marcou uma mudança no pensamento de Marx sobre o desenvolvimento das comunas rurais na Rússia:

Sin embargo, su posición comenzó a modificarse como resultado de las discusiones que sostuvo con German Lopatin, que visitó a Marx en julio de 1870 y que, mientras se quedaba con Marx para trabajar en la traducción rusa de El Capital, habló muy elogiosamente de Chernyshevski [...] y consideró que el autor era muy capaz. Luego, parece haber comenzado a leer un artículo de Chernyshevski sobre el campesinado, aunque no sabemos cuál de ellos en particular. Sin embargo, no hay duda de que la lectura de este artículo fue un punto de inflexión; Marx comenzó a considerar al populismo y a la comuna rural rusa desde una perspectiva diferente (WADA, 1990, p. 66).

Analisando as conclusões alcançadas por Shanin (1990a) e Wada (1990) sobre os últimos escritos de Marx, Sayer e Corrigan (1990) teceram algumas críticas sobre as interpretações a que chegaram esses dois autores. Para Sayer e Corrigan (1990), na ânsia em encontrar rupturas e inflexões no pensamento de Marx, Shanin (1990) exagerou no peso que deu às influências evolucionistas no volume I de O Capital.

Por sua vez, considerando as análises de Wada (1990), os autores discordaram de sua avaliação sobre a mudança de posição nos últimos textos de Marx sobre o fato de que “[...] *el socialismo suponía niveles de producción social que solo el capitalismo (hasta entonces)*

había demostrado ser capaz de alcanzar” (SAYER; CORRIGAN, 1990, p. 105). Para eles, a partir dos últimos textos de Marx não seria possível dizer que o mesmo mudou de posição.

Assim, mesmo concordando com alguns aspectos elucidados por Shanin (1990a) e Wada (1990) sobre a perspectiva de Marx em relação a via Russa, não enxergaram nisso uma ruptura entre o jovem Marx e o velho Marx, mas principalmente elucidações de sua própria obra. Os autores analisaram que:

El ‘último Marx’, entonces, es un recurso fundamental y escandalosamente abandonado por los socialistas de hoy. En parte, esto sucede por las razones que da Shanin, en parte por las razones que nosotros hemos desarrollado aquí. Los últimos escritos de Marx contienen mucho de nuevo y extremadamente no-ortodoxo, y ni qué decir tiene que sumamente pertinente para nuestra propia situación. Una vez dicho esto, sería una pena enorme que la reivindicación de Shanin del último Marx (unida, tal vez, a la reciente calificación, realizada por E.P. Thompson, de los Grundrisse y de El capital como una ‘anti-economía’ política) tuvieran efectos negativos sobre la valoración de El Capital, del mismo modo que la periodificación de Althusser los produjo durante un cierto tiempo sobre la valoración de los primeros escritos de Marx. Argumentar la existencia de una continuidad fundamental en el trabajo de Marx desde los años 1840 a los años 1880 no es negar el descubrimiento ni el desarrollo. Marx era especialmente capaz de aprender. Lo que afirmamos es una continuidad en sus preocupaciones; y el verdadero valor de los últimos escritos de Marx reside en que nos ayudan a ver dónde está ese valor (SAYER; CORRIGAN, 1990, p. 121).

Nesse sentido, considerando os autores citados que se debruçaram sobre os últimos escritos de Marx, apesar de algumas divergências, observamos que houve uma concordância ou aproximação sobre os motivos que levaram esses textos a serem tão pouco divulgados e sobre a importância dos mesmos para a análise de países onde o capitalismo não se desenvolveu de forma semelhante aos países da Europa ocidental.

Os escritos de Marx sobre os camponeses russos ficaram registrados nas correspondências trocadas entre ele e Vera Zasulich, que lhe escreveu em 16 de fevereiro de 1881. Em sua carta, Vera Zasulich solicitou um esclarecimento a Marx sobre o destino da comuna rural russa. Para tanto, destacou que para alguns revolucionários russos existiam condições possíveis para a organização coletivista da comuna russa, que precisaria antes ser libertada da opressão da nobreza.

Por outro lado, Vera Zasulich advertiu-o que alguns de seus intérpretes se proclamavam marxistas e condenavam a comuna rural a uma forma arcaica que deveria ser destruída para alcançar o socialismo, argumento usado com frequência e respaldado por eles através de O Capital.

Todavía, Vera Zasulich não encontrava ela própria tais fundamentos nesse livro e não se convencia de que tais conclusões poderiam ter sido retiradas da obra de Marx, buscando assim esclarecer tais fatos indagando diretamente ao próprio autor.

A resposta de Marx chegou algumas semanas depois, numa carta enviada em 8 de março de 1881. Nas poucas linhas enviadas a Vera Zasulich, Marx negou que em seu trabalho existisse uma “inevitabilidade histórica” na evolução do capitalismo em todos os países do mundo, uma vez que sua análise se referiu ao ocorrido na Europa Ocidental.

Marx escreveu quatro rascunhos da carta enviada à Vera Zasulich, que por muito tempo mantiveram-se desconhecidos. Nesses rascunhos, expôs mais detalhadamente sua interpretação sobre o campesinato russo.

No trecho a seguir, destacamos sua avaliação sobre a inevitabilidade histórica na evolução do capitalismo:

Es decir, que [escribiendo esas líneas] he restringido expresamente [el desarrollo en cuestión] esta ‘inevitabilidad histórica’ a ‘los países de Europa occidental’. De modo que no puede quedar la menor duda acerca de mi posición. Digo en la página 341 ‘La propiedad privada, como antítesis de la propiedad social y colectiva, existe sólo donde... las condiciones externas de trabajo pertenecen a individuos privados. Pero, según que esos individuos privados sean trabajadores e no trabajadores, la propiedad privada tiene un carácter diferente.

De este modo el proceso que yo [describía] analizaba, sustituía una forma privada, fragmentada, de propiedad de los trabajadores – una propiedad capitalista de una pequeña minoría – sustituía una clase de propiedad por otra.

¿Cómo [se aplicaría] podría aplicarse a Rusia, donde la tierra no es, ni nunca ha sido, propiedad privada de los productores agrícolas? (MARX, 1990, grifos do autor, p. 132).

Para Marx, a conclusão que poderia ser obtida de O Capital era que se o mesmo processo que existiu no ocidente ocorresse na Rússia, o primeiro passo deveria ser abolir a propriedade comunal da terra e expropriar os camponeses, ou seja, a maior parte da população. Lembrando que “*Ese es de todos modos el deseo de los liberales rusos [que quieren dar carta de naturaleza a la producción capitalista en su propio país y, muy consistentemente, transformar la gran masa de campesinos en trabajadores asalariados]*” (MARX, 1990, p.132).

Como a terra dos camponeses russos era propriedade comunal e não propriedade privada, a metamorfose da propriedade privada em propriedade capitalista não era possível. “*El observador más ingenuo no podría negar que estos son dos casos muy distintos*” (MARX, 1990, p.133)

Nos seus rascunhos constava ainda que os marxistas russos descritos por Vera Zasulich eram para ele totalmente desconhecidos e que os russos com os quais matinha contato tinham opiniões totalmente opostas.

Para Marx, um argumento que poderia ter sido levantado a partir de O Capital em relação à inevitabilidade da dissolução da propriedade comunal seria considerar que, como em toda a Europa Ocidental, a propriedade comunal desapareceu com o progresso da sociedade, porque seria diferente na Rússia?

Ele próprio indica essas diferenças. Primeiramente, destacou que a passagem da propriedade comunal para a produção capitalista levou centenas de anos para ocorrer na Europa ocidental, entre sucessivas revoluções e transformações econômicas. Além disso, observou que a Rússia era o único país europeu em que a propriedade comunal se manteve em uma ampla escala nacional, ao mesmo tempo que existia num contexto histórico moderno, vinculada a um mercado mundial predominantemente capitalista (MARX, 1990).

De modo que, apropiándose de los resultados positivos de este modo de producción, puede desarrollar y transformar la forma arcaica de su comuna rural, en lugar de destruirla. (Señalaría de paso que la forma de la propiedad comunista en Rusia es la forma más moderna del tipo arcaico, que a su vez ha pasado por toda una serie de modificaciones evolutivas.) Si los admiradores del sistema capitalista en Rusia niegan que tal combinación sea posible, deberían demostrar que Rusia tiene que pasar por un período de incubación de producción mecánica para poder hacer uso de la maquinaria. Que expliquen como se las ha arreglado, en unos pocos días en realidad, para introducir todo o aparato de cambio (bancos, compañías de crédito, etcétera) que en Occidente fue obra de siglos (MARX, 1990, p. 135).

Dessa forma, compreendemos que para Marx (1990), mesmo com as limitações da comuna arcaica, com sua pobreza material e provincialismo, sua presença na sociedade capitalista podia demonstrar dialeticamente imagens de uma futura sociedade comunista.

De acordo com Marx (1990), a comuna rural russa era formada por produtores agrícolas proprietários individuais de suas casas, junto com sua horta complementar. Esse ponto diferenciava a comuna russa dos tipos mais antigos de comunidades rurais, baseadas em "*relaciones naturales de parentesco entre los miembros de la comuna, mientras que el tipo al que pertenece la comuna rusa está emancipado de ese estrecho vínculo*" (MARX, 1990, p. 36)

Dessa forma, o isolamento das comunidades rurais, apesar de não ser uma característica imanente do tipo primitivo, podia levar à formação do despotismo central. No caso Russo, Marx (1990) analisou que o isolamento se deu pelas enormes distâncias do país, mas podia ser superado com a eliminação dos bloqueios do governo.

Para Marx, esse era o núcleo central da questão, pois a comunidade rural russa ocupava um dualismo interior, visto que, devido a suas características, poderia ser dissolvida em determinadas condições históricas. Nesse sentido, elucidou que a propriedade era comunal, porém a exploração era individual, em que cada camponês cultivava sua parcela e recolhia os seus frutos. Todavia,

[...] no se debería olvidar que los campesinos rusos ya practican una forma colectiva en el cultivo de sus prados conjuntos (praderas indivisas); que su familiaridad con la relación de artel podría facilitar grandemente su transición de la parcela pequeña a la agricultura colectiva (MARX, 1990, p. 137).

Assim, conclui sua resposta a Vera Zasulich afirmando que a comuna rural russa se encontrava ameaçada por um tipo de capitalismo apoiado no Estado às expensas dos camponeses, e:

El análisis de El capital, por tanto, no aporta razones ni en pro ni en contra de la vitalidad de la comuna rusa. Sin embargo, el estudio especial que he hecho sobre ella, que incluye una búsqueda de material original, me ha convencido de que la comuna es el punto de apoyo para la regeneración social de Rusia. Pero, para que pueda funcionar como tal, las influencias dañinas que la asaltan por todos lados deben ser primero eliminadas y luego se le deben garantizar las condiciones normales para su desarrollo espontáneo (MARX, 1990, p. 162).

Dessa forma, diante da realidade russa, a postura de Marx foi a análise das características próprias dessa sociedade, em que “*Se negó a deducir la realidad social a partir de sus libros, hasta el punto de que algunos de sus admiradores llegaron a calificar su última obra como producto de una mente debilitada*” (SHANIN, 1990b, p. 350b). Pois, a essência da epistemológica de Marx consistia em “*dudar de todo*” (SHANIN, 1990b, p. 350).

1.3. As relações não capitalistas de produção e a acumulação do capital

Compreender a classe camponesa e sua existência na sociedade capitalista tem se constituído ao longo da história em um desafio de interpretação teórica da realidade social que se torna mais complexa à medida que avançam as relações capitalistas de produção.

Cabe salientar que, mesmo com a presença da classe camponesa na atualidade, os estudos realizados com base na teoria da destruição dos camponeses frente ao avanço do capitalismo continuam a ser desenvolvidos.

Nesse sentido, mesmo entre alguns estudos construídos sob uma perspectiva mais crítica, permaneceu a concepção dos camponeses enquanto sujeitos de fora do capitalismo, em que estes foram vistos a partir de relações pré-capitalistas de produção e, portanto, deveriam desaparecer com o avanço das relações capitalistas. Além disso, em alguns estudos, esses sujeitos sociais foram incorporados a uma amálgama geral de trabalhadores indiferenciados.

Dentro dessa discussão, Martins (2010) teceu uma crítica ao trabalho intitulado “Valor e renda da terra”, do autor Sérgio Silva, que considerou de orientação formalista e classificatória, pois iguala as relações pré-capitalistas com as relações não-capitalistas. Merece destaque ainda a crítica feita por Martins à autora Maria Nazareth Baudel-Wanderley, a quem também analisou como não tendo diferenciado as relações pré-capitalistas das relações não-capitalistas, entendendo-as como iguais. Nesse sentido, analisando o regime de colonato afirmou que:

O capital cria e recria, como necessidade ou como possibilidade de sua reprodução, aquilo que a lógica de seu movimento necessitará destruir, a mediação de sua afirmação histórica. Estou falando, é claro, do camponês que é um trabalhador para o capital, diverso do operário da indústria, que trabalha para o capital sem mediações outras que não exclusivamente a mediação do salário. A forma camponesa do regime de colonato não pode ser compreendida senão pela mediação do capital que a determinava e da propriedade como instrumento de sujeição do trabalho que a constituía (MARTINS, 2010, p. 140).

Nesse contexto, por exemplo, Andrade (2011), sob influência de Caio Prado Jr, quando analisou os problemas gerados pelo avanço do capitalismo no Nordeste, evidenciou sua concordância com a teoria do fim dos modos de produção pré-capitalistas como resultado do avanço do capitalismo, conforme observamos no trecho a seguir:

Em face destas análises, concluímos que o modelo econômico brasileiro, feito visando desenvolver o capitalismo e destruir os modos de produção pré-capitalistas que ocorriam no campo, como modelos de produção dependentes, levaria a situação agrária a um agravamento e a situação ecológica a uma catástrofe. Assim, em uma sociedade em que coexistiam formas de exploração capitalistas, visando à produção para a exportação e formas pré-capitalistas, visando à produção para o autoabastecimento do agricultor e para o abastecimento da região, foi provocando um desequilíbrio. Desequilíbrio que resultou na expansão das atividades capitalistas (ANDRADE, 2011, p. 246).

Apesar de reconhecer a coexistência da exploração capitalista com a pré-capitalista, Andrade (2011) considerou-a como uma etapa a ser superada no desenvolvimento do capitalismo, em seu processo de modernização e globalização, daí a referência à expressão "pré" capitalista no lugar de "não" capitalista. Assim, para ele, essa coexistência não era

necessariamente algo permanente do próprio desenvolvimento capitalista, conforme acreditava Luxemburgo (1970). Nesse sentido, as modificações engendradas pelo avanço das relações capitalistas extinguiriam as relações pré-capitalistas, pois:

Esta reestruturação no setor rural vai provocar modificações radicais nas relações de trabalho, fazendo desaparecer as várias formas existentes e substituí-las por um assalariado capitalista, o mais puro, onde a mão de obra se desloque de uma área para outra ao sabor da demanda, percebendo salário em moeda apenas nos dias ou meses realmente trabalhados. Tende a haver, assim, uma homogeneização nas relações de trabalho, fato já previsto pelos marxistas (ANDRADE, 2011, p. 259).

Nos estudos de Francisco de Oliveira (1993), mesmo considerando a existência das relações não capitalistas de produção, o referido autor buscou compreender os conflitos de classe a partir da definição de um “semicampesinato” no desenvolvimento regional desigual do Nordeste, onde “Esse proletário semicamponês somente encontra saída para defender-se do rebaixamento constante do seu nível de vida, na tentativa do aumento de suas “culturas de subsistência” (OLIVEIRA, F., 1993, p. 92).

Partindo de uma outra perspectiva, Martins (2010) demonstrou que a origem da industrialização no Brasil estava ligada à classe de proprietários de terra e que esta foi usada como forma de coerção da mão de obra livre nas fazendas de café, formada em grande parte por imigrantes italianos. Esse foi o caminho encontrado pelos fazendeiros para evitar a separação da terra e do capital e se tornarem, a um só tempo, capitalistas e proprietários de terra.

A produção de capital a partir das relações não capitalistas de produção foi o caminho encontrado pelos fazendeiros do café para garantir a existência e expansão da agricultura de exportação pelo regime de colonato. Essa saída gerou a produção de renda capitalizada e mais tarde renda territorial capitalizada, quando o capital não se centrou mais na figura do trabalhador, mas no produto do seu trabalho (MARTINS, 2010, p. 49).

Dessa forma, compreendemos a existência dos camponeses a partir da teoria da criação e recriação do campesinato, ou seja, da teoria que aponta a existência desses camponeses dentro do modo capitalista de produção. Concordamos com Oliveira (1990, p. 67), quando afirmou que:

[...] o caminho para entendermos essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Assim, a existência dos camponeses como classe social na sociedade capitalista decorre do fato de que, para que o capitalismo se desenvolva é fundante a reprodução ampliada do capital, e contraditoriamente a produção do capital. O primeiro processo é genuinamente capitalista, ou seja, fundado na relação social de trabalho e produção caracterizada pela presença do trabalho assalariado. Mas, para que a reprodução social da classe burguesa aconteça, é preciso nascer novos capitalistas, ou seja, é preciso ocorrer a produção do capital. E este processo de produção do capital nunca pode ocorrer através do processo de reprodução ampliada do capital, porque este só é possível através do capital já produzido. Assim, é através das relações sociais de produção não capitalistas que o capital é produzido. Portanto, quando um camponês consegue acumular dinheiro com a sua produção fundada no trabalho da família, ele abre a possibilidade de tornar-se um capitalista, caso introduza em sua unidade de produção o trabalho assalariado. Esta é uma forma através da qual o capital é produzido por relações sociais de produção não capitalistas, como é a produção camponesa. No caso dos camponeses, o fato de terem na terra o seu modo de produzir baseado na família é que os caracterizam como relações de trabalho não assalariadas, isto é, relações de trabalho não capitalistas. O conceito não capitalista quer dizer, não assalariada, portanto, familiar camponesa. Assim, como os camponeses são uma classe social da sociedade capitalista, o conceito de não capitalista, em absoluto quer dizer de fora do capitalismo, como muitos tentam continuar entendendo. Mas, quer dizer apenas que não são as relações típicas da reprodução ampliada do capital, quer dizer, relações sociais baseadas no trabalho assalariado. Dessa forma, o campesinato é uma classe social da sociedade capitalista que às vezes, pode ter a sua renda da terra sujeitada ao capital. Nos dizeres de Oliveira (1990, p. 67):

O capital redefiniu a renda pré-capitalista existente na agricultura; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É nesse contexto que devemos entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital.

A existência das relações não capitalistas de produção foi analisada por Luxemburgo (1970), quando se dedicou ao estudo da acumulação do capital em seu processo de reprodução ampliada, no conjunto da sociedade. Suas pesquisas partiram da análise da obra de Marx, com quem divergiu em alguns pontos.

A referida autora compreendeu a reprodução ampliada considerando-a como necessária à produção capitalista, visto que, a reprodução simples ocorria apenas em caráter excepcional. Nesse sentido, o destino da mais-valia necessitava ser em parte aplicado a finalidades produtivas e não apenas de consumo, sendo esta a base da reprodução ampliada.

Nesse contexto, considerando a reprodução ampliada do capital, a autora demonstrou, com base na exposição esquemática de acumulação feita por Marx, a aplicação de parte da mais-valia, no caso metade dela, no processo produtivo dos meios de produção e dos meios de subsistência, acumulados continuamente em espiral. Contudo, uma questão foi levantada por Luxemburgo (1970, p. 92):

A continuação do desenvolvimento esquemático da acumulação sob as duas simples regras anunciadas não tem limites, como ficou dito. Será que não chegamos a resultados tão assombrosamente simples porque nos limitamos a fazer meros exercícios de adição e subtração que não podiam oferecer-nos surpresas? Não comprovamos que a acumulação pode prolongar-se até o infinito sem obstáculo algum, porque o papel permite, paciente, que nós o enchamos de equações matemáticas. A fim de esclarecer sobre a veracidade desses fatos, consideraremos as condições sociais concretas da acumulação.

A crítica de Rosa Luxemburgo residia no fato de que a acumulação resultante nos esquemas propostos não apresentava relações lógicas, eram oscilantes em termos e quantidade capitalizada e quantidade consumida, sendo que em alguns anos aumentavam e em outros diminuía.

Avaliou ainda que Marx apresentou um segundo exemplo, em que o mesmo não considerava a reprodução ampliada em seu primeiro momento, e sim em pleno curso de funcionamento. Nesse caso, Luxemburgo (1970) demonstrou que as proporções apresentadas por Marx apresentavam uma variação lógica, não apenas no sentido matemático, mas também aplicável na realidade.

Nesse ponto, é possível analisar que Luxemburgo (1970) questionou as análises de Marx em relação à transição entre a reprodução simples e a reprodução ampliada, que diferia da explicação da reprodução ampliada já em curso. Assim, preocupada em compreender o crescimento espiral da reprodução ampliada, questionou de onde partia a demanda constante em que se fundamentava essa ampliação progressiva.

Dentre as hipóteses levantadas, havia o crescimento da população e de suas necessidades, que na sociedade capitalista, diferente da socialista, não é o objetivo final da produção. Essa população se referia a capitalistas e operários considerando o esquema de Marx. Contudo, o crescimento da população não era suficiente para explicar o processo de acumulação, como explica a seguir:

Isto é, o ponto de partida na produção capitalista não é um número determinado de operários e suas necessidades, e sim que estas mesmas ampliações são "variáveis dependentes", oscilando constantemente em virtude das possibilidades de lucro dos capitalistas (LUXEMBURGO, 1970, p. 106).

Além disso, a sociedade no regime capitalista não é composta apenas de capitalistas e operários assalariados, além deles há proprietários territoriais, empregados, membros de profissões liberais (médicos, advogados, artistas, cientistas), a Igreja com seus ministros e o Estado, com seus funcionários e exército.

Essas classes sociais capitalistas, operários assalariados, reproduzem-se com parte da mais-valia gerada na própria produção capitalista, seja na forma de remuneração por serviços prestados, seja na forma de impostos. Ou seja:

Os proprietários territoriais como consumidores da renda - isto é, de uma parte da mais-valia capitalista - serão contados evidentemente entre a classe capitalista, e seu consumo já terá sido levado em conta no das classes capitalistas, uma vez que consideramos a mais-valia em sua forma primária indivisível. Os membros das profissões liberais recebem seu dinheiro, ou seja, seus créditos contra uma parte do produto social quase sempre, direta ou indiretamente, das mãos dos capitalistas que os satisfazem com migalhas de sua mais-valia. Nesse sentido, seu consumo pode ser contado dentro da classe capitalista. O mesmo ocorre com os sacerdotes, salvo se estes recebem, por outro lado, emolumentos também dos trabalhadores, e, portanto, dos salários. Finalmente, o Estado com seus funcionários e exército mantém-se por meio dos impostos (LUXEMBURGO, 1970, p. 106).

Dessa forma, as classes elencadas por Luxemburgo (1970) integravam a classe capitalista ou operária enquanto consumidores, cujas funções são a sua fonte de renda. A mais-valia obtida em forma de renda por essas classes que não participavam diretamente da reprodução dependia do processo de reprodução capitalista, que quando cessada, esgotava também a produção de mais-valia. Nesse sentido, Luxemburgo (1970, p. 108) analisou que:

Como, por conseguinte, não se podem descobrir, dentro da classe capitalista, clientes visíveis para as mercadorias em que se incorpora a parte acumulada da mais-valia, só nos resta um recurso: o comércio exterior. Entretanto, surgem várias objeções contra esse método de considerar o comércio exterior como uma cômoda saída para os produtos, com os quais não se sabe o que fazer no processo de reprodução.

Partindo dessa questão central, da obrigatoriedade da mais-valia ser trocada por dinheiro para tornar a ser acumulada, Luxemburgo (1970) indagou quem adquiria os sobreprodutos do processo total da produção de meios de produção e meios de existência.

Analisando a tentativa de solução dessa dificuldade por Marx, Luxemburgo (1970) insistiu na questão de quem realiza a mais-valia acumulada. Após analisar as soluções apresentadas por Marx, no volume II de sua obra *O Capital*, conclui que Marx não apresentava explicação coerente e terminava sempre por recorrer ao produtor de ouro para compreensão desse processo.

Retomando a questão de Marx de onde procedia o dinheiro adicional para realizar a mais-valia excedente, agora sob a forma de mercadoria, discordou da suficiência de suas explicações, avaliando que:

Essa solução vem resumir a seguinte explicação: a reprodução capitalista sob as condições de uma acumulação que se acha em curso e que está crescendo lança ao mercado um valor cada vez maior de mercadorias. Para pôr em circulação essa massa de mercadorias, cujo valor aumenta, é necessária uma quantidade cada vez maior de dinheiro. Essa massa crescente de dinheiro será adquirida. Tudo isso é indubitavelmente exato e claro, mas com isso o problema de que se tratava não ficou resolvido, mas se evaporou (LUXEMBURGO, 1970, p. 133).

Para a autora, o esquema da reprodução ampliada de Marx não era suficiente, ela destacou como um dos aspectos problemáticos desse esquema a proporção com que a mais-valia estava distribuída entre capital constante e capital variável. Além disso, destacou que para Marx “A ampliação da produção capitalista realiza-se, exclusivamente, com meios de produção e de subsistência próprios (produzidos de forma capitalista)” (LUXEMBURGO, 1970, p. 282).

A autora expôs claramente seus argumentos contrários ao esquema marxista da reprodução ampliada. Nesse sentido, chamou atenção para o fato da totalidade dos intelectuais, incluindo Marx, ao desenvolverem seus estudos sobre o capitalismo, tenham sempre o considerado como exclusivo processo de produção de toda a sociedade. Admite, no entanto, que no terceiro volume de *O Capital*, a exposição de Marx contém implicitamente o cerne do problema, cuja deficiência pode ser superada, conforme trecho a seguir:

A análise de Marx sobre a reprodução simples, porém, assim como a caracterização do processo total capitalista, com suas contradições internas e seu desenvolvimento (no terceiro volume de *O Capital*), contém, implicitamente, uma solução para o problema da acumulação, em conformidade com as demais partes da doutrina marxista e, assim mesmo, com a experiência histórica e a prática diária do capitalismo. Oferece, também, desse modo, a possibilidade de completar as deficiências do esquema. O esquema da reprodução ampliada, considerado mais detalhadamente, refere-se, em suas relações, a circunstâncias que se encontram fora da produção e acumulação capitalistas (LUXEMBURGO, 1970, p. 301).

A partir dessas reflexões questionou a construção teórica de uma sociedade composta apenas de capitalistas e operários, além de “terceiras pessoas” improdutivas, que integram essas classes como consumidoras. E afirmou que:

Por outro lado, não há nenhuma razão pela qual todos os meios de produção e consumo necessários deveriam ser elaborados exclusivamente em produção capitalista. Precisamente, essa hipótese é básica para o esquema marxista da acumulação, porém não corresponde à prática diária, nem à história do capital, nem ao caráter específico dessa forma de produção. (LUXEMBURGO, 1970, p. 307).

As bases econômicas das matérias-primas utilizadas pela Inglaterra na fabricação de tecidos na primeira metade do século XIX, como o algodão, advinham do trabalho escravo em colônias americanas, aspecto que demonstrava a incorporação ao capital de dois artifícios primitivos de riqueza: trabalho e terra, que permitiram estender a acumulação além dos limites de sua própria magnitude. Analisando essa questão, Luxemburgo (1970, p. 309) compreendeu que:

Assim, segundo os dois pontos de vista, o da realização da mais-valia e o da aquisição dos elementos do capital constante, o comércio mundial é uma condição histórica de vida do capitalismo; comércio mundial, que, nas circunstâncias concretas, é essencialmente uma troca entre as formas de produção capitalistas e as não-capitalistas (LUXEMBURGO, 1970, p. 309).

É importante ver que para a autora essas formas coexistem, bem como não se restringem a uma questão meramente de mercado externo⁷, conforme explicitou na seguinte passagem:

Percebemos, não obstante, que o capitalismo está ligado, em seu pleno amadurecimento, à existência coetânea de camadas e sociedades não-capitalistas. Essa relação não se esgota pela mera questão do mercado para o "produto excedente", que era a forma como colocavam o problema Sismondi e os posteriores críticos céticos da acumulação capitalista. O processo da acumulação de capital está ligado por suas relações de valor e materiais: ao capital constante, ao capital variável e à mais-valia e a formas de produção não-capitalistas. As últimas formam o meio histórico dado daquele processo. A acumulação do capital, porém, não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma de produção capitalista, já que, sem os meios não-capitalistas, torna-se inconcebível em qualquer sentido (LUXEMBURGO, 1970, p. 314).

---

⁷"Mercado interno, do ponto de vista da produção capitalista, é mercado capitalista; é a própria produção como compradora de seus próprios produtos e fonte de aquisição de seus próprios elementos de produção. Mercado externo para o capital é a zona social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos de produção e operários. Desse ponto de vista, economicamente, Alemanha e Inglaterra, na sua mútua troca de mercadorias, são principalmente mercado interno capitalista, enquanto a troca entre a indústria alemã e os consumidores camponeses alemães, como produtores para o capital alemão, representa relações de mercado externo. Como se percebe pelo esquema da reprodução, esses conceitos são rigorosamente exatos". (LUXEMBURGO, 1970, p. 316)

Essas condições permitiram ao capitalismo se desenvolver com extrema violência e rapidez, subjugando países e sociedades à produção capitalista, possibilitaram ainda o incremento da mão-de-obra necessária para a realização da mais-valia, não absolutamente restrita ao aumento natural dos operários e à melhoria de maquinários. Nos dizeres de Luxemburgo (1970, p. 315):

No sentido da doutrina marxista, a solução é encontrada nessa contradição dialética; a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; avança em constante troca de matérias com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente.

Em uma luta contra a economia comunitária, o capitalismo necessita para a sua própria existência estar cercado por formas de produção não-capitalistas, conforme observamos no trecho a seguir:

O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não-capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado. O capital não pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de economia natural (LUXEMBURGO, 1970, p. 318).

Nesse sentido, a economia comunitária das comunidades camponesas primitivas com propriedade comum, as relações de servidão, dentre outras, não servem à reprodução capitalista sem antes serem subjugadas, em geral, pelo que elas têm de mais importante, que é a terra e a riqueza dela advinda.

O processo de colonização exemplifica essa questão, através da subordinação violenta a que foram submetidos indígenas e outras comunidades tribais em diferentes partes do mundo. Ilustra essa realidade o caso da atuação da Inglaterra na Índia, da França na Argélia, bem como de Portugal e Espanha na América Latina, como exemplos da ganância capitalista pela acumulação de capital.

Portanto, o avanço das relações capitalistas inicialmente substituiu as formas de economia comunitária e posteriormente as economias simples de mercado, alimentando-se da destruição de suas estruturas para realização da acumulação do capital, conforme explicitou Luxemburgo (1970, p. 363):

Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não-capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. Considerada historicamente, a acumulação

capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas.

Nesse contexto, o esquema marxista da reprodução ampliada do capital, sob à luz dos estudos de Luxemburgo, foi visto como limitante do processo de acumulação e resultante, portanto, de sua própria ruína. Contudo, esse esquema não expressava a realidade:

Por conseguinte, o esquema marxista da reprodução ampliada não corresponde às condições históricas da acumulação enquanto esta prossegue seu curso: não pode reduzir-se às relações recíprocas e interdependentes entre os dois setores da produção social (o dos meios de produção e o dos meios de consumo), formulados no esquema. A acumulação não é apenas uma relação interna entre os ramos da economia capitalista, mas sobretudo uma relação entre o capital e o meio não-capitalista, onde cada um dos dois grandes setores da produção pode efetuar a acumulação, parcialmente, de maneira autónoma e independente do outro setor, onde nesse caso os movimentos se interpõem e se cruzam continuamente. As relações complicadas que resultam desses movimentos, a diferença de ritmo e de direção no curso da acumulação dos dois setores, suas relações materiais e suas relações de valor com os modos de produção não-capitalistas não podem deixar-se reduzir a uma expressão esquemática exata (LUXEMBURGO, 1970, p. 364).

Destarte, a acumulação capitalista não tem se desenvolvido apenas dentro das relações de troca e circulação entre as classes que a compõem:

Por conseguinte, a acumulação capitalista tem, como todo processo histórico concreto, dois aspectos distintos. De um lado, tem lugar nos lugares de produção da mais-valia - na fábrica, na mina, na propriedade agrícola e na circulação de mercadorias. Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, mas que em ambas as partes, na fábrica como no mercado, move-se exclusivamente dentro dos limites da troca de mercadorias, do câmbio de equivalências. Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas, e era mister a dialética afiada de uma análise científica para descobrir como, na acumulação, o direito de propriedade converte-se na apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em dominação de classe. O outro aspecto da acumulação do capital realiza-se entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, a trapaça, a opressão, a rapina. Por isso é difícil descobrir as leis severas do processo econômico nessa confusão de atos políticos de violência, nesse confronto de forças (LUXEMBURGO, 1970, p. 398).

As análises apresentadas por Luxemburgo (1970) nos auxiliam a compreender a existência dos camponeses na atualidade, considerando suas diferenças do ponto de vista de classe social, como também sua incorporação ao próprio desenvolvimento capitalista.

A atualidade da questão agrária nesse início de século XXI no Brasil evidencia-se na constatação do crescimento dos latifúndios, na grilagem de terras, na estagnação da reforma agrária, na permanência do campesinato e nos conflitos no campo. É verdade que a existência e o agravamento dessas questões relacionam-se ao significado que a propriedade da terra adquiriu no Brasil. De acordo com Oliveira (2010, p. 291):

A discussão sobre a origem da propriedade da terra na questão agrária não pode prescindir da afirmativa de que ela deriva dos diferentes processos históricos pelos quais o país passou. Isto quer dizer que a formação territorial brasileira deriva da forma através da qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração.

Nesse sentido, a análise do avanço das relações capitalistas no campo é fundamental para a compreensão das particularidades dessa questão agrária, considerada sob a ótica das contradições de seu desenvolvimento desigual e combinado. A expansão do capitalismo no campo precisa ser investigada dentro dessa condição, pois, de acordo com Martins (1995, p. 152):

Quando dizemos que as grandes transformações que ocorrem no mundo rural são devidas à expansão do capitalismo, não estamos mentindo ou falseando a verdade. Entretanto, estamos simplificando demais a questão se nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo. Desde logo, convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria.

A formação territorial brasileira iniciada pela lógica de exploração econômica capitalista deu origem a uma questão agrária que se constituiu como questão nacional a partir da segunda metade do século XX e se arrasta até os dias de hoje, conforme observamos no trecho seguir:

A análise da situação agrária do Brasil – da formação histórica ao presente – evidencia graves problemas de injustiça social na relação dos senhores da terra com os homens que nela vivem e trabalham. O direito de propriedade, que sob o primado da ética do bem comum evoluiu *de jure* (Estatuto da Terra e Constituição de 1988) para estabelecer uma norma legitimadora desse direito, fundamentada no princípio da função socioambiental da terra, vê-se

atropelado por uma outra diretriz – a terra capital, estabelecida de fato e à revelia da própria ordem jurídica (OLIVEIRA et al, 2010a, p. 48).

As tentativas de regulamentação do uso da terra no Brasil representam um longo e tortuoso caminho, cujo percurso foi marcado pelo descumprimento das leis constituídas e não raro pela regularização de práticas criminosas que tomaram de saque terras por todo o país. Enquanto isso, famílias camponesas que dependem da terra para sobreviver padecem sem suas terras até os dias de hoje, conforme observamos no trecho a seguir da CPT sobre a reforma agrária no governo Dilma Rousseff, que reafirmou a permanência das injustiças no campo nesse início do século:

De acordo com os dados de institutos oficiais de pesquisa, durante os anos de 2011 a 2014 foram “assentadas” 103.746 mil famílias. No entanto, é preciso fazer um alerta: 73% correspondem a famílias ligadas a processos anteriores ao mandato da presidenta Dilma. Se levarmos em consideração as ações originárias em seu próprio governo, esse número cai para 28.313 mil famílias. Para piorar ainda mais o quadro, todas essas famílias não estão ligadas necessariamente à criação de novos assentamentos, mas também a casos de regularização junto ao Incra. Como apontamos dados, 43,1% da área total obtida nesses quatro anos referem-se a reconhecimentos de áreas antigas, já ocupadas por essas famílias, em vários estados do país. No ano de 2014, último de seu mandato, a presidenta Dilma assentou/regularizou apenas 6.289 mil famílias. O número é obsceno se comparado ao volume de mais de 200 mil famílias sem-terra que se encontram atualmente mobilizadas pela Reforma Agrária no país, segundo os movimentos de luta pela terra no Brasil (CPT, 2015, p. 2).

Longe de representar uma questão esgotada, a reforma agrária permaneceu como um problema insolúvel no Brasil. Além disso, alguns teóricos frequentemente dissociam os camponeses de sua classe e de sua forma de vida, para comprovar a todo custo que eles simplesmente não existem mais.

2. Dimensões da mundialização na agricultura e rebatimentos para a produção orgânica e agroecológica

A mundialização do capital não generalizou a industrialização por todas as partes do mundo, assim como a sociedade urbana e o processo de urbanização não se difundiram de maneira homogênea diante dos espaços mundializados. Essa mesma perspectiva revelou que as inovações tecnológicas e o elevado consumo de mercadorias não estiveram disponíveis para todas as pessoas e esses mesmos fatos retrataram a tendência do capital mundializado de se restringir a parcelas do mundo.

Além disso, a forma como os oligopólios se movimentaram na busca pela acumulação do capital gerou enormes desigualdades entre os lugares. As metrópoles foram conduzidas ao topo da hierarquia, concentrando capital e poder de decisão. Nos demais lugares, a urbanização desenvolveu-se mais lentamente, permanecendo também uma vida rural.

No campo da agricultura, os avanços na área de biotecnologia tornaram algumas companhias proprietárias de sementes, que antes de modificadas geneticamente pertenciam a

toda humanidade, processo que concentrou um volume cada vez maior de riquezas e de conhecimento tecnológico sob domínio de um número reduzido de empresas.

Todavia, o aparato técnico e científico responsável por alavancar a produção de alimentos por intermédio da biotecnologia vem se deparando com o crescente interesse das pessoas pela biodiversidade e pela alimentação livre de transgênicos e agrotóxicos. Assim, a constatação do aumento do consumo de alimentos orgânicos ou agroecológicos tem induzido as corporações a atuarem também nesse setor.

Para analisar essas questões, o presente capítulo foi dividido em três itens, no primeiro item: **O debate entre a pequena exploração e a grande exploração**, apresentaremos a discussão em torno da inviabilidade da pequena exploração camponesa na sociedade capitalista sob a hegemonia do desenvolvimento tecnológico.

No item **A mundialização do capital e mundialização da agricultura**, partindo das análises de Chesnais (1996), destacaremos alguns pontos presentes na internacionalização do capital, considerando sua lógica excludente e concentradora. Em seguida, com base nos estudos de Oliveira (2016a), evidenciaremos esse processo na agricultura, a partir dos movimentos de monopolização do território e territorialização do monopólio. No item **A hegemonia dos oligopólios no setor agrícola e a biotecnologia**, analisaremos como poucas empresas controlam o desenvolvimento tecnológico no campo e o efeito dessa concentração de poder econômico para a sociedade.

2.1. O debate entre a pequena exploração e a grande exploração agrícola

As práticas agrícolas camponesas guardam saberes tão antigos quanto a própria história da agricultura. Esses saberes milenares foram guardados na tradição familiar camponesa, passados de geração em geração. Mas, a despeito de não terem deixado de existir por completo, foram suplantados gradualmente a partir das transformações dadas pelo contato das sociedades primitivas com o capitalismo.

Destarte, a adjetivação dessas agriculturas deu-se em uma perspectiva de oposição ao florescer da agricultura moderna no final do século XIX e início do século XX na Europa. O seu sentido diferenciado constituiu-se simultaneamente à emergência de uma agricultura camponesa baseada na reestruturação da produção agrícola voltada para o capitalismo, concretizado na oposição entre a grande e a pequena exploração.

A subversão da agricultura à lógica capitalista tinha manifesta a impossibilidade das formas camponesas de reprodução, consideradas incapazes de acompanhar os processos revolucionários desencadeados pelas inovações técnicas. Essa concepção era prevalente entre muitos estudiosos, conforme analisa Shanin (1979, p. 23):

Capitalismo significa descampesinización: en el siglo XIX ésta era la perspectiva adoptada por «la gente culta», con unas pocas excepciones de los románticos reaccionarios, los rigurosos populistas y algunos de «los revisionistas» de la social-democracia alemana. Todos ellos sufrieron el desafío de un frente unido formado por los economistas académicos y por la mayoría de marxistas ortodoxos (por ejemplo, Kautsky, Plejanov, Lenin, Martov, etc). Para todos éstos la cuestión no radicaba en la descampesinización capitalista de la agricultura, sino en la forma y velocidad del proceso que, por tanto, se daba como algo seguro.

A certeza da descampesinação decorria em parte da compreensão da superioridade técnica das transformações capitalistas, em parte da certeza do caráter revolucionário da classe operária. Outrossim, do entendimento das classes camponesas como pertencentes a outro período histórico, sendo certa a sua destruição.

Na medida em que a classe camponesa foi vista como algo de fora da sociedade capitalista, todas as dimensões de sua vida e reprodução consequentemente também o foram. A estrutura agrícola que, até então, mantinha o abastecimento das várias classes sociais foi interpretada como inadequada e insuficiente, tanto na concepção capitalista como na socialista.

A certeza do fim da classe camponesa seguiu paralela à da superioridade da grande propriedade em relação à pequena, isto porque, no início do desenvolvimento da agricultura

sob o capitalismo, foi a grande propriedade que se estabeleceu como capaz de produzir em larga escala.

Kautsky (1980), analisando a evolução da agricultura na sociedade capitalista, considerou a importância de se compreender outras classes sociais como a classe camponesa. Nesse sentido, a questão agrária interpretada por Kautsky (1980) relacionava-se à dificuldade da Social-Democracia alemã em lidar com uma realidade no meio rural diferente das teorias econômicas que serviriam para organizar o proletariado urbano.

Nesse contexto, apareceu a oposição entre a grande exploração e a pequena exploração no âmbito da evolução agrária e a dúvida sobre a viabilidade do programa comunista no meio rural. Kautsky (1980, p. 28) afirmava que não se tratava de reduzir essa oposição à fórmula – desaparecimento da pequena exploração diante da grande, mas “pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas. ”

O implemento de máquinas na agricultura foi fundamental nesse período de grandes transformações. Máquinas a vapor, debulhadores, semeadeiras, ceifadeiras, arados, dentre outras máquinas agrícolas aumentam significativamente o rendimento da produção agrícola. Além do maquinário, o melhoramento do solo pela adubação e o conhecimento das bactérias propiciaram um menor desgaste do solo e até um aumento de produtividade.

Dessa forma, a agricultura deixava de ser somente um ofício e transforma-se numa ciência. Na medida em que as pesquisas nesse campo ganhavam institutos agrônômicos e terminavam em centros universitários, os camponeses, que antes eram os detentores milenares desse conhecimento, viam-se impotentes e perplexos diante das inovações.

Em relação à propriedade da terra, Kautsky (1980, p. 105), considerou que “O sistema capitalista de arrendamento nos mostra, nitidamente separadas, as três grandes espécies de rendimentos da sociedade capitalista. O proprietário do solo e o proprietário dos outros meios de produção – o capitalista – são duas pessoas diversas”. Complementa ainda o autor que:

O desdobramento do agricultor-proprietário em duas pessoas, o proprietário territorial e o empresário, é uma consequência necessária da posse individual do solo na organização capitalista de produção. Mas, em compensação, esse desdobramento criou a possibilidade de suprimir-se a propriedade individual da terra, mesmo que as condições necessárias para a supressão da propriedade individual dos outros meios de produção na agricultura não se hajam ainda realizado. Nos países em que o sistema de arrendamento se desenvolveu, isto poderá ser feito pela nacionalização ou a socialização da propriedade territorial; nos países em que prepondera o sistema das hipotecas, bastará que estas sejam nacionalizadas (KAUTSKY, 1980, p. 107).

Sobre a possibilidade de serem uma mesma pessoa o dono da terra e o capitalista, o autor reflete:

[...] o dono da terra pode ser ao mesmo tempo um capitalista. Isto quer dizer que pode, além de sua propriedade, possuir bastante dinheiro contado para organizar com os seus próprios meios uma exploração moderna, e arrecadar, além do ganho de empresário, toda a renda fundiária. Contudo, esta fusão do proprietário territorial e do capitalista numa única pessoa tem sido até aqui pouco comum na história. Será pouco comum na evolução ulterior do sistema capitalista. A razão para tal fato devemos procurá-la, de um lado, na superioridade da grande exploração relativamente à pequena, e de outro, na propriedade individual do solo (KAUTSKY, 1980, p. 111).

Kautsky (1980) descreveu inúmeros argumentos para demonstrar a superioridade da grande propriedade em relação à pequena. Para ele, a questão consistia principalmente na relação entre capital aplicado e produção obtida, visto que era possível se obter melhores rendimentos nas grandes propriedades do que nas pequenas, fato diretamente associado ao desenvolvimento técnico do maquinário agrícola.

Como a capacidade produtiva das máquinas superava em geral a capacidade produtiva da pequena propriedade, o autor avaliou que era dispendioso e pouco vantajoso para a pequena propriedade obter esse maquinário, o que geraria nessa uma situação de atraso técnico e econômico em relação à grande propriedade.

Outra vantagem destacada pelo autor referia-se às vantagens da compra no atacado pela grande propriedade e ainda o conhecimento de mercado, neste caso, a pequena propriedade era prejudicada, visto que o camponês comprava geralmente no varejo e detinha pouco conhecimento do mercado.

Além disso, Kautsky (1980) atestou a superioridade do conhecimento científico produzido nos institutos agronômicos em relação ao conhecimento camponês, cuja formação em escolas agronômicas não era satisfatória e até mesmo podia ser incompatível com a realidade do camponês.

A defesa de Kautsky (1980) da superioridade da grande propriedade seguiu com a análise sobre o excesso de trabalho e insuficiência de consumo na pequena exploração, em que argumentou que o camponês só conseguia algum ganho material se sacrificasse toda a sua família, incluindo as crianças, a uma vida de trabalho excessivo e privações de todas as ordens. Essas privações degradavam esses camponeses enquanto seres humanos, tornando-os pessoas miseráveis e famintas, carentes não só de bens materiais, mas de moral e dignidade.

Para superar essa condição de atraso, Kautsky (1980) enxergava como saída somente o desenvolvimento da grande propriedade, segundo ele, única capaz de bem alimentar e

remunerar esses camponeses. Entretanto, reconheceu que essas condições ainda estavam longe de ser maioria, mas podiam ser obtidas pela organização e luta do operariado, conforme destacamos no trecho a seguir:

É preciso que esses melhoramentos sejam, na agricultura como na indústria, impostos aos empresários pelo proletariado organizado, quer diretamente, quer indiretamente, por meio do poder político. O movimento operário, combatendo a barbárie camponesa, criará – e é esta a sua tarefa – a condição básica para a grande empresa agrícola racional. Ao mesmo tempo, fará desaparecer um dos últimos pilares da pequena exploração (KAUTSKY, 1980, p. 135).

Também as sociedades cooperativas eram tidas como mais vantajosas para a grande propriedade, pois de acordo com o autor, essas possuíam mais tempo, dinheiro e relações comerciais do que as pequenas propriedades dos camponeses. Nesse sentido, a cooperação era entendida como fundamental no desenvolvimento da agricultura moderna, contudo, quando a cooperação era aplicada à pequena propriedade não podia desenvolvê-la da mesma forma, devido a outras vantagens da grande propriedade como “terras contíguas, superioridade oriunda da divisão do trabalho e da direção de um agrônomo” (KAUTSKY, 1980, p. 142).

O autor enxergava que a saída para o desenvolvimento da pequena propriedade do camponês era a produção associada das principais explorações agrícolas, contudo, para isso, ele precisaria substituir a produção individual capitalista pelas instituições comunistas, o que constituía-se numa grande dificuldade, dado ao apego dos camponeses ao seu principal meio de produção, a terra.

A permanência das pequenas propriedades mantidas precariamente pelo trabalho acessório camponês podia, na visão do autor, limitar o avanço da exploração moderna no campo, e “essas tendências entravadoras podem mesmo, ao favorecerem a fragmentação da terra, acarretar um retrocesso da agricultura do ponto de vista técnico” (KAUTSKY, 1980, p. 216).

Essa concepção teve muita influência nos rumos tomados pelos líderes socialistas da época. Dentre eles, Lênin, que fundamentou parte de seus estudos e práticas políticas nas suas análises sobre a obra de Kautsky (1980). Lênin concordava que a difusão técnica na agricultura aceleraria a desintegração do campesinato, pois:

[...] a difusão de máquinas e instrumentos agrícolas aperfeiçoados e a expropriação dos camponeses são fenômenos estreitamente ligados entre si. A difusão de instrumentos aperfeiçoados entre os camponeses desempenha exatamente o mesmo papel. O emprego sistemático de máquinas na

agricultura elimina o camponês médio patriarcal tão inexoravelmente como o tear a vapor elimina o artesão que trabalha com a roca (LÊNIN, 1982, p. 148).

A intensificação desse processo nas diferentes partes do mundo deu-se principalmente a partir da segunda metade de século XX, em um período que ficou conhecido como Revolução Verde. Sob o discurso do aumento da produção alimentar para sanar a fome do mundo, a agricultura passou por profundas transformações, com a gradativa incorporação de adubos para acelerar o crescimento das plantas, a utilização de agrotóxicos para exterminar pragas e o uso de maquinários para acelerar o ritmo do plantio e da colheita.

Contudo, esse processo não foi homogêneo. As formas agrícolas tradicionais continuaram existindo. No Brasil, por exemplo, somente na década de 1970, esse processo difundiu-se nas diferentes regiões, mesmo assim de forma bastante desigual e concentrada. O baixo grau de mecanização das regiões Norte e Nordeste comparadamente às regiões Centro-Sul, bem como sua concentração na agricultura capitalista, evidenciam esse processo.

Nesse sentido, o ingresso dos camponeses aos avanços tecnológicos deu-se de forma marginal, como receptores de pacotes prontos que muitas vezes não se adequavam às necessidades locais. Camponeses foram incentivados a utilizar produtos altamente tóxicos, geralmente vendidos sem qualquer preocupação com padrões seguros de aplicação.

O uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras acarretou sérios prejuízos para as famílias camponesas, desde doenças degenerativas até a morte. Em nossos trabalhos de campo, foram comuns relatos de pessoas que aplicavam agrotóxicos nas lavouras sem qualquer equipamento de segurança, reaproveitavam embalagens e misturavam o produto com as próprias mãos. Essas práticas apareceram em alguns relatos como fatos passados para alguns, e realidade presente para outros.

O agravamento das problemáticas ambientais, geradas pela intensificação do processo de modernização da agricultura, fez emergir discussões que passaram a questionar as práticas da agricultura capitalista e seu custo social. Debate que eclodiu principalmente no seio dos movimentos ambientalistas em fins do século XX.

Apesar da existência de argumentos contrários, o que se verificou foi o avanço das tecnologias aplicadas à agricultura, articuladas ao avanço do capitalismo e das guerras. A agricultura moderna pode ser compreendida pelo menos em três fases de significativas transformações: 1. A incorporação da mecanização e dos avanços químicos no final do século XIX e início do século XX; 2. As substâncias químicas artificiais ou sintéticas, fruto da Segunda Guerra Mundial, aplicadas à agricultura a partir da Revolução Verde; 3. O desenvolvimento da

biotecnologia agrícola a partir dos anos 1980 com as primeiras patentes de plantas geneticamente modificadas.

As alterações em curso ocorreram de forma cada vez mais acelerada, subordinando comunidades, estados e países inteiros, em uma engrenagem que suplantava conhecimentos locais e relegava tudo aquilo que era visto como atrasado. A tendência que se seguiu na agricultura foi a do domínio da economia mundial por um número cada vez mais reduzido de empresas.

Através da biotecnologia, essas companhias desenvolveram conhecimentos avançados, protegidos por patentes e inacessíveis para a agricultura camponesa, que só os incorporou de forma pontual e periférica. A biotecnologia foi a nova face de um campo científico voltado ao desenvolvimento de informações complexas e exclusivas, concentrador de elevado volume de investimentos. De acordo com Otero (2014, p. 24):

La revolución biotecnológica coincidió con la reforma neoliberal del capitalismo, y, por ello, exacerbó y profundizó los efectos socioeconómicos de la revolución agrícola previa en América Latina, la llamada "Revolución Verde" (1940 - 1970). Según la definición de la Agencia Canadiense de Inspección de Alimentos, el término 'biotecnología moderna se usa para distinguir las aplicaciones recientes de la biotecnología, tales como la ingeniería genética y la fusión celular, de los métodos más convencionales, como pueden ser el cultivo o la fermentación'".

Assim como na revolução verde, as inovações no campo da biotecnologia foram apresentadas para a sociedade com a promessa de reduzir a fome e sanar as carências nutricionais, levando a agricultura para um patamar industrial nunca visto.

Os estudos de Otero (2014) demonstraram que, o que se verificou na realidade, tal como ocorreu na Revolução Verde, foi o contrário do prometido pelas empresas. Transformada em *commodities*, a produção agrícola em larga escala converteu-se em campo de disputa de negócios intra-burgueses. De um lado, o interesse na alta dos preços pelos investidores dos mercados de futuro, e do outro, a pressão por preços mais baixos pelos compradores de matérias-primas. O resultado se viu na instabilidade do preço dos alimentos e no escalonamento da inflação.

Muito se questionou sobre a possibilidade de práticas da agricultura camponesa serem capazes de realizar uma produção em larga escala e sanar as necessidades da população mundial. Esse questionamento carregou em si um componente ideológico contraditório, visto que essa mesma pergunta poderia ser feita à agricultura moderna. Ou seja, o padrão agrícola hegemônico foi capaz de alimentar a população mundial?

Dessa forma, a erradicação da situação de fome representaria mais que a superação da pobreza, pois indicaria caminhos de libertação social. Nesse sentido, sobre a existência da fome, Kropotkin (2007, p. 107) destacou que:

Feita para manter a pobreza, a produção não poderia assegurar a abundância, e é a abundância que as massas reivindicam, desde que compreenderam sua força produtiva, tornada imensa pelos progressos da ciência e das técnicas modernas. Elaborada com vistas a manter as massas em um estado vizinho da miséria, com o espectro da fome sempre pronta a forçar o homem a vender suas forças aos detentores do solo, do capital e do poder, como a organização atual da produção proporcionaria o bem-estar?

A reflexão apontada por Kropotkin (2007) sobre bem-estar demonstrou como os avanços técnicos não trouxeram benefícios para o conjunto da sociedade, mas apenas serviram para aumentar cada vez mais a quantidade de pessoas que vivem às custas do trabalho alheio.

Para Kropotkin (2011), alcançar o direito ao bem-estar consiste em "viver como seres humanos e criar os filhos para os fazer membros iguais de uma sociedade superior à nossa, enquanto o direito ao trabalho é o direito de ficar sempre escravo salariado, 'burro de carga' governado e explorado pelos burgueses de amanhã" (KROPOTKIN, 2011, p. 31).

Dessa forma, para a conquista do bem-estar, é necessária a garantia da alimentação. A fome e a miséria são barreiras para as transformações sociais. Kropotkin (2011) analisou que a conquista do pão representaria a vitória da revolução, pois, sem alimento, nenhum homem seria capaz de trabalhar, constatando que de nada adiantava ideais políticos libertários se as pessoas estivessem morrendo de fome.

Na sociedade capitalista nada é produzido com a intenção de atender às necessidades humanas, mas simplesmente de gerar lucro para o capitalista. É sob essa lógica que a distribuição alimentar é desigual e condena à fome milhares de pessoas. Ecossistemas inteiros são devastados e contaminados, em favor do lucro de um reduzido número de corporações.

Os progressos ocorridos na agricultura nos últimos decênios permitiram uma produção de alimentos capaz de abastecer toda a população humana e sua criação animal, contudo, a fome continua a existir entre a população pobre. No Brasil, surtos de pragas nas plantações transgênicas demonstraram que ao invés de utilizarem menos agrotóxicos, na prática, essas plantas os requerem cada vez mais potentes e em elevadas quantidades. Além disso, a contaminação genética e os riscos à saúde causam vulnerabilidade à segurança da sociedade.

Nessa celeuma, podemos observar que mais que uma oposição entre a pequena e a grande propriedade, a diferença se aprofunda quando se trata da exploração camponesa e da exploração capitalista. Enquanto uma se reproduz sobre a forma Dinheiro - Mercadoria -

Dinheiro aumentado, D - M - D', a outra se desenvolve sobre a forma Mercadoria - Dinheiro – Mercadoria, M - D - M. Essa diferença é fundamental para compreender o sentido das práticas agrícolas camponesas na nossa sociedade.

2.2. A mundialização do capital e a mundialização da agricultura

O processo de mundialização da economia tem demonstrado que o capital não está interessado em todo o planeta, mas somente em algumas partes dele. Esse fato não exclui os efeitos que a movimentação dos investimentos de capital tem causado em todas as partes do mundo. Nesse sentido:

Hoje em dia, muitos países, certas regiões dentro de países, e até áreas continentais inteiras (na África, na Ásia e mesmo na América Latina) não são mais alcançados pelo movimento de mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização. Esta deve ser estritamente compreendida, como mecanismo complementar e análogo da “exclusão” da esfera de atividade produtiva, que atinge, dentro de cada país, uma parte da população, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento (CHESNAIS, 1996, p. 18).

De acordo com Chesnais (1996), o adjetivo "global" surgiu no início dos anos 1980 e tinha a intenção de difundir a ideia para os grandes grupos de que:

Em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicação colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais. (CHESNAIS, 1996, p. 23).

A assimilação e rápida difusão do termo globalização pelos grupos empresariais não foram neutras, mas permeadas de intenções em dar uma conotação positiva à aplicação de reformulações. Para Chesnais (1996), o termo mundialização, de origem francesa, introduziu de maneira mais enfática a ideia de que a economia mundializou-se. Todavia, os interesses ligados à disseminação da palavra globalização se impuseram com mais força.

Os estudos da Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) sugeriram que as empresas buscassem coligar-se para expandirem-se internacionalmente

através de estratégias que se baseavam em: "exportações e suprimentos externos; investimentos estrangeiros e alianças internacionais" (CHESNAIS, 1996, p. 27).

Esse novo modo de organização permitiu que as empresas multinacionais aumentassem a mobilidade de capital, seja pela via do investimento ou pela terceirização. Além dos grupos empresariais e fluxos comerciais, a mundialização incluía também a globalização financeira. A mundialização se movimentou de forma excludente e marginalizou os países em desenvolvimento, voltando-se principalmente para áreas com avançado desenvolvimento industrial.

[...] a mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais democráticas que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan" (CHESNAIS, 1996, p. 34).

O novo quadro neoliberal e os avanços computacionais possibilitaram a reorganização das empresas para o aumento da rentabilidade do capital investido. A automatização das empresas, a terceirização e o "*just-in-time*" fizeram parte dessa reorganização. Nesse processo, houve um aprofundamento das distâncias entre os países constituintes do oligopólio mundial com os países periféricos.

Estes não são mais apenas países subordinados, reservas de matérias-primas, sofrendo os efeitos conjuntos da dominação política e do intercâmbio desigual, como na época "clássica" do imperialismo. São países que praticamente não apresentam interesse, nem econômico, nem estratégico (fim da "guerra fria"), para os países e as companhias que estão no centro do oligopólio. São pesos mortos pura e simplesmente. Não são mais países destinados ao "desenvolvimento" e sim áreas de "pobreza" (palavra que invadiu o linguajar do Banco Mundial), cujos emigrantes ameaçam "os países democráticos" (CHESNAIS, 1996, p. 38).

A partir da mundialização da economia, o crescimento dos investimentos externos diretos (IED), sobretudo a partir da década de 1980, foi impulsionado pelas aquisições e fusões da tríade Japão, Estados Unidos e Europa, que concentraram juntos a maior parte do fluxo desses investimentos.

Inicialmente, grandes empresas com base nacional implantavam filiais em vários países formando *holdings* internacionais. As estratégias desses grupos até meados da década de 1970 eram:

Estratégias de aprovisionamento, características das multinacionais do setor primário, especializadas na integração vertical a partir de recursos minerais energéticos ou agrícolas situados nos antigos países coloniais ou semicoloniais depois chamado de terceiro mundo.

Estratégias de mercado com o estabelecimento de "filiais intermediárias" dentro do que Porter 1986 chama de enfoque multidoméstico.

Por fim, *estratégias de produção racionalizada*, isto é, de produção integrada internacionalmente mediante o estabelecimento de filiais 'montadoras' (CHESNAIS, *grifos do autor*, 1996, p. 75).

Com a internacionalização dos grupos e o acúmulo de vantagens tecnológicas surgiu uma quarta estratégia denominada de "tecno-financeira". Nela:

O 'objetivo', mais do que nunca, é o lucro ao qual se soma, em combinações variáveis de um capitalismo 'nacional' para outro, o objetivo de crescer e durar. Com efeito, no quadro da mundialização financeira, o rendimento financeiro dos ativos é vigiado pelos detentores de carteiras de ações, e tanto mais de perto, na medida em que estes são, cada vez mais frequentemente, grandes investidores institucionais (fundos de pensão, grupos de seguros gerindo carteiras de ativos importantes etc.), e que têm a possibilidade de comparar tal rendimento com o de ativos financeiros puros. O grupo multinacional, precisa ser eminentemente rentável, mas atualmente essa rentabilidade não pode mais ser baseada unicamente na produção e comercialização próprias do grupo e de suas filiais. Precisa basear-se também no que Dunning chama, de forma vaga e um tanto eufemística, de suas 'relações com outras empresas' (CHESNAIS, 1996, p. 77).

Além dos IED, as novas formas de investimento (NFI) garantiram a uma determinada companhia:

Fração do capital e o direito de conhecer a conduta de outra companhia, sendo que o operador/parceiro estrangeiro não fornece nenhum aporte em capital, mas somente em ativos imateriais. As NFIs originam, seja uma participação minoritária, seja uma empresa comum (a chamada *joint-venture*), reconhecendo à multinacional a propriedade de uma fração do capital, um direito de participação nos lucros e um direito de acompanhar a conduta de um parceiro menos poderoso, com base no aporte sobre forma de ativos imateriais. Entre estes o *know-how* de gestão, as licenças de tecnologia (em geral superadas pelas mudanças tecnológicas), bem como o *franchising* e o *leasing*, muitas vezes empregados nos serviços (CHESNAIS, 1996, p. 78).

A internacionalização da economia fez surgir oligopólios mundiais formados por um pequeno número de grandes grupos, marcados simultaneamente por uma relação de rivalidade e cooperação.

Os locais de produção desses oligopólios mundiais concentraram-se principalmente na tríade formada pelos Estados Unidos, Europa e Japão. Os Estados Unidos têm mantido uma posição de domínio dentro desse grupo, mantido pelo papel do dólar na economia mundial e pelo uso de seu poderio militar.

Além disso, as deslocalizações⁸ não necessitavam mais ser realizadas em países de fora da OCDE⁹, graças à flexibilização da produção, a proximidade de mercado e as desigualdades salariais dentro dos países da OCDE.

A concentração de tecnologia e inovação foi um pilar estrutural para a manutenção dos oligopólios mundiais, que buscaram investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para manterem-se na dianteira do processo produtivo.

Nesse sentido, investiram na centralização e apropriação de conhecimentos através das leis de patentes e de instrumentos jurídicos internacionais. Assim, os oligopólios mundiais promoveram um verdadeiro aprisionamento do conhecimento cujas regras estabelecidas “são uma manifestação de poder político, a expressão da vontade de impor aos países pobres um tributo suplementar, além daquele representado pelos juros da dívida” (CHESNAIS, 1996, p. 165)

Essas transformações geraram mudanças nos fluxos comerciais e substituições de matérias-primas, onde os países colonizadores agroexportadores foram diretamente impactados pela chamada “desconexão forçada”.

Tudo converge para que esses países permaneçam prisioneiros de especializações tornadas obsoletas pela evolução dos conhecimentos científicos e das tecnologias acumuladas pelos países avançados, especialmente dentro dos grandes grupos. Como antigos países colonizados, herdeiros de aparelhos estatais criados pela potência tutelar, com elites dirigentes formadas na escola do parasitismo e da corrupção, eles ficam praticamente sem meios de defesa diante dessas evoluções. A esse respeito, dois campos são hoje particularmente importantes: a biotecnologia e os novos materiais (CHESNAIS, 1996, p. 221).

Chesnais (1996, p. 222) chamou atenção para o caso do açúcar, que perdeu espaço no mercado para “o xarope com alto teor de frutose, obtido por um processo enzimático a partir dos amidos extraídos do milho”. Essa substituição teve início com o grupo agroalimentar americano *Corn Products Corporation*, com adesão posterior de grupos açucareiros, como o grupo inglês *Tale and Lyle*.

Esse processo ocorreu no setor de matérias-primas minerais e no setor metalúrgico, substituindo, por exemplo, o uso do cobre por materiais de indústria petroquímica e de

---

⁸ Deslocalização: Mudança de local da indústria para beneficiar um grupo empresarial através de baixos salários e ausência de legislação social ou pelo suprimento de produtos industriais padronizados onde os custos forem mais baratos.

⁹ Atualmente, a OCDE possui 35 países membros: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Letônia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Eslovaca, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/>. Acesso em: 24/04/2017.

termoplásticos. Ou, também, o uso do ferro fundido e aço pelas ligas não-ferrosas e resinas plásticas, gerando desinvestimentos em países fornecedores dessas matérias-primas.

Entre os anos de 1955 e 1975, os países do terceiro mundo viram crescer significativamente os investimentos diretos, fazendo presumir que pela via do fordismo (baseado em altos salários, câmbio fixo e Estado regulador) existiria o avanço dessas relações capitalista em todo o mundo.

Todavia, esse processo não se efetivou, ao contrário disso, deixou de ser objetivo dos países desenvolvidos. Nesse sentido, os avanços tecnológicos e as mudanças políticas e econômicas concentraram cada vez mais os investimentos nos países formadores da Tríade, aprofundando a distância entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Assim, a configuração atual do capitalismo tem demonstrado que a mundialização da economia não corresponde ao avanço homogêneo das formas mais avançadas de produção de mercadorias, nem das relações de assalariamento para todas as pessoas da terra. Dessa forma, os patamares de consumo adquiridos pelos países desenvolvidos foram alcançados pela exclusão da maior parte da população mundial.

Conforme já destacamos, mesmo dentro dos países de fora da OCDE que recebem investimentos, são em apenas alguns lugares que são recebidos os IED, ou seja, existe uma grande desigualdade na forma como são distribuídos esses investimentos. Todavia, os efeitos desse processo afetam o conjunto da população.

Foi a partir da produção de matérias-primas no período colonial que ocorreu a inserção do Brasil na economia mundial. Primeiramente, as exportações de cana-de-açúcar formaram as estruturas econômicas, políticas e sociais da época, posteriormente intercaladas pela produção de outros cultivos que cristalizaram para a sociedade a imagem de um país agroexportador.

Passados alguns séculos da descoberta dessas terras, a propaganda da vocação agrícola do país foi mantida, mas agora sob o signo do agronegócio. Ao analisar a formação do conceito de agronegócio no Brasil, Mendonça (2013) observou que esse termo foi cunhado para se referir ao processo da industrialização da agricultura com base numa cadeia produtiva, englobando assim outros setores da economia.

Essa visão tem sido sustentada para a manutenção da imagem do agronegócio como importante motor da economia no Brasil. Todavia, Oliveira (2016a) demonstrou que a participação da agricultura no PIB brasileiro, considerada a partir dos dados do IBGE, ao longo dos anos levou-o a uma conclusão oposta, conforme expresso no gráfico 1:

Gráfico 1: Produto Interno Bruto (PIB) – 2000 a 2014.

Fonte: OLIVEIRA (2016a).

Dessa forma, observamos que o declínio da participação da agropecuária na composição do PIB ao longo dos anos contradiz a afirmação da relevância desse setor na sustentação da economia brasileira.

Teóricos como José Graziano da Silva e Francisco de Oliveira apresentaram argumentos contrários à metodologia adotada pelo IBGE na composição do PIB, crítica que, de acordo com Oliveira (2016a), foi construída na busca em validar o conceito de agronegócio.

Trata-se, portanto, de uma "verdadeira luta de classes na teoria", para exaltar os feitos de uma classe social que domina a política do país desde o período colonial, e que em praticamente nada, contribuiu para melhorar as condições de vida dos camponeses e trabalhadores assalariados do país. E, como se pode observar, esta classe latifundiária leva consigo, em sua ideologia, uma parte dos cientistas das universidades públicas e das instituições de pesquisas igualmente públicas. Estes cientistas têm estado à disposição destas elites para produzir "conhecimento", ciência para aumentar ainda mais a dominação que elas exercem sobre a sociedade brasileira. Como se pode ver, a produção científica está também, atravessada pelo modo de pensar capitalista e, conseqüentemente, pelas suas ideologias, neste caso em particular, pela ideologia do agronegócio. É assim, que o dinheiro público vai sendo destinado para aumentar ainda mais as desigualdades sociais existentes no Brasil. E, o Estado em todas as suas dimensões vai sendo apropriado pelas classes dominantes aliadas mundialmente (OLIVEIRA, 2016a, p. 108).

Na tentativa de inflar os dados do agronegócio, foram computados em algumas estatísticas até mesmo grupos varejistas do setor alimentício. Essas estratégias têm ocultado a improdutividade do setor diante da injustificável concentração de terras.

Nesse sentido, a divulgação pela mídia de resultados das supersafras de algumas *commodities* tem reforçado a imagem de produtividade do setor e escamoteado a real improdutividade, que seria revelada se fosse considerada a partir da concentração da estrutura fundiária atual correlacionada ao potencial produtivo dessas terras.

Portanto, o agronegócio vivendo sua fase midiática, procura apenas manter-se como beneficiário dos recursos do fundo público. Ou seja, reiterando, o agronegócio continua sendo a reprodução do passado. Um passado, que vem desde o período colonial, e que não trouxe benefício algum às regiões onde se desenvolveu. Basta para se comprovar esta afirmação ver a realidade da região da Zona da Mata nordestina, onde está o agronegócio da cana-de-açúcar, e os altos índices de pobreza ainda existentes (OLIVEIRA, 2016a, p. 116).

O apoio histórico estatal aos grandes proprietários tem sido realizado em detrimento dos pequenos produtores, que não apenas foram obrigados a viver em minifúndios, como têm recebido pouca ou nenhuma ajuda desse mesmo Estado.

No Brasil, os recursos públicos foram escoados para um reduzido grupo detentor de grandes extensões de terras, que quando produzia, o fazia principalmente para exportação, enquanto pequenos produtores pouco ou nada recebiam, ficando sem recursos para investir nas suas lavouras cultivadas sobretudo para alimentar a população brasileira.

O avanço do neoliberalismo agravou essa situação, via condenação dos subsídios agrícolas para a agricultura, que no caso já eram escassos para os camponeses no Brasil. Dessa forma:

Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura clara contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, através de uma sub-reptícia substituição das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar. O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Assim, no dicionário neoliberal, não se fala mais de soberania alimentar, mas sim de segurança alimentar. Em terceiro lugar, as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais. Em quarto lugar, foi criada em 1994 a Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais (OLIVEIRA, 2016a, p. 123).

O autor observou ainda que a mundialização da agricultura foi estruturada pela tríade: transformação da produção do campo em *commodities* (mercadorias); preços regulados pelas bolsas de mercadorias e futuros e a formação de empresas monopolistas mundiais (OLIVEIRA, 2016a).

De acordo com Oliveira (2016a) a atuação dessas empresas monopolistas ocorreu a partir de duas estratégias principais, a territorialização dos monopólios na agricultura e a monopolização do território:

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, não há a junção de duas classes sociais distintas, proprietário da terra e capitalista, em uma só, como pensam muitos intelectuais (OLIVEIRA, 2016a, 127).

Na monopolização do território, as empresas controlam o processo produtivo, todavia, não são proprietárias de terra:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. Este processo gera o controle monopolístico do território (*monopolistic control of the territory*), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios (OLIVEIRA, 2016a, 233).

Há ainda a possibilidade da metamorfose do monopólio do território em territorialização do monopólio.

Essas novas empresas de capital aberto, no campo brasileiro, estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal. Além do fato em si de que a negociação de terras passou a chamar a atenção do setor financeiro, a emissão de ações deu opções para os fundos, permitindo assim, que estrangeiros participem desse mercado, independentemente das ações do governo, quanto a eventuais restrições às aquisições de terras por estrangeiros (OLIVEIRA, 2016a, p. 391)

Os oligopólios mundiais do setor agrícola atuaram no Brasil a partir dessas estratégias, beneficiando-se ao máximo das possibilidades de acumulação do capital, não somente a partir da produção, mas da grilagem de terras e das relações não capitalistas de produção.

Nesse contexto, houve uma aliança entre capitais nacionais e capitais externos, que tem possibilitado a participação do país no mercado mundial. Cabe destacar, conforme analisou Oliveira (2016a), que a propriedade privada da terra ainda é majoritariamente nacional.

2.3. A hegemonia dos oligopólios no setor agrícola e a biotecnologia

Até 2050, estima-se que a população mundial chegará ao total de 9 bilhões de pessoas¹⁰. Empresas do setor agrícola têm investido significativos montantes em P&D para atender esse crescimento. De acordo com Barros (2014), “em 2013, a divisão de sementes da DuPont investiu US\$ 2,2 bilhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que 60% foi destinado a inovações em agricultura e biotecnologia”.

O melhoramento tecnológico para garantir o aumento da produtividade tem sido uma justificativa frequente na publicidade dessas corporações, que garantem que é pelo bem da sociedade e preservação da natureza que investem bilhões de dólares em pesquisa sobre plantas mais nutritivas e que precisam de menos agrotóxicos.

Nesse engodo, o mercado futuro vira população. Todavia, a produção atual já seria suficiente para alimentar 1 bilhão de pessoas que passam fome cotidianamente. Em todo o mundo, toneladas de alimentos têm o lixo como destino, que só representam um problema se não tiverem sido realizados enquanto mercadoria.

Mesmo reconhecendo que o problema da fome não é de produção, mas sim de distribuição, Veiga (2007) assevera a necessidade de desenvolvimento tecnológico para atender o aumento populacional:

O problema é que o crescimento populacional não será interrompido antes que se atinja o patamar próximo a 10 bilhões de seres humanos. Como o atendimento dessa demanda alimentar suplementar nem de longe poderá ser atendido pela simples extensão da área cultivada, quase tudo depende da evolução do rendimento físico de cada hectare cultivado. Por isso, o desafio de uma revolução “duplamente verde” é o de reproduzir os ganhos da primeira sem tergiversar sobre a conservação dos recursos naturais e a proteção geral

---

¹⁰ FAO DISCUTE DEMANDA MUNDIAL POR ALIMENTOS. Disponível em: <<http://www.org.br>>. Acesso em 26 abril de 2017.

do meio ambiente. Mais ainda: garantir que seus benefícios atendam prioritariamente às comunidades mais desvalidas (VEIGA, 2007, p. 15).

A preocupação com o meio ambiente e com os desvalidos do futuro, levou Silveira e Buainain (2007, p. 67) a preocuparem-se com os riscos causados não pela biotecnologia, mas pela aplicação da agroecologia:

A aposta em alternativas radicais para a agricultura encerra a visão de futuro que pode ser ainda mais arriscada do que a própria biotecnologia e coloca em jogo a própria capacidade de a humanidade usar seu conhecimento acumulado para promover a segurança alimentar. Quem garante que ao se embarcar na agroecologia radical não se estará colocando em risco não só a competitividade, mas também a capacidade de sustentar e ampliar a produção de alimentos e de energias de bases renováveis? E o sistema que emergirá da “recriação da natureza” pela agroecologia será mesmo sustentável, ou os desequilíbrios do passado poderão implicar desequilíbrios incontroláveis pelas tecnologias agroecológicas? Cabe também perguntar por que os transgênicos não seriam compatíveis com a agricultura orgânica e com os princípios fundamentais da agroecologia.

Na ânsia em defender a biotecnologia, Silveira e Buainain (2007) lançaram dúvidas sobre a viabilidade da agroecologia e mesmo de sua sustentabilidade. Mas, na dificuldade em negar essa sustentabilidade, terminaram por reivindicar que os transgênicos sejam aceitos como alimentos agroecológicos.

Mais uma vez a discussão é projetada para o futuro, nesses argumentos os autores demonstram uma preocupação que recai sobre aqueles que ainda não existem, mas podem um dia não ter alimentos suficientes. Todavia, as populações condenadas atualmente à fome e à desnutrição são ignoradas no debate.

Um dos setores que tem recebido significativos investimentos em P&D são os transgênicos. Abramovay (2007), por sua vez, chamou a atenção para a incapacidade de uma “gestão antecipada da contestabilidade” das empresas, capaz de diminuir perdas geradas pela recusa da sociedade pelos OGMs:

O que mais chama a atenção, sob o ângulo econômico, no debate contemporâneo a respeito da pesquisa e do uso de organismos geneticamente modificados na agropecuária é a capacidade de os movimentos sociais lançarem um conjunto de dúvidas a respeito do produto, que exigiu profunda reformulação em sua organização empresarial (ABRAMOVAY, 2007, p. 147).

O debate em torno dos benefícios e malefícios da biotecnologia para a saúde tem sido permeado por polêmicas e incertezas, que de certa forma, camuflam em alguma medida um ponto fundamental da questão, o controle dessas tecnologias por um reduzido número de corporações.

Atualmente, já há uma larga produção de alimentos transgênicos em todo o mundo e o Brasil ocupa o lugar de segundo maior produtor:

De 2005 a 2015, a área cultivada de transgênicos entre os principais países produtores do mundo mudou muito. Os Estados Unidos passaram de 50 milhões de hectares para mais de 70 milhões de hectares. Mas, foi no Brasil que o crescimento foi estarrecedor: saiu de menos de 10 milhões de hectares chegando a 2015 em mais de 40 milhões de hectares. Muito diferente do que ocorreu com Argentina, Índia, Canadá e China que tiveram crescimento normal (OLIVEIRA, 2016a, p. 449)

O acelerado crescimento de transgênicos no Brasil foi impulsionado principalmente pelo plantio de soja, milho e algodão. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio aumentou a liberação comercial dos OGMs ao longo dos anos. Em 2008, de acordo com relatórios técnicos divulgados por esse órgão, entre vacinas e plantas, foram concedidos 5 liberações comerciais, enquanto que em 2015, considerando ainda microrganismos e leveduras, esse número chegou a 22 liberações comerciais e em 2016, 18 liberações comerciais.

As principais empresas contempladas com essas liberações foram a Monsanto, a Dow AgroSciences, a Syngenta e a DuPont. Além das liberações comerciais, essas empresas têm buscado comprar outras companhias, principalmente os setores de sementes. Os oligopólios formados por essas empresas têm gerado crises no setor alimentar, conforme analisou Oliveira (2016a):

Desde 2008, tenho escrito que a crise dos alimentos tinha relação entre a expansão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos e, tenho ressaltado que dois processos monopolistas comandavam e comandam a produção agrícola mundial. De um lado está a territorialização dos monopólios e de outro, a monopolização do território. Estas empresas monopolistas do setor de grãos, atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes. A crise, portanto, tem dois fundamentos. O primeiro, de reflexo mais limitado, referia-se na época, à alta dos preços internacionais do petróleo e consequente elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos. O segundo era consequência do aumento do consumo, mas não do consumo direto como alimento como queria fazer crer o governo brasileiro, mas sim, decorria da opção norte-americana da produção do etanol a partir do milho. Este caminho levou à redução dos estoques internacionais desse cereal, e com ele elevação de seus preços e dos demais grãos: o trigo, o arroz e a soja. Assim, a “solução” norte-americana contra o aquecimento global tornou-se o paraíso dos ganhos fáceis dos players dos monopólios internacionais que nada produzem, mas sujeitam produtores e consumidores à sua lógica de acumulação (OLIVEIRA, 2016a, p. 121).

Dessa forma, observamos que a expansão dos transgênicos não somente não atenderam as necessidades alimentares da população, como pioraram as condições existentes, expondo a impossibilidade de associar essa expansão à promoção da segurança alimentar.

Além do setor de sementes, essas empresas controlam a produção e venda dos agrotóxicos, uma vez que os OGMs requerem venenos específicos, vendidos pelas próprias corporações que produzem as sementes. Dessa forma, controlam as sementes e os agrotóxicos, fazendo com que o produtor que decidir plantar a semente transgênica necessite comprar o agrotóxico específico para determinado plantio.

A promessa das empresas era reduzir o uso de agrotóxicos, pelo fato das plantas serem mais resistentes a pragas. Todavia, no Brasil, houve casos de aumento no uso dessas substâncias estimulado pelas plantas transgênicas. De acordo com Bombardi (2012, p. 2):

No mundo todo, na última década, houve um aumento expressivo no consumo de agrotóxicos, em função, sem dúvida de dois elementos: o primeiro é a transformação do alimento em combustível, ou seja, alguns dos cultivares que há séculos foram destinados à alimentação humana, têm se tornado “massa” para a produção de energia, dentre eles, destaca-se principalmente a cana, o milho e a soja. Associado a este fato, temos outro, que é o da transformação de alguns destes produtos também em commodities, como é o caso da soja. Estes cultivos - dissociados do sentido da alimentação - têm sido feitos através do arcaico binômio “latifúndio-monocultura”. Com relação aos principais cultivos no Brasil, ou seja, aqueles que ocupam maior área plantada, temos atualmente a soja ocupando cerca de 24 milhões de hectares, sendo que sua área plantada teve um aumento de mais de 100% em 20 anos; a cana ocupando cerca de 10 milhões de hectares, tendo dobrado sua área plantada em 10 anos e, o milho, ocupando cerca de 13 milhões de hectares. A expansão destes cultivos – o Brasil é o hoje o segundo maior exportador de soja e milho e o maior exportador de açúcar e álcool – é um dos fatores que explica o aumento no consumo de agrotóxicos no país.

Um exemplo desse aumento ocorreu com produtores agrícolas na Bahia, que tiveram problemas com lagartas que atacaram as lavouras transgênicas e utilizaram ainda mais agrotóxicos do que o previsto inicialmente. “A lagarta *Helicoverpa* atacou lavouras de milho, soja e algodão, causando prejuízo de R\$1 bilhão no oeste baiano, uma das últimas fronteiras do agronegócio, e se estendendo a outros 11 estados. No total, prejuízo de R\$ 2 bilhões” (TUBINO, 2013).

Desde 2009, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Esse consumo tem gerado problemas de saúde para os camponeses e consumidores, além de contaminação do ambiente.

No Brasil, a venda de agrotóxicos sem controle e falta de acompanhamento técnico têm provocado situações de risco no uso dessas substâncias. Nesse sentido, os agricultores nem sempre receberam orientação de um agrônomo sobre dosagem e tipo mais adequado para determinada praga, além disso, muitas vezes aplicaram o veneno sem nenhum equipamento de segurança, ficando diretamente expostos ao veneno.

De acordo com dados do SINITOX, de 1999 a 2009, foram notificados “62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola. Isto significa que tivemos por volta de 5.600 intoxicações por ano no país, o que equivale a uma média de 15,5 intoxicações diárias, ou uma a cada 90 minutos.” (BOMBARDI, 2011, p. 6)

As intoxicações por agrotóxico levaram a óbito nesse mesmo período, um total de 1.876 pessoas em todo o Brasil. Além disso, de acordo com Bombardi (2011, p. 20), “Os sintomas agudos de tais intoxicações são apenas a ponta do Iceberg de um problema muito mais amplo que fica escondido por trás da subnotificação destes casos e da quase ausência de informação sobre as doenças crônicas causadas por tais exposições”.

Além dos problemas de saúde dos agricultores, que sofreram diretamente a exposição direta aos agrotóxicos, ocorreu uma contaminação em cadeia. Os alimentos pulverizados com os venenos afetaram o solo e os mananciais hídricos. A persistência dessas substâncias nos alimentos depois de colhidos também representaram risco real para os consumidores.

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Anvisa foi iniciado em 2001 e consistia num projeto com objetivo de avaliar a qualidade dos alimentos em relação à contaminação por agrotóxicos. Em 2003, através da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 119/03, foi transformado em Programa e passou a ser desenvolvido em parceria com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) (ANVISA, 2016).

Os relatórios da Anvisa demonstraram que vários alimentos comercializados livremente no Brasil registraram presença de agrotóxicos. Mesmo que algumas amostras estivessem dentro do Limite Máximo de Resíduos – LMR, não significou dizer que fossem plenamente seguros para consumo e que não possam acarretar problemas a longo prazo. No relatório 2013-2015, 57,7% dos agrotóxicos pesquisados foram encontrados nas amostras recolhidas:

Ao todo, foram pesquisados até 232 agrotóxicos diferentes.¹⁴ Destes, 98 agrotóxicos não foram detectados nos alimentos monitorados. Foram detectados resíduos de 134 agrotóxicos diferentes nas 12.051 amostras analisadas, resultando em 22.721 detecções. Os agrotóxicos carbendazim, acefato, ditiocarbamatos (precursores de CS₂) e tebuconazol apresentaram o maior índice de detecções.

Destaca-se o carbendazim, o qual foi detectado em 2.553 amostras, correspondendo a 21% das amostras analisadas no período de 2013 a 2015. Destas, 327 amostras foram consideradas insatisfatórias (ANVISA, 2016, p. 31).

O carbendazim tem gerado problemas na exportação de cítricos, por apresentarem concentrações mais elevadas do que o permitido em alguns outros países. De acordo com Oliveira (2016a, p.492):

O carbendazim é um benzimidazol, classificado como medianamente tóxico (classe III), agrotóxico fungicida, que causa aberrações cromossômicas (KIRSCH-VOLDERS et al., 2003; MCCARROLL et al., alimentos contaminados 2002) e desregulação endócrina do sistema reprodutivo masculino de ratos (HESS; NAKAI, 2000; NAKAI et al., 2002; GRAY et al., 1989, 1988). O carbendazim também foi responsável pela contaminação de suco de laranja brasileiro devolvido pelo governo americano, pois este agrotóxico teve o registro cancelado naquele país (FDA, 2012) (OLIVEIRA, 2016a, p. 492).

Dessa forma, observamos que efetivamente o oligopólio no setor agroquímico tem gerado aumento do uso de agrotóxicos, seja nas lavouras convencionais, seja na produção de transgênicos. Processo que tende a ser intensificado com o controle cada vez maior de um número reduzido de corporações.

No setor de agrotóxicos, no Brasil, há o domínio do mercado pela Bayer e Basf (alemãs), Cofco (chinesa/suíça ex-Syngenta), DuPont e Dow Chemical que acertaram fusão e criando gigante de US\$ 130 bilhões, criando três negócios nas áreas de agricultura, commodities e produtos químicos, e a Monsanto (norte-americanas) e ChemChina (chinesa/israelense), que, juntas, formam oligopólios privados de multinacionais estrangeiras na economia nacional (OLIVEIRA, 2016a, p. 475).

As fusões entre grandes corporações indicam um aumento de concentração de conhecimento tecnológico e do poder desses grupos. De acordo Toplensky (2017), a União Europeia aprovou a fusão de US\$ 145 bilhões entre as americanas Dow Chemical e a DuPont. Estão previstas ainda a compra da suíça Syngenta pela ChemChina, por US\$ 43 bilhões e a compra da americana Monsanto pela alemã Bayer, por US\$ 66 bilhões.

A hegemonia dos oligopólios do setor agroquímico indica uma pressão crescente por liberações nos países para plantio e comercialização dos transgênicos e dos agrotóxicos. As pesquisas que devem comprovar que os OGMs e venenos não representam risco à saúde têm tido a idoneidade contestada, conforme divulgado em matéria do Jornal Valor Econômico, em 16/03/2017:

E-mails trocados internamente na Monsanto e que se tornaram públicos no âmbito de um processo nos EUA indicam que funcionários da companhia teriam escrito anonimamente estudos atestando que o glifosato não causa câncer, baseando as decisões regulatórias da Agência de Proteção Ambiental (EPA).

Smith (2009) analisou que os interesses particulares das empresas sobrepujaram as normas e legislações locais. Dessa forma, a comprovação da segurança no uso dos OGMs e dos

agrotóxicos pelas pesquisas beneficiaram esses oligopólios, ao invés de garantirem os direitos da sociedade.

No Brasil, a pesquisadora Lia Giraldo solicitou em 17 de maio de 2007 o seu desligamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, alegando não concordar com a forma de trabalho da comissão para liberação dos OGMs. A pesquisadora criticou a falta de transparência e a pouca participação da sociedade no processo de liberação da comercialização. Além disso, afirmou que há utilização de subterfúgios para conceder as liberações. Conforme explicitamos no trecho a seguir:

Outro fato ilustrador é o caso da apreciação do pedido de liberação comercial da vacina contra a doença de Aujeszky (em que também participei como um dos relatores). Os únicos quatro votos contra a liberação não seriam suficientes para sua rejeição. No entanto, o fato de não se ter 18 votos favoráveis impediu a sua aprovação e este fato foi utilizado amplamente para justificar a redução de quórum de 2/3 para maioria simples nas votações de liberação comercial de OGM. Ocorre que o parecer contrário à aprovação desse processo trouxe uma série de argumentos que sequer foram observados por aqueles que já tinham decidido votar em favor de sua liberação. Essa vacina está no mercado internacional há 15 anos e só é comercializada em 5 países, nenhum deles pertence à Comunidade Europeia. Esta observação levou-me a investigar as razões para tal e encontrei uma série de questões que contraindicam seu uso na vigilância sanitária de suínos frente aos riscos de contrair a doença de Aujeszky e que também são seguidas pelo Brasil. Infelizmente este fato foi utilizado politicamente no Congresso Nacional como argumento para justificar a redução do quórum para liberação comercial, mostrando que os interesses comerciais se sobrepõem aos interesses da biossegurança com o beneplácito da CTNBio. (AUGUSTO, 2009, p.18)

Apesar da força constituída pelos oligopólios e do avanço dos transgênicos, a sociedade civil organizada e os movimentos sociais têm lutado para impedir a destruição da biodiversidade, o uso indiscriminado de agrotóxicos e o total controle das sementes por essas empresas.

Além disso, a preocupação com uma alimentação mais saudável e as dúvidas sobre a segurança no consumo de alimentos transgênicos têm colaborado para o aumento da demanda por alimentos orgânicos, setor que tem obtido um significativo crescimento.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa em Agricultura Orgânica¹¹, de 2014 a 2015, houve um aumento de 7,2% no número de produtores orgânicos em todo mundo, setor que movimentou 75 bilhões de euros nesse mesmo período¹². Os maiores mercados estiveram

¹¹ Instituto de investigação, desenvolvimento e consultoria de agricultura orgânica com sede na Suíça, Alemanha e Áustria. <http://www.fibl.org/de/ueber-uns.html>

¹² Em matéria divulgada no Globo Rural o volume comercializado entre 2015 e 2017 movimentou US\$90 bilhões. <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2017/01/organicos-modismo-ou-fato.html>

concentrados nos Estados Unidos (35 bilhões de euros), na Alemanha (8.6 bilhões de euros) e na França (5.5 bilhões de euros) (WILLER; LERNOUD, 2017).

Em relação à área de orgânicos cultivada em milhões de hectares, destacaram-se a Austrália (22.69), Argentina (3.07), Estados Unidos (2.0), Espanha (1.97), China (1.61), Itália (1.49), França (1.38), Uruguai (1.31), Índia (1.18) e Alemanha (1.09). Foram contabilizados 2.4 milhões de produtores que cultivam orgânicos, distribuídos principalmente na Índia (585.000), Etiópia (203.602), México (200.039) e Uganda (190.670) (WILLER; LERNOUD, 2017).

O relatório apresentou ainda os países destinatários à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), da OCDE. Destacando que 1/4 das terras destinadas à agricultura orgânica no mundo estão localizadas em países integrantes do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) distribuídos, em milhões de hectares, entre América Latina (6.6), Ásia (3.9) e África (1.7). Os países da DAC com maior área destinada à produção orgânica foram Argentina (3.1), China (1.6), Uruguai (1.3), Índia (1.2) e Brasil (0.8). Considerando a área agrícola total e a área destinada a orgânicos, destacaram-se São Tomé e Príncipe (13.8%), Samoa (9%) e Uruguai (4%) (WILLER; LERNOUD, 2017).

O Brasil apareceu no relatório com um número de 10.323 produtores que, de acordo com a referência utilizada, correspondia aos agricultores cadastrados no MAPA com certificação de orgânicos no momento da consulta no ano de 2015 (em dezembro de 2015 esse número já era de 11.651).

Todavia, pelos dados do IBGE, no Censo Agropecuário 2006 foram contabilizados 90.497 estabelecimentos, incluindo os não certificados que se declararam produtores de orgânicos ou agroecológicos e excluindo os que não usavam agrotóxicos, mas não se declaravam produtores de orgânicos ou agroecológicos.

Em relação ao consumo, os países com maior média per capita no consumo de orgânicos foram (em euros): Suíça (262), Dinamarca (191), Suécia (177), Luxemburgo (170), Liechtenstein (142), Áustria (127), Estados Unidos (111), Alemanha (106), França (83) e Canadá (77). Em relação aos principais países exportadores de orgânico, o relatório destaca países como Estados Unidos, Itália, Holanda, Vietnã, Espanha e Austrália (WILLER; LERNOUD, 2017).

A partir dos dados apresentados por Willer e Lernoud (2017), observamos que os países com maior número de produtores de orgânicos não corresponderam aos maiores mercados de orgânicos. Nesse sentido, em relação ao primeiro caso, destacaram-se países pobres, com elevada população rural e com áreas de baixa tecnificação agrícola. Já os mercados consumidores de orgânicos foram formados pelos países mais ricos.

O crescimento do mercado de orgânicos tem causado algumas modificações e redirecionamento de alguns investimentos dos oligopólios que, mesmo com operações voltadas principalmente para a biotecnologia, com foco nos transgênicos e convencionais, têm diversificado os investimentos e entrado nesse mercado.

Destacamos um trecho de matéria jornalística sobre o interesse da Monsanto em investir no setor de orgânicos:

A maior empresa de biotecnologia do mundo está de olho no mercado de orgânico. A Monsanto estuda certificar sementes de hortaliças para atender o crescente segmento de agricultores dos EUA voltados a essa forma de produção, que dispensa o uso de adubos químicos e agrotóxicos (BARROS, 2016)

Um outro exemplo das adequações das empresas às mudanças nos padrões de consumo dos clientes ocorreu com a Unilever, que tem tido problemas com a venda de margarina e pretende sair desse mercado. “O declínio do segmento é atribuído à mudança global de hábitos do consumidor, que voltou a consumir manteiga – antes vista como vilã da saúde e agora alçada à opção mais saudável do que as gorduras vegetais” (BORTOLOZI, 2017).

Sobre a estabilidade dos ganhos da Nestlé no primeiro trimestre de 2017 em comparação com o primeiro trimestre de 2016 (US\$ 21 bilhões, alta de 0,5% na comparação anual), avaliou-se que:

O resultado praticamente estável foi afetado pelo enfraquecimento do mercado na América do Norte, com a fabricante de alimentos enfrentando um crescimento global lento e uma mudança nos gostos dos consumidores. O crescimento orgânico, que exclui os efeitos cambiais, aquisições e desinvestimentos, foi 2,3%. A companhia não informa os dados trimestrais de lucro. Os resultados destacam os desafios que a Nestlé e outras empresas de bens de consumo enfrentam, incluindo o fraco crescimento econômico, as dificuldades para aumentar os preços e o fato de os consumidores se voltarem cada vez mais para alimentos cultivados localmente e comida orgânica (VALOR ECONÔMICO, 20/04/2017)

Dessa forma, o padrão de consumo nos países ricos tem tido impacto nos ganhos das grandes corporações e influenciam alguns redirecionamentos nas tomadas de decisão. A Danone, por exemplo, anunciou que pretendia reduzir a quantidade de ingredientes transgênicos em algumas linhas de produtos. “Algumas marcas de seu portfólio, como os iogurtes Oikos e Danimals usarão mais matérias-primas convencionais (que não passaram por alteração genética). Isso inclui a ração fornecida às vacas que produzem o leite para os iogurtes” (VALOR ECONÔMICO, 18/10/2016).

O Carrefour, por sua vez, abriu lojas de varejo especializadas em venda de produtos orgânicos na França. A rede que já conta com 10 lojas foi denominada de Carrefour Bio e está sendo testada em Paris e arredores. A empresa comprou o site francês Greenweez, especializado em vendas on-line de produtos orgânicos. No Brasil, a rede tem buscado aumentar a oferta desses produtos nos supermercados (FERNANDES, 2016).

Para Lecoivre (2017), a agricultura orgânica encontra-se ameaçada pela indústria do orgânico, com efeito de intensificar as tentativas de flexibilização das normas impostas a esse tipo de produção.

De acordo com dados apresentados pela referida autora, conforme destacamos no mapa 3, na Europa, os grandes e médios supermercados e as lojas especializadas apresentaram os maiores percentuais de canais de distribuição dos orgânicos.

Mapa 3: A agricultura orgânica na União Europeia, 2015.

Fonte: (Lecoivre, 2017).

Nesse sentido, esse processo demonstrou que:

Ao se integrar aos circuitos e às lógicas financeiras dominantes, a agricultura orgânica, que se esperava representasse uma solução de mudança para um sistema global, não corre o risco de perder sua essência? A partir de agora, uma agricultura orgânica com duas velocidades se esboça. A primeira, guiada pelos novos atores desse mercado, baseia-se num respeito mínimo das normas, chegando a reproduzir as aberrações e desigualdades do sistema convencional. A segunda tenta preservar sua especificidade reforçando os compromissos por meio de regulamentos mais exigentes ou das associações de produtores. Resta saber se os consumidores terão como identificar as diferenças entre as duas (LECOEUVRE, 2017, p. 23).

Esses movimentos indicam que o setor de orgânicos não está restrito à atuação dos pequenos produtores e ainda que está sendo incorporado aos processos de monopolização do território e territorialização do monopólio do setor agrícola. O redirecionamento desses oligopólios para o setor de orgânicos pode dificultar as iniciativas locais independentes e desorganizar as práticas contra-hegemônicas dos camponeses.

3. As possibilidades de superação da monopolização do território e da territorialização do capital pelo campesinato

A classe camponesa, como destacamos, consistiu, por sua permanência na sociedade capitalista, num desafio teórico que persistiu ao longo dos séculos. De acordo com as teorias do fim do campesinato, os avanços técnicos proporcionados pela modernidade deveriam destruir as relações sociais de produção não enquadradas na divisão de trabalho em curso.

Diferente de como a teoria do fim do campesinato havia previsto, a realidade de onde partem nossas análises tem sido marcada historicamente pela presença do campesinato e por um significativo quadro de desigualdade social, em que os territórios em disputa constituíram-se através da luta pela sobrevivência.

Nesse sentido, buscamos compreender essas desigualdades por meio do conceito de território, construído a partir da luta de classes. Essa abordagem colaborou na elucidação da classe camponesa e sua luta contra o latifúndio, imposta no enfrentamento cotidiano da fome e da violência.

Além disso, procuramos compreendê-los a partir de um horizonte de mudança e não de integração à sociedade de consumo que, de acordo com Martins (2002, p. 45), é vista “como referência para definir o destino das vítimas extremas dessa mesma sociedade”.

Para analisar essas questões, apresentaremos três itens. No primeiro item, intitulado **Terra, Território e Questão Agrária**, analisaremos a luta camponesa pela terra, buscando compreendê-la a partir dos processos de monopolização do território e de territorialização do monopólio.

Procuramos analisar esse processo também a partir da agricultura orgânica ou agroecológica, dessa forma, em **Produção orgânica e agroecológica no Brasil**, apresentaremos um levantamento estatístico sobre a agricultura orgânica e agroecológica, comparativamente aos estabelecimentos convencionais, com base em dados do Censo Agropecuário 2006 e do Cadastro Nacional de Produtores de Orgânicos registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

No último item, intitulado **As práticas agrícolas contra-hegemônicas**, discutiremos a permanência das práticas tradicionais da agricultura camponesa dentro da modernização da agricultura e a busca pela superação da subordinação pelos movimentos sociais do campo.

3.1. Terra, Território e Questão Agrária

No curso de seu desenvolvimento, o capitalismo na Europa se valeu da destruição das economias comunitárias no Brasil. Nesse âmbito, a dominação dos povos, o saque das riquezas e a apropriação das terras fizeram parte da reprodução ampliada do capital europeu para além de sua própria magnitude.

Foram a partir de atos violentos de natureza colonizadora que se constituíram as bases da construção territorial do Brasil. Por conseguinte, a singularidade da construção do capitalismo no país é marca indelével das contradições presentes nas nossas relações sociais, políticas e econômicas.

Destarte, compreender as relações forjadas entre dominadores e dominados a partir do conceito de território nos auxilia a pensar as dissimetrias das relações estabelecidas nessas situações de contato. De acordo com Raffestin (1993, p. 143):

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

A distinção apresentada pelo referido autor entre espaço e território evidencia que em sua concepção esses termos não são equivalentes. Nessa acepção, o espaço antecede o território e é nele que o trabalho do homem projeta energia e informação, transformando-o em território.

Nos séculos XIV e XV, a produção territorial na Europa era predominantemente urbana, conduzida a partir dos objetivos das cidades em desenvolvimento e cada vez mais a ligação entre o campo e cidade se constituiu em uma história de aquisição ou de perda da autonomia (RAFFESTIN, 1987).

Assim, a formação territorial brasileira situou-se em um processo pelo qual a subjugação dos povos ocorreu face aos interesses desse desenvolvimento urbano, em que a ação da população nativa estabeleceu novas relações com o espaço geográfico para atender as demandas crescentes do desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido, o território pode ser apreendido como:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da

luta de classe travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 2007a, p.74).

As relações de poder estabelecidas na nossa formação territorial foram construídas a partir de uma significativa dissimetria entre a energia despendida na realização do trabalho e as informações decorrentes dos avanços técnicos a que ela servia, predominando assim a concentração de energia no trabalho e a restrição de informações na construção territorial. Esse processo de construção territorial:

[...] é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução (OLIVEIRA, 2007a, p.74).

A partir das relações de poder estabelecidas nas situações de contato iniciais, as disputas territoriais que se seguiram não ficaram cristalizadas no tempo e no espaço, ao contrário, foram agregadas de fatos novos que evidenciavam as especificidades com que se construíram os territórios e as territorialidades.

Sobre territorialidade, Raffestin (1993, p. 161), destacou que:

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a "face vivida" da "face agida" do poder.

A territorialidade representa a dimensão vivida do território, tanto material quanto existencial, onde a partir do exercício do poder são estabelecidas as bases das relações humanas. Assim, a territorialidade se expressa de forma material e imaterial, de maneira concreta ou simbólica.

As especificidades da construção territorial no Nordeste relacionam-se de forma muito aproximada com a instalação da economia açucareira. A partir dela, os recursos destinados à estruturação dos engenhos, à mão de obra escrava africana e indígena e ao comércio do açúcar tornaram-se elementos importantes na compreensão das disputas territoriais.

Essas disputas ocorreram em distintas escalas e temporalidades. Elas foram levadas a cabo entre aqueles que desejavam o "*mare clausum*", mar fechado, como Portugal, e o "*marelibrum*", mar livre, como Inglaterra, França e Holanda e entre aqueles que, como os indígenas, lutaram para recuperar o território invadido. Nesses momentos, formaram-se

alianças complexas, que uniam diferentes nacionalidades e deixavam em lados opostos tribos indígenas de distintas etnias.

O domínio territorial apareceu enquanto questão central em um momento em que a terra era de certa forma livre. Nesse sentido, o trabalho escravo possibilitou a coerção da mão de obra disponível, cuja restrição de liberdade impediu o acesso desses trabalhadores à terra.

Além disso, as capitanias hereditárias e as concessões de sesmarias permitiram que o sistema de *plantation* fosse desenvolvido sem necessidade de aquisição de terras mediante a compra, ou seja, pelo adiantamento em dinheiro. Sendo assim, a terra, bem como a fertilidade do solo foram incorporadas sem qualquer custo pelos colonizadores.

De acordo com Martins (2010), no Brasil, se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser cativo e se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser cativa. Essa compreensão demonstra um aspecto importante da matriz estrutural e histórica da sociedade atual, ligada à forma com que a terra foi tratada ao longo desse processo de formação territorial.

Nesse sentido, é sabido que o sistema sesmarial foi aplicado em Portugal desde o século XIV para estimular a agricultura mediante a crise econômica agravada pela peste negra. Visava condicionar as doações de terra à obrigatoriedade do cultivo. Na concepção de Motta (2009), sua reaplicação no Brasil legitimou juridicamente o direito de Portugal sobre as terras ocupadas, pois a lei de sesmarias:

[...] havia se instituído para fazer face à crise da agricultura do século XIV e condicionava a doação de terras à obrigatoriedade do cultivo. Há sólidos vestígios de que, desde cedo, o que se transmitia - em grande parte das doações - era um domínio perpétuo e alienável. Ao mesmo tempo, ela se tornara o instituto jurídico que sedimentou a propriedade legal das terras aos desbravadores do território de Ultramar, tornando-se com o tempo o "título legítimo", o documento que referendava a propriedade de alguns, em detrimento de outros (MOTTA, 2009, p.219).

Contudo, sua implantação em território brasileiro ocorreu muitas vezes em terras desocupadas, onde não havia qualquer resquício de prática agrícola, em outros casos, sobrepôs o direito de alguns em detrimento de outros, que de fato utilizavam a terra para a agricultura¹³.

Como a sesmaria estava calcada na obrigatoriedade do aproveitamento da terra, terminava por tornar legítima a posse daqueles que precisavam dela para sobreviver e, portanto, contrariava interesses daqueles que queriam assegurar o domínio sem de fato fazer da terra um

¹³ Os donatários das capitanias hereditárias podiam realizar doações de sesmarias, que deviam ser cultivadas num prazo de três a cinco anos, caso não fosse comprovada a ocupação produtiva, a terra deveria retornar a coroa portuguesa. "Este é o sentido original do termo terras devolutas – terras concedidas e não-aproveitadas que retornavam ao doador" (SILVA; SECRETO, 1999, p. 114).

uso produtivo. Ou seja, criou-se um dilema entre aqueles que tinham a posse e outros que tinham ou reivindicavam o domínio.

Antes da proclamação da independência do Brasil, durante a regência de D. Pedro, em 17 de julho de 1822, foi revogada a concessão das sesmarias. Nesse sentido:

A sesmaria fundara a propriedade territorial no Brasil e estabelecia um constrangimento estranho aos interesses do liberalismo, sempre pronto a fazer cumprir a lei "na casa do vizinho". Era preciso deslegitimar a noção de que a propriedade da terra deveria estar assentada na obrigatoriedade do cultivo (MOTTA, 2009, p. 261).

Com o fim das concessões sesmarias, seguiu-se apenas com a criação de novas posses, que ainda constituíam uma forma aceita de aquisição de terras pela resolução do Príncipe Regente, fazendo com que na primeira metade do século XIX, o número de posses já fosse maior que o número de propriedades legítimas (SILVA; SECRETO, 1999).

Foi a partir da Lei de Terras de 1850, que a terra no Brasil passou a ser adquirida por meio da compra, consolidando um novo sentido de propriedade. Analisando as consequências no mercado de terras brasileiro, Silva e Secreto (1999) demonstraram que essa lei transformava posseiros e sesmeiros em proprietários plenos:

Vista sob um prisma bastante geral, a lei de 1850 desempenhou o importante papel de delimitar o espaço de relacionamento entre o poder público e os proprietários de terras, através da legalização da situação irregular de sesmeiros e posseiros. Se atentarmos para o fato de que o sistema anterior era caracterizado pela doação condicional, a lei introduzia uma modificação de profundo significado social que era transformar sesmeiros e posseiros em proprietários plenos, nos termos do use e abuse do direito romano (SILVA; SECRETO, 1999, p. 121).

Diversos estudos buscaram analisar as consequências dessas leis nas mudanças sociais em curso no território brasileiro. Em diferentes interpretações, a Lei de Terras de 1850 foi vista como instrumento de bloqueio de terras para os despossuídos, como os escravos, em vias de libertação com o fim do regime escravocrata (DEAN, 1971, *apud* SILVA E SECRETO, 1999)¹⁴. Outra interpretação viu na mão de obra imigrante uma demanda por terras capaz de incrementar o seu preço (MARTINS, 2010). Para Silva e Secreto (1999, p.110):

Esta intervenção estatal na economia que visava à formação de um mercado de terras nas antigas colônias européias deve ser entendida como fazendo parte

¹⁴ DEAN, W. Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v. 51, n. 4, Sept. 1971.

do processo de formação do mercado mundial de terras e de produtos agrícolas, que inseriu definitivamente essas regiões no esquema de um mercado mundial auto-regulável na célebre formulação de Polanyi.

Pesquisando sobre as consequências efetivas da aplicação da Lei de Terras de 1850, Silva e Secreto (1999) entenderam que apesar da intenção em estabelecer um mercado de terras baseado na compra e venda, na prática, esse processo não foi desencadeado de imediato com a instalação da referida lei, ao que podem ser elencados alguns elementos, como: 1. A dubiedade residual na lei sobre a posse de terras, que deixou margens para sua continuidade e legalização; 2. A lei hipotecária de 1864, cuja adjudicação forçada não beneficiava os bancos¹⁵.

Com o fim do Império e instalação da República, a jurisdição estatal das terras não colaborou para um melhor controle e disciplinamento. Na concepção de Silva e Secreto (1999, p. 124):

Protegidos pela aplicação perversa da cláusula que garantia as posses (cultura efetiva e morada habitual), multiplicaram-se os “grilos” e as posses irregulares e continuou o processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado sem controle dos poderes públicos e sem que estes manifestassem grande preocupação com o uso anti-social das terras apropriadas.

Também no Nordeste, o mercado de compra e venda de terras não substituiu de imediato a posse como forma de ocupação. Desde o século XVIII, a atividade açucareira vinha perdendo dinamicidade, em virtude das oscilações do preço do açúcar no mercado externo. Para Andrade (2003), desde então, o Nordeste se tornara uma região fornecedora de braços para outras regiões, principalmente pelo comércio de escravos.

Destacamos que a posse, enquanto lugar de moradia e de lavoura de autoconsumo no Nordeste, foi a forma pela qual muitos camponeses buscaram legitimar seu direito sobre a propriedade da terra, não sendo, portanto, exclusividade de ações de grilagem, em que era comum a inexistência de qualquer prática produtiva. Nesse sentido, a distinção entre o posseiro camponês e o grileiro de terras deve ser bem marcada, sobretudo, para não esvaziar o sentido de função social da terra existente na primeira acepção, em que:

---

¹⁵ "A lei hipotecária de 1864 atualizou a legislação herdada do período colonial, mas no que dizia respeito ao empréstimo com base na propriedade territorial manteve a adjudicação forçada. Este dispositivo significava que o credor era obrigado a receber as terras hipotecadas pelo fazendeiro, caso este não pudesse saldar os seus compromissos. De acordo com a nova lei, nenhum empréstimo podia ultrapassar a metade do valor da garantia oferecida pelo devedor hipotecário. Nessas condições, quando o devedor não saldava seus compromissos e o credor conseguia a ordem de execução judicial, o fazendeiro entregava sua propriedade, exigindo restituição em dinheiro de metade do valor da mesma" (SILVA; SECRETO, 1999, p.122).

A propriedade é um conjunto de capacidades, possibilidades e faculdades de que goza incondicionalmente o indivíduo. Ela é para muitos a garantia de felicidade e há, portanto, um nexó estreito entre individualização da propriedade e satisfação do indivíduo. Mas, enquanto construção histórica, a terra se liga às relações de parentesco, vizinhança, profissão e credo. Ela é isso e muito mais. Ela é o local de sua moradia, é a visualização de sua paisagem, é também sua segurança física (MOTTA, 2009, p.265).

Buscando compreender a formação econômica no Nordeste brasileiro, Furtado (2003) entendeu que a impossibilidade de ocupação de terras na região açucareira levou parte da população pobre livre a ocupar a fronteira móvel do interior criatório. De acordo com o referido autor, a elasticidade da pecuária em receber esse contingente populacional dava-se pela abundância da terra, o que em períodos de retração econômica tendia a se transformar em uma economia decadente.

Para Andrade (2011), por sua vez, até a primeira metade do século XIX, o trabalho escravo era predominante no Nordeste, que passou a ser substituído pelo trabalho de moradores a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, conforme apontou o autor: “Surgiu assim, aquilo que se chamou de “moradores de condição”, constituindo grande parcela dos trabalhadores do campo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX” (ANDRADE, 2011, p. 109).

No final do século XIX, com o avanço da cultura do algodão e com a grande seca de 1877, muitos proprietários venderam grandes levas de escravos para fazendeiros do Sul, absorvendo cada vez mais a mão de obra livre existente na região. Apesar dos trabalhadores serem livres, não houve uma transição direta para o trabalho assalariado, pois, muitas vezes, os contratos entre proprietários e moradores eram feitos sem remuneração, em que o morador trabalhava na terra do proprietário e seu “pagamento” constituía-se na concessão de cultivar produtos para subsistência numa pequena porção dessas terras.

Na concepção de Martins (2010), a transferência de renda para fazendeiros do Nordeste pelo tráfico interprovincial de escravos, cujos estoques de mão de obra cativa foram substituídos por moradores e agregados, possivelmente, permitiu a transferência de recursos por parte desses fazendeiros para propriedades rurais e imóveis urbanos em São Paulo.

Ainda em fins do século XIX, na tentativa de modernizar o parque açucareiro, foram criados os engenhos centrais, com a função de separar a atividade agrícola da industrial, porém, a tentativa foi fracassada, tanto pela obsolescência das máquinas, quanto pelos fornecedores que não cumpriam os acordos de abastecimento. Foram então criadas nesse mesmo período as

usinas de açúcar, todavia, sem muito planejamento, tornando-se em curto espaço de tempo inativas, de “fogo morto”, como os velhos banguês.

Sobre os engenhos centrais, destacou Andrade (2011, p. 102 - 103):

Os engenhos centrais seriam maquinismos possantes, capazes de esmagar canas de vários engenhos banguês e de fabricar açúcar de melhor qualidade e que, de acordo com os estadistas que os idealizaram, separariam a atividade agrícola da industrial. Estes engenhos, que seriam montados com garantia de obtenção de juros dos capitais empregados – garantia esta dada pelo governo –, pertenciam a companhias estrangeiras que não poderiam cultivar cana, não usariam o braço escravo e, como iriam receber matéria-prima de áreas muito amplas, muito mais extensas que a de um engenho banguê, deveriam construir estradas de ferro a fim de que estas substituíssem os rotineiros carros de boi no transporte da cana, dos partidos até a fábrica.

Estes engenhos centrais seriam, porém, apesar da aplicação de capitais estrangeiros, um sério fracasso; a maioria deles não moeu mais de um ano. Esse fracasso deu margem ao aparecimento da usina e à transformação de alguns engenhos centrais em usinas, mantendo-se, assim, a atividade agrícola e a industrial em uma só mão.

Nesse período, Sergipe era o estado que possuía maior quantidade de usinas, chegando a 70 usinas em 1920, seguido por Pernambuco, com 54 usinas, Bahia, com 22 usinas e Alagoas com 15 usinas. A Paraíba só contava com duas usinas nesse período. A produção não estava ligada ao número de usinas, devido à diferença de porte das mesmas, assim, Pernambuco possuía a produção mais expressiva do Nordeste, seguido por Alagoas, que produzia o dobro de Sergipe (ANDRADE, 2011).

Diferente dos engenhos centrais, a instalação de usinas não separava a atividade industrial da atividade agrícola, gerando um processo de concentração fundiária no Nordeste. De acordo com Andrade (2011, p. 117):

As usinas, ao serem instaladas, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior à capacidade de produção – dentro das condições técnicas então dominantes – dos engenhos a elas vinculados, e tratavam de adquirir mais terras para atender à fome de canas de suas moendas. Adquiridas as terras sem certo planejamento, o desequilíbrio passava a proceder de forma contrária, ficando as máquinas com capacidade inferior à produção agrícola, e tratavam os usineiros de adquirir novas máquinas. Assim, ampliando as terras e as máquinas, elas iam acentuar cada vez mais a concentração fundiária.

O autor afirmou que mesmo com o avanço das usinas, os banguês não desapareceram por completo, suprimindo as demandas do mercado consumidor regional, porém, a partir da segunda metade do século XX, estes passaram a diminuir pouco a pouco e na atualidade

praticamente não existem mais. A produção de açúcar passou a concentrar-se em determinadas usinas, responsáveis pela maior parte da produção nos estados, como a usina São João, na Paraíba, o grupo Bezerra de Melo e o grupo Dias Lins, em Pernambuco; e o grupo Serra Grande, em Alagoas. De acordo com Andrade (2011, p.121):

A grande concentração fundiária tornou-se um dos mais graves problemas do Nordeste, sobretudo nas áreas de elevadas densidades demográficas, como a Mata e o Agreste. Tal fato tornou a região açucareira da Mata uma área de forte tensão social e de choques entre proprietários e assalariados.

A partir do exposto, considerando os estudos sobre a economia açucareira no Nordeste, bem como da legislação agrária em vigor no período, podemos afirmar que a propriedade da terra enquanto questão central ganhou maior evidência com a introdução das usinas de cana-de-açúcar. Nesse sentido, o processo de territorialização do capital intensificou-se à medida que, para suprir a capacidade produtiva das usinas, foram sendo agregadas cada vez mais terras.

Retornando aos estudos de Oliveira (2007a), observamos que os processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção mundial, desenvolvido de forma contrária e combinada, colaboram para o entendimento da lógica da construção do território na agricultura.

Dessa forma, a territorialização do capital através da implantação das usinas de cana-de-açúcar não desencadeou um movimento de modernização homogêneo, capaz de engendrar o assalariamento como única forma de relação de trabalho existente.

O desenvolvimento da agricultura (pela industrialização) revela assim que o capitalismo está unificando contraditoriamente o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o capitalismo tornou-se também proprietário de terra, portanto latifundiário. Isso se deu também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria (OLIVEIRA, 2007a, p. 105).

Na produção canavieira do Nordeste, o dono da usina e o proprietário de terras eram uma só pessoa. Essa característica diferenciou-a do caminho clássico do capitalismo, de separar a produção capitalista da propriedade de terras. Nessa junção, a terra se converteu em renda capitalizada, mas, em alguns casos, não houve necessidade de se fixar dinheiro na terra, visto que estas foram apropriadas por métodos ilegais, com certidões e registros falsos.

Além disso, no estado da Paraíba, as usinas foram impulsionadas pelo poder público, com isenção de impostos que variavam entre 5 e 15 anos, ou abatimento no imposto de

transmissão por compra. Assim, gradativamente, as usinas incorporavam pouco a pouco os engenhos de açúcar (MOREIRA; TARGINO, 1997).

No caso da Paraíba, esse processo de transferência de titularidade teve por consequência a concentração de quase todas as terras das Usinas situadas no Litoral, nas mãos de uma única família: a família Ribeiro Coutinho. Só a Usina Monte Alegre não pertenceu a essa família, que foi a maior beneficiada com os incentivos governamentais dirigidos para o setor. E é ela quem irá, durante longos anos, deter o poder político e econômico regional dando origem a uma das mais fortes oligarquias rurais no Estado, também conhecida como grupo da Várzea (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 60).

Essa situação intensificou a concentração fundiária, que piorou as condições alimentares na região da Mata. As lavouras de subsistência viram seus espaços ainda mais reduzidos e insuficientes para amenizar a fome da população.

A cultura da cana-de-açúcar foi apresentada por Castro (2003) como devastadora em diferentes aspectos, desde sua ação direta no solo, pela devastação das florestas e da erosão do solo, até a exploração monocultora e latifundiária. Além disso, as deficiências nutricionais dos alimentos produzidos em solos pobres em minerais, comumente destinados a culturas alimentares, por não servirem ao plantio de cana, causaram carências nutricionais às populações afetadas, privadas ainda da carne de caça, que se escasseava com a derrubada das florestas.

O problema da fome no Nordeste foi constatado por Castro (2003) como sendo consequência da estrutura fundiária concentrada e do que chama de tragédia do latifúndio. Nesse sentido, o autor destacou que:

[...] a exploração da cana-de-açúcar se processa em regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras, consumindo o humos do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida (CASTRO, 2003, p. 99).

As oscilações de preço do setor sucroalcooleiro ora retraíam, ora expandiam a produção, transmutando o acesso à terra dos moradores de condição e à oferta de trabalho para os cortadores de cana-de-açúcar. Pelo menos em dois momentos, essa situação se tornou manifesta de forma bastante emblemática. Um deles foi no final da Segunda Guerra Mundial, quando a revalorização do preço da cana-de-açúcar fez senhores-de-engenho absenteístas arrendarem suas terras para usineiros, expulsando muitos foreiros e agravando a já calamitosa situação do campo e da cidade. Essa situação de opressão alimentou a insatisfação dos camponeses e insuflou ainda mais as Ligas Camponesas, que foram contidas pelo golpe militar de 1964.

O outro momento se deu com a abertura para o regime democrático, em meados da década de 1980, quando os avanços técnicos iniciados nos anos 1970 permitiram a expansão da cana-de-açúcar para áreas, até então, somente passíveis de aproveitamento para lavoura de autoconsumo, por conta da qualidade dos solos. Cabem destacar ainda os estímulos fornecidos pelo Programa Nacional do Alcool - PROALCOOL, criado em 1975 para fornecer subsídios na produção de cana-de-açúcar.

Nesse período, mais uma vez, a expansão das áreas de monoculturas gerou uma situação de tensão social no campo. Não raro, herdeiros das terras então ocupadas pelos camponeses venderam-nas para os usineiros sem respeitar o direito de precedência de compra ou de posse desses moradores, o que gerou diversos conflitos.

A luta desses camponeses deu início às primeiras desapropriações para fins de reforma agrária no estado da Paraíba, que tiveram sequência com a crise do setor sucroalcooleiro na década de 1990, pois, após experimentar um período de expansão na década de 1980, o setor voltou a se retrair com a diminuição de repasses pelo PROALCOOL. Portanto, a baixa produtividade, modernização deficitária, a retração do crédito, as dívidas trabalhistas, dentre outros fatores, levaram muitas usinas à falência.

Dessa forma, a criação de assentamentos rurais inaugurou uma nova forma na agricultura. Pela primeira vez, camponeses sem terra passavam a ter um mínimo de reconhecimento do estado sobre o direito à propriedade.

Todavia, esses assentamentos foram criados fora de um plano de desenvolvimento, apenas como solução de conflitos em curso, com a intenção de evitar tragédias maiores. Por essa razão, apenas a desapropriação não foi capaz de gerar alternativas de pleno desenvolvimento para essas famílias, que, frequentemente, receberam lotes com tamanho insuficiente, menores que o módulo fiscal mínimo no estado, que são de pelo menos 10 hectares de terra.

Por essa razão, as condições de vida nos assentamentos rurais no estado da Paraíba foram em geral muito precárias após a conquista da terra. Houve longa demora em dotá-los de uma infraestrutura mínima. Além disso, a falta de acesso ou insuficiência a créditos rurais, associados a lotes que se constituíram em verdadeiros minifúndios, praticamente inviabilizou as possibilidades de vida e trabalho nessas terras.

Nesse contexto, a produção de cana-de-açúcar apareceu como saída para esses camponeses obterem rendimentos na agricultura, seja arrendando as terras para os usineiros, ou utilizando o próprio trabalho familiar na produção dessa cultura para posterior venda. Ocorreu,

assim, a monopolização do território a partir da subordinação do trabalho dessas famílias aos usineiros.

Analisando a monopolização do território, Oliveira (2007a, p.105) explicou que "Nesse caso, o capitalista é uma empresa industrial, enquanto que o proprietário de terra e o trabalhador são uma única pessoa, os camponeses".

No caso observado, o capitalista continua sendo proprietário de terras e, ao mesmo tempo que territorializa o capital, monopoliza o território, comandando concomitantemente a produção e a circulação.

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital (OLIVEIRA 2007a, p. 80).

É essa face contraditória da agricultura que nos permite compreender as relações não capitalistas de produção dentro do próprio desenvolvimento capitalista e como essas relações formaram as tramas das disputas territoriais em curso na atualidade.

Sobre essa questão, Marques (2009), analisando as territorialidades construídas a partir dos índios Potiguaras na Aldeia Três Rios, município de Mamanguape, estado da Paraíba, observou que o cultivo de "lavoura branca"¹⁶ constituía-se como autoafirmação da territorialidade indígena, materializada na recusa daqueles índios em plantar cana para as usinas.

Para os indígenas, resistir ao que durante séculos reprimiu, destruiu e desterritorializou significa reconstruir uma história que foi silenciada por séculos e que vem tomando amplitude a partir da reconquista da terra e da retomada da consciência de uma identidade étnica. O dizer: "Aqui não se planta cana" significa reconstruir sonhos e mostrar para o outro que a luta dos Potiguaras de Três Rios não se resume à posse de terra no sentido geral da palavra, mas de possuir a terra de trabalho e a terra de morada que contém história e sentimento de pertença (MARQUES, 2009, p. 62).

---

¹⁶Nome dado a plantações de milho, feijão e mandioca para subsistência.

Entretanto, de acordo com Marques (2009), em outras aldeias Potiguaras do município de Mamanguape, como na aldeia São Francisco, há o arrendamento de terras a usinas para o cultivo da cana-de-açúcar.

Ambas são resultado do triunfo indígena contra o latifúndio no Litoral Norte da Paraíba, marcado pela retomada de terras usurpadas pela oligarquia Lundgren. Nesse sentido, se por um lado houve a negação ao cultivo da cana, por outro, houve o arrendamento das terras indígenas para a usina, questão que evidencia as diferentes faces do processo de territorialização no campo.

No caso dos índios Tabajaras que vivem no Litoral Sul paraibano, uma luta indígena teve início no ano de 2006, quando os Tabajaras passaram a reivindicar a retomada das terras que pertenciam à antiga aldeia Jacoca (MARQUES, 2015).

Esse momento foi marcado por uma tensão entre quilombolas, camponeses e indígenas, sobretudo pelos assentados da reforma agrária que temiam perder as terras conquistadas. Marques (2015) identificou que havia entre os assentados famílias quilombolas, indígenas e posseiras, e ainda a existência de laços de parentesco entre elas.

O conflito foi realmente instalado mediante a aquisição de terras pela empresa Elizabeth Cimentos:

No final de 2011, os Tabajara ocupam um território dentro do Sítio Mucatu, local em que seria instalado um empreendimento fabril, a Cerâmica Elizabeth. O referido sítio tem em média 10.000 hectares, sendo que 5.000 hectares foram desapropriados para fins de reforma agrária pelo INCRA, em que se fundou em 1976 o assentamento João Gomes; e os outros 5.000 hectares pertencem ao grupo João Santos. O grupo João Santos é o segundo produtor de cimento no país. Inaugura na década de 1950 a fábrica de cimento Nassau compete no mercado com a empresa Queiroz Galvão. Atua no ramo do cimento, com a empresa Cimento Nassau, com Açúcar e Etanol, com a usina Santa Tereza; com papel e celulose com a CEPASA e, também, nas comunicações com a Rede Tribuna (MARQUES, 2015, p. 244).

As terras objeto de conflito corresponderam a lotes no assentamento João Gomes, cuja desapropriação ocorreu através da prefeitura de Alhandra, viabilizada pelo prefeito Renato Mendes. Os moradores do assentamento contestaram a desapropriação, uma vez que as terras já tinham sido desapropriadas pela União:

O objetivo da prefeitura é garantir que a área seja novamente desapropriada com a alegação de que tal medida servirá para o benefício social: “A prefeitura alega que as terras da Reforma Agrária devem ser desapropriadas para que cumpram o benefício social, com a instalação de uma empresa privada no local” ressaltou Frei Anastácio. A área de Mucatu é considerada emancipada pelo Incra, entretanto, não é liberado das cláusulas resolutivas, ou seja, pelas normas do Órgão, a prefeitura não pode desapropriar as terras de Mucatu pela segunda vez, nem os lotes individuais podem ser comprados. “Mucatu não

pode ser desapropriado duas vezes. É uma vez só e já foi desapropriado para a Reforma Agrária” ressalta o trabalhador rural Seu José Cardoso, de 66 anos, que participou desde o início do processo de luta e conquista da terra (CPT, 2011).

A prefeitura municipal de Alhandra atuou em conjunto com a empresa, fazendo a retirada das famílias para possibilitar a instalação da fábrica. O convencimento para saída das famílias nos lotes pelos quais a empresa tinha interesse deu-se mediante a oferta de dinheiro. De acordo com a coordenadora da CPT, Tânia Souza:

Esse processo vem junto com a instalação de mais outras seis indústrias de beneficiamento do calcário na região, aliado ao projeto de ampliação da Estadual PB – 008, à duplicação da BR 101 e a criação da rota turística no estado’. Todas estas obras representam o Grande projeto de desenvolvimento do Governo Federal e Estadual. Resta a pergunta: desenvolvimento para quem e à custa do que? (CPT, 2011).

Mesmo sob questionamento da legalidade na forma de aquisição dos lotes, as terras retomadas pelos indígenas foram alvo de reintegração por decisão judicial favorável à HC Administração e Participação Sociedade Simples LTDA (Elizabeth Cimentos), que teve concedida a reintegração de posse dos lotes, conforme destacado no relato a seguir:

No dia 30/11/2011, dois lotes do assentamento João Gomes, em Alhandra Mucatu foi cercado pela Polícia Militar (Cavalaria, Choque e Bombeiros), com mais de 200 policiais fortemente armados, vários encapuzados e sem identificação. A medida cautelar em Agravo de Instrumento foi concedida pelo Desembargador Joás de Brito Pereira Filho¹⁷ nos autos do processo de nº 200.2011.050.3097/001 onde a HC Administração e Participação Sociedade Simples LTDA requer a reintegração de posse em face da ocupação dos indígenas em lotes do assentamento negociados de forma ainda sob investigação do INCRA e MPF (DIGNITATIS, 2012).

Ocorreram prisões ilegais, atentados à vida, intimidações e ação truculenta da polícia (MARQUES, 2015). Além disso, as negociações, uma vez que envolviam população indígena, deveriam ter sido conduzidas pela polícia federal, o que não ocorreu. Diante da repressão e violência, o acordo para solucionar a questão foi feito mediante grande prejuízo da população local. “O conflito foi finalizado quando houve a negociação do grupo com os representantes da fábrica. Os Tabajaras receberam um carro e um montante de 6 hectares de terra nas

---

¹⁷ Atual presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba (2017-2018). Em janeiro de 2017, Joás de Brito Pereira Filho ganhou as manchetes dos jornais porque concedeu habeas corpus e suspendeu o mandado de prisão temporária de Rodolpho Gonçalves Carlos da Silva (herdeiro de José Carlos da Silva Júnior, ex-senador e ex-vice-governador da Paraíba, dono do grupo São Braz e da TV Cabo Branco, afiliada da rede globo), suspeito de atropelar e matar com um carro Porsche branco o agente de trânsito Diogo Nascimento, 34 anos, durante uma blitz da Lei Seca, em João Pessoa. Fonte: <http://veja.abril.com.br/brasil/neto-de-ex-senador-da-paraiba-atropela-agente-da-lei-seca-e-foge/>.

proximidades da Mata de Chica, nos quais atualmente vivem dez famílias” (MARQUES, 2015, p. 251). De acordo com notícia divulgada no Ministério Público Federal:

O Ministério Público Federal na Paraíba (MPF) celebrou termo de ajustamento de conduta (TAC) para solucionar pacificamente o conflito entre indígenas tabajaras e a empresa HC Administrações e Participações sobre área localizada no litoral sul do estado, onde a empresa pretende implantar uma fábrica de cimento. O TAC foi assinado em 21 de maio de 2012 e terá eficácia de título extrajudicial. De acordo com o termo ajustado, a empresa HC comprometeu-se a adquirir, em 30 dias, área de, no mínimo, 6 hectares, nas proximidades do Sítio dos Caboclos, afirmado pela comunidade como de ocupação tradicional indígena, que será doada à Fundação Nacional do Índio (Funai) para uso exclusivo da comunidade indígena tabajara e será incorporada ao patrimônio da Funai para integrar reserva indígena a ser criada na área, por ocasião de futura demarcação.

O acordo especifica os requisitos que a área deverá conter, inclusive residência e infraestrutura de água e eletricidade. A posse da área pela Funai será imediata, para organização do usufruto indígena, independentemente dos trâmites cartorários e administrativos para incorporação no patrimônio da autarquia (MPF, 2012).

A fábrica foi construída e o conflito foi cessado. Todavia, as inúmeras questões não esclarecidas e a desproporção do acordo em prejuízo aos indígenas fazem dessa região um local de conflitos latentes.

Nos estudos de Lorenzo (2007), o plantio do roçado e da cana-de-açúcar foi analisado a partir da luta pela terra no município de Cruz do Espírito Santo, na Paraíba, especificamente no Assentamento Dona Helena, quando camponeses enfrentaram a oligarquia Ribeiro Coutinho para reivindicar o direito à posse da terra de morada e de trabalho, conforme relato a seguir:

[...] o patrão plantava a cana-de-açúcar e o trabalhador arrancava-a e plantava sua roça; sendo a recíproca verdadeira, processo esse que ocorreu sucessivas vezes que acabou por ocasionar a denúncia feita pelo proprietário à Polícia, que interveio por duas vezes na tentativa de evitar a devastação da cana-de-açúcar e a derrubada e queima das cercas; porém, em ambas as ocasiões, quando de sua chegada, o ato já havia sido concretizado, pois era realizado durante as madrugadas (LORENZO, 2007, p.89).

Nesse caso, após muita luta houve a conquista da terra e 104 famílias finalmente receberam lotes de 7 ha em média. Em seguida, no decorrer dos anos, boa parte desses camponeses passou a cultivar cana-de-açúcar para vender às usinas. Cultivo que ocupou em média 90% dos lotes do assentamento. Por outro lado, cerca de 35 famílias se engajaram no plantio agroecológico e passaram a integrar a feira agroecológica da UFPB, algumas delas recusando-se ao plantio da cana-de-açúcar.

Quando os camponeses do Assentamento Dona Helena passaram a cultivar cana-de-açúcar para vender às usinas, houve um processo de monopolização do território, visto que a comercialização foi controlada pelas usinas. Assim, apesar da posse das terras pelos camponeses, não foram eles que controlaram a circulação da produção. Nesse caso, o processo de territorialização do capital, desarticulado a partir da desapropriação de terras para fins de reforma agrária, deu início a um processo de monopolização do território.

Contudo, no caso dos camponeses que se recusaram a plantar para abastecer as usinas, houve uma negação dessa subordinação, que se revelou sob dois aspectos, a partir daqueles que continuaram a plantar a cana-de-açúcar mas buscaram outra alternativa de vida, e daqueles que negaram radicalmente o seu plantio e enfrentaram uma transição mais profunda para outra organização de produção.

Nesse sentido, foi a partir da formação política na luta pela terra que esses sujeitos sociais compreenderam a subordinação a que estavam submetidos, construindo uma consciência em torno do sentido da terra liberta e de como ela também podia ser instrumento de libertação do próprio trabalho.

Assim, de forma semelhante, camponeses de outras áreas de assentamentos rurais e pequenos proprietários de terras no estado da Paraíba também buscaram alternativas para superar a subordinação a que estavam submetidos. As possibilidades encontradas estiveram ligadas à reorganização da produção, estratégias de convivência com o semiárido e saídas para a comercialização, tendo em vista a conquista de um projeto de vida diferenciado.

No semiárido, por exemplo, a construção de cisternas de placa, dentre outras estratégias de convivência com a seca, diminuiu a dependência hídrica de muitas famílias. Nos períodos de longa estiagem, o carro pipa deixou de ser a única alternativa de água, atenuando, em certa medida, a política de favores e de compra de votos. Os bancos de sementes da paixão, como são chamadas as sementes crioulas, buscaram construir uma alternativa às sementes transgênicas, e se multiplicaram em regiões do Agreste e do Sertão.

Nesses projetos, chama atenção ainda a baixa tecnicidade empregada em diferentes etapas da organização produtiva. O desenvolvimento de saídas que reduzem a necessidade de incorporação de técnicas onerosas é mais uma face desse processo de libertação.

Assim, ao invés de grandes obras hídricas, construíram reservatórios familiares de custo reduzido, que foram feitos pelas próprias comunidades. No lugar da compra de agrotóxicos e adubos químicos, praticou-se o reaproveitamento de materiais orgânicos produzidos dentro da própria unidade familiar ou na comunidade. Nesse sentido, diminuindo as exterioridades e potencializando as interioridades, esses camponeses praticaram uma "destecnificação",

resgatando saberes milenares e incorporando novos, de forma mais integrada e menos hierárquica.

Isso permitiu ainda a diminuição dos custos da produção agrícola, uma vez que as ações se pautaram em alternativas e conhecimentos locais. De certa forma, essa solução foi possível pela própria impossibilidade desses camponeses incorporarem as técnicas da modernização agrícola disponíveis a custo elevado, portanto, proibitivas para os camponeses pobres da Paraíba.

Com o controle dos custos de produção e a comercialização direta, sem a presença de intermediação, esses camponeses puderam não somente aumentar suas rendas, como oferecer nas feiras produtos a preços equivalentes, e muitas vezes menores do que os praticados nas redes de supermercado e em algumas feiras livres tradicionais.

Foi assim que os produtos vendidos nas feiras agroecológicas chegaram aos consumidores a preços inferiores aos inflacionados produtos orgânicos dos supermercados, subvertendo mais uma lógica do capital, nesse caso, com a eliminação da sujeição da renda da terra.

Nesse sentido, compreendemos que tanto as tecnologias sociais, como a produção agroecológica têm sido um caminho pelo qual camponeses do estado da Paraíba buscam uma saída para se libertar da subordinação do capitalismo, através da construção de um projeto autônomo de vida.

No caso das feiras agroecológicas, houve a necessidade de superação de dois entraves principais, que foram a superação da territorialização do capital e da monopolização do território. Nesse contexto, a conquista da terra constituiu-se em um passo importante para reverter a territorialização do capital, e o policultivo juntamente com a comercialização direta nas feiras agroecológicas possibilitaram uma alternativa frente à monopolização do território.

A tese levantada a partir da análise dessa realidade surge da indagação sobre a possibilidade de superação da classe camponesa através do projeto da produção de alimentos saudáveis e das feiras agroecológicas, considerando-as como caminho para superação tanto da territorialização do capital, como da monopolização do território. Nos dizeres de Oliveira (2007a, p. 107):

[...] a territorialização do monopólio e a monopolização do território podem se constituir em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais no campo. Quiçá sirva de instrumento para os trabalhadores sem-terra ajudarem na construção de uma nova sociedade.

Desde o surgimento das primeiras feiras agroecológicas, no ano de 2001, na cidade de João Pessoa, o número de feiras aumentou significativamente, passando em pouco mais de uma década de 2 para 44 feiras agroecológicas distribuídas por municípios das diferentes mesorregiões do estado.

Contudo, de acordo com dados do Censo Agropecuário 2006, que pela primeira vez contabilizou o total de estabelecimentos que declararam realizar produção orgânica ou agroecológica, apenas 1% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil pratica esse tipo de agricultura.

Da mesma forma, observamos que tanto nos sítios das pequenas propriedades, como nos assentamentos rurais, o número de famílias que integram o projeto da feira agroecológica dificilmente abarca a maioria das famílias da comunidade.

Nesse contexto, dentro do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, a situação de pobreza e subordinação que possibilitou a recriação da classe camponesa e sua própria condição de superação recria também as possibilidades de nova subordinação e de dificuldades para a construção da superação da classe camponesa.

Disso se diz, por exemplo, das empresas capitalistas que têm comprado a produção orgânica de alguns camponeses e revendendo-as em redes de supermercado. Nesse sentido, observamos um novo processo de monopolização do território, visto que, são as empresas que ditam o preço pelo qual comprarão a mercadoria e também o que deve ser plantado nas propriedades camponesas.

A territorialização do capital é outro movimento que continua a alimentar a expansão capitalista no campo. Ilustram esse processo os recentes conflitos envolvendo a expansão das empresas mineradoras no Litoral Sul da Paraíba, reincorporando ao capital terras destinadas à reforma agrária depois de um longo processo de luta.

Em várias situações, os camponeses se veem encurralados, pois ao mesmo tempo que conduzem um projeto de vida pautado na terra e no trabalho liberto, estão inseridos dentro de uma lógica perversa de desenvolvimento capitalista que continuamente sabota seu desejo de superação. É dentro dessa contradição que podemos compreender o papel que a classe camponesa exerce na possibilidade de construção de uma sociedade constituída em outras bases. De acordo com Paulino (2015, p. 197):

É precisamente no elemento mais desdenhado pelo marxismo ortodoxo que seguem vivas as potencialidades de construção de outro projeto civilizatório: a lógica de produção econômica e reprodução social dos camponeses, depositária respectivamente da parcimônia ambiental e da cooperação, que são estruturantes do conceito de soberania alimentar. Por isso sentenciou

Shanin (2008) que temos mais a aprender do que a ensinar a eles (PAULINO, 2015, p. 197).

No Brasil, vários movimentos sociais e a sociedade civil organizada têm pautado suas bandeiras na discussão e luta pela soberania, vista sob pelo menos cinco dimensões principais, que são: a soberania alimentar, territorial, genética, hídrica e energética. A dimensão priorizada liga-se à face vivida no território por esses sujeitos sociais, bem como a suas atuações políticas.

No bojo dessa trama territorial, os camponeses que através da luta pela terra possuem-na como trunfo, mostram-na como questão central na busca pela superação da subordinação, pois, é a partir da terra que eles têm construído a possibilidade de pensar a soberania alimentar, que emerge como elo entre as práticas agrícolas contra-hegemônicas e a vida em comunidade.

3.2. Produção orgânica e agroecológica no Brasil

Em 2006, o Censo Agropecuário investigou pela primeira vez a prática de agricultura orgânica nos estabelecimentos agropecuários no Brasil. De acordo com a metodologia informada pelo IBGE, o entrevistado deveria informar se fazia (ou não) agricultura orgânica e se a produção era (ou não) certificada (IBGE, 2006).

Cabe destacar que nesse levantamento não foram consideradas como agricultura orgânica as práticas agrícolas que, apesar de não utilizarem agroquímicos, o produtor não as identificava como tal. O agricultor que desconhecia, ou não se interessava pelas normas técnicas exigidas pelas instituições e entidades certificadoras não foram contabilizados, ou seja, é possível que os dados estejam subestimados.

Por essa metodologia, foram contabilizados 90.497 estabelecimentos agropecuários produtores de orgânicos no Brasil no ano de 2006, de um total geral de 5.175.489 estabelecimentos rurais, o que representa em termos percentuais aproximadamente 1,8% dos estabelecimentos. Na Paraíba, foram contabilizados 3.362 estabelecimentos agropecuários produtores de orgânicos, aproximadamente 2% dos estabelecimentos agrícolas totais.

É necessário frisar a importância do IBGE considerar em seu levantamento estabelecimentos sem certificação, pois essa metodologia permitiu a inclusão de camponeses que praticam agroecologia, mas cuja condição de pobreza dificulta a inserção em sistemas de certificação, principalmente por auditoria.

O gráfico 2 apresenta a totalidade dos estabelecimentos que declararam praticar agricultura orgânica em seus estabelecimentos por unidade de federação.

Gráfico 2: Total de estabelecimentos produtores de orgânicos por unidade de federação e estabelecimentos certificados, Brasil – 2006

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Organização: Aline B. de Lima - 2015.

O estado da Bahia (15.194) se destacou com o maior número de estabelecimentos com produção orgânica, seguido dos estados de Minas Gerais (12.910), Rio Grande do Sul (8.532), Paraná (7.528) e Pernambuco (6.425).

A Paraíba ficou na nona posição, com 3.362 estabelecimentos com produção orgânica, o que representa 2% do total de estabelecimentos agrícolas do estado, que é de 167.283 estabelecimentos. No levantamento do IBGE em 2006, apenas 58 estabelecimentos tinham certificação, porém, em dezembro de 2016, de acordo com dados do MAPA, a Paraíba possuía 435 registros de estabelecimentos com certificação.

Considerando a distribuição por região geográfica, o número de estabelecimentos com produção orgânica concentra-se principalmente na região Nordeste (42.236), seguidos da região Sul (19.275), Sudeste (18.715), Norte (6.133) e Centro-Oeste (4.138) (IBGE, 2006).

A agricultura menos mecanizada e a dificuldade de acesso a insumos químicos provavelmente contribuíram para esse resultado no Nordeste. Além disso, a auto identificação dos camponeses como produtores orgânicos indica que eles conhecem esse tipo de agricultura

possivelmente a partir do contato com organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos rurais e políticas públicas que têm atuado na região.

Quando comparamos o perfil dos estabelecimentos com produção agropecuária convencional com a de produção agropecuária orgânica, constatamos que não existem diferenças significativas em relação a algumas variáveis como nível de instrução, condição do produtor em relação às terras, tempo que dirige o estabelecimento, dentre outros. Mas, em geral, os indicadores nos estabelecimentos com agricultura orgânica são um pouco melhores, como demonstrado no gráfico 3:

Gráfico 3: Perfil de estabelecimentos com agricultura convencional e agricultura orgânica no Brasil, 2006 (%).

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Organização: Aline B. de Lima, 2015.

Em se tratando da condição do produtor em relação à terra, 77% dos agricultores de orgânicos e 76% dos convencionais são proprietários das terras exploradas, nesse caso o valor é praticamente idêntico entre os dois tipos de agricultura.

Considerando o nível de instrução, os estabelecimentos com agricultura orgânica apresentam um discreto avanço. O número de analfabetos é de 22% no orgânico e 25% no convencional. Os que concluíram o Ensino Médio são 10% no orgânico e 7% no convencional e os que concluíram o nível superior são 5% no orgânico e 3% no convencional. Destacamos que a maioria possui Ensino Fundamental incompleto 42%, sendo o mesmo valor para as duas categorias de estabelecimentos.

Em relação ao número de anos que o produtor dirige o estabelecimento, a maioria conduz há mais de 10 anos, 62% no orgânico e 61% no convencional. Os estabelecimentos agropecuários que praticam agricultura orgânica em geral também participam mais de entidades de classe como sindicatos e associações de moradores que os estabelecimentos com agricultura convencional, 37% e 30% respectivamente.

A assistência técnica também é um pouco mais presente nos estabelecimentos com agricultura orgânica que nos estabelecimentos com agricultura convencional, respectivamente 25% e 22% entre os que receberam alguma assistência técnica (regularmente e ocasionalmente).

Na distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos por grupo de atividade econômica, conforme descrito na Tabela 1, houve predominância da pecuária e criação de outros animais, com 42%, e a produção das lavouras temporárias, com 33,3%, em relação aos produtores convencionais, esses números foram 44% e 36,9%, respectivamente. Os estabelecimentos com plantios de lavoura permanente e de horticultura/floricultura apresentaram proporções de 10,6% e 9,8%, respectivamente, seguidos dos orgânicos florestais (plantio, extração e nativas) com 3,6% do total.

Tabela 1: Estabelecimentos convencionais e orgânicos por tipo de atividade desenvolvida no Brasil

Grupos da atividade econômica	Convencionais		Orgânicos	
	valores absolutos	valores percentuais%	valores absolutos	valores percentuais%
Produção de lavouras temporárias	1 908 654	36,9	30 168	33,3
Horticultura e floricultura	200 379	3,9	8 900	9,8
Produção de lavouras permanentes	558 587	10,8	9 557	10,6
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	2 682	0,05	52	0,06
Pecuária e criação de outros animais	2 277 211	44,0	38 014	42,0
Produção florestal - florestas plantadas	74 344	1,4	1 638	1,8
Produção florestal - florestas nativas	126 649	2,4	1 644	1,8
Pesca	15072	0,3	153	0,2
Aquicultura	11911	0,2	371	0,4
Total	5 175 489	100	90 497	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Organização: Aline B. de Lima, 2015.

No que tange à importância do setor de orgânicos dentro da atividade econômica, a atividade de horticultura/floricultura possui maior representatividade (4,4%). Nesse grupo, estão incluídos estabelecimentos produtores de frutas, verduras e legumes. A produção florestal (plantadas e nativas) é o segundo setor de maior representatividade (3,5%), seguido de aquicultura (3,1%). Tabela 2.

Tabela 2: Proporção de estabelecimentos produtores de orgânicos no total dos estabelecimentos, segundo os grupos da atividade econômica no Brasil

Grupos da atividade econômica	TOTAL	Produtores de orgânicos	
		Absoluto	Percentual %
Produção de lavouras temporárias	1 908 654	30 168	1,6
Horticultura e floricultura	200 379	8 900	4,4
Produção de lavouras permanentes	558 587	9 557	1,7
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	2 682	52	1,9
Pecuária e criação de outros animais	2 277 211	38 014	1,7
Produção florestal - florestas plantadas	74 344	1 638	2,2
Produção florestal - florestas nativas	126 649	1 644	1,3
Pesca	15072	153	1,0
Aquicultura	11911	371	3,1
Total	5 175 489	90 497	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Organização: Aline B. de Lima (2015).

É importante frisar que os dados do IBGE reúnem tipos de exploração bastante distintos, uma vez que foram considerados estabelecimentos com produção orgânica aqueles que não faziam utilização de agroquímicos e se declaravam como tais. Dessa forma, pequenas unidades familiares foram agregadas a empresas rurais, ou seja, estabelecimentos da agricultura familiar com estabelecimentos capitalistas, que possuem grandes diferenças entre si.

As florestas plantadas¹⁸ de eucaliptos, por exemplo, são atividades desenvolvidas em latifúndios sob regime de monocultura. Nos estados da Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, essas atividades são causadoras de graves problemas ambientais, sociais e econômicos, como mortandade da fauna, diminuição da biodiversidade, criação de subempregos, grilagem de terras e desestruturação de economias locais.

As principais empresas causadoras desses problemas, como a Suzano Papel e Celulose S.A, Klabin S.A e Veracel Celulose S.A, dentre outras, possuem selos de sustentabilidade

¹⁸ De acordo com o IBGE (2006), florestas plantadas compreendem as áreas cobertas por matas e florestas plantadas com essências florestais, nativas ou exóticas, usadas para a produção de madeiras e de seus derivados, para a proteção ambiental ou fins biológicos.

internacional, como o FSC, cuja missão é garantir o adequado manejo florestal, mantendo a biodiversidade da floresta, a produtividade e os processos ecológicos¹⁹.

A Ecocert em parceria com a IMO Suíça oferece o selo FSC no Brasil e garante que as instituições certificadas promovem um gerenciamento da floresta ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável.

Nenhum desses princípios reguladores impediu que a empresa Suzano, por exemplo, conseguisse aprovação no CTNBio para o plantio do primeiro eucalipto transgênico do mundo, conhecido como H421, em janeiro de 2015. Estima-se que, assim, poderá aumentar a sua produtividade em 20% com a redução do tempo de corte de sete para cinco anos ou com melhor aproveitamento da celulose no período de sete anos.²⁰

Em resposta à aprovação, cerca de 1.000 mulheres do MST e outros militantes de movimentos sociais do campo e da cidade dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais ocuparam em março de 2015 a empresa FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda, da Suzano, no município de Itapetininga, em São Paulo²¹.

O protesto buscou chamar atenção para o agravamento dos problemas ambientais, como a maior absorção de água pelo eucalipto transgênico. Também buscou alertar para a disseminação do pólen dos eucaliptos geneticamente modificados, que pode ser transportado por insetos a quilômetros e contaminar o mel orgânico de cerca de 500 mil pequenos produtores, que serão prejudicados quando precisarem certificar os seus produtos²².

O exemplo destacado ilustra a diferença a que nos referimos em relação aos estabelecimentos produtores de orgânicos. Nesse sentido, o difícil acesso à terra e pouco auxílio do Estado impossibilitam que os pequenos produtores atendam às inúmeras exigências impostas pelas agências certificadoras, uma delas é o preço a ser pago pelos selos de certificação.

Dessa forma, aproximadamente 94,4% dos estabelecimentos agropecuários com produção orgânica não possuíam certificação em 2006. A maior concentração de propriedades não certificadas está entre os pequenos produtores. Conforme observamos no gráfico 4:

---

¹⁹ <https://br.fsc.org/index.htm>.

²⁰ <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,suzano-usara-1-eucalipto-transgenico-do-mundo-imp>.

²¹ <http://www.mst.org.br/2015/03/05/camponesas-ocupam-empresa-suzano-contra-liberacao-de-eucalipto-transgenico.html>

²² <http://brazilletsbee.com.br/o-projeto.aspx>

Gráfico 4: Proporção dos estabelecimentos produtores de orgânicos certificados e não certificados no total de estabelecimentos orgânicos, por grupos de área - Brasil - 2006.

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Organização: Aline B. de Lima, 2015.

No Brasil, os produtores orgânicos certificados precisam ser cadastrados no MAPA, através do Cadastro Nacional de Agricultores Orgânicos, em que são cadastrados agricultores com um desses três mecanismos de credenciamento:

Certificação por Auditoria – A concessão do selo SisOrg²³ é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.

Sistema Participativo de Garantia – Caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, um SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg.

Controle Social na Venda Direta – A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social (OCS) cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os

²³Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica através da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2009. Disponível: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-50-de-05-de-novembro-de-2009-selo-federal-do-sisorg.pdf/view>. Acesso em: 4 jun. 2015.

agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2015).

De acordo com dados divulgados pelo MAPA, em dezembro de 2016 havia 14.268 cadastros de produtores com certificação, um aumento de 23% em relação a dezembro de 2015, quando contava com 11.651 cadastrados, entre pessoas físicas e jurídicas. Considerando-se que cada cadastro correspondeu a um estabelecimento agrícola, temos uma diferença expressiva em relação ao dado do Censo Agropecuário 2006, que contabilizou 5.106 estabelecimentos com certificação.

Cabe destacar que o número de cadastros não corresponde ao volume de produção, visto que uma empresa pode ter um único cadastro e mesmo assim possuir produção e/ou comercialização maior que vários cadastros de uma determinada cooperativa e vice-versa. Além disso, mesmo nas certificações por auditoria, existem explorações do tipo capitalistas e do tipo camponesas.

No caso das empresas com exploração do tipo capitalista, existe tanto a produção própria, como a compra a outros produtores (capitalistas ou camponeses), que por sua vez formam uma rede de fornecedores certificados e credenciados. Dessa forma, observamos que podem ocorrer processos de monopolização do território e territorialização do monopólio no setor de orgânicos.

Como a certificação por OCS permite apenas a venda direta, os cadastrados deste tipo identificam produtores que abastecem principalmente os mercados locais. Todavia, em alguns casos, o produtor possui mais de um tipo de certificação, estando habilitado a vender através da venda direta ou como fornecedor²⁴.

Na tabela 3 apresentamos os dados de dezembro de 2015 e dezembro de 2016 por unidade da federação e tipo de certificação.

---

²⁴ Encontramos 628 CNPJ, CNPF, NIF com duas, três e no máximo quatro repetições, que retirariam do total 665 cadastros. Todavia, como os cadastros são utilizados para certificar mais de um tipo de atividade, na nossa análise consideramos o total de cadastrados.

Tabela 3: Unidades federativas por estabelecimentos com produção de orgânicos cadastrados (2015 e 2016)

	Total de cadastros		Crescimento	Auditoria		Crescimento	OCS		Crescimento	OPAC		Crescimento
	2015	2016	%	2015	2016	%	2015	2016	%	2015	2016	%
AC	148	200	35,1	116	168	44,8	32	32	-	0	0	-
AL	88	111	26,1	4	14	250,0	84	97	15,5	0	0	-
AM	93	162	74,2	17	70	311,8	76	92	21,1	0	0	-
AP	62	72	16,1	62	72	16,1	0	0	-	0	0	-
BA	257	343	33,5	192	262	36,5	65	81	24,6	0	0	-
CE	527	839	59,2	481	715	48,6	0	0	-	46	124	169,6
DF	129	205	58,9	42	56	33,3	66	82	24,2	21	67	219,0
ES	195	286	46,7	92	124	34,8	102	161	57,8	1	1	-
GO	66	88	33,3	28	42	50,0	28	36	28,6	10	10	-
MA	284	286	0,7	284	286	0,7	0	0	-			-
MG	425	499	17,4	154	206	33,8	85	97	14,1	186	196	5,4
MS	51	152	198,0	34	126	270,6	10	18	80,0	7	8	14,3
MT	167	166	-0,6	54	53	-1,9	113	113	-	0	0	-
PA	380	631	66,1	295	546	85,1	85	85	-	0	0	-
PB	261	435	66,7	6	94	1.466,7	255	341	33,7	0	0	-
PE	746	743	-0,4	67	79	17,9	609	588	-3,4	70	76	8,6
PI	926	1003	8,3	781	840	7,6	124	140	12,9	21	23	9,5
PR	1582	2002	26,5	481	740	53,8	45	127	182,2	1056	1135	7,5
RJ	524	547	4,4	31	37	19,4	98	104	6,1	395	406	2,8
RN	387	512	32,3	8	51	537,5	350	428	22,3	29	33	13,8
RO	121	127	5,0	33	33	-	87	94	8,0	1		100,0
RR	6	6	-	0	0	-	6	6	-	0	0	-
RS	1606	1789	11,4	693	734	5,9	360	379	5,3	553	676	22,2
SC	962	1093	13,6	275	434	57,8		1	-	687	658	-4,2
SE	270	272	0,7	9	8	-11,1	261	264	1,1			-
SP	1302	1661	27,6	515	624	21,2	615	862	40,2	172	175	1,7
Não informado	86	38	-55,8	43	1	-97,7	41	35	-14,6	2	2	-
Total	11651	14268	22,5	4797	6415	33,7	3597	4263	18,5	3257	3590	10,2

Fonte: Cadastro Nacional de Produtores de Orgânico MAPA (dezembro de 2015 e dezembro de 2016).

Organização: Aline B. de Lima, 2017.

O estado que apresentou o maior número de cadastros foi o Paraná (2002), seguido do Rio Grande do Sul (1789), São Paulo (1661) e Piauí (1001). Em relação às unidades de federação por tipo de certificação, em termos absolutos, temos que, por auditoria destacaram-se: Piauí (840), Paraná (740) e Rio Grande do Sul (734); por OCS: São Paulo (862), Pernambuco (588) e Rio Grande do Norte (428); por OPAC: Paraná (1135), Rio Grande do Sul (676) e Santa Catarina (658).

Na comparação entre dezembro de 2015 a dezembro de 2016, o maior aumento ocorreu em relação à certificação por auditoria (33,7%), seguida pela certificação do tipo OCS (18,5%) e por último pela certificação do tipo OPAC (10,2%).

Observamos diferenças de crescimento entre as unidades de federação. Enquanto alguns estados apresentaram um pequeno aumento, outros apresentaram um crescimento mais significativo.

Em relação aos cadastros por auditoria, a certificação no Piauí voltou-se principalmente para produção de mel, feita sobretudo nos municípios de Picos, Simplício Mendes, Piracuruca e Simões, onde destacou-se a atuação da empresa Mel Wenzel Indústria e Comércio Ltda. O Ceará também apresentou um significativo número de certificação por auditoria para a produção de mel, principalmente nos municípios de Santana do Cariri, Crato e Acopiara.

As certificações por auditoria no Paraná contaram com uma expressiva variedade de produtos, tanto *in natura*, como processados, em municípios como Lapa, Curitiba, Tijucas do Sul, Adrianópolis, dentre outros. As certificações por auditoria do Paraná advieram de grandes, médias e pequenas empresas, além de cooperativas e associações. Algumas dessas empresas cadastradas foram: Biorgânica Comércio de Produtos Orgânicos Ltda; Rio de Una; Verde Brasil Alimentos Ltda; Chácara Strapasson; Empresa Tribal Brasil Ltda; Cooperterra e Companhia Cacique de Café Solúvel, dentre outras.

Nos cadastros do tipo OPAC no Paraná, todos eles faziam parte da Associação Ecovida de Certificação Participativa (Rede Ecovida), que conta ainda com 554 cadastros no Rio Grande do Sul, 658 cadastros em Santa Catarina e 54 cadastros em São Paulo.

Em São Paulo, os municípios com maior número de cadastro foram Ibiúna e Apiaí. Encontramos os três tipos de cadastros no estado, principalmente o tipo OCS, seguido por auditoria e por último OPAC. Algumas das empresas cadastradas com certificação por auditoria foram: Native Produtos Orgânicos Comercial Importação e Exportação Ltda; Mãe Terra Produtos Naturais Ltda; Raízen Energia S.A; Santa Hevea Importação e Exportação de Alimentos Ltda; Y. Takaoka Agropecuaria S.A; Foodmaker Indústria e Comércio Ltda - Me; Camil Alimentos S/A, dentre outras.

A Native é uma marca da usina São Francisco S/A, localizada no município de Sertãozinho - SP, especializada na produção de açúcar orgânico e no fornecimento de uma variedade de produtos, como café, azeite, chocolate, aveia, sucos, cereais, dentre outros. De acordo com dados divulgados pela própria empresa, atualmente ela ocupa o posto de maior produtora de açúcar orgânico do mundo.

No Rio Grande do Sul, os camponeses do assentamento Viamão, ligados ao MST, no distrito de Águas Claras, apresentaram expressiva produção de arroz orgânico com certificação por auditoria:

A estimativa para este ano é colher mais de 27 mil toneladas de arroz. Um aumento de 40% na produção em relação ao ano passado. Segundo os agricultores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, esses números indicam que o Terra Viva, nome da marca, é a maior produção de arroz orgânico da América Latina. Nilvo Bosa, da coordenação da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, a Coopan, fala sobre a escolha pelo modelo agroecológico. ‘Traz qualidade de vida para quem consome, qualidade de vida para as famílias e bem-estar, a preservação do meio ambiente, trabalhando de uma forma orgânica, ecologicamente correta, respeitando o processo das plantas no seu tempo. Assim o ecossistema está completo’, apontou²⁵.

Ainda no Rio Grande do Sul, destacaram-se a produção de vinhos, espumantes e sucos de uva, das empresas Casa Valduga, Cooperativa Vinícola Aurora e Vinícola Salton S/A, no município de Bento Gonçalves.

No Maranhão, o município de Lago do Junco obteve um expressivo número de cadastrados por auditoria, oriundos dos membros da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco Ltda (Coppalj), produtora de óleo orgânico de babaçu. A produção é voltada para exportação, para empresas de cosméticos como L’Oréal e Aveda e para a cooperativa italiana Mundo Solidário²⁶.

Em termos relativos, os estados com maior crescimento foram Mato Grosso do Sul (198%), Amazonas (74,2%), Paraíba (66,7%) e Pará (66,1%). Apenas os estados de Pernambuco e Mato Grosso apresentaram uma discreta diminuição.

Ainda em termos relativos por tipo de certificação, no tocante ao crescimento na certificação por auditoria destacaram-se: Paraíba (1.466,7%), Rio Grande do Norte (537,5%) e Mato Grosso do Sul (270,6%). No tipo de certificação por OCS, os estados com maior crescimento foram Paraná (182,2%), Mato Grosso (80%) e São Paulo (40,2%). No tipo de certificação por OPAC, o maior crescimento ocorreu no Distrito Federal (219%), Ceará (169,6%) e Rio Grande do Sul (22,2%).

²⁵ MACIEL, Camila (25 de março de 2017). Cooperativa do MST é maior produtora de arroz orgânico da América Latina: produção de 2017 deve ser 40% maior do que a do ano passado. **Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/25/cooperativa-do-mst-e-maior-produtora-de-arroz-organico-da-america-latina/>>. Acesso em 2 mai. 2017

²⁶ Governo do Maranhão (15 de outubro de 2015). Governo apresenta experiências de agricultura familiar para Fundo das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/governo-apresenta-experiencias-de-agricultura-familiar-para-fundo-internacional-de-desenvolvimento/>>

Em relação ao crescimento relativo, como já destacamos, Mato Grosso do Sul foi o estado que mais cresceu. O aumento ocorreu principalmente pela certificação por auditoria no município de Campo Grande, com apoio do Sebrae. No caso do Amazonas, o incremento ocorreu sobretudo no município de Urucará, com a certificação IBD do guaraná.

No Pará, por sua vez, o aumento das certificações ocorreu principalmente através cadastro por auditoria dos produtores de açaí (principalmente nos municípios de Abaetetuba e Castanhal) e de óleos e manteigas (manteiga de bacuri, óleo de andiroba, óleo de buriti etc.), principalmente no município de Tomé Açu. As principais empresas atuantes foram: Companhia Refinadora da Amazônia – Palmares; Indústria e Comércio de Conservas Alteroza Ltda; Beraca Sabará Químicos e Ingredientes; Amazon Fruits Indústria; Comércio e Exportação de Polpa de Frutas Ltda; Q Bom Açaí Comércio e Indústria de Sucos e Polpas de Frutas Ltda; Bela Iça Polpas de Frutas Indústria e Comércio Ltda, Macunaíma Agroindústria e Comércio de Polpas Ltda Me, Mundial Exportadora Comercial Ltda, Pribel Comércio Importação e Exportação Ltda; Flor de Açaí Indústria e Comércio de Polpas de Frutas Ltda.

Na Paraíba, as certificações por auditoria cresceram principalmente através da atuação da empresa Mocó Agropecuária (fazenda Tamanduá), da empresa Hortaliça Sempre Verde (descritas nos trabalhos de campo) e da produção de algodão colorido no assentamento rural Margarida Maria Alves, no município de Juarez Távora.

As famílias desse assentamento rural na Paraíba produzem algodão colorido orgânico, destinado à exportação. De acordo com dados divulgados pelo INCRA, em 2013 colheram-se 22,3 toneladas de algodão no assentamento. “Toda a produção foi vendida à indústria têxtil paraibana, através da Associação da Indústria do Vestuário da Paraíba (Aviest/PB), que confecciona peças da fibra do algodão e exporta para a França, a Alemanha, os Estados Unidos e outros países”²⁷.

Na certificação do tipo OCS, destacaram-se com maior número de cadastros a Cooperativa das Associações dos Agricultores e Pecuarista Familiares de Mirandiba – COOAFAM, que fornece alimentos para o PAA, a Associação dos Agricultores/as Agroecológicos de Bom Jardim, ambas em Pernambuco, a Associação de Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró – APROFAM, no Rio Grande do Norte e a entidade ÁGUA VIVA, formada por assentados do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Professor Luiz David de Macedo, em Apiaí, São Paulo, que se destacou com a produção de

---

²⁷ INCRA (18/11/2013). Assentamento se destaca na produção de algodão colorido no Agreste paraibano. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento-se-destaca-na-producao-de-algodao-colorido-no-agreste-paraibano>>. Acesso em 2 mai. De 2017.

tomate orgânico, comercializado pela Ecoovalle (Associação dos Produtores Agroecológicos da Mata Atlântica do Vale do Ribeira). A venda ocorre principalmente para o PAA, via Conab.

No Mapa 4, apresentamos a distribuição dos tipos de cadastro de produção orgânica no Brasil. A partir dele, podemos observar que não há uma distribuição uniforme dos produtores cadastrados no território brasileiro, variando bastante entre os estados.

Mapa 4: Produtores de alimentos orgânicos cadastrados no CNPO no Brasil, 2015.

Fonte: CNPO (2015). Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2015.

De forma geral, há pouca sobreposição de modalidades de cadastro, havendo predominância de um tipo de modalidade nos municípios, o que pode indicar uma territorialização do tipo de agricultura orgânica praticada no estabelecimento.

Observamos uma concentração das certificações em parte do Nordeste e no Centro-Sul do país. A certificação por auditoria demonstrou uma produção orgânica mais ligada aos mercados externos, feita tanto por empresas, como por unidades familiares. A produção camponesa agroecológica ou orgânica podia estar mais inserida na produção capitalista atuando como fornecedora para empresas maiores ou, diretamente, através de suas próprias cooperativas e associações.

As certificações OCS e OPAC, por sua vez, demonstraram uma produção de base camponesa mais voltadas para mercados locais. Os integrantes dessas organizações podem continuar a fortalecer um projeto próprio ou ser captados pelas empresas capitalistas atuantes nesse mercado, principalmente através dos processos de monopolização dos territórios.

3.3. As práticas agrícolas contra-hegemônicas

A mundialização do capital, como vimos, não foi capaz de eliminar a classe camponesa em várias partes do mundo, onde persistiu o trabalho familiar nas pequenas unidades de produção agrícola. A incorporação dos avanços da biotecnologia por essas famílias deu-se de forma marginal e incompleta.

Nesse contexto, os camponeses foram diretamente impactados, vivenciaram dificuldades de acesso à terra e à água, riscos à saúde da família com o uso de agrotóxicos, substituição de suas sementes nativas pelas sementes transgênicas e dependência crescente de insumos agrícolas das empresas.

Para enfrentar essas problemáticas, os movimentos sociais do campo buscaram construir caminhos para proteger suas famílias e terras. Foi nessa luta pela sobrevivência que encontramos as bases das práticas agrícolas contra-hegemônicas e a discussão em torno da necessidade de transformações sociais profundas.

Dessa forma, a agenda de luta dos movimentos sociais do campo teve como uma de suas bases a construção da soberania alimentar, que se pauta na terra livre e na produção que prioriza o auto-abastecimento, através da produção diversa de alimentos saudáveis, que respeitem o ambiente e não sejam dependentes de tecnologias externas.

A Via Campesina é uma organização mundial que articula diferentes movimentos sociais do campo. Ela reúne atualmente camponeses de 164 organizações, distribuídas em 73

países da América, África, Europa e Ásia. As principais questões enfrentadas são: reforma agrária e água, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar e comércio, mulheres, direitos humanos, migrações e trabalhadores rurais, agricultura sustentável do camponês e juventude.²⁸ Os movimentos camponeses têm exigido a realização da reforma agrária e o acesso à água como formas de garantir a construção da soberania alimentar, pautada numa agricultura sustentável, que gere empregos e respeito aos direitos humanos. Para a Via Campesina "A soberania alimentar só é possível nas mãos da agricultura camponesa indígena pelo desenvolvimento da agroecologia" (MOTÓN; CARRIZO, 2015, p. 3).

No ano de 2007, no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, realizado em Nyélény, Mali, África, a Via Campesina reuniu 500 representantes de mais de 80 países, entre organizações camponesas, pescadores tradicionais, povos indígenas, Sem Terra, trabalhadores assalariados rurais, migrantes, pastores, comunidades florestais, mulheres, jovens, crianças, consumidores, movimentos ecologistas e urbanos. Nesse evento, a soberania alimentar foi definida na Declaração de Nyélény como sendo:

O direito dos povos a alimento saudável e culturalmente adequado produzido através de métodos ecologicamente sãos e sustentáveis, e seu direito a definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Ela defende os interesses e inclui as gerações futuras. Oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio corporativo e regime alimentar atual, como via para os sistemas alimentares agrícolas, pastoris, e de pesca para gestão dos produtores locais (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY, 2007).

Em 2015, o Fórum Social Mundial realizado em Túnis, Tunísia, protestou contra a concentração de recursos naturais, especialmente a acumulação de água e terra e contra as violações sistemáticas dos direitos humanos. A “Declaração de Direitos à água e à terra, uma luta comum” estabeleceu:

- Que os direitos humanos à água, ao alimento e à terra são fundamentais e cruciais para a vida. Todas as pessoas, homens, mulheres, adultos, crianças, ricos, pobres, habitantes rurais e urbanos, têm direito a eles.
- Que a água e a terra não são apenas recursos naturais vitais, mas também fazem parte de nossa herança comum, cuja segurança e governança devem ser preservadas por cada comunidade para o bem comum de nossas sociedades e do meio ambiente, agora e para as gerações futuras.
- Água, terra e sementes são comuns, e não commodities.
- Reconhecemos que os Estados são legal e constitucionalmente mandatados para representar os interesses dos povos. Por conseguinte, os Estados têm a obrigação de se opor a qualquer política e tratado internacional que atente contra os direitos humanos e a sua soberania, como os sistemas de resolução de litígios entre investidores e Estado,

²⁸ Via Campesina. Disponível em: <https://www.viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27>. Acesso em: 02/05/2017.

incluídos na Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento e a maioria dos tratados de investimento.

- As políticas de gestão da água da terra devem promover a realização de justiça social, igualdade de gênero, saúde pública e justiça ambiental.
- Tomamos uma posição firme contra a ocupação e dominação estrangeiras em todas as formas.

Na América Latina, a Via Campesina articula movimentos sociais e países como: México, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, Nicarágua, Honduras, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Panamá, Haiti, Cuba, República Dominicana e Porto Rico, conforme descrevemos no quadro 2:

Quadro 2: Membros da Via Campesina

País	Membros
México	• União Nacional de Organizações Regionais Campesinas Autônomas (UNORCA).
Argentina	• Asociación de Pequeños Productores del Noreste de Córdoba (APENOC); • Coordinadora de Campesinos, Indígenas y Trabajadores Rurales (COCITRA); • Consejo Asesor Indígena (CAI); • Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE); • Movimiento Nacional Campesino e Indígena (MNCI).
Bolívia	• Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa” (FNMCB); • Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB); • Confederación Sindical e Comunidades Interculturales de Bolivia; • Movimiento de Trabajadores sin Tierra (MST)
Brasil	• Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST); • Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); • Movimento de Atingidos por Barragens (MAB); • Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); • Pastoral da Juventude Rural (PJR); • Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP); • Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ).
Chile	• Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI); • Confederación Ranquil; • Asamblea Nacional Mapuches de Izquierda;

	• Consejo Nacional de Productores de Chile (CONAPROCH).
Colômbia	• Coordinador Nacional Agrario (CNA); • Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias (FENACOA); • Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO-CUT).
Equador	• Confederación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino de Ecuador (CONFEUNASSCE); • Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (FENOCIN); • Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador (FENACLE); • Confederación de Pueblos, Organizaciones indígenas Campesinas del Ecuador (FEI); • Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro (CNC).
Paraguay	• Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI); • Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC); • Movimiento Campesino Paraguayo (MCP); • Organización de Lucha por la Tierra (OLT); • Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay (ONAI); • Movimiento Agrario y Popular (MAP).
Peru	• Confederación Campesina del Perú (CCP); • Confederación Nacional Agraria (CNA); • Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas, Nativas y Asalariadas de Perú.
Uruguai	• Red de Mujeres Rurales de Uruguay (RMRU)
Venezuela	• Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ); • Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora (FNCEZ)
Nicarágua	• Asociación de Trabajadores del Campo (ATC); • Mesa Agropecuaria y Forestal (MAF)
Honduras	• Central Nacional de Trabajadores del Campo (CNTC); • Consejo para el Des. Integral de la Mujer Campesina (CODIMCA); • Unión Campesina e Indígena de Honduras (UCIH); • Asociación para el Desarrollo Rural de Honduras (ADROH); • Asociación Nacional de Campesinas de Honduras (ANACH)
Costa Rica	• UPA NACIONAL; • Mesa Nacional Campesina de Costa Rica (MNC-CR);

	• Unión Nacional de Productores Agropecuarios Costarricense (UNAG).
El Salvador	• Asociación Nacional de Trabajadores Agropecuarios (ANTA); • Federación de Cooperativas de la Reforma Agraria Región Central (FECORACEN de R.L.); • Unión Nacional de Trabajadores Agropecuarios (UNATA); • Asociación de Veteranos de la Guerrilla Salvadoreña (AVEGSAL); • Fundación de Promotora de Cooperativas (FUNPROCOP); • Federación Nacional de Asociaciones de Cooperativas de Producción Agropecuarias (FENACOPAZ); • Movimiento Vida y Equipad Campesina (MVEC); • Asociación y Agropecuaria y Pesquera de la Cuencia del Lago Ilogango (APRIL).
Guatemala	• COMITÉ DE UNIDAD CAMPESINA (CUC); • Coordinadora Nacional Indígena y Campesina (CONIC); • Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala (CONAVIGUA).
Panamá	• Unión Campesina Panameña (UCP)
Haiti	• Mouvement Paysan de Papaye (MPP); • Tet Kole ti Peyizan Ayisyen - TK; • Mouvmán Peyizan Nasyonal Kongre Papay (MPNKP)
Cuba	• Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP)
República Dominicana	• Confederación Nacional de Mujeres Campesinas- (CONAMUCA); • Federación de Campesinos Independientes Mamá Tingó (FECAIMAT); • Movimiento de Campesinos Trabajadores "Las Comunidades Unidas" (MCCU); • Asociación Central de Agricultores Luz y Esperanza de Nagua (ACALEN); • Confederación de Organizaciones Campesinas y Barriales del Sur (RETOÑO); • Federación de Caficultores del Sur (FEDECARES); • Federación de Productores del Bosque Seco (FEPROBOSUR).
Windward Islands	• Association of Caribbean Farmers (WINFA)
Porto Rico	• Organización Boricuá de Agricultura Eco-Orgánica (BORICUÁ)

Fonte: Via Campesina. Disponível em: <<https://www.viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44/members>>. Acesso em: 2/05/2017.

Na Declaração de Direitos das camponesas e camponeses, a Via Campesina destacou que quase metade da população do mundo é camponesa, que tem sofrido continuamente a perda de direitos devido ao controle cada vez maior das corporações do setor agrícola (VIA CAMPESINA, 2009).

A fome, a desnutrição, a migração forçada, o trabalho escravo e o trabalho infantil foram alguns dos impactos destacados na declaração. A concentração de terras voltadas para os agrocombustíveis, a construção de resorts turísticos e projetos de infraestrutura para desenvolvimento industrial têm agravado as condições de vida desses camponeses.

Dessa forma, os movimentos sociais do campo, mesmo com a diversidade de lutas de cada um, têm buscado uma articulação para enfrentar os problemas que surgem com o avanço do neoliberalismo. O plano de ação mundial desses movimentos pauta-se numa agricultura de pequena escala de base agroecológica.

Esses movimentos têm reivindicado o respeito à natureza e aos direitos humanos, a partir de uma filosofia que questiona o conceito de desenvolvimento econômico e os benefícios da modernização.

No Equador, a partir desse entendimento, a constituição da república aprovada em 2008 reconheceu o caráter intercultural e plurinacional do país, estabelecendo a necessidade de reconhecer direitos à Natureza (Pacha Mama) e os direitos humanos. As discussões que fundamentaram a escrita da constituição equatoriana ligaram-se à construção do bem viver, que de acordo com Acosta (2016, p.24) “[...] é essencialmente um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem da Natureza”.

O bem viver (*Sumaka Kawsay*, em Kíchwa) pode ser compreendido como uma cosmologia ameríndia amazônica e andina, mas que encontra semelhança em diferentes países. No Brasil, é o *teko porã* dos Guarani (vida e existência em comunidade), na África, o *ubuntu* (eu sou porque nós somos). De acordo com Turino (2016, p. 14), o bem viver:

Está no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na *minga* ou *mika* andina. Está presente na roda de samba, na roda de capoeira, no jongo, no candomblé. Está na *Carta Encíclica Laudato Si'* do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum.

Para Acosta (2016), o bem viver é uma proposta global, que mesmo com as diferenças que surgem nos lugares, busca uma transformação capaz de enfrentar a modernidade:

O Bem Viver – isto é fundamental – supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. Por isso mesmo, as discussões sobre o Bem Viver, termo em construção, são extremamente enriquecedoras.

O Bem Viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelêquia que rege a vida de grande parte da Humanidade – que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo. Por outro lado, os países que se assumem como desenvolvidos mostram cada vez mais os sinais de seu mau desenvolvimento. E isso em um mundo em que as brechas que separam ricos e pobres, inclusive em países industrializados, se alargam permanentemente. A visão de mundo dos marginalizados pela história, em especial dos povos de nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmo e com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem viver em comunidade e na Natureza (ACOSTA, 2016, p. 24)

A Rede Nacional de Defesa da Soberania Alimentar na Guatemala (Redsag) foi criada no ano de 2002 e conta com mais de 200 organizações que discutem assuntos como a preservação da cultura maia, a conservação da biodiversidade e a proteção da agricultura camponesa. Por seu intermédio, são promovidas feiras de sementes nativas entre os camponeses, que buscam proteger a diversidade de sementes e se antepor à produção agrícola transgênica (KLEPEK, 2014).

As práticas agrícolas camponesas desenvolvidas em territórios zapatistas em Chiapas, na medida em que condenam o uso de agrotóxicos e as plantas transgênicas, aproximam-se também de uma proposta de soberania alimentar. Vários movimentos camponeses em todo o México têm seguido na luta contra os organismos geneticamente modificados e em defesa da diversidade do milho no país.

Em Cuba, o Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (MACAC), organizado pela Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP) é integrado por aproximadamente 100 mil famílias que produzem nas roças agroecológicas (MACHÍN SOSA, 2012). Apesar de estar longe de suprir as dificuldades de abastecimento da ilha, essa iniciativa aponta possibilidades de construção de soberania alimentar para o país.

Em vários países da América Latina têm ocorrido experiências de mercados camponeses que comercializam alimentos produzidos localmente. No Chile, acontecem semanalmente o Mercado Agroecológico de Paine e a Feira de Agricultores de San Clemente (Maule) (INDAP, 2016). No Peru, a Asociación de Productores Agrícolas y Ganaderos del Cusco - ARPAC, criada em 2004, reúne no mercado de Huancaro cerca de 300 famílias camponesas que vendem diretamente seus produtos na cidade de Cusco (GUITTARD, 2013).

A soberania alimentar e energética reivindicada pelos movimentos camponeses têm demonstrado a importância desse caminho na busca por transformações sociais permanentes, constantemente ameaçadas pelo neoliberalismo.

Nesse sentido, a crise de abastecimento alimentar vivida por países como Cuba e Venezuela demonstrou as dificuldades existentes com a dependência da importação de bens de consumo essenciais. As transformações instauradas pelos governos socialistas nesses países têm sofrido com as problemáticas advindas na produção e distribuição de alimentos, que colocam em riscos as conquistas sociais alcançadas.

No Equador, mesmo com os avanços alcançados com a aprovação da Constituição, os acordos neoliberais têm fortalecido a contínua dependência do país do setor primário:

Após uma década de “*Revolución Ciudadana*” – como se intitulam as transformações promovidas pelo governo Correa – o país não apenas permaneceu dependente do petróleo e outros recursos naturais não renováveis, como tende a ampliar o peso do setor primário na economia. A justificativa é a de que uma política extrativista desempenhada com tecnologia de ponta e valorizando a soberania nacional forneceria condições necessárias para o fortalecimento do Estado, redução da pobreza e aumento dos gastos em áreas de interesse social, como saúde e educação, os quais seriam finalmente revertidos à região de onde provêm os recursos petrolíferos, a Amazônia (CASTRO; GIROTTHO, 2016).

Assim, a mundialização do capital e os processos de monopolização do território e territorialização do monopólio são barreiras crescentes conforme amplia-se a acumulação do capital, dificultando as tentativas de superação camponesa desses dois processos.

Todavia, mesmo diante das adversidades, as lutas encampadas pelos camponeses em várias partes do mundo constituem-se em ações concretas na tentativa de enfrentar a mundialização do capital. Os movimentos sociais do campo apresentaram pelas suas práticas possibilidades de construir transformações sociais efetivas, em que estão incluídas as práticas agrícolas contra-hegemônicas.

4. Classe camponesa e luta pela terra na Paraíba

As feiras agroecológicas foram realizadas por camponeses do estado da Paraíba provenientes de pequenas propriedades e assentamentos rurais. Essas áreas de produção, em geral, constituíram-se como lugares de disputas territoriais intensas, entre os que possuíam o título da terra e os que dela precisavam para sobreviver. Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é estudar esses sujeitos sociais numa perspectiva de classe, em seu contexto de luta e reprodução social.

Os camponeses que hoje realizam as feiras agroecológicas tiveram sua história de vida ligada à busca pela sobrevivência da família, que comumente desdobrou-se em enfrentamento contra o latifúndio. Dessa forma, a terra conquistada representou o lugar de reprodução da vida das famílias camponesas, com outros desafios enfrentados para nela permanecer.

Compreendê-los a partir de uma perspectiva histórica nos auxiliou a verificar que alguns fatos considerados novos, na verdade, foram problemas recorrentes que permaneciam sem

resolução. Não significou, no entanto, a inexistência de fatos novos, porém, para verificá-los, foi necessário considerá-los em uma dimensão de totalidade.

Assim, compreendemos que, para melhor entender o protagonismo camponês na construção de práticas agrícolas contra-hegemônicas no estado da Paraíba foi necessário entendê-lo a partir do movimento desses sujeitos sociais enquanto classe social e suas possibilidades de criação e recriação. Portanto, entendemos que no contexto histórico paraibano, o recorte temporal das Ligas Camponesas até os nossos dias pode colaborar para melhor análise da realidade estudada.

Dessa forma, o presente capítulo foi estruturado em quatro itens: **Do fim do cambão à luta pela reforma agrária**, em que apresentaremos alguns aspectos relacionados à luta pela terra na Paraíba; **A lenta marcha da reforma agrária e a unidade de produção camponesa**, no qual destacaremos dados referentes à estrutura fundiária no estado e a criação de assentamentos rurais; **Caminhos percorridos para a comercialização direta**, parte em que analisaremos algumas saídas buscadas pelos camponeses para efetivar a venda direta nas feiras de produtores e **O cinturão verde de João Pessoa e a Prohort**, em que abordaremos a experiência desenvolvida através do Projeto Prohort em João Pessoa.

4.1. Do fim do cambão à luta pela reforma agrária

Uma celebração ocorrida no dia 13 de fevereiro de 2015 inspirou as primeiras linhas desses escritos. O evento foi o aniversário de 90 anos de Elizabeth Teixeira, que se tornou conhecida como "mulher marcada para viver". Ela é uma importante liderança camponesa, considerada memória viva da luta pela terra e viúva de João Pedro Teixeira, fundador da Liga Camponesa de Sapé, assassinado aos 44 anos no dia 2 de abril de 1962.

As festividades ocorreram no sítio Barra das Antas, Sapé, município onde Elizabeth Teixeira viveu com seu marido e onze filhos de 1954 a 1964. A casa abriga hoje o "Museu Histórico das Lutas Camponesas no Nordeste", conhecido como "Memorial das Ligas Camponesas".

O Memorial foi criado no ano de 2006, por iniciativa de camponeses, movimentos sociais, CPT, professores e estudantes da Paraíba. O prefeito de Sapé, João Clemente Neto, através do Decreto nº 2.212/2010, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, os 4,83 hectares de terra do sítio, então pertencente a Severino Pereira Bastos. Em 4 de julho de 2011, pelo decreto nº 32.257, a desapropriação foi assinada pelo governador Ricardo Coutinho.

O presidente do Memorial, Luiz Damázio de Lima, camponês morador do Assentamento Padre Gino e integrante da feira agroecológica da Ecovárzea, encaminhou no ano de 2010 uma solicitação de tombamento da casa, que foi aprovada no ano de 2013 pelo IPHAEP.

O aniversário reuniu mais de quinhentas pessoas, vindas de municípios da Paraíba e de outros estados. Próximo à casa, foram instalados um palco, para apresentar a programação, e também duas tendas. As pessoas começaram a se acomodar embaixo das tendas para se abrigarem do sol e o palco ficou distante, fazendo parecer que dois eventos ocorriam em um mesmo momento.

Em clima de solenidade, Elizabeth Teixeira, acompanhada de parte da família, recebeu várias homenagens. Primeiro ficou em uma mesa colocada embaixo da tenda e depois, quando o sol permitiu, foi transferida para próximo do palco. Não pôde subir, por conta de sua condição física e também não discursou. Na maior parte do tempo permaneceu sentada ao lado da família.

Inicialmente, no chão de terra batida, foi apresentada uma mística formada pelo MST, MPA e CPT. A mística foi organizada em uma fileira, encabeçada por uma camponesa que segurava faixa com a pergunta "Cadê a reforma agrária?". Depois dela, camponeses ergueram

cartazes com palavras contrárias à reforma agrária, como "grandes projetos", "falta de interesse político" e "gado". Em seguida um cartaz maior anunciava "A reforma agrária está aqui" e, logo após, os camponeses mostraram cartazes com as palavras "educação do campo", "produção diversificada" e "agroecologia". No final da fileira, camponesas distribuíram flores do campo, e para encerrar a mística foram empunhadas bandeiras do MST e da CPT, junto a uma faixa com os dizeres "O futuro Assentamento Elizabeth Teixeira saúda nossa companheira pelos noventa anos".

Estudantes da escola estadual chamada Campo de Sementes e Mudanças desfilaram com outra faixa que parabenizava os "noventa anos de existência e resistência de uma mulher marcada para viver". A escola estadual Francisco Mendes também prestou homenagens.

No palco distante da tenda, que abrigava parte dos participantes de um sol inclemente, falaram algumas lideranças, como o presidente do Memorial Luiz Damázio de Lima, o líder do MST, João Pedro Stédile, Anacleto Julião, filho de Francisco Julião, o deputado federal Luiz Couto, o deputado estadual Frei Anastácio, dentre outras lideranças e representações políticas. A fala mais emocionada foi a de um dos netos de Elizabeth Teixeira, que não conteve as lágrimas ao parabenizar a avó.

Próximo ao final da tarde, encorajados pela sombra que começou a se formar ao redor do palco, a maioria dos participantes reuniu-se para ouvir o coral da UFPB, que cantava o "hino do camponês", acompanhado pela Orquestra Santa Cecília, de Sapé, sob regência do maestro Geraldo Menucci, autor da música, cuja letra é de Francisco Julião. Após a execução do hino, foi cantado o parabéns para a aniversariante.

Para encerrar os festejos, o grupo de coco de roda do quilombo Guruji, do município do Conde, começou a dançar no palco do evento, mas atendeu aos apelos da plateia para dançar no chão batido, formando com os participantes uma grande ciranda.

O lugar escolhido para celebração do aniversário reforça o conjunto de significados contidos nesse evento, que buscou comemorar a vida de uma liderança que tantas vezes viu a morte de perto durante a marcha de sua luta.

A falta de recursos do Memorial para realizar a celebração, a simplicidade da casa museu e o imprevisto da organização da solenidade, apesar de todos os esforços dos envolvidos, causavam a sensação de que algumas coisas estavam fora do lugar, pareciam mimetizar a própria reforma agrária no Brasil.

O evento possuiu um tom de indignação, produzido pelas falas de lideranças em suas críticas ao governo sobre as alianças com o agronegócio e pelo semblante cabisbaixo e

silencioso da homenageada, que, quando indagada anteriormente sobre o que almejava no seu aniversário de 90 anos, não hesitou em responder rapidamente que desejava a reforma agrária.

João Pedro dizia que iam tirar a vida dele e a reforma agrária ia ser implantada no nosso país, o Brasil. E até quantos anos do assassinato de João Pedro e não foi implantada a reforma agrária no nosso país. Eu desejo que seja implantada a reforma agrária e que o homem do campo tenha condições de viver no campo (90 anos de Elizabeth Teixeira, 2015).

O sítio Barra das Antas, hoje Memorial das Ligas, foi alvo de litígio entre pai e filha. O casamento de Elizabeth com João Pedro ocasionou uma ruptura com sua família, principalmente com o pai, Manuel Justino da Costa, que não aceitava que ela, de família de médios proprietários, casasse com um homem negro e sem posses.

A repulsa da família ao matrimônio da filha mais velha crescia na medida em que as Ligas Camponesas de Sapé arregimentavam cada vez mais pessoas. A ligação do pai de Elizabeth com os fazendeiros da região, conhecidos como grupo da Várzea, e o fracasso em convencer a filha em pedir a separação resultaram na decisão de vender o sítio Barra das Antas, mesmo com a filha e netos residindo lá.

A emboscada feita para assassinar João Pedro Teixeira, encomendada pelo usineiro Aguinaldo Veloso Borges, foi planejada para 2 de abril de 1962, mesmo dia em que João Pedro tinha uma audiência em João Pessoa para tratar da ação de despejo do sítio Barra das Antas (BANDEIRA; MIELE; SILVEIRA, 2012).

Nesse período, a liga camponesa de Sapé contava com sete mil e quatrocentos associados. A morte de João Pedro tinha intenção de conter a luta camponesa, porém causou o efeito reverso. Sob liderança de Elizabeth Teixeira, em menos de dois anos, havia 16 mil associados dispostos a lutar por seus direitos.

Nas décadas antecedentes da organização das Ligas, durante a crise do açúcar no início do século XX, consequência da baixa dos preços, muitos senhores-de-engenho decidiram encerrar suas atividades e deixaram as propriedades para morar nas cidades. Passaram a sobreviver do foro²⁹ pago pelos camponeses residentes em suas propriedades, os chamados foreiros.

Com o fim da guerra de 1939-1945, houve uma nova valorização do preço do açúcar e os senhores-de-engenho, que até então tinham deixado suas terras para viver na cidade,

---

²⁹Valor pago pelo camponês em produto ou em dinheiro para utilização da terra.

passaram a receber ofertas de usineiros para arrendamento das mesmas. Como resultado, muitos foreiros passaram a ser expulsos das terras em que viviam, por vezes, há décadas.

A luta desses rendeiros impulsionou as reivindicações para o fim do cambão³⁰ e, posteriormente, a posse das terras. Para Andrade (2011, p.127):

As consequências das primeiras vitórias dos grandes proprietários sobre os foreiros foram sentidas pelos habitantes das cidades circunvizinhas que viram, repentinamente, diminuir as frutas que eram vendidas em suas feiras, ao mesmo tempo em que os preços subiam assustadoramente. As condições alimentares, que sempre foram precárias na região úmida nordestina, tornavam-se, assim, cada vez mais difíceis.

De acordo com Bastos (1984), os membros das Ligas Camponesas não eram homogêneos, nelas encontravam-se filiados arrendatários, parceiros, moradores e assalariados, cujas diferenças na condição de trabalho e de vida abriam possibilidades de reivindicações diversas. A bandeira da reforma agrária buscou unificar essas diferenças, contudo, não conseguia diluí-las.

O crescimento das Ligas fez crescer o temor dos latifundiários, que aumentaram a repressão no campo. Contudo, os camponeses não se intimidaram e, da ajuda para não serem enterrados "de acero"³¹, passaram a lutar cada vez mais contra o cambão, os despejos arbitrários e o aumento indiscriminado do foro.

Na análise de Martins (1995, p.80), "As diferentes formas de lutas e diferentes movimentos expressavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra". O autor avaliou que:

[...] a canalização política da revolta camponesa através das ligas, ou dos outros grupos através da tutela e do paternalismo de um Francisco Julião, não se confunde obviamente com a dominação de um coronel sertanejo. A mediação política a que nos referimos dava um novo sentido à reivindicação camponesa, situava o camponês numa perspectiva mais ampla, recuperava e trazia à luz as dimensões mais profundas da expropriação, da exploração e da violência que ele sofria sob a tutela do coronel (MARTINS, 1995, p. 81).

Além das Ligas Camponesas (1945-1964), a Revolta de Dona Noca (1951), a Guerrilha de Porecatu (1950), Trombas e Formoso (1948-1964), a Guerra do Contestado (1912-1916) e a Guerra de Canudos (1896-1897) demonstraram o protagonismo camponês na ação política na história das lutas contemporâneas do Brasil.

---

³⁰Dias de trabalho não pago prestados ao proprietário da terra.

³¹Diz-se de camponeses enterrados sem caixão.

De acordo com Andrade (2000), as Ligas Camponesas foram inicialmente organizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)³² em 1945, em virtude das dificuldades encontradas para a legalização de sindicatos de trabalhadores rurais. A partir de 1954, quando ocorreu o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil e foi criada a ULTAB, o PCB desenvolveu a proposta da frente única e começou a se distanciar das reivindicações das Ligas Camponesas. Nesse sentido, Martins (1995, p. 89) analisou que:

Ainda que com contradições internas que persistiram até a sua liquidação pela ditadura militar, as Ligas de certo modo evoluíram no sentido de definir a reforma agrária radical em termos opostos tanto pelo PCB como pela Igreja. Já em 1960, para o Partido, a reforma agrária radical seria alcançada por etapas, através das reformas parciais. Para as Ligas, ao contrário, a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à propriedade camponesa, inclusive à estatização da propriedade.

Dessa forma, as Ligas Camponesas passaram a lutar pelo direito à terra no Brasil e marcaram o protagonismo do homem do campo na luta pela reforma agrária, sem a tutela de partidos políticos ou da Igreja Católica. As graves situações de injustiça social vivenciadas pelos camponeses impulsionaram o crescimento do número das Ligas e de seus filiados.

Na Paraíba, além da Liga Camponesa do município de Sapé, existiram ainda a Liga Camponesa de Mamanguape, Santa Rita, Rio Tinto, Alhandra, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Taipu, Cuitegi, Araçagi, Guarabira, Alagoa Grande, Campina Grande, Pedras de Fogo, Mulungu, Várzea Nova, Bananeiras, Itabaiana, Pilar, dentre outras.

Algumas Ligas, como a de Pilar e a de Itabaiana, enfrentaram muitas dificuldades na sua criação decorrentes da violenta repressão por parte de fazendeiros comandados por Aginaldo Veloso Borges (ROCHA, 2009).

As Ligas Camponesas eram registradas com o nome de "Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas", contudo, os jornais denominavam-nas como Ligas Camponesas e o nome oficial ficava mais restrito a documentos, a registros e ao Estatuto. De acordo com Elizabeth Teixeira em entrevista (ROCHA, 2009, p. 56):

O Estatuto da Associação ficou tão bem feito que, no início, nem preocupou os proprietários, o que ajudou muito, porque deu tempo para a Associação crescer e fortalecer. Entre os objetivos que não foram citados no documento e que eram muito importantes estavam a assessoria jurídica e as reivindicações

---

³² O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi criado em 1922 com o nome Partido Comunista do Brasil. A partir dos anos 1960, muda o nome "do Brasil" para "Brasileiro", para reforçar a nacionalidade e legalidade do partido. Dissidentes do PCB em 1962 decidem criar um outro partido comunista, com o nome PCdoB, retomando o nome inicial do PCB, ou seja, Partido Comunista do Brasil.

trabalhistas (Luta pelo décimo terceiro mês, pelo salário mínimo, receber o salário em dinheiro, pagar foro em dinheiro, estabilidade onde o trabalhador morava, pagamento das benfeitorias quando o trabalhador deixasse a terra, indenização por tempo de serviço, descanso semanal remunerado). O grande e decisivo objetivo era reforçar a luta pela Reforma Agrária.

O desejo de libertação da terra de trabalho ficou bem expresso no depoimento do camponês Severino Francisco Xavier, que morava em Mari no período das Ligas:

Tinha esperança de aquilo um dia ser resolvido e a pessoa ficar livre, trabalhando liberto. A libertação do povo todo... para trabalhar, e trabalhar para ele. Tratavam sobre o trabalho. A ideia era que ia chegar um tempo de as terras dos usineiros tudinho ficar liberto para se trabalhar. Que ainda ia haver uma reviravolta, que as terras de usineiros iam todas ser para outra cultura, para o trabalho (Severino Francisco Xavier in HAN, et al. 2006, p. 55).

Dessa forma, observamos que o sentido de libertação existente na luta das Ligas referiu-se à possibilidade de viver do próprio trabalho na terra, sem precisar se subordinar aos proprietários. O horizonte da luta expressava o desejo de reprodução social enquanto classe e não como liberdade para vender a força de trabalho.

Nesse sentido, Oliveira (1994, p.63), quando analisou a luta dos posseiros pela terra, afirmou que estes "Procuram buscar no espaço distante um lugar para o trabalho livre, liberto. Trabalho liberto, para eles, só tem sido possível em terra liberta".

A construção política da luta se dava em diferentes momentos, como: nas reuniões e assembleias, algumas realizadas em praças públicas; nas visitas coletivas às propriedades, para exigir o fim do cambão e do sistema de barracão³³; nas greves, no período da colheita da cana-de-açúcar e nas ações conjuntas com troca de experiências com estados vizinhos, principalmente Pernambuco.

Essa formação política reforçava o sentimento de solidariedade entre eles, em uma prática consolidada cotidianamente através da compreensão da força transformadora da união camponesa. Destacamos que as feiras livres representavam um importante espaço dessa ação política, conforme relato de Elizabeth Teixeira (ROCHA, 2009, p.59) sobre as feiras que ocorriam no sábado:

Neste dia, João Pedro e outras lideranças não ficavam lá porque passavam o dia inteiro nas feiras, desde o amanhecer até as 5 ou 6 horas da tarde. Ficavam proseando com os camponeses: Falavam sobre os direitos, sobre a importância de se associarem à Liga e lutarem por seus direitos, falavam sobre as vitórias etc. Foi desse jeito que conseguiram acordar e conscientizar muitos companheiros.

---

³³ Pagamento feito em mercadorias vendidas em armazém de propriedade do próprio empregador.

Um importante líder das Ligas na Paraíba, Pedro Inácio de Araújo, conhecido como Pedro Fazendeiro, usava como pretexto a venda de cocadas para trabalhadores da cana, para poder adentrar nos canaviais e conversar sobre as Ligas, pois a repressão dos usineiros era forte e essa foi uma forma encontrada para dar continuidade à formação política.

O crescimento dos associados e as vitórias obtidas demonstravam para a sociedade o poder da luta e da conscientização, porém, concomitantemente, crescia a repressão contra os camponeses. Fazendeiros que descobrissem carteiras de filiação com os moradores praticavam a expulsão das terras, dentre outros atos de violência. Em contrapartida, camponeses associados pressionavam os que temiam a filiação para integrarem o movimento.

O golpe militar de 1964 acentuou a repressão e muitas lideranças foram presas, torturadas e mortas. O líder camponês João Alfredo Dias, conhecido como Nego Fuba, foi preso pelo 15º Regimento de Infantaria do Exército, em 1964, em João Pessoa, e seu corpo foi identificado em uma foto do jornal Correio da Paraíba, em 10 de setembro de 1964, em que apareceu carbonizado ao lado do corpo de Pedro Fazendeiro. Outros viveram na clandestinidade por anos, como Elizabeth Teixeira.

Diante dessa violência, houve um recuo expressivo na trajetória política e social que vinha sendo construída por esses camponeses. No campo da reforma agrária, o Estatuto da Terra, Lei nº 5.404 de 30 de novembro de 1964, (BRASIL, 1964), apesar de constituir-se na primeira legislação que trata da reforma agrária, não objetivava efetivamente a melhor distribuição de terras, portanto, não mudou a estrutura fundiária vigente.

Por sua vez, o Proterra, Decreto-Lei nº 1.179 de 6 de julho de 1971 (BRASIL, 1971), Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, que tinha a função de promover as desapropriações para fins de reforma agrária no Nordeste, foi um programa que beneficiou mais os latifundiários do que particularmente os camponeses, visto que os proprietários podiam oferecer terras para desapropriação por interesse próprio, além de receber o pagamento em dinheiro.

De acordo com Andrade (2011), na Paraíba, deveriam ser liberados pelo Proterra 12.478 hectares, contudo, através de dados da ABRA (1975), constatamos que até o ano de 1975, dos 13 latifúndios com 1.000 hectares ou mais, apenas três proprietários haviam se cadastrado espontaneamente para desapropriação de suas terras, na outra ponta, 113 beneficiários haviam se inscrito para receber um lote.

Nos anos seguintes, a região Nordeste seguiu praticamente sem desapropriações de latifúndios e o crescimento do número de usinas gerou uma maior concentração fundiária, pois

as grandes usinas começaram a eliminar a figura do fornecedor de cana, passando elas mesmas a produzirem a cana, adquirindo com isso cada vez mais terras.

Com a abertura democrática, as lutas que estavam latentes desde o golpe militar passaram a insurgir com maior força nas áreas rurais. Na Paraíba, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, que lutava por direitos trabalhistas no campo, como 13º salário, redução da jornada de trabalho e férias, chegou a mover em sua gestão mais de 600 ações trabalhistas contra senhores de engenho. No entanto, esse enfrentamento custou sua vida no dia 12 de agosto de 1983, conforme descrito a seguir:

O assassino, contratado por senhores de engenho da região do brejo paraibano, aproximou-se paralelamente à parede da casa e ao chegar frente à porta disparou com uma espingarda calibre 12, carregada com pregos enferrujados e chumbo grosso, contra a cabeça de Margarida (CARNEIRO, 2011, p. 100).

O crime ficou impune. Entre os mandantes estava mais uma vez Aguinaldo Veloso Borges, que vinte anos antes encomendou o assassinato de João Pedro Teixeira. Ele morreu em 1994 com problemas de coração, sem nunca ter respondido pelos seus crimes. No ano de 2012, o neto que leva seu nome, Aguinaldo Veloso Borges Ribeiro, foi nomeado pela presidente Dilma Rousseff como Ministro das Cidades.

A impunidade do crime e a nomeação política que ligam essa história são símbolos da manutenção das oligarquias no poder e representam bem as contradições de uma sociedade marcada pelo coronelismo, patriarcalismo e clientelismo. Sobre as relações clientelistas, Martins (1994, p.29) analisou que:

O oligarquismo brasileiro se apoia em algo mais amplo do que esse relacionamento - ele se apoia na instituição de representação política como uma espécie de gargalo na relação entre a sociedade e o Estado. Não só os pobres, mas todos que de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de trocas de favores com os políticos.

Apesar da certeza da impunidade dos latifundiários, a luta dos que precisavam da terra para sobreviver continuou a crescer. O Gráfico 5 apresenta os conflitos de terra no Brasil, incluindo acampamentos e ocupações no período de 1985 a 2014.

Gráfico 5: Conflitos pela terra no Brasil - 1985 a 2014

Fonte: Conflitos no campo - Comissão Pastoral da Terra. Organização: Aline B. de Lima, 2015.

A partir da análise do gráfico 5, podemos observar que a linha de tendência indica um movimento ascendente desses conflitos, que se acentuaram significativamente no início do século XXI. O número de vítimas fatais também é elevado. Ao longo de todos esses anos, centenas de camponeses perderam a vida em confrontos por terra.

Contudo, as lutas no campo e seu saldo de mortos não foram suficientes para engrenar uma efetiva reforma agrária. Os dados mais recentes do Incra (2006) sobre estrutura fundiária indicam que a área ocupada pelos latifúndios cresceu, ou seja, além de não haver uma efetiva política de redistribuição de terras, ainda tem havido o retrocesso das conquistas conseguidas com centenas de lutas, como por exemplo com a Medida Provisória 422/08 e com a Lei nº11.763/08, que abriram caminho para a legalização de terras públicas griladas³⁴.

Esse processo coaduna com a mundialização do capital, através de processos em que se tem favorecido o agronegócio e o rentismo. Nesse âmbito, as questões agrárias tendem a se agudizar e apresentar cada vez mais sua face nefasta e destruidora, conforme expressa a análise da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil:

O caráter complexo e multifacetado de como se imiscui em diferentes âmbitos a Questão Agrária atual, social, ambiental, comercial, trabalhista, financeiro etc., não nos deve afastar de um juízo muito simples - houve abandono de ideias-força da igualdade social e justiça distributiva no enfoque da

³⁴Cf: A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula (OLIVEIRA, 2010).

"modernização conservadora" da agricultura brasileira. E assim como não se colheu frutos saudáveis da estratégia agrária do Estado de Segurança Nacional, tampouco se poderá colher o alimento saudável dessa política agrária do século XXI, determinada em última instância pelo primado absoluto do capital e do dinheiro (CNBB, 2010, p.49),

A função social da terra foi um importante direito conquistado na Constituição de 1988 e tem sido descumprida em defesa da propriedade privada, erroneamente entendida como um direito absoluto. Considerada em uma perspectiva legal, a propriedade privada deve cumprir a sua função social, ou seja, pertencer a quem de fato trabalha nela para sobreviver, fazendo dela um uso produtivo.

Contudo, há na nossa sociedade uma inversão de valores éticos e jurídicos, que ignora não somente a Constituição do país, como toda uma legislação construída sob bases jurídicas universais. Assim, a terra no Brasil tem se constituído como fonte de renda para poucos, enquanto que aqueles que podiam dotá-la de sua função social são impedidos de possuí-la.

É nesse contexto que se circunscreve a reforma agrária, reivindicada desde meados do século XX e que se arrasta nesses mais de sessenta anos sem efetivamente alterar substancialmente a estrutura fundiária, nem sanar as injustiças sociais dela decorrentes. No entanto, através de uma luta contínua, parte da sociedade tem persistido nesse caminho como uma história possível.

4.2. A unidade de produção camponesa

Os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff, no poder de 2003 a 31 de agosto de 2016, frustraram as expectativas de transformações sociais profundas, desapropriando em ritmo muito lento áreas improdutivas. Além disso, foi crescente o apoio desses governos a padrões agrícolas alinhados à agricultura capitalista, voltada principalmente para a exportação.

Na ausência de políticas efetivas de reforma agrária, a estrutura fundiária permaneceu concentrada, conforme indicaram os dados do Censo Agropecuário 2006, que revelou a atualidade dessa problemática na Paraíba, conforme observamos na tabela 4.

Tabela 4: Estrutura Fundiária do Estado da Paraíba – 2006.

Grupos de área total (ha)	Nº de imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Menos de 10	110.928	66,32	317.383,46	8,39	2,9
De 10 a -20	19.329	11,56	256.100,84	6,77	13,2
De 20 a -50	16.037	9,59	480.425,51	12,7	30,0
De 50 a -100	6.506	3,89	438.435,56	11,59	67,4
De 100 a -200	3.675	2,20	491.017,56	12,98	133,6
De 200 a -500	2.505	1,50	737.661,21	19,5	294,5
De 500 a -1.000	723	0,43	471.346,60	12,46	651,9
De 1.000 a -2.500	286	0,17	399.093,63	10,55	1.395,4
De 2.500 e mais	43	0,03	191.413,63	5,06	4.451,5
Produtor sem área	7.240	4,33	0,00	0	0,0
Total	167.272	100,00%	3.782.878	100,00%	-

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Organização: Aline B. de Lima, 2015.

A análise da tabela 4 revelou que os imóveis com menos de 10 hectares representam 66,32% do total, contudo, ocupam apenas 8,39% da área agrícola, enquanto os imóveis rurais acima de 100 hectares são apenas 8,66% dos imóveis rurais e concentram 65,55% da área total. Em outras palavras, enquanto 110.928 imóveis precisam dividir apenas 8,89% de toda a terra agrícola na Paraíba, 7.232 imóveis concentram mais da metade dessa terra. Além disso, investigações mais aprofundadas podem revelar que desses 7.232 imóveis, não raramente, muitos deles pertencem ao mesmo proprietário ou à mesma família.

Dito de outra forma, dos 167.272 estabelecimentos agrícolas, 148.077 pertencem à agricultura familiar e 19.195 unidades eram não familiares, ou seja, apenas 11,5% do total de estabelecimentos. Esse baixo percentual, no entanto, ocupa 2.186.605 hectares de terras, enquanto que as unidades familiares dividem 1.596.273 hectares de um total geral de 3.782.878 hectares de terras agrícolas.

Apesar do total geral referir-se à área ocupada por estabelecimentos agrícolas, a classificação do IBGE adjetiva com o termo agricultura apenas as propriedades familiares. As propriedades que não se enquadram na definição de propriedade familiar da Lei 11. 326, de 24 de julho de 2006³⁵, são classificadas apenas como "propriedades não familiares". Eliminou-se dessa forma a palavra "agricultura".

³⁵Lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. De acordo com essa lei, a agricultura familiar pode ocupar uma área máxima de quatro módulos fiscais.

Essa classificação deixou evidente que essas terras, quando não foram exploradas pela atividade familiar, não necessariamente foram exploradas pelo agronegócio, cuja dinâmica não tem sido suficiente para diminuir a improdutividade da terra. Realidade que contraria a lógica de que as grandes propriedades são responsáveis pela maior produção agrícola no país. De acordo com Oliveira (2003, p. 118):

Os dados do IBGE referentes ao Censo Agropecuário (1995/6), mostram que são as pequenas unidades quem produzem a grande maioria dos produtos do campo. Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que quem produz no campo são as grandes propriedades.

Os estudos desenvolvidos por Oliveira (2003) demonstraram que, além das pequenas propriedades serem responsáveis pela maior quantidade de produção de alimentos, também foram responsáveis pela maior geração de renda, contrariando a ideia de que foram grandes propriedades que geraram maior produtividade e lucratividade.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 continuaram confirmando essa realidade, pois a produção agrícola do estado da Paraíba, neste período, esteve concentrada em sua maior parte em áreas de até 10 hectares, tanto as lavouras temporárias (78,7%), como as lavouras permanentes (79,75%), assim como a horticultura e floricultura (91,10%). As atividades pecuárias e de criação de outros animais na Paraíba também se concentraram nas pequenas propriedades, onde, das 71.928 unidades agrícolas que possuem atividade pecuária ou de outro tipo de criação de animais, 41.335 unidades têm menos de 10 hectares.

O módulo fiscal³⁶ na Paraíba varia entre 10 e 60 hectares. Dessa forma, as propriedades familiares podem possuir no mínimo 10 e no máximo 240 hectares. Nesse sentido, podemos afirmar que a maior parte da produção agrícola do estado tem sido realizada em áreas caracterizadas como minifúndios, pois são menores que o módulo fiscal mínimo.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, os minifúndios no estado da Paraíba concentraram-se principalmente em parte da mesorregião do Agreste e alguns municípios da mesorregião da Mata. Conforme podemos observar no mapa 5.

A concentração de minifúndios em parte da mesorregião do Agreste ligou-se à pequena propriedade familiar policultora de tradicional ocupação territorial. Entre os municípios que

---

³⁶Módulo fiscal é a unidade de medida que define a viabilidade econômica de uma área agrícola e foi instituído pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. O tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, conforme o município. A propriedade familiar varia de 1 a 4 módulos fiscais. O tamanho dos módulos fiscais foi fixado inicialmente pela Instrução Especial nº 20, de 1980, do INCRA. Municípios criados posteriormente tiveram o tamanho do módulo fiscal fixado por Portarias e Instruções Especiais mais recentes. Foi o caso das Instruções Especiais nº 541, de 1997, e nº 3 de 2005, para municípios instalados em 1997 e 2005, respectivamente (EMBRAPA, 2012).

concentraram o maior número de imóveis com menos de 10 hectares, destacaram-se Queimadas, Bananeiras e Araçagi, seguidos dos municípios de Massaranduba, Esperança, Areia e Campina Grande.

No mapa 6 temos a visualização das propriedades familiares de até 200 hectares. Observamos que a concentração de pequenas e médias propriedades permaneceu especialmente na mesorregião do Agreste, estendendo-se para parte da mesorregião da Mata, na sua porção ocidental, e de forma mais isolada na Borborema, nas microrregiões do Seridó Oriental e Cariri Ocidental e no Sertão, principalmente nas microrregiões da Serra do Teixeira, Cajazeiras e Piancó.

Em se tratando de grandes propriedades, o mapa 7 apresenta o número de propriedades entre 1.000 hectares e menos de 2.500 hectares, enquanto que o mapa 8 o número de propriedades a partir de 2.500 hectares.

Os estabelecimentos entre 1.000 e 2.500 hectares concentraram-se nas mesorregiões do Sertão e Borborema. No Sertão, os municípios de Catolé do Rocha e Belém do Brejo Cruz se destacaram com a maior quantidade de estabelecimentos na microrregião de Catolé do Rocha. Na região do Baixo Sertão, a concentração de propriedades dentro dessa faixa de tamanho esteve presente principalmente nos municípios de Catingueira, São Mamede e São José de Espinharas.

Na mesorregião da Borborema, a maior ocorrência foi na microrregião do Cariri, com os municípios de Sumé, Cabaceiras, Barra de São Miguel e São João do Cariri. Na mesorregião do Agreste, os estabelecimentos reuniram-se sobretudo no Curimataú Ocidental, com municípios como Barra de Santa Rosa e Pocinhos.

Em relação aos estabelecimentos a partir de 2.500 hectares, estes distribuíram-se principalmente nas microrregiões do Litoral Norte e parte do Litoral Sul, na mesorregião da Borborema, especialmente no Cariri e no Baixo Sertão, como foi o caso dos municípios de Catingueira, Emas e Santa Teresinha.

Mapa 5: Estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares na Paraíba, 2006.

Fonte: Base Cartográfica: IBGE - Malha municipal - 2010 (1:250.000) - SIRGAS 2000 / Base de dados: CENSO AGROPECUÁRIO 2006 - Paraíba
Programa: QGIS 2.6.1 / Organização e elaboração: Aline Barboza de Lima, 2015

Mapa 6: Estabelecimentos rurais com menos de 200 hectares na Paraíba, 2006.

Fonte: Base Cartográfica: IBGE - Malha municipal - 2010 (1:250.000) - SIRGAS 2000 / Base de dados: CENSO AGROPECUÁRIO 2006 - Paraíba.
Programa: QGIS 2.8.1 / Organização e elaboração: Aline Barboza de Lima, 2015

Mapa 7: Estabelecimentos rurais de 1000 a menos de 2500 hectares na Paraíba, 2006

Fonte: Base Cartográfica: IBGE - Malha municipal - 2010 (1:250.000) - SIRGAS 2000 / Base de dados: CENSO AGROPECUÁRIO 2006 - Paraíba.
Programa: QGIS 2.8.1 / Organização e elaboração: Aline Barboza de Lima, 2015

Mapa 8: Estabelecimentos rurais a partir de 2500 hectares na Paraíba, 2006.

Fonte: Base Cartográfica: IBGE - Malha municipal - 2010 (1:250.000) - SIRGAS 2000 / Base de dados: CENSO AGROPECUÁRIO 2006 - Paraíba.
Programa: QGIS 2.8.1 / Organização e elaboração: Aline Barboza de Lima, 2015

No caso da mesorregião da Borborema e do Sertão, a pecuária extensiva marcou o processo de construção territorial, porém o efetivo de gado bovino na região não justifica a atual concentração de terras, que em 2012 registrou um total de 967.067³⁷ bovinos. Além disso, como vimos, mais da metade desse rebanho tem sido criado em áreas de menos de 10 hectares. Nesse sentido, concordamos com Oliveira (2008b, p. 509) quando afirmou que:

Tudo isso leva à conclusão de que o real papel da concentração fundiária no país é a retenção de terras nos latifúndios improdutivos como reserva de valor e que na maioria dos casos a pecuária de corte não passa de subterfúgio para esconder esse fato, maquilando-a como produtiva.

Na Paraíba, as oligarquias mantiveram a concentração de terras improdutivas, que comumente permaneceram sob o controle de políticos e seus familiares ao longo de várias gerações, como foi o caso da família Gadelha, Ribeiro Coutinho, Lundgren, Mariz, dentre outras.

Em relação à Mata, a partir de meados do século XX, a concentração fundiária perpetuou-se com a territorialização do capital através da compra de terras por usinas de cana-de-açúcar, juntamente com a monopolização do território pelo arrendamento de terras de pequenos proprietários, assentamentos rurais e até áreas indígenas destinadas ao plantio da cana.

Essa realidade não sofreu alteração na primeira década do século XXI. Os dados do IBGE indicaram que, de 2001 a 2011, a área plantada com cana-de-açúcar na Paraíba aumentou de 93.055 hectares para 118.097 hectares. Cabe salientar que esse aumento tem participação pequena em relação ao crescimento nacional, que nesse mesmo período passou de 5.022.490 hectares para 9.616.615 hectares.

Em comparação à distribuição de terras agrícolas em propriedades familiares e não familiares por unidade de federação, observamos que a Paraíba possuiu em termos relativos uma proporção menos desigual, quando comparados a estados como, por exemplo, Pará, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, conforme expresso no gráfico 6:

---

³⁷Segundo o IBGE, no ano de 2012, devido à seca, o estado da Paraíba perdeu 387.201 bovinos. Nos dois últimos anos, o rebanho caiu de 1.354.268 para 967.067 animais – redução de 28,59%.

Gráfico 6: Área dos estabelecimentos agrícolas por hectare nas unidades da federação, distinguindo-se as áreas de agricultura familiar e não familiar, Brasil, 2006.

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Organização: Aline B. de Lima, 2015.

Dentre diversos fatores, contribuiu para essa diferença a atuação da agricultura capitalista nesses estados, como, por exemplo, com o cultivo das *commodities*, caso da cana-de-açúcar, da soja, do eucalipto, bastante presente em algumas regiões que apresentaram variações mais significativas.

De forma geral, pode-se dizer que as culturas de exportação têm sido responsáveis pela caracterização básica da agricultura especificamente capitalista no Brasil. Foi assim que as políticas fomentadas pelos governos militares pós-64, através das cooperativas do Sul do Brasil, levaram à expansão da cultura da soja nessa região. Mas foi também o acordo assinado em 1974 entre o Brasil e o Japão (Proceder) que viabilizou a expansão da soja para o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e oeste da Bahia e sul do Maranhão. (OLIVEIRA, 2008b, p.513)

A partir dos dados apresentados do Censo Agropecuário 2006, podemos analisar algumas características dos aspectos agrários do estado da Paraíba. Observamos que a sua estrutura fundiária concentrada refletiu a realidade do Brasil, contudo, de forma menos acentuada do que em outros estados onde a presença da agricultura capitalista foi mais expressiva.

Além disso, a presença significativa de minifúndios foi um dado marcante da estrutura fundiária, bem como a constatação de que essas áreas foram responsáveis pela maior parte da produção agrícola da Paraíba. Esse dado revelou uma agricultura praticada em áreas menores do que o necessário para o desenvolvimento da família, indicando a urgência da necessidade da reforma agrária.

Essas informações nos auxiliaram a compreender a unidade de produção camponesa dentro de um contexto nacional. Nesse sentido, foi necessário considerar que a Paraíba é um dos estados mais pobres do Brasil, com índice de desenvolvimento humano baixo (0,658), ficando um pouco à frente apenas dos estados do Piauí, Pará, Maranhão e Alagoas. (IDH-M, 2010).

Em relação à segurança alimentar, no ano de 2004, a situação de insegurança alimentar foi bastante elevada no estado, contudo, no ano de 2009, houve melhorias nesse índice. Os dados da PNAD sobre situação de domicílios com segurança alimentar indicaram que houve melhoria no estado da Paraíba entre 2004 e 2009, conforme observamos no gráfico 7:

Gráfico 7: Segurança alimentar nos domicílios na Paraíba, no Nordeste e no Brasil (%) (2004 - 2009).

Fonte: Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos - 2011. Organização: Aline B. de Lima, 2015.

No ano de 2004, considerando os domicílios que estão dentro dos limites de segurança alimentar, a Paraíba ficou abaixo da média nacional, pois, enquanto no Brasil 65% dos domicílios estavam dentro dos limites de segurança alimentar, esse número caiu para 46,7%, ficando timidamente acima da média do Nordeste, onde apenas 46,4% dos domicílios estavam dentro desses limites.

O Norte e Nordeste foram as regiões que possuíram o maior percentual de população com algum risco de segurança alimentar, variando de leve a grave. De acordo com o relatório do Consea:

As desigualdades regionais no Brasil, apontadas pelos indicadores sociais tradicionais, como por exemplo, renda e escolaridade aparecem da mesma forma na análise da segurança alimentar. Em 2004, as Regiões Norte e Nordeste apresentavam as piores condições familiares de acesso aos alimentos. Havia segurança alimentar em apenas 46% dos domicílios do Nordeste e 53% do acesso à alimentação adequada no Norte. A proporção de famílias do Nordeste com dificuldade grave de acesso aos alimentos (IAG) era 3,5 vezes superior à encontrada no Sul e 3,3 vezes a do Sudeste (BRASIL, 2010b, 124).

A Paraíba tinha, em 2004, 15,4% de seus domicílios considerados com grave insegurança alimentar. Esse indicador aponta para um significativo número de pessoas afetadas pela fome, porém, em 2009, esse indicador sinalizou uma melhoria no estado.

No período de cinco anos (2004 - 2009), a Paraíba reduziu quase 50% de seus domicílios com segurança alimentar grave, saindo de 15,4% para 7% dos domicílios. Além disso, em 2009 59%, dos domicílios foram considerados com segurança alimentar contra 46,7% em 2004, apesar de permanecerem ainda abaixo da média nacional.

Nesse sentido, é importante frisar a importância de projetos como o das feiras agroecológicas, e das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da produção camponesa, que contribuíram para a melhoria desses indicadores no estado.

Cabe destacar, ainda, que o relatório do Consea avaliou que a concentração fundiária agravou a situação de insegurança alimentar, pois, além de ser o pequeno produtor responsável pela maior produção de alimentos, as áreas rurais apresentaram maior concentração de insegurança alimentar que as áreas urbanas, demonstrando a real necessidade e urgência de uma Política Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2010b).

Dessa forma, através dos referidos dados, constatamos que as pequenas unidades agrícolas foram responsáveis pela produção de alimentos que abasteceu a população, mas que possuíam uma quantidade de terras muito pequena, em comparação às grandes propriedades,

denotando uma situação de grave injustiça social de acesso à terra, que acarretou numa enorme desigualdade social.

Assim, observamos que as pequenas propriedades familiares no estado da Paraíba praticaram atividades agrícolas em condições bastante adversas, que foram desde a concentração de terras a dificuldades de desenvolvimento econômico e social. Enfim, um severo grau de escassez em diversos âmbitos.

No tocante à reforma agrária, as áreas de assentamento rurais foram criadas no limite dos conflitos entre camponeses e latifundiários, como forma de diminuir as tensões causadas em situações extremas, ou seja, não existiu qualquer planejamento prévio que pretendesse promover uma efetiva distribuição de terras e dinamização das economias locais.

Quando comparamos os dados do Censo Agropecuário 2006 com os dados do INCRA 2014, constatamos que, dentro das unidades familiares, os assentamentos rurais possuíam ainda uma porcentagem menor de terras. Vejamos no Gráfico 8, a distribuição de estabelecimentos agrícolas por hectare na Paraíba:

Gráfico 8: Área dos estabelecimentos agrícolas por hectare na Paraíba - 2006

Fonte: Censo Agropecuário (2006) / INCRA (2014). Organização: Aline B. de Lima, 2015.

No ano de 2014, a Paraíba contava com 308 assentamentos rurais, os quais possuíam um total de 288.700,95 hectares de área e 14.441 famílias assentadas. Os assentamentos estavam distribuídos em 100, dos 223 municípios do estado. A mesorregião Agreste da Paraíba

concentrou 43,8% do total de assentamentos, seguida das mesorregiões da Mata (23,4%), Sertão (22,7%) e Borborema (10,1%) (INCRA, 2015).

Os assentamentos na Paraíba começaram a ser criados no final da década de 1980, inicialmente na região Agreste e a partir dos anos de 1990, intensificaram-se na Mata Paraibana. No ano de 2014, a maior parte das áreas desapropriadas tinham mais de 10 anos de existência, contudo, apenas 22 assentamentos rurais encontravam-se consolidados. Boa parte deles foi considerada pelo INCRA como em estruturação.

Essa categorização refere-se a estágios de desenvolvimento do assentamento rural, que pode ser classificado como criado³⁸, em instalação³⁹, em estruturação⁴⁰, em consolidação⁴¹ e consolidado⁴².

Esses estágios demonstraram as condições de infraestrutura e desenvolvimento dos assentamentos rurais. Durante esse período, o assentado podia receber créditos disponibilizados pelo INCRA e fazer parte de programas do governo federal específicos da reforma agrária. Nesse momento, a terra ficava sob sua posse em caráter provisório, através de um Contrato de Concessão de Uso (CCU).

Quando o assentamento é considerado consolidado, pode ser emancipado, ou seja, passa a pertencer legalmente ao assentado, mediante quitação de sua dívida com o Estado. Nesse caso, o título de domínio "é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado tem condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais". (INCRA, 2015)

O Gráfico 9 apresenta o total de assentamentos rurais no estado da Paraíba, considerando o período em que foi criado no âmbito do governo federal e o estágio de desenvolvimento no ano de 2014.

³⁸ "Imóvel já sob o domínio ou posse do INCRA, na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação das mesmas, com a assinatura de respectivos contratos de assentamento" (Portaria MDA nº 80 de 24/04/2002).

³⁹ "Projeto criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação" (Portaria MDA nº 80 de 24/04/2002).

⁴⁰ "Aquele em que se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica: abastecimento de água; eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias" (Portaria MDA nº 80 de 24/04/2002).

⁴¹ "Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica, e acesso ao PRONAF-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF;

⁴² "Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao Município ou Estado (Núcleos urbanos, etc.)" (Portaria MDA nº 80 de 24/04/2002).

Gráfico 9: Número de assentamentos no estado da Paraíba, segundo governo e estágio de desenvolvimento, 2015.

Fonte: INCRA (2015). Organização: Aline B. de Lima, 2015.

Considerando o período de 1986 até 2014, foi durante o governo FHC que foram criados o maior número de assentamentos rurais no estado da Paraíba. No governo Lula, houve uma regressão expressiva de desapropriações para fins de reforma agrária no estado. No governo Dilma, por sua vez, durante seus primeiros quatro anos de mandato, a diminuição foi ainda mais significativa.

Muitas dessas desapropriações foram sendo realizadas para diminuir situações de tensão social entre proprietários e camponeses, ou seja, não faziam parte de um plano efetivo de uma política distributiva das terras. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, esses conflitos eclodiram na Paraíba principalmente em algumas áreas da Mata e do Agreste.

A intensificação desses problemas decorreu em parte do avanço do cultivo da cana-de-açúcar, estimulado pelo PROALCOOL, que foi criado pelo Decreto nº 76.593 em 1975, no governo militar Ernesto Geisel. Esse momento coincidiu com as transformações técnicas

geradas pela modernização da agricultura, com maior utilização de maquinários e insumos químicos, conforme observa Egler (1985, p.9), em uma referência aos efeitos gerados pelo PROALCOOL no estado da Paraíba:

[...] existe uma diferença capital entre o atual processo de modernização e aquele que o antecedeu, pois enquanto a usina disputou as terras de cana-de-açúcar no mesmo domínio natural dos engenhos, isto é, as várzeas úmidas; as destilarias despontam sobre os tabuleiros, dispondo de novas áreas até então inacessíveis à cana-de-açúcar. Este fato se reveste de extrema importância para a análise dos impactos sócio-econômicos da modernização resultante da expansão canavieira atrelada ao PROALCOOL na Paraíba.

De acordo com Egler (1985), a utilização de fertilizantes e agrotóxicos possibilitou o avanço da cana-de-açúcar para áreas até então pouco aptas ao cultivo dessa lavoura, como nos chamados tabuleiros costeiros, caracterizados por solos arenosos e impróprios ao cultivo da cana-de-açúcar.

Dessa forma, a tradicional indústria açucareira, até então restrita aos fundos de vale, como na bacia do rio Mamanguape e na bacia do rio Paraíba, e as áreas de brejos⁴³ de municípios como Areia e Alagoa Grande, avançou sobre novos domínios territoriais. De acordo com Moreira e Targino (1997):

A expansão da cana-de-açúcar no Estado já podia ser observada em 1980. A produção da cana, antes restrita a quinze municípios do Litoral e Brejo, avançou sobre outros municípios destas regiões, estendeu-se pelo Agreste Baixo e Piemonte da Borborema, incorporando em sua paisagem mais de vinte municípios (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 107).

Os efeitos nefastos das políticas modernizadoras inseridas no Nordeste a partir da década de 1970 foram registrados nos estudos de Andrade (1979; 1985; 1987). Vejamos algumas análises do autor sobre os impactos do PROALCOOL na região:

O que se constata então, é que este programa teve como maior contribuição a expansão da área canavieira por faixas de terra antes não cultivadas ou dedicadas às culturas alimentícias e aumentar a poluição dos rios, de vez que a calda das destilarias é uma das mais poluidoras (ANDRADE, 1985, P. 78).

Não pode ser esquecido também o lucro advindo para as grandes empresas com a venda de maquinaria agrícola, de adubos, de inseticidas e de outros produtos agrícolas que produzem para o mercado, utilizando técnicas mais

---

⁴³ “Convém salientar que no Nordeste chamamos ‘brejo’ as áreas úmidas ilhadas, quase ilhadas ou marginais à caatinga semiárida.” (ANDRADE, 1980, p.24). “As ilhas de umidade aí existentes, com suas manchas de florestas tropicais formando grandes contrastes com as caatingas circundantes, foram interpretadas pelos colonizadores como áreas suscetíveis de receber a principal plantação tropical da época – a cana-de-açúcar - que já fizera a riqueza da Zona da Mata e despertara a cobiça dos holandeses” (AB’SABER, 2003, p. 97).

modernas, empresas quase sempre estrangeiras, subsidiárias das multinacionais (ANDRADE, 1979, p.48).

Os estudos de Egler (1985), Moreira (1997) e Andrade (1985) alertam para a pressão exercida pelo avanço da cana-de-açúcar sobre áreas anteriormente destinadas à produção de alimentos, tanto para o mercado interno como para o consumo dos próprios camponeses produtores. Egler (1985) demonstrou, a partir de cartogramas e dados do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a retração da área colhida com alimentos em municípios como Serraria, Alagoinha, Mari, Mulungu, Mogeiro, Itabaiana, Cruz do Espírito Santo, Pedras de Fogo, Alhandra e Pitimbu. Em parte significativa desses municípios, a retração da área colhida com alimentos foi consorciada ao aumento da área colhida com cana-de-açúcar. De acordo com Andrade (1987, p. 47):

O dinheiro público, desse modo, financiava grupos econômicos, facilitando o agravamento da situação alimentar, torpedeando qualquer política que beneficiasse a produção de alimento. O tanque do automóvel tornou-se mais importante do que o prato (estômago) do trabalhador. Mas em compensação a burguesia açucareira pôde florescer em sua riqueza.

As mudanças ocasionadas pela incorporação técnica e científica não ficaram restritas a regiões produtoras de açúcar e álcool, adentrando à Região Nordeste por outros meandros da economia, como através da pecuária, transformando o tradicional regime de parceria das regiões semiáridas, e como pelo estabelecimento de linhas de crédito e financiamentos voltados para médios e grandes proprietários. De acordo com Andrade (1987):

O processo de pecuarização, da mesma forma que a política alcooleira e açucareira, vem criando sérios problemas sociais. Através deste processo o proprietário da terra e criador passa a cultivar áreas com gramíneas e ou leguminosas resistentes à seca e a acumular alimentos na estação chuvosa para consumo no estio, sobretudo em silos-trincheiras. Com estas medidas, executadas geralmente graças a empréstimos de bancos oficiais e a juros baixos, o pecuarista liberta-se da necessidade de fornecer terra aos agricultores sem terras, para que cultivem milho, feijão e algodão em associação e que, após a colheita, liberem a terra, o antigo “roçado” para que o gado se alimente com o restolho destas plantas (ANDRADE, 1987, p. 68).

Os estímulos à mecanização agrícola não só na Paraíba atenderam a interesses de grupos econômicos estrangeiros, produtores de maquinários e insumos agrícolas, associados às tradicionais oligarquias regionais, detentoras de terra e poder. O papel do Estado nessa simbiose corroborou a implantação de programas e projetos voltados ao enriquecimento de minorias, a custos sociais e ambientais elevados.

Nesse âmbito, moradores de fazendas arrendadas há décadas passaram a ser ameaçados de expulsão. Além disso, terras objeto de espólio foram vendidas pelos herdeiros sem respeito ao direito de posse e de preferência dos antigos moradores. Esse quadro intensificou os conflitos gerando grave situação de tensão social em vários municípios do estado.

Na fazenda Camocim, localizada no município de Pitimbu, Mata Paraibana, setenta famílias de foreiros viviam da agricultura e da pesca e passaram a ter problemas com a fazenda vizinha, pertencente à Agro-Industrial Tabu Ltda.

A fazenda Camocim foi comprada pela Agro-Industrial Tabu Ltda, que passou a pressionar os camponeses para abandonar suas posses. A companhia enviou tratores para destruir os roçados dos trabalhadores, constantemente ameaçados pelos capangas da empresa. Também despejou a calda da destilaria no Rio Camocim, inviabilizando a pesca. Vejamos relato da CONTAG sobre esse caso:

Em novembro, o Movimento Sindical reivindicou a imediata desapropriação da área, solicitada desde 1979, em virtude dos seguintes fatos: 1. O Secretário de segurança visitou a Fazenda Camocim e verificou "*in loco*" as violências praticadas pelos prepostos da Destilaria, o que levou aquela autoridade a considerar de "suma gravidade o estado de tensão na área"; 2. No dia seguinte dessa visita, prepostos da Tabu arrancaram roça madura e fruteiras de Flausine da Silva e de José Francisco de Araújo; 3. Em atendimento à solicitação do advogado dos trabalhadores, o juiz da Comarca requereu força pública para assegurar as posses tuteladas pela justiça; 4. Os trabalhadores arrancaram a cana e plantaram feijão em suas roças, fato que comunicaram à Secretaria de Segurança; 5. Empregados da Tabu arrancaram, protegidos por vigias, todo o feijão e plantaram novamente cana; 6. Há na justiça três processos criminais, frutos de queixas da Tabu com o objetivo de intimidar os posseiros e os dirigentes sindicais. Existem ainda duas ameaças de morte ao advogado dos trabalhadores pelo superintendente da Tabu, Antônio Amaral, ameaças que podem ser testemunhadas; 7. Os posseiros que ainda não entraram em ação na justiça foram ameaçados de terem todas as benfeitorias arrancadas por trator; 8. A proporção de subsistência na região está terminando, sendo substituída pela monocultura da cana-de-açúcar (CONTAG, 1981, p.61).

Nesse relato, a destruição de roçados e o plantio da cana demonstram o sentido de uso da terra e a função que ela exercia para o conjunto da sociedade. Quando a cana foi arrancada para o plantio de culturas de subsistência, a terra foi utilizada em benefício de toda sociedade, através do alimento produzido pelos camponeses, que alimentavam não só a sua família, mas também a população da cidade.

No caso inverso, quando os pés de feijão foram arrancados para ceder lugar ao cultivo da cana, essa terra passou a ser de usufruto individual, pela apropriação privativa de um bem social comum. Nesse sentido, em favor do enriquecimento individual, centenas de famílias ficaram vulneráveis à fome, uma vez que necessitavam da terra para sobrevivência imediata.

Ainda na mesorregião da Mata, no município de Pedras de Fogo, cinquenta famílias da localidade Cachorrinho e Coqueirinho lutavam pelo direito de permanência na terra, que estava sendo alvo de disputa pela Usina Olho D'Água para o plantio de cana-de-açúcar.

No Agreste, desde fins de 1975, as terras, então conhecidas como Grande Alagamar, também foram objeto de conflito. As áreas disputadas localizavam-se em parte dos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix. De forma semelhante, camponeses moradores de algumas fazendas, como Fazenda Riacho dos Currais, Urna, Salomão e Fazenda Nova, foram ameaçados e tiveram suas plantações destruídas pelo gado, que foi solto nas áreas arrendadas. Além disso, no lugar das lavouras dos camponeses foi plantado capim, dentre outras arbitrariedades.

As agressões tiveram respaldo do Estado, conforme explicitado no relato da CONTAG (1981, p.63):

Em Alagamar, Piacas e Maria de Melo, os trabalhadores denunciaram que os coordenadores de serviços e chefes de máquinas do INCRA tentaram construir campos de futebol em locais de lavoura. Chegaram, inclusive, a arrancar fruteiras, ajudados pela Polícia de Salgado de São Félix, agentes da polícia federal do Recife e um Tenente-Coronel de Polícia de João Pessoa, que mandaram intimidar, a seguir 21 pessoas, como forma de amedrontar os trabalhadores.

Em Bananeiras e Solânea, a venda das fazendas Sapucaia, Carvalho, Porteira e Capivara por herdeiros do ex-senador Domício Gondim deu início a um conflito envolvendo 480 pessoas. Fato semelhante ocorreu em Barra de Santa Rosa, na propriedade Quandum, e no município de Santa Inês, na fazenda Sítio. Em ambas, houve conflito decorrente de venda de propriedades.

A partir desses relatos observamos que no final da década de 1970 e início dos anos 1980 ocorreram numerosos conflitos por terra no estado da Paraíba. Os camponeses encontravam-se em uma situação de extrema pobreza e desamparo. Além das agressões advindas dos proprietários, eles tinham que lidar com a truculência da polícia e de outros órgãos que deveriam protegê-los.

A violência deixou marcas desse período na cultura popular, como no cordel "A luta na Paraíba", (Ver quadro 3), escrito por Manoel Félix, do sítio Capim de Cheiro. Nele, são marcantes os relatos de violência, não só por parte dos latifundiários e pistoleiros, mas pelo governo estadual e pela polícia.

A força da luta e da insubordinação aparece no referido cordel em expressões com "nunca se assujeitemo" e "não, não vamos parar". Ao mesmo tempo, a importância do trabalho conjunto é exaltada em temos como "mutirão" e "nosso irmão". A consciência do direito à terra de trabalho aparece em frases como "libertar a nossa terra" e "o jeito é a reforma agrária".

Quadro 3: Cordel "A luta na Paraíba"

ALUTA NA PARAÍBA			
Deusa da Natureza Vem pra me ajudar Um livrinho que eu vou fazer Uns verso que eu vou narrar Que os pobre vive sofrendo Sem terra prá trabalhá	Couquerinho e Cachorrinho A pobre de uma viúva Botaram sua casa abaixo Deixaram os troço na chuva Só Deus que é pai de nós todo Cria o povo como uva	Todo mundo foi olhar O povo desabrigado Cada filho com seu pai Num colchãozinho deitado Que fazia compaixão Aos olho admirado	Hoje são dono do chão Que foi desapropriado Um lugar em que o Ingra Já deu algum resultado Só não vem a tal da força Do governo do Estado
Leitores vão desculpendo Aqui minhas fracas linhas Quem me comprar esses versos Faria vontade minha Um auxílio que ajude Nossa casa de farinha	Calou-se os agricultor Lá daquela região Vamos falar de outros canto Onde luta os nosso irmão Contra os latifundiário Que chamamos tubarão	A luta da Paraíba Já chegou na beira mar Na praia de Pitimbú Agora vamos falar Como foi o acontecido Na fazenda Abiá	Falando em Gurugi Coitado tudo sofrendo Passando fome as criança Não sei do que tão vivendo Capaz de morrer alguém Pelo jeito que tô vendo
Derme de 74 Que a luta começou No estado da Paraíba Contra o agricultor Por que são os mais pequeno Sempre os maior sofredor	Na Fazenda Retirada O povo de Capim de Cheiro Coitado tudo lutando Enfrentando os usineiro Também pelo outro lado Enfrentando os granjeiro	Na fazenda Abiá Os home trabalhador Há muitos anos que eram da fazenda morador Quizeram acabar com eles Por ser home agricultor	O governo Buriti Diz que desapropriou Botando cooperativa Que ninguém se assujeitou A terra ficou pra ele E assim o caso emperrou
No estado da Paraíba Os pobre vive lutando Para libertar nossa terra Que nós tamo precisando O jeito é a reforma agrária Que nós estamos esperando	Mas essa propriedade Achemo desabitada Não encontremo lavoura Poucas casas de morada Os pobres agricultor Morava nela arrendada	Se iam para o roçado Mal chegavam eles lá Vinha um lote de vigia Dizendo pra mode parar Deixar o nosso trabalho Não, não vamos parar	As lutas foram demais Por essa terra sofremo Com luta e com sacrifício Pra adiante nós botemo Mesmo levando pancanda Nós nunca se assujeitomo
Os nosso governador Só protege tubarão Os pobre desabrigado Sofre a maior aflição Não tem onde trabalhá Para apurar o seu pão	Mais tarde a usina Tabú Com a sua destilaria Encharcando aqueles pobre Derruba até moradia Tomando os seus roçadim Que deles é que nós vivia	Foram impatá roçado De um senhor que é posseiro Nessa hora foi chegando Um bando de pistoleiro Entre eles um tal Lagoa Que era o maior cangaceiro	Vamos falar em Alhandra Que a guerra lá chegou Na fazenda Aviata Lugar dos agricultor Deixar de prantar lavoura Nenhum se assujeitou
Os home trabalhador As mulhé trabalhadora Acabou-se os pescador E as mulhé pescadora Acabou-se os caçador E acabou-se as caçadora	Mesmo caso aconteceu Na fazenda Camucim Aonde os tais cangaceiro taparam até os camim Maltrataram as mulhé Amedrontando os veim	As mulhé foi quem pegaram o pistoleiro atrevido que foi empatá onde era A posse do seu marido Lagoa foi se queixar Desse cado acontecido	Há tantos anos essa terra Aos pobre foi arrendada Lugar bom de agricultura Por todo canto falada No comércio em João Pessoa Sua fartura é usada
A luta na Paraíba Começou em Mucatú Palmeirá e Guarapú Bahia da Traição São Miguel de Taipú	Cada um em seu roçado Para o seu sobreviver Se juntava em mutirão Para não acontecer De um trabalhado só Capanga pudesse prender	Mas os latifundiário Não puderam se mexer Que quem fez foi as mulhé Ninguém lá não foi prender Lagoa deixou o caso Ficando só a sofrer	Falaram em aprantar cana E seu Zequina aceitou Acabar a agricultura? Nós dissemos não senhor. É fracasso pra nação E baixeza pro senhor
A grande Alagamar Maria de Melo e Piaca Caipora o povo sofreu Mode a morte de uma vaca O povo foram chutado De onta pé e de tapa	As mulhé e as criança Todo mundo aperrado Os home agricultor E os velho aposentado Resolveram ir ao palácio Do governador do Estado	Vamos pra Mata da Chica Que lá é a mesma luta Da nossa comunidade Lutando com força bruta Lavrador pranta fruteira Mas tubarão não desfruta	Leitores vão desculpendo Essa história aqui rimada De um poeta sem letra Se não tiver derivada Se não agradar a ninguém Vamo dar por terminada

Autor: Manoel Félix - Sítio Capim
de Cheiro

Fonte: Jornal do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.
Edição especial. Janeiro de 1983.

A Comissão Pastoral da Terra desde 1985 contabilizou os dados sobre violência no campo no Brasil. Na Paraíba, durante todo esse período, foram contabilizados diversos atos brutais contra a ocupação, a posse e a pessoa, conforme observamos nos gráficos 10 e 11:

Gráfico 10: Violência contra a ocupação e a posse - Paraíba: 1985 – 2014.

Fonte: CPT (1985 - 2014). Organização: Aline B. de Lima, 2015.

Gráfico 11: Violência contra a pessoa - Paraíba: 1985 - 2014.

Fonte: CPT (1985 - 2014). Organização: Aline B. de Lima, 2015.

Moradores e posseiros tiveram suas casas e roças destruídas, foram expulsos ou despejados de suas terras. Prisões, ameaças de morte, tentativas de assassinato e assassinatos foram as formas mais frequentes de violência contra eles. O período de maior violência nas

décadas analisadas contra a pessoa no estado da Paraíba foi entre 1990 e 1995, já contra a propriedade foi exatamente o período posterior, entre 1995 e 2000. Sobre o crescimento da violência a partir dos anos 1980, Oliveira (2001, p. 192) analisou que:

Chama especial atenção o crescimento da violência nos anos 80, decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses. (OLIVEIRA, 2001, p. 192)

Em muitos desses atos de abuso, é o próprio Estado que se encarrega de praticar a violência. Nesse sentido, confundem-se a figura do policial com a de capanga, pois não raro são a mesma pessoa. Além disso, não há morosidade do judiciário, nem da polícia, quando se trata de executar uma ordem de despejo, mesmo que sejam grandes as chances da mesma ser revogada horas mais tarde.

A destruição de lavouras alimentares, o incêndio de barracos onde se abrigavam idosos e crianças, as prisões arbitrárias e a tortura foram atos que revelaram a punição do Estado contra aqueles que desejavam cumprir a função social da terra, ou seja, que queriam fazer valer o que determina a Constituição do país.

Essa realidade demonstra o papel exercido pelo Estado em uma sociedade capitalista, que, no Brasil, prima por preservar o lucro extraordinário advindo da acumulação primitiva. Assim, a grilagem de terras é legalizada, enquanto seu uso produtivo é criminalizado.

Alguns desses conflitos resultaram na morte de camponeses e camponesas, por vezes, importantes lideranças na organização da luta pela terra. Essas pessoas dedicaram parte de suas vidas para a construção de uma sociedade mais justa e foram vistas como ameaça pelos donos do poder. O mapa 9 retrata os assassinatos no estado da Paraíba ligados a conflitos no campo.

Mapa 9: Assassinados em conflitos por terra no estado da Paraíba (1961 - 2013)

Esses crimes tiveram em comum o assassinato de pessoas inocentes que lutavam dentro da legalidade por uma sociedade menos desigual. Além disso, assemelharam-se pela brutalidade com que foram realizados, constituíram-se enquanto exemplos de crueldade e intimidação. Um outro aspecto em comum da maior parte desses crimes foi a impunidade, uma vez que seus assassinos e mandantes nunca foram condenados. Sobre a violência física no campo, Santos (2000, p. 149) avaliou que:

A violência física recoloca o direito à vida como questão limite dos camponeses e trabalhadores rurais. Ainda mais, porque ela se configura como uma rotina de violência, expressando-se por um ritual de dominação que se exerce por uma anatomia política do suplício, uma anatomia do dilaceramento do corpo. Os quadros da violência disseminada desenrolam-se incessantemente, de ano a ano, de região a região. Trata-se de uma tecnologia de poder que se exerce sobre os homens, com o fim de, ao mortificar os corpos - de pessoas, mas, cada vez mais, de grupos sociais, como é o caso das denominadas "chacinas" - provocar um efeito-de-demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos, tecnologia de poder tanto mais eficaz quanto bárbara e impune (SANTOS, 2000, p. 149).

A parcialidade do Estado na resolução dos conflitos agrários demonstrou uma institucionalização da criminalização da luta pela terra. Os camponeses e camponesas que têm lutado pela desconcentração da estrutura fundiária enfrentam esses problemas, por vezes, às custas de suas próprias vidas.

No horizonte dessa luta repousou o desejo de libertação, e da possibilidade de construção de uma vida com dignidade. Assim, a reforma agrária inseriu-se na Questão Agrária como uma luta possível e foi no limite desses conflitos que foram criados os assentamentos rurais no estado da Paraíba. De acordo com Oliveira (2001, p. 194):

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

Nesse sentido, os assentamentos rurais, de onde vem a produção que hoje abastece as feiras agroecológicas foram territórios conquistados através de um longo processo de luta, protagonizadas por camponeses que recusaram em algum momento de suas vidas se subordinarem às condições impostas. A terra conquistada não encerrou a luta, ao contrário disso, a colocou em outras fases.

Rodrigues (2005) analisando as estratégias de reprodução camponesa em assentamentos rurais da Paraíba e do Ceará, observou que:

O intervalo que separa os trabalhadores da luta pela posse da terra até o que exige a organização e a produção na unidade familiar, constitui-se num hiato que vem sendo discutido, nos últimos anos, pelos movimentos sociais e que compõe outra frente de luta organizada pelos trabalhadores. Neste sentido, cada assentamento, e, por conseguinte, cada grupo social assentado tem uma história diferenciada e as estratégias que marcam o sucesso ou insucesso da trajetória destas famílias assentadas têm origens diversas (RODRIGUES, 2005, p.12671).

Dessa forma, no caso dos camponeses que têm realizado as feiras agroecológicas, a construção do território comunitário foi sendo feita no enfrentamento conjunto das dificuldades vivenciadas após a conquista da terra. Nesse sentido, a venda aos atravessadores foi um dos principais empecilhos para a superação da subordinação camponesa, que enxergaram na venda direta uma saída para superar essa condição.

4.3. Caminhos percorridos para a venda direta

No Nordeste, as feiras livres possuíram um importante papel na organização de algumas cidades. Em algumas delas, tornaram-se historicamente conhecidas como entrepostos comerciais, onde a depender da localização puderam colaborar para a formação de uma dinâmica regional, inicialmente vinculada ao pousio para tropeiros e a realização das feiras de gado. De acordo com Andrade (2011, p. 170):

[...] as cidades agrestinas próximas aos brejos, têm grandes feiras, uma vez que a menor concentração fundiária permite maior divisão do dinheiro, aumentando o de remediados. Por isso, feiras como as de Camocim de São Félix, Cupira, Cachoeirinha e Capoeiras, apesar da pequena população do aglomerado, são muito mais importantes do que as de cidades grandes da zona da Mata, como Goiânia, Nazaré e Palmares. Às vezes, as barracas e caçuás onde são expostos à venda os mais diversos produtos estendem-se por todas as ruas do aglomerado, ocupando-o inteiramente. Isto para não falar de feiras como as de Campina Grande, Feira de Santana ou Caruaru, famosas pela sua importância em todo o Brasil.

As tradicionais feiras livres passaram ao longo do tempo por uma série de modificações, como realocações causadas pelo crescimento das cidades, reformas urbanísticas para atender as

exigências estéticas e sanitárias, a presença cada vez maior de comerciantes e o desvanecimento da presença dos produtores.

As feiras livres passaram cada vez mais a serem supridas com produtos hortifrutigranjeiros vindos principalmente das centrais de abastecimento (CEASAS/EMPASAS), que comercializavam produtos oriundos de várias partes do Brasil e do exterior. Essas centrais os distribuíam ainda para supermercados, minimercados, atacadões, sacolões, bodegas, restaurantes, dentre outros espaços de comercialização e/ou consumo de alimentos, como demonstramos na Figura 1.

Figura 1: Diagrama das principais etapas de comercialização de hortifrutigranjeiros

Elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

As centrais de abastecimento injetaram nos mercados locais um maior volume e variedade de alimentos, de modo que o pequeno produtor passou a ter cada vez mais dificuldade de comercializar diretamente nesses mercados. O custo do frete, as regulamentações municipais e estaduais, as cobranças de impostos e de autorização para a venda e a escassez de crédito rural oneraram de tal forma a venda direta que passaram a inviabilizar a presença dos pequenos produtores.

Essas mudanças resultavam em parte do avanço do capitalismo no campo, feito no “interior do processo de internacionalização da economia brasileira” (OLIVEIRA, 2008, p.468). A distribuição de alimentos foi uma face desse processo, ligada à comercialização de *commodities* nas bolsas de valores e no caso dos hortifrutigranjeiros, à Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - CEAGESP, maior central de abastecimento do Brasil, que passou a influenciar os preços desses produtos no mercado

nacional, bem como nas demais CEASAS dos estados. A produção camponesa abastecia essas centrais, que, por sua vez, abasteciam os mercados locais:

Assim, São Paulo articula ambas as produções, capitalista e camponesa, no campo brasileiro. Essa articulação faz com que o país vá criando áreas de certas especializações do ponto de vista produtivo. As regiões da Grande São Paulo, Campinas, Jundiaí e a porção sul da região de Sorocaba têm-se especializado na produção hortifrutigranjeira. São áreas produtoras de verduras, legumes, morangos, uva, pêssego, caqui, cebola, tomate etc., cultivados sobretudo por unidades camponesas de produção, articuladas no passado por grandes cooperativas, como a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Sul-Brasil, que foram à falência.

A Coopercotia foi também responsável pela expansão das culturas de frutas no Nordeste brasileiro: mamão, no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo; melão, uva e manga nos vales do Açu (Rio Grande do Norte) e do São Francisco (Bahia e Pernambuco); mamão papaia na Amazônia. Além disso, atuou no setor de produção de soja, na região de Barreiras, no oeste do estado da Bahia. Cabe salientar que parte dessa produção está voltada para a exportação.

Também em decorrência da ampliação do mercado interno, somada à industrialização da fruta, o abacaxi passou a ser cultivado em várias partes do país. Às regiões tradicionalmente produtoras de Bauru/Marília (SP) vêm sendo somadas novas áreas produtoras no Triângulo Mineiro, norte de Minas e Agreste paraibano. Com isso criou-se um mecanismo de rodízio em seu calendário anual, de modo a produzi-lo todo ano (OLIVEIRA, 2008, p. 518).

Nessas etapas, a presença dos intermediários foi crescente e a distribuição dos produtos hortifrutigranjeiros causou algumas dificuldades, vivenciadas principalmente nas extremidades do processo. O percurso feito pela mercadoria fez chegar ao consumidor um produto menos fresco e de procedência desconhecida e para o pequeno produtor, gerou uma remuneração muito abaixo dos preços finais praticados.

Na Paraíba, três centrais de abastecimento nos municípios de João Pessoa, Campina Grande e Patos realizaram a comercialização de alimentos para diversas cidades, totalizando a distribuição de 6.545.788,9 toneladas de alimentos entre os anos de 1976 e 2013. João Pessoa e Campina Grande, entre 1976 e 2013, comercializaram respectivamente 2.668.425,7 e 3.568.749,3 toneladas de alimentos e Patos entre os anos de 2006 e 2013 um total de 308.613,9 toneladas de alimentos (EMAPASA, 2013).

Entre os anos de 2004 e 2013, na Empasa de João Pessoa, 92% do grupo de frutas laranja pera, melancia, banana pacovan, banana prata, mamão Hawaí, maracujá e melão espanhol vinha do Nordeste, principalmente de Pernambuco (27,16%), Sergipe (26,75%), Paraíba (22,39%) e Rio Grande do Norte (10,46%). Nesse mesmo período, 90% do tomate, batatinha, cebola, inhame da costa, cenoura, batata doce, pimentão verde, coentro, abóbora leite, repolho verde e

o chuchu provinham principalmente da Paraíba (43,62%), Pernambuco (25,82%) e Bahia (16,23%) (EMAPASA, 2013).

Em Campina Grande, para o mesmo grupo de frutas e intervalo de tempo, 90% vinha do Nordeste, principalmente de Sergipe (26,79%), Pernambuco (23,89%) e Paraíba (23,01%). Para o mesmo grupo de hortaliças e intervalo de tempo, 72,48% advinha do Nordeste, principalmente da Paraíba (35,57%), Pernambuco (25,77%) e Bahia (15,44%) (EMAPASA, 2013).

Em Patos, entre os anos de 2006 e 2013, para o mesmo grupo de fruta, 92% vinha do Nordeste, principalmente da Paraíba (34,94%), Pernambuco (20,68%), Rio Grande do Norte (14,41%) e Sergipe (11,43%). Para o mesmo grupo de hortaliças, vinha principalmente da Paraíba (47,78%), Bahia (20,03%) e Pernambuco (13,42%) (EMAPASA, 2013).

O grupo de produtos destacados no Relatório da Empasa correspondeu às principais variedades comercializadas nas três centrais de abastecimento. No grupo de frutas, destacou-se um maior volume de laranja pera, banana pacovan e melancia, seguido em menor quantidade de abacaxi, banana prata e mamão Hawaí. No grupo de hortaliças, o maior volume foi apresentado pelo tomate, batatinha e cebola, com exceção apresentada pela central de Patos, onde o volume de batata doce foi superior ao da cebola.

Em relação à atuação da produção agrícola paraibana no abastecimento das centrais, observamos que a central de Patos obteve a maior participação da produção agrícola do estado, enquanto que Campina Grande apresentou a menor participação. Do ponto de vista do volume comercializado, como já destacamos, a central de Campina Grande comercializou o maior volume de alimentos em comparação às demais centrais.

Essa diferença em relação à capital João Pessoa pode estar relacionada à importância histórica da cidade de Campina Grande enquanto entreposto comercial regional, mesmo com a maior concentração de habitantes na cidade de João Pessoa.

O volume comercializado em Campina Grande foi 25% superior ao comercializado na EMPASA de João Pessoa (total de 3.568.749,3 t em Campina Grande e 2.668.425,7 t em João Pessoa, no período de 1976 a 2013), conforme podemos observar no gráfico 12.

Gráfico 12: Comparação entre o volume comercializado na central de abastecimento de Campina Grande e João Pessoa (1976 a 2013).

Fonte: Relatório da EMPASA, João Pessoa. Organização: Aline B. de Lima, 2016.

Essas centrais têm abastecido feiras livres, supermercados, minimercados e outros diversos espaços de compra e/ou consumo de alimentos. De forma geral, os pequenos produtores não conseguiram estabelecer vendas diretas nas centrais, controladas por comerciantes. Como possibilidade de comercializar a produção, restou cada vez mais a venda a intermediários, que ofereciam preços muito baixos aos camponeses.

A criação e/ou revitalização das feiras de produtores surgiram como alternativa para aumentar a renda dos camponeses e melhorar a oferta de produtos saudáveis nas cidades. A eliminação dos intermediários podia fazer chegar até ao consumidor final um produto mais fresco e mais acessível e também permitir que o camponês comercializasse os produtos com preços melhores do que os praticados nas áreas de produção, como demonstramos na figura 2.

Figura 2: Diagrama das etapas de comercialização de hortifrutigranjeiros na feira de produtores.

Elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

A criação dessas feiras livres na Paraíba seguiu dois processos principais. Em um dos processos, as feiras foram resultado de necessidades que surgiram dentro das comunidades rurais, a partir da organização política e social construída entre camponeses moradores de assentamentos, acampamentos e localidades rurais articulados através de um trabalho conjunto.

No segundo processo, as feiras foram criadas a partir do incentivo do Estado, via políticas públicas ou ações de esferas municipais, estaduais e federais. Nesses casos, existia interesse de produtores para a realização das feiras, porém a realização delas ocorreu mediante maior apoio para a instalação da infraestrutura e assistência técnica prestada pelo município, estado e/ou União.

Nesse sentido, é válido destacar que, no primeiro caso, quando da criação das feiras agroecológicas, foi recorrente na história do processo organizativo a ausência ou o pouco apoio do Estado, que em alguns casos chegou a dificultar a criação das mesmas, com a recusa em conceder apoio financeiro para infraestrutura e na negação de autorização para ocupar determinados espaços nas cidades. No segundo caso, o fato de algumas feiras terem tido maior apoio do Estado, não significou ausência de dificuldades, muitas vezes, decorrentes das descontinuidades de determinados projetos ou políticas públicas. Além disso, a implantação de determinados programas sociais e políticas públicas pelo Estado atendeu também a um conjunto de reivindicações dos movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil organizada.

No primeiro processo, as parcerias constituídas entre camponeses, associações comunitárias, sindicatos rurais, ONGs e sociedade civil organizada foram importantes para a constituição das primeiras feiras agroecológicas. Dentre essas inúmeras parcerias na Paraíba, destacamos: Comissão Pastoral da Terra (CPT); Associação dos Agricultores e Agricultoras da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA); Agricultores e Agricultoras do Litoral Paraibano (ECOSUL); Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema (ECOBORBOREMA); Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC); Cáritas Arquidiocesana; associações comunitárias; Coletivo Regional do Cariri, do Seridó e do Curimataú; Articulação do Semiárido Paraibano (ASA); além de sindicatos rurais, movimentos sociais, sociedade civil organizada (grupos de jovens e grupo de mulheres).

O apoio do Estado à criação de feiras livres de agricultores familiares, assentados e acampados ganhou impulso a partir do ano de 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional (Consea)⁴⁴, com o objetivo de zelar pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e promover a articulação entre o governo e setores da sociedade civil em prol da segurança alimentar e nutricional, dentre outras atribuições.

Para atender as diretrizes do Consea, foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006, (BRASIL, 2006), em consonância com o artigo 6º da Constituição Federal, que passou a considerar a alimentação como direito social⁴⁵: “a educação, a saúde, a **alimentação**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 2010a, grifo nosso).

Além da fome, foram consideradas situações de insegurança alimentar a obesidade, doenças associadas à má alimentação e consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudiciais à saúde. De acordo com Brasil (2010b, p. 9):

O pacote tecnológico aplicado nas monoculturas em franca expansão levou o Brasil a ser o maior mercado de agrotóxicos do mundo. Entre as culturas que mais os utilizam estão a soja, o milho, a cana-de-açúcar, o algodão e os citros. Entre 2000 e 2007, a importação de agrotóxicos aumentou 207%. O Brasil concentra 84% das vendas de agrotóxicos da América Latina e existem 107 empresas com permissão para utilizar insumos banidos em diversos países. Os registros das intoxicações aumentaram na mesma proporção em que cresceram as vendas dos pesticidas no período 1992-2000. Mais de 50% dos produtores rurais que manuseiam estes produtos apresentam algum sinal de intoxicação.

As principais problemáticas destacadas pelo Consea em Brasil (2010b) foram: menor crescimento da área agrícola destinada à produção de alimentos para o mercado interno em relação à área agrícola destinada à produção de monoculturas de exportação; o uso crescente de agrotóxicos e transgênicos, que fazia do Brasil o maior consumidor de agrotóxicos no mundo e o segundo maior plantador de sementes transgênicas do mundo; o crescimento da obesidade e o alto percentual de população em situação de insegurança alimentar grave (BRASIL, 2010b).

Como já destacamos, a concentração fundiária no Brasil agravou a situação de insegurança alimentar, pois o pequeno produtor, responsável pela maior parte da produção de alimentos, não teve acesso suficiente à terra. Além disso, as áreas rurais apresentavam maior

---

⁴⁴ O Consea foi criado em 1993 e extinto em 1995. “Para substituí-lo foi criado o Conselho de Comunidade Solidária, no interior do qual foi elaborada uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN, como parte das ações do Ministério da Saúde” (OLIVEIRA et al, 2010b, p. 5).

⁴⁵ O direito à alimentação foi reconhecido em 4 de fevereiro de 2010, 22 anos após a publicação da Constituição de 1988.

concentração de insegurança alimentar que as áreas urbanas, demonstrando a necessidade da implantação de uma política nacional de reforma agrária.

Para combater a fome no Brasil e melhorar os indicadores de segurança alimentar e nutricional, foi criado um conjunto de programas como: Programa Acesso à Água (Cisternas, Segunda Água e Cisternas nas Escolas); Rede de Equipamentos (Restaurantes Populares; Banco de Alimentos; Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares, Educação Alimentar e Nutricional); Aquisição de Alimentos e Abastecimento das Redes (Programa de Aquisição de Alimentos e Abastecimentos (PAA) e Distribuição de Alimentos); Povos e Comunidades Tradicionais (Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades de Terreiro); e, Desenvolvimento Territorial (Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), Acampamentos e Pré-assentamentos, Semiárido e Regiões Metropolitanas via Agricultura Urbana e Periurbana – AUP) (OLIVEIRA et al, 2010b).

No tocante à Rede de Equipamentos, o Programa Feiras Populares foi criado articulado à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) e visava:

[...] estimular a comercialização de produtos agropecuários e agroindustriais produzidos pelos agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária. As feiras *‘ampliam os sistemas locais de abastecimento em face da crescente procura de produtos agropecuários saudáveis, ecológicos e proporcionam a valorização das culturas e tradições familiares, padrões e costumes da população local’* (OLIVEIRA et al, 2010b, grifo do autor, p.34).

A partir do Programa de Feiras Populares, foi criado entre os anos de 2007 e 2010, um total de 210 feiras. Até 2008, o programa concentrou-se nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais, expandindo-se em 2009 para o Rio Grande do Norte, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. De acordo com Oliveira (2010b et al, p. 34):

[...] em 2007 e 2008 foram implantadas, respectivamente, 55 e 69 feiras localizadas em Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais. A partir de 2009 o Programa foi expandido para todo o país, sendo apoiadas 71 feiras populares localizadas em Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. Em 2010 o programa apoiou 15 novas feiras populares nos estados do Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Pará e São Paulo.

A implantação das feiras populares buscou construir uma estratégia de comercialização da produção de pequenos proprietários, assentados e acampados da reforma agrária. Esses

espaços de comercialização deveriam melhorar a renda dos produtores e aumentar a oferta de alimentos de qualidade para os moradores da cidade, aproximando-a do campo. No mapa 10, as feiras populares instaladas no Brasil entre os anos de 2007 e 2010.

Mapa 10: Programa Feiras Populares no Brasil (2007- 2010).

Fonte: OLIVEIRA et al (2010b).

Dessa forma, a partir da análise das ações dos diversos sujeitos sociais envolvidos, observamos que os processos descritos para a implantação das feiras de produtores tiveram dois momentos principais na Paraíba: no final da década de 1990 e início dos anos 2000, quando as feiras agroecológicas surgiram como resultado da organização de camponeses para melhorarem suas condições de vida no campo e, no segundo momento, a partir de 2007, quando foram implantadas por meio de programas do governo federal, como o Programa de Acesso à Alimentação e Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, através das ações de Apoio à Agricultura Urbana, Periurbana e Sistemas Coletivos de Produção para o Autoconsumo e de Apoio a Projeto de Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias.

A partir dessas ações, constatamos que 33 municípios receberam recursos do Governo Federal para a instalação de feiras populares, quatro deles firmaram mais de um convênio, como os municípios de Esperança, Pombal, Itaporanga e Santa Rita, conforme tabela 5:

Tabela 5: Municípios que receberam recursos para instalação de feiras populares na Paraíba (2007-2010).

Município	Valor (R\$)	Ano
Bananeiras	88.453,76	2007
Cabedelo	54.900,00	2007
Cajazeiras	80.000,00	2007
Catolé do Rocha	80.000,00	2007
Esperança	29.767,78	2007
Itaporanga	81.363,35	2007
João Pessoa	293.027,52	2007
Monteiro	85.459,08	2007
Patos	86.893,36	2007
Pombal	81.549,00	2007
Santa Rita*	209.787,00	2007
Souza	80.000,00	2007
Água Branca	101.224,35	2008
Araruna	110.000,00	2008
Areia	100.000,00	2008
Cacimba de Areia	106.895,93	2008
Fagundes	100.000,00	2008
Nazarezinho	105.742,20	2008
Pedro Régis	100.000,00	2008
Poço Dantas	107.424,58	2008
São José do Tigre	108.341,09	2008
Aguiar	107.055,40	2009
Algodão de Jandaíra	119.443,50	2009
Belém do Brejo Cruz	105.000,00	2009
Cacimbas	108.675,00	2009
Esperança	120.000,00	2009
Itaporanga	100.635,00	2009
Lucena	156.480,00	2009
Pombal	104.649,00	2009
Salgadinho	104.649,00	2009
Salgado de São Félix	109.303,56	2009
Santa Rita	350.000,00	2009
Santana dos Garrotes	109.303,56	2009
Uiraúna	114.153,00	2009
Campina Grande	239.998,24	2010
Conde	145.609,00	2010
Total	4.285.783,26	2007-2010

Fonte: Portal da Transparência. * Prestação de contas do município constava como rejeitada no período da consulta. Organização: Aline B. de Lima, 2017.

Além do Programa Feiras Populares, outra medida que estimulou a criação de feiras de produtores foi a Lei Nº 12.188, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e

Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

O PNATER teve como beneficiários os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação (BRASIL, 2010c). Os objetivos do PNATER foram:

- I - Promover o desenvolvimento rural sustentável;
- II - Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- III - Aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- IV - Promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- V - Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- VI - Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- VII - Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;
- IX - Apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;
- X - Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;
- XI - Promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e
- XII - Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

O PRONATER foi o instrumento de implementação da PNATER, através do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por meio da “educação não formal, de caráter continuado, no meio rural que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010c)

Algumas entidades cadastradas na Paraíba através do MDS, apoiaram a criação de feiras da reforma agrária e feiras agroecológicas em diversos município através das ATES, conforme descrito no quadro 4:

Quadro 4: ATES que prestaram apoio às feiras agroecológicas entre 2014 e 2016.

Entidade	Área de atuação	Feiras agroecológicas implantadas
Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul Paraibano (Coasp)	Regiões do território da Mata Sul e Norte	Feira agroecológica de Sapé, Itabaiana, Caaporã, Sobrado, Pedras de Fogo, Bancários e Jacaraú.
Instituto Penha e Margarida (Ipema)	Assentamentos de Alagoa Grande	Feira agroecológica de Alagoa Grande
Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (Caaasp)	Famílias dos Núcleos Territoriais do Médio Piranhas e do Alto Sertão	Feira agroecológica de Aparecida. Feira agroecológica de Cajazeiras (reestruturação)
Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção (Coonap)	Assentamentos do território rural da Borborema.	Feira agroecológica da Reforma Agrária em Campina Grande

Fonte: INCRA PB, 2016. Organização: Aline B. de Lima, 2016.

A COASP e a CAAASP trabalharam de forma articulada à CPT e além das feiras recentes implantadas com o apoio das respectivas ATES, essas entidades continuaram acompanhando as experiências mais antigas, como a Ecovárzea e a Ecosul. Buscaram ainda a reinauguração das feiras agroecológicas de Aparecida e Cajazeiras, suspensas temporariamente em virtude das dificuldades da seca de 2012.

Nesse sentido, em alguns casos, a implantação das feiras agroecológicas pelas ATES não significou uma ruptura com processos anteriores, uma vez que foram constituídas a partir da organização de entidades e movimentos sociais que tinham uma ligação com os assentados desde o processo de luta pela terra.

Além do PRONATER, outro programa federal que apoiou a criação de feiras agroecológicas foi o Programa Ecoforte:

O Programa Ecoforte integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e visa o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica. O investimento social no Ecoforte foi possível com o diálogo e articulação com órgãos do governo e movimentos sociais do campo, valorizando conhecimentos tradicionais e as diversas tecnologias sociais que viabilizam a agricultura de base agroecológica em comunidades rurais. Os recursos do Ecoforte são oriundos da Fundação Banco do Brasil, do Fundo Amazônia e do Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁴⁶.

⁴⁶ Ecoforte: Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/brasil-agroecologico/ecoforte>>. Acesso em: 8/03/2017.

Em relação aos produtores cadastrados para a venda direta de produtos orgânicos, registramos um total de 16 associações cadastradas no MAPA com certificação do tipo OCS, conforme descrito no Quadro 5.

Quadro 5: Associações cadastradas no CNPO na Paraíba em dezembro de 2016.

	Associação	Município	Total de produtores credenciados
Redes de feiras agroecológicas	Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – Ecovárzea	Sapé; Cruz do Espírito Santo	14
	Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano –Ecosul	Pitimbu	13
	Associação dos Agricultores Orgânicos de Jacaraú	Jacaraú	8
	Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema	Remígio; Areial; Esperança; Massaranduba; Queimadas; Lagoa Seca; Solânea; Alagoa Nova; Montadas; São José da Lagoa de Roça	116
	Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar	Soledade; Pedra Lavrada; João Pessoa; Cubati; Juazeirinho;	35
Feiras agroecológicas	Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Pitimbu	Pitimbu	12
	Associação dos Agricultores Orgânicos da Zona da Mata e Agreste Paraibano	Pedras de Fogo; Alhandra; São Miguel de Taipu; Lucena	19
	Associação dos Assentados do Assentamento dos Dez	Monteiro	9
	Associação dos Assentados do Assentamento Mandacarú	Sumé	6
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho Do Algodão e Santa Rita	Sumé; Congo	10

Associação dos Pequenos Produtores Rurais dos Sítios Paus Brancos e Giral de Capim	Livramento	8
Associação dos Produtores Agroecológicos de João Pessoa-Prohort	João Pessoa; Conde	21
Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro	Monteiro	30
Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé	Sumé	16
Associação dos Produtores Orgânicos de Origem Animal e Vegetal do Assentamento Novo Taipú-Apoavante	Pitimbu; São Miguel de Taipu	10
Assoc. dos Produtores Rurais das Comunidades de Mão Beijada, Ipueira do Riacho e Malhada da Aroeira	São Sebastião do Umbuzeiro	14

Fonte: CNPO (2016). Organização: Aline B. de Lima, 2016.

A partir de levantamento realizado em trabalhos de campo com os camponeses nas feiras agroecológicas, junto aos representantes da CPT, da Ecoborborema, do Coletivo Regional, da Emater, do Incra, de prefeituras municipais e também por meio de revisão de literatura, registramos um total de 84 feiras de produtores no estado da Paraíba. Entre elas, 41 comercializavam parcialmente produtos agroecológicos, 43 exclusivamente agroecológicos e 9 eram feiras orgânicas itinerantes (realizadas dentro de um ônibus). Esses espaços de comercialização atendiam aproximadamente 2.300 famílias. O mapa 11 apresenta a distribuição do total de feiras de produtores na Paraíba.

Mapa 11: Distribuição do total de feiras de produtores e feiras itinerantes na Paraíba, 2016.

As feiras de produtores que comercializavam parcialmente produtos agroecológicos receberam diferentes adjetivos, como “da agricultura familiar”, “agropecuária” e da “economia solidária”, que remetiam ao histórico de ligação com as políticas públicas que lhes deram apoio. A denominação agroecológica foi utilizada com maior frequência entre as feiras que vendiam exclusivamente produtos agroecológicos, associadas ainda em alguns casos a adjetivos como “da reforma agrária” e “regional”.

Em relação às feiras de produtores exclusivamente agroecológicas, observamos que existiram organizações de agricultores voltadas para a implantação de uma única feira agroecológica, enquanto que algumas experiências constituíram uma articulação entre si, formando redes de feiras agroecológicas, assunto que trataremos melhor nos capítulos seguintes.

O acompanhamento das feiras de produtores tem sido realizado a partir de uma gestão unificada, integrada pela Emater, Emepa e Interpa⁴⁷. De acordo com notícia divulgada no portal do governo da Paraíba, no ano de 2015, existiam 25 feiras de produtores acompanhadas pela gestão unificada, que envolviam diretamente 492 agricultores familiares. Nesse mesmo ano, recursos na ordem de R\$ 243.572,60, provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário via Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios (Proinf), foram captados para melhoria do espaço e criação de novas feiras (GOVERNO PROMOVE REESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015).

Em 2016, a gestão unificada deu prosseguimento à implantação de feiras de produtores para outros municípios, chegando a 44 feiras acompanhadas, além de outras em processo de implantação. A maioria dessas feiras de produtores é denominada pela gestão unificada como de transição agroecológica, algumas delas, como a FEAGRO e a Feira de Produtor de João Pessoa, têm mais de uma década e continuam com essa mesma classificação.

Há ainda as feiras de produtores acompanhadas pela Emater que comercializam exclusivamente produção agroecológica, como registramos na feira de produtores de Areia e de São Sebastião de Lagoa de Roça.

Uma dessas primeiras feiras de produtores foi a feira agropecuária regional de Campina Grande – FEAGRO, acompanhada pela Emater. A FEAGRO tem realizado três feiras semanalmente na cidade de Campina Grande, às quartas-feiras no estacionamento da UFCG,

---

⁴⁷ A Gestão Unificada, integrada pela Emepa-PB, Interpa-PB e Emater-PB, foi criada pelo Governador Ricardo Coutinho através de Medida Provisória 230/2015. Vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – Sedap. Disponível em: <<http://gestaounificada.pb.gov.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

bairro Universitário, às sextas-feiras no parque do povo, no centro da cidade e aos sábados, no mercado das Malvinas, no bairro das Malvinas.

A FEAGRO foi iniciada no ano de 1996 e reúne atualmente 80 produtores rurais de 18 municípios da região Agreste, principalmente de Lagoa Seca, Alagoa Nova e Massaranduba. Nas feiras é possível encontrar algumas famílias camponesas que vendem produtos sem agrotóxicos e possuem certificação para comercialização direta de produtos orgânicos ligados a associações que fazem parte nos seus municípios de origem.

No início da estruturação da FEAGRO, havia motivação em realizar a comercialização exclusivamente de produção agroecológica, contudo, essa mudança ainda não se efetivou. Dessa forma, em trabalhos de campo encontramos a comercialização de alimentos convencionais e agroecológicos. Mesmo com a possibilidade de venda de alimentos convencionais, é vetada a comercialização de alimentos adquiridos na Empasa.

No ano de 2011, visitamos uma família camponesa que participa da FEAGRO e produz de forma agroecológica. A propriedade localiza-se na comunidade rural Almeida, retratada na Foto 1, em Lagoa Seca, pertencente à camponesa Francisca de Moura Maciel Barbosa, conhecida como Dona Donga. Na propriedade adquirida com crédito fundiário, ela, juntamente com a sua família, produzem uma variedade de hortaliças, vendidas diretamente na FEAGRO e na feira agroecológica.

Eles trabalham com o cultivo agrícola no sistema mandala e produzem uma diversidade de hortaliças como alface, coentro, salsinha, cebolinha, cebola, pimentão, rúcula, espinafre, cenoura, couve, beterraba, feijão, laranja, mandioca, alecrim, erva doce e capim santo. A produção é irrigada por aspersão e por gotejamento, através da água armazenada em uma barragem subterrânea e poços.

Foto 1: Mandala no sítio Almeida - Lagoa Seca - PB.

Foto: Ana Paula Araújo. Lagoa Seca - PB. Data: 21/05/2011

O camponês Severino de Moura Maciel, irmão de Dona Donga, construiu um viveiro de mudas, que além de servir ao cultivo familiar, destinava-se à comercialização para outras famílias camponesas da região. Na propriedade funciona ainda o Centro Comunitário de Produção Ypuarana, que conta com uma casa de farinha e equipamentos utilizados para a comercialização da farinha de mandioca e seus derivados, como beijus, tapiocas, bolos e bolachas. O centro foi criado em 2009, resultado de parcerias entre a Associação de Desenvolvimento Econômico Social e Comunitário do Almeida, Energisa, Governo do Estado, Eletrobrás e Ministério das Minas e Energia e atende diretamente 50 agricultores.

Na cidade de João Pessoa, no ano de 2003, foi criada a feira do Produtor da Região de João Pessoa, que tem funcionado às sextas pela manhã e conta com a participação de aproximadamente 100 produtores advindos de 20 municípios: Alhandra, Cabedelo, Conde, Curral de Cima, Cruz do Espírito Santo, Fagundes, Jacaraú, João Pessoa, Lucena, Mataraca, Mamanguape, Mari, Natuba, Pedras de Fogo, Rio Tinto, Sapé, Sobrado, São Miguel de Taipu, Santa Rita e Zabelê.

Os produtores fazem parte da Associação de Agronegócios da Região de João Pessoa (AGROA), responsável pela gestão da feira, juntamente com a Emater. A feira funciona num galpão construído dentro da sede da Emater, localizada nas margens da BR 230, em Cabedelo. A infraestrutura da feira conta com aproximadamente 90 barracas, banheiros e carrinhos de compra, além de balanças, caixas e batas.

Foto 2: Feira do Produtor na Emater - Cabedelo - PB.

Foto: Aline B. de Lima. Cabedelo - PB. Data: 05/08/2016.

Como já destacamos, duas feiras de produtores visitadas em nossos trabalhos de campo que tinham apoio da Emater estavam constituídas por integrantes que afirmaram que a produção comercializada era exclusivamente agroecológica: a feira de produtores de Areia e a feira de produtores de São José de Lagoa de Roça.

Fazem parte da feira de produtores de Areia aproximadamente 40 famílias, vindas das comunidades Muquem, Lagoa de Santana, Chã de Jardim, Usina Santa Maria, Sítio Macaco, Guaribas, Matagão, Santana, fazenda Riachão e Mangabinha, todas do município de Areia. Os produtores fazem parte da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do município de Areia (ADAF). Para fazer parte da feira, é necessário ter a solicitação aprovada pela associação. As reuniões são mensais e ocorrem na Emater. Se o produtor estiver sem produção, deve comunicar na reunião que ficará ausente. O agricultor que faltar três reuniões e feiras sem justificativa é passível de punição, como saída da feira para cessão de espaço para outro interessado. Durante a feira, os produtores precisam usar os uniformes.

Foto 3: Feira de produtores de Areia - PB

Foto: Aline B. de Lima. Areia - PB. Data: 02/07/2016

Ao longo dos anos de funcionamento da feira, os produtores destacaram a melhoria da renda a partir de sua realização semanal, complementada ainda pela venda ao PNAE. As feiras de produtores criadas a partir das políticas governamentais têm restaurado a presença desses sujeitos sociais nas feiras livres, que em alguns casos, guardam na memória a história de vida dos pais e a sociabilização vivida até a juventude, conforme relato a seguir:

De Muquém até aqui são 12km e a minha mãe vinha a pé, com o balaio na cabeça para vender na feira. Ela mostrou como arrumar dinheiro, mas quando completei 17 anos não queria mais e fui para fora e não deu certo. Trabalhei 13 anos em São Paulo, como porteiro de prédio, na região de Pinheiros. Mas para viver preso como passarinho, não é a minha praça não. Natal, ano novo, carnaval, todo mundo viajava e eu lá, quando tinha umas férias era fora de época. E eu vou passar a vida inteira aqui preso? Abrindo portão e atendendo interfone? Saí de um lugar daquele livre para ficar preso aqui. Eu voltei em 2009. Dos meus irmãos que estão lá, dos seis, já veio embora quatro, só ficou dois lá, três trabalham aqui na feira e uma é cabelereira. A gente já tinha a terra do meu pai, todos trabalhavam no sítio até os dezoito, depois que foram embora. E tudo que a gente plantava já levava para a feira, então a gente já tinha uma escola. Tinha todo tipo de fruta no sítio, jabuticaba, banana, laranja, tudo tinha. Eu pensei que não queria voltar aposentado, eu tinha que voltar com condições de dar uma carreira ainda. Então eu pensei em voltar, lá não era meu mundo. Eu produzo para comer meu feijão verde, então você fique com seu dinheiro na cidade e eu fico com meu feijão verde. Então o dinheiro não é tudo, não serve para tudo⁴⁸.

⁴⁸ Depoimento de integrante da Feira de produtores de Areia – PB, concedido à autora em 29/01/2016, Areia -PB.

Dessa forma, criada em 2008, a feira de produtores de Areia tem auxiliado na recriação da classe camponesa, ajudando na permanência na terra e, conforme relato descrito, até no retorno a ela. Tem-se constituído ainda como complementação da renda das famílias envolvidas, e no acesso a uma alimentação de qualidade, tanto para os produtores, quanto para os moradores da cidade.

A feira de produtores de São José de Lagoa de Roça, por sua vez, foi inaugurada em 2015, com 14 famílias vindas de diferentes comunidades rurais do município. Assim como na maior parte das feiras de produtores, os alimentos têm sido trazidos em carros próprios ou em carros fretados, de forma individual. Durante o trabalho de campo, camponeses relataram que, apesar do apoio inicial da Emater para instalação da feira, sentiam falta de melhor acompanhamento, chegando a afirmar que atuavam por conta própria.

Observamos que a instalação das feiras de produtores que receberam maior apoio do Estado, apesar de obterem mais ajuda com infraestrutura, careciam de maior acompanhamento técnico e de consolidação de um trabalho conjunto. Nesse sentido, um dos problemas esteve ligado às mudanças de gestão, que podiam causar a descontinuidade de projetos e políticas públicas, atraso de repasses e suspensão de programas, dentre outras questões que dificultaram a consolidação de algumas iniciativas.

A partir dos trabalhos de campo, observamos os efeitos de algumas dessas situações, como a interrupção dos convênios com a ASA⁴⁹ no ano de 2012 e como os atrasos nos repasses para as ATES no ano de 2016. Em alguns trabalhos de campo que realizamos, os camponeses integrantes das feiras de produtores queixaram-se da diminuição dos apoios, enquanto que os técnicos relataram que seus salários estavam atrasados e, mesmo assim, continuavam trabalhando.

O processo de implantação da feira implicou uma série de questões, que podiam auxiliar ou impedir a obtenção de resultados positivos. Dessa forma, as dificuldades vivenciadas afetaram a motivação dos camponeses em continuar a participação. A escolha do dia, do local, a organização e a forma de transporte da produção e das pessoas, a constituição da freguesia, o trabalho conjunto e a assistência técnica, foram alguns dos vários elementos capazes de interferir no fortalecimento do projeto.

Assim, observamos que o fomento do Estado para a criação das feiras de produtores ajudou em alguns casos na melhoria da renda das famílias camponesas, bem como na oferta de

---

⁴⁹ A ASA teve o convênio com o governo federal suspenso no ano de 2012, sendo posteriormente reestabelecido. Fonte: Resiliência das Cisternas frente às Tempestades. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/imprensa/asa-na-midia?artigo_id=1195>. Acesso em: 10/08/2016.

alimentos saudáveis para a população da cidade. Contudo, voltou-se em muitos casos para o investimento em infraestrutura, que é apenas uma etapa, parte de um processo mais amplo, que precisa englobar a organização das unidades de produção camponesa e a articulação entre elas.

Nesse sentido, constatamos que uma maior articulação entre as unidades de produção camponesa gerou um sentimento de comunidade, enquanto que uma menor articulação entre elas provocou um trabalho mais individual. Na primeira situação, todos se sentiam responsáveis pelas ações uns dos outros e entendiam que elas podiam afetar a todos. No segundo caso, a unidade de produção camponesa sentia-se responsável pelas próprias ações, não se responsabilizando pelas demais.

Dessa forma, as feiras agroecológicas que tinham um trabalho desenvolvido a partir de uma autogestão, tiveram mais autonomia para superar algumas dificuldades, seja com um grupo específico ou a partir de uma articulação.

Apesar das problemáticas enfrentadas para a realização das feiras de produtores, o conjunto de políticas públicas e programas sociais destinados a melhorar a comercialização da produção camponesa e incrementar as feiras populares nas cidades têm se mostrado um projeto viável para melhorar a oferta de alimentos saudáveis nas cidades e gerar renda para as famílias camponesas envolvidas.

No item a seguir, destacaremos a experiência da Prohort em João Pessoa, uma associação de agricultores que realiza semanalmente a comercialização de alimentos agroecológicos em vários bairros da cidade.

De acordo com a organização da Prohort, estavam em funcionamento no ano de 2017 onze feiras, sendo duas feiras fixas e nove itinerantes. Cabe destacar que as feiras itinerantes são realizadas em um ônibus e não são propriamente uma venda direta, visto que a maior parte dos produtores não está na feira. A experiência da Prohort demonstrou-nos a organização de uma associação com maior presença do estado, representado nesse caso pela prefeitura municipal de João Pessoa.

4.4. O cinturão verde de João Pessoa e a Prohort

A Associação dos Produtores Agroecológicos de João Pessoa (Prohort) reúne agricultores da área rural da cidade, situada nas imediações do baixo curso do Rio Gramame. Além de congregar agricultores sediados nos limites da capital paraibana, a associação também conta com moradores de outros municípios próximos, como: Alhandra, Caaporã, Conde e

Pedras de Fogo. Através da Prohort e de seu corpo de associados, organizam-se feiras de produtos orgânicos em diferentes bairros da cidade, sendo no ano de 2017, levantadas duas feiras fixas e nove itinerantes, realizadas em um ônibus.

No ano de 2017, a Prohort contava com mais de 100 agricultores associados, sendo que cerca de 80%, residentes nos limites do município de João Pessoa e os demais em municípios próximos. Alguns desses agricultores fazem parte da associação desde a sua criação, que começou com 52 associados. Eles fornecem alimentos para a feira itinerante, para o PAA e participam das feiras livres organizadas pela Prohort.

No quadro 6, listamos as feiras livres (sem ônibus) organizadas pela Prohort:

Quadro 6: Feiras fixas da Prohort.

Dia	Bairro	Local	Horário
Sexta-feira	Bancários	Praça da Paz	05h às 12h
Sábado e domingo	Valentina de Figueiredo	Mercado Público do Valentina	06h às 12h

Fonte: Trabalhos de campo. Organização: Aline B. de Lima, 2017.

Além dessas feiras, uma feira no Centro Administrativo Municipal já foi realizada por um período de dois anos, todavia, foi pausada em virtude da queda da produção em um período de entressafra. A intenção seria restabelecer a produção e retornar com a feira, porém o grupo dispersou-se e a feira não voltou a ser realizada.

As feiras itinerantes têm sido realizadas nos bairros de Valentina de Figueiredo, Manaíra, Nova Mangabeira, Cabo Branco, Bessa, Planalto da Boa Esperança, Gramame e Parque do Sol, conforme destacamos no quadro 7:

Quadro 7: Feiras itinerantes da Prohort.

Dia	Bairro	Local	Horário
Terça-feira	Valentina de Figueiredo	Principal do Valentina, Campo da Marquise	05h às 09h
Quarta-feira	Manaíra	Praça da Rotam	05h às 09h
Quarta-feira	Nova Mangabeira	Contorno da Nova Mangabeira	14h às 18h
Quinta-feira	Cabo Branco	Busto de Tamandaré	05h às 09h
Quinta-feira	Bessa	Cidade Viva	14h às 18h
Sexta-feira	Planalto da Boa Esperança	Contorno da entrada do Planalto da Boa Esperança	14h às 18h
Sábado	Gramame	Próximo ao contorno da PB 008 no acesso a Jacumã	05h às 09h

Sábado	Gramame	Contorno da Perimetral Sul	14h às 18h
Domingo	Parque do Sol (Valentina Figueiredo)	Saída para Jacumã	05h às 09h

Fonte: Trabalhos de campo. Organização: Aline B. de Lima, 2017.

Algumas dessas feiras têm sido realizadas em áreas de expansão da cidade. Esses espaços correspondem a locais ou bairros onde foram construídos prédios ou condomínios residenciais, mas que ainda não dispõem de supermercados, feiras, entre outras estruturas urbanas. Desse modo, a população que chega para morar torna-se potencial freguesia da feira itinerante. Outras edições da feira itinerante ocorrem em bairros bem estruturados com uma expressiva rede de serviços e conta com a presença de população com maior renda.

Foto 4: Ônibus da Prohort na feira itinerante do Bessa.

Foto: Anderson Alves dos Santos. João Pessoa - PB. Data: 23/03/2017.

Foto 5: Ônibus da Prohort na feira itinerante do Bessa

Foto: Anderson Alves dos Santos. João Pessoa - PB. Data: 23/03/2017.

O Presidente da Prohort, Sr. Walter Joaquim em depoimento concedido para a presente pesquisa, relatou que foi um dos sócios fundadores da Prohort e assumiu a presidência da associação no seu mandato inicial. Além dele, outras duas pessoas assumiram a presidência da associação, mas em seguida ele foi novamente convocado pelos agricultores para exercer a presidência da Prohort. No período da pesquisa, encontrava-se cumprindo o mandato iniciado em junho de 2016, devendo-se perdurar por mais dois anos, contudo, ainda podendo ser prorrogado ou renovado.

Ele lembrou ser neto e filho de agricultores e, portanto, herdou a profissão dos seus pais. Rememorou também que inicialmente na produção familiar não havia uma atenção para a questão do meio ambiente e nem para as pessoas que consomem os produtos cultivados, tanto que, antes da experiência agroecológica, a sua família produziu de maneira convencional, usando agrotóxicos e adubos químicos.

Enquanto experiência com outras feiras agroecológicas, o Sr. Walter Joaquim relatou já ter participado da feira organizada pela Ecovárzea durante quatro anos, entre 2000 e 2004, feira que ainda acontece nas dependências da UFPB, todas às sextas-feiras. Na sua visão, acredita que o maior patrimônio da Prohort é ter os associados vivendo bem, em termos de saúde e no âmbito social, possibilitando que os agricultores tenham uma vida melhor no campo.

A partir de 2005, os agricultores buscaram apoio de instituições como o SEBRAE, a PMJP, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entre outras, para viabilizar a produção e comercialização de alimentos orgânicos em diferentes bairros da cidade de João Pessoa.

Sobre a experiência inicial dos agricultores vinculados à Prohort e o posterior contato com a produção orgânica, descreveu:

No começo é tudo muito difícil porque está habituado a fazer a sua plantação, aparecer uma praga ou alguma doença, você corre e vai numa loja dessas que vedem produtos agropecuários, ali você conversa com o agrônomo, já passa um veneno ou um inseticida, uma adubação uma correção e você já vai lá e resolve. Aparentemente você resolveu porque matou aquela praga, mas a gente não parava para ver os malefícios que aquilo também trazia. Você levar um litro de veneno e despejar lá na horta. Você levar vários sacos de adubo químico com uma composição muito forte e colocar na terra. Então, depois que a gente passou a perceber isso, passou a aprender que a terra é um ser vivo também, assim como o nosso corpo e que a gente precisa cuidar dela, não queimar, extinguir essa questão das queimadas, preservar as matas, preservar aquelas áreas que têm nascente de água. A gente tem muito cuidado nessa parte, aquelas áreas que têm nascentes de água, a gente não cultiva perto delas, para preservar porque a terra sem a água ela não é nada.⁵⁰

---

⁵⁰ Depoimento de Walter Joaquim, registrado na feira itinerante do Bessa, João Pessoa, 23/03/2017

Nos primórdios da atuação da Prohort, no ano de 2005, criou-se um pequeno grupo que passou a comercializar produtos na feira agroecológica do bairro Valentina Figueiredo e que ainda consta como feira vinculada à Prohort em funcionamento na cidade de João Pessoa.

Na oportunidade da conversa com o presidente da Prohort, relatamos que, após alguns trabalhos de campo realizados em 2015 e 2016, constatamos que a feira do Valentina encontrava-se descaracterizada por apresentar as bancas consorciadas com a feira convencional, uma questão reconhecida pelo presidente da Prohort, que afirmou já ter levado essa questão ao conhecimento da Prefeitura por várias vezes.

Assim, explicou que o Mercado do Valentina está passando por uma reforma planejada em três etapas, tendo sido, por enquanto, apenas elaborada uma delas, sendo que as outras duas etapas estão demorando para ser finalizadas. Acrescentou que antes do mercado entrar em reforma, a feira orgânica se apresentava separada da convencional, mas com o início das obras, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa (SEDURB) teria organizado o espaço de maneira que as feiras convencional e orgânica passaram a se confundir, dificultando a identificação por quem as utiliza. Acredita-se que, com o término das duas últimas etapas planejadas na reforma do Mercado do Valentina, a feira orgânica deverá ser realocada separadamente da convencional.

Uma outra dificuldade observada foi o fato das bancas da Prohort também serem utilizadas por agricultores ou comerciantes de produtos convencionais, fato que dificulta a distinção dos produtos e produtores orgânicos. Quanto a isso, o presidente da associação relatou ser solicitado aos comerciantes de produtos convencionais que falem aos clientes que não estão vendendo produtos orgânicos e identifiquem quem de fato faz parte do grupo da Prohort e vende produtos sem agrotóxico. O presidente de Prohort afirmou que como a feira acontece desde 2005, os clientes conseguem diferenciar os agricultores e os produtos convencionais dos orgânicos.

Com a experiência iniciada no ano de 2005 na feira agroecológica do Valentina, resolveram expandir a realização da feira para outros bairros. Como o bairro do Valentina encontra-se localizado numa área periférica da cidade, buscaram realizar feiras em bairros que apresentam população com maior poder aquisitivo, para poder elevar o preço e vender um volume maior.

Desse modo, começaram a examinar a viabilidade de realizar feiras em bairros como Tambaú, Manaíra, Bessa, todos na cidade de João Pessoa e também o bairro de Intermares, na cidade de Cabedelo. Nesse último, chegaram a realizar feiras por alguns anos, porém, por questões junto à prefeitura municipal de Cabedelo, não continuaram.

Nesse ínterim, em uma viagem ao Distrito Federal, conheceram uma experiência de comercialização de verduras em uma Kombi, fato que fez imaginar a possibilidade de realizar semelhante feira em um veículo maior que possibilitasse o acesso aos produtos pelos compradores.

Desse modo, no ano de 2007 foi elaborado um projeto encaminhado para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que consistia na compra de um ônibus, adaptado para a realização de feiras itinerantes com produtos dos agricultores associados à Prohort.

O apoio para a elaboração do projeto de aquisição do ônibus foi concedido pela Prefeitura de João Pessoa, na gestão do prefeito Ricardo Coutinho, que também disponibilizou o engenheiro agrônomo Roberto Vital para assistir os agricultores na elaboração do projeto.

Essa iniciativa se relaciona também a uma aproximação acontecida no ano de 2004 entre o então candidato à prefeitura municipal de João Pessoa, Ricardo Coutinho e os agricultores de João Pessoa, que, de acordo com o Sr. Walter Joaquim, sentiam-se ignorados no contexto da cidade, apesar de juntos somarem mais de 900 pequenos imóveis rurais cadastrados no Incra.

Passadas as eleições de 2004, o engenheiro agrônomo Roberto Vital, então contratado pela prefeitura municipal, foi designado para realizar um levantamento das propriedades rurais de João Pessoa e as demais localizadas na zona periurbana. Como Roberto Vital não conhecia a região, teve apoio de um dos irmãos do Sr. Walter Joaquim, o Sr. Dema Joaquim, que tem formação como técnico agrícola e ajudou no levantamento que constatou o potencial do desenvolvimento da zona rural, que tanto poderia produzir para alimentar as famílias no campo, quanto vender uma parte para a cidade.

A elaboração do relatório subsidiou em 2006, a autorização pela Câmara Municipal e pelo prefeito da cidade de João Pessoa, e a criação da Diretoria de Agricultura para tratar da agricultura familiar no município. Nesse período também se instituiu o Cinturão Verde da cidade de João Pessoa, tendo como primeiro diretor o engenheiro agrônomo Roberto Vital.

[...] O Cinturão Verde foi a primeira linha de crédito especial criada pelo Programa de Apoio aos Pequenos Negócios de João Pessoa (Empreender-JP), vinculado à Secretaria do Trabalho. Ele é voltado a pequenos produtores e tem como filosofia apoiar apenas atividades ecologicamente sustentáveis, que não usem agrotóxico ou defensivos agrícolas. Depois de inscritos, os produtores recebem orientações sobre o cultivo de orgânicos e, após a capacitação, já estão aptos a receberem financiamentos (PMJP, 2017).

Entre os incentivos adquiridos via PMJP, conforme publicação no Semanário do Município de João Pessoa, consta que o projeto Empreender-JP destinou uma linha de crédito denominada “Linha de crédito especial tipo B: Rural (Cinturão Verde)”, destinada a

empréstimos para agricultores da zona rural de João Pessoa inscritos no Projeto Cinturão Verde. O patamar de empréstimo se apresentou em até 10 salários mínimos para investimento fixo, constando a taxa de administração em 0,9% ao mês, com prazos de até 42 meses, carência de 6 meses e amortização de 36 meses (JOÃO PESSOA, 2006a).

Os itens financiáveis para custeio e investimento agrícola, foram:

- a) Máquinas, equipamentos e implementos destinados à atividade agrícola;
- b) Benfeitorias associadas à modernização da atividade produtiva;
- c) Capital de giro puro, especialmente no projeto de fomento dos recursos do Fundo EMPREENDER-JP;
- d) Outros itens, a critério do Comitê gestor do programa (JOÃO PESSOA, 2006a, p. 8-7).

Entre os critérios para financiamento, destacaram-se:

- a) Assessoramento gerencial para todos os produtores;
- b) Pleno atendimento da legislação socioambiental em vigor;
- c) O proponente deverá participar de treinamento específico para capacitação e informação empresarial, a ser ministrado por técnicos ligados ao Programa EMPREENDER-JP/Cinturão Verde, como condição indispensável para avaliação e continuidade no programa;
- d) Plano de negócios a ser elaborado em consonância com o Regulamento do Programa EMPREENDER-JP;
- e) O empreendimento deverá apresentar viabilidade econômico-financeira a ser atestada pelo Comitê Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS (JOÃO PESSOA, 2006a, p. 8-7).

Entre os serviços contratados pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção em atendimento aos agricultores mutuários do PRONAF/ Projeto Cinturão Verde, consta a capacitação em conhecimentos básicos do manejo de criatório de galinhas caipiras, ministrada para 15 agricultores, a um custo de R\$ 50,00 a hora ministrada, totalizando 8 horas de curso (R\$ 400,00) (JOÃO PESSOA, 2006b). Outro serviço técnico foi prestado pelo senhor Vicente Félix da Silva, que consta ter ministrado três cursos sobre agricultura orgânica, dividido em dois módulos. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção contratou o serviço por R\$ 4.800,00, pagos em três parcelas de R\$ 1.600,00 (JOÃO PESSOA, 2006c).

A associação da Prohort foi criada logo após a criação do Cinturão Verde, por volta de março de 2006. A ideia inicial era criar uma cooperativa para organizar as reivindicações dos agricultores, porém, em virtude de entraves burocráticos como a necessidade de sede própria e questões de regulamentação junto ao corpo de bombeiros e da junta comercial, optou-se por constituir uma associação, hoje com sede em funcionamento em uma casa no município de Gramame, anteriormente em desuso e cedida por contrato de comodato por um dos agricultores.

Com a criação da Diretoria de Agricultura, do Cinturão Verde e da Prohort, os agricultores puderam passar a solicitar recursos e incentivos à Prefeitura Municipal de João Pessoa, tais com: financiamento, horas-máquina e assistência técnica.

Em 2008 foi encaminhado o projeto da feira itinerante com a utilização de um ônibus, mas em virtude de questões burocráticas, o projeto passou a ser plenamente executado no ano de 2009, sendo a primeira feira itinerante realizada nas imediações de uma praia urbana, entre os bairros de Tambaú e Cabo Branco, localmente demarcado e conhecido pela instalação de um busto do Almirante Tamandaré. Essa feira ainda é realizada semanalmente, todas as quintas-feiras, das 5h às 9h da manhã.

O primeiro ônibus foi adquirido com recursos de uma parceria entre o Ministério da Agricultura e a Prefeitura de João Pessoa e com a chegada dele, a Prohort passou a incentivar os agricultores a diversificar a produção, porque anteriormente se produzia principalmente produtos como macaxeira, inhame, milho e feijão-macáçar.

Assim, buscou-se demonstrar para os camponeses que existia demanda por variedades de leguminosas e hortaliças, como alface, rúcula, espinafre, brócolis e rabanete. Além disso, plantas cultivadas pelas famílias, vistas como “mato”, tinham muitas vezes valor comercial.

As ervas medicinais como erva cidreira, capim santo, manjerição, hortelã, eram vistas pelos agricultores como um tipo de vegetação que nascia na roça para ser utilizada como remédio, mas não como uma fonte de renda. A pimenta de cheiro também era vista como não comercializável.

Após a reorganização da produção, incentivada a partir da demanda da população da cidade e pelos apoios concedidos por meio da Prefeitura de João Pessoa e do Governo Federal, os camponeses aumentaram a diversificação e incluíram produtos que já cultivavam nos seus roçados entre os itens comercializáveis. Atualmente, os produtores cadastrados juntos disponibilizam a variedade aproximada de 70 itens para abastecer a feira itinerante realizada com o ônibus.

Entre os incentivos recebidos pelos associados da Prohort, constam o financiamento através do PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que, após concorrer em processo de licitação, conseguiu-se realizar duas edições do PAA, sendo o primeiro acessado no ano de 2007 e o segundo em 2008. Os produtos foram destinados para 32 entidades de João Pessoa, como: asilos, ONGs, núcleos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e a Casa da Criança com câncer. Sobre o abastecimento dessas instituições, registramos o seguinte relato:

Era muito gratificante isso, porque a gente sabia que estava produzindo no campo tendo o maior cuidado de não usar nada de químico, porque a gente sabia que aquele produto poderia estar indo para um asilo, que só tem pessoas bem idosas, velhinhas, ou para Casa da Criança com Câncer que a gente fazia visita lá e sabia da situação daquelas crianças. Então os agricultores passaram a ter mais responsabilidade e sentir na pelo ou se colocar no lugar daquelas pessoas que estavam lá na cidade, dentro daquelas instituições, recebendo aquela alimentação novinha, vinda do campo e sabendo que era uma coisa natural, uma coisa diferenciada⁵¹.

Em seguida, uma resolução do governo federal fez com que as prefeituras passassem a executar o programa de aquisição de alimentos. Desse modo, a Prohort deixou de executar o PAA pela CONAB e passou a executar pela prefeitura, porque havia apoio maior da prefeitura, que cedia um caminhão baú para coletar os produtos.

O Sr. Walter Joaquim destacou que o último PAA foi responsável pela aquisição de 70 toneladas de alimentos entre os agricultores intermediados pela Prohort e, em virtude dos incentivos recebidos, a tendência é de que a produção no ano de 2017 ultrapasse as 100 toneladas. Caso o PAA não aconteça, a associação deverá buscar outros meios de escoar os produtos. Desse modo, lamentou a possível comercialização na EMPASA, que não faz nenhuma distinção do produto orgânico frente ao convencional.

A prefeitura municipal de João Pessoa continua sendo o principal parceiro da Prohort. O investimento da prefeitura na produção e distribuição de alimentos orgânicos inseriu-se numa discussão de saúde preventiva, cujo investimento numa alimentação sadia tem como um dos objetivos diminuir gastos com atendimento médico-hospitalar.

A feira itinerante realizada com o ônibus não comporta a participação de todos os produtores. Assim, apresentou-se a ideia de que ao invés de todas as famílias irem à feira, se montaria uma equipe composta com os filhos dos agricultores. Desse modo, constituiu-se uma comissão de cinco pessoas para ficarem responsáveis pela comercialização da produção dos agricultores.

O preço é acertado em reuniões realizadas pela associação, de modo que o agricultor já sabe o valor que receberá no momento da entrega da produção e a data que deverá ser paga, acontecendo com periodicidade semanal.

A produção é encaminhada para um pequeno galpão gerido pela Prohort, onde se realiza o processamento dos alimentos que precisam de tais cuidados. Desse modo, em março de 2017, entre os agricultores associados, em torno de 35 a 40 realizavam o repasse semanal dos produtos.

---

⁵¹ Depoimento de Walter Joaquim, registrado na feira itinerante do Bessa, João Pessoa, 23/03/2017.

A associação não exige que os agricultores se especializem a produção, para evitar a aquisição de produtos não cultivados pelas famílias. Dessa forma, não há contrato fixo com obrigatoriedade de abastecimento e o produtor vende a partir da sua organização produtiva.

De acordo com o presidente da Prohort, o preço de compra praticado pela associação é superior ao que o agricultor receberia se vendesse a sua produção ao atravessador. Por exemplo, uma alface é comprada pelo atravessador pelo preço de R\$ 0,20 a R\$ 0,30. A Prohort adquire a alface por R\$ 1,00, mas dependendo do período é possível se pagar um valor maior. Nos meses iniciais de 2017 chegou-se a pagar pela alface o valor de R\$ 1,50. No ônibus, ou seja, na feira itinerante, a mesma alface é repassada por R\$ 2,00 a R\$ 2,50, dependendo do tamanho e da qualidade do produto. Entre o valor arrecadado, uma pequena margem é direcionada para manter a equipe, comprar embalagens, para a manutenção do ônibus, dentre outros custos.

A Prohort mantém contato com nove associações comunitárias, como a Associação de Engenho Velho, Associação de Ponta de Gramame, Associação do Pouso do Maracanã, Associação de Mumbaba, Associação de Jacarapé e a Associação de Mussumagro. Ela funciona como um “guarda-chuva” que também ajuda as outras associações em caso de dificuldades, por exemplo, intermediando auxílio a agricultores que apresentam problemas na produção.

Quem presta assistência técnica aos agricultores da Prohort, são pessoas vinculadas à prefeitura de João Pessoa. Sendo que em 2017 quem prestava assistência era um estudante de geografia e um outro de biologia, além de um agrônomo e um técnico agrícola.

Com relação ao preço praticado das diferentes feiras, ocorre uma diferenciação conforme o bairro, sendo aplicados valores mais altos quando a feira é realizada em bairros com população de maior poder aquisitivo e preços mais baixos quando realizados em bairros periféricos, para onde também é destinado uma menor quantidade de produtos. Além disso, a Prohort também comercializa parte da produção para restaurantes, praticando também preços mais baixos para esses estabelecimentos comerciais.

A lógica de diferenciação de preços com a observação do perfil dos clientes por bairro é explicada também como um retorno ou um repasse dado pela associação de agricultores em virtude dos incentivos recebidos pelo Estado, na figura da prefeitura municipal e do governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social.

Uma outra questão que vem fortalecendo os laços da Prohort com a PMJP, foi a aquisição de um novo ônibus, em substituição do primeiro, para a realização das feiras itinerantes dessa associação. Assim, o novo ônibus destinado à Prohort foi apresentado no dia 20 de junho de 2016. Foi adquirido com recurso municipal e orçado no valor de 500 mil reais (JOÃO PESSOA, 2016).

5. Redes de feiras agroecológicas

No estado da Paraíba, a criação das primeiras feiras agroecológicas esteve ligada a camponeses advindos da luta pela reforma agrária, que juntamente com a CPT iniciaram um projeto de comercialização direta de alimentos livres de agrotóxicos. De forma semelhante, camponeses ligados aos sindicatos rurais no agreste paraibano organizavam-se para a realização das primeiras feiras agroecológicas da Ecoborborema, contando para tanto com o apoio da ONG AS-PTA. No Cariri, Seridó e Curimataú, as atividades desenvolvidas por um conjunto de associações e sindicatos rurais deram início às feiras agroecológicas do Coletivo Regional.

Cada feira agroecológica foi realizada por um grupo de famílias unidas por um processo de organização conjunta. Na Paraíba, as feiras agroecológicas organizadas com apoio da CPT, da Ecoborborema e do Coletivo Regional seguiram essas características, formando cada uma delas uma rede de feiras agroecológicas.

Nesse sentido, a organização conjunta possibilitou que houvesse uma articulação entre camponeses de várias feiras agroecológicas que, a partir de uma agenda de atividades comuns, passaram a trocar informações e experiências. Esses momentos se deram, por exemplo, em reuniões gerais e atividades de intercâmbio que congregavam os camponeses que realizavam as feiras agroecológicas e seus apoiadores.

Todavia, a trajetória de formação dessas redes de feiras agroecológicas foi anterior a concretização do projeto, perpassando etapas de formação política e organização social. No caso das feiras agroecológicas implantadas com apoio da CPT, os camponeses moravam em assentamentos rurais e buscavam saídas para melhorar a renda e superar a condição de subordinação. As feiras agroecológicas criadas com apoio do Polo da Borborema e do Coletivo Regional, apesar de suas especificidades, resultaram de demandas pensadas dentro do trabalho sindical e das associações comunitárias que reivindicavam ainda maior participação nas políticas públicas.

Esse processo formativo gerou uma diferenciação entre esses sujeitos sociais, do ponto de vista do caminho percorrido para a instalação das feiras e do papel do Estado. Nesse sentido, as saídas encontradas para resolver as diversas problemáticas enfrentadas foram alcançadas mais na autogestão, minimizando assim a presença de agentes governamentais.

Os caminhos trilhados não foram, por si só, uma escolha em seguir com a minimização do Estado, mas se impuseram na medida em que os apoios eram negados ou insuficientes para a concretização dos projetos. Isso se deu por vezes desde a etapa da luta pela terra, ou quando em pequenas propriedades os camponeses precisavam se unir para solucionar alguma problemática.

Essas características estiveram presentes nas redes de feiras agroecológicas, onde, em vários depoimentos dos camponeses que registramos nos trabalhos de campo, ficou expresso a união e a ajuda mútua, o que não implicou ausência de tensões e conflitos, mas demonstrou a consciência de um projeto de vida em comunidade.

Dessa forma, pudemos observar que houve uma diferenciação dessas feiras com as demais feiras agroecológicas, uma vez que a união entre elas foi fruto de um trabalho articulado por vários grupos na busca em superar os desafios impostos para a efetivação de um projeto.

Considerando aspectos como padronização, número de integrantes, normas internas, dentre outros elementos, foi possível observar semelhanças entre as mais variadas feiras agroecológicas. Assim, a formação de redes entre elas, foi de fato um diferencial que observamos nos trabalhos de campo.

No quadro 8, destacamos algumas características comuns ligadas à organização da produção e à implantação das redes de feiras agroecológicas:

Quadro 8: Características presentes nas redes de feiras agroecológicas nas etapas formativas, de produção e comercialização.

Formação	Eventos
	Reuniões
	Cursos formativos
	Intercâmbios
Produção	Defensivos naturais e adubos orgânicos
	Mandalas
	Agroflorestas
	Fundos de quintal
	Canteiros econômicos
	Bancos de sementes
	Viveiros de muda
	Sistemas de irrigação
Comercialização	Rochados programados
	Fundo de feira
	Fundos rotativos solidários
	Transporte de produtos e pessoas
	Padronização da feira
	Preço
	Local
	Periodicidade
	Freguesia

Elaboração e organização: Aline B. de Lima, 2017.

As etapas seguidas para a implantação das feiras agroecológicas e a organização em rede dotaram-nas de diferenciais em relação às demais feiras agroecológicas e de produtores que, mesmo contendo todos os elementos detalhados, como já destacado, não constituíram uma interligação entre diferentes feiras.

Para compreender melhor essas questões, analisaremos nesse capítulo algumas características presentes na formação das redes de feiras agroecológicas. No item “**Entidades apoiadoras das redes de feiras agroecológicas**”, apresentaremos as principais entidades organizadoras e como estão distribuídas; no item “**Formação e troca de experiências**”, buscaremos elucidar alguns aspectos dos caminhos percorridos para a formação política e social dos sujeitos envolvidos; em “**Organização da Produção**”, as etapas produtivas da transição

agroecológica e abastecimento das feiras e “**Comercialização da Produção**”, os elementos presentes para efetivar a comercialização da produção camponesa na cidade.

5.1. Entidades apoiadoras das redes de feiras agroecológicas

As redes de feiras agroecológicas distinguiram-se das demais principalmente pelas características presentes na sua organização. Dessa forma, elas tiveram em comum um conjunto de elementos que não foram restritos a uma feira agroecológica em particular, mas a totalidade das feiras que integravam uma determinada organização. As principais entidades que apoiaram a implantação das redes de feiras agroecológicas foram a CPT, o Polo da Borborema e o Coletivo Regional.

No quadro 9, listamos as feiras agroecológicas integrantes das redes de feiras agroecológicas por organização:

Quadro 9: Rede de feiras agroecológicas por ano de criação.

Organização em rede	Município	Feiras em rede	Ano de criação
CPT: COASP/ CAAASP/ IFBDS	João Pessoa	Feira Agroecológica da Ecovárzea	2001
	João Pessoa	Feira Agroecológica Ecosul	2002
	Cajazeiras	Feira Agroecológica do Alto Sertão	2003
	Aparecida	Feira Agroecológica de Aparecida	2004
	Jacaraú	Feira Agroecológica de Jacaraú	2008
	Caaporã	Feira Agroecológica de Caaporã	2011
	João Pessoa	Feira Agroecológica da Reforma Agrária	2013
	Sapé	Feira Agroecológica de Sapé	2013
	Itabaiana	Feira Agroecológica de Itabaiana	2014
	João Pessoa	Feira Agroecológica dos Bancários	2014
	Pedras de Fogo	Feira Agroecológica de Pedras de Fogo*	2014
	Sobrado	Feira Agroecológica de Sobrado*	2014
Polo da Borborema: Ecoborborema/ AS-PTA	Lagoa Seca	Feira Agroecológica de Lagoa Seca	2001
	Campina Grande	Feira Agroecológica Regional	2002
	Campina Grande	Feira Agroecológica Colégio Cem	2004
	Remígio	Feira Agroecológica de Remígio	2006
	Solânea	Feira Agroecológica de Solânea	2006
	Alagoa Nova	Feira Agroecológica de Alagoa Nova	2010
	Massaranduba	Feira Agroecológica de Massaranduba	2011
	Esperança	Feira Agroecológica de Esperança	2012
	Areial	Feira Agroecológica de Areial	2015
	Queimadas	Feira Agroecológica de Queimadas	2015
	Arara	Feira Agroecológica de Arara	2015
	Casserengue	Feira Agroecológica de Casserengue	2016
	Cubati	Feira Agroecológica de Cubati	2014

Coletivo Regional: PATAC	Juazeirinho	Feira Agroecológica de Juazeirinho	2014
	Soledade	Feira Agroecológica de Soledade	2014
	Tenório	Feira Agroecológica de Tenório	2014

Fonte: Trabalhos de campo. Elaboração e organização: Aline B. de Lima, 2017. *As feiras de Pedras de Fogo e Sobrado estavam em processo de organização.

Nos primeiros anos de funcionamento, essas organizações foram apoios fundamentais para a concretização das ações, visto que não havia ajuda do Estado, nem programas sociais voltados para o incentivo desses projetos. Dessa forma, os camponeses contaram principalmente com o apoio dessas três entidades, somadas a algumas organizações não governamentais e governamentais, que em algum momento também estiveram presentes.

Se no primeiro momento a ausência do Estado foi constatada pela falta ou insuficiência dos apoios, num segundo momento as feiras mais recentes contaram com maior participação de programas e políticas públicas. Nesse sentido, a consolidação das primeiras feiras agroecológicas serviu como exemplo para a criação das demais.

Ao longo de mais de uma década, apesar das dificuldades para a organização das feiras agroecológicas, o número de inaugurações no estado da Paraíba foi contínuo, conforme observamos no gráfico 13:

Gráfico 13: Criação de feiras agroecológicas organizadas em rede no estado da Paraíba (2001 – 2016).

Fonte: Trabalhos de campo e pesquisa bibliográfica. Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

O surgimento das feiras agroecológicas, ocorreu com certa regularidade, correspondendo tanto a novas famílias que passaram a organizar novas feiras, como, em alguns

casos, a novas feiras realizadas por famílias que já faziam parte de feiras agroecológicas. Como foi o caso da feira agroecológica de Sapé, realizada pelas famílias da Ecovárzea; da Feira da reforma agrária de João Pessoa, realizadas por camponeses da Ecovárzea, da Ecosul e mais alguns assentamentos rurais e a Feira agroecológica regional de Campina Grande, realizadas por famílias que integram a Ecoborborema e fazem parte de feiras agroecológicas nos seus municípios de origem.

No ano de 2014, observamos um crescimento mais acentuado das feiras agroecológicas, de 8 das 28 contabilizadas. Como já destacamos, a política de ATES contribuiu para esse aumento, possibilitando a inauguração de novas feiras, principalmente as ligadas à CPT. Além das ATES, o projeto Ecoforte ajudou na inauguração de feiras entre os anos de 2015 e 2016, nesses casos, ligadas principalmente a Ecoborborema.

O projeto Ecoforte fez parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) do governo federal, cuja diretriz foi ampliar a produção e o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos no Brasil. No ano de 2014, a Fundação Banco do Brasil lançou o edital de seleção pública nº 2014/005 - Redes ECOFORTE - Projetos de Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica com o objetivo de apoiar propostas voltadas à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica.

A tabela 6 apresenta os projetos contemplados na Paraíba:

Tabela 6: Projeto Ecoforte (2009-2015).

Municípios atendidos por projeto	Valor (R\$)	Período	Participantes	Executor	Objetivo
Queimadas, Massaranduba, Lagoa Seca, Matinhas, Alagoa Nova, São Sebastião de Alagoa de Roça, Montadas, Areial, Esperança, Remígio, Algodão de Jandaíra, Arara, Casserengue e Solânea	1.248.744,80	29/04/2015 a 29/04/2017	800	AS-PTA	Estruturação de Unidades de Referência relacionadas a produção orgânica, extrativista e de base agroecológica
Cajazeiras	1.031.657,98	18/05/2015 a 18/05/2017	105	IFBDS	Apoiar a Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano no desenvolvimento de suas ações de formação e implementação de experiências agroecológicas para a melhoria da geração de renda, segurança alimentar e convivência com o semiárido
Total	2.280.402,78	2015-2017	905		

Fonte: Fundação Banco do Brasil. Organização: Aline B. de Lima, 2017.

Dessa forma, às três organizações principais que apoiaram a criação das feiras, somaram-se outras instâncias, através de políticas públicas e programas sociais. O conjunto de entidades foi formado por ONGs, agentes governamentais, universidades, que em algum momento colaboraram com o fomento ou melhoria das feiras agroecológicas.

Como dito, as redes de feiras agroecológicas fizeram parte de trajetórias mais amplas de ações, que englobaram por sua vez diferentes frentes de trabalho. Assim, foi comum a criação de núcleos menores, com a função de desenvolver as atividades necessárias. Essas comissões dedicaram-se a temáticas produtivas, sociais e econômicas.

Para concretizar as ações, foram criadas associações comunitárias que faziam o trabalho na base. Esse conjunto de associações rurais e sindicatos estavam integrados por uma organização “guarda-chuva”. Além das redes de feiras agroecológicas, essas entidades participaram de várias atividades, políticas públicas e programas governamentais.

Sob inspiração da Teologia da Libertação, a CPT atuou em diversas áreas, como no combate à violência no campo, ao trabalho escravo, pela realização da reforma agrária, pelo direito das mulheres e pela valorização das comunidades tradicionais. O trabalho da CPT teve sua atenção voltada para os mais pobres.

A CAAASP é uma associação que se formou por meio de uma articulação de camponeses moradores de assentamentos rurais no sertão paraibano, por sua vez criados com o apoio da CPT. A COASP é uma cooperativa ligada à ATEs, mais atuante na Mata Paraibana e também ligada à CPT. O IFBDS é uma associação de assistência social.

No Agreste e na Borborema, o Polo da Borborema e o Coletivo Regional reuniram um conjunto de sindicatos rurais e associações comunitárias. Esses coletivos sindicais têm na sua história a luta pelos direitos trabalhistas no campo e pela aposentadoria rural. Contemporaneamente, buscaram ser incluídos em políticas públicas governamentais e melhorar as condições de vida no campo. A ONG AS-PTA trabalhou em conjunto com o Polo da Borborema, enquanto a PATAC, em conjunto com o Coletivo Regional.

Para tratar especificamente das feiras agroecológicas, foi criada a Ecoborborema, associação ligada ao Polo da Borborema que congrega a totalidade dos camponeses que integra a rede de feiras agroecológicas dessa organização.

No mapa 12, destacamos as feiras agroecológicas organizadas em rede pela organização principal. No mapa 13, apresentamos as feiras articuladas pela CPT, considerando as dioceses, e no mapa 14, as feiras articuladas pelos coletivos sindicais.

Mapa 12: Rede de Feiras agroecológicas na Paraíba, 2016

Mapa 13: Feiras articuladas pela CPT e Dioceses na Paraíba, 2016.

Mapa 14: Feiras articuladas pelos coletivos sindicais, 2016.

No caso do Polo da Borborema e da ONG AS-PTA, como dito, foi criada a Ecoborborema, que é a associação os quais fazem parte todos os camponeses das feiras agroecológicas dessa rede. No caso da CPT e do Coletivo Regional, foram diferentes associações comunitárias ligadas a essas entidades. As feiras agroecológicas integrantes das redes concentraram-se principalmente na mesorregião do Agreste e da Mata, conforme observamos no gráfico 14:

Gráfico 14: Feiras agroecológicas integrantes das redes na Paraíba por mesorregião (2001 - 2016).

Fonte: Trabalhos de campo e pesquisa bibliográfica. Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

No caso da mesorregião da Mata Paraibana, onde predominou uma estrutura fundiária concentrada com a presença da monocultura da cana-de-açúcar, existiu a predominância de camponeses ligados à luta pela reforma agrária e a produção adveio principalmente de assentamentos rurais e acampamentos.

No caso da mesorregião do Agreste, lugar em que prevaleceram os minifúndios, apareceu com mais frequência a produção oriunda de pequenas e médias propriedades rurais de famílias camponesas moradoras de comunidades rurais tradicionais, mas existe também uma forte expressão de camponeses que produzem em assentamentos rurais.

Na Borborema e no Sertão, mesorregiões tradicionalmente ocupadas pela atividade criatória, a realização das feiras agroecológicas seguiu um ritmo mais lento de crescimento, de onde não se pode excluir as dificuldades causadas pelas fortes secas que têm afetado a região, que agravaram as condições de vida dos camponeses e foram um obstáculo a mais na organização das lavouras para abastecimento semanal das feiras.

Em cada lugar que essas feiras se organizaram, existiram particularidades que se desenharam de acordo com os sujeitos sociais envolvidos e também com as peculiaridades regionais. Assim, cada grupo, apesar das semelhanças, possuiu desafios e obstáculos próprios e com isso tentou superar os problemas a partir de suas realidades. No quadro 10, apresentamos as redes de feira por número de famílias e áreas de produção:

Quadro 10: Redes de feiras agroecológicas por número de famílias e áreas de produção.

Rede	Feiras em rede	Número de famílias*	Áreas de produção
COASP/CPT	Feira Agroecológica da Ecovárzea	22	Assentamentos Padre Gino, Boa Vista e Rainha dos Anjos (Sapé) Assentamentos Vida Nova e Dona Helena, (Cruz do Espírito Santo), Assentamento Dona Antônia (Conde), Acampamento Ponta de Gramame, (João Pessoa)
	Feira Agroecológica Ecosul	21	Assentamento Apasa (Pitimbu).
	Feira Agroecológica de Jacaraú	10	Assentamentos Jaracateá e Novo Salvador (Jacaraú), Assentamento Jardim (Curral de Cima)
	Feira Agroecológica de Caaporã	9	Assentamento Capim de Cheiro (Caaporã)
	Feira Agroecológica da Reforma Agrária João Pessoa	30	Assentamentos rurais Novo Salvador (Jacaraú), Jardim (Curral de Cima), Boa Esperança (Jacaraú), Dona Helena (Cruz do Espírito Santo), Vida Nova (Sapé), Capim de Cheiro (Caaporã), Dona Antônia (Conde) e Apasa (Pitimbu); além dos acampamentos Marinas do Abiaí (Pitimbu) e Ponta de Gramame (João Pessoa)
	Feira Agroecológica de Sapé	10	Assentamento Nova Vivência (Sobrado), Assentamentos Padre Gino, Boa Vista e Rainha dos Anjos (Sapé)
	Feira Agroecológica de Itabaiana	17	Assentamentos Nossa Senhora Aparecida e Almir Muniz (Itabaiana) Padre João, João Pedro Teixeira, Dom Marcelo (Mogeiro), Amarela I, Novo Taipu, (São Miguel de Taipu).

	Feira Agroecológica dos Bancários	15	Acampamento Ponta de Gramame, Assentamento Capim de Cheiro (Caaporã)
	Feira Agroecológica de Pedras de Fogo	6	Assentamento Nova Aurora e Engenho Novo (Pedras de Fogo)
	Feira Agroecológica de Sobrado	15	Assentamento Nova Vivência (Sobrado)
CAAA/SP/IFBDS/ CPT	Feira Agroecológica do Alto Sertão	10	Assentamento Santo Antônio, Frei Breda, Valdecy Santiago, Santa Cecília, Edivaldo Sebastião e Acampamento Novo Horizonte (Cajazeiras)
	Feira Agroecológica de Aparecida	12	Assentamento Acauã (Aparecida)
Ecoboroborema/Polo da Borborema/AS-PTA	Feira Agroecológica de Lagoa Seca	25	Comunidades rurais de Floriano, Amaragi, Alvinho, Almeida, Oiti e Lagoa de Gravatá (Lagoa Seca)
	Feira Agroecológica Regional de Campina Grande	22	Pequenas propriedades nos municípios de Alagoa Nova, Lagoa Seca, Queimadas, Remígio, Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça, Massaranduba e Solânea.
	Feira Agroecológica Colégio Cem	10	Pequenas propriedades nos municípios de Alagoa Nova, Lagoa Seca, São Sebastião de Lagoa de Roça, Massaranduba e Solânea.
	Feira Agroecológica de Remígio	16	Assentamento Oziel Pereira e Queimadas (Remígio), Comunidades rurais Junco e Chique-Chique, (Remígio), assentamento rural Emanuel Joaquim (Areia).
	Feira Agroecológica de Solânea	15	Comunidades rurais de Solânea
	Feira Agroecológica de Alagoa Nova	10	Comunidade rural Ribeira (Alagoa Nova)
	Feira Agroecológica de Massaranduba	18	Comunidade rural Cachoeira de Pedra D'água, Gameleira e assentamento Imbiras (Massaranduba).
	Feira Agroecológica de Esperança	10	Pequenas propriedades do município de Esperança, Assentamento Timbaúba (Esperança), Assentamento Carrasco (Alagoa Nova).
	Feira Agroecológica de Areial	10	Comunidades rurais de Arara, Mucuípe, Lajedo, Três Lagoas e Lagoa Comprida (Areial); (Alagoa Nova)

	Feira Agroecológica de Queimadas	15	Pequenas propriedades em Queimadas, Cabaceiras e Lagoa Seca.
	Feira Agroecológica de Arara	30	Comunidades rurais de Jabuticaba, Lagoa de Dentro, Barra de Salgado, Cuité, Jucá e Aratá (Arara)
	Feira Agroecológica de Casserengue	9	Comunidades rurais Pedra D'Água, Riacho do Boi, Veloso (Casserengue)
Coletivo Regional	Feira Agroecológica de Cubati	10	Comunidades rurais de Coalhada e Capoeiras (Cubati)
	Feira Agroecológica de Juazeirinho	10	Comunidades rurais de Juazeirinho.
	Feira Agroecológica de Soledade	10	Comunidades rurais de Soledade.
	Feira Agroecológica de Tenório	15	Comunidades rurais de Tenório

* Número total de famílias participantes declaradas pelos camponeses, incluindo as que não estavam presentes durante os nossos trabalhos de campo.

Fonte: Trabalhos de campo. Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

Considerando que algumas famílias participam de mais de uma feira agroecológica, o total de famílias envolvidas foi de aproximadamente 350. Dentre elas, as feiras agroecológicas da Reforma Agrária em João Pessoa (Ponto Cem Réis) e Regional de Campina Grande (Estação Velha) foram formadas em maior parte por camponeses que realizavam outras feiras agroecológicas. A periodicidade da primeira tem sido mensal (primeira terça-feira de cada mês) e a segunda semanal (quartas-feiras).

Algumas famílias das feiras agroecológicas de Pedras de Fogo e Jacaraú, além dos respectivos municípios, vendiam na feira agroecológica do Ponto Cem Réis. As famílias do assentamento Capim de Cheiro realizavam a feira em Caaporã e algumas participavam da feira dos Bancários (Praça Equilíbrio do Ser) e do Ponto Cem Réis. As famílias da Ecovárzea faziam a feira agroecológica pela manhã em João Pessoa e no período da tarde em Sapé. As famílias da Ecosul, além da feira do Bessa, também participavam da feira do Ponto Cem Réis.

No caso da Ecoborborema, algumas famílias que realizavam as feiras agroecológicas nos seus municípios de origem, participavam principalmente da feira da Estação Velha em Campina Grande. Nas feiras de Esperança, Queimadas e Areial, encontramos pelo menos uma família advinda de outra feira agroecológica da Ecoborborema.

Observamos ainda um caso em que membros de uma mesma família dividiram-se para participar de duas feiras que ocorriam no mesmo dia e horário, caso que encontramos na feira agroecológica de Remígio e Esperança.

Nas feiras do Coletivo Regional, cada família realizava apenas a feira do município, uma vez que a produção foi suficiente somente para o abastecimento de feiras mensais, e no caso do município de Tenório, quinzenal.

A participação em mais de uma feira agroecológica foi possível quando a família possuía produção não totalmente absorvida por uma única feira. Como cada dia de feira requeria mais um dia de organização da produção, realizar duas feiras agroecológicas em dias separados significou quatro dias destinados a essa atividade. Assim, em alguns casos, para manter a produção foi necessário a contratação de ajudantes, pagos normalmente por dia de serviço⁵². Essa situação foi mais encontrada entre os produtores de hortaliças.

Todavia, cabe destacar que o trabalho empreendido desde a produção até a comercialização foi principalmente familiar. Em geral, encontramos famílias completas nas feiras agroecológicas, com mãe, pai e filhos trabalhando, às vezes somente mãe e filhos ou pai e filhos. Os pais dividiam entre si as tarefas principais e os filhos ajudavam quando requisitados.

Parte dos camponeses das redes de feiras agroecológicas estava cadastrado no MAPA com certificação do tipo OCS. Em dezembro de 2016, dos 341 credenciados na Paraíba através desse tipo de certificação, 186 faziam parte das redes de feiras agroecológicas, ou seja, 54,5% do total de OCS cadastrados. No gráfico 15, apresentamos o número de credenciados por organização:

Gráfico 15: Produtores certificados e não certificados nas redes de feiras agroecológicas, 2016.

Fonte: CNPO (2016). Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

⁵² A diária paga variou entre R\$ 40,00 à R\$ 50,00.

Observamos que a Ecoborborema possuiu o maior número de cadastrados do tipo OCS, enquanto o coletivo regional, considerando o total de participantes, obteve o maior percentual. A CPT, por sua vez, apresentou o menor número de cadastrados. Considerando cada organização particularmente, os municípios com maior número de cadastrados foram Lagoa Seca, Esperança, Remígio, Areial e Pitimbu.

Gráfico 16: Total de cadastros do tipo OCS por município na Paraíba, 2016.

Fonte: MAPA (2016). Organização e Elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

Dessa forma, observamos que as feiras agroecológicas que foram articuladas pelas organizações sindicais possuíram mais camponeses cadastrados no MAPA do que pela CPT, cuja participação foi menor. No caso desta última, os camponeses buscaram realizar outras atividades para fortalecer a confiança da freguesia, assunto que abordaremos mais no próximo capítulo.

As decisões tomadas para a organização das redes de feiras agroecológicas foram influenciadas por essas entidades apoiadoras. Através de um trabalho de formação política e articulação, elas buscaram construir projetos diferenciados, que possibilitassem melhorias da vida no campo.

As redes de feiras agroecológicas inseriram-se como um desses projetos que, por sua vez, englobaram uma série de etapas, que foram desde a formação à troca de experiências, passando pela organização da produção até a comercialização direta.

5.2. Formação e troca de experiências

A etapa formativa foi fundamental para a organização em rede, visto que foram nesses momentos que os camponeses participaram de reuniões coletivas e passaram a discutir saídas para superar as dificuldades vivenciadas. Nesse sentido, foi um processo que surgiu de dentro para fora, desde a sua concepção enquanto projeto até a concretização das ações.

O protagonismo dos camponeses foi observado na prática do dia a dia, que tornava real os projetos pensados junto com seus apoiadores. Dessa forma, articulações diferentes chegaram a caminhos semelhantes, visto que os entraves vivenciados se impunham para os camponeses enquanto classe social advinda de realidades próximas, e algumas saídas propostas para superá-los também se assemelharam.

As formações englobaram questões ligadas à possibilidade de produção de práticas agrícolas contra-hegemônicas, que se voltavam para as implicações sociais causadas pela industrialização do campo e a ausência de uma política nacional de reforma agrária, tendo, portanto, um componente político fundamental nas tomadas de decisões. Esse aspecto em particular, demonstrou que as ações fomentadas pelos sujeitos sociais envolvidos não estavam restritas às questões ecológicas, mas voltavam-se para uma busca por transformações sociais.

O lema “Se o campo não planta, a cidade não janta” entoado nas marchas camponesas que atravessaram as cidades ressoou como autorreconhecimento da importância da agricultura camponesa para a alimentação. Essa consciência foi fruto da formação política vivenciada por esses sujeitos sociais e também se ligou à necessidade de construção de um projeto de soberania alimentar.

O projeto de soberania alimentar nascia como contraponto às saídas propostas pela FAO para que os países alcançassem a segurança alimentar e nutricional. A Conferência Mundial das Nações Unidas da Alimentação, que ocorreu em Roma em novembro de 1974, deu evidência a proposta da implantação de um modelo de política mundial de alimentação, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro do mesmo ano.

O tema do combate à fome e da promoção da segurança alimentar e nutricional tornou-se central para estes órgãos internacionais. As diretrizes divulgadas em conferências, reuniões e documentos voltaram-se para a erradicação da fome mundial e para as questões nutricionais dos alimentos, principalmente em países em desenvolvimento. Todavia, pouco versaram sobre a liberdade dos povos em decidirem como deveriam se alimentar.

Os movimentos sociais do campo realizaram a crítica ao conceito de segurança alimentar e nutricional, por não fazer emergir discussões sobre a necessidade de transformações sociais profundas, capazes de erradicar efetivamente a miséria do mundo e possibilitar a liberdade dos povos. Foi dessa compreensão que emergiu o conceito de soberania alimentar reivindicada pelos camponeses.

Esse processo não se deu de forma isolada, mas a partir da articulação entre um conjunto de movimentos sociais e entidades que traziam singularidades próprias das realidades vividas por diferentes sujeitos sociais, mas que através de uma pauta conjunta possibilitaram a ampliação dos horizontes de luta e renovação das esperanças para as famílias pobres do campo.

Com suas particularidades e diferenças, seja de abrangência local, nacional, internacional, ou de articulação entre si, entidades como Via Campesina, MPA, MMC, MST, CONTAG, CPT e Cáritas, possuíram como ponto em comum a necessidade de superar problemas na realidade cotidiana vivida no campo.

A Via Campesina, movimento camponês internacional articulador, considerou a soberania alimentar como uma de suas principais políticas, centrada no direito dos povos em decidirem sobre a própria política agrícola e alimentar. De acordo com essa entidade, esse processo não podia se concretizar sem acesso à terra e à créditos públicos destinados aos camponeses, sendo a reforma agrária uma etapa necessária para a soberania alimentar, que deveria incluir:

- Priorizar à produção agrícola local para alimentar a população, o acesso dos camponeses e camponesas e dos sem-terra à terra, a água, a sementes e ao crédito. Daí a necessidade de reformas agrárias, a luta contra os OGM (Organismos Geneticamente Modificados), para garantir o livre acesso às sementes, e manter a água em sua qualidade de bem público, dividida de forma sustentável.
- O direito dos campesinos de produzir alimentos e o direito dos consumidores de decidirem o que querem consumir e como e quem deve produzir esses alimentos.
- O direito dos países de se protegerem das importações agrícolas e alimentares muito baratas, com preços agrícolas ligados aos custos de produção. Os países devem ter o direito de fixar impostos para importações demasiado baratas, comprometendo-se com uma produção campesina sustentável, e controlar a produção do mercado interno para evitar excedentes agrícolas;
- A participação dos povos na definição da política agrária.
- O reconhecimento das mulheres camponesas que desempenham papel essencial na produção agrícola e na alimentação (VIA CAMPESINA, 2003).

Esses princípios partiram do entendimento de que as políticas neoliberais estavam destruindo a soberania alimentar, pois priorizavam o comércio internacional em detrimento da alimentação dos povos. O monopólio das empresas transnacionais havia contribuído para aumentar a dependência e não ajudava na erradicação da fome.

Nesse sentido, o acesso aos mercados internacionais não se constituiu como solução viável para os camponeses da Via Campesina, que reivindicavam o acesso aos mercados locais e o pagamento justo pela produção camponesa. Assim, esse movimento entendeu que os países deveriam proteger os preços dos produtores locais do *dumping* praticado pelas transnacionais.

No Brasil, essas discussões começaram a ser difundidas entre a população do campo ligada a diferentes movimentos sociais e sindicatos rurais. O MPA definiu o conceito de Segurança Alimentar da seguinte maneira:

O conceito de Soberania Alimentar nasce de um contraponto do conceito de Segurança Alimentar estabelecido pela FAO, pois compreende-se que um povo para ser livre precisa ser soberano e essa soberania passa pela alimentação. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), assim como a Via Campesina Internacional, compreende que Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos. Mais que um conceito, Soberania Alimentar é um princípio que orienta a luta camponesa. É uma proposta alternativa de produção e consumo, que apoia os povos em sua luta contra o agronegócio e as políticas neoliberais promovidas por intuições financeiras e transnacionais (MPA, 2016)

Dessa forma, ficou expresso que a soberania alimentar defendida pelo MPA se constituía numa oposição ao agronegócio. O MMC também incorporou a soberania alimentar enquanto bandeira de luta, integrando-a ao “projeto popular da agricultura camponesa”, centrado na luta feminina em defesa da vida, da mudança nas relações humanas e sociais, e ainda:

- Pela viabilização de políticas públicas para a agricultura que garantam a permanência no campo, a produção de alimentos saudáveis, crédito especial para mulheres, etc.;
- Pela defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, patrimônio da humanidade a serviço dos povos, garantindo soberania alimentar;
- Cuidado, respeito e preservação do ambiente, garantindo a continuidade de todas as formas de vida, respeitando o ciclo da natureza;
- Uso sustentável dos recursos naturais, de forma justa e equilibrada, bem como a garantia de energias renováveis para o ser humano (energia

eólica/ventos; solar e biomassa/bagaços, esterco e outros), construindo um novo modelo energético;

- Preservação das nascentes de águas, rios e fontes, aproveitando a água da chuva através da utilização de cisternas;
- Revitalização do Rio São Francisco;
- Recuperação, preservação e multiplicação das plantas medicinais e sementes crioulas;
- Pelo direito e acesso à terra através da reforma agrária e fim do latifúndio e estabelecendo os limites de propriedade de terras no Brasil;
- Produção agroecológica de alimentos, com o uso de formas alternativas de energia e com acesso e controle dos meios de produção pelas famílias camponesas;
- Garantia de geração de renda e autonomia das famílias camponesas, fortalecendo a capacidade de criar e recriar formas de sustentabilidade no campo através de redes populares e solidárias de consumo e comercialização de alimentos e outros produtos;
- Valorização e valorização do trabalho e renda gerada pelas mulheres, garantindo sua autonomia;
- Incentivar e fortalecer a concretização de formas de entreajuda, associativas e de cooperação solidária entre as pessoas;
- Que as tecnologias desenvolvidas pelas trabalhadoras e trabalhadores com o auxílio da ciência possam ser voltadas aos interesses das camponesas e camponeses, facilitando a produção de alimentos saudáveis;
- Organização coletiva do grupo familiar na construção de novas formas de vivência e convivência de maneira a superar as relações da família patriarcal e machista;
- Construção coletiva de espaços de poder partilhado de mulheres e homens (decisão e implementação) tanto nos espaços privados quanto nos públicos;
- Mudança nas relações humanas, construindo uma visão ampla e integral da vida, do ser humano e de desenvolvimento sustentável do planeta;
- Respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, econômica, cultural, ecológica e de espiritualidade;
- Fortalecimento da arte e da cultura camponesa através de crenças, rezas, rituais, visitas, pratos típicos, mutirões de trabalho, danças, rodas de viola, literatura de cordel, repentis, festas típicas e outras;
- Valorização e reconhecimento do saber popular, fruto da herança e do conhecimento da vida camponesa;
- Garantia da autonomia de camponesas e camponeses sobre o processo de trabalho, o corpo e sobre o seu modo próprio de vida (MMC, 2017);

As pautas elencadas pelo MMC orientaram um conjunto de ações protagonizadas pelas mulheres camponesas, dando visibilidade a essas temáticas para o conjunto da sociedade. A luta pelo fim da violência contra as mulheres encontrou nessas diversas linhas de ação a possibilidade de superação das desigualdades de gênero e a ampliação do debate para a transformação social.

O MST, por sua vez, tem considerado a produção de alimentos saudáveis como um instrumento de luta em defesa da vida. Para o movimento, a agricultura camponesa praticada em bases agroecológicas é capaz de levar alimentos de qualidade para a cidade, cujo acesso não deve ser restrito aos setores privilegiados.

Para a CONTAG, a soberania alimentar é direito e dever dos povos e das nações, parte do “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário” (PADRSS), que vem sendo construído desde o 6º e 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizados respectivamente nos anos de 1995 e 1998 (CONTAG, 2013).

A constituição desse projeto alternativo buscou estabelecer caminhos que melhorassem as condições de vida no campo, a inclusão social e a valorização dos sujeitos do campo e da floresta. Como pilares estruturadores, os sindicalistas destacaram a necessidade de uma reforma agrária “ampla e massiva e o fortalecimento e valorização da agricultura familiar, com o objetivo estratégico e central de promover soberania alimentar e condições de vida e trabalho com justiça e dignidade” (CONTAG, 2013)

A CPT e a Cáritas Brasileira procuraram incluir a soberania alimentar na agenda de luta, demonstrando a importância da própria produção alimentar para a liberdade, conforme expresse nos trechos a seguir:

Cada município, região e povo precisa produzir seus próprios alimentos, que devem ser sadios e para todos. Assim nos ensina toda a história da humanidade. A lógica do comércio e intercâmbio dos alimentos não pode se basear nas regras do livre mercado e no lucro, como pretende impor a OMC. Por isso, consideramos o alimento um direito de todo ser humano, e não uma mercadoria, como, aliás, já defende a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cada povo e todos os povos devem ter o direito de produzir seus próprios alimentos. Isso se chama soberania alimentar. Não basta dar cesta básica, dar o peixe. Isso é a segurança alimentar, mas não é soberania alimentar. É preciso que o povo saiba pescar! No Brasil, com um território e condições edafoclimáticas tão propícias, não temos soberania alimentar. Importamos muitos alimentos, do exterior e entre as regiões do país. Mesmo em nossas “ricas” metrópoles, o povo depende de programas assistenciais do governo para se alimentar. A única forma é fortalecer a produção dos camponeses, dos pequenos e médios agricultores, que demandam muita mão-de-obra e têm conhecimento histórico acumulado (STÉDILE; BALDUÍNO, 2008)

O conceito de Soberania Alimentar surgiu como um contraponto. Basicamente, esta nova forma de pensar considera que, para ser livre, um povo precisa ser soberano – e essa soberania passa, necessariamente, pela alimentação. Ser soberano é produzir e comercializar comida localmente, vinculada à cultura e ao modo de vida do povo, afastando a dependência que existe dos grandes mercados internacionais para alimentar a população de um país. E mais: a soberania também passa pela saúde, com uma produção limpa, sem veneno e que tem por objetivo a manutenção do equilíbrio ambiental – o

que não acontece em sistemas de produção como a monocultura (CÁRITAS, 2014).

Cada uma dessas entidades teve uma trajetória própria e possuiu diferenças que sugerem às ligações políticas e inspirações teóricas na formulação de suas conceituações. Todavia, mesmo com as particularidades, de maneira mais ou menos central, elas têm buscado discutir um projeto de soberania alimentar.

À conquista da soberania alimentar, somaram-se diferentes temas, como ficou expresso nos trechos citados. As sementes crioulas, a produção diversificada, o combate ao uso de agrotóxicos e o comércio local foram algumas das frentes de atuação na organização da produção camponesa.

Assim, a formação pela qual passaram os camponeses integrantes das redes de feiras agroecológicas ligou-se a essas discussões e ações articuladas local, nacional e internacionalmente. Além das trajetórias de luta percorridas por cada grupo especificamente, de onde partiram suas bases da formação política, esses momentos os auxiliaram na tomada de decisões e compreensão de algumas problemáticas vivenciadas.

Os encontros nacionais de agroecologia constituíram-se em alguns desses momentos, realizados pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, que tem buscado articular movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil brasileira “engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural”⁵³.

Foram efetivados três encontros nacionais a partir dessas articulações. O I ENA foi realizado no Rio de Janeiro - RJ, entre 30 de julho e 02 de agosto de 2002 e reuniu 1.300 participantes de todo o Brasil. O II ENA⁵⁴ ocorreu entre 02 e 06 de junho de 2006, na cidade de Recife - PE e reuniu 1.730 pessoas. O III ENA⁵⁵ foi sediado em Juazeiro - BA de 16 a 19 de maio de 2014 e contou com a participação de 2.100 pessoas.

Os três encontros foram sediados em universidades, respectivamente UERJ, UFPE e UNIVAFS, sendo que mais de 70% dos participantes correspondiam a camponeses e

⁵³ O que é ANA. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/> >. Acesso em: 10/04/2017.

⁵⁴ Esse evento foi apoiado pelo MMA, MDA, MDS, Conab, Projeto Dom Helder Câmara, Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura do Recife, UFPE, UFRPE, além das agências de cooperação, como a ACTION AID, AVSF / CICDA, CAFOD, CCFD, CESE, CORDAID, CRISTIAN, AID, Desenvolvimento e Paz, EED, ELO, Fundação Heifer, Fundação Konrad Adenauer, GTZ, HBS - Fundação Henrich Böll, MISEREOR, NOVIB, OXFAM, PPM, PÃO PARA O MUNDO, sendo patrocinado pela PETROBRÁS, SEBRAE e BNB.

⁵⁵ Esse evento foi apoiado pelo BNDS, Fundação Banco do Brasil, INCRA, Fiocruz, Anvisa, ACTION AID, Terra dos homens Schwejz, OXFAM, MISEREOR, Embrapa, Conab, ICMBIO, Secretaria Geral da Presidência da República, MDA, MMA, MS, MAPA e UNIVASF, sendo patrocinado pela PETROBRÁS e ITAIPU Binacional.

As diversas entidades representadas no gráfico 17 foram constituídas de forma articulada, estabelecendo liames entre si. As imbricações formaram-se em adequação aos requisitos para desempenhar algumas ações que requeriam, por exemplo, a constituição de uma pessoa jurídica. De todo modo, as raízes principais da maior parte delas estiveram ligadas ao trabalho da Igreja Católica e suas Comunidades Eclesiais de Base, aos sindicatos rurais e aos movimentos sociais.

A carta política resultado do III ENA apresentou conclusões e proposições relacionadas aos principais temas debatidos, que foram: reforma agrária e reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais; a afirmação da sociobiodiversidade; conflitos e injustiças ambientais; agrotóxicos e seus impactos na saúde; acesso e gestão das águas, articulação ensino, pesquisa e ater; educação do campo; sementes da diversidade; abastecimento e construção social de mercados; normas sanitárias: para quê e para quem?; financiamento e agroecologia; plantas medicinais; agricultura urbana: semeando agroecologia nas cidades (Carta Política do III ENA, 2014).

Esses temas têm sido continuamente debatidos, tanto em eventos nacionais, como exemplificamos com a realização do ENA, como em eventos locais, onde comumente muitas dessas temáticas ganharam eventos próprios. Nesses espaços, buscou-se compartilhar os problemas vivenciados e encontrar caminhos possíveis para seu enfrentamento cotidiano.

Em relação aos camponeses que têm realizado as redes de feiras agroecológicas, estiveram presentes nos encontros nacionais principalmente as lideranças daquele determinado momento. Já nos eventos locais, reuniram-se a maior parte dos integrantes, em ocasiões principalmente destinadas a reflexões e balanços de cada um dos grupos.

A formação compreendeu também o estudo de teorias e conceitos capazes de lançar luz ao entendimento da realidade. A CPT e o MST têm destinado atenção para essas questões, através da participação de intelectuais convidados, geralmente especialistas na questão agrária brasileira. Esses espaços são momentos de estudo e diálogo, quando se procura aprofundar os temas e pensar algumas proposições.

Há ainda a busca pela formação acadêmica no ensino superior, em cursos como agronomia, geografia, história, agroecologia, pedagogia, biologia e educação do campo. Em alguns casos, buscou-se a qualificação profissional para ajudar a comunidade e tentar melhorar a produção da família. Essa formação tem sido feita principalmente pelos mais jovens.

Para a organização específica das feiras agroecológicas, os intercâmbios constituíram-se em importantes momentos de aprendizado. As visitas foram realizadas em feiras agroecológicas mais consolidadas e em áreas de produção com práticas agrícolas exitosas de base agroecológica.

As primeiras feiras agroecológicas, como a da Ecovárzea e de Lagoa Seca, buscaram conhecer experiências fora do estado, tendo contato, por exemplo, com iniciativas já em curso no estado de Pernambuco e no Sul do Brasil. As feiras mais recentes puderam visitar feiras mais consolidadas no próprio estado.

Algumas famílias conseguiram êxito em implantar práticas agroecológicas em suas terras, tornando-as espaços de aprendizado para os camponeses interessados em melhorar as áreas de cultivo e iniciar os processos de transição agroecológica. O contato com outras experiências mais consolidadas, proporcionada pelas atividades de intercâmbio, abriu horizontes e exemplos que poderiam ser seguidos, respeitando as particularidades e limitações locais.

Dessa forma, os intercâmbios tinham uma função de possibilitar o conhecimento de determinada experiência, que poderia ser colocada em prática mediante as necessidades de cada camponês. Nem sempre a saída encontrada por uma família se adequava totalmente à outra. A troca de saberes buscou respeitar essas diferenças e a continuidade do aprendizado se deu pela busca dos próprios camponeses, ajudados por técnicos agrícolas das entidades apoiadoras.

A etapa formativa foi um diferencial para as feiras agroecológicas organizadas em rede, pois, mesmo com as capacitações, cursos e reuniões presentes em boa parte das feiras agroecológicas como um todo, no caso das redes de feiras, essa formação se deu a partir da articulação entre diferentes grupos que se uniram em torno de um projeto comum.

Esse traço de diferenciação ficou expresso no relato dos camponeses durante os trabalhos de campo, no conhecimento do funcionamento das outras feiras e nas decisões tomadas para o conjunto delas, na forma da organização, do regimento e das normas internas. As associações e regulamentações criadas para que os camponeses pudessem fazer parte das feiras agroecológicas constituíram-se na efetivação formal de um conjunto de regras e normas estabelecidas pelo grupo, que evidenciaram também o processo de formação.

Assim, as assembleias gerais que reuniram os grupos de cada rede de feiras agroecológicas foram também espaços de troca de informação e aprendizado. Realizadas mensalmente ou bimestralmente, representaram um esforço para os camponeses em destinarem seu tempo para realização de balanços e avaliações.

Em matéria divulgada pela AS-PTA, sobre a assembleia final realizada pelos integrantes da EcoBorborema, que reuniu 80 feirantes no dia 05 de dezembro de 2016, no município de Lagoa Seca, ficaram expressos as conquistas e os desafios para o ano de 2017, conforme destacamos no trecho a seguir:

A Assembleia aconteceu na sede do Banco Mãe de Sementes, no Sítio Quicé. A programação da manhã propôs uma reflexão sobre os princípios da EcoBorborema e seu regimento. A solidariedade entre as feiras e as pessoas, a garantia da produção agroecológica da feira como um todo, o compromisso com a agroecologia, a contribuição para o fundo das feiras e a participação nas reuniões, foram alguns dos princípios lembrados pela plenária. Após uma rodada entre os presentes, foi feita a leitura do regimento e aberto para colocações sobre ele.

[...]Emanoel Dias, assessor técnico do Núcleo de Sementes da AS-PTA, lembrou que o momento atual é de uma conjuntura de menos recursos para a agricultura familiar, o que coloca novos desafios para a permanência nas feiras: “Nós tivemos um ano com diversos apoios às feiras para a compra de barracas, caixas, fardamento e embalagens, mas temos que ter consciência que em 2017 o nosso horizonte é de redução desses apoios e dos programas de compra direta do governo, o que nos coloca o desafio de seguir com os fundos rotativos e outras alternativas para a continuidade desse trabalho”. Após isso, divididos em grupos de cochicho, os presentes refletiram tentando responder à seguinte pergunta: “Como podemos fortalecer o trabalho da EcoBorborema em 2017?”.

Entre diversas propostas apresentadas, pode-se destacar: A criação de um ponto fixo de comercialização, cuja renda poderia ser revertida para as atividades de formação; Engajamento de mais jovens nas feiras; A realização do 1º Encontro Regional das Feiras Agroecológicas com encontros municipais preparatórios; Intensificar o intercâmbio de produtos e de experiências entre as feiras; Fortalecer a comissão de mercado do Polo da Borborema; Seguir fortalecendo e apoiando o melhoramento das cozinhas; Fortalecer e ampliar os Fundos Rotativos Solidários das Feiras; Inserir novas famílias na EcoBorborema; Investir mais em oficinas de produção de sementes de hortaliças (AS-PTA, 2016)

Observamos que, mais que questões ligadas à infraestrutura, embora fundamentais, a motivação para continuar no projeto e a persistência diante das dificuldades advieram em parte do processo de formação desenvolvido desde a ideia de implantação da feira até a sua concretização. A continuidade dessa articulação, possibilitou um diálogo entre os camponeses e diminuiu o isolamento das suas unidades de produção familiar.

Nas redes de feiras agroecológicas que passavam por alguma dificuldade, por conta, por exemplo, de períodos de estiagem, readequação de local ou de reorganização da produção, ficaram explícitas uma maior motivação e uma compreensão do grupo de possibilidade de superação do momento de dificuldade. Nos grupos mais isolados, os desafios pareciam maiores e as queixas da falta de apoio foram mais recorrentes.

Em relação aos apoios, nos relatos que registramos, mesmo quando nas redes de feiras agroecológicas existiu alguma insatisfação ligada à ausência ou insuficiência deles, a reclamação vinha junto com a afirmação da importância da autogestão e do protagonismo de cada grupo em seguir com o projeto, mesmo diante das dificuldades.

5.3. Organização da produção

Concomitantemente à etapa da formação, foi sendo desenvolvida a reorganização da produção para comercialização. No caso das redes de feiras agroecológicas, um dos primeiros pontos estabelecidos foi a proibição do uso de agrotóxicos e de adubos químicos.

Algumas famílias já não utilizavam esses insumos, enquanto outras passaram a controlar as ervas daninhas com defensivos naturais. O quadro 11 demonstra algumas técnicas utilizadas pelos camponeses:

Quadro 11: Defensivos naturais utilizados.

Defensivo Natural	Receita
Álcool com castanha de caju (ACC)	“Adicione 200 mililitros (ml) de ACC, mais 200 mililitros (ml) de detergente neutro em 20 litros de água. Borrife nas plantas atacadas depois das 15 horas. Em folhas novas: adicione 150 mililitros (ml) de ACC, mais 200 mililitros de detergente neutro em 20 litros de água. Borrife nas plantas atacadas depois das 15 horas. Repita a pulverização a cada 15 dias” ASPTA (2010a).
Coquetel de extratos vegetais	“Em um tambor de 200 litros, coloque 3 quilos de pó de folha seca de nim, 3 quilos de peia de fumo, 18 litros de urina de vaca, 36 litros de manipueira e complete o restante do tambor com água. Pulverize de 15 em 15 dias, após as 15 horas” ASPTA (2010a).
Pó da folha de Neem	“Corte ramos de nim e coloque para secar na sombra até que as folhas se tornem quebradiças. - Triture as folhas secas numa máquina forrageira ou pise num pilão até obter um pó. - Pese um quilo desse pó e coloque de molho em 2 litros de água e deixe descansar de um dia para o outro. Coe a calda obtida com ajuda de um pano. Acrescente 200ml de detergente neutro; - Coloque num pulverizador e complete o volume com água. Pulverize após as 15 horas” ASPTA (2010a).
Óleo de Neem e detergente neutro	“Coloque 200 mililitros de óleo de nim, 200 mililitros de detergente neutro e acrescente 20 litros de água. Borrife nas plantas atacadas depois das 15 horas” ASPTA (2010a).
Calda bordalesa	“Queimar 1 kg de cal virgem na lata de aço e diluir e completar o volume em 10 litros. Dissolver 1 kg de sulfato de cobre num balde de plástico e completar o volume em 10 litros. Colocar o sulfato de cobre para dissolver envolvido num saco de algodão poroso por cerca de 4 horas num balde de plástico com capacidade de 20 litros. Ou dissolver o sulfato de cobre no saco de algodão em água morna, isso agiliza a diluição em cerca de 30 minutos. A cal virgem é mais eficiente que a cal hidratada, neste caso deve-se proceder à queima da cal com pouca água antes de diluí-la nos 10 litros de água” PAES (2015).

Macerado de urtiga	“Colocar 500 gramas de urtigas frescas ou 100 gramas de urtigas secas em 1 litro de água por dois dias. Diluir 1:10 em água e pulverizar as plantas e o solo. Controla: pulgões, lagartas (aplicado no solo) e míldio em parreira. Aplicada no solo na diluição 1:1 constitui-se em excelente adubo” PAES (2015).

Fonte: ASPTA (2010a); PAES (2015).

Em algumas situações, a produção de defensivos naturais para aplicação nas lavouras da feira agroecológica foi realizada em conjunto, em que um grupo realizava a produção do defensivo, engarrafava e distribuía aos demais. Também foi feito individualmente na unidade familiar. Além disso, as famílias adaptaram e desenvolveram uma diversidade de defensivos naturais que podiam ser feitos com matérias-primas na própria propriedade rural.

Com o controle realizado através dos defensivos naturais, os camponeses deixaram de seguir as recomendações da assistência técnica do governo para aplicação de veneno, como ocorreu no ano de 2009, com a praga da mosca-negra-do-citrus. Na ocasião, receberam a recomendação para utilização de Provado SC200, porém, preferiram colocar em prática a utilização dos defensivos naturais (AS-PTA, 2010B).

Os últimos meses foram marcados por uma forte mobilização das famílias agricultoras do brejo paraibano em busca das melhores práticas de controle da mosca negra. Entretanto, as estratégias dos agricultores têm entrado em conflito com as propostas do governo estadual. Enquanto os órgãos oficiais insistem no uso em larga escala do agrotóxico Provado SC200, as famílias agricultoras estão convencidas de que a solução se encontra no controle biológico das lavouras associado à aplicação de produtos naturais menos agressivos ao ambiente e alertam para os altos riscos que a aplicação do veneno pode trazer para a saúde dos agricultores e consumidores. Estudos têm mostrado que esse tipo de produto pode causar falta de coordenação motora, tremores, diarreia, perda de peso, alterações na tireoide e também pode estar associado ao desenvolvimento de câncer. Vale ressaltar ainda que muitos países já suspenderam ou mesmo baniram o emprego do Provado SC200. Apesar dos riscos, os técnicos do governo têm procurado convencer os agricultores a atrelar a aplicação do veneno à emissão do Certificado de Origem Fitossanitária (CFO), necessário para a comercialização da produção para outros estados. Guimarães, agricultor do sítio Oiti de Lagoa Seca deu seu depoimento sobre o assunto: Os técnicos não deveriam exigir a aplicação do veneno para a emissão do CFO, pois o que interessa é que o pomar esteja sadio, sem o ataque da mosca negra. Um dos pontos altos da reunião foi justamente quando Maria de Fátima, agricultora de Matinhas, relatou que seu filho havia se intoxicado com o Provado e lamentou o fato de ter seguido a orientação de aplicar o veneno em sua lavoura (AS-PTA, 2010b).

Em trabalho de campo que realizamos no ano de 2013 para o município de Alagoa Nova, no sítio Ribeiro e no assentamento Carrasco, ouvimos relatos de camponeses que conseguiram eliminar totalmente as pragas com os defensivos naturais. Situação semelhante ocorreu no município de Lagoa Seca. Depois de conseguirem controlar a praga da mosca-negra-do-citrus,

os camponeses relataram que os próprios técnicos governamentais reconheceram a eficiência do controle natural nesse caso.

Outra técnica que tem sido utilizada para o controle de pragas são as barreiras naturais, que consiste em plantas cultivadas para servirem como repelente, como foi o caso do alecrim, manjerição, babosa e hortelã. Em algumas áreas de produção, encontramos o plantio de cercas vivas, geralmente formadas pelo cultivo do Neem. Quando as cercas vivas cresceram serviram também de quebra vento.

Essas alternativas ao uso do veneno ajudaram no controle de pragas que atacavam as lavouras. Alguns produtos mais suscetíveis, como o tomate e o repolho, mesmo em menor quantidade, foram ofertados em algumas feiras visitadas. Os camponeses que os comercializavam afirmaram que têm conseguido cultivá-los sem aplicação de agrotóxicos.

O uso de defensivos naturais também exigiu cuidados na aplicação. As dosagens erradas podiam ser ineficazes ou destruir as plantações. Algumas substâncias também podiam afetar a saúde dos agricultores, que deveriam se proteger no momento do manuseio. Para testar a eficácia, recomendou-se o teste em parte da horta, para posteriormente realizar a aplicação total. A colheita deveria ser feita respeitando o tempo de aplicação, em geral, após um período de dois dias.

O uso de defensivos naturais se mostrou positivo, pois, além de mais baratos, geraram menos riscos à saúde das famílias, bem como diminuição da contaminação do alimento, além de uma revalorização dos conhecimentos tradicionais.

O uso de produtos derivados de plantas no controle de pragas na agricultura é relatado na literatura há pelo menos dois mil anos, em países como China, Egito, Índia e Grécia (THACKER, 2002). Na primeira metade do século 20, o Brasil foi um grande exportador destes produtos naturais, conhecidos como inseticidas botânicos, como piretro, nicotina e rotenona. Os produtos naturais tinham muita importância entre as décadas de 1930 e 1940, sendo o uso destes uma prática comum (MENEZES, 2005). Com o advento dos pesticidas sintéticos, estas práticas foram substituídas por produtos comerciais, com ação mais rápida (MORAIS; MARINHO-PRADO, 2016, p.555).

Todavia, essas práticas não foram totalmente substituídas, uma vez que não estiveram acessíveis para todos os agricultores. Nas áreas rurais mais pobres, técnicas rudimentares permaneceram sendo aplicadas e apenas eventualmente podiam ser incrementadas com produtos modernos. Oliveira (2008b, p. 473), analisando o avanço técnico no campo brasileiro, observou que não houve “a generalização sumária do progresso técnico, mas sim a sua concentração, quer espacial, quer setorial, no campo”.

Além dos agrotóxicos, os adubos químicos foram vetados, exigindo dos camponeses soluções para a fertilização dos solos. Nas situações em que os camponeses estiveram mais empobrecidos, alguns cultivos eram comumente realizados sem nenhuma adubação. Os cultivos tradicionais como a macaxeira, o milho, o feijão, o jerimum, a batata doce, a “roça” (mandioca para produção de farinha), plantados em pequenas quantidades, em geral, dificilmente eram adubados.

Os preços dos adubos químicos inviabilizavam a aplicação na totalidade das unidades de produção camponesa. Uma exceção foi o cultivo do inhame, que exigia maior adubação, sem a qual ele pouco se desenvolvia e resultava no que em algumas localidades chamava-se “mama”, um pequeno inhame que só servia para o replantio. O pequeno produtor sem recursos comprava um saco de adubo químico rateado com os parentes e tinha que o dividir entre as várias unidades familiares.

Para abastecer as feiras agroecológicas, as hortaliças foram um tipo de produto que exigiu uma boa adubação, capaz de permitir um melhor crescimento e oferta semanal nas cidades. Com a impossibilidade de utilização de adubos químicos mediante as regras estabelecidas nas feiras agroecológicas, foram utilizados os adubos orgânicos, principalmente de origem animal (esterco). Esse tipo de adubação secular tem sido bastante utilizado pelos camponeses, que se valem dos esterco de suas pequenas criações para adubação.

Todavia, no caso dos produtores que não dispunham de criação animal ou esta era insuficiente, foi necessário recorrer a compra ou produção dos adubos e a aplicação de biofertilizantes. Esses últimos são adubos líquidos, resultado da fermentação de matéria orgânica e água. Uma forma de produção de adubo foi a criação de minhocários, cujo produto final foi o húmus, porém, com uso mais tímido.

Nos trabalhos de campo às unidades produtivas, encontramos adubação feita com esterco de gado, porco e galinha, ou cama de frango⁵⁶. No caso deste último tipo, apesar dos bons resultados gerados para o desenvolvimento mais rápido das hortaliças, apresentou como desvantagem o fato de ser comumente adquirido em granjas que trabalham de forma convencional.

Em entrevista realizada com o então técnico agrícola da CPT, Luis Sena, que acompanhava as Feiras Agroecológicas do Litoral Paraibano, quando indagamos sobre essa questão, ele analisou que:

---

⁵⁶ A cama de frango ou de aviário tem sido utilizada para alimentação do gado no sistema de criação convencional. Em 2004, o Ministério da Agricultura proibiu seu uso para esse fim a partir da Instrução Normativa nº08/2004 para prevenção do botulismo e da doença da vaca louca.

O esterco de galinha obtém um maior uso por conta da fácil aplicação. Além disso, a quantidade necessária é menor do que, por exemplo, a de outros insumos, como esterco de gado. Nós recomendamos que seja utilizado como compostagem, ou seja, sem aplicação direta, mas os camponeses ainda utilizam o excremento da galinha diretamente no solo, uma prática que não concordamos e trabalhamos no sentido de evitar essa prática (Relato do Técnico Agrícola Luiz Sena, LIMA, 2008).

A adubação verde também tem sido utilizada nas propriedades. Essa técnica consistiu em plantar leguminosas que enriqueciam o solo com nutrientes, como por exemplo o feijão guandu e amendoim. Os resultados obtidos ajudaram na fertilização do solo e ainda na recuperação de áreas mais degradadas. Além da adubação, outra técnica aplicada por alguns camponeses foi a rotação de cultura. A alternância planejada ajudou na reposição dos nutrientes do solo, melhorando também a qualidade final do produto.

Os adubos orgânicos demoraram mais tempo para desenvolver o cultivo. Dessa forma, uma das problemáticas no abastecimento foi a colheita de produtos antes do tempo necessário para atingir seu pleno crescimento. Essa situação fez com que chegassem para venda produtos ainda imaturos. Com a melhoria do solo e a maior experiência dos produtores adquirida ao longo do tempo, os produtos oferecidos em algumas feiras agroecológicas melhoraram a qualidade e o tamanho.

Dessa forma, na reorganização da produção e processo de transição agroecológica foram aplicadas essas diversas técnicas de cultivo que auxiliaram o desenvolvimento da produção. O cultivo consorciado, a rotação das lavouras, o plantio em curva de nível e o policultivo, juntamente com a adubação melhoraram a produção e permitiram um maior aproveitamento das terras.

Sobre a transição para a agroecologia, Gersa Silva Marques, moradora da comunidade rural Pedra D'água, relatou-nos que sua propriedade foi avaliada como inapta para o cultivo, mas que gradativamente com a adoção das técnicas agroecológicas, como cobertura viva e cobertura morta do solo, pequena criação animal, adubação orgânica e canteiros econômicos, conseguiu aumentar a produção e hoje realiza semanalmente a feira agroecológica de Massaranduba.

Observamos que entre os camponeses que realizavam as feiras agroecológicas, havia famílias que já praticavam uma agricultura muito rudimentar, sem uso de adubos químicos e agrotóxicos, incorporando as técnicas aprendidas no cotidiano familiar. Por outro lado, alguns camponeses trabalhavam há muito tempo com agrotóxicos e deixaram de utilizar por problemas de saúde.

Nesse processo de transição, como houve uma revalorização de saberes das próprias comunidades, existiu uma diferenciação com os projetos aplicados pelos programas governamentais. Em geral, os recursos para investimento são liberados para um determinado cultivo e o agricultor se vê obrigado a aceitar para poder obter o crédito agrícola.

Todavia, nem sempre o crédito liberado para o agricultor foi adequado para as características da propriedade e condições do produtor. Nos nossos trabalhos de campo, registramos vários relatos de camponeses que ficaram endividados e acumularam prejuízos. Os financiamentos obtidos via PRONAF A, por exemplo, devido a atrasos na liberação dos recursos e culturas pouco aptas para algumas situações, endividaram muitos camponeses.

Uma forma de organizar a produção para abastecimento da feira foram os fundos de quintal ou quintais produtivos. Esses constituíram-se no aproveitamento dos arredores da casa para a realização da produção, integrada a sistemas de abastecimento de água construídos a partir de projetos de convivência com o semiárido.

Nos quintais produtivos foram instalados os canteiros econômicos, que consistiram em forrar o fundo dos canteiros com lona plástica, para melhorar a retenção da umidade no solo. No centro de cada canteiro colocou-se um cano de PVC, por onde passou a água da irrigação, feita manualmente. Além dos canteiros econômicos, foram feitas estruturas para aproveitamento de rega em dois andares, que se baseavam na ideia de aproveitar a água usada para regar as plantas de cima, para molhar as plantas de baixo.

Figura 3: Ilustração de canteiro econômico

Fonte: Utopia (2007). Ilustração: Ivaldo Guedes.

Outra forma de organizar a produção deu-se a partir da implantação de sistemas agroflorestais. Neles, o cultivo de algumas espécies arbóreas consorciado com o plantio de

lavouras alimentares foram realizados para recompor áreas degradadas. Essa ação ajudou na melhoria da fertilidade do solo e também na diminuição da erosão, além de um maior controle das pragas.

As mandalas também foram utilizadas por alguns produtores. Esse tipo de organização da produção foi desenvolvido a partir da elaboração de canteiros em forma de círculos concêntricos, onde no centro foi construído um cercado para criação de galinhas. A irrigação vinha de reservatórios localizados fora da mandala, que era bombeada por eletricidade.

As mandalas foram construídas através do Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) que, entre os anos de 2009 e 2015, liberou recursos através de parcerias entre a Fundação Banco do Brasil e o BNDS, cuja execução coube ao Sebrae. Na tabela 7, estão descritas informações sobre a instalação de Projetos PAIS via Sebrae na Paraíba⁵⁷:

Tabela 7: Projetos Pais na Paraíba (2009-2015).

Municípios atendidos por contrato	Valor (R\$)	Período	Participantes
Monteiro, Sumé, Serra Branca e São João do Cariri e Campina Grande	1.020.000,00	29/12/2010 a 27/06/2014	100
Campina Grande e Lagoa Seca	577.038,00	30/06/2011 a 30/12/2013	50
Boqueirão, Barra de São Miguel, Caraúbas, Lagoa Seca e Campina Grande	712.390,00	08/01/2013 a 08/12/2015	420
Alagoa Nova	676.505,10	29/06/2009 a 19/07/2013	900
Total	2.985.933,10	2009-2015	1.470

Fonte: Fundação Banco do Brasil. Organização e elaboração: Aline B. de Lima (2017).

Esse conjunto de experiências foi encontrado em diferentes áreas de produção dos camponeses que realizavam as feiras agroecológicas. A instalação de algumas delas foi resultado de ações e atividades propostas a partir de um conjunto de programas e políticas públicas levadas pelos parceiros existentes. Outras partiram da iniciativa dos próprios camponeses em colocar em prática as experiências visitadas em atividades de intercâmbio.

A motivação das famílias em dar continuidade às experiências resultou das diferentes realidades vivenciadas, sendo, portanto, utilizadas em maior ou menor medida de acordo com a incorporação da experiência no cotidiano da organização produtiva de cada um.

As experimentações foram feitas em continuidade com as técnicas tradicionalmente utilizadas pela família. Nesse sentido, a organização da produção não deixou de ser realizada a

⁵⁷ Apenas algumas famílias contempladas pelo Projeto PAIS estão inseridas nas feiras agroecológicas.

partir dos conhecimentos familiares passados entre as gerações, mas aceitos e incorporados ao cotidiano das famílias, quando tinham mais confiança nos resultados que iriam obter.

Outro ponto importante para a organização da produção foi a necessidade de consolidar um processo que garantisse o acesso à sementes de qualidade. Na transição para cultivos agroecológicos, buscou-se inibir a comercialização de sementes transgênicas e a compra de sementes cultivadas com agrotóxicos, tema que trataremos mais no item sobre os bancos de sementes comunitárias.

Um outro aspecto necessário na organização da produção foi o acesso à água, determinante para a manutenção de sua regularidade. A utilização da água para irrigação esbarrou em três problemáticas principais: estiagens prolongadas, qualidade da água e recursos para a instalação e manutenção de infraestrutura de irrigação.

Como já destacamos, os roçados mantidos nas unidades de produção camponesa são cultivados de forma bastante rudimentar. As lavouras de milho, feijão e mandioca têm sido feitas comumente sem a instalação de sistemas de irrigação, dependendo principalmente das águas da chuva para desenvolverem-se.

Duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa, regem o calendário agrícola. Nos meses de fevereiro a setembro, chove no Litoral e Agreste, com concentração maior de junho a agosto, a estação mais seca vai de setembro a novembro. No sertão paraibano, o verão é o período mais chuvoso, concentrado nos meses de fevereiro a maio.

Nas áreas de cultivo, nos períodos chuvosos, cultivam-se as lavouras que requerem mais água nos terrenos mais baixos e úmidos, como o arroz e as hortaliças, já o milho e o feijão são plantados nas áreas mais altas e secas.

Em 2012, iniciou-se uma seca que perdurou até 2016 e foi considerada uma das mais severas dos últimos anos. As precipitações ficaram abaixo da média em praticamente todas as regiões. Como resultado, rios e reservatórios chegaram aos limites críticos, afetando tanto a população do campo, como da cidade.

Além da escassez das chuvas, outra problemática adveio da poluição das águas, do assoreamento dos rios, do desmatamento de nascentes e das matas ciliares e lançamento de dejetos industriais e esgotos, contaminação que colocou em risco a qualidade da água destinada para irrigação.

O acesso à água foi fundamental para a manutenção das feiras agroecológicas. As feiras de Aparecida e Cajazeiras no Alto Sertão paraibano, por exemplo, chegaram a interromper o funcionamento por conta da falta de água para irrigação. As feiras do Coletivo Regional também não tinham produção para abastecimento semanal. Em contrapartida, a feira

agroecológica de Monteiro, que contava com poços para realização da irrigação, manteve o abastecimento semanal na cidade. O projeto P1+2, que trataremos no último capítulo, também possibilitou a realização de algumas feiras, conforme destacamos no relato a seguir:

Quando a gente começou a gente achava que não ia dar certo, por conta do pessoal não conhecer. Mas até agora está dando certo. Se aparecer mais famílias interessadas, a gente faz uma reunião com o pessoal da coordenação, da Eco, do sindicato, com essas pessoas e elas podem entrar no processo. As pessoas da comunidade se interessam, essa produção está existindo por conta das cisternas calçadão, é por isso que a feira está funcionando. Durante o período da chuva tem muitos produtos, mas no período da seca não tem, se não for a cisterna calçadão para produzir, não tem.⁵⁸

Dessa forma, o acesso à água, aos adubos orgânicos, aos defensivos naturais e a aplicação de algumas técnicas de cultivo foram elementos necessários para obtenção de uma efetiva organização da produção, capaz de manter o abastecimento nos locais de comercialização.

O abastecimento regular das feiras agroecológicas foi um ponto importante para a obtenção de bons resultados. A não organização da produção podia gerar o declínio gradativo do volume de vendas e terminar por inviabilizar a comercialização. Sena (2015, p.19) demonstrou a queda de vendas da Ecovárzea durante a realização de suas primeiras feiras no ano de 2001:

Gráfico 18: Renda bruta da feira da Ecovárzea em 2001.

Fonte: SENA (2015).

⁵⁸ Depoimento de Marcos Sandro concedido à autora em 19/02/2016. Feira agroecológica de Areial-PB.

Nesse caso, em particular, foi necessário suspender a feira e reorganizar a produção para poder reinaugurá-la, tema que detalharemos mais no próximo capítulo. O declínio nas vendas levou a uma situação em que não foi possível cobrir nem o valor do frete, constituindo-se em prejuízo para os feirantes.

De forma geral, na organização das redes de feiras agroecológicas foi necessário planejar a plantação para o abastecimento semanal das feiras, ao que denominamos de roçados programados. As pequenas produções das famílias envolvidas com o projeto eram tradicionalmente voltadas para o próprio consumo e venda do excedente. Assim, a venda semanal exigiu de fato um esforço em possuir produção suficiente para comercialização.

Essa problemática ainda persiste em alguma medida, principalmente na organização das novas feiras, e constitui-se num período de transição e adaptação pela qual passam os novos feirantes, especialmente entre aqueles que não participavam de feiras. Encontrar um equilíbrio para o abastecimento semanal requereu tempo e experiência, que envolveu simultaneamente a produção e a venda. No caso da venda, precisou existir uma adequação entre a oferta e a procura, sem a qual ocorria falta ou sobra de produção.

Uma saída que observamos durante os trabalhos de campo para abastecimento das feiras foi a comercialização de produção de pessoas da comunidade, devidamente autorizadas pelas respectivas associações. Dessa forma, além do conjunto de pessoas diretamente envolvidas na comercialização da produção na feira, algumas famílias estavam ligadas indiretamente, repassando a sua produção para comercialização.

Quando indagamos em diferentes feiras sobre o funcionamento dessa sistemática, nos foi falado que o dinheiro da venda da produção era repassado para os produtores, descontadas em alguns casos, as taxas de manutenção cobradas a todos. Observamos ainda que esses acordos envolveram laços de parentesco e amizade, constituídos em cada comunidade.

Uma expressão que registramos nos trabalhos de campo foi o “agrado”, que consistia em retribuições não monetárias na troca de favores. O agrado foi um presente na forma de produto dado em troca de um favor, entre o próprio grupo e também entre aqueles que integravam mais externamente as atividades, seja no transporte da produção ou na montagem das barracas.

A participação nas feiras agroecológicas requisitou mais tempo das famílias para realizar a organização da produção, colheita, transporte e comercialização. Quando vendiam a produção nas próprias áreas de assentamento rural ou propriedades, as etapas do transporte e da comercialização ficavam a cargo do atravessador.

Dessa forma, após a organização da produção, a constituição das feiras agroecológicas significou a continuidade do trabalho familiar em mais etapas, no caso, o transporte e a comercialização da produção, conforme analisaremos no próximo item.

5.4. Comercialização da produção

A comercialização da produção correspondeu a etapa final de um processo organizativo que, como destacamos, passou por momentos de formação e organização da produção. A chegada na cidade para a realização da venda, apesar de parecer o fim de um processo, foi o início de outro, marcado pelas peculiaridades da venda direta.

Nesse sentido, a presença dos camponeses na cidade, desvanecida ao longo dos anos pelas longas cadeias de distribuição da alimentação, voltou a ser observada a partir do aumento da implantação das feiras de produtores. Sobre a unidade contraditória campo/cidade, Oliveira (2008b, p.475) observou que, foi nas cidades que os camponeses buscaram melhores preços para vender os seus produtos, e ainda:

[...] vantagens creditícias e/ou técnicas de modo a poder continuar camponês, ou seja, continuar produzindo com sua família na terra. Hoje, a cidade revela essas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais feitas em áreas urbanas e/ou lutas urbanas que ocorrem em áreas rurais. A compreensão, pois, dos processos que atuam na construção e na expansão das cidades passa igualmente pela necessária compreensão dos processos que atuam no campo.

Dois dos primeiros pontos a serem decididos para a comercialização nas cidades foram a autorização e o local de funcionamento. Em muitos casos, isso dependeu de autorização das prefeituras municipais, visto que, as redes de feiras agroecológicas estão situadas em espaços públicos, conforme podemos observar no gráfico 19:

Gráfico 19: Espaço ocupado pelas redes de feiras agroecológicas nas cidades, 2016.

Fonte: trabalhos de campo. Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

Na história da Ecovárzea, por exemplo, de acordo com Sena (2015), a autorização para instalação chegou a ser negada, em municípios como Sapé e Santa Rita. A Feira da Ecosul, por sua vez, vivenciou momentos de instabilidade causados pelo fato da mesma funcionar em uma calçada de residência particular.

Dessa forma, as autorizações das prefeituras municipais foram dadas a partir da demanda dos camponeses, sendo um aspecto relevante para a realização das feiras, cujo cancelamento de funcionamento ou negação de autorização podia prejudicar toda a organização das famílias envolvidas.

Além da autorização, a escolha do local inseriu-se nessa discussão, pois nem sempre os espaços oferecidos atendiam as reivindicações dos feirantes. Dessa forma, as feiras agroecológicas, mesmo as não articuladas em rede, passaram muitas vezes por essas questões, conforme destacamos no depoimento a seguir:

A gente funcionava na praça central, onde tem o coreto. A gente abriu essa feira lá. Mas por causa da higienização, é patrimônio histórico e tinha uma burocracia, jogaram a gente lá para dentro do mercado, junto com a outra feira. Como tem que ser diferenciado, nós lutamos para conseguir e a gente conseguiu. Mas o pessoal sempre pega no pé da gente, procurando os erros da gente para punir. Tem o supermercado que vende, o pessoal da outra feira. A concorrência é essa, eles querem procurar os defeitos da gente. Se deixar sujeira, vai atrás da vigilância sanitária, principalmente quem vende carne, aqui vende bode, carne de boi, galinha, peixe. Mas a gente vai vencendo. Até agora pouco a prefeitura queria tirar a gente daqui, e colocar lá na entrada do mercado⁵⁹.

⁵⁹ Depoimento de camponesa integrante da feira agroecológica de Areia, concedido à autora em 02/06/2016.

Essa reivindicação da diferenciação com outros espaços de comercialização constituiu-se numa característica bastante presente nas feiras agroecológicas. Nesse sentido, observamos que a escolha dos camponeses em realizá-las em espaços separados das feiras convencionais, mesmo as de produtores, partia da busca pela valorização dos alimentos cultivados sem agrotóxicos.

O esforço realizado para a organização da produção dentro de um conjunto de regras e normas estabelecidas para participação nas feiras agroecológicas foi um dos aspectos que levou os camponeses a reivindicarem espaços próprios, visto que vender indistintamente dissipava o trabalho empreendido.

Esse aspecto em particular gerou algumas situações de tensão, como a negação de autorização de funcionamento, realocação ou cessão de espaços inapropriados. Vencida essa etapa, a autorização para funcionamento não extinguiu os problemas com a localização. Uma vez conquistado um ponto de venda e uma freguesia, algumas feiras agroecológicas viram surgir comércios paralelos nas proximidades, principalmente feito por comerciantes de hortifrutigranjeiros adquiridos na Ceasa.

Esse comércio informal, geralmente conduzido por um pequeno número de pessoas, em veículos próprios, ofertava principalmente produtos não comercializados nas feiras agroecológicas, constituindo-se em vendas complementares, mas também alguns produtos encontrados nas feiras agroecológicas.

Os camponeses buscaram em alguns casos ajuda da prefeitura, solicitando proibição dessa comercialização, mas em geral não foram atendidos. Para permanecerem separados, exerceram territorialidades nas áreas que ocupavam, não permitindo que outros vendedores se agregassem de forma muito próxima.

Assim, os comerciantes ficaram ao lado, como vimos na feira de Massaranduba, ou no lado oposto da rua, caso da feira agroecológica do Colégio Cem. Na feira agroecológica da Estação Velha, localizada num espaço cercado por uma grade, os comerciantes instalaram-se depois dos portões, na área externa do pátio. Para se separar de uma feira convencional, a Ecosul precisou levar a feira para outra localidade no mesmo bairro.

A restrição para comercialização de produtos de procedência externa ao grupo teve exceção quando partiu de um grupo organizado ou iniciativa individual, muitas vezes de moradores da cidade, com disposição para cumprir as normas e exigências para participar da feira. Nessa situação, foram incorporados diversos grupos que trabalhavam com artesanato (panelas de barro, bordados, enfeites), plantas ornamentais, pães artesanais, multimistura, brotos, dentre outras especializações que agregaram diversificação da oferta.

Outro aspecto ligado à escolha do local foi o acesso da freguesia moradora da cidade. A feira agroecológica de Sobrado, por exemplo, instalada às margens da rodovia estadual PB073, não viu a freguesia aumentar por conta da maior circulação de veículos, situação que observamos também no Centro de Comércio da Agricultura Familiar, nas margens da BR230.

A escolha do local e a freguesia foram elementos importantes para a consolidação das feiras agroecológicas. Além disso, um local com boa circulação de pessoas e infraestrutura para atender aos camponeses e fregueses, com acesso a banheiros, estacionamento, área de apoio e iluminação pública foram elementos que trouxeram um maior conforto. Todavia, poucas foram as feiras que contaram com todas essas características.

Como já destacamos, a infraestrutura, mesmo sendo elemento importante, não foi fundamental para a consolidação de algumas feiras. Nesse sentido, observamos que a organização da produção atrelada ao estabelecimento de uma freguesia foi de fato o mais importante para o fortalecimento desses espaços.

Atrelado a isso, o dia e a periodicidade foram outros elementos estabelecidos para a realização das feiras. No caso do Coletivo Regional, em virtude da seca, três feiras eram realizadas mensalmente e uma quinzenalmente, pois não havia produto suficiente para abastecimento semanal. As feiras da Ecoborborema e da CPT foram realizadas semanalmente. A maioria delas tem ocorrido na sexta-feira e no sábado.

Gráfico 20: Dias da semana e realização das redes de feiras agroecológicas, 2016.

Fonte: trabalhos de campo. Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

A escolha do dia partiu da adequação entre a disponibilidade dos camponeses e as melhores oportunidades de venda na cidade. Cabe destacar que, em geral, pelo menos dois dias

foram dedicados à realização da comercialização na feira, sendo um para a colheita e o dia seguinte para efetivar as vendas.

Com exceção de João Pessoa e Campina Grande, que contam com feiras livres convencionais durante todos os dias da semana, a maior parte das redes de feiras agroecológicas foi realizada em dias alternados com as feiras convencionais. Em alguns casos, como na feira agroecológica de Esperança, a mudança de dia e local trouxe melhorias para a feira, conforme relato da AS-PTA, “Chamou a atenção dos participantes o fato da feira de Esperança ter aumentado o número de barracas de 10 para 14, após o redesenho, quando ela passou a funcionar em um dia diferente da feira livre do município, se diferenciando enquanto feira agroecológica” (AS-PTA, 2016).

Dessa forma, em vários casos, observamos que as feiras convencionais nem sempre se constituíram enquanto feiras concorrentes, pois, os esforços em constituir uma diferenciação com as feiras livres tradicionais terminaram por formar também uma clientela própria das redes de feiras agroecológicas.

Comparadas às feiras convencionais, as redes de feiras agroecológicas possuíam um tamanho menor. Visitamos feiras de tamanhos variados, com apenas uma barraca, caso da feira agroecológica de Cubati e com até 15 barracas, como a feira agroecológica da Ecovárzea. A variação do número de integrantes em um determinado período não significou que não existiam mais famílias envolvidas.

Em geral, quando os camponeses não possuíam produção suficiente para vender nas feiras, a participação podia ser interrompida, desde que comunicada ao grupo. Quando voltavam a ter produção suficiente, podiam retornar e reiniciar a comercialização. Essa característica é própria da produção camponesa e da venda do excedente, pois:

Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada (OLIVEIRA, 2007b, p.40).

Esse foi um dos aspectos que deu elasticidade ao tamanho das feiras. Assim, quando a produção foi suficiente apenas para alimentação da família, o produto não chegou até a cidade. Quando a produção foi mais abundante, as feiras também aumentaram. A venda de excedente afetou ainda no tipo e quantidade de produtos ofertados, sendo comum a venda de variedades

de alguns alimentos menos comerciais, como por exemplo variedades de feijões⁶⁰, temperos e ervas, ofertados em pequenas quantidades.

A diferença maior nesse processo foi na produção de hortaliças, pois, para as famílias dedicadas à horticultura, houve a necessidade de uma programação continuada, capaz de abastecer semanalmente a feira com uma boa variedade de folhagem.

Para efetivar a comercialização dessa produção, foi necessário ainda realizar o seu transporte. A solução encontrada variou conforme o tipo de organização. Nas feiras articuladas pela CPT, o transporte foi feito em conjunto. No começo da organização da Ecovárzea e da Ecosul, pagava-se por um veículo fretado. Em 2004, os feirantes conseguiram dois caminhões que foram adquiridos através de projeto SDT/MDA, em parceria com a Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba. Nas feiras da Ecoborborema e do Coletivo Regional, cada família tem levado sua produção individualmente, em carros próprios, motos, coletivos e transportes alternativos.

Além do custo do transporte, uma outra dificuldade comumente encontrada foi a baixa qualidade das estradas, principalmente nos acessos à área de produção. Além de encarecer os fretes, podia inviabilizar o transporte, por exemplo, nos períodos mais chuvosos, quando alguns locais ficam intransitáveis.

Estabelecido o local, o transporte e a produção, foi necessário a aquisição de barracas, caixotes, balanças, vestimentas, lonas, toldos e sacolas. Para aquisição dessa infraestrutura básica, com poucos recursos disponíveis, duas das saídas utilizadas frequentemente para a aquisição dos materiais necessários foram os fundos de feira e os fundos rotativos solidários, que funcionaram como poupanças comunitárias.

Nas feiras agroecológicas organizadas pela CPT, os fundos de feira corresponderam a aproximadamente 5% do valor comercializado, que foi utilizado para pagamento de empréstimo fornecido pela Cáritas Brasileira. Nas feiras do Polo da Borborema e do Coletivo Regional, foi comum a criação de fundos rotativos solidários, em que cada família colaborava com a aquisição de um determinado bem, até todos serem contemplados.

As barracas adquiridas, geralmente na cor verde, e os uniformes (batas padronizadas) foram as principais características presentes na totalidade das redes de feiras agroecológicas. Além das batas padronizadas, algumas famílias também portavam seus certificados de venda direta emitidos pelo MAPA.

---

⁶⁰ No caso de feijão, as variedades estiveram mais presentes nas feiras do Agreste.

Foi comum nas feiras agroecológicas visitadas que cada família tivesse sua barraca. A depender da infraestrutura e/ou produção, observamos também que podiam dividir o espaço com mais outra família. Com essa proximidade, auxiliavam nas vendas entre si, mas tinham estabelecido a quem pertencia cada produto.

A padronização e a certificação foram saídas encontradas para demonstrar para os moradores da cidade que a produção comercializada era diferenciada, vendida diretamente pelos produtores e livre de agrotóxicos. Além disso, o trabalho de divulgação em meios de comunicação foi necessário para informar sobre a existência e as características das feiras:

A gente começou com pouca coisa e não saía tanto, a gente conversava com o pessoal e eles não sabiam nem onde a feira funcionava. Mas nós divulgamos, colocamos nas rádios, no facebook, carro de som e então começou a melhorar e já tem freguês certo, que chega aqui as 6h da manhã e entende o que é um produto agroecológico, agora nem sempre vai ter aquele produto.⁶¹

Considerando o valor do rendimento nominal mediano mensal⁶² nos municípios paraibanos, encontramos situações distintas em relação à distribuição das feiras agroecológicas, localizadas tanto em locais com rendimentos mais altos, como em locais de baixo rendimento, conforme expresso no mapa 15.

---

⁶¹ Depoimento de Marcelancia Machado da Silva concedido à autora em 19/02/2016. Feira Agroecológicas de Queimadas - PB

⁶² Soma dos rendimentos (do trabalho e outras fontes) dos domicílios particulares permanentes no período de um mês – Censo Demográfico IBGE 2010.

Mapa 15: Feiras agroecológicas e valor do rendimento nominal mediano mensal na Paraíba

Dessa forma, a depender de onde estavam localizadas, a freguesia foi formada por uma clientela com maior ou menor poder aquisitivo. Nas cidades mais adensadas, como João Pessoa e Campina Grande, concentraram-se principalmente nas áreas de melhor poder aquisitivo. No caso de João Pessoa, a exceção se deu por meio da feira itinerante da Prohort, que passou a atender alguns bairros mais periféricos da cidade, como Planalto da Boa Esperança e Gramame. Já nos municípios com menor população e renda, estiveram presentes principalmente as feiras agroecológicas articuladas em rede.

A freguesia foi formada principalmente entre aqueles que buscavam uma alimentação livre de venenos. Dessa forma, mesmo nas feiras menores, ou com menor variedade de produtos, foi comum a existência de uma clientela fixa, que escolhia comprar nesses locais. No caso da feira agroecológica do Ponto Cem Réis, realizada no centro de João Pessoa, sua localização favoreceu uma clientela eventual, mesmo assim, os frequentadores mais regulares da região passaram a formar uma freguesia.

Ao longo do tempo, a relação entre os feirantes e a freguesia foi sendo tecida a partir de laços de amizade e confiança. Nos trabalhos de campo, observamos essa aproximação através de algumas práticas, como a organização de cestas com alimentos selecionados para fregueses fixos e o compromisso estabelecido entre moradores da cidade a partir da realização da encomenda. Assim, os camponeses garantiram a venda de parte da produção e os fregueses receberam produtos pré-selecionados, sem precisarem chegar nas primeiras horas da feira e agilizando o tempo de compra.

O abastecimento de famílias foi o principal destino da comercialização da produção nas feiras agroecológicas, mas existiu também o consumo produtivo, destinado ao abastecimento de restaurantes, lanchonetes e escolas particulares. Além disso, no caso das escolas públicas, creches e hospitais, alguns camponeses participaram de programas como o PNAE e o PAA.

Os produtos oferecidos foram diversificados conforme a produção de cada família. Na parte de hortaliças, foi possível verificar significativa variedade, principalmente nas feiras mais consolidadas. Encontramos hortaliças herbáceas⁶³ (folhas, talos, hastes, flores ou inflorescências): alface americana, alface roxa, alface lisa, acelga, rúcula, agrião, hortelã, alecrim, manjerição, coentro, cebolinha, salsa, couve, escarola, almeirão, espinafre, couve-flor, brócolis, repolho, salsão; hortaliças tuberosas (raízes, tubérculos, rizomas, bulbos): beterraba, cenoura, inhame, cará, nabo, rabanete, macaxeira, alho porró, cebola; hortaliças fruto (frutos, pseudofrutos): jerimum, jiló, pimenta, pimentão, pepino, chuchu, abobrinha, tomate, vagem,

---

⁶³ Classificação consultada em Amaro (2007).

feijão verde, milho, maxixe, quiabo, berinjela, limão, laranja, banana, mamão, abacaxi, acerola, graviola, jaca, manga, melancia, abacate, carambola e jabuticaba, dentre outros.

Na feira da Ecovárzea, registramos a comercialização de feijão azuki e em algumas feiras dos coletivos sindicais significativa variedade de feijões, como o feijão-guando (guandu), feijão branco, feijão-macáçar (fradinho ou feijão-de-corda), feijão-rajado, feijão-preto e fava. Foi comum ainda a venda de ovos de galinha de capoeira e em alguns locais o leite de gado fresco (congelado).

Registramos também alimentos beneficiados como queijo de cabra, queijo coalho, carne de sol, mel, farinha de mandioca, farinha de milho, goma para tapioca, massa de mandioca, polpa de fruta, doces e geleias. Garrafadas de plantas medicinais, lambedores e ervas. Animais abatidos como galinha, porco, bode, boi e pescados, como camarão de água doce. Em algumas feiras, principalmente das cidades menores, registramos ainda a comercialização de galinhas vivas. Na barraca de lanches, comidas típicas como tapioca, beiju, pé de moleque, paçoca, bolo de milho, bolo baeta, bolo de macaxeira, cuscuz, guisados de bode e de galinha de capoeira.

Pudemos observar que a oferta desses produtos oscilou ao longo do ano, diretamente afetada pelos períodos de chuva ou estiagem. Além disso, variou em relação ao tamanho da feira e da consolidação da produção. Nas feiras da Ecovárzea, Ecosul, Ponto Cem Réis, Esperança e Estação Velha foi onde observamos um maior volume e diversidade em relação às demais. As feiras agroecológicas localizadas no sertão paraibano conseguiram reorganizar a produção com a ajuda das tecnologias de convivência com o semiárido, mas ainda sofrem com as estiagens prolongadas.

Foto 6: Reinauguração da feira agroecológica de Aparecida

Foto: Socorro Gouveia. Aparecida - PB. Data: 10/09/2016.

Sobre o uso de embalagens, algumas ações de conscientização buscaram estimular o uso de sacolas reutilizáveis, mas ainda predomina o uso das sacolas descartáveis. Uma das soluções encontradas pelas feiras da Ecoborborema foi oferecer sacolas plásticas biodegradáveis.

Foto 7: Sacolas da Ecoborborema na feira agroecológica de Areial.

Foto: Aline B. de Lima. Areial – PB. Data:23/02/2016.

A diversificação da produção e a manutenção da oferta nas feiras agroecológicas têm possibilitado uma melhoria dos rendimentos obtidos através da comercialização direta. As dificuldades iniciais com a organização da produção prejudicaram a obtenção de um retorno satisfatório, mas com um trabalho contínuo, foi possível obter uma melhoria dos rendimentos.

No Gráfico 21 apresentamos os rendimentos obtidos com a comercialização nas feiras da Ecovárzea e Ecosul entre os anos 2001 e 2007:

Gráfico 21: Rendimento anual das feiras da Ecovárzea e Ecosul (2001-2007).

Fonte: CPT (2008). Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

O preço da produção foi estabelecido, em geral, levando em consideração os preços praticados nas feiras convencionais, por sua vez, influenciados pela renda da terra diferencial, que de acordo com Oliveira (2007b, p.44):

[...] sob o modo capitalista de produção é o preço de produção do pior solo, aquele que regula o preço de mercado, a renda diferencial é, portanto, a diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular (que tem a sua disposição solos mais férteis, por exemplo) e o preço de produção geral que é formado a partir dos preços de produção dos piores solos cultivados. A renda da terra diferencial apresenta-se sob duas formas: a renda diferencial I e a renda diferencial II. A renda diferencial I é aquela que independe do capital aplicado na produção específica, enquanto que a renda diferencial II decorre diretamente do investimento em capitais para melhorar a fertilidade natural da terra (OLIVEIRA, 2007b, p. 44).

O fato de terem suprimido a presença dos atravessadores colaborou para que os camponeses pudessem estabelecer preços mais baixos do que os encontrados nos supermercados, considerados orgânicos e até mesmo os convencionais. Nos estudos de Santos (2010) e Lima (2008), pode-se observar alguns exemplos em que o preço nos supermercados esteve bastante acima dos praticados nas feiras agroecológicas.

Santos (2010) registrou preços até 60% superiores comparando à feira da Ecovárzea com produtos orgânicos em alguns supermercados. Em Lima (2008), chegamos a registrar uma diferença de 700%, caso do tomate cereja vendido em João Pessoa no dia 6 de junho de 2008 na feira agroecológica da Ecosul a R\$2,00 o quilo, contra R\$ 16,00 o quilo no supermercado Carrefour, sendo neste último produto convencional.

O crescimento do mercado de orgânicos na Paraíba tem baixado os preços de orgânicos nos supermercados, abastecidos principalmente pela empresa Hortaliça Sempre Verde. Mesmo assim, em geral, o preço nas feiras agroecológicas ainda é mais baixo e a quantidade é maior. Um maço de cebolinha do supermercado, por exemplo, chegou a ser menos da metade do tamanho comercializado nas feiras.

Foto 9: Cebolinha orgânica, R\$ 2,39 (esquerda); cebolinha convencional, R\$ 1,79 (direita) no Supermercado Pão de Açúcar.

Foto: Aline B. Lima. João Pessoa.
Data:07/04/2017

Foto 8: Cebolinhas agroecológicas na feira da Ecovárzea, R\$ 2,00

Foto: Aline B. de Lima. João Pessoa.
Data:07/04/2017

Na tabela 8, apresentamos variações de preços de produtos na feira da Ecovárzea e em alguns outros pontos de venda na cidade de João Pessoa:

Tabela 8: Comparativo de preços praticados na cidade de João Pessoa.

Produtos e Preço/unidade		Pão de Açúcar		Supermercado Manaíra		Feira da Ecovárzea	Feira de Jaguaribe*
		Orgânico	Convencional	Orgânico	Convencional	Agroecológica	Convencional
Abacaxi	Kg ou unid.	-	4,98 kg	-	3,99 (unid.)	5 (3 unid.)	5 (3 unid.)
Abobrinha	Kg	16,38	-	-	2,99	-	-
Agrião	maço	-	-	-	2,19	2	2,5
Alecrim	maço	2,26	-	2,99	-	-	-
Alface americana	maço	2,99	2,86	2,99	2,49	2	3
Alface crespa	maço	2,99	2,59	2,59	2,49	2	3
Alface roxa	maço	2,09	1,99	2,59	2,49	2	3
Alface lisa	maço	2,59	1,98	2,59	2,49	2	3

Alho-porró	Kg	21,39	-	-	-	-	-
Almeirão	maço	-	2,23	-	-	2	-
Arruda	maço	1,86	-	-	-	2	-
Banana pacovan	Kg ou palma	6,98 kg	4,98 kg	5,99 kg	3,49 kg	5 (palma)	5 (palma)
Batata doce	Kg	4,39	3,38	6,99	2,99	3	3
Berinjela	Kg	8,82	-	-	3,79	3	2,5
Beterraba	Kg	6,69	4,99	-	2,99	-	2,5
Brócolis	Kg ou maço	-	-	-	2,99 kg	-	5 (maço)
Capim santo	maço		-	-	-	2	-
Cebolinha	maço	2,39	1,79	1,99	1,49	2	2
Cenoura	Kg	8,59	3,98	8,99	3,79	-	2
Chicória	maço		1,59	2,29	1,79	2	3
Chuchu	Kg	7,41	4,99	-	3,49	-	1
Cará	Kg	-	-	-	-	3,5	4
Coentro	maço	1,98	1,89	1,99	1,49	2	2
Coco verde	unid. ou maço	-	-	-	1,49	1,5 (unidade)	2
Couve folha	maço	2,89	-	2,29	1,59	2	2
Couve flor	Kg	20,69	-	-	-	-	10
Escarola	maço	2,29	2,03	2,29	-	2	-
Espinafre	maço	2,79	3,05	2,99	2,99	2	2
Feijão macáçar	Kg	-	7,29	-	-	8	-
Feijão manteigui nha (variedade de feijão verde)	Kg	-	-	-	-	3	6
Hortelã	maço	1,98	1,73	1,99	1,79	2	2
Jerimum	Kg	-	3,98	-	4,49	3	2,6
Jenipapo	unid.	-	-	-	-	3 (unidade)	-
Inhame	Kg	-	8,90	-	5,99	6	6
Limão taiti	Kg	12,65	3,89	-	3,49	-	-
Macaxeira	Kg	10,98	-	-	2,49	2,5	2,5
Manjeriçã o	maço	-	2,23	2,19	1,99	2	-
Mamão	Kg	-	4,98	-	2,99	2,5	2
Maracujá	Kg	7,39	-	-	5,99	-	5
Maxixe	Kg ou unid.	13,58kg	-	-	6,99 kg	2 (20 unidades)	1(10 unidades)
Mostarda	maço	-	2,13	-	-	-	-

Pimentão	kg ou unid.	-	5,98 kg	-	4,99 kg	2 (5 unidades)	0,7 (unidade)
Quiabo	kg ou unid.	9,98 kg	9,90 kg	-	6,99 kg	2 (20 unidades)	1(10 unidades)
Rabanete	maço	2,09	2,33	2,29	1,59	2	-
Repolho verde	Kg	13,19	5,99	-	2,99	-	2
Rúcula	maço	-	-	-	2,19	2	2
Salsa	maço	1,96	1,69	-	1,79	2	2
Tomate	Kg		6,98	-	4,99	-	2,5
Tomate cereja	Kg	27,16	-	-	10,99	-	-
Vagem	Kg	17,11	9,90	-	-	-	4

Fonte: Levantamento de campo em 7/04/2017 (*os preços da feira de Jaguaribe foram do dia 5/04/2017).

Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

Na tabela 8, podemos observar que os preços praticados na feira agroecológica da Ecovárzea foram inferiores ao da rede de supermercado de atuação nacional e local, no caso do supermercado Pão de Açúcar e do supermercado Manaíra. Em relação à feira de Jaguaribe, uma das feiras convencionais da cidade, os preços praticados foram mais aproximados.

Nas feiras livres, o preço que registramos foi em relação aos melhores produtos, pois os produtos considerados mais fracos podiam receber preços menores. Além disso, em algumas bancas da feira de Jaguaribe praticou-se o sistema de sacolão, em que todos os produtos possuíam o mesmo preço do quilo. O preço do sacolão podia ser praticado quando o consumidor levava as diferentes variedades ofertadas na banca. No dia da pesquisa, o preço na forma de sacolão custava R\$ 2,00 o quilo.

Para praticar preços baixos nas feiras livres convencionais, a produção camponesa foi adquirida pelos comerciantes a preços ainda mais baixos. Por outro lado, em algumas situações, os feirantes das redes agroecológicas venderam sua produção a preços mais elevados do que os praticados nas áreas de produção e até na feira convencional.

Como já destacamos, os camponeses que participam das feiras agroecológicas representam uma pequena parte do total dos pequenos e médios agricultores. Dessa forma, a maior parte deles continua com a sua produção subordinada aos interesses do capital. De acordo com Martins (1995, p.177):

Como a sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês. Por isso, a riqueza que cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente

para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas.

Nesse sentido, os camponeses queixaram-se da falta de valorização dos seus produtos, uma vez que, alguns clientes na busca pela “pechincha”, solicitavam preços iguais ou menores do que os convencionais. Essa situação foi mais comum quando as feiras agroecológicas ocorreram próximas às convencionais. Além disso, partiam de consumidores que não priorizavam alimentos sem veneno, escolhendo, sobretudo, pelo maior tamanho e uniformidade e menor preço.

Assim, a compreensão da freguesia sobre as particularidades existentes entre os produtos comercializados nas feiras agroecológicas favoreceu a valorização dos mesmos. Em algumas situações, observamos a possibilidade do estabelecimento de preços não praticados nos mercados convencionais, garantidos pelas relações estabelecidas entre fregueses e produtores. Nessas situações, os preços ficaram abaixo ou acima do praticado no mercado.

Em relação ao consumo entre si, observamos trocas de produtos (principalmente nas articuladas pela CPT) e também compra em dinheiro (sobretudo nas articulações sindicais). Além disso, também observamos a doação em várias feiras visitadas, tanto nas organizadas pela CPT, como nas articulações sindicais.

A troca deu-se entre os próprios camponeses, no consumo de um alimento na feira, como uma fruta, sem a cobrança de dinheiro. Aconteceu ainda de camponeses para os fregueses, como por exemplo em um produto a mais na conta da dúzia, ou num produto presenteado para o freguês, em forma de “agrado”. Situações corriqueiras que ocorreram no cotidiano da feira, através do estabelecimento dos laços de amizade.

Dessa forma, as mediações da troca nem sempre foram reguladas puramente pelo dinheiro. Nos trabalhos de campo, registramos aspectos que demonstravam especificidades da lógica camponesa de vida. Um amontoado de melancias descartadas pelos camponeses por não estarem doces, cestas separadas para fregueses fixos quando alguns produtos já tinham se esgotado, preços iguais para produtos de tipos e pesos diferentes.

Em um dos nossos registros de campo, quando indagamos a um camponês que integrava a Feira do Ponto Cem Réis e a feira da Ecosul qual considerava mais vantajosa, relatou-nos que mesmo com o maior volume comercializado na primeira tinha predileção pela segunda, pelas relações de amizade e confiança que tinha estabelecido com sua freguesia.

A venda da produção pelos camponeses é realizada pela necessidade de obtenção de dinheiro, todavia, a terra enquanto meio de produção e a reprodução do trabalho familiar fazem

com que a venda não seja mediada pelo lucro. Nesse caso, a troca da produção por dinheiro ocorre para obtenção de outros produtos.

Assim, a venda da produção pelos camponeses diretamente na cidade revelou-nos a existência dessas relações não capitalistas de produção. Uma presença que reforçou as contradições do capitalismo e permitiu-nos pensar numa sociedade constituída em outras bases.

6. A CPT e as feiras agroecológicas na Paraíba

As feiras agroecológicas no estado da Paraíba tiveram início no ano de 2001 com a inauguração da Feira agroecológica da Ecovárzea, seguida em 2002 pela criação da Feira agroecológica Ecosul. A existência delas na cidade de João Pessoa revelou uma diferenciação com as feiras-livres tradicionais, suscitada pela ligação com trajetórias de luta pela reforma agrária e com a produção alimentar a partir de propostas agrícolas contra-hegemônicas.

Juntamente aos camponeses que encabeçaram a realização das feiras agroecológicas, esse projeto evidenciou a presença da CPT como principal parceria para sua consolidação, numa comunhão estabelecida desde o momento da luta pela reforma agrária até a superação dos novos desafios impostos para permanecerem na terra conquistada.

A CPT possuiu uma atuação expressiva na luta pela terra no Brasil, denunciando a violência no campo contra a população mais pobre, causada pela ausência de uma política efetiva de reforma agrária. A crítica construída dentro da Igreja Católica à marginalização dos mais pobres partiu do questionamento aos ideais da sociedade capitalista e da necessidade de enfrentar desafios para construção da independência política, conforme destacou Câmara (1981, p. 13):

- O desafio de não cair naquele terrível equívoco que consiste em tomar como ideal esta sociedade de consumo, cuja sede de lucro desenfreado e sem limites a transforma num inferno, e que já é definida justamente como a sociedade do desperdício e do suicídio;
- O desafio de saber distinguir com inteligência a miséria, repugnante e inaceitável, e a pobreza que, bem compreendida e bem vivida pode e deve ser a riqueza dos povos;
- O desafio de permanecer sempre alerta contra a tentação do ridículo mimetismo que impele a copiar as estruturas políticas dos países ricos, a esquecer e a desprezar a própria identidade cultural que é tão fundamental;
- O desafio de substituir cada vez mais a inaceitável e perigosa transferência de tecnologia pela troca de tecnologia;
- O desafio de resistir à miragem da industrialização maciça em grande parte responsável pela gangrena urbana nos países subdesenvolvidos; de resistir também à formação de uma aliança entre sociedades multinacionais e grupos privilegiados autóctones, os quais - exercendo um autêntico colonialismo - facilitam a implantação dos "paraísos de investimentos" e acarretam um aumento insuportável das dívidas externas destes países.

Como possibilidade de transformação desses desafios impostos aos mais pobres, Câmara (1981) propôs a substituição de projetos elaborados em gabinetes pelos técnicos, quase sempre desconectados das necessidades das comunidades, por projetos que buscassem novas experiências, tais como:

- A experiência de partir corajosamente para a reinvenção da economia, completando a economia de mercado por uma economia de serviços, corrigindo os índices parciais e enganosos, como o produto nacional bruto, mediante índices de bem-estar popular que requerem reformas institucionais capazes de evitar as incríveis disparidades de renda que notamos na maioria dos países subdesenvolvidos;
- A experiência de descobrir que as superpotências, as quais pretendem ajudar os países do terceiro mundo, são na realidade incapazes de fazê-lo sem segundas intenções, pois a sua ajuda deixa marcas de uma presença excessivamente pesada, muito semelhante a um novo colonialismo;
- A experiência de descobrir - como sugere uma canção popular brasileira - que "o mundo será bem melhor quando o pequeno que sofre, acreditar no menor";
- A experiência de descobrir que a única maneira de sair do impasse a que levam os projetos "robotizadores e robotizantes" elaborados nos gabinetes dos supertécnicos é substituí-los com projetos à medida do homem. Dimensão humana que permitirá aos povos participar efetivamente da elaboração, realização, execução e controle de projetos em que cada homem encontre a dignidade no seio da própria sociedade (CÂMARA, 1981, p.14).

Os projetos pensados como alternativa na luta na terra foram diretamente influenciados pela Teologia da Libertação, então fomentada por lideranças religiosas como Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino. Em Pernambuco e na Paraíba essas ações foram

diretamente apoiadas e difundidas respectivamente por lideranças como Dom Helder Câmara e Dom José Maria Pires.

Esses são alguns dos preceitos que nortearam a construção de saídas para as problemáticas vivenciadas nos assentamentos rurais frutos da luta pela reforma agrária que foram acompanhadas pela CPT no estado da Paraíba.

Nesse contexto, considerando a etapa de luta na terra, as feiras agroecológicas surgiram como possibilidade de superação de duas dificuldades principais então vivenciadas pelos camponeses: a eliminação dos atravessadores que causavam empobrecimento das famílias, pelos baixos preços pagos pela produção, e a supressão do uso de venenos nas lavouras, que expunham as famílias a graves doenças.

A compreensão desses entraves como causadores da pobreza e da subordinação camponesa floresciam da consciência política formada a partir da luta pela terra e da busca em diferenciá-la da exploração convencional da propriedade privada e da supressão do seu sentido de função social, buscando entendê-la numa dimensão mais ampla, conforme destacou Balduino (2004, p. 24):

A conclusão é que terra é mais do que terra. Esse símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio da mudança, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver!

As primeiras feiras agroecológicas acompanhadas pela CPT no estado da Paraíba foram influenciadas por esse entendimento do significado da terra para uma construção territorial diferenciada. Para concretizar o projeto como alternativa viável na melhoria de vida das famílias envolvidas, foi necessário enfrentar uma série de obstáculos.

A consolidação das duas primeiras feiras agroecológicas estimulou outros grupos a criar novas feiras que, como vimos, totalizaram até o ano de 2016 sete feiras agroecológicas em funcionamento e mais três em processo de implantação.

Em João Pessoa, funcionam as feiras agroecológicas da Ecovárzea, do Bessa e do Ponto Cem Réis, além de uma em estruturação no bairro José Américo. Em outras cidades, há a feira agroecológica de Jacaraú, de Sapé, de Caaporã e de Itabaiana. Em estruturação existe ainda as feiras de Pedras de Fogo e Sobrado.

Para melhor compreender os processos que se destacaram nas feiras agroecológicas a partir do apoio da CPT, subdividimos o capítulo em cinco itens principais.

Inicialmente, no item: **A CPT na luta pela terra na Paraíba e o alimento da esperança**, analisaremos a importância da CPT para a criação das feiras agroecológicas a partir da luta pela terra no estado da Paraíba e do papel da Igreja Católica.

Em seguida, nos itens **A feira agroecológica da Ecovárzea: a primeira experiência de comercialização direta de alimentos agroecológicos na cidade de João Pessoa** e **A feira agroecológica Ecosul**, destacaremos o processo organizativo que deu origem às primeiras feiras agroecológicas no estado da Paraíba.

Posteriormente, no item **A CPT no sertão: a atuação e as feiras agroecológicas**, abordaremos a luta pela terra no sertão paraibano acompanhadas pela CPT, os projetos de convivência com o semiárido e a estruturação e o funcionamento das feiras agroecológicas no sertão.

Finalmente, no item **Os caminhos percorridos para a realização das feiras agroecológicas**, examinaremos as diversas etapas organizativas que foram necessárias para o estabelecimento das feiras agroecológicas e os desafios impostos para a continuidade do projeto.

6.1. A CPT na luta pela terra na Paraíba

A história da luta pela terra na Paraíba possuiu como uma de suas faces a atuação da Comissão Pastoral da Terra, criada dentro da Igreja Católica para apoiar os trabalhadores do campo que sofriam com as injustiças sociais. Dessa forma, de acordo com Oliveira (2001, p.43), “Em defesa dos índios nasceu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e na dos posseiros e dos colonos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)”. O referido autor destacou que:

A Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) colocou a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980: Terra de Deus, terra de irmãos. Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fomentava-se nas periferias pobres das cidades brasileiras a discussão sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Nas CEBs e na CPT foi se formando um conjunto de lideranças comunitárias que começaram a discutir seu futuro e suas utopias. A conquista da terra foi uma delas. Assim, com o aumento da pressão social, também cresceu a violência dos latifundiários, naquele momento praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra (OLIVEIRA, 2001, p.43).

Esse apoio aos mais pobres foi preconizado pela Teologia da Libertação, corrente gestada na América Latina e consagrada na Conferência de Medellín, na Colômbia, em 1968. Na ocasião, líderes religiosos da Igreja católica reuniram-se para discutir as propostas do Concílio do Vaticano II, do papado de João XXIII. Esse conjunto de orientações buscou aproximar a Igreja do povo e de seus problemas.

Durante esse processo, padres e bispos mais progressistas passaram a defender a realização da reforma agrária como forma de diminuir a pobreza e a violência no campo. Até a década de 1970, os sermões buscavam sensibilizar os fazendeiros para realizar a distribuição de terras antes que os comunistas a fizessem, porém, o agravamento da violência no campo e as mudanças na Igreja católica alertaram esses líderes para a necessidade do enfrentamento da questão agrária no Brasil.

No fundo, o debate da Questão Agrária compreende em sua raiz muito mais que uma questão setorial. Essencialmente, tem a ver com as concepções antinômicas da “terra de trabalho” e “terra de exploração” ou de negócio, magistralmente conceituadas no documento da CNBB de 1980 – “Igreja e Problemas da Terra” (CNBB, 2010, p.27).

Nesse contexto, a questão social advinda da propriedade da terra começou a ser vista por parte da Igreja católica como o principal problema que afetava indígenas e camponeses. A

Igreja católica passou a denunciar a concentração fundiária e os incentivos fiscais para as grandes empresas agropecuárias e a conclamar os trabalhadores do campo a lutar pelos seus direitos.

O papel da Igreja católica não era mais estritamente religioso e envolvia o compromisso das pastorais com as causas sociais. As ações para alcançar a dignidade humana, e tornar a terra um bem de todos, englobavam denunciar as situações de injustiça e violência, apoiar as iniciativas e organizações de trabalhadores, lutar pela reforma agrária e mobilizar os trabalhadores para exigir a aplicação e/ou reformulação das leis em vigor.

Na Paraíba, as ações da CPT suscitaram o enfrentamento das injustiças sociais junto aos camponeses, dando relevância à atuação da pastoral na luta pela terra no estado. Nesse sentido, em estudo realizado por Mitidiero (2008), a singularidade da atuação da CPT na Paraíba foi entendida pelas ações que extrapolavam a prática religiosa e se aproximavam do papel de movimento social. A chegada de arcebispo Dom José Maria Pires em 1966, que se estendeu até 1995, quando se aposentou, influenciou os rumos tomados pela Igreja no trato das problemáticas sociais que afetavam o povo:

Em 1966 chegou à Paraíba Dom José Maria Pires, em substituição a um bispo considerado moderador/conservador. Dom Mário Villas Boas. Naquele momento a diocese de João Pessoa ganhou um clérigo que tinha participado ativamente do Concílio Vaticano II em Roma, o que não quer dizer que Dom José já chegara à Paraíba imbuído de ideias mais progressistas e revolucionárias e que sua atuação estava baseada nas fundamentações da Teologia da Libertação. Entretanto, foi nesse Estado que o arcebispo “se converteu”, principalmente no momento em que ele passou a ter contato com as comunidades camponesas oprimidas (MITIDIERO, 2008, p.290)

Nesse contexto, Dom José lançou em 1969 o movimento Igreja Viva na Paraíba, influenciado também pela Igreja Renovada, conduzida por Dom Helder Câmara no Recife. Essas iniciativas tinham um entendimento de que a Igreja deveria sair do centro e buscar as margens da sociedade, para assim integrá-las (MITIDIERO, 2008).

A experiência da Igreja Viva durou de 1969 a 1972 e reuniu aproximadamente 400 comunidades em toda a Paraíba. Na verdade, essa experiência nunca foi extinta, pois os seus participantes decidiram que a Igreja Viva deveria se juntar às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e foi isso que aconteceu, as CEBs na Paraíba nasceram das comunidades vivas. A herança deixada pelo movimento “do centro à margem”, materializado na Igreja Viva, fortaleceu as experiências posteriores que tiveram na proximidade ao povo e, no trabalho de base, os fundamentos para as suas ações. Esse movimento também deu força a um grupo de jovens religiosos que compunham a arquidiocese e a um grupo de padres e freiras estrangeiras que nesse Estado desenvolvia sua missão. Foi um convite para que eles tivessem como missão a formação de outra Igreja e de outra sociedade (MITIDIERO, 2008, p.294).

Além da Igreja Viva, foi implantado no estado a chamada Teologia da Enxada, sistematiza pelo padre José Comblin e institucionalizada e apoiada por Dom José. Apesar das atividades terem sido prejudicadas por conta da expulsão de José Comblin pelo regime militar, com seu retorno em 1980, elas tiveram maior continuidade. A Teologia da Enxada consistia em formar missionários no campo, integrando-os ao cotidiano da vida camponesa, inclusive no trabalho com a terra, fazendo com que os missionários vivenciassem de fato os problemas enfrentados pelo povo (MITIDIERO, 2008).

A Teologia da Enxada foi oficializada pelo Seminário Rural instalado no engenho Avarzeado, localizado no município de Pilões, mas foi proibido pelo Vaticano por não atender às exigências de formação tradicional da Igreja Católica para ordenação sacerdotal. Para não gerar mais problemas, o Seminário foi transferido para o sítio Izidoro, em Serra Redonda, e recebeu o nome de Centro de Formação Missionária⁶⁴ (CFM), cujos egressos eram missionários e deram origem à Associação dos Missionários do Campo (AMC) (SILVA, 2014).

O trabalho da Igreja católica passou a adentrar o cotidiano da vida camponesa e para incentivá-los resolveu destinar algumas de suas terras para a instalação de roças comunitárias, deixando de arrendá-las para alguns fazendeiros.

A ideia de aproveitar as terras (da diocese) e realizar um trabalho de ação pastoral levou a arquidiocese de João Pessoa à resolução de encerrar os contratos de arrendamento de suas terras para os abastados fazendeiros da região, a fim de substituí-los por pequenos agricultores. Hoje 367 hectares de terra já foram divididos com os camponeses em três localidades no interior da Paraíba (Taquara, Gurinhém e Gavião). (...). Junto com a divisão das terras foram criadas equipes de evangelização e promoção humana (Opinião, Jornal O Norte, 1973 *apud* KOURY, 1983, p.19).

Dessa forma, a atuação da CPT na Paraíba teve sua história ligada a essas práticas pedagógicas e sociais, que enfrentaram não apenas setores mais conservadores da Igreja, mas também as oligarquias agrárias, estas por sua vez atentas aos movimentos da Igreja católica junto aos trabalhadores do campo.

Em retaliação às ações da arquidiocese, políticos e latifundiários representados pela União Democrática Ruralista acusaram o CFM de formar camponeses para a guerrilha. Essas denúncias resultaram em investigações dirigidas ao CFM, conduzidas pela polícia militar e o

---

⁶⁴ No ano 2000, foi criada no Centro de Formação Missionária a Fundação Dom José Maria Pires (FDJMP). No ano de 2004, houve substituição do arcebispo Dom Marcelo Pinto Cavaleira por Dom Aldo Pagotto, que passou a limitar recursos destinados à FDJMP, dentre outras ações que prejudicaram a fundação, culminando com o seu fechamento em 2011 (SILVA, 2014).

exército brasileiro, que terminaram por não encontrar nenhum vestígio de práticas consideradas subversivas (SILVA, 2014).

As respostas dadas à sociedade através da voz do arcebispo Dom José Maria Pires desmentiram as falsas denúncias e deram mais folego ao trabalho de formação política e de luta pela terra na Paraíba⁶⁵. Quando a repressão dos latifundiários esteve voltada diretamente para as famílias camponesas, os atos de violência saíram do campo das ameaças e intimidações dirigidas à Igreja e partiram para a agressão física. Nesse sentido, entre os anos de 1970 e 1975, eclodiram conflitos ligados a tentativas de expulsão das terras envolvendo aproximadamente mil famílias, conforme descreveu Koury (1983, p.18):

[...] 600 famílias de posseiros que trabalhavam as terras às margens do Açude Federal de Pilões, no município de Antenor Navarro, ameaçados de expulsão pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), em 1972; das 47 famílias expulsas da Fazenda Tabu, no município de Pitimbu, pelo grupo Lundgren, proprietários das terras, em 1973; das 50 famílias da Fazenda Pitanga, no município de Caaporã, ameaçados de expulsão pelo proprietário, em 1973; das 120 famílias da Fazenda Retirada, também no município de Caaporã, sendo expulsas de suas roças pela Usina Maravilha, em 1974; das 174 famílias da Fazenda Mucatu; das 30 famílias da Fazenda Andreza e das 50 famílias da Fazenda Guarapu, situadas nos municípios de Pitimbu e Alhandra, ameaçadas de despejo, pelos proprietários, a partir de 1974. Ou mesmo do despejo com violência de uma família da Fazenda Central, pela Usina São João, proprietária das terras, em 1974. Estes, entre muitos outros conflitos declarados ou potenciais, não noticiados pela grande imprensa local.

A intensificação desses conflitos a partir de 1975 esteve ligada à criação do Proálcool e ao financiamento para criação de gado, que despertaram o interesse de fazendeiros para o plantio de cana-de-açúcar, de capim e para a criação de gado. Assim, os antigos moradores que viviam há décadas com acordos muitas vezes verbais para cultivarem lavouras alimentares para consumo próprio e para comercialização nas feiras-livres ficaram numa situação ainda mais vulnerável.

Na tentativa de expulsar os moradores, fazendeiros se valiam de capangas e da força policial nos municípios a serviço das oligarquias. Os camponeses foram alvo de espancamentos, humilhações e mortes. Nas áreas de cultivo, os roçados foram destruídos com tratores e os rios contaminados, dentre outras práticas criminosas.

É nesse contexto que a Igreja Católica adquiriu um papel importante para essas famílias. Imbuídos da responsabilidade social, missionários, padres e bispos apoiaram os camponeses na

---

⁶⁵ Entre os anos de 1995 a 2004, a Paraíba teve à frente da arquidiocese o arcebispo Dom Marcelo Pinto Carvalheira, que já havia trabalhado com Dom Helder e tinha uma visão progressista, dando continuidade as ações do arcebispo Dom José Maria Pires.

luta contra o latifúndio e pelo cumprimento da função social da terra, cujas ações tiveram forte expressão na Mata Sul Paraibana, então sob domínio da oligarquia Lundgren, família de origem sueca que detinha grandes porções de terras na porção leste da Paraíba.

Os conflitos que ocorreram na fazenda Mucatu, em Alhandra, e na Grande Alagamar, localizada entre os municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, foram emblemáticos da tensão social vivenciada na Mata Sul paraibana e das posições tomadas pelos sujeitos sociais envolvidos, no caso, camponeses, latifundiários, líderes políticos e sindicais. Na resolução desses conflitos, destacou-se o papel da Igreja católica ao lado dos camponeses, através das ações da CPT, do Grupo de Promoção Humana e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), comissão criada em 1976 pela arquidiocese de João Pessoa para prestar assessoria jurídica aos grupos religiosos, aos movimentos sociais e aos trabalhadores (PEREIRA, 2012).

A partir desse processo de luta para permanecer na terra, os camponeses conseguiram a desapropriação de terras consideradas de interesse social, publicada pelo Decreto nº 77.744, de 3 de junho de 1976, que representou uma vitória importante para os camponeses:

Art. 1º. É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, alíneas "a", "b" e "d", e 20, item V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, numa área contínua de terra pertencentes a Herculano Bandeira Lundgren e Ivonete Dias Lundgren, Companhia Agro-Industrial de Goiânia, Annelene Maja Freire Lundgren, Frederico Werner Lundgren, Edmundo Theodor Lundgren, Irene Beatrice Lundgren Montenegro e João Batista de Melo Montenegro, Angela Helena Lundgren de Melo e Lúcio Cláudio Pedrosa de Melo, Lenírio Rodrigues Jordão e José Bonifácio Pessoa de Melo e Neto, medindo, aproximadamente, 10.224,6600ha (dez mil, duzentos e vinte e quatro hectares e sessenta e seis ares), compreendendo os imóveis rurais denominados Mucatu e Garapu (este integrado pelo imóvel São José), situados no Município de Alhandra, e Andreza, abrangendo os imóveis dele desmembrados e denominados Beatrice, Timbaúba, Palmeiral, Santa Helena, Tropical, Changrilá, Lácio, Barra do Garaú e Nossa Senhora de Fátima, no Município de Pitimbu, todos no Estado da Paraíba.

Os atos de violência e intimidação não cessaram com o Decreto 77.744 e a situação conflituosa entre moradores e antigos proprietários perdurou. Na análise de Koury (1983), se em parte o Decreto foi uma vitória dos pequenos produtores, a permanência da pressão dos antigos proprietários exercida sob os moradores mantinha a tensão de uma área em litígio.

Para tentar dissipar as conquistas camponesas na região, o Estado passou a atuar através da Ação Cívico Social do Exército (ACISO), que promovia assistência médica e social, bem como pela criação de Cooperativas geridas pelo INCRA. Iniciativas que buscavam desarticular o trabalho realizado pela Igreja (KOURY, 1983).

Apesar dos esforços realizados por parte do Estado para desmobilizar a luta camponesa, a elevada concentração fundiária e as graves situações de injustiça social no campo deram combustível para a continuidade da luta pela terra pelos que dela dependiam para sobreviver. Dessa forma, ao invés de arrefecerem, os conflitos se alastraram com maior intensidade e envolveram entre os anos de 1976 e 1980 mais de 3.000 famílias de pequenos produtores na Paraíba (KOURY, 1983).

Alguns desses conflitos eclodiram nas áreas próximas à fazenda Mucatu, como na fazenda Abiaí, fazenda Corvoada, fazenda Sede Velha do Abiaí, fazenda Barra do Abiaí, localizadas no município de Pitimbu, pertencentes à família Lundgren (LIMA, 2008). Em publicação da CPT dos Conflitos no Campo de 1988, foram registrados alguns desses conflitos ocorridos:

[...] 400 famílias de reдеiros da Fazenda Abiaí estão ameaadas de expulsão pelo proprietário que, utilizando verbas da SUDENE, enquadrou a fazenda como empresa rural. As famílias estão há 40 anos na terra.

[...] A Fazenda Guruji, no Conde, também já tinha sido desapropriada, mas os abusos do antigo proprietário continuaram, favorecido pela não imissão de posse. Inconformado com a desapropriação, para beneficiar 74 famílias de posseiros, o administrador José Alves de Sena Filho, matou na noite de 29 de dezembro o posseiro José Francisco Avelino. José Francisco Avelino conversava com a esposa, no alpendre de casa, quando foi atingido com um tiro de espingarda 12 no rosto. Era animador das Comunidades Eclesiais de Base e militante do Partido dos Trabalhadores. Deixou seis filhos. Toda a arquidiocese se solidarizou com os posseiros da fazenda Guruji e novamente seus padres foram acusados de “perturbadores”

[...] desde 81, 68 famílias de arrendatários sofrem ameaças de expulsão das terras do engenho Fazendinha, município de Pedras de Fogo, com destruição de casas e lavouras arrasadas pelo trator. (Conflitos no campo, 1988, p. 31)

Ao longo da década de 1980, a CPT atuou ativamente na Paraíba ao lado dos camponeses no enfrentamento da violência dos latifundiários e pela conquista da terra de trabalho. Os frutos dos longos anos de luta advieram com a intensificação das desapropriações de terras em disputa e a criação de assentamentos rurais. Conforme analisado por Mitidiero (2008, p.398):

Quando se analisam os dados das conquistas de terra entre 1976 e 2005, vê-se que a maior parte dos assentamentos rurais resultou de lutas acompanhadas ou levantadas pela CPT. São 224 assentamentos rurais, dos quais 26 foram desapropriados pelo Instituto de Terras da Paraíba (ITERPA); três áreas foram compradas por um convênio existente entre o INCRA e o ITERPA; e 195 foram efetivas desapropriações realizadas pelo INCRA (MITIDIERO, 2008, p. 398)

No estudo realizado por Mitidiero (2008), a atuação da CPT esteve presente em 157 assentamentos rurais no processo de luta pela desapropriação da terra, total que representou

70% das áreas reformadas para o período analisado. Dessa forma, observamos que a maior parte dos assentamentos rurais criados a partir da luta pela terra no estado da Paraíba contaram de forma expressiva com o apoio da CPT.

Considerando o processo de luta e desapropriação das terras, a criação dos assentamentos rurais ocorreu significativamente na década de 1990, quando as fazendas que estavam em litígio deram lugar a áreas reformadas destinadas à reforma agrária e à regularização da situação das famílias camponesas que reivindicavam o direito à terra.

Nesse período, vivenciava-se em alguns setores da sociedade uma reflexão sobre os impactos da modernização agrícola no campo e seus efeitos nocivos. A eficiência do “modelo agrícola monocultor” foi questionada pela permanência da fome, pelo crescimento da concentração das corporações do setor alimentício, pela diminuição da diversidade alimentar, aumento dos custos de distribuição e dependência crescente dos países das empresas agrícolas.

Com a emergência do discurso ecológico, os agentes da Pastoral da Terra destacavam a importância dos povos indígenas como guardiões da floresta e criticavam as medidas preservacionistas que não incluíam as comunidades locais. Fazia-se também a crítica ao consumismo, à lógica mercantil e à liberdade individual proporcionada pelo dinheiro. Sobre os povos da floresta, relatou-se no *Caderno Conflitos no Campo* (1989, p.31) que:

Estes grupos, ontem desprezados, tornaram-se interlocutores imprescindíveis de agências internacionais e os guardiões legítimos de valores fundamentais do verdadeiro desenvolvimento que deve garantir os direitos individuais, sociais e até os direitos internacionais ligados ao meio ambiente e a paz (*Conflitos no Campo*, 1989, p.31)

Discutia-se ainda a participação da mulher na luta do campo, os baixos preços pagos ao produto oriundo da pequena produção, o direito à água dos atingidos por barragem, dos ribeirinhos e dos atingidos pela seca, o combate ao trabalho escravo, dentre outros problemas diretamente ligados à luta pela terra.

Esses temas não foram criados fora da realidade vivida, mas surgiram no cotidiano camponês e de sua situação enquanto classe social. A CPT observou os problemas na realidade camponesa e buscou construir projetos que valorizassem o trabalho das famílias e superassem as limitações existentes.

Apesar de todas as dificuldades e do abandono, são ainda os pequenos produtores os que estão investindo, e com grande criatividade, na busca de uma agricultura alternativa ao pacote agropecuário dominante no Brasil, que, imitando outros países, está totalmente baseado nos produtos químicos, é explorador da natureza, agride o meio ambiente e prejudica a saúde humana.

Além de uma agricultura biológica, os pequenos produtores buscam cultivar a terra, relacionando-se com ela com carinho, como se deve tratar a “mãe da humanidade”. (Conflitos no Campo, 1990, p. 11)

Assim, a CPT reconheceu a riqueza presente nas formas de luta e organização social dos camponeses e povos indígenas, entendeu os problemas e anseios que partiam da própria comunidade e buscou formas de apoiá-la. As discussões ambientais ganharam destaque num contexto em que os camponeses vivenciavam os impactos causados pela modernização do campo, causadora de destruição e contaminação das pessoas, dos animais e da terra.

Nas publicações dos Conflitos do Campo da CPT, com a proximidade do evento ECO 92 no Rio de Janeiro, os temas ambientais apareceram de forma mais recorrente, com a tônica de questionar as ações de promoção e marketing dos governos voltados para a preservação e conservação ambiental e no intuito de alertar a sociedade para a importância da valorização dos saberes já existentes nas comunidades.

Nessas publicações, destacou-se que os programas ambientais deveriam promover mudanças profundas, superar a miséria e mudar os padrões de consumo da sociedade capitalista. Sem isso, a discussão ambiental ficaria restrita a medidas propagandísticas e superficiais de governos e empresas.

No conjunto dessas discussões, denunciaram-se a destruição das florestas, o aumento do interesse pelo conservacionismo como saída para explorar os recursos naturais, a pesca predatória, a diminuição da biodiversidade, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a situação de vulnerabilidade das populações do campo e a violência praticada contra elas pelos próprios órgãos de proteção ambiental, conforme destacamos no trecho a seguir:

Proibiram-lhe a rotatividade no uso da terra, que consiste em usar a terra de 4 em 4 anos, permitindo a ela um descanso e recuperação da vegetação nativa. Muito sábia é essa forma de agricultura, pois se tratando de uma região montanhosa, evita a erosão e diminui as doenças que atacam a lavoura, reduzindo o uso de agrotóxicos. Os órgãos ambientais, em nome de uma falsa ecologia, estão querendo forçar os agricultores a cultivarem somente em uma área da propriedade, deixando a outra coberta de vegetação nativa. Para tanto estão tratando os agricultores como se fossem marginais. Vão as suas casas com polícia florestal armada de fuzis e escopetas para amedrontar o povo. Destacam pesadíssimas multas por um pequeno roçado (Conflitos no Campo, 1991, p.27).

Para reagir a essas ações, por meio das associações de pequenos produtores, os camponeses passaram a organizar regulamentos nas comunidades, preservar matas naturais, reflorestar áreas descobertas com matas nativas e coibir a prática de queimadas, em trabalhos por vezes realizados em forma de mutirão.

A produção de alimentos de boa qualidade, não prejudiciais à saúde, produzida a custos mais reduzidos, de forma a tornar possível a vida da terra, foi incentivada pelos agentes pastorais como forma de buscar práticas agrícolas diferenciadas dos modelos convencionais disseminados pela produção agrícola moderna.

No Rio Grande do Sul, a Associação de Produtores Ecologistas de Antônio Prado vinha conduzindo iniciativas para eliminar a utilização de agrotóxicos e melhorar a saúde dos agricultores e consumidores. Em outros municípios da região serrana, como Torres, Ipê e Carlos Barbosa, nove grupos passaram a trabalhar com agricultura alternativa acompanhados pela CPT local e pela Cáritas Diocesana.

Estas associações têm se articulado com movimentos populares (como a Pró-Central do Movimento Popular – regional da Serra) e sindicais urbanas, buscando mercados alternativos para garantir o consumo da produção e criar novas práticas de comercialização que não se submetam às regras impostas pelo mercado regular. Além da produção de alimentos, utilizando técnicas ecológicas, os grupos têm feito estudos, pesquisa sobre produção e organização coletiva, priorizando a entrega direta a consumidores também organizados. Atualmente, toda a produção ecológica da serra e litoral de Torres é vendida diretamente a consumidores em Porto Alegre, Caxias do Sul e nas praias. Parte da produção vai para o Rio de Janeiro. Já existe demanda de alimentação saudável maior que a capacidade de produção dos grupos organizados, o que vem incentivando o surgimento de novos grupos (Conflitos no Campo, 1991, p. 28)

A incorporação dessas técnicas ecológicas resultou da identificação de saberes locais e melhoramento agrícola a partir de experimentos que buscavam reduzir a dependência de insumos químicos, sementes modificadas e maquinário, que encareciam a produção e muitas vezes estavam inacessíveis aos camponeses mais pobres.

As iniciativas em curso buscavam saídas para a organização da produção e enxergavam nas práticas ecológicas possibilidades de conquista da soberania alimentar. Nesse sentido, distanciavam-se de programas ambientais governamentais, cujas agendas atendiam a interesses diversos, mas não estavam comprometidos com a melhoria da vida nas comunidades.

Projetos governamentais de desenvolvimento e preservação ambiental como o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia -PLANAFORO e o Projeto de Desenvolvimento Agro-Ambiental de Mato Grosso -PRODEAGRO, apoiados pela Comunidade Europeia, Banco Mundial e G7 eram vistos como pouco democráticos, por não incluírem de fato o interesse das populações locais e não dialogarem com as políticas públicas existentes.

Os programas ambientais governamentais e a Eco 92 frustraram as expectativas dos agentes pastorais por uma agenda ambiental que incorporasse os reais problemas que eram

vivenciados pelos indígenas, ribeirinhos, extrativistas e camponeses. No caso da Eco 92, a CPT reconheceu a importância das reflexões levantadas, mas criticou a ausência da sociedade civil nas decisões, que demonstrou o distanciamento entre o discurso e a prática. Como destacado no trecho a seguir:

Apesar da RIO-92 ter entrado para história como o evento que reuniu o maior número de chefes de Estado para uma foto, não produziu os resultados esperados. As enormes distâncias entre as nações ricas e pobres e, sobretudo, a defesa de interesses de grandes grupos econômicos impediram que fossem tomadas decisões capazes de viabilizar a construção de sociedades ecológicas e economicamente sustentáveis (Conflitos no Campo, 1992, p.52)

Todavia, se as deliberações ocorridas na Eco 92 decepcionaram setores da sociedade comprometidos com os mais pobres, no campo, o debate frutificava na busca por soluções viáveis para a permanência na terra. Em outubro de 1992, as dioceses da Paraíba, Ceará e Bahia promoveram reuniões para discutir os problemas da seca e as saídas possíveis, de onde surgiram trocas de experiências e sistematizações de iniciativas, conforme descrito no Conflitos no Campo (1992, p.26):

- Melhora a alimentação e a saúde na família e na comunidade;
- Cria autonomia em relação aos projetos do governo;
- Resgata a mão-de-obra local, diminuindo o êxodo para a cidade;
- Aumenta a confiança neles próprios e o acúmulo de experiências;
- Aprendem a administrar;
- Criam nova relação com a natureza;
- Aprendem a conviver com os companheiros, criando novas relações;
- Adquirem novo conteúdo para celebrar a fé no Deus presente na vida.

A libertação da miséria e da dependência foram temas importantes que surgiram na luta na terra, que ocorreu como passo seguinte da luta pela terra. As desapropriações surgidas após as intensas lutas dos anos de 1970 e 1980 exigiram o enfrentamento das dificuldades para sobreviver e produzir nas terras conquistadas.

Cabe destacar que a luta pela terra não havia cessado, visto que a reforma agrária atendeu apenas uma pequena parcela de pessoas em áreas de maior tensão social, enquanto que boa parte dos trabalhadores sem-terra continuava a viver em dificuldades. Mas a criação de assentamentos rurais inaugurou um processo de luta na terra e consequentemente de reorganização da produção agrícola.

Os camponeses que conquistaram essas terras vinham de realidades muitas vezes degradantes, trabalhando no trato da cana-de-açúcar, no cuidado do gado, migrando de uma

terra para outra para conseguir sobreviver. Essas relações davam-se com o então proprietário das terras, no pagamento do foro, do cambão⁶⁶ e nos contratos de meação.

Na busca para encontrar ações concretas que pudessem ajudar na superação dos problemas vivenciados nos assentamentos rurais na Paraíba, a CPT solicitou ao INCRA informações mais sistematizadas, que foram elaboradas a partir da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (UNITRABALHO), da UFPB. Nesse estudo, que investigou várias características de doze assentamentos rurais da região da Mata e Agreste, constatou-se que:

No que diz respeito ao local de trabalho anterior ao assentamento, 52% da população pesquisada trabalhava no mesmo imóvel rural; 16,7% trabalhava em outros imóveis rurais localizados em outros municípios; 14,1% trabalhava em imóveis rurais localizados em outro município, 3,8% em imóveis rurais localizados em outro estado e apenas 12% trabalhava em alguma área urbana. Isso significa dizer que, mesmo entre aqueles que declararam como último local de moradia a cidade, havia trabalhadores rurais (MARCOS, 1998, p. 49)

Anteriormente, na condição de moradores, os camponeses por vezes podiam cultivar um pequeno roçado para consumo próprio. Essas lavouras eram tradicionalmente o alimento das famílias nordestinas, como o inhame, o cará, o milho, a batata doce, a macaxeira e o feijão. Todavia, a terra era insuficiente e o roçado não conseguia abastecer a família satisfatoriamente, conforme relato registrado sobre a dificuldade de acesso à alimentação

Aí às vezes a gente tinha vontade de comer uma batata, mas não podia plantar porque a gente morava dentro de um cercado de fazenda. Muita gente vendendo batata e eu tinha vontade comprar 1 kg de batata, mas eu tinha muita vergonha, ‘mas é um povo preguiçoso, mora dentro do mato e num planta né?’ Mas mesmo assim eu falava pra comprar, aí eles podiam... davam⁶⁷.

A criação dos assentamentos rurais tornava esses camponeses possuidores de terra, porém numa condição bastante diferenciada do proprietário anterior, uma vez que o camponês não podia vender o imóvel sem consentimento do INCRA, os tamanhos dos lotes criados em geral eram menores que o módulo rural e os recursos próprios para investimentos de qualquer tipo eram praticamente inexistentes.

Nesse sentido, as relações de trabalho pré-existent não foram automaticamente desfeitas com a criação de assentamentos rurais, sendo mantidas em maior ou menor medida. O plantio de cana-de-açúcar para abastecimento das usinas e a venda da lavoura para os atravessadores persistiram na organização da produção agrícola dos assentamentos rurais.

⁶⁶ Registramos em trabalhos de campo relato de camponeses que prestavam um dia de serviço gratuito para o fazendeiro (Cf: LIMA, 2008).

⁶⁷ Relato da camponesa Marluce da Silva, registrado em Lima (2008).

A inexistência de uma política efetiva de reforma agrária, que atendesse às necessidades existentes das famílias, gerou uma série de dificuldades para a sobrevivência nas terras conquistadas. A infraestrutura básica como habitação, eletricidade, água encanada e coleta de lixo eram em sua maior parte ausente ou deficitária. Uma das problemáticas apontadas por Marcos (1998) foi a dificuldade em realizar a comercialização da produção dos assentamentos, feita principalmente de forma individual aos atravessadores.

A tentativa de vender diretamente na CEASA ou nas feiras-livres esbarrava em várias dificuldades, conforme descreveu Marcos (1998, p.72):

Nas feiras-livres, nem sempre conseguem vender sua produção diretamente ao consumidor. Ao chegarem nas feiras, em geral, encontram comerciantes que funcionam como atravessadores, comprando sua produção e revendendo-as aos feirantes. Este problema ocorre pela falta de ponto de venda na feira, a *pedra*, para a venda direta ao consumidor. Quando conseguem uma *pedra*, o imposto cobrado pela Prefeitura Municipal, muitas vezes, é tão elevado que chega a não compensar a manutenção da mesma, sobretudo nos casos das feiras pouco movimentadas.

Na CEASA, o problema é ainda maior. Ao chegarem à CEASA, pagam uma taxa para poder expor suas mercadorias e, uma vez lá, acabam deparando-se com a ação dos atravessadores que formam verdadeiros cartéis. Duas são as estratégias de ação desses atravessadores. Primeiro, estabelecem um preço baixo para a compra da mercadoria, não raro abaixo do preço ofertado para a comercialização direta no assentamento. Em seguida, um outro fato que se agravou após a implantação do Plano Real, estipulam prazos de pagamento que, muitas vezes, ultrapassam 30 dias.

Essas problemáticas foram discutidas pelos camponeses juntamente com a CPT e representantes de várias instituições, como o INCRA, a EMATER, a EMPASA e a UFPB, de onde, de acordo com Marcos (1998), surgiu a proposta de estabelecer um espaço de comercialização no Mercado Público Municipal de Mangabeira, dentre outras alternativas, conforme listado a seguir:

- O estabelecimento, pelo governo, de uma política de preço mínimo para a produção, que garanta preços mais justos;
- A transformação das áreas de assentamento em fornecedoras dos alimentos necessários para a manutenção alimentar de escolas, creches e hospitais;
- A abertura, de uma linha de exportação que permita escoar a produção (basicamente a produção de inhame) para outros mercados menos saturados;
- A criação de uma Central de Abastecimento de forma que pudessem, ao mesmo tempo, eliminar o atravessador e determinar o preço de sua produção. Esta Central, que seria administrada pelos próprios assentados, seria construída nas margens da BR101, com previsão de venda no atacado e no varejo, projeto que englobaria/beneficiaria um grande número de assentamentos do litoral;
- A venda direta ao consumidor, através das feiras livres e/ou mercados;

- A redução/isenção do imposto cobrado sobre os produtos (MARCOS, 1998, p.75).

Uma outra questão levantada pela pesquisa do UNITRABALHO foi referente ao uso de agrotóxicos, em que foi detectado que mais de 80% dos entrevistados faziam uso de substâncias como inseticidas organoclorados, organofosforados e piretroides, aplicados sem qualquer tipo de equipamento de segurança, geralmente em contato direto com a pele (LIMA, et al, 1998, p. 125).

A luta na terra teve como uma de suas faces a busca por uma organização agrícola que não dependesse dos latifundiários e dos atravessadores, nem colocasse em risco a saúde do agricultor. A pequena produção deveria possibilitar a saída da situação de pobreza dessas famílias e uma caminhada na direção da soberania alimentar.

Dessa forma, concomitante à criação dos assentamentos rurais no estado da Paraíba, estavam em curso essas discussões, que foram incorporadas às práticas agrícolas na organização dos assentamentos rurais, principalmente pelos grupos mais envolvidos politicamente com a luta pela terra.

A tentativa de diversificação da produção e da diminuição do uso de agrotóxicos e adubos químicos foi incorporada pelos camponeses na busca pela redução dos custos e da dependência externa. Os produtos agrícolas que resultaram dessas experiências criaram uma demanda por um espaço de comercialização diferenciado, uma vez que, destinar a produção aos atravessadores fazia regredir a experiência a um estágio anterior.

As feiras agroecológicas surgiram como uma das estratégias de comercializar essa produção agrícola que, além de permitir a venda direta da produção, estabelecia uma aproximação com os moradores da cidade. As feiras agroecológicas da Ecovárzea e Ecosul posteriormente serviriam de exemplo para várias feiras criadas com o apoio da CPT.

Essa experiência aproximou-se das ações preconizadas por outros movimentos camponeses como o MPA, o MST e a Via Campesina, cuja viabilização do acesso à população do campo e da cidade a alimentos saudáveis, tem sido considerada um passo importante na construção da soberania alimentar, distanciando seus projetos de vida da ideia de segurança alimentar difundida pela FAO.

6.2. A feira agroecológica da Ecovárzea: a primeira experiência de comercialização direta de alimentos agroecológicas na cidade de João Pessoa

A realização da feira agroecológica da Ecovárzea, como vimos, adveio de uma trajetória de luta pela reforma agrária e da insubordinação camponesa contra o latifúndio. Sob essas bandeiras, emergiram o desejo do trabalho liberto e o auto reconhecimento da importância da classe camponesa como sujeitos políticos da história.

De acordo com Sena (2015), as primeiras discussões sobre a criação de feiras agroecológicas na Paraíba tiveram início no ano de 1997. Os camponeses que iniciaram esse projeto eram moradores de assentamentos rurais e de um acampamento da região da Mata, especificamente "Padre Gino (Sapé), Vida Nova (Cruz do Espírito Santo), Dona Helena (Cruz do Espírito Santo), Rainha dos Anjos (Sapé), Boa Vista (Sapé) e do acampamento Ponta de Gramame, localizado no município de João Pessoa" (SENA, 2015, p.13).

Com o apoio da CPT, esses assentamentos rurais foram criados a partir da segunda metade da década de 1990. Os assentamentos Padre Gino, Dona Helena e Boa Vista foram criados em 1996, com 466,3; 762,27 e 1.165 hectares, respectivamente. Já o assentamento Vida Nova foi criado em 1997, com 505 hectares e o assentamento Rainha dos Anjos foi criado em 1999 com 577 hectares (INCRA, 2016).

A agricultura dessa região foi historicamente ligada ao plantio da cana-de-açúcar, por muito tempo sob o domínio das oligarquias Borges e Ribeiro Coutinho, contudo, a crise do Proálcool, como já destacado anteriormente, faliu algumas usinas, dentre elas a usina Santa Helena, localizada em Cruz do Espírito Santo, que acarretou no desemprego de parte da população. A venda e o arrendamento dessas terras geraram focos de conflito em várias fazendas.

O assentamento Dona Helena resultou de um desses conflitos no município de Cruz do Espírito Santo, criado a partir da desapropriação da fazenda Engenho Novo, de propriedade de José Fernandes Ribeiro Coutinho. Como relatado anteriormente, os camponeses sofreram com atos violentos até conseguirem a conquista da terra, que passou a abrigar 103 famílias. A luta se alastrou e passou a incentivar novas ocupações.

De forma semelhante, terras da fazenda Santa Cruz e Gameleira no município de Sapé foram ocupadas em 1996 por 516 famílias, que passaram a requerer a posse da terra, então de propriedade de João Henrique Caminha de Souza. A reivindicação foi atendida com a criação do assentamento rural Padre Gino com capacidade para 62 famílias. No mesmo ano, em

retaliação à desapropriação da área, o assentamento sofreu um incêndio criminoso que causou a destruição das moradias e deixou várias pessoas feridas. Apesar da violência enfrentada, a luta teve prosseguimento, onde foram criados os assentamentos Boa Vista, Vida Nova e Rainha dos Anjos, dentre outros.

A criação desses assentamentos não acabou com a pobreza e com a difícil condição da vida no campo. A ajuda fornecida pelo INCRA foi insuficiente para promover mudanças efetivas para os assentados. Nesse contexto, em várias dessas áreas reformadas, o plantio da cana-de-açúcar permaneceu como alternativa para sobrevivência no campo, junto com as lavouras alimentares que não deixaram de ser cultivadas.

Nesse sentido, o processo de monopolização do território constituído pelo plantio da cana-de-açúcar continuou a subordinação camponesa na região. Porém, o diferencial da posse da terra permitiu que esses camponeses cultivassem suas lavouras alimentares em parte dos lotes e também decidissem o percentual das terras que precisariam destinar para o plantio da cana-de-açúcar.

É desse contexto social que partem as discussões para uma produção organizada em outras bases, onde o plantio da cana-de-açúcar para as usinas não teria lugar. Esse pequeno grupo com uma visão desenvolvida da função social da terra conquistada e um desejo de construir uma sociedade diferente é que deu início ao projeto das feiras agroecológicas.

Acompanhados pela CPT e pela Cáritas, reuniram-se para debater a importância da pequena produção diversificada, os impactos gerados pelos pacotes tecnológicos, dentre outros temas ligados à soberania alimentar. Dessas reuniões, chegaram ao consenso da não utilização de agrotóxicos e da necessidade de pensar novas formas de comercialização.

O abandono do agrotóxico já era praticado por famílias que sofreram com doenças acarretadas pelo uso dessas substâncias. Havia também os que não aderiram ao uso de venenos e adubos químicos, seja pela limitação de recursos seja pela manutenção de cultivos tradicionais mais rudimentares.

Contando com poucos recursos e nenhuma ajuda governamental, o projeto foi abraçado pelos camponeses e pelos agentes pastorais. O técnico agrícola responsável, Luiz Sena, deslocava-se de ônibus para as áreas de assentamento, o que dificultava a visita aos lotes das famílias participantes. Mesmo com as adversidades, o trabalho de assistência técnica da CPT e também do projeto Lumiar tiveram continuidade e as discussões iniciadas em 1997 geraram os primeiros resultados concretos no ano 2000 (SENA, 2015).

Passados três anos de organização e preparação e com produção suficiente para abastecer a feira, os camponeses partiram para a etapa seguinte: a escolha do local. Contudo,

depararam-se com novas dificuldades. Eles tentaram dois locais, um no município de Sapé, outro no município de Santa Rita, em ambos não obtiveram êxito.

A proteção aos comerciantes das feiras já existentes e o preconceito com os moradores de assentamentos rurais impossibilitaram uma solução viável para atender as suas demandas. Diante disso, foi necessário pensar outras alternativas para o êxito da feira. Os camponeses resolverem buscar crédito para adquirir os equipamentos necessários para a realização da feira, que foi negado por todas as instituições financeiras procuradas, como: Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Coube então à Cáritas Brasileira⁶⁸ o empréstimo de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), a ser pago sem juros até o mês de junho de 2003.

Com este recurso, foram compradas barracas, caixas plásticas, balança mecânica com vários pesos, batas e bonés. Os camponeses decidiram em assembleia que o empréstimo seria pago com o repasse e 5% da renda bruta de cada feirante, sendo 3% para quitar o empréstimo e 2% como fundo rotativo de feira, que era destinado às atividades diversas do grupo.

Em seguida, após novas tentativas de encontrar um lugar para a realização da feira, conseguiram finalmente um espaço na praça Cristo Rei, no bairro de Mangabeira, município de João Pessoa. A primeira feira ocorreu em 18 de novembro de 2001, que teve sequência por apenas cinco vezes, pois os rendimentos não eram satisfatórios, motivo pelo qual decidiram suspender temporariamente a sua realização, conforme relata Sena (2015, p.20):

Assim, em dezembro de 2001, os camponeses decidiram suspender as feiras por um período para planejar a produção e garantir a periodicidade dos produtos. Existiu outro motivo para suspensão da feira: o custo elevado do frete que deslocava a mercadoria e as pessoas dos assentamentos para a Praça Cristo Rei. Como a renda decaía a cada feira o frete ficou muito oneroso. Esse período de suspensão durou quatro meses, de janeiro de 2002 a abril de 2002, e nele os camponeses puseram em prática a produção planejada, deram continuidade às assembleias e participaram de intercâmbios, esses com o intuito de conhecer iniciativas semelhantes a que eles estavam implantando e trocar experiências e conhecimentos.

A interrupção da feira foi necessária para melhorar a organização e o abastecimento. Nesse sentido, os intercâmbios foram fundamentais para troca de experiências com outros camponeses que praticavam Agroecologia. De acordo com Sena (2015), ocorreram dois tipos de intercâmbio, internos e externos. Primeiramente, nos próprios assentamentos rurais do estado da Paraíba, em seguida em outros estados com experiências bem-sucedidas em curso.

---

⁶⁸ Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional.

Nos primeiros intercâmbios internos, os camponeses e o técnico se reuniam mensalmente no sistema de rodízio em vários assentamentos, e nessas ocasiões os participantes trocavam diversas informações a partir de suas experiências práticas em ecologia, com realizações de palestras sobre o tema (SENA, 2015, p. 23).

Nos intercâmbios externos foram visitados o Espaço Agroecológico das Graças, em Recife; a propriedade de Jonas, organizada em regime agroflorestral e acompanhada pela ONG Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, no município de Abreu e Lima, Pernambuco; a propriedade de Sr. Guimarães, do sítio Oiti, no município de Lagoa Seca, na Paraíba; as experiências da Rede Ecovida, desenvolvidas no sul do país. E finalmente um minicurso de 16 horas sobre horticultura orgânica, ministrado pelo técnico agrícola Luiz Pereira de Sena (SENA, 2015; SANTOS, 2010).

6.2.1. Trocas de saberes: construindo caminhos para a realização da feira agroecológica da Ecovárzea

O Espaço Agroecológico das Graças foi criado no ano de 1997 no bairro das Graças, constituindo-se como a primeira feira agroecológica da cidade do Recife, capital pernambucana. Segundo Souza (2012), a organização dessa feira foi realizada por produtores rurais dos municípios pernambucanos de Abreu e Lima, Chã Grande na Mata Sul, Gravatá e Bom Jardim e tiveram o apoio da ONG Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá⁶⁹ e da Associação Amigos do Meio Ambiente-AMA, posteriormente fortalecida pela criação e integração da Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim – Agroflor, pela Associação Terra Viva em Chã Grande, e pela Associação de Agricultores e Agricultoras Agroflorestais Terra & Vida de Abreu e Lima.

A partir de trabalhos iniciados pelo Centro Sabiá no município de Bom Jardim, foram identificados os principais problemas que afetavam os camponeses, em que se detectou uma estrutura fundiária concentrada, pequenos produtores trabalhando em minifúndios, redução da

---

⁶⁹ “O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ é uma organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestral, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Juridicamente é uma associação civil de direito privado sem finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional”. Fonte: <http://centrosabia.org.br/index.php/o-sabia/quem-somos>. Acesso: 11/03/2016.

produtividade, incidência de pragas e doenças nas lavouras praticadas pelos agricultores da região e ausência de políticas públicas (SOUZA, 2012).

Nesse contexto, os técnicos do Sabiá que já desenvolviam alguns trabalhos a partir da aplicação de técnicas como cobertura morta, curva de nível e compostagem, observaram que, apesar de serem técnicas interessantes, nem sempre se adequavam à organização produtiva de determinado agricultor. Essa inadequação acarretava uma descontinuidade das atividades propostas pelo Sabiá, principalmente quando gerava mais trabalho para a já sobrecarregada família camponesa, para quem o retorno obtido com as atividades propostas nem sempre compensava o trabalho empreendido (SOUZA, 2012).

É a partir de buscas por soluções para esses problemas vivenciados, que o técnico do Centro Sabiá Flávio Duarte, em um curso realizado no Ceará, conheceu a experiência de sistema agroflorestal, desenvolvido pelo suíço Ernst Götsch⁷⁰ no sul da Bahia, que descreveu seu projeto como sendo:

[...] uma tentativa de harmonizar nossas atividades agrícolas com os processos naturais dos seres vivos, a fim de produzir um nível ideal de diversidade e quantidade de frutos, sementes e outros materiais orgânicos de alta qualidade, sem uso de insumos como fertilizantes, pesticidas ou maquinário pesado. O objetivo é encontrar as condições em que cada planta se desenvolve melhor e aproximar nossos sistemas agrícolas do ecossistema natural do local, em qualquer situação. Portanto, trata-se do oposto da agricultura moderna, em que o homem tenta adaptar plantas e ecossistemas às “necessidades” da tecnologia. (GÖTSCH, 1996, p.1)

De acordo com Götsch (1996), a recuperação de solos empobrecidos através de sucessão natural é um importante processo para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais. Nesse sentido, é necessário um acurado conhecimento da fauna e flora local, guardado por pequenos agricultores tradicionais, familiarizados com o seu uso para alimentação, remédios e diversos outros propósitos.

Götsch (1996) comparou a produtividade obtida pelo recurso de sucessão de espécies de comunidades indígenas maias da América Central com as técnicas de derrubada, broca e queima realizadas por outros agricultores das proximidades. Disso constatou que, no sistema indígena consorciado de milho e feijão cultivado juntamente com a poda de árvores de floresta primária *Ceiba pentandra*, considerada sagrada pelos indígenas, obtinham-se excelentes colheitas de milho e feijão.

Enquanto no método derrubada, broca e queima com boa produtividade colheram-se, no período de um ano, aproximadamente 800 kg de feijão e 1000 kg de milho, com o recurso

---

⁷⁰ Após conhecerem essas experiências, Ernst Götsch prestou assessoria ao Centro Sabiá (SOUZA, 2012).

de sucessão de espécies colheram-se no mesmo período 2.100kg de feijão e 1.520kg de milho (GÖTSCH, 1996).

Além disso, Götsch (1996) destacou que essas experiências não foram restritas às áreas de trópicos das Américas e estavam presentes por exemplo entre os pequenos produtores da Europa Central, entre os séculos XVI e XIX. Destacando, como exemplos as seguintes estratégias: agroflorestas; sistemas de policultivos; adoção de elementos dentro da sucessão para dinamizar e aprimorar os processos vitais em seus sistemas agrícolas; ampla incorporação de árvores com sistemas radiculares profundos, pertencentes aos estratos mais altos das florestas locais; capina seletiva; formas refinadas de rotação de cultivos; comunidades de plantas com interação sinérgica, dentre outras técnicas implantadas em áreas entre 2 e 3 hectares.

Essas análises apresentadas por Götsch (1996) corroboraram o entendimento de que a chamada agroecologia praticada pelos camponeses no Nordeste do Brasil liga-se a saberes tradicionais e técnicas ancestrais camponesas e indígenas, modificadas e adaptadas às especificidades locais.

As discussões sobre a diminuição de insumos externos e a valorização de saberes locais adaptavam-se bem àqueles camponeses, cujos recursos eram extremamente escassos. Nesse sentido, a diminuição de dependência tecnológica proporcionada pelo uso de técnicas antigas gerou uma dinâmica positiva para as atividades desenvolvidas pelos camponeses, que obtiveram como resultado um aumento na diversidade e na qualidade da produção.

Após as melhorias produtivas, oito famílias camponesas já contavam com excedente de suas produções agroflorestais e passaram a questionar ao Centro Sabiá o que fariam com a produção, que agora estava aumentando. Surgiu desse modo a necessidade de criar formas de comercialização e então, contando também com o apoio do sindicato rural, realizaram uma feira em comemoração ao dia mundial da alimentação, em 12 de outubro de 1997, em Recife, que passou a ser semanal e deu origem ao espaço agroecológico das Graças. (SOUZA, 2012)

Além de conhecer o Espaço Agroecológico das Graças, os camponeses da Paraíba visitaram, ainda, uma propriedade organizada com o sistema agroflorestal, em Abreu e Lima, o sítio São João, localizado na comunidade Inhamã. Lá o casal Lenir Pereira e Jones Severino implantaram, em 1993, práticas como curvas de nível e composto orgânico e, em 1994, iniciaram uma agrofloresta com plantações de abacaxi, mamão, leucena e banana, porém não obtiveram um bom retorno. Após contato com as experiências de Ernst Götsch, priorizaram a recuperação do solo e o plantio de adubadoras consorciadas com cultivos mais adequados ao solo da propriedade, passando, então, a obter melhores resultados e aumentar a diversidade.

Com o beneficiamento da produção de frutas, eles levavam doces, licores, geleias e polpas para serem vendidas no espaço agroecológico das Graças. (Relato do Centro Sabiá, 2006)

Como forma de ampliar a visão dos camponeses da Paraíba sobre os processos organizativos, o então técnico agrícola José Arnaldo de Brito, vinculado ao gabinete do deputado estadual Frei Anastácio, viabilizou o contato com camponeses da Rede Ecovida de Agroecologia, que vinham desenvolvendo experiências de comercialização direta na região Sul do Brasil. Dessa forma, puderam conhecer a organização e o regimento interno de funcionamento de uma feira agroecológica (SENA, 2015). De acordo com Rover e Lampa (2013, p. 23):

A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998, como resultado de um processo de articulação de organizações e movimentos sociais, visando construir uma alternativa ao modelo de agricultura dominante no país. A rede é organizada em núcleos regionais espalhados pela região Sul do Brasil. Cada núcleo reúne membros de uma microrregião com características semelhantes (um território rural).

Munidos dessas experiências, passaram a colocar em prática o conhecimento aprendido. Todavia, o processo de experimentação foi contínuo, visto que nem todas as tecnologias sociais visitadas tiveram êxito quando reaplicadas nos assentamentos rurais, em razão das especificidades locais, dificuldades e limitações próprias de cada agricultor.

Nesse sentido, praticando uma “agroecologia camponesa”, com os recursos possíveis e diversos tipos de limitação, foram cultivadas hortas, pomares, produção de mel, viveiro de mudas e o controle biológico das pragas. Essas práticas agrícolas ampliaram as potencialidades da pequena produção local nas áreas reformadas e permitiram a continuidade da feira agroecológica.

6.2.2. A retomada das atividades na UFPB e a reinauguração da feira agroecológica

Desde que escolheram João Pessoa para a realização da feira, os camponeses haviam pensado em realizá-la dentro do Campus I da UFPB, localizado no bairro Castelo Branco, o que foi viabilizado pela autorização da reitoria. Contudo, em virtude de uma greve dos docentes e receosos do esvaziamento do campus, optaram pela praça em Mangabeira. Com a normalização das atividades da universidade, o retorno da feira após seus quatro meses de interrupção ocorreu no Campus I da UFPB no dia 10 de maio de 2002.

A feira agroecológica da Ecovárzea conta com 36 integrantes, total que pouco oscilou ao longo dos anos em maior ou menor quantidade em torno desse total. Mais de 50% deles residem nos assentamentos Padre Gino e Dona Helena, distribuídos da seguinte forma: Padre Gino: 12, Dona Helena: 12, Boa Vista: 5, Vida Nova: 3, Rainha dos Anjos: 1, Dona Antônia: 1, Ponta de Gramame: 2.

Mapa 16: Locais de produção da feira agroecológica da UFPB

Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2016.

Desses camponeses, estavam cadastrados no CNPO através da Ecovárzea, em dezembro de 2016, um total de 14 integrantes: Assis Barbosa de Melo, Damázio de Lima, Daniel Lopes Rodrigues, Eliete Eustáquio dos Santos, Hilda Maria da Conceição, José Antônio da Silva, José Eduardo, José Fernando da Silva, Lenivaldo Simplício, Lucila Mendes Monteiro, Marcos Antônio Trajano de Oliveira, Maria da Aurora, Maria José dos Santos Silva e Neuraci Cezário Pereira.

Desde que tem funcionado na UFPB, a feira agroecológica passou por vários locais do campus ao longo dos seus 15 anos. No início, ficou posicionada no estacionamento da

biblioteca, e após quatro anos nesse local foi remanejada para os fundos do restaurante universitário, onde a falta de calçamento gerava problemas nos períodos de chuva, por conta da lama acumulada. Após diversas reuniões, foram realocados em 2014 para a passarela da Capela Ecumênica, onde estão até a presente data (SENA, 2015).

O novo local fica numa área de menor circulação de pessoas no campus, porém possui melhor infraestrutura, como calçamento, melhor sombreamento das árvores, estacionamento e banheiro. Além disso, a freguesia garante a movimentação e comercialização dos produtos ao longo das manhãs das sextas-feiras, formada por alunos e professores do campus, mas também por moradores do bairro e vizinhança.

A localização atual da feira não favorece os compradores ocasionais, mas aqueles que vão especificamente comprar os alimentos sem veneno, ou seja, que conhecem e optam por esse tipo de alimentação. A movimentação é mais intensa nas primeiras horas de funcionamento, diminuindo o fluxo até o final da manhã, quando a feira é encerrada.

É possível encontrar boa diversidade de alimentos, com preços abaixo do praticado nos supermercados que vendem produtos orgânicos. Além disso, por serem colhidos para comercialização na feira, são em geral mais frescos, principalmente nas primeiras horas de venda.

Os alimentos tradicionais do nordestino podem ser encontrados praticamente o ano inteiro, como macaxeira, inhame, cará, batata-doce, feijão verde, galinha de capoeira abatida, carne de bode, ovos e goma de tapioca. Com facilidade encontram-se ainda jerimum, pimenta e algumas frutas, como banana, mamão e outras frutas de época. Alguns produtos são disputados, e acabam cedo, como o leite fresco de gado e os ovos.

Na parte de hortaliças herbáceas, vendem-se alface americana, alface roxa, alface lisa, acelga, rúcula, agrião, hortelã, alecrim, manjerição, coentro, cebolinha, salsa, couve, escarola, almeirão, espinafre, couve-flor, brócolis, repolho, salsão. Encontram-se ainda cenoura, tomate, chuchu, pepino, berinjela, abobrinha, com oferta que oscila ao longo do ano. Alimentos comuns da culinária japonesa, como o nabo e o feijão azuki também podem ser encontrados. Há ainda duas barracas de comida típica, com tapioca, bolos, salgados, caldo de cana, café e sucos.

A feira agroecológica passou a agregar também algumas barracas que foram aceitas na feira, como a barraca de plantas ornamentais e ervas, a barraca de panelas de barro, a barraca de pães artesanais, a barraca de artesanato e a de produtos naturais que vende algumas variedades de brotos.

Em um dos trabalhos de campo, uma camponesa indagou-me se eu conhecia uma receita para consumir o almeirão que cultivava em sua terra. Em outro momento, um camponês me

apresentou a cúrcuma, planta que eu só conhecia em pó. Já em outra visita, uma freguesa me ensinou como fazer iogurte caseiro com leite fresco. Dessa forma, foi possível observar ao longo dos trabalhos de campo, que a feira agroecológica é também um momento de troca de informações e receitas, em que as pessoas conversam sobre variados assuntos.

Foto 10: Feira agroecológica da Ecovárzea.

Foto: Aline B. de Lima. João Pessoa - PB. Data:05/08/2016.

Foto 11: Barraca de hortaliças na feira da Ecovárzea.

Foto: Aline B. de Lima. João Pessoa - PB. Data:05/08/2016.

Foto 12: Tomates na feira da Ecovárzea

Foto: Aline B. de Lima. João Pessoa – PB. Data:05/08/2016.

A presença da feira agroecológica na universidade incentivou o surgimento de novas parcerias via projetos de extensão, em diferentes áreas de conhecimento, como geografia, engenharia de produção, nutrição, gastronomia, sociologia, dentre outras. Os projetos desenvolvidos tiveram objetivos diversos, como por exemplo, reflorestamento de nascentes nos assentamentos, aproveitamento de alimentos, material de divulgação, certificação e controle da produção e beneficiamento.

Os projetos obtiveram financiamento de órgãos como CNPq, Petrobrás e MDA, através de editais voltados para o estímulo da produção agroecológica, do desenvolvimento sustentável e das práticas de economia solidária.

Desses projetos, gerou-se aprendizado tanto para os camponeses, como para a comunidade acadêmica. Em relação aos camponeses, a aquisição de um caminhão, um carro para assistência técnica, a aplicação de algumas tecnologias sociais e os cursos ministrados, geraram melhorias para os envolvidos. Do ponto de vista da comunidade acadêmica, além da aproximação com os problemas da sociedade, geraram-se resultados de pesquisa que fundamentaram diversos estudos, como relatórios, artigos, monografias, dissertações e teses.

Cabe destacar que, na execução de alguns desses projetos, vivenciaram-se dificuldades comuns às atividades extensionistas, que possuíam recursos pré-definidos em editais, em quantidade, tipo e prazo estabelecidos de forma geral para variados tipos de propostas e situações. Dessa forma, tinham objetivos a cumprir, resultados e prestação de contas a apresentar. As regras gerais divulgadas em editais voltados para atender todo o Brasil nem sempre estiveram adequadas às especificidades locais, gerando dificuldades na condução das atividades e na satisfação das expectativas suscitadas na comunidade.

Essa realidade por vezes gerou algum descompasso entre o que a comunidade necessitava ou desejava e o que a extensão universitária tinha a oferecer a partir da execução de um determinado projeto. Além disso, quando as atividades propostas geravam mais trabalho para o camponês, a continuidade ficava comprometida a longo prazo, dada a dificuldade que podia ser encontrada para a incorporação de mais atividades ao cotidiano familiar. Em outros casos, as saídas propostas para determinadas dificuldades por ambas as partes estavam em desacordo.

Apesar de todas as dificuldades vivenciadas, a feira agroecológica da Ecovárzea segue mantendo seu funcionamento ao longo de 15 anos, melhorando gradativamente sua organização. Atualmente, é uma das mais organizadas feiras agroecológicas na cidade de João Pessoa e também no estado da Paraíba, com expressiva variedade de alimentos comercializados e camponeses envolvidos direta e indiretamente.

6.2.3. A feira agroecológica Ecosul

Concomitantemente à organização da feira agroecológica da Ecovárzea, outro grupo de camponeses seguia passos semelhantes. Tratava-se de algumas famílias residentes no assentamento Apasa, localizado no município de Pitimbu, criado a partir da desapropriação de fazendas pertencentes a Hercílio Alves Ferreira Lundgren.

As terras da oligarquia Lundgren foram adquiridas por Frederico João Lundgren, que apenas no município de Pitimbu possuía terras num total aproximado de 9.000 hectares. Com seu falecimento, suas terras foram distribuídas entre os herdeiros. Um dos seus filhos, Hercílio Alves Ferreira Lundgren, além da parte herdada no município de Pitimbu, passou a adquirir as terras de seus irmãos, totalizando 3.736,89 hectares, numa área registrada como fazenda Abiaí (LIMA, 2008).

No final da década de 1960 e início de 1970, as terras da fazenda Abiaí passaram por novo desmembramento e foram enquadradas como empresas rurais, registradas em nome de parentes e sócios. Nesse período, a fazenda contava com 150 famílias de moradores trabalhando sob o regime de cambão. Os conflitos iniciaram pela proibição de plantio e tentativa de expulsão dessas famílias (LIMA, 2008).

Após longo processo de luta e enfrentamento de violência, os camponeses conseguiram a desapropriação das terras e a criação do assentamento Apasa em 1995, numa luta que se seguiu para outras fazendas vizinhas e possibilitou a criação de outros assentamentos, como o Nova Vida, Sede Velha, Teixeira e 1º de Março, formando no município de Pitimbu uma expressiva área reformada, correspondente a 57% da área agrícola do município no ano de 1996.

Os camponeses moradores desses assentamentos vivenciavam muitas dificuldades para conseguir realizar a comercialização da produção, visto que não tinham acesso aos mercados finais. O problema da distribuição da produção dava-se em dois pontos principais: o custo do transporte e a dificuldade em encontrar uma clientela fixa, que assegurasse a compra da produção.

Antigamente tinha uma preocupação muito grande, porque a gente trabalhava, mas o produto da gente era vendido lá em baixo o preço, a gente chegou a vender inhame aqui de um real e cinquenta a arroba, quinze quilos de inhame por um real e cinquenta, isso é até da pessoa dizer e não acreditar, mas isso aconteceu aqui, todo mundo que é daqui sabe. E depois que foi criada essa feira foi uma saída para gente porque o atravessador não tem o direito de botar a mão num produto meu⁷¹.

---

⁷¹ Depoimento de Francisco Paulo dos Santos concedido à autora em 03/03/2007, feira agroecológica do Bessa, João Pessoa, Paraíba.

Em nossos trabalhos de campo no município de Pitimbu, registramos relatos de camponeses que tentavam levar seus produtos em carros fretados para pontos de comercialização e não conseguiam vender, tanto na EMPASA, como nas feiras públicas, pois o preço oferecido pela produção não compensava o trabalho da família, além de prejuízos com o elevado custo do frete.

Sem alternativa de comercialização, a produção camponesa dos assentamentos era vendida a intermediários, que, em geral, pagavam um preço muito abaixo do praticado aos consumidores finais. A título de exemplo, temos registro desse período do coco verde sendo vendido ao atravessador por 10 centavos e chegando ao destino final a um real, uma caixa com 15 quilos de acerola vendida no assentamento a 10 reais e a 25 reais nos destinos finais.

Tradicionalmente, a produção desses camponeses era baseada principalmente em culturas como a macaxeira, o inhame, a batata-doce, o milho e o feijão, chamadas localmente de "roçados". Esses cultivos eram realizados, em sua maior parte, sem sistema de irrigação, denominados de "cultivo de sequeiro", pois dependiam das águas da chuva para poder se desenvolver.

Comumente a colheita dessas culturas se dava apenas algumas vezes no ano, uma vez que o camponês plantava as sementes de acordo com o calendário de chuvas da região. Assim, quando as chuvas eram satisfatórias e o plantio se desenvolvia bem, não raro ocorria supersafra, pois vários camponeses estavam tendo boa colheita e conseqüentemente os preços da produção baixavam.

A época da colheita era muitas vezes o único momento em que o camponês recebia dinheiro por sua produção durante todo o ano. Dessa forma, a baixa de preços atingia bastante a economia doméstica que, embora não totalmente dependente de dinheiro, necessitava dele para compra de mercadorias não produzidas pela família camponesa.

Em entrevista realizada em trabalho de campo no ano de 2004, no município de Pitimbu, um camponês relatou o processo produtivo que desenvolvia, desde o plantio até a comercialização do inhame. No seu relato, mostrava-se consciente dos possíveis prejuízos que poderia ter, mas não enxergava outra alternativa, pois tradicionalmente realizava a produção de inhame.

Dessa forma, observamos que o prejuízo com a produção já era esperado e computado dentro da economia doméstica. Ou seja, a família camponesa arcaria com o custo do trabalho não pago pela sua produção, pois em dois cenários mais prováveis, no caso, uma colheita bem-sucedida ou uma colheita arruinada pelas pragas, os rendimentos obtidos não seriam satisfatórios, permanecendo a condição de pobreza da família.

O cultivo do inhame descrito é de grande importância na alimentação no Nordeste, em que o estado da Paraíba corresponde a um dos de maior produção no Brasil. Apesar disso, a produção e a área de cultivo têm caído ao longo das últimas duas décadas. De acordo com Macedo e Santos (2002), alguns dos motivos possíveis para explicar essa retração podem estar associados ao aumento do custo de produção, à baixa produtividade, a preços baixos, à má qualidade de sementes e ao esgotamento dos solos, dentre outros problemas.

O exemplo citado ilustra as dificuldades que esses camponeses enfrentavam e demonstrou a necessidade de reorganização da produção para a realização da feira agroecológica, cuja dinâmica necessitaria de diversificação do roçado e também modificaria a inserção do dinheiro na economia doméstica, uma vez que a venda da produção passaria a ser semanal.

Em estudo realizado no ano de 2005, observamos que apesar de venderem parte da produção nas feiras-livres, a maioria das famílias do assentamento Apasa vendia a produção aos atravessadores, sendo esse o principal destino da produção agrícola (LIMA, 2005), conforme destacado no mapa a seguir:

Mapa 17: Destino da produção agrícola do assentamento Apasa, Pitimbu, PB, 2005.

Fonte: Lima (2005).

De 97 famílias, de um total de 150 residentes no assentamento, constatamos que 70 delas vendiam apenas para atravessadores, 27 vendiam para atravessadores e feiras-livres e seis vendiam somente em feiras-livres. Das famílias que integravam a feira agroecológica do Bessa, apenas quatro vendiam exclusivamente para a feira agroecológica. Observamos que, em geral, a venda principal ocorria para os atravessadores e a venda nas feiras-livres aparecia como renda complementar (LIMA, 2005).

Nesse sentido, os camponeses dispostos a realizar a feira agroecológica precisavam adequar a produção para seu abastecimento semanal, muitas vezes mantendo o regime de sequeiro, pois nem todos possuíam condição para estruturar em suas parcelas um sistema de irrigação. Além disso, precisavam diversificar a produção, para poder estruturar uma feira-livre com alimentos totalmente provenientes de seus roçados.

No caso específico do Assentamento Apasa, cabe destacar o papel da CPT, pois a mesma atuou junto aos camponeses para discutir saídas para essa problemática. Dessa forma, juntamente com a CPT, um grupo de famílias do assentamento Apasa passou a participar de reuniões e discutir caminhos para melhorar a organização da produção. Após várias reuniões, também acompanhadas pela Cáritas, no ano de 2002, os camponeses inauguraram a primeira feira agroecológica no bairro do Bessa, em João Pessoa.

Começaram próximo à praça do Caju, na avenida Presidente Nilo Peçanha, porém, a indistinção com uma feira convencional formada por um grupo dissidente, causava descontentamento entre os camponeses, que passaram a buscar um novo local. O espaço encontrado foi na avenida Argemiro de Figueiredo, em frente a uma casa que pertencia à igreja católica. Lá havia banheiro e local para guardar as barracas.

O local escolhido encontra-se numa avenida litorânea da cidade de João Pessoa de caráter eminentemente residencial. Esse novo espaço possibilitou uma distinção com outros pontos de comercialização, caracterizando-o pela venda direta de alimentos cultivados sem agrotóxicos todos os sábados pela manhã.

No ano de 2008, a casa onde os camponeses utilizam a parte da frente para a realização da feira foi vendida, gerando insegurança nos feirantes, que tiveram dificuldade para encontrar um novo espaço. A solução apareceu quando os novos compradores concordaram com a permanência da feira em frente à casa, bem como com a continuidade do uso de um galpão da casa para guardar alguns materiais e utilizar o banheiro. Dessa forma, até a presente data, a feira permanece no mesmo local.

Observamos que, apesar de acontecer ao longo de 15 anos no bairro do Bessa, a feira não possui uma instalação própria. Além disso, diferente do que observamos em algumas feiras

no Agreste, a montagem é feita todas as semanas pelos próprios camponeses, que montam e desmontam as barracas durante a madrugada do sábado.

Além da dificuldade do local, outra problemática vivenciada pelos feirantes foi o transporte do assentamento Apasa até a feira agroecológica, tanto de produtos como de pessoas. Por vários anos o transporte foi feito através de veículo fretado. Nessa época, os camponeses viajavam na boleia do caminhão junto com os produtos e chegaram a sofrer um acidente, em que vários ficaram feridos. No ano de 2007, conquistaram um veículo próprio, pelo mesmo projeto que beneficiou os camponeses da feira agroecológica da Ecovárzea. O transporte de mercadorias foi resolvido e foi eleito um dos camponeses para dirigir o caminhão. O transporte das pessoas passou a contar com o apoio de uma van, cedida pela prefeitura de Pitimbu. De forma semelhante, os camponeses da feira da Ecovárzea contam com o ônibus da prefeitura de Sapé para levar as pessoas.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a feira agroecológica Ecosul permaneceu em funcionamento ao longo desse período sem interrupções. Muitos do que iniciaram o projeto permanecem na feira, e os que ingressaram em outros projetos abriram lugar para atuação de novas famílias do assentamento, previamente aceitas pelo grupo.

Estiveram desde o início da organização camponeses como Alfredo Simplicio do Nascimento, Antônio Bernardo de Lira, José Antônio da Silva, Criseuda Maria dos Santos Pereira Barros, Deusdena Diolindo Ramos, Edilson Barbosa Nascimento, Etienne Ferreira do Nascimento, Francisco Paulo dos Santos, Heleno Bernardo de Lira, Hiolanda Maria Albuquerque da Silva, José Candido Neto, Josias José Candido, Manoel de Sousa Olegário, Maria das Neves Cruz, Maria do Carmo Feliciano da Silva, Marluce Cavalcanti da Silva, Nicácio Luiz de Araújo, Nice da Silva, Ronaldo Gomes da Silva, Rosil Luiz de Araújo e Severino Monteiro de Sousa.

Nem todos os fundadores permaneceram na feira agroecológica do Bessa, como Heleno, Hiolanda, Nicácio e Maria do Carmo. Eles continuaram residindo no assentamento, por vezes atuando como lideranças e participando ativamente da comunidade. Alguns comercializam a produção em outras feiras e também vendem para programas governamentais, como o PAA.

No ano de 2005, foi criada a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano - Ecosul, uma “organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia solidária” (ECOSUL, 2005). Através da Ecosul, no ano de 2016, possuíam certificado para comercialização de alimentos orgânicos pelo MAPA os camponeses: Antônio Bernardo de Lira, Edilson Barbosa do Nascimento, Francisco Paulo dos Santos, Heleno Bernardo de Lira, Hiolanda Maria Albuquerque de Sousa, José Antônio da Silva, José

Candido Neto, Josias José Candido, Luiz Carlos da Silva, Manoel de Souza Olegário, Maria das Neves da Cruz, Marluce Paulina da Silva e Rosil Luiz de Araújo.

A transição para formas de cultivo sem a utilização de veneno ocorreu de forma gradual, principalmente a partir de problemas de saúde vivenciados pelo uso de agrotóxicos, desde sequelas permanentes até falecimento. Em alguns casos, famílias que tiveram ocorrência de doenças continuaram a aplicar agrotóxicos, sendo que, quando dispunham de algum recurso, preferiam contratar alguém para realizar a tarefa. Esse último fato demonstrou-nos a vulnerabilidade de alguns trabalhadores com recursos mais escassos, que terminavam aplicando o veneno (LIMA, 2005).

Observamos que existiam também famílias que nunca utilizaram agrotóxicos, trabalhando de forma tradicional, praticando uma agricultura rudimentar. Constatamos que não havia a implantação de modelos agrícolas ecológicos elaborados fora do cotidiano camponês, mas a incorporação de melhoramentos acessíveis e de baixo custo, utilizados no controle das pragas e na fertilização dos solos.

Mapa 18: Incidência de doença pelo uso de agrotóxico no assentamento Apasa, Pitimbu, PB, 2005

Fonte: Lima (2005).

Acompanhamos em trabalhos de campo a produção de alimentos para comercialização nas feiras livres, produzidos de forma artesanal no assentamento e algumas vezes beneficiados na casa dos camponeses. Os subprodutos da mandioca, como a farinha e a goma foram elaborados na casa de farinha. A carne de sol foi feita de bois comprados e abatidos no assentamento e na vizinhança, particionado e salgado na residência. Os camarões pescados artesanalmente em cestas e posteriormente salgados em casa, captados dos rios que cortam o assentamento: Aterro e Abiaí. As hortaliças cultivadas nos fundos de quintal e nas parcelas. Algumas frutas como graviola, acerola e mangaba foram colhidas nas parcelas e transformadas em polpa. O artesanato foi confeccionado a partir da palha dos coqueiros.

Apesar da individualização das parcelas feita pelo INCRA, é comum que os camponeses plantem nas terras de parentes e amigos do assentamento. Dessa forma, os cultivos encontravam-se distribuídos em áreas mais úmidas e férteis, nem sempre coincidentes com as terras oficialmente pertencentes a cada uma das famílias. Cabe destacar que essa troca não se caracterizou como arrendamento, uma vez que não havia cobrança para tanto, mas um acordo verbal para utilização de partes das terras.

Juntos, esses camponeses ofereceram semanalmente uma diversidade de alimentos na feira agroecológica do Bessa, como hortaliças, frutas, raízes, tubérculos, ovos, carne de sol, comidas típicas e artesanato. Boa parte dos produtos foi colhida na sexta-feira e chegou à cidade de João Pessoa bastante fresca.

Foto 13: Cultivo de hortaliças no assentamento Apasa para a feira agroecológica do Bessa.

Foto: Aline B. de Lima. Pitimbu - PB. Data: 9/8/2007

Foto 14: Carregamento do caminhão com produtos para a feira agroecológica do Bessa.

Foto: Aline B. de Lima. Pitimbu - PB. Data: 2/03/2007.

Foto 15: Feira agroecológica do Bessa

Foto: Aline B. de Lima. João Pessoa - PB. Data: 14/01/2006.

A freguesia foi formada em sua maior parte por moradores do bairro do Bessa e bairros vizinhos. Alguns deles frequentam a feira desde a sua fundação e consideram-na um dos principais locais para a compra da alimentação semanal. Alguns fregueses fizeram acordos de compra com os camponeses, que previamente separavam os itens requeridos. Dessa forma, garantiam o atendimento dos itens solicitados, exceto quando estavam em falta ou ainda não tinham ficado prontos para a colheita.

Essa freguesia apresentou em geral bom poder aquisitivo e grau de escolaridade mais alto. Durante os trabalhos de campo, conversamos com professores, engenheiros, médicos,

nutricionistas, magistrados e empresários que demonstravam preocupação com os alimentos contaminados pelos agrotóxicos e optavam por uma alimentação orgânica.

A oferta da produção na feira oscilou ao longo dos anos, sendo em geral mais abundante no segundo semestre do ano, quando a produção era beneficiada pelo período chuvoso e seus meses seguintes, e mais escassa quando chegava o verão e as chuvas iam ficando menos frequentes. Houve ainda uma oferta marcada pela sazonalidade da produção, quando as safras de determinados produtos foram ofertadas em maior quantidade.

A movimentação na feira ocorria desde a madrugada, quando chegavam os primeiros fregueses, antes mesmo da feira ser totalmente montada. O horário de maior movimentação ocorria no começo da manhã, entre 5 e 7 horas e às 10 horas boa parte da produção já tinha sido vendida, sendo encerrada no final da manhã, entre 11 e 12 horas, por vezes até antes.

A feira concretizou-se como importante espaço de renda para essas famílias, que ainda comercializam parte da produção em outros espaços, como a feira agroecológica do Ponto Cem Réis, que ocorre mensalmente no centro da cidade de João Pessoa, em feiras do próprio município e para programas governamentais como o PAA.

Sobre as conquistas realizadas a partir da criação do assentamento pela reforma agrária e pela organização da produção, destacamos o seguinte depoimento de um dos fundadores da feira agroecológica do Bessa:

A gente não conseguiu realizar ainda a Reforma Agrária como ela é, em conteúdo. Mas eu acredito que ela veio e trouxe uma mudança, uma oportunidade. Eu lembro que quando eu era pequeno ainda, meu pai vivia na agricultura, eu sou agricultor desde que nasci. Quando eu nasci, meu pai já vivia em barraco. Naquela época, para a gente viver na agricultura, trabalhava para o patrão e ali a gente tinha um barraco, um sítio, e ali a gente vivia, mas a gente migrava muito. A gente vivia um tempo aqui, aí vivia um tempo lá na frente, não ficava muito tempo num só lugar, não vivia. A gente trabalhava para o patrão, e não tinha um roçado, não tinha nada, só ganhava aquele tributozinho, aquela coisinha, para ir mantendo a família. Aí num certo tempo, se falou em Reforma Agrária, meu pai pegou o primeiro lote e ali nós plantamos uma touceira de banana, ele pôde fazer um roçado, a gente pôde produzir e ganhar da gente mesmo. A gente mesmo trabalhar e conseguir nosso alimento, a gente mesmo, sem precisar trabalhar para alguém, para alguém nos pagar para a gente se manter não. E no passar do tempo, a gente começou evoluindo, a gente começou a plantar, mas o comércio tinha muita dificuldade, plantava e não tinha onde vender, não tinha a feira, não tinha transporte. Era aquela dificuldade, começamos a pensar na comercialização, aí isso a gente alcançou, hoje tem mais lugar para comercializar, às vezes falta até produto para manter, às vezes tem tanta feira, tanta oportunidade, PAA do Estado, CONAB, tudo se tem meios da gente produzir e a gente comercializar. Então cada dia mais vai se avançando e a gente começou, eu acho no meu entendimento, a ter mais oportunidade, ser um alguém, ser um sujeito e de dizer eu sou um sujeito da história e a gente pode se sentir, porque a gente

hoje não é mais aquela pessoa que vivia para o patrão, que a gente nem aparecia, quem aparecia era o patrão, hoje a gente aparece. Hoje a gente recebe visitas de pessoas que vêm nos prestigiar e a gente se sente também, a gente se sente um sujeito da sociedade e que a gente está contribuindo com alguma coisa. E quando a gente olha, a gente vê que valeu a pena. É isso que eu vejo da reforma agrária.⁷²

As relações sociais de produção continuaram estabelecidas no âmbito familiar, porém sem a presença do patrão. Nesse sentido, no caso da realização da feira agroecológica do Bessa, houve uma divisão de tarefas entre os membros da família considerando principalmente gênero e idade. Em certos casos, alguns jovens optaram por deixar a condição de assalariamento e resolveram ajudar os pais. Além do trabalho familiar, foi comum em períodos de maior sobrecarga de trabalho a contratação de ajuda externa por dia de serviço, paga com diárias.

Nos roçados, na colheita da produção e no carregamento dos caminhões estavam presentes principalmente os homens adultos e jovens. No preparo das comidas que eram vendidas na feira ou alimentavam os camponeses no final da jornada envolviam-se principalmente as mulheres. Em tarefas que requeriam mais mão de obra, como limpeza de terreno, plantio, debulha de feijão e descascamento da mandioca, envolvia-se toda a família e as crianças também começavam a ajudar. Na realização da feira, os mais jovens foram incentivados a realizar a venda da produção, receber o dinheiro e passar o troco, para aprender com os pais todo o processo, desde o plantio até a comercialização final.

Esses processos descritos revelaram uma organização da classe camponesa na unidade doméstica a partir da conquista da terra, que desarticularam, em certa medida, os processos de monopolização do território e territorialização do capital existentes, todavia, não deixaram de ser tensionados por eles, dada a dificuldade de superação da condição de subordinação.

No ano de 2012, por exemplo, a empresa de cimentos Elizabeth, realizou audiência pública para exploração de cimento em áreas dos municípios de Alhandra e Pitimbu. Algumas dessas terras, objeto de interesse da empresa para retirada do calcário, encontravam-se em áreas de assentamentos rurais e ainda numa terra indígena em processo demarcatório.

Esse processo indicou um avanço da territorialização do capital da região, porém não necessariamente uma descampesinação. Nos relatos de campo, no caso do assentamento Apasa, os camponeses que venderam seus lotes compraram terras melhores em outras localidades da

---

⁷² Depoimento de Heleno Bernardo de Lira, então presidente da associação comunitária do assentamento Apasa, concedido durante trabalho de campo no VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 26/07/2013, assentamento Apasa, Pitimbu, Paraíba.

região. Por outro lado, os sete lotes vendidos no assentamento podem vir a gerar problemas para os lotes vizinhos, caso venham a ser explorados.

Outra problemática vivenciada pelos camponeses adveio do tráfico de drogas, que tem sido feito por jovens da região e alguns que residem no assentamento, aumentando a violência e o medo dos moradores. Em assembleia realizada na associação do assentamento Apasa, Jerônimo, que tinha sido duas vezes presidente da associação, denunciou os problemas com drogas que têm afetado o cotidiano das famílias e a necessidade de enfrentamento da situação. Como retaliação, quando Jerônimo trabalhava na ordenha, na sua parcela do assentamento, foi assassinado com cerca de 10 tiros.

A ação da mineradora e o tráfico de drogas revelaram que a conquista da terra não é um processo finalizado. As deficiências da reforma agrária e o avanço dos processos de territorialização do capital e de monopolização do território demonstraram uma face importante da dificuldade de se consolidar projetos como os das feiras agroecológicas, que têm como característica um projeto de trabalho familiar e a construção da soberania alimentar.

Todavia, mesmo com as adversidades enfrentadas, os assentamentos da região do Litoral Sul têm se destacado positivamente com a melhoria de vida das famílias residentes, com aumento e oferta da produção alimentar nas próprias cidades e nas cidades vizinhas. Além disso, a inserção desses camponeses na política local tem melhorado o acesso a políticas e serviços públicos e colaborado nas tomadas de decisão nas ações que afetam as comunidades locais.

6.3. A CPT no sertão e as feiras agroecológicas

A CPT também esteve presente nos conflitos pela água no Brasil, em que buscou atuar em três frentes principais: a luta dos atingidos por barragens, dos ribeirinhos e dos atingidos pela seca. No Nordeste, a atuação da CPT no sertão significou mais do que uma busca de superação dos limites impostos pela natureza, uma vez que as ações partiram da compreensão do uso da seca como mecanismo de submissão dos mais pobres, conforme observou Balduino (2001, p.17):

Mas eu destacaria, entre essas prioridades, uma que tem chamado a nossa atenção: as Águas. Evidentemente, a dianteira aqui foi tomada pelo Nordeste, com as experiências alternativas de convivência com o Semiárido, levando projetos alternativos, com meios pobres, como as cisternas de placas, a criação de caprinos, o que vai realizando o milagre da vida numa região onde as obras faraônicas até hoje vêm consumindo, na corrupção, o que poderia ter salvo a vida de muitos.

As dificuldades existentes em torno do acesso à água na região não retiraram da terra a centralidade dos conflitos existentes. Nesse sentido, a questão da terra formou-se a partir do histórico de concentração fundiária mediante a ocupação das terras pelo gado, que avançou com a perseguição das populações indígenas. Essas áreas passaram a ser doadas por cartas de sesmarias, nas ribeiras do Paraíba do Norte, do Capibaribe, do Ipojuca e do Una. De acordo com Andrade (2011), essas sesmarias formaram posteriormente grandes fazendas, em geral com áreas superiores a 10.000 hectares.

Nesses latifúndios, o regime de trabalho foi organizado em torno da pecuária extensiva, comumente explorado pelo regime de quarteação⁷³ estabelecido entre fazendeiros e vaqueiros⁷⁴, em que se criava o gado crioulo, conhecido popularmente como pé duro. Seguindo pelos rios Jequitinhonha, Paraguaçu, Itapicuru, Real, entre outros, homens livres ou escravos de confiança conduziam boiadas e começaram a marcha para o oeste da região Nordeste. De acordo com Andrade (2011), não foram os proprietários de terras que encabeçaram a tomada das terras indígenas, mas os posseiros:

⁷³ O regime de quarteação consistia em cada quatro bezerros nascidos, três pertenciam ao proprietário e um ao vaqueiro.

⁷⁴ O vaqueiro era o tipo representativo da sociedade sertaneja, cujo meio físico impôs condições duras de sobrevivência. Em condições favoráveis vigorava a solidariedade, cuidava-se de uma rês perdida ou doente do vizinho, ajudavam-se no ajuntamento das boiadas e comumente cooperavam nos trabalhos agrícolas ou troca dos dias de serviço (ANDRADE, 2011).

Esses posseiros que como autênticos heróis, dominaram os índios e estabeleceram fazendas na interlândia sertaneja, lutando em condições desiguais com os poderosos senhores que recebiam doações de terras como mercê por favores prestados ou pela amizade e influência junto aos Governadores Gerais, não tiveram ainda o historiador que descrevesse a epopeia por eles realizada, como o tiveram os latifundiários da Casa da Torre. (ANDRADE, 2011, p. 185)

Além da atividade pecuária no Sertão, desenvolvia-se ainda atividade agrícola voltada para o abastecimento das populações. Geralmente plantada em locais mais úmidos:

Essa agricultura restringia-se apenas à mandioca, ao milho, feijão, algodão e, às vezes, à melancia e ao melão. Nas “serras frescas”, porém, além desses produtos, surgiram logo a cana-de-açúcar e as fruteiras. As áreas agrícolas constituíam, porém, pequenas manchas, “ilhas” isoladas na vastidão da caatinga. (ANDRADE, 2011, p. 191)

No sertão, a produção de cana-de-açúcar era destinada principalmente à produção de rapadura ou aguardente, em engenhos de pequeno porte⁷⁵. O algodão também ocupou um lugar importante na economia sertaneja. De acordo com Andrade (2011) o surto algodoeiro teve início a partir do século XVIII, entre 1750 e 1940 chegou a disputar espaço com a cana-de-açúcar. De acordo com o autor: “O algodão era por natureza uma cultura mais democrática que a cana-de-açúcar. Não só os grandes proprietários, utilizando mão-de-obra escrava e assalariada, cultivam-no, como também pequenos proprietários, foreiros e moradores” (ANDRADE, 2011, p.158).

Até meados do século XX o cultivo do algodão ainda era bastante relevante na economia agrária no Nordeste. O declínio vertiginoso da cultura ocorreu sobretudo a partir dos anos 1980, com a chamada praga do bicudo, que dizimou plantações por todo o Nordeste. Houve também a carência de políticas governamentais que auxiliassem a produção dessa cultura agrícola.

Antes disso, a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro⁷⁶ (SANBRA), que apesar do nome pertencia à empresa estrangeira Bunge, havia elevado o preço do algodão, causando a falência de firmas nas cidades sertanejas que não conseguiam pagar o preço ofertado pela

⁷⁵ Destacaram-se nessa atividade cidades como Crato, no Ceará e Triunfo, em Pernambuco, Água Branca, em Alagoas e povoados das margens do rio São Francisco (ANDRADE, 2011).

⁷⁶ “A SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro foi criada pela Bunge em 20 de junho de 1923, na cidade de Recife-PE. No início centrava-se na negociação de fibras de algodão, mas, ao longo de sua trajetória, investiu nas mais variadas matérias primas visando à extração de óleo comestível. Entre inúmeros produtos alimentícios lançados, podemos destacar o óleo Salada, de 1929, e a margarina Delícia, de 1959. A Sanbra constituiu unidades industriais por todo o país: Bauru - SP; Maringá - PR; Ponta Grossa - PR e Suape -PE, investiu em tecnologia e consolidou-se no processamento de soja”. Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br/acervocmb/colecao/40/>. Acesso em: 28/02/2017.

Sanbra. Sem concorrência, os preços baixaram vertiginosamente e a já penosa situação dos camponeses ficou ainda mais degradante⁷⁷.

A falta de acesso à terra e à água fizeram da permanência dos camponeses no sertão uma constante luta pela sobrevivência. As dificuldades impostas pelo fim dos contratos de meação para o plantio do algodão, o desinteresse na manutenção do regime de quarteação causado pelo melhoramento do gado, tornando mais vantajoso o pagamento em dinheiro, e a presença de oligarquias que concentravam poderes políticos e econômicos, geraram um contínuo quadro de agravamento da pobreza.

Além disso, as terras desapropriadas pelo Estado para a construção de açudes eram indevidamente mantidas sob o domínio privado de fazendeiros, que chegavam a arrendar essas terras ou proibir o seu uso. Dessa forma, a luta pela terra no sertão teve como um dos pontos iniciais a luta pelo fim da grilagem de terras nas margens dos açudes públicos, conforme descrito no seguinte relato:

Já ‘a luta pela terra nas beiras de açudes públicos cresce de forma muito rápida. São atualmente 12 áreas. No sertão dos coronéis e da dependência das frentes de emergência, aparece uma nova forma de garantir a sobrevivência: ocupação das vazantes e o não-pagamento da renda da terra. A maior parte da luta é para o Estado reconhecer o direito de uso aos trabalhadores; a violência policial tem sido a resposta do Governo do Estado, visto que estas áreas são de controle dos politiqueros locais e dos fazendeiros que formam a oligarquia da região’. Esse relato da CPT Paraíba é uma indicação de caminho para uma iniciativa popular capaz de enfrentar o flagelo político constituído pela seca no Nordeste. Iniciativa já em andamento e a ser estimulada e apoiada em toda a região por todos que têm sentimentos de humanidade, no Brasil e no mundo (CONFLITOS NO CAMPO, 1990, p.8).

Uma das primeiras lutas no sertão paraibano pela reforma agrária ocorreu nas margens do açude Riacho dos Cavalos, localizado no município homônimo, antigo distrito de Catolé do Rocha. De acordo com dados do Caderno Conflitos no Campo (1990), houve uma ocupação em 31 de maio de 1990, que reuniu um total de 126 famílias nas margens do açude. Na época, o conflito deu-se com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba (EMEPA), que passou a desenvolver experimentos de produção de capim e criação de gado no local e tentou expulsar as famílias que lá viviam.

Outra luta aconteceu nos municípios de Triunfo e São José do Rio do Peixe, onde cerca de 36 famílias realizaram uma ocupação em 6 de julho de 1991 na fazenda Três Irmãos (Caderno Conflitos do Campo, 1991). O conflito se deu nas margens do açude público de Pilões e ocorreu mediante a disputa pela posse das terras entre rendeiros e grileiros.

---

⁷⁷ Cf: Documentário: O país de São Saruê, 1971. Direção: Vladimir Carvalho.

No município de Cajazeiras, um imóvel de 129,6 hectares denominado de fazenda Gadelha, de propriedade de Saulo Péricles Brocos Pires Ferreira, herdeiro do Major Galdino Pires Ferreira, foi alvo de vistoria pelo Incra a pedido da CPT Sertão e foi considerado pequena propriedade improdutiva após a revisão. As vistorias foram realizadas também na fazenda Santo Antônio (662 hectares) e fazenda Caiçara (727,3 hectares), pertencentes à Fazenda Pires Agropastoril Reflorestamento Ltda - FAPISA, de sociedade de Saulo Péricles e outros familiares, imóveis localizados respectivamente nos municípios de Cajazeiras e Cachoeira dos Índios⁷⁸. A FAPISA ficou em dificuldades financeiras com o declínio do algodão e gerou uma situação de tensão com os moradores de áreas pertencentes aos herdeiros. A desapropriação da fazenda Santo Antônio deu origem ao assentamento Santo Antônio e a fazenda Caiçara ao assentamento São Francisco II, respectivamente nos municípios de Cajazeiras e Cachoeira dos índios.

Ainda em Cajazeiras, os imóveis Saquinho, Angelim, Pau da Cobra, Passagem do Meio e Pedra do Bosco ou Serrote, com área de 726 hectares, também foram declarados de interesse social para fins de reforma agrária e deram origem ao assentamento Frei Damião I⁷⁹. Os imóveis Coxos/Oitis/Minadouro com 2.579 hectares deram origem ao assentamento Valdeci Santiago⁸⁰.

O processo organizativo da luta que possibilitou a criação desses assentamentos rurais, em áreas públicas, muitas vezes objeto de grilagem, fomentou a ocupação das terras da fazenda Acauã por 125 famílias, imóvel que constituía uma propriedade privada improdutiva. A ocupação da fazenda Acauã foi marcada por diversas ações de reintegração de posse e ordens de despejo, agravadas pelo projeto hídrico que deveria cortar essas terras, o canal da Redenção⁸¹. Após vários atos de violência praticados contra essas famílias, a área de 2.825,0368 hectares foi considerada de interesse social para fins de reforma agrária⁸².

Essas foram algumas das lutas que ocorreram no Alto Sertão paraibano, iniciadas nas margens de açudes públicos e que gradativamente se voltaram para propriedades privadas

---

⁷⁸ Pesquisa documental realizada no INCRA/PB em 03 de julho de 2014. Processo 21620/000978/Vistoria/INCRA-PB (6/08/1996).

⁷⁹ DECRETO DE 4 DE OUTUBRO DE 2000. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências. (Não numerado)

⁸⁰ DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 1997. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural constituído pelas propriedades denominadas "Coxos/Oitis/Minadouro", situado no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, e dá outras providências. (Não numerado)

⁸¹ Canal Adutor do reservatório Coremas/Mãe D'Água até as Várzeas de Sousa com 37km.

⁸² DECRETO DE 9 DE MAIO DE 1996. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "FAZENDA ACAUÃ", situado no Município de Sousa, Estado da Paraíba, e dá outras providências. (Não numerado)

improdutivas. Várias dessas lutas contaram com o apoio direto da CPT, conforme analisou Oliveira (2013, p. 80):

A atuação e assistência da CPT a esses trabalhadores rurais, inclusive em momento de conflitos judiciais e prisões, foi de muita importância, mostrando que a entidade prestou assistência não só durante as ocupações, mas também na questão das denúncias e na colaboração com relação aos problemas com a polícia e a justiça, fatos que ocorreram com uma certa frequência durante os conflitos.

As experiências desenvolvidas para a realização das feiras agroecológicas no sertão paraibano tiveram uma ligação com essas trajetórias de luta pela terra e pela busca em construir um projeto de vida melhor. Dessa forma, a atuação da CPT, além da parceria pela conquista da terra, buscou junto aos camponeses a consciência social necessária para reivindicar justiça e construção de uma sociedade diferente.

É nesse contexto que são levadas adiante as experiências de convivência com a seca, através de projetos que nasceram da inventividade do povo do sertão e da necessidade de criar soluções com poucos recursos, tal como foi expresso no *Conflitos no Campo* (1992, p.26)

São experiências de irrigação que evitam erosão e salinização; hortas e roças em áreas molhadas à beira dos açudes; cultivo de roças com adubo orgânico; plantio com tecnologias baratas, experimentadas e aplicadas por pequenos grupos, novas técnicas de retenção e utilização da água; criatório de peixes em pequenas barragens, criatórios de cabras e ovelhas em pastos de leucena, criação de abelhas; banco de sementes selecionadas, próprias para as áreas do semiárido; armazenamento de forragem compactada; trabalhos de artesanato, renda e labirinto; diversificação de culturas; plantios consorciados; hortas de plantas medicinais; cultivo de frutas e sua industrialização.

De acordo com estudo realizado por Oliveira (2013), a Central de Associações de Assentamento do Alto Sertão – CAAASP foi criada em 10 de novembro de 1999, buscando garantir uma articulação regional entre os camponeses assentados pela reforma agrária. O trabalho de assistência técnica e apoio a esses camponeses passou a ser realizado a partir do trabalho da CAAASP, juntamente com a CPT - Sertão, atendendo um total de 1.295 famílias de 37 assentamentos rurais, distribuídos em 17 municípios (OLIVEIRA, 2013).

Antes da criação da CAAASP, a CPT apoiava a organização de agricultores experimentadores, formada por aproximadamente 10 agricultores que difundiam suas experiências para outras famílias assentadas.

No Sertão Paraibano, a primeira feira agroecológica foi criada no município de Cajazeiras, no ano de 2003, através da iniciativa de camponeses advindos do assentamento Santo Antônio, a quem posteriormente se juntaram camponeses do Assentamento Frei Damião I e Valdeci Santiago. No entanto, as experiências de produção agroecológica foram iniciadas

por camponeses do Assentamento Acauã, localizado no município de Aparecida, onde um ano mais tarde também foi inaugurada uma nova feira agroecológica. De acordo com Marcos (2007, p.194):

No Alto Sertão, o diferencial foi o trabalho conjunto realizado pela CPT-Sertão e pela Articulação do Semi-Árido (ASA), que organizaram as experiências através de redes cuja ação pode ser observada tanto no interior da própria atividade quanto na ligação entre elas. O objetivo é a busca de experiências simples e de resultado, autossustentáveis, que permitam o respeito ao ambiente e a convivência com a seca em condições mais dignas. A organização dessas redes é uma clara demonstração de que o coletivo não só faz parte da lógica da recriação camponesa, como é o caminho mais curto para a construção de um território camponês de liberdade, autonomia e solidariedade.

As redes citadas pela autora são formas organizativas constituídas pelos camponeses para articular de maneira não hierárquica diversas dimensões da reprodução cotidiana da vida camponesa, conforme relatou Santos (2010, p.103):

Nesse processo, cada comissão encarrega-se da realização das práticas relacionadas ao seu grupo, fomentando seu desenvolvimento, desprendendo esforços no sentido de dar visibilidade aos problemas encontrados, viabilizando a construção de estratégias para superá-los. São seis as redes existentes atualmente no Sertão paraibano: Rede Abelha, Rede de Cultivos Agroecológicos, Rede Sementes, Rede Educação, Rede Saúde e Alimentos e Rede Água.

A Rede de Cultivos Agroecológicos organiza semanalmente a feira no município de Cajazeiras e no município de Aparecida, onde são comercializados produtos dos assentamentos rurais citados.

Durante o processo organizativo da produção agrícola, os camponeses realizaram vários intercâmbios para conhecer experiências de manejo agroecológico e comercialização direta. Visitaram a feira agroecológica da Ecovárzea, em João Pessoa e áreas de produção agroecológica no município de Lagoa Seca, de camponeses que integram a Ecoborborema. Visitaram ainda o assentamento Moacir Lucena, em Apodi, Rio Grande do Norte, e a experiência do projeto de barramento base zero, em Ouricuri, Pernambuco, que consiste em barramentos feitos de pedra a cada 100 metros da água do rio, instalados para evitar que as águas das enxurradas levem areia para os terrenos.

As áreas de assentamento rural dos camponeses que integram as feiras agroecológicas do sertão paraibano também recebem visitas de intercâmbio, quando demonstram para os visitantes os diversos projetos de convivência com o semiárido.

Mesmo enfrentando algumas dificuldades, as atividades das feiras agroecológicas de Cajazeiras e Aparecida foram mantidas sem interrupção durante 12 anos, mas no final de 2015, devido à seca que se prolongava desde 2012, as atividades foram suspensas por falta de água para produção agrícola.

Durante esse período, os camponeses voltaram a enfrentar problemas no acesso à água, até mesmo para o consumo humano. No ano de 2016, no município de Aparecida, no assentamento Acauã, mais uma vez os camponeses tiveram que lutar para ter reconhecidos seus direitos básicos, como utilizar a água que passava nas suas próprias terras, conforme destacamos nos depoimentos a seguir:

Depois que o canal foi construído nós não tínhamos o direito ao acesso a água do canal, para você ver como é feita a discriminação do governo. O canal ele passa 11 quilômetros só na nossa propriedade, dos 32 quilômetros do canal, e nós não tínhamos o direito de acessar a água. No ano passado nós tivemos que ocupar novamente o canal, nas nossas terras, para encher o açude que era para servir de abastecimento para a comunidade. Porque as mangueiras que colocavam para encher o açude eles tiravam e cortavam e nós tivemos que lutar novamente para conseguir a outorga da água⁸³.

Ainda hoje a gente briga para ter direito de usar essa água. O ano passado nós ocupamos as terras para retirar água para o açude três vezes. Vem polícia, fiscalização, querem levar os canos. Eu não sei se a transposição do São Francisco vai ser dessa forma. A água passando na sua frente, você olhando sem ter direito de usar. Eles quebravam as mangueiras, mangotes que custavam R\$ 800,00 levaram. Foi muita briga por essa água, desde quando instalou o canal até hoje. Como um canal passa 11 quilômetros dentro de um assentamento e não pensam no uso da água para essas famílias?⁸⁴

Mesmo com o prolongamento da seca, com a aprovação do Projeto Ecoforte pela Fundação do Banco do Brasil no ano de 2016, começou um trabalho de reorganização da produção para reativação das feiras agroecológicas. Assim, em fevereiro de 2017, foram reinauguradas as feiras agroecológicas de Cajazeiras e Aparecida. O processo de reinauguração das feiras contou principalmente com o apoio da CPT, do IFBDS e ainda do Instituto Federal da Paraíba – IFPB.

As chuvas de 2017 não foram suficientes para garantir a água necessária para a irrigação. De acordo com Alex Alves Coelho, o inverno foi “por manga”, expressão popular que faz referência ao cercado onde se guarda o gado, ou seja, as chuvas foram espaçadas e insuficientes

⁸³ Depoimento de Alex Alves Coelho (agricultor, tecnólogo em agroecologia e técnico agrícola que acompanha as feiras agroecológicas) concedido à autora em 19/05/2017, Feira agroecológica de Cajazeiras, Cajazeiras, Paraíba.

⁸⁴ Depoimento de Socorro Gouveia (coordenadora da feira agroecológica de Aparecida) concedido à autora em 20/05/2017, Feira agroecológica de Aparecida, Aparecida, Paraíba.

para reverter o longo período de estiagem que tem afetado o Nordeste. Mesmo assim, com o apoio do projeto Ecoforte e o uso das tecnologias sociais, foi possível reorganizar a produção para a reinauguração das feiras.

Durante os trabalhos de campo nas feiras agroecológicas de Cajazeiras e Aparecida, encontramos variedades de hortaliças, frutas, legumes, raízes, queijo, polpa de frutas e comidas típicas. Os camponeses levaram o excedente da produção para comercialização e parte da produção era destinada ao consumo das famílias.

Foto 16: Feira agroecológica de Cajazeiras

Foto: Fernando B. de Lima. Cajazeiras - PB. Data: 19/05/2017.

Foto 17: Genival e Marlene Lopes na feira agroecológica de Aparecida

Foto: Aline B. de Lima. Aparecida - PB. Data: 20/05/2017

As feiras agroecológicas do sertão paraibano integraram uma série de tecnologias sociais desenvolvidas pela Rede de Cultivos Agroecológicos. São exemplos dessas tecnologias: as cisternas de placa, cisterna calçadão, os biodigestores, a bioágua familiar, os painéis solares, os fundos rotativos solidários, os canteiros econômicos e os bancos de sementes comunitários.

A instalação dos biodigestores começou através da aplicação de fundos rotativos solidários, pelos quais aproximadamente 30 famílias receberam uma caixa d'água de três mil litros adaptada com uma entrada para colocar esterco líquido do gado e uma saída para o gás, ligado para alimentar o fogão na residência. Esse projeto visou reduzir as despesas com botijão de gás substituindo-o pelo biogás⁸⁵.

A construção dos biodigestores contou com o apoio do IFPB, através do projeto de extensão Campo Solar, em parceria com a CPT e o IFBDS. Além dos biodigestores, está sendo instalada uma cozinha comunitária.

O projeto da bioágua familiar consistiu no reuso de água cinza para irrigação da lavoura, desenvolvido inicialmente pelo projeto Dom Helder Câmara (SANTIAGO, 2012). A instalação dessa tecnologia para as famílias que realizam as feiras agroecológicas no sertão paraibano foi implantada pelo projeto Ecoforte. O sistema é composto de filtro, caixa de gordura, tanque de reuso e sistema de irrigação. O filtro é formado por um reservatório por onde a água passa por uma camada de seixos, brita, esterco e serragem e vai em seguida para a caixa de gordura e depois para o tanque de reuso, onde a água armazenada pode ser usada para irrigação da lavoura.

Os camponeses que realizam a feira agroecológica de Cajazeiras são provenientes do assentamento Frei Beda, assentamento Santo Antônio, assentamento Edvaldo Sebastião, assentamento Valdeci Santiago e acampamento Novo Horizonte, totalizando 15 famílias participantes. Na feira agroecológica de Aparecida, fazem parte 10 famílias, provenientes do assentamento Acauã, assentamento Nova Vida I, assentamento Angélica e assentamento Veneza, do município de Aparecida e o assentamento Floresta, do município de Sousa.

Recentemente, foi criada a Associação Sertão Agroecológico, com o intuito de reunir os camponeses que realizam as feiras agroecológicas no sertão paraibano e regularizar a certificação por OCS, junto ao MAPA. Além disso, em 2017, foi inaugurada uma nova feira no município de Santa Helena, formada por quatro famílias.

As tecnologias sociais implantadas, bem como o conjunto de políticas públicas dos últimos anos, como a compra direta e a garantia safra, auxiliaram na organização da produção agrícola nos assentamentos rurais e na realização das feiras agroecológicas. Todavia, as chuvas

---

⁸⁵ Depoimento de Simone (coordenadora da feira agroecológica de Cajazeiras) concedido à autora em 19/05/2017, Feira agroecológica de Cajazeiras, Cajazeiras, Paraíba.

do ano de 2017 ainda não foram suficientes para garantir o aumento da produção e da oferta de produtos nas feiras.

Além do acesso à água, os camponeses enfrentam outras problemáticas, como o avanço do milho e feijão transgênicos. Com o prolongamento da seca, aumentou a dificuldade de repor os bancos comunitários de sementes, fazendo com que muitos camponeses não tivessem outra alternativa senão plantar as sementes distribuídas pela CONAB, em grande parte transgênicas.

Mesmo com o cuidado dos camponeses em não armazenar as sementes transgênicas nos bancos comunitários e não as misturar com as sementes da paixão, o uso dessas sementes transgênicas tem aumentado o risco de contaminação das sementes locais.

Além disso, nas áreas vizinhas aos lotes dos camponeses que praticam agricultura agroecológica, por vezes, têm ocorrido o uso de agrotóxicos e o plantio de sementes transgênicas, que causam dificuldades ligadas ao risco de contaminação. Os camponeses que moram no assentamento Acauã, por exemplo, estão situados próximos à fazenda Santana Sementes, empresa que produz sementes de girassol, milho e sorgo, fazendo uso de agrotóxicos.

Cientes dessas dificuldades, os camponeses lutam diariamente para viver e produzir nas terras conquistadas. Nos depoimentos que registramos nos trabalhos de campo, ficou evidente que mesmo com a pouca água e terra conquistadas, as famílias conseguiram melhorar as suas vidas.

Uma constatação dessa melhoria veio com a comparação com a seca de 1997 que se prolongou até o ano de 1999. Os camponeses lembraram da fome que afetou boa parte das famílias, dos saques que ocorriam na luta pela sobrevivência imediata. A seca de 2012, mesmo sendo considerada mais severa do que a seca de 1997, não gerou situações tão calamitosas. À essa mudança, os camponeses associaram a criação dos assentamentos rurais, as políticas públicas implantadas e o trabalho conjunto que realizam para conquistar uma vida melhor e diminuir o poder das oligarquias locais.

No próximo capítulo, abordaremos ainda as ações de convivência com o semiárido desenvolvidas pelos sindicatos rurais, que também se aproximam das práticas desenvolvidas pela Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão.

6.4. Os caminhos percorridos para realização das feiras agroecológicas

A realização das feiras agroecológicas criadas com o apoio da CPT seguiu um processo organizativo que englobou diversas características, como: produtiva, ecológica, jurídica, administrativa, financeira, avaliativa, de fiscalização e controle, política, que buscaram superar as dificuldades e consolidar esses espaços de comercialização. Esse processo foi desenvolvido ao longo do tempo, a partir de erros e acertos e na busca de melhorar gradativamente a renda das famílias e a qualidade dos produtos ofertados. Conforme descrevemos no quadro 12:

Quadro 12: Características organizativas das feiras agroecológicas da CPT.

Característica	Processos	Exemplos
Produtiva	Organizar a produção para abastecimento semanal diversificado, equalizando demanda e oferta.	Roçados programados, instalação de sistemas de irrigação, diversificação da produção, assistência técnica.
Ecológica	Eliminar o uso de agrotóxicos e adubos químicos e adequar a produção a sistemas agrícolas agroecológicos.	Uso de defensivos naturais; uso de adubos orgânicos; técnicas de cultivo consorciado; rotação no uso das terras, agroflorestas.
Jurídica	Formalizar nas instâncias responsáveis as atividades da feira agroecológica.	Criação de associação, criação de regimento interno e estatuto.
Administrativa	Dividir as atividades necessárias para a realização da feira através dos membros e das parcerias estabelecidas.	Criação de cargos, como coordenador executivo da feira agroecológica, secretário, tesoureiro.
Financeira	Colaborar para a manutenção da infraestrutura existente e aquisição de novos bens.	Fundo de feira, taxa da associação, parcerias com outras entidades.
Avaliativa	Avaliar o andamento da feira e os problemas que precisam ser solucionados.	Reunião de final de feira, reunião da associação, reunião com o coletivo das feiras.
Fiscalização e controle	Fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas e a qualidade dos produtos ofertados.	Reuniões, visitas nas parcelas, certificação social, certificação do tipo OCS.
Política	Formar e conscientizar a população sobre a importância da reforma agrária e do papel do pequeno produtor na sociedade.	Participação nas políticas públicas; combate aos processos de monopolização do território e territorialização do capital; conscientização sobre soberania alimentar.

Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2017.

Do ponto de vista da produção, como destacado anteriormente, alguns camponeses já vendiam parte da produção em feiras-livres convencionais, todavia, a comercialização na feira

agroecológica exigiu o atendimento de novas regras. Numa feira-livre convencional, o camponês levava o produto que desejasse, chegava no horário que achava mais conveniente e partia quando vendia o suficiente. No caso das feiras agroecológicas Ecosul e Ecovárzea, por exemplo, apesar do camponês ter liberdade para produzir e comercializar o produto que desejar, muitas das decisões são tomadas em comum acordo, além disso, eles chegam e partem juntos para realização de cada feira.

A adequação entre a oferta e a procura foi sendo adaptado pelos camponeses ao longo da experiência de cada um. Nesse sentido, foi necessário observar o movimento da feira ao longo do ano e o comportamento da freguesia. O período do mês indicava quando os fregueses recebiam o salário, os feriados que podiam atrapalhar ou ajudar nas vendas, as greves e os dias de paralização na universidade, enfim, um conjunto de questões que interferiam diretamente no resultado das vendas, além do cotidiano normal de cada feira, conforme explicitado no relato a seguir:

É o maior problema para nós, o pequeno agricultor. Você está no campo e diz: vou botar um banco para vender na feira. Você arranca cem quilos de inhame do seu roçado, arranca 100 de macaxeira, leva, vai na feira e só vende dez. Vai fazer o quê? Inhame ainda aproveita, mas a macaxeira não.

Eu trouxe três bolos pé-de-moleque, não tem mais nenhum, não volta. O de mandioca mole, quando ele separa a faixinha amarela e a branca, também. Tenho 200 maracujás em casa, mas só trouxe 70. Os outros vão para o PNAE na segunda-feira. Eu vou trazer para não vender? Para acumular volume? Esse tipo de conta você tem que fazer para um planejamento. Na próxima semana a feira vai ser melhor que a de hoje, já tem pagamento na casa lotérica, já tem pagamento na prefeitura. Então a gente já sabe que 50 quilos de macaxeira para semana que vem não dão, tenho que levar pelo menos 80. A acerola, no domingo se vende muito de fora, de menor qualidade, aí vendem dois quilos por um real. Quando eu trago, ela pronta sem estourar, vendo a três reais o quilo, só a pessoa que quer e que conhece compra. O pequeno agricultor precisa entender de planejamento.⁸⁶

Além da adequação entre a oferta e a procura, a variedade de oferta na feira também foi sendo cada vez mais exigida, pois um maior sortimento de alimentos garantiria um melhor atendimento dos itens procurados pela freguesia. Também foi necessária uma organização para que todos não levassem o mesmo produto e terminassem sem conseguir vender a produção.

Dessa forma, a diversificação tem sido uma questão a ser melhorada nas feiras agroecológicas continuamente, pois quando a venda de determinado produto é bem aceita, há uma tendência geral dos feirantes levarem o mesmo produto, ocasionando falta de alguns e

---

⁸⁶ Depoimento de Ivanilson Xavier da Silva, integrante da feira agroecológica de Jacaraú, concedido à autora em 21/07/2016, Jacaraú, Paraíba.

sobra de outros. Nesse sentido, por vezes o mesmo produto é encontrado em várias bancas, enquanto alguns são escassos ou mesmo não são ofertados em determinado período.

Um exemplo dessa necessidade de diversificação ocorreu com o camponês Francisco Paulo dos Santos, conhecido como Pelé, que chegou a vender 300kg de mamão por feira, sendo esse seu principal produto para comercialização na feira agroecológica do Bessa. Porém, quando outros camponeses passaram a cultivar e vender o mamão, Pelé precisou diversificar e resolveu plantar coqueiros, passando a levar entre 100 e 150 cocos por feira. Além disso, como forma de levar um produto diferenciado, resolveu comercializar carne de sol, numa média inicial de 100 a 150 quilos de carne por feira, chegando até a uma média de 200 a 250 quilos de carne totalmente elaborada por ele mesmo, a partir de bois criados soltos na região, adquiridos e abatidos por volta dos três anos de idade.

Sobre produtos diferenciados, Ivanilson Xavier da Silva, da feira agroecológica de Jacaraú, morador do assentamento Boa Esperança, relatou que um produto que garante um bom retorno para ele é a massa de mandioca mole, utilizada para fazer bolo, beiju e cuscuz. De acordo com ele de todos os produtos que vende, “Nenhum paga a produção que você tira como a massa de mandioca mole. Não se perde nada, a casca vai para o adubo, não leva açúcar, não leva sal, um quilo a quatro reais”.

Para quem trabalha com hortaliças, a diversificação ocorreu de forma a atender um tipo de clientela que procurava uma alimentação mais saudável. A salada para o nordestino por muito tempo constituiu-se em uma quantidade reduzida de opções, sendo formada principalmente por alface, tomate, pimentão e cebola.

Nesse sentido, no que diz respeito às hortaliças vendidas na feira, puderam introduzir novas variedades e difundir outros produtos no cotidiano alimentar da freguesia, como a rúcula, o agrião, o almeirão, a escarola, dentre outros alimentos que em alguns casos não eram consumidos nem pelos fregueses nem pelos seus produtores, por desconhecimento, falta de acesso, falta de hábito ou recusa do sabor.

Para atender a essa diversificação, os roçados tradicionais, cultivados em regime de sequeiro deram lugar a roçados programados, plantados próximos às áreas úmidas, como rios, açudes e tanques. Comumente regados por sistema de irrigação mais econômicos, como por exemplo o método por gravidade. Nesses roçados, foram calculados a quantidade e o tempo necessário para a colheita de um sortimento de alimentos que iriam ser posteriormente comercializados nas feiras.

Como destacado anteriormente, a não utilização de agrotóxicos e adubos químicos foram premissas estabelecidas na organização da feira agroecológica. Dessa forma, os

camponeses tiveram que buscar formas de manejo que ajudassem no controle de pragas e na adubação da terra de forma natural. Para consolidar esse processo, foram estabelecidas algumas práticas como: uso de defensivos naturais, adubo natural, reflorestamento, rotação de cultura, cultivo consorciado, técnicas alternativas de amadurecimento das frutas, dentre outros.

Foto 18: Banana amadurecida com maracujá para evitar o uso do carbureto. Assentamento Apasa - Pitimbu - PB.

Foto: Aline B. de Lima. Pitimbu. Data: 02/03/2007

Os defensivos naturais utilizados foram feitos a partir de compostagem da folha da gliricídia, macerado de pimenta malagueta e urina de vaca; extrato de nim com urtiga; extrato de fumo, pulverizados para controlar lagartas e fungos que afetam as lavouras. Para auxiliar na produção desses defensivos naturais, foi criado o Centro de Apoio à Produção Agroecológica - (CEPA) no assentamento Dona Helena, onde são preparados os defensivos e vendidos aos camponeses a preços módicos. Além do CEPA, foi criado ainda um viveiro de mudas no assentamento Padre Gino:

O viveiro de mudas foi implantado no assentamento Padre Gino, numa área de 300m². Seu espaço foi distribuído com a construção de quatro minhocários, com tamanho de 3m x 1m, para criação de minhocas californianas e para a produção de húmus; uma cisterna, com capacidade para 16.000 litros d'água; uma estufa, com área de 40 m² protegido por sombrite, plástico e uma bancada de apoio às bandejas de isopor para preparação e produção de mudas de hortaliças; uma casa de alvenaria para guardar as sementes, ferramentas e espaços para utilizar preparo de mudas e defensivos alternativos naturais (SENA, 2015, p.30)

Os camponeses praticam ainda o cultivo consorciado, o pousio e a rotação de terras para manutenção da fertilidade do solo, adubados com esterco de gado, galinha e minhoca. O esterco de minhoca é menos utilizado, sendo utilizado principalmente os dois primeiros. A tentativa de

introduzir a produção de húmus nas parcelas através de projetos de extensão encontrou dificuldades de manutenção, tornando muitos minhocários sem funcionamento. Os que encerraram as atividades dos minhocários relataram que, além do trabalho extra, o produto não era suficiente para a adubação total das terras.

O reflorestamento também fez parte da melhoria das condições de cultivo da parcela, para proteger nascentes e servir de barreira natural para o plantio. Existiu ainda um cuidado em coibir a prática de queimadas, bastante arraigada às formas tradicionais de plantio, através da coivara, que ajudava a limpar o terreno e nutria o solo com as cinzas formadas. Todavia, essa prática tem sido condenada por alguns ambientalistas, e os camponeses têm buscado reduzir esse tipo de manejo.

A transição para formas de cultivo sem a utilização de agrotóxicos contou com o apoio direto da CPT, através da assistência técnica prestada por integrantes da pastoral com formação específica, que buscaram desenvolver junto aos camponeses um diálogo que agregasse o conhecimento tradicional com experimentos que vinham dando certo e foram conhecidos em visitas de intercâmbio e com trocas de informação. Além da CPT, a assistência técnica também tem sido realizada pela Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul Paraibano – COASP, contratada pelo INCRA através das ATES que realiza um trabalho conjunto com a CPT.

Observamos que, quando as técnicas agrícolas exigidas fugiam das formas tradicionais de cultivo, havia mais dificuldade de incorporação pela comunidade. Por outro lado, quando as técnicas coincidiam com o que já era praticado ao longo do tempo, essas foram aperfeiçoadas e disseminadas com mais facilidade.

Dessa forma, podia existir uma tensão entre o que era exigido em manuais agroecológicos e o que era de fato praticado. Todavia, a maior disseminação em meios científicos, políticas públicas e agências de fomento da agroecologia, terminaram por fazer o camponês incorporar princípios e conceitos próprios desse campo do conhecimento, no cotidiano ou quando requisitados.

Se os conceitos científicos nem sempre foram assimilados pelos camponeses nos moldes preconizados pelos manuais, o zelo com a terra e a visão de futuro estiveram presentes de forma genuína. Nesse sentido, a dedicação com a terra evocou um saber tradicional e uma consciência da importância de cuidar da natureza para uma alimentação sadia e para a manutenção da família, nas presentes e futuras gerações.

Para atender as exigências formais da venda de alimentos agroecológicos em feiras-livres, bem como estabelecer normas para o atendimento de exigências internas e externas do

grupo e regulamentar a participação dos integrantes, foram criadas associações comunitárias para cada grupo que realiza as feiras, além do estatuto geral e regimento interno.

Para a feira agroecológica da UFPB, foi criada a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana -Ecovárzea, para a feira agroecológica do Bessa, a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos Do Litoral Sul Paraibano – Ecosul, e para a feira agroecológica de Jacaraú, a Associação dos Agricultores Orgânicos de Jacaraú. Cada uma dessas associações é integrada pelas famílias que realizam as feiras agroecológicas, sendo que, nas feiras mais recentes, como a feira agroecológica de Caaporã e a feira agroecológica de Itabaiana, a criação das associações encontra-se em processo.

O estatuto geral da Ecovárzea e da Ecosul foi influenciado pelo da Rede Ecovida e foi o primeiro a ser elaborado, servindo, assim, de guia para os demais. Depois da criação do estatuto geral, os novos membros para serem aceitos deveriam contar com a concordância de 50% dos sócios mais um. Os objetivos a serem alcançados pelos associados foram listados no estatuto, como:

- Unir os agricultores (as) agroecológicos (as) dos assentamentos mencionados no artigo 1º;
- Garantir a produção orgânica e agroecológica dos (as) agricultores (as) associados (as);
- Fortalecer a autogestão dos (as) associados (as) pela organização, administração e escoamento de seus produtos;
- Criar novos canais para escoar a produção orgânica e agroecológica dos agricultores e agricultoras associados (as);
- Intermediar o escoamento dos produtos orgânicos e ecológicos exclusivamente dos (as) seus (suas) sócios (as);
- Favorecer a elaboração de projetos para beneficiar esta associação;
- Promover a formação e capacitação de temáticas afins desta associação;
- Solicitar assessorias necessárias para as ações eminentes dessa associação, através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou de remuneração com recursos próprios;
- Garantir os serviços técnicos especializados em produção orgânica e agroecologia, para o acompanhamento dos (as) agricultores (as) – sócios (as), através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou com recursos próprios;
- Promover eventos de confraternização entre os (as) sócios (as) e seus convidados (as).
- Administrar os bens da associação;

Destacamos entre os objetivos apresentados no estatuto, a proposta de união e autogestão a ser preconizada pelos sócios, demonstrando que, apesar de explicitada a importância das parcerias para ações de melhoramento da feira agroecológica, são os camponeses que devem realizá-la e geri-la.

Para tanto, as atividades foram organizadas em quatro instâncias: **Assembleia Geral**, quando são realizadas várias deliberações; **Coordenação executiva**, formada por Coordenador Executivo, Vice Coordenador Executivo, Secretário e Tesoureiro; **Conselho Fiscal**, composto por três membros que devem fiscalizar e aprovar os recursos orçamentários; **Comissão de Ética**, também formada por três membros, que devem zelar pelos princípios da produção orgânica, agroecologia e pelo respeito interpessoal.

Como forma de manter a infraestrutura existente e garantir reservas para eventuais necessidades, os camponeses contribuem com 5% dos produtos comercializados na feira, sendo 4% para investimento em equipamentos e 1% como fundo rotativo. Além desse valor, os camponeses contam com ajudas esporádicas de parcerias estabelecidas com organizações governamentais e não governamentais.

As avaliações e decisões que precisam ser tomadas pelo grupo são feitas em vários momentos de reunião, que ocorrem principalmente em três períodos: no final de cada feira; nas assembleias gerais, sempre que são convocadas; e em reuniões coletivas que ocorrem geralmente a cada dois meses e agregam todas as feiras agroecológicas organizadas pela CPT na Mata Paraibana.

Foto 19: Atividade formativa organizada pela CPT para discutir o cuidado com a natureza.

Foto: Aline B. de Lima. João Pessoa - PB. Data:3/7/2004.

Além do estatuto, há também o regimento interno, em que os artigos são pormenorizados e tratados especificamente. O regimento elenca uma série de critérios, como: a exigência da comercialização ser feita pelo próprio produtor, exclusivamente com produção própria; a proibição do uso de agrotóxicos; e as penalidades em caso de descumprimento das normas. Cabe destacar que, no caso da reunião de final de feira, no artigo 8º do regimento interno, há exigência de participar da oração, demonstrando, assim, a religiosidade presente do grupo.

A Comissão de Ética prevê ainda no regimento interno um representante a partir de grupos por tipo de produção, divididas em: hortaliças, legumes, frutas, plantas medicinais, comidas típicas, tubérculos (inhame, mandioca, macaxeira) e um representante do apoio e assessoria técnica. Nesse sentido, apesar da maior parte dos camponeses cultivarem vários desses produtos, pode ocorrer algum tipo de especialização, que faz sobressair uma setorização da venda na feira.

Uma das questões que caracterizam essas feiras liga-se à denominação agroecológica. Como já destacado, a agricultura praticada pelos camponeses a partir de técnicas tradicionais, como rotação de cultura, cultivo consorciado, adubação orgânica e o abandono de técnicas “modernas” ligadas à adubação química e uso de agrotóxicos, foram associados aos manejos considerados ecologicamente corretos.

Nesse sentido, a venda desses alimentos diferenciou-se na sociedade por essa característica em particular. Antes da disseminação do uso de agrotóxicos nas lavouras, as feiras de produtores podiam ser enquadradas no que hoje se classifica como feira orgânica. Com a introdução das técnicas modernas na agricultura, as feiras de produtores passaram a comercializar cada vez mais produtos cultivados com venenos e fertilizantes químicos, gerando uma diferenciação entre aqueles que não usam tais substâncias.

Cabe destacar ainda que, a partir de análises sobre a contaminação de alimentos pelo uso de agrotóxico realizadas pela ANVISA e divulgadas em meios de comunicação de grande circulação, esse tema passou a ser mais amplamente debatido pelo conjunto da sociedade. O uso de veneno em níveis mais elevados do que o permitido se tornou recorrente nos noticiários, alertando em alguma medida para os riscos à que a população estava sendo exposta e trazendo à tona os impactos gerados pelo fato do Brasil ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

É nesse contexto que as feiras agroecológicas passaram a oferecer alimentos saudáveis advindos de áreas de reforma agrária, por vezes cultivados de forma a recuperar áreas degradadas e proporcionar uma melhor alimentação no campo e na cidade. Esse processo

evidenciou de maneira concreta o sentido de função social que a terra deveria atender, de forma a extrapolar uma visão mais restritiva de ecologia ou sustentabilidade.

Uma das faces da realização das feiras agroecológicas tem consistido em demonstrar para a sociedade a necessidade e importância da produção de alimentos a partir de práticas contra-hegemônicas, cujo benefício para a sociedade se apresenta de forma efetiva. Com o fortalecimento dessas experiências, fica patente os benefícios dos circuitos curtos de abastecimento e a minimização das externalidades para o barateamento da produção e melhoria da sua qualidade, colocando em questão até a ideia de inviabilidade de alimentos orgânicos pelo custo mais elevado da produção.

Por essa razão, no contexto da certificação, a incredibilidade concedida por determinados setores a esses camponeses pode evidenciar mais que uma dúvida sobre a idoneidade do processo, projetando-se sobre a viabilidade e a importância da própria reforma agrária, cuja negação de necessidade tem o sentido de reforçar a legitimidade da propriedade privada acima do bem-estar social.

Dessa forma, a associação pejorativa da reforma agrária aos camponeses da feira agroecológica pode ocorrer num contexto de tentativa de tirar a credibilidade do processo, disseminar para a população a desconfiança e promover uma tentativa de boicote. É nesse contexto que verificamos acusações sobre a confiabilidade da produção comercializada na feira agroecológica.

Um caso que exemplifica essa situação ganhou divulgação nacional em matéria intitulada “Feirantes vendem produtos com agrotóxico como orgânicos”, veiculada no dia 31 de janeiro de 2016 pelo programa dominical Fantástico, do canal aberto de televisão da Rede Globo. Nessa referida matéria, são flagrados vendedores que comprem produtos na Ceasa e vendem como orgânicos e enganam consumidores.

Registramos em alguns trabalhos de campo relatos de camponeses que demonstraram sentirem-se difamados pela notícia, ponderando que a matéria se isentou em mostrar feiras orgânicas onde a comercialização fosse confiável e limitou-se a incriminar individualmente alguns comerciantes.

Além disso, observamos que na referida matéria, em nenhum momento as mercadorias certificadas como orgânicas comercializadas pelas grandes redes de supermercado foram alvo de questionamento ou avaliação. A matéria preocupou-se ainda em destacar o crescimento econômico do setor de 20% ao ano, com tendência a aumentar.

Finalmente, a reportagem apresentou uma feira da cidade do Recife como sendo a mais antiga a vender alimentos agroecológicos na cidade, envolvendo indevidamente com isso o

Espaço Agroecológico das Graças, contudo, a feira visitada foi outra, não identificada na matéria. Em resposta, o Centro Sabiá divulgou nota esclarecendo que a reportagem exibida não correspondia ao Espaço Agroecológico das Graças e lamentou a matéria não mostrar as dezenas de famílias envolvidas que trabalham de forma honesta, conforme destacamos no trecho a seguir:

O fato é que a reportagem deu destaque a uma prática desonesta na venda de produtos orgânicos, mas não abordou os/as milhares de agricultores e agricultoras brasileiras dedicados à produção agroecológica, que atuam além da produção de alimentos saudáveis, contribuindo para a conservação dos solos, das águas, e da biodiversidade. Sem dúvidas uma fiscalização mais eficiente é necessária, mas é importante que essa denúncia e as investigações sejam feitas pelos órgãos competentes de maneira a não gerar confusão para as pessoas e não sejam prejudicados aqueles que atuam no campo de maneira séria, sem usar agrotóxicos e investindo numa agricultura que é a saída para uma alimentação saudável. As feiras orgânicas e agroecológicas são importantes equipamentos públicos de abastecimento alimentar nas cidades, uma alternativa aos produtos envenenados de grandes produtores vendidos em supermercados, e não devem ser criminalizadas pelos atos irresponsáveis de uma minoria⁸⁷.

É nesse contexto que a certificação se impôs à venda de alimentos nas cidades pelos camponeses, que têm buscado construir formas de melhorar a confiabilidade entre a freguesia. A formalização da associação e a instalação da comissão de ética possibilitaram o cadastro de algumas famílias no CNPO, regularizando formalmente a venda direta de alimentos orgânicos.

Além dos processos formais, um caminho que tem sido construído através da certificação social consistiu em buscar estabelecer aproximação entre camponeses e fregueses, numa relação estabelecida entre o campo e a cidade. A confiança e a solidariedade são desenvolvidas a partir de atividades que permitiram um conhecimento mais aprofundado do processo produtivo como um todo.

Um exemplo dessas atividades foram as confraternizações de final de ano no assentamento Apasa, realizadas pelos camponeses da feira agroecológica do Bessa. Nessas ocasiões, esses encontros possibilitaram que muitos fregueses conhecessem as áreas de produção de onde adquiriam seu alimento semanal. Durante a programação, os camponeses ofereciam ainda um almoço produzido pelas mulheres do assentamento, com boa parte dos alimentos cultivados pelas famílias da feira agroecológica e no final da programação uma roda de debate era formada para uma avaliação conjunta.

---

⁸⁷ Em respeito à história da agroecologia brasileira e de Pernambuco. Centro Sabiá. Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br/noticia/em-respeito-a-historia-da-agroecologia-brasileira-e-de-pernambuco>>. Acesso em 15 fev. 2016.

Na feira agroecológica da UFPB, Borba (2012) analisou a certificação participativa dos camponeses da Ecovárzea, demonstrando a ligação desse processo com a colaboração dos consumidores, técnicos, parceiros e camponeses, que juntos viabilizavam a confiabilidade da produção a partir de um conjunto de atividades, como visitas nas parcelas, boletins informativos, dentre outros.

Em um dos relatos de campo, Iolanda de Oliveira Monteiro⁸⁸ relatou que a freguesia, que comprava aos domingos na feira agroecológica de Caaporã, deixava de comprar na feira-livre convencional, que ocorria na cidade aos sábados, pois sabia que a produção vendida pelos camponeses do assentamento Capim de Cheiro era diferenciada. Dessa forma, mesmo criada em 2011 e sem processos de certificação oficiais consolidados, a feira agroecológica de Caaporã agregou uma freguesia a partir da confiança estabelecida entre eles.

A certificação social tem sido construída no cotidiano da feira, através do contato direto entre produtores e fregueses e na troca de informação, bem como do trabalho interno desempenhado pelos próprios camponeses para garantir o cumprimento das normas. Verificamos em trabalhos de campo que muitos fregueses se sentem seguros em comprar a produção a partir desse processo, não requerendo certificações por auditoria.

A certificação por auditoria, mesmo mais onerosa, permitiria a venda para outros canais de comercialização, como redes de supermercado e exportação. Mas, se por um lado, a venda a supermercados poderia garantir a compra de um maior volume de produtos, por outro lado, retiraria parte do controle da produção das mãos dos camponeses, mediante demanda do supermercado por determinado tipo de produção, exigências do padrão do alimento e preço estabelecido para compra. Esse processo poderia gerar uma dependência pela demanda do supermercado, tornando as vendas vulneráveis aos interesses dos lucros das empresas.

O trabalho político constituído pelo grupo tem buscado eliminar processos que possam acarretar na perda do controle organizativo e façam avançar a monopolização do território. Esse processo é marcado por tensões internas e geram embate entre aqueles que entendem que a venda aos supermercados é vantajosa, bem como aos programas governamentais, com aqueles que acreditam que é necessário fortalecer a venda direta nas feiras agroecológicas.

Essas discussões emergem da formação política constituída a partir da luta pela reforma agrária e da compreensão do grupo sobre a importância dos camponeses para a construção da soberania alimentar e da função social da terra. Nesse sentido, as questões debatidas tocam

---

⁸⁸ Depoimento de Iolanda de Oliveira Monteiro, integrante da feira agroecológica de Caaporã e da comissão de coordenação das feiras agroecológicas da CPT, concedido à autora em 17/07/2016, Caaporã, Paraíba.

tanto na urgência da sobrevivência imediata, quanto nos temas ligados à necessidade de transformações sociais profundas.

Nesse sentido, uma característica que se mostrou presente nas feiras agroecológicas organizadas pela CPT foi a preocupação com questões sociais que afetariam diretamente a vida dos camponeses. Dentre elas, o avanço das atividades de mineração no Litoral Sul paraibano (realizadas pelas empresas Elizabeth Cimentos, grupo Ricardo Brennand e Votorantim Cimentos); a proteção de nascentes que beneficiam 16 comunidades rurais no município de Caaporã (construção pelo governo do Estado de polo industrial que previa o escoamento de água pluviais pelas comunidades) e o combate ao desmatamento (derrubada irregular de árvores para possível loteamento em João Pessoa feito em área de preservação próxima a áreas destinadas ao cultivo de hortaliças).

Essas foram algumas situações em que o trabalho da CPT consistiu em apoiar e articular as comunidades para denunciar e combater ações que causariam prejuízos nas conquistas sociais realizadas. Além da atuação nos conflitos cotidianos que afetam as comunidades rurais, a CPT tem buscado debater junto com a sociedade temas como combate ao uso de agrotóxicos e a importância da reforma agrária para alimentação da população.

Uma dessas iniciativas resultou na criação de lei estadual 9.781/2012, de autoria de uma liderança da CPT, o deputado estadual Frei Anastácio (PT), que instituiu 19 de março como o dia estadual de combate ao uso de agrotóxico na Paraíba. Essa data também é o dia de São José, quando os nordestinos renovam sua esperança por um ano com chuvas.

Desde sua criação, a data tem sido comemorada com uma feira agroecológica no centro da cidade de João Pessoa, que reúne camponeses de todo o estado, além de várias entidades apoiadoras. Através da realização da feira e da exposição de algumas experiências, a ação busca dar visibilidade aos camponeses na produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, oferecidos aos moradores da cidade.

Foto 20: Feira agroecológica comemorativa do “Dia estadual de combate ao uso de agrotóxicos na Paraíba”.

Foto: Aline B. de Lima. João Pessoa - PB. Data: 19/03/2014.

Foto 21: Faixas e artesanatos na feira comemorativa.

Foto: Aline B. de Lima. João Pessoa - PB. Data: 19/03/2014.

Foto 22: Mudas na feira comemorativa.

Foto: Aline B. de Lima. João Pessoa - PB. Data: 19/03/2014.

Dessa forma, o fato da feira agroecológica ter sido constituída a partir de trajetórias de luta pela reforma agrária, conquista da terra, organização produtiva e finalmente vendas diretas de produtos comercializados a partir de propostas agrícolas contra-hegemônicos têm possibilitado aos camponeses uma formação política crítica que interfere diretamente nas decisões tomadas em grupo, seja nas deliberações que envolvem as feiras agroecológicas, seja nas posições assumidas diante das questões que surgem nas suas comunidades e na sociedade de uma forma geral.

O caminho seguido pela CPT, a partir da construção da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada, encontrou ao longo dos anos dificuldades oriundas de papados considerados conservadores, como o papado de João Paulo II e Bento XVI. Na Paraíba, a situação foi agravada pela atuação do arcebispo Dom Aldo Pagotto ⁸⁹, nomeado desde 2004, que dificultou a atuação da CPT, atacando-a diretamente (MITIDIEIRO, 2008).

Mesmo contando com algum apoio financeiro independente da Igreja Católica, dois papados seguidos de posição conservadora e um contínuo combate a Teologia da Libertação

⁸⁹ Em 2016, Dom Aldo Pagotto renunciou ao cargo de arcebispo da Paraíba mediante investigações do Vaticano, sob o comando do Papa Francisco. As investigações partiram de denúncias sobre o envolvimento de Dom Aldo Pagotto em escândalo de exploração sexual de menores. “Ex-seminarista diz ter sofrido assédio sexual de arcebispo Dom Aldo Arcebispo emérito nega envolvimento em casos de assédio sexual e pedofilia. Documentos em segredo de Justiça foram anexados a outra ação”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/09/ex-seminarista-da-pb-diz-ter-sofrido-assedio-sexual-de-bispo-dom-aldo.html>. Acesso em: 10 jan. 2016.

dificultaram a atuação da CPT e a ampliação das ações para uma quantidade maior de comunidades rurais.

Essa situação possivelmente abriu caminho para a atuação das Igrejas Evangélicas junto aos mais pobres. Como consequência, houve um contínuo crescimento ao longo dos anos no número de fiéis dessas Igrejas, que têm ampliado seu poder político e econômico em diversas instâncias da sociedade, conforme analisou Bava (2017, p. 3):

Houve um momento, nos anos 1970 e 1980, em que as pessoas encontraram abrigo nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Aí, com a teologia da libertação, encontraram acolhimento, valorização, respeito, dignidade, pertencimento, vida em comunidade, esperança. E puderam se expressar coletivamente, mobilizadas em defesa da democracia, dos direitos sociais e políticos e de suas condições de vida.

Esse momento passou, e o que temos hoje é o crescimento das Igrejas neopentecostais, com sua teologia da prosperidade. E elas crescem porque também oferecem acolhimento, valorização, integração do indivíduo a uma comunidade. Nos bairros da periferia das grandes cidades vão conformando maiorias, vão difundindo seu pensamento conservador.

Mesmo considerando o avanço das Igrejas neopentecostais, inclusive entre os camponeses, foi possível observar que, diante de mais de uma década de dificuldades, o apoio da CPT e a realização das feiras agroecológicas tiveram continuidade. Nesse sentido, a inauguração de novas feiras agroecológicas entre os anos de 2001 até o ano de 2016, indicaram um trabalho contínuo na construção de transformações sociais duradouras, bem como de outros projetos voltados para a melhoria de vida das famílias e a inserção delas em políticas públicas como o PNAE e o PAA.

Compreendemos que essas ações só foram possíveis pelo protagonismo da classe camponesa envolvida, com fundamental apoio da CPT. Diuturnamente, esses camponeses lutaram para a sobrevivência de suas famílias por condições mais dignas e, apesar dos problemas enfrentados, seguiram adiante na construção de um projeto de vida diferenciado.

Essas ações integraram um conjunto maior de lutas na América Latina, que têm buscado a diminuição da dependência das empresas produtoras de sementes transgênicas e de agrotóxicos, a conscientização da importância do autoabastecimento e o papel central da terra nessa construção. Essas lutas desaguaram em torno do debate da soberania alimentar e do papel dos camponeses nesse processo.

No dia 15 de fevereiro de 2013, uma “Marcha pela soberania alimentar e Reforma Agrária” reuniu aproximadamente 1500 camponeses nas ruas de João Pessoa, com apoio da

CPT, MST e MAB. A Marcha começou no dia 14, saindo do acampamento Wanderley Caixe, em Caaporã e seguiu pela BR 101 até a sede do INCRA na capital paraibana:

As famílias reivindicam maior empenho dos órgãos federal e estadual para desapropriação de terras no estado como forma de garantia da segurança e soberania alimentar à população. De acordo com Iolanda, integrante da CPT da Paraíba, foi elaborada uma extensa pauta a ser entregue ao Governo Estadual, à Caixa Econômica e ao Incra. Entre os principais pontos exigidos pelas famílias está a imediata desapropriação das Terras da Usina Maravilha, que estão localizadas entre o estado de Pernambuco e da Paraíba. A Usina pertence ao mesmo grupo empresarial da Cruangi, que ao longo de 2012 teve suas atividades paralisadas por acumular dívida trabalhista milionária. No fim de fevereiro deste ano, foi anunciada a desapropriação de parte das terras do Grupo, feita pelo Governo do Estado de Pernambuco no montante de R\$ 25 milhões, para servir de área à construção da Fábrica da FIAT, em Goiana/PE. De acordo com Iolanda, a realização da marcha objetivou fortalecer ainda mais a luta unificada entre os movimentos sociais do campo, em defesa da Reforma Agrária e pela Soberania alimentar. “Além disso, o que nos impressionou ao longo desses dois dias de caminhada foi a repercussão e a recepção muito positiva da população por onde nós passamos. Avaliamos que este diálogo com a população da cidade é muito positivo”. Ainda de acordo com a integrante da CPT, a expectativa é de que as famílias Sem Terra permaneçam acampadas no Incra até que sejam encaminhados todos os pontos de pauta apresentados⁹⁰.

Dessa forma, mesmo considerando as limitações pelas quais tem passado o processo de luta pela terra, bem como os esforços para nela permanecer, observamos que houve um prosseguimento da luta nos diversos embates cotidianos apoiados pela CPT na Paraíba.

No caso das feiras agroecológicas, apesar da consolidação das feiras agroecológicas da Ecovárzea e Ecosul, as dificuldades são continuamente enfrentadas. Um exemplo dessa dificuldade ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2017, quando a prefeitura de João Pessoa, assumida por Luciano Cartaxo (PSD), não renovou a autorização para funcionamento da feira agroecológica do Ponto Cem Réis, que ocorria na primeira terça-feira de cada mês na cidade de João Pessoa. O deputado Frei Anastácio criticou a ação da prefeitura na Assembleia Legislativa, defendendo a importância da realização da feira agroecológica do Ponto do Cem Réis:

Esses assentamentos e acampamentos estão localizados nos municípios de Caaporã, Pitimbu, João Pessoa, Cruz do Espírito Santo, Jacaraú, Curral de

---

⁹⁰ Marcha pela soberania alimentar e Reforma Agrária - 1.500 camponeses chegam em João Pessoa e ocupam o INCRA. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/54-pb/3855-marcha-pela-soberania-alimentar-e-reforma-agr%C3%A1ria-1-500-camponeses-chegam-em-jo%C3%A3o-pessoa-e-ocupam-o-incra.html>. Acesso em: 23/2/2017.

Cima e Rio Tinto. As 25 famílias vendem a cada feira seis toneladas de alimentos que são produzidos sem nenhum tipo de agrotóxicos⁹¹.

De forma geral, as feiras agroecológicas organizadas com apoio da CPT têm persistido diante das adversidades. Em alguns casos perderam autorização de funcionamento, em outros foram realocadas, por vezes acusadas indevidamente de venda de alimentos com agrotóxicos, tiveram ainda repasses de assistência técnica suspensos, dentre outras formas de tentativa de enfraquecimento e destruição.

Em geral, a comercialização dos camponeses em uma única feira agroecológica ainda não tem sido suficiente para garantir o dinheiro necessário ao sustento de todas as famílias envolvidas no projeto, sendo uma renda complementar importante que integra outras fontes de rendas, como venda a programas governamentais (PAA, PNAE), venda em mais de uma feira agroecológica, que se juntam ainda às aposentadorias e auxílios sociais, como o bolsa família.

Diante da falta de apoio, em mais de quinze anos de trabalho, considerando o processo organizativo para a realização das feiras agroecológicas, compreendemos que esse projeto tem permitido a melhoria da alimentação das famílias envolvidas, tanto no campo, como na cidade, e podem contribuir para um projeto de construção de soberania alimentar no Brasil.

---

⁹¹ Frei Anastácio critica prefeitura da capital por cancelamento de feira agroecológica. Disponível em: <http://www.freianastacio.com.br/frei-anastacio-critica-prefeitura-da-capital-por-cancelamento-de-feira-agroecologica/>. Acesso em: 23/02/2017

7. Os sindicatos rurais e as feiras agroecológicas na Paraíba

No Agreste paraibano, em meados dos anos de 1990, teve início um conjunto de atividades que buscou enfrentar o uso indiscriminado de agrotóxicos e pensar saídas para melhorar a vida das famílias no campo. No ano 2001 e 2002, como um dos resultados dessas ações, foram criadas as primeiras feiras agroecológicas no agreste paraibano, respectivamente a feira agroecológica de Lagoa Seca e a feira agroecológica regional de Campina Grande. Essas feiras foram formadas sobretudo por moradores de pequenas propriedades rurais e, em menor medida, áreas de assentamentos.

Nesse processo, existiu inicialmente uma influência das CEBs, mas foi principalmente por meio da articulação sindical que se realizou uma série de projetos. Dessa forma, ocorreu um trabalho conjunto entre sindicatos rurais, associações comunitárias e ONGs. Por via dessa articulação, esses camponeses buscaram saídas próprias para as dificuldades vivenciadas, exigindo também a criação de políticas públicas e a inserção de suas pautas reivindicatórias na agenda governamental.

No primeiro item do presente capítulo, analisaremos a formação dos coletivos sindicais que deram origem ao **Polo da Borborema e ao Coletivo Regional**, esses dois coletivos realizam atualmente um total de 16 feiras agroecológicas em diversos municípios do Agreste e da Borborema. Nos itens: **A “feira mãe”: articulação sindical e a feira agroecológica de Lagoa Seca e Articulação regional e a Feira agroecológica de Campina Grande**, destacaremos o processo organizativo que deu origem as primeiras feiras agroecológicas no Agreste paraibano, que serviram de estímulo e foram lugares de intercâmbio para a criação de outras feiras agroecológicas.

Em seguida, em **Convivência com o Semiárido**, abordaremos como os camponeses têm lidado com a seca prolongada e como têm conseguido manter o funcionamento das feiras agroecológicas. Continuando no item **Sementes da Paixão e fundos rotativos solidários**, analisaremos a importância dessas ações no fortalecimento da produção camponesa.

Finalmente em **Mulheres camponesas, sindicalismo rural e as feiras agroecológicas**, destacaremos o protagonismo feminino na realização das feiras agroecológicas, demonstrando a importância desses espaços de comercialização na luta pela visibilidade do trabalho da mulher e contra a violência.

7.1. O Polo da Borborema e o Coletivo Regional

A origem do sindicalismo rural no Brasil remonta ao período militar e liga-se à intenção do Estado em manter sob tutela os camponeses e trabalhadores rurais, buscando assim deslegitimar a atuação das Ligas Camponesas. Nesse sentido, coube à criação da FETAG - Federação de Sindicatos do Estado da Paraíba e da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em 1963, o papel de unificar sob uma só organização toda uma heterogeneidade de trabalhadores do campo, inclusive empregadores, barrando os anseios dos camponeses de criarem sua própria confederação⁹².

Com a distensão do regime militar, o caráter eminentemente assistencialista dos STR começa a transmutar, processo que teve como marco as deliberações do III Congresso Nacional de março de 1979, quando 1500 dirigentes de sindicatos rurais buscaram preconizar as formas coletivas de reivindicação e os interesses de classe, dando novos direcionamentos às lutas sindicais. (CONTAG, 1980)

A luta pela reforma agrária, pela reorientação das políticas agrária, agrícola e salarial, não é de interesse exclusivo dos trabalhadores rurais. Somos os principais interessados, é verdade. Mas a nossa luta é parte de uma luta mais ampla da grande maioria da sociedade brasileira pela substituição de um modelo econômico que assegure uma melhor distribuição da renda, pleno emprego e que esteja voltado para as necessidades de consumo do nosso povo (CONTAG, 1980).

Nesse contexto, foram concebidas lutas que visavam atender principalmente reivindicações relacionadas a melhorias salariais e direitos trabalhistas, voltadas de forma significativa para trabalhadores da cana-de-açúcar, que como vimos na Paraíba, teve em Margarida Maria Alves uma de suas principais lideranças no município de Alagoa Grande.

No final dos anos de 1980, as atuações da CUT e da CPT ganharam destaque em alguns municípios na mesorregião Agreste, através do estímulo aos camponeses para uma efetiva participação política e pela luta por melhores condições de vida no campo. Movimentados por essas ações, os camponeses passaram a buscar colaboração de outras instâncias, dessa forma:

No início dos anos 1990, três sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca se colocaram o desafio de buscar estratégias inovadoras de intervenção, capazes de gerar dinâmicas sócio organizativas que atuassem sobre a essência da problemática da agricultura familiar da região. Tratava-se, para esses sindicatos, de reverter uma conjuntura de descenso do movimento sindical e de conectar suas pautas de luta, até então muito genéricas, à realidade e às motivações concretas da numerosa e diversificada agricultura familiar do agreste (SILVEIRA; VICTOR; ANACLETO, 2007, p.10).

⁹² Portaria Ministerial n.71/1965 e Decreto-Lei n.1.166/71 que regulamenta a contribuição sindical.

No ano de 1993, passou a atuar na região a ONG ASPTA, que trabalhava com ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e pela promoção do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais nos estados do Rio de Janeiro e Paraná. Assim, os diálogos estabelecidos entre os camponeses com a ASPTA frutificaram em parcerias voltadas a ações de melhoria da vida dessas famílias no campo.

A relação de diálogo que se estabeleceu entre as lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais de diversos municípios estendeu-se também para o relacionamento entre os sindicatos e outras organizações não governamentais, como a AS-PTA, estimulando a busca de uma estratégia coletiva conjunta para se opor ao modelo tradicional de agricultura predominante na região. Com isso, a articulação dos movimentos de renovação sindical e de agroecologia permitiu a realização de diversos experimentos de inovação produtiva e tecnológica, criando uma rede de agricultores experimentadores e estabelecendo a região de atuação do Polo Sindical como um “território agroecológico” (DELGADO, 2010, p. 44).

Alimentados pela ideia de uma articulação regional, os camponeses resolveram criar um polo que congregasse os sindicatos rurais da região. Porém, dada a dificuldade de atender todos os diferentes anseios, não puderam alcançar a unificação de todos e, a partir de 1998, a articulação deu-se entre aqueles que tinham construído uma pauta de interesses comuns. Nos municípios cujos sindicatos não quiseram integrar o polo, foi possível a vinculação das suas associações comunitárias. Dessa forma, o Polo Sindical passou a agregar sindicatos rurais e associações e, em 2004, estabeleceu-se enquanto instância jurídica.

As bases desse projeto foram estabelecidas por ocasião do I Seminário da Agricultura Familiar do Compartimento da Borborema, realizado em 2001, com a participação de representações de 14 municípios da região. Foi então tomada a decisão de que o Polo, com a assessoria da AS-PTA, formularia e implementaria uma estratégia de promoção de desenvolvimento regional assentada em um programa de formação estruturado em dois eixos: o primeiro tendo como objeto os temas relacionados à inovação agroecológica, e o segundo com foco nas políticas públicas, orientando-se para extrair ensinamentos das experiências inovadoras em curso na região e gerar subsídios para formular e defender propostas de políticas voltadas à generalização da Agroecologia (SILVEIRA; VICTOR; ANACLETO, 2007, p. 13).

O Polo Sindical congrega atualmente 14 sindicatos dos seguintes municípios: Alagoa Nova, Arara, Areial, Esperança, Casserengue, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Solânea, Serra Redonda e 150 associações comunitárias.

As ações desenvolvidas a partir da articulação entre a ASPTA e o Polo da Borborema deram sequência a uma série de ações de tecnologias sociais e desenvolvimento rural, como os

fundos rotativos solidários, os bancos comunitários de sementes, a construção de cisternas para o armazenamento de água, o manejo agroecológico nas propriedades e as feiras agroecológicas. Essas atividades mobilizam aproximadamente 5.000 famílias camponesas, em torno de 5% da população rural dos municípios destacados.

As atividades realizadas pelo Polo da Borborema são organizadas em torno de seis tipos de comissões temáticas, que foram criadas em cada sindicato rural, onde famílias camponesas desenvolvem e articulam diversas atividades, conforme descrito no quadro 13:

Quadro 13: Comissões de trabalho do Polo Sindical.

Comissão	Descrição
Comissão de recursos hídricos	Armazenamento de água para consumo doméstico e para produção. Ex: P1MC, Projeto P1+2.
Comissão de sementes	Fortalecimento dos bancos comunitários de sementes e combate as sementes transgênicas. Ex: Bancos comunitários e viveiro de mudas.
Comissão dos animais	Produção de ração, criação e manejo de animais.
Comissão de comercialização	Eliminação de atravessadores e acesso a políticas públicas. Ex feiras agroecológicas, PAA, PNAE.
Comissão de jovens	Alternativas de desenvolvimento e trabalho para jovens do campo. Ex: fundos rotativos solidários voltados para os mais jovens.
Comissão de saúde e alimentação	A produção das mulheres no redor de casa e o fortalecimento da agroecologia.

Fonte: Pesquisas de campo. Organização: Aline B. de Lima, 2017

As feiras agroecológicas são ligadas principalmente à comissão de comercialização, mas, de forma geral, essas comissões encontram-se interligadas, uma vez que as temáticas tratadas são questões que afetam todos os participantes.

Para integrar as feiras agroecológicas, os camponeses precisam participar de um período de reuniões e só depois podem compor a Ecoborborema que, como vimos, consiste na associação das feiras agroecológicas do Polo da Borborema que, até o ano de 2016, contava com 12 feiras agroecológicas.

Além do Polo da Borborema, camponeses de diversas associações comunitárias e sindicatos rurais localizados nas microrregiões do Seridó, Cariri e Curimataú formaram o Coletivo Regional.

Esse Coletivo trabalha de forma articulada ao PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas, criado em 1970 como serviço da Congregação Redentorista Nordestina⁹³, vinculada à Igreja Católica. Em 1992, tornou-se uma associação autônoma sem fins lucrativos independente.

Os projetos inicialmente eram voltados para área de habitação popular na periferia da cidade de Campina Grande, mas a partir dos anos de 1980 a atuação do PATAC voltou-se para a região semiárida da Paraíba. As ações desenvolvidas buscaram implantar projetos ligados à agroecologia, a partir das seguintes linhas de atuação: Manejo dos recursos hídricos; Manejo dos sistemas de criação animal e da vegetação nativa; Cidadania, políticas públicas e desenvolvimento local; Desenvolvimento institucional (PATAC, 2017).

Com base nessas linhas de atuação, foram desenvolvidos projetos de acesso a mercados, criação animal, sementes do semiárido e recursos hídricos. Essas ações foram realizadas por camponeses da região semiárida e juntos eles formaram o Coletivo Regional, conforme explicitado a seguir:

O Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú é uma articulação de agricultores/as e de organizações sociais formais e informais, em especial de aproximadamente 50 associações comunitárias e alguns sindicatos de trabalhadores rurais de 11 (onze) municípios do Cariri, Seridó e Curimataú. Esses agricultores e agricultoras são envolvidos com a construção de um desenvolvimento rural sustentável para a região semiárida. Funciona atualmente com a seguinte estrutura: Uma coordenação e três comissões temáticas: Recursos Hídricos; Sementes, plantas e frutas e Criação Animal⁹⁴.

Assim como o PATAC, o Coletivo Regional, nos anos de 1980, teve na sua raiz a presença da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base, além dos Sindicatos Rurais e ONGs. A partir dessa articulação, os camponeses buscaram discutir ações sociais transformadoras e:

Mesmo com a desarticulação das CEBs, a ação não parou, segmentos da Igreja Católica local, o STR de Soledade e ONGs, como o PATAC e a Pracasa, continuaram desenvolvendo atividades voltadas para melhorar a qualidade de vida dos camponeses, principalmente por meio da construção (ou melhoria) de equipamentos de armazenamento de água de chuva, a exemplo de cisternas

⁹³ “A Congregação do Santíssimo Redentor foi a resposta de Santo Afonso de Ligório ao chamado que ele ouviu de Jesus através dos pobres. [...] os Redentoristas são aproximadamente 5.500; trabalham em 77 países de todos os 5 continentes, com o auxílio de homens e mulheres que colaboram na sua missão e formam com eles a Família redentorista”. Fonte: <http://cssr-recife.webnode.pt/sobre-nos/>

⁹⁴ <http://patacparaiba.blogspot.com.br/p/coletivo-regional-de-educacao.html>

de placa, da criação de fundos rotativos solidários e de bancos de sementes comunitários (DUQUE; ARAÚJO, 2011, p. 9).

As associações comunitárias e sindicatos rurais que formavam o Coletivo Regional até o ano de 2016 pertenciam aos seguintes municípios: Cubati, Gurjão, Juazeirinho, Pedra Lavrada, Pocinhos, Santo André, São João do Cariri, São Vicente do Seridó, Soledade, Olivedos e Tenório, que agregavam em torno de 4.000 famílias⁹⁵. Nesses locais, a escassez de água é uma realidade cotidiana, dessa forma, os projetos ligados à convivência com o semiárido, como a construção de cisternas e a instalação de banco de sementes comunitárias, foram bastante desenvolvidos pelo Coletivo Regional.

O desenvolvimento desses projetos melhorou a produção agrícola nas propriedades de camponeses do Cariri, Seridó e Curimataú, com produção de milho, feijão, tubérculos, frutas e hortaliças. Para escoar parte da produção não consumida pelas famílias, foram organizadas feiras agroecológicas nos municípios de Soledade, Cubati, Juazeirinho e Tenório.

As feiras agroecológicas do Coletivo Regional de Juazeirinho, Cubati e Soledade funcionam uma vez por mês e a de Tenório quinzenalmente. Desde 2012, a seca tem dificultado a produção agrícola, mas as tecnologias sociais de convivência com o semiárido ajudaram a manter os pequenos roçados e garantir água para família, fazendo com que mesmo com a severa seca que afetava a região, o Coletivo Regional inaugurasse essas quatro feiras agroecológicas no ano de 2014.

7.2. A “feira mãe”: articulação sindical e a feira agroecológica de Lagoa Seca

A feira agroecológica de Lagoa Seca foi a primeira da mesorregião do Agreste paraibano, iniciada no ano de 2001 com a campanha “Natal Sem Veneno”, considerada pelos camponeses da Ecoborborema como sendo a “feira mãe”, pois guarda na sua história a origem do processo organizativo das feiras agroecológicas do Agreste.

Em depoimento dado por Marlene Pereira⁹⁶, vice-presidente do sindicato rural de Lagoa Seca e integrante da feira agroecológica, a iniciativa partiu da experiência de famílias

⁹⁵ Depoimento de Josefa Jeane Barbosa concedido à autora em 29/07/2016, Feira agroecológica de Soledade, Soledade, Paraíba.

⁹⁶ Depoimento registrado pela autora em entrevista no dia 20 de fevereiro de 2016 – Lagoa Seca – PB.

camponesas que queriam chamar atenção da população para a grande quantidade de agrotóxicos que estava sendo utilizada no município.

Na época, a partir de trabalho desenvolvido pela ASPTA foi realizado um Diagnóstico Rápido e Participativo em Agroecossistemas (DRPA)⁹⁷, em que se constatou que vários camponeses estavam com a saúde afetada pelo uso de agrotóxicos.

Em evento realizado em Lagoa Seca no ano de 2006, intitulado IV Encontro Paraibano de Agroecologia –EPA, que reuniu camponeses de diferentes municípios, ouvimos relatos de camponeses que foram afetados diretamente ou tiveram parentes afetados pelo uso de agrotóxicos. A distribuição dos venenos a camponeses com pouca instrução e informação insuficiente sobre procedimentos de segurança e dosagem gerou um quadro de uso indiscriminado desses produtos que, em alguns casos, eram misturados na água para diluição diretamente com as mãos, ou pulverizados sem nenhum equipamento de segurança, gerando graves doenças.

Nesses momentos de reunião e formação política, os camponeses buscavam pensar suas realidades locais e discutir, a partir de uma troca de experiências, as ações necessárias para melhorar a qualidade de vida das pessoas do campo.

A partir desse processo desenvolvido pela ASPTA em parceria com os sindicatos rurais surgiu a necessidade de fomentar uma produção alimentar livre de agrotóxicos. Nesse contexto, para realizar a transição para formas de cultivo livres de veneno, essas entidades junto aos camponeses passaram a desenvolver formações nas comunidades rurais do município e a partir do ano 2000, algumas famílias já produziam sem a utilização de agrotóxicos, nem fertilizantes químicos⁹⁸.

Apesar de estarem cultivando um produto diferenciado, os camponeses sentiam-se prejudicados na hora de comercializar a produção, uma vez que, na feira livre os produtos eram vendidos indistintamente. Para resolver essa questão, a partir de discussões realizadas no sindicato rural, passaram a pensar em alternativas de comercialização que valorizassem a sua produção.

De acordo com depoimento de João Macedo Moreira⁹⁹, pesquisador do Insa que acompanhou a feira agroecológica de Lagoa Seca desde o processo inicial, os intercâmbios

---

⁹⁷ O Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas. – DRPA – foi introduzido no Brasil, por diversas ONGs, no caso de Lagoa Seca pela AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa que atua na região. O DRPA é um processo que busca compreender a realidade ambiental, econômica, social e cultural dos agricultores a partir de diagnósticos participativos com as comunidades rurais, que são aprofundados ao longo do tempo.

⁹⁸ Cabe destacar que, apesar da ampla disseminação na utilização de agrotóxicos, registramos nos trabalhos de campo famílias que declararam nunca terem utilizado essas substâncias.

⁹⁹ Depoimento registrado pela autora em entrevista no dia 20 de fevereiro de 2016 – Lagoa Seca – PB.

realizados pelos camponeses foram marcos importantes na história da organização e implantação da feira.

Nesse plano, um grupo de camponeses de Lagoa Seca realizou uma visita de intercâmbio ao Espaço Agroecológico das Graças, localizado no bairro das Graças, que, como vimos, foi a primeira feira agroecológica da cidade do Recife. Nessa viagem, eles foram conhecer um dia de feira agroecológica e tiveram a oportunidade de observar o seu funcionamento e também de conversar com os camponeses.

Assim como os camponeses que integram a feira agroecológica da UFPB, visitaram também o sítio São João, em Abreu e Lima, de propriedade de Jones e Lenir. Lá, puderam conhecer uma experiência que vinha sendo bem-sucedida de sistema agroflorestal.

Ainda de acordo com João Macedo Moreira, outro marco importante desse processo deu-se quando ele almoçava no restaurante Girassol, localizado na rua Irineu Jofili da cidade de Campina Grande. Nessa ocasião, ele leu uma carta do agricultor João Teixeira Guimarães, que fornecia alimentos orgânicos para o referido restaurante. A carta do Sr. Guimarães distribuía informações sobre a importância da alimentação sadia e do cuidado com a terra e despertou a sua curiosidade em conhecer a experiência desse agricultor que vivia em um sítio de Lagoa Seca.

O Sr. Guimarães cresceu na zona rural da serra do Meruoca, no Ceará, e seguiu carreira militar até a sua aposentadoria, quando resolveu retornar ao campo trabalhando com a agricultura convencional, com um sistema monocultor de hortaliças. Após algumas dificuldades enfrentadas com pragas e períodos de seca resolveu rememorar saberes antigos e reaplicá-los na sua propriedade.

Visitamos o sítio de Sr. Guimarães em 21 de maio de 2011, localizado na comunidade rural Oiti, em Lagoa Seca. Sua propriedade contava com 13 hectares contendo produção agrícola organizada em bases agroecológicas, possuía ajudantes que contratava por diária e integrava a Associação de Desenvolvimento Econômico das Comunidades do Araçá e Oiti-ADESCAO.

Lá conhecemos plantações enxertadas, onde em um mesmo pé de árvore havia três ou mais frutos distintos, nos pés de laranja frutificavam laranja-cravo, limão e laranja-baía. Além disso, nas plantações havia o uso de cobertura viva e cobertura morta, técnicas que ajudavam na preservação do solo e na conservação da vida dos microrganismos da terra. A cobertura viva era formada por vegetação não capinada e a cobertura morta transformava-se em matéria orgânica e mantinha o solo úmido por mais tempo, por reter o excesso de água.

Foto 23: Cobertura viva do solo entre as laranjeiras.

Foto: Ana Paula de Araújo. Lagoa Seca. Data: 21 mai. 2011.

Foto 24: Após a campina a cobertura viva torna-se cobertura morta

Foto: Ana Paula de Araújo. Lagoa Seca. Data: 21 mai. 2011.

Sr. Guimarães cuidava ainda de uma reserva de mata nativa em volta das suas plantações, que servia de abrigo para pássaros e insetos, diminuindo desse modo possíveis ataques aos cultivos. A mata também servia como barreira natural, melhorando problemas de erosão causados pela ação do vento nos canteiros, que estavam cultivados em forma de curva de nível. Para manter os nutrientes do solo, Sr. Guimarães valia-se de uma variedade de cultivos, adubação com esterco de porco, além de realizar alternância de plantio, ou seja, no canteiro em que plantava o coentro, não voltava a plantar novamente no mesmo local e sim

outro produto, porque segundo ele o nutriente que o coentro deixou no solo serviria para o próximo e assim sucessivamente.

No período da visita, sua produção de hortaliças destinava-se ao autoconsumo, a uma clientela fixa de cento e cinquenta famílias sob encomenda, a oito restaurantes, à Ceasa e à feira do bairro da Prata, em Campina Grande. De acordo com ele, seus principais consumidores eram médicos e pacientes que optavam por uma alimentação orgânica. Na época, relatou uma renda mensal de aproximadamente R\$ 8.000 (oito mil reais), em termos brutos. Sobre a forma que estabelecia o preço dos seus produtos, relatou que:

O limão é colhido de acordo com o preço, quando o preço está barato a gente quase que nem colhe, não compensa, agora quando está caro, a gente vende, mas dá uma média de 500 sacos de 12 quilos de limão por safra, com duas safras por ano. O limão é vendido na Ceasa e na minha freguesia, eu tenho uma freguesia que compra. Entrego em domicílio e em alguns hotéis, eu vendo a 10 centavos o limão, 1,20 a dúzia, só que minha dúzia é treze, quatorze, se couber no saquinho. Dona Alzira que é minha esposa e a minha secretária recebe os telefonemas e anota, e, a noite eu passo a encomenda e no dia seguinte entregamos a verdura bem fresquinha, colhida na hora. Tem uma lista com trinta e poucas qualidades de verduras, mas em geral nós só temos 70%, porque uma parte acabou e a outra está em crescimento. O preço é o preço justo, não é humilhante para nós que vendemos, nem extorsivo para quem compra. Atualmente nós vendemos o coentro a 70 centavos, tem dia que o coentro dá até dois, três reais um molhozinho, um pé de alface que está a dois e cinquenta, a gente vende a 70 centavos, mas também quando ele está a 20 centavos, tempo da boia como a gente chama, que tem fartura, eu continuo vendendo a 70 centavos e meus fregueses não se incomodam de pagar esse preço. A batatinha eu vendia a 1,50, quando a batatinha estava a 3 reais, os clientes ligavam para Dona Alzira e diziam para avisar que a batata estava muito barata, mas quando ela está a cinquenta centavos a gente continuava a vender a 1 real, então nós consideramos o preço justo.¹⁰⁰

Sr. Guimarães faleceu em 2012 e apesar de não comercializar sua produção nas feiras agroecológicas, exerceu um papel importante como colaborador e transmissor de conhecimentos sobre o manejo agrícola sob bases agroecológicas. Sua propriedade foi frequentemente visitada por camponeses, técnicos agrícolas, professores, estudantes e interessados em conhecer sua experiência.

Um amigo pessoal e continuador de suas experiências é o camponês Antônio Rodrigues de Araújo, também morador da comunidade Oiti e integrante da feira agroecológica de Lagoa Seca e da feira agroecológica da Estação Velha, em Campina Grande. Vindo de uma família de agricultores, vivenciou a deterioração da renda familiar como resultado da venda da produção

¹⁰⁰ Depoimento registrado pela autora em entrevista no dia 11 de maio de 2011 – Lagoa Seca – PB.

a atravessadores e acompanhou os danos à saúde dos familiares em decorrência do uso de agrotóxicos.

Sr. Antônio por muitos anos dedicou-se ao cultivo de chuchu, fazendo uso de larga quantidade de agrotóxicos, causadores de doenças na família e do falecimento de dois primos. A partir dessas experiências, refletiu que se continuasse nesse processo poderia ser mais uma vítima. Somava-se a essa questão os constantes resultados insatisfatórios advindos da comercialização de sua produção a atravessadores, quando então decidiu no final da década de 1990 começar uma transição para formas de cultivo agroecológicas. Para tanto, contou com os conhecimentos que adquiriu juntamente com o Sr. Guimarães.

Visitamos o sítio de 5 hectares de Sr. Antônio em 11 de agosto de 2012, quando cultivava produtos agroecológicos para serem comercializados nas feiras agroecológicas, no restaurante popular de Campina Grande, a uma clientela fixa que atendia em domicílio e ao programa PAA, além da empresa Rio de Una, vinculada a fazenda Tamanduá.

Sr. Antônio participou no ano de 2009 de uma capacitação certificadora pelo IBD, custeada pelo Sebrae e desde o ano de 2010 aderiu ao projeto PAIS, desenvolvido pelo Sebrae em parceria com o BNDS e com a Fundação Banco do Brasil. Assim, sua propriedade é organizada com um sistema de produção do tipo mandala, conta com um minhocário e um galpão para lavagem e empacotamento das hortaliças.

Foto 25: Sistema de mandala na propriedade de Sr. Antônio.

Foto: Aline B. de Lima. Lagoa Seca - PB. Data: 11/08/2012.

Foto 26: Pulverizador de biodefensivos e biofertilizantes.

Foto: Aline B. de Lima. Lagoa Seca -PB. Data: 11/08/2012.

Através da certificação IBD, passou a comercializar sua produção para a fazenda Tamanduá, que a revende a redes de supermercados. Entre os produtos certificados em sua propriedade estão: tomate rasteiro; tomate estaqueado; quiabo; pimentão; pepino; maxixe; chuchu; abobrinha; mandioca, aipim ou macaxeira; batata-inglesa; rabanete; nabo; beterraba; batata-doce; salsa; pimenta; hortelã-pimenta ou menta; coentro; cebolinha; cebola; alho; outras hortaliças tuberosas e raízes não especificadas; cenoura; rúcula ou pinchão; repolho; espinafres (comum, da Nova Zelândia, entre outros); couve-flor; couve, couve-mineira, couve-crespa ou couve-manteiga; brócolis; alface; agrião; acelga; manjerição ou alfavaca; alecrim; milho e alho porró.

Em março de 2016, cinco pessoas possuíam certificação pelo IBD no município de Lagoa Seca: Antônio Rodrigues de Araújo, Antônio Ferreira de Oliveira, Joana Darc Bezerra Araújo Barbosa, Paulo Ferreira de Oliveira e Pedro De Alcântara Alves De Oliveira. (CNPO, 2016). Desse total, apenas Antônio Ferreira de Oliveira e Joana Darc Bezerra Araújo Barbosa não integravam a Ecoborborema.

Ainda de acordo com dados do CNPO, em Lagoa Seca, pelo sistema de certificação de tipo OCS, em março de 2016, estavam cadastrados pela Ecoborborema um total de 24 camponeses, que são: Antônio Antero Barbosa, Antônio Rodrigues de Araújo, Dalberto Alves de Oliveira, Eilso de Oliveira, Erivan Farias Alves, Francisca de Moura Maciel, Francisca

Pereira dos Santos, Germano Félix do Nascimento, Gilberto Batista de Oliveira, João Barbosa da Silva, José de Assis Tito, Luiciclaudia Freitas de Araújo, Maria Nazaré Monteiro, Marta Lúcia Pereira da Silva, Nelson Ferreira dos Santos, Orlando Soares Correia, Osvaldo de Moura Maciel, Paulo Ferreira de Oliveira Filho, Paulo Ferreira de Oliveira, Pedro de Alcântara Alves de Oliveira, Robson Alves Gertrudes, Rosinaldo da Costa Pessoa, Severino de Moura Maciel e Stênio de Moura Maciel.

Além da Ecoborborema, que agrega os camponeses das feiras agroecológicas, foi criada, em 2003, a Associação dos Agricultores Agroecológicos de Lagoa Seca. Os camponeses que comercializam na feira agroecológica de Lagoa Seca são provenientes das comunidades Floriano, Amaragi, Alvinho, Almeida, Oiti e Lagoa de Gravatá.

Foto 27: Vista da feira agroecológica de Lagoa Seca.

Foto: Aline B. de Lima. Lagoa Seca - PB. Data: 20/02/2016

Alguns camponeses com dificuldade em manter uma produção sem a utilização de agrotóxicos optaram pelo cultivo convencional, gerando uma feira paralela à feira agroecológica de Lagoa Seca. De acordo com Marlene Pereira¹⁰¹, “muita gente pensa no dinheiro, então se de dez a gente conseguir trazer quatro, já é um lucro. É tanto que essa feirinha aqui incentivou outras e nós estamos com 12, a mais recente é em Arara, então para gente isso é muito importante.”

¹⁰¹ Depoimento registrado pela autora em entrevista no dia 20 de fevereiro de 2016 – Lagoa Seca – PB.

Foto 28: Feira convencional no primeiro plano e ao fundo a feira agroecológica

Foto: Aline B. de Lima. Lagoa Seca - PB. Data: 20/02/2016

Além da utilização de agrotóxicos, outra problemática enfrentada pelos feirantes da feira convencional adveio dos longos períodos de estiagem, assim, para dar continuidade à comercialização passaram a adquirir produtos na EMPASA.

No caso dos camponeses da feira agroecológica de Lagoa Seca, essa prática é proibida, fazendo com que em alguns momentos nem todos os camponeses cadastrados frequentem-na, por falta de produção própria. Para amenizar a situação, eles buscaram investir em tecnologias sociais de convivência com a seca, através da construção de cisternas calçadão, cisterna de enxurrada, barragem subterrânea e barriga de trincheira. Essas formas de armazenamento colaboraram para a manutenção de um roçado de subsistência que alimentou as famílias nos períodos de baixa produção.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, a feira agroecológica de Lagoa Seca mantém seu funcionamento ao longo de quinze anos, e consolidou-se na cidade como uma feira que fornece alimentos livres de veneno a sua freguesia e assegura a esses camponeses um lugar para comercialização da sua produção.

7.3. Articulação regional e a feira agroecológica de Campina Grande

A feira agroecológica regional de Campina Grande foi inaugurada no ano de 2002, sendo a primeira feira a comercializar produtos agroecológicos na cidade de Campina Grande e a segunda da mesorregião Agreste.

Com os trabalhos desenvolvidos pelo Polo da Borborema, em parceria com a ASPTA, as experiências de transição para formas de cultivo agroecológico iniciadas em Lagoa Seca se multiplicaram para outros municípios, gerando uma produção de alimentos que necessitava de outros espaços de comercialização. A cidade de Campina Grande foi escolhida por concentrar maior contingente populacional e centralizar as atividades comerciais da região.

A partir da campanha “Natal sem veneno”, de forma semelhante ao ocorrido na feira agroecológica de Lagoa Seca, os camponeses iniciaram a mobilização para a realização da feira agroecológica em Campina Grande, a ideia adveio da motivação em conscientizar a população dos benefícios de uma alimentação livre de agrotóxicos.

Após esses esforços iniciais, atendendo a solicitação dos camponeses e das entidades representativas, a prefeitura municipal cedeu um espaço no pátio do Museu do Algodão, localizado no bairro da Estação Velha, onde a feira funciona pela manhã às quartas-feiras.

Os recursos iniciais para a compra de equipamentos da feira, como barracas, balanças e caixas vieram das entidades apoiadoras, como o Polo Sindical, a AS-PTA e os sindicatos rurais, além dos esforços dos próprios agricultores.

A feira agroecológica regional de Campina Grande atualmente é integrada por 22 famílias camponesas que são cadastradas na Ecoborborema e são provenientes dos municípios de Alagoa Nova, Lagoa Seca, Queimadas, Remígio, Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça, Massaranduba e Solânea, conforme podemos observar no mapa 19.

Mapa 19: Municípios com produção agroecológica destinada à feira agroecológica regional de Campina Grande, PB, 2016.

Fonte: Trabalhos de campo. Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2016.

O fato de agregar camponeses de diferentes municípios colabora para a feira agroecológica regional de Campina Grande ser um lugar de encontro e troca de conhecimento dessas famílias, além disso, a maior parte delas participa de outra feira agroecológica nos seus municípios de origem.

Há ainda uma barraca integrada por um grupo de 25 mulheres residentes em Campina Grande e organizadas através da Cooperativa de Alimentos Naturais Mulheres em Ação. Essa cooperativa dedica-se à produção da multimistura, que consiste numa farinha composta de semente de girassol, gergelim e linhaça. Além disso, elas produzem biscoitos e cocadas de gergelim. Essa produção é comercializada na feira agroecológica, na feira do Catolé, em panificadoras e supermercados, além de eventos da cidade de Campina Grande, sempre que o grupo é convidado.

O trabalho dessas mulheres surgiu inicialmente com a participação delas na Pastoral da Criança, onde ajudavam em ações de combate à desnutrição. No ano de 2008, com apoio da ONG Centro de Ação Cultural – CENTRAC estruturaram-se em cooperativa e passaram a produzir e comercializar a multimistura. Elas aproveitavam o movimento gerado pela feira agroecológica e vendiam a multimistura nas proximidades, mas a partir de conversas com os camponeses foi concedido um espaço e hoje elas possuem uma barraca destinada à comercialização dessa produção.

A movimentação de fregueses ocorre de forma mais intensa nas primeiras horas da feira, a partir das 5h e indo até às 7h da manhã, quando a circulação de pessoas começa a diminuir. De forma geral, os fregueses que transitavam pelas barracas demonstravam conhecimento sobre o diferencial da produção agroecológica e relatavam escolher esses produtos por acreditarem nos benefícios para a saúde através de uma alimentação livre de agrotóxicos.

As relações estabelecidas na feira agroecológica entre os camponeses e a freguesia regular, ou seja, aquela que compra semanalmente, em alguns casos, vão além da relação de compra e venda de produção, constituindo-se em laços de amizade. Ao longo de um ano de observação da dinâmica dessa feira agroecológica, presenciamos produtos cuidadosamente selecionados e reservados para esses fregueses que, às vezes, já tinham visitado alguma área produtora, consolidando a ideia de certificação social. Dessa forma, camponeses e fregueses se conheciam pelo nome e aproveitavam os dias de feira para colocar a conversa em dia.

Ademais, a feira propiciava encontros ocasionais, com troca de saberes e formação de novas amizades. Por outro lado, era também momento em que alguns fregueses demonstravam pressa, visto que muitas vezes saíam de lá para deixar as compras em casa e seguir para o trabalho, rotina comum e que gerava uma agitação nas primeiras horas de funcionamento. A maioria dos camponeses participantes da feira agroecológica de Campina Grande possui esse espaço como principal ponto de comercialização de sua produção, apesar de integrarem outras feiras e também programas como o PNAE e o PAA. Para apenas uma família esse espaço não

é primordial para comercialização da produção, mesmo assim, ela mantém o local como espaço secundário.

O lugar concedido pela prefeitura de Campina Grande para a realização dessa feira agroecológica, no caso, o pátio do Museu do Algodão, localiza-se ao lado do Supermercado Hiperbompreço. Além disso, às quartas-feiras, para aproveitar o movimento gerado pela feira agroecológica, é comum a instalação de carroças e carros por comerciantes que vendem produtos nas suas proximidades, previamente comprados na EMPASA de Campina Grande. Esse fato causa descontentamento aos camponeses, que se valem da padronização das barracas e das vestimentas, bem como dos seus certificados de produtores de orgânicos, para conseguirem uma diferenciação e unidade ao grupo, que termina por auxiliar na distinção com os demais pontos comerciais.

Os fregueses que procuram exclusivamente alimentos livres de agrotóxicos, em geral, não compram nas barracas das proximidades, priorizando adquirir os alimentos ofertados pelos camponeses. Contudo, alguns produtos se esgotam cedo, ou mesmo não são ofertados, pois o abastecimento não tem regularidade para a totalidade da produção ao longo do ano e é integralmente proveniente da produção camponesa. Assim, alguns fregueses que não possuem restrição total a produtos convencionais também compram aos comerciantes concorrentes, que levam ainda produtos complementares, que são mais difíceis de encontrar na feira agroecológica, como o tomate, a batata inglesa e a cebola, e algumas frutas que não possuem produção local, como a maçã e a uva.

Os preços praticados pelos camponeses são semelhantes ou um pouco inferiores aos das feiras convencionais e, em geral, estão bem abaixo dos praticados nas redes de supermercado. Quando a comparação é feita entre os produtos orgânicos dos supermercados, geralmente o preço praticado na feira agroecológica é ainda mais inferior.

Registramos que mesmo com o conhecimento dos preços praticados sobre produtos orgânicos nas redes de supermercado, os camponeses acreditam que praticando preços menores podem atingir classes menos favorecidas. Além disso, alguns afirmam que não se pode visar apenas o lucro, mas outras dimensões da organização produtiva, como a melhoria da saúde e a menor dependência das empresas produtoras de agrotóxicos e adubos químicos.

Em relação às áreas produtoras, visitamos a propriedade de Orlando Soares Correia, uma das lideranças da Ecoborborema que, juntamente com a sua família, desenvolve a produção de frutas, verduras, legumes e mel. Ele comercializa produtos na feira agroecológica regional de Campina Grande e na feira agroecológica de Esperança. A propriedade possui 5 hectares e encontra-se localizada no assentamento Carrasco, entre os municípios de Alagoa Nova e

Esperança e abriga um total de 10 famílias, com 5 hectares cada, totalizando 62 hectares, dos quais 12 são destinados à reserva florestal.

Esse assentamento foi adquirido no ano de 2007 pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário¹⁰², através do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado - INTERPA, que concedeu empréstimo no valor de R\$ 160 mil para aquisição da terra e investimento no assentamento.

Antes da liberação do dinheiro, alguns integrantes do grupo não possuíam recursos para pagamento da documentação exigida na concessão do empréstimo, que totalizou R\$ 5 mil incluindo impostos territoriais rurais em atraso, o que os levou a solidarizarem-se e buscarem apoio do sindicato rural, que colaborou para reunir a quantia necessária para pagar a documentação.

Desde o momento inicial da criação do assentamento, os camponeses acordaram em cultivar a produção agrícola de forma agroecológica, sem a utilização de agrotóxicos e com a aplicação de técnicas como plantio consorciado, rotação de culturas, controle de pragas com biofertilizantes e cobertura morta. Contudo, apesar da totalidade da produção agrícola do assentamento Carrasco ser agroecológica, apenas a família de Orlando comercializa na feira agroecológica, as demais destinam à produção ao PAA, PNAE e a atravessadores.

Durante a visita à propriedade de Sr. Orlando, conhecemos um experimento de produção de batatas inglesas, que estavam sendo cultivadas sem qualquer utilização de agrotóxicos e com adubos orgânicos. O experimento estava sendo bem-sucedido e possivelmente renderia uma colheita satisfatória.

---

¹⁰² "Programa Nacional de Crédito Fundiário foi criado pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Reordenamento Agrário, em 2002. O recurso é usado na estruturação necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural das áreas beneficiadas. O financiamento pode ser individual ou coletivo. O pagamento é feito em até 20 anos, incluindo três anos de carência". Fonte: <http://www.interpa.pb.gov.br/noticia58.html>

Foto 29: Cultivo de batatas inglesas na propriedade de Sr. Orlando

Foto: Aline B. de Lima. Sítio Carrasco, Alagoa Nova - PB. Data: 02/10/2011.

Foto 30: Cultivo consorciado de laranja e feijão na propriedade de Sr. Orlando

Foto: Aline B. de Lima. Sítio Carrasco, Alagoa Nova - PB. Data: 02/10/2011.

Além de comercializar em duas feiras agroecológicas, a família de Sr. Orlando também integra o PAA, que considera um programa que tem colaborado muito com o fortalecimento da pequena produção, entre outros aspectos, pela garantia da compra. A importância do PAA para os camponeses ficou bastante evidenciada em diversos relatos registrados durante os trabalhos de campo.

A cidade de Campina Grande conta ainda com mais uma feira agroecológica organizada pela Ecoborborema, que é a feira agroecológica do Catolé inaugurada no ano de 2004, quando uma freguesa da feira agroecológica regional da Estação Velha, proprietária do Centro Educacional Moderno - CEM, localizado no bairro Catolé, em conversa com os camponeses, resolveu junto a eles realizar uma feira experimental em frente à escola, para incentivar e conscientizar pais e alunos sobre a importância de uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos.

Após essa atividade educativa, a avaliação dos moradores do bairro em relação ao desempenho da feira foi bastante positiva e motivou a comunidade a solicitar aos camponeses o funcionamento semanal da feira agroecológica no bairro do Catolé. Dessa forma, após uma reunião para discutir a viabilidade da proposta, parte do grupo que já fazia a feira agroecológica regional aceitou o convite e cerca de dez famílias passaram a realizá-la às sextas-feiras no bairro do Catolé.

A feira agroecológica do Catolé mantém, mesmo que em menor quantidade, a qualidade e diversidade de hortaliças herbáceas, tuberosas e frutos encontrados na feira agroecológica da Estação Velha, como também a barraca de comidas típicas da feira da Estação Velha, que pertence à família de Dona Paula e Sr. Gilberto, que participam das duas feiras. Algumas pessoas tomavam o café da manhã na própria feira, os produtos oferecidos eram principalmente, tapioca, bolos, sucos, café, cuscuz com galinha guisada, e pão francês com galinha guisada, esse último contava com o abastecimento da padaria que fica nas proximidades da escola.

A freguesia é composta principalmente de moradores do bairro do Catolé, muitas vezes pais de alunos do Colégio CEM, que deixam os filhos na escola e aproveitam para fazer suas compras. Há ainda fregueses de outros bairros da cidade, que se deslocam para adquirir produtos agroecológicos.

Registramos ainda a presença de um comerciante que aproveita o movimento da feira para comercializar produtos da EMPASA, principalmente frutas que não são comercializadas na feira agroecológica, do lado oposto onde se encontra instalada a feira. A presença do comerciante gerou insatisfação dos camponeses, que faziam questão de enfatizar que o comerciante não era integrante da feira agroecológica. Alguns fregueses compravam produtos vendidos pelo comerciante, principalmente quando não os encontravam na feira agroecológica.

7.4. A convivência com o semiárido e as feiras agroecológicas na Paraíba

Os projetos de convivência com o semiárido ligaram-se às feiras agroecológicas no estado da Paraíba articuladas conjuntamente às atividades sindicais. Nesse processo, ganharam destaque as atuações do Polo Sindical, do Coletivo Regional e do Projeto Dom Helder Câmara, que através de articulações com a ASA, passaram a ampliar as ações de acesso à água para consumo humano, incorporando posteriormente a destinação de água para a produção agrícola e dessedentação animal.

Essas ações tiveram início com a ASA que, desde 2001, passou a desenvolver iniciativas de melhoria de acesso à água potável para famílias nas regiões semiáridas. Ganharam destaque nesse processo programas como o P1MC (Programa um milhão de cisternas) e o P1+2 (Programa uma terra duas águas), realizados através da articulação do governo federal com instituições como a ASA, os estados e os municípios.

Em 2003, esses trabalhos foram incorporados pelo governo federal como políticas públicas de convivência com o semiárido, que têm demonstrado ser uma forma de melhoria de acesso à água para uso doméstico e pequenas irrigações. De acordo com dados dessa organização, entre o período de 2003 e março de 2017, foi construído um total de 595.812 cisternas.

A partir de 2007, o programa ganhou mais uma frente de atuação, O P1+2, que possibilitou a construção de reservatórios destinados à produção de alimentos e criação animal. Desde sua implantação, a ASA divulgou ter construído até março de 2017 um total de 93.688 tecnologias de uso familiar e 1.318 tecnologias de uso comunitário através desse programa.

As principais tecnologias sociais voltadas para o abastecimento de água construídas pelos projetos P1MC e P1+2 foram as seguintes:

Quadro 14: Tecnologias sociais implantadas a partir dos programas P1MC e P1+2.

Nome	Descrição	Custo médio de construção	Uso principal
Cisterna de placa	É um reservatório de captação da água de chuva, construído com placas de cimento pré-moldadas. Tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva que cai no telhado da casa e escoar para a cisterna através das calhas. São instaladas bombas manuais para retirada da água.	R\$ 2.000	Uso doméstico para abastecer uma família de até seis pessoas, no período de estiagem que pode chegar a oito meses.

Cisterna calçadão	É uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m ² construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção.	R\$ 3.800	A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos: plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais. É usado também para secagem de alguns grãos, como feijão, milho e raspa de mandioca.
Cisterna enxurrada	Tem capacidade para até 52 mil litros e é construída dentro da terra, ficando somente a cobertura de forma cônica acima da superfície. O terreno é usado como área de captação. Quando chove, a água escorre pela terra e antes de cair para a cisterna passa por duas ou três pequenas caixas decantadoras, dispostas em sequência. Os canos instalados auxiliam o escoamento da água para dentro do reservatório. Com a função de filtrar areia e outros detritos que possam seguir com a água, os decantadores retêm esses resíduos para impedir o acúmulo no fundo da cisterna. A retirada da água é feita por bomba de repuxo manual		A água estocada serve para criação de pequenos animais, cultivos de hortaliças, plantas medicinais e frutíferas.
Barragem subterrânea	É construída com o objetivo de barrar o fluxo da água da chuva que escoar na superfície e dentro do solo. Para isso, o agricultor necessita construir uma espécie de parede subterrânea, no sentido perpendicular ao escoamento da água. A parede é construída a partir de uma vala, com largura média de 80 centímetros e altura entre 1,5 e 4,5 metros, a depender do perfil do solo do terreno. A parede é impermeabilizada com uma lona que deve cobrir toda a parede e ser fixada em valetas cavadas nas extremidades.	R\$ 2.500 a 5.500	Pequenas irrigações, possibilitando que as famílias produzam durante o ano inteiro. No inverno, é possível plantar culturas que necessitam de mais água, como o arroz e alguns tipos de capim.

Barreiro Trincheira	Tanques longos, estreitos e fundos escavados no solo. Com média de 4 a 5 metros de profundidade, cavados até uma camada impermeável. Construídos próximos a áreas de plantio. Com capacidade para armazenar em média 500 mil litros de água.		Água para a irrigação da produção agrícola e dessedentar os animais. A água armazenada deve ser utilizada para garantir a contínua renovação.
Tanque de pedra	É uma tecnologia comum em áreas de serra ou onde existem lajedos, que funcionam como área de captação da água de chuva. São fendas largas, barrocas ou buracos naturais, normalmente de granito. O volume de água armazenado vai depender do tamanho e da profundidade do tanque. Para aumentar a capacidade, são erguidas paredes na parte mais baixa ou ao redor do caldeirão natural, que servem como barreira para acumular mais água.	Variável conforme tamanho do tanque.	É uma tecnologia de uso comunitário. A água armazenada é utilizada para o consumo dos animais, plantações e os afazeres domésticos. Lavar a roupa é uma das práticas mais comuns. As lavadeiras estendem os panos nas pedras e vegetação próxima para secarem ao sol.
Bomba d'água popular (BAP) Bomba d'água popular¹⁰³	Aproveita os poços tubulares desativados para extrair água subterrânea por meio de um equipamento manual que contém uma roda volante. Quando girada, essa roda puxa grandes volumes de água, com pouco esforço físico. Pode ser instalada em poços de até 80 m de profundidade. Nos poços de 40 m, chega a puxar até mil litros de água em uma hora.		É uma tecnologia de uso comunitário, de baixo custo e fácil manuseio. Se bem cuidada, pode durar até cinquenta anos. A água da bomba tem vários usos: para produzir alimentos, dar de beber aos animais e usar nos afazeres domésticos. Geralmente, cada bomba beneficia dez famílias.
Barraginha	Tem entre dois e três metros de profundidade, com diâmetro entre 12 e 30 metros. É construída no formato de concha ou semicírculo e armazena água da chuva por dois a três meses, possibilitando que o solo permaneça úmido por mais tempo. A sugestão é que as barraginhas sejam sucessivas. Assim, quando uma sangrar, a água abastece a seguinte.	Variável conforme o aluguel de uma máquina escavadeira e quantidade de barraginhas que poderão ser construídas no terreno.	Melhora a qualidade do solo por acumular matéria orgânica e mantém o microclima ao seu redor mais agradável. A umidade do solo no entorno favorece o plantio de frutas, verduras e legumes.

Fonte: ASA Brasil (2016). Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2016. Organização: Aline B. de Lima.

A denominação “tecnologia” comumente ligada à ideia de avanços científicos inovadores não se aplica nesses casos, uma vez que esses sistemas simples de reservatórios utilizam conhecimentos populares e materiais de baixo custo. Nesse sentido, os saberes comuns

¹⁰³ No caso da bomba d'água popular, a instalação contou com apoio da Volkswagen. De acordo com a empresa, a Bomba d'Água Popular foi criada pelo holandês Gert Jan Bom, na década de 1980. O equipamento é produzido e utilizado em diversos países africanos, entre os quais Nigéria, Moçambique e Burkina Faso. Como não é patenteada, a bomba pode ser reproduzida livremente. Com componentes de aço inox, o equipamento não enferruja e tem duração aproximada de 30 anos. Disponível em: <<http://www.vwbr.com.br/ImprensaVW/Release.aspx?id=d44680ff-8c59-4bd4-ade5-c7ed85116854>>. Acesso em: 28 out. 2016.

foram aperfeiçoados ao longo dos anos e incorporados aos programas oficiais de assistência técnica e extensão rural.

A partir das ações da sociedade civil organizada e das Organizações Não Governamentais juntamente com o governo federal, este último responsável pelos recursos financeiros, esses saberes receberam o nome de tecnologias sociais, tornaram-se padronizados e passaram a ser replicados em diferentes municípios do semiárido nordestino.

A principal tecnologia social de convivência com o semiárido na Paraíba construída através do P1MC foi a cisterna de placa. De acordo com dados do MI, entre os anos de 2003 a 2015, o estado contava com um total de 98.873 cisternas de placa, distribuídas entre 194 municípios. O principal executor na Paraíba foi o MDS, através de parceiras com a ASA, conforme indicado na tabela 9:

Tabela 9: Número de cisternas de placa por órgão executor na Paraíba.

<i>Órgão Executor</i>	<i>Cisternas de Placa</i>	<i>Período</i>
<i>MDS</i>	83.070	2003-2015
<i>Fundação Banco do Brasil</i>	8.116	2012-2014
<i>DNOCS</i>	5.000	2013-2014
<i>Funasa</i>	2.687	2012-2014
<i>Total</i>	98.873	2003-2015

Fonte: Programa Água para Todos - Ministério da Integração (2016). Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2016.

Em relação ao P1+ 2, na Paraíba, segundo dados do MI, entre os anos de 2008 e 2015 foi construído um total de 9.955 segundas águas. A maior parte executada pelo MDS (5770), seguida pelo BNDS (2.160) e pela Petrobrás (2.025).

No tocante à realização das feiras agroecológicas, os projetos ligados ao P1+2 voltados para o acesso à água para a produção caminharam em três sentidos principais: o fortalecimento de feiras através da implantação de reservatórios; a criação de feiras pela necessidade de comercialização da produção agrícola cultivada com o auxílio dos reservatórios construídos; e a incorporação de técnicas de melhor aproveitamento da água para o plantio.

Esse processo foi verificado principalmente em 19 feiras agroecológicas estudadas, onde parte significativa dos integrantes contava com algum tipo de reservatório para uso na agricultura, construído a partir dos programas citados. Encontramos projetos implantados de convivência com o semiárido nas doze feiras agroecológicas organizadas pela Ecoborborema, vinculadas ao Polo Sindical, localizadas na mesorregião Agreste; nas quatro feiras

agroecológicas organizadas através do Coletivo Regional, em que três localizam-se na mesorregião da Borborema e uma na mesorregião Agreste: além das quatro feiras agroecológicas articuladas com apoio inicial do Projeto Dom Helder Câmara, localizadas no Cariri Paraibano.

Cabe destacar que desde o ano de 2012 iniciou-se mais um ciclo de estiagem, que tem perdurado até a presente data na maior parte do Nordeste, onde em boa parte dos municípios as chuvas ficaram abaixo da média anual de precipitação¹⁰⁴, conforme indicado no gráfico 22.

Gráfico 22: Precipitação na mesorregião Agreste entre os anos de 2011 e 2015.

Fonte: AESA. Organização: Aline B. de Lima, 2016.

Os reservatórios mais disseminados por esses programas no estado da Paraíba, no caso, as cisternas de placa e as cisternas calçadão, dependem da água da chuva para a manutenção do abastecimento, logo, a ausência de quantidades suficientes de precipitações afetou bastante a produção agrícola e consequentemente as famílias que integram as feiras agroecológicas, inclusive no Agreste paraibano¹⁰⁵.

A chuva abaixo da média acarretou o que é designado popularmente como “seca verde”. Ou seja, a pouca chuva fez florescer a vegetação da caatinga, por conta da riqueza mineral dos

¹⁰⁴ Nas chamadas áreas de brejo, as escarpas e esporões orientais da Borborema atingem altitudes médias de 300 a 600 m, com ocorrência de chuvas orográficas que oscilam entre 1000 e 2000 mm anuais. De forma semelhante ao Litoral, as chuvas se concentram de fevereiro a setembro, sendo o pico entre os meses de maio a julho. Na cidade de Campina Grande, a média de precipitação anual é de 750 mm e altitude média de 540m. Já no Curimataú, ocorre prevalência de clima semiárido, com chuvas entre fevereiro e julho e precipitação média de 532,6 mm, concentradas principalmente de março a junho.

¹⁰⁵ A mesorregião Agreste é considerada uma área de transição que fica entre o litoral úmido e o sertão nordestino, comporta vegetação de matas serranas em certos locais de clima quente e úmido, e na medida em que se adentra para o interior, possui o predomínio da caatinga, com preponderância de clima semiárido. Sua unidade geomorfológica é o planalto da Borborema, que interfere sobremaneira no regime climático da região. Com base na regionalização do IBGE, a mesorregião Agreste está situada entre as mesorregiões da Mata e da Borborema, sendo que na Paraíba o Agreste integra um total de 66 municípios e 8 microrregiões, a saber, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro.

seus solos, porém não foi suficiente para encher os reservatórios, causando grandes dificuldades para a população.

Em consequência, houve retração da agricultura, morte de elevada quantidade de bovinos e endividamento de muitos agricultores. O gráfico 23 revela a diminuição do rebanho na Paraíba ocasionada pela seca de 2012, principalmente o bovino, mais vulnerável e menos adaptado que os caprinos e ovinos às severas condições climáticas do semiárido.

Gráfico 23: Efetivo de rebanhos na Paraíba (2011 – 2015).

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal IBGE. Banco de Dados Agregados.
Organização: Aline B. de Lima, 2016.

Nos trabalhos de campo realizados entre os anos de 2011 e 2016, observamos que nas áreas afetadas pela estiagem, a seca acarretou contração da produção agrícola e diminuição do número de barracas que integravam as feiras agroecológicas. Como destacado na análise da feira agroecológica de Lagoa Seca, alguns integrantes não permaneceram no projeto e passaram a comercializar em feiras convencionais, a própria produção ou mercadorias adquiridas da Empasa.

Mas, apesar das dificuldades, nenhuma feira integrante da Ecoborborema suspendeu totalmente seu funcionamento. Os camponeses mais afetados pela estiagem e com retração da produção continuaram pertencentes à associação e poderiam retornar à feira conforme melhoria da produção.

No caso das feiras agroecológicas articuladas pelo Coletivo Regional, não houve suspensão, mas a produção dos camponeses só era suficiente para a realização de uma feira mensal, e no caso do município de Tenório, quinzenal.

A agricultura praticada por muitas dessas famílias ainda é bastante rudimentar, em que predomina o cultivo sem irrigação em culturas como o feijão e o milho, fazendo com que o calendário agrícola seja adequado ao regime das chuvas. Dessa forma, quando preveem a escassez de água, os camponeses reduzem o plantio de suas lavouras e cultivam principalmente para o abastecimento próprio, para evitar futuros prejuízos¹⁰⁶.

Nesse longo período de estiagem, algumas feiras agroecológicas apresentaram uma baixa oferta de produção, como observamos nos municípios de Cubati, Livramento e Massaranduba. Nesses casos, a realização da feira agroecológica ocorria principalmente para manutenção do ponto de comercialização e contato com a freguesia, que garantia a compra de alguns produtos, por vezes, encomendados com antecedência.

No caso das hortaliças, apesar da diminuição da oferta em algumas feiras agroecológicas, elas puderam ser mantidas nas áreas que contavam com reservatórios destinados à agricultura, ou próximas de açudes e barreiros com alguma água. Além disso, as famílias que continuaram com produção suficiente para abastecimento normal da feira eram provenientes de áreas mais úmidas e também possuíam algum sistema de abastecimento de água, como poços ou reservatórios, comumente destacados pelos camponeses como uma importante fonte de abastecimento de água para manutenção da lavoura.

No caso das quatro feiras articuladas pelo Coletivo Regional, que estão localizadas no Seridó Oriental e Curimataú Ocidental, a organização e manutenção dessas feiras foram impulsionadas pela implantação de projetos de convivência com o semiárido, conforme destacado no depoimento a seguir:

A necessidade da feira chegou depois do P1+2, com as cisternas para a produção, as famílias começaram a produzir e precisavam de um espaço para comercializar e nesses quatro anos de seca a gente não parou de produzir. Tem pouca água, mas a gente utiliza os canteiros econômicos, usando o mínimo de água possível, você vê que não tem muita coisa, mas é o que a gente vem conseguindo produzir e quando junta todo mundo, sempre dá uma variedade diferente.¹⁰⁷

¹⁰⁶ A previsão das chuvas ainda é comumente feita no campo através da religiosidade e seus dias santos. No dia 19 de março, dia de São José, o camponês espera pela chuva, se ela vier, é sinal de boa colheita, se não, a família já vislumbra uma possível estiagem. No dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, pedras de sal são expostas ao sereno e representam os próximos seis meses do ano seguinte, as pedras que mais se dissolverem são aquelas que corresponderão aos meses mais chuvosos. Abrantes (2011) em estudo sobre a observação da natureza para a previsão de chuvas no cariri paraibano registrou as seguintes previsões: “[...] formiga se mudando ou cortando folha no verão, tatu fêmea grávida no mês de dezembro, João de barro fazendo sua casa com a entrada votada para o poente, cobra de duas cabeças aparecendo no inverno, rã coaxando atrás do pote, tudo isso é interpretado como bons sinais de chuva pelos moradores da zona rural de Sumé” (ABRANTES, et al, 2011, p.22).

¹⁰⁷ Depoimento de Josefa Jeane Barbosa concedido à autora em 29/07/2016, Feira agroecológica de Soledade, Soledade, Paraíba.

No Cariri Ocidental, na feira agroecológica de Monteiro, as famílias tinham poços artesianos que ajudavam na manutenção do plantio, fazendo com que semanalmente pudessem ofertar uma boa variedade de hortaliças e frutas. Inicialmente, a construção dos poços contou com o apoio do projeto Dom Helder e em seguida as construções foram mantidas com recursos próprios, de forma que todos os agricultores da feira agroecológica tivessem poços em suas propriedades.

Foto 31: Produção camponesa comercializada na feira agroecológica de Monteiro - PB.

Foto: Aline B. de Lima. Monteiro, PB. Data: 13 de julho de 2016.

Além dos reservatórios, outra tecnologia social aplicada à convivência com o semiárido foi direcionada para a organização das áreas de produção, com o objetivo de economizar a água necessária para a irrigação da plantação. Nesse sentido, foram implantados principalmente os seguintes sistemas: canteiros econômicos, com sistemas de sombreamento e de aproveitamento de rega, de forma que as plantas cultivadas em vasos escoassem e regassem as plantas de baixo, ou impermeabilização do solo com lonas com objetivo de reter a água e manter a terra úmida, conforme expressa o depoimento a seguir:

Nessa região que a gente tem pouca água, nós optamos por fazer os canteiros econômicos, três canteiros que acompanharam as cisternas. Aí tem agricultores que não têm canteiro econômico, aí eles colocam uma lona por baixo dos canteiros para reter a água, ou cobertura nos canteiros, com um sistema de sombreamento, para diminuir a luz do sol, manter úmido e gastar o mínimo de água possível¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Depoimento de Josefa Jeane Barbosa concedido à autora em 29/07/2016, Feira agroecológica de Soledade, Soledade, Paraíba

Uma característica presente na instalação dessas tecnologias sociais foi o envolvimento da comunidade, em que os agricultores foram convidados a participar de reuniões e capacitações acerca da tecnologia que pretendiam adotar nas suas propriedades. Além disso, a força de trabalho necessária à implantação das tecnologias foi aproveitada dos próprios locais, buscando envolver a comunidade e ajudar na melhoria da renda das famílias.

Cabe salientar que desde 2011 o governo federal tem buscado estabelecer parcerias diretamente com o governo dos estados, sem a participação direta da ASA. Essas ações tiveram amparo no Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.

A partir desse programa, a execução passou a ser realizada por diferentes órgãos, como o Ministério da Integração Nacional, coordenador, e suas entidades vinculadas (a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene). Também são executores do Programa o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras.

Nesse contexto, uma das ações implantadas foi a substituição de cisternas de placa pelas cisternas PVC. Essa mudança foi amplamente contestada pelas organizações ligadas ao desenvolvimento dos projetos de convivência com o semiárido, lideradas pela ASA. Essas entidades argumentaram que essa medida retirou da população recursos destinados à construção dos reservatórios e concentrou os recursos diretamente para as empresas fabricantes. Além disso, tinham custo mais elevado (R\$5.000 contra R\$ 2.400) e menor durabilidade.

A mobilização dos sindicatos, associações e ONGs tem impedido a implantação dessas cisternas PVC de forma generalizada nas comunidades rurais, sendo sua instalação muitas vezes barrada pelos camponeses, como aconteceu nos municípios de Soledade, Pedra Lavrada, Cubati, Olivedos, Juazeirinho, Santo André e São João do Cariri, através das mobilizações do Coletivo Regional, Polo Sindical, ASPTA, CAAASP, IFBDS, PATAC, dentre outras organizações articuladas com a ASA.

Em 28 de março de 2014, os camponeses realizaram uma marcha com mais de mil pessoas na cidade de Campina Grande com o tema “Mobilização pelo acesso à água de qualidade como um direito de todos”. Na praça da Bandeira, ocorreu uma mística contra a implantação das cisternas, conforme registrado na foto 29.

Foto 32: Mística sobre os malefícios das cisternas de PVC

Foto: CAAASP, 2014, Campina Grande – PB. Data: 28 março de 2014.

A partir do enfrentamento da comunidade, as cisternas de placa continuaram sendo construídas em detrimento das cisternas de PVC. Todavia, principalmente a partir de 2013, além da ASA, a União passou a firmar acordos também com os estados, conforme demonstrado no gráfico 24:

Gráfico 24: Cisternas de placa construídas na Paraíba por órgão executor.

Fonte: MDS/MI (2016). Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2016.

A partir de dados da transparência pública do governo federal, analisamos que mesmo com a participação dos estados, os recursos destinados à ASA apresentaram uma curva ascendente até 2014 e somaram ao longo de 12 anos um total de R\$ 1.447.937.348,93.

Gráfico 25: Recursos em reais destinados à ASA

Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2016.

A partir de 2012, o governo do estado da Paraíba, firmou parceria com a União através de convênios no valor R\$ 52.000.000,00. O recurso foi liberado para a implantação de tecnologias sociais para a captação e armazenamento de água para uso doméstico e produção de alimentos e foram construídas principalmente em Campina Grande e Bananeiras.

Em relação ao P1+2, a maior parte das construções ficou concentrada entre os anos de 2013 e 2016, quando foi construído pelo MDS, principalmente através da ASA, um total de 5.103 “segundas águas”, distribuídas em 61 municípios. A cisterna calçadão e a cisterna enxurrada são as mais disseminadas no estado, seguidas do barreiro trincheiro e da barragem subterrânea, conforme indicado no gráfico 26:

Gráfico 26: P1+2 por tipo de reservatório na Paraíba.

Fonte: MDS (2016). Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2016.

As cisternas de enxurrada e calçadão também dependem da água da chuva para serem abastecidas e precisam ser mantidas limpas, bem como seus arredores, para que não sejam contaminadas com dejetos de animais, ou recebam muitos sedimentos levados pelas enxurradas. No caso da cisterna calçadão, todo material utilizado foi gratuito para as famílias beneficiadas, além do pagamento do pedreiro e de sua alimentação. A contrapartida do camponês foi a contratação do ajudante para o pedreiro e a participação em cursos de formação durante um período de quatro dias.

Nessa formação, as ONGs trabalharam o que denominaram de "geografia ambiental das comunidades", em que, através de mapas mentais, buscaram discutir a importância da água e das alternativas possíveis de convivência com a seca. Nessas formações, o incentivo à produção agrícola foi reforçado como um caminho para a conquista da soberania alimentar. Ocorreram ainda atividades de intercâmbio para áreas com projetos P1+2 em funcionamento.

Em nossos trabalhos de campo, em visita à propriedade com cisterna calçadão, no assentamento Imbiras, em Massaranduba, ouvimos relato de dificuldades mesmo para a contratação de ajudante, caso de Dona Moça, que integra a feira agroecológica de Massaranduba. Como não possuía recursos para contratar um ajudante, ela e o esposo auxiliaram o pedreiro na construção da cisterna.

Apesar da importância das tecnologias de convivência com a seca, elas ainda não foram capazes de gerar segurança hídrica para a totalidade da população, uma vez que dependem da

água da chuva. Dessa forma, os carros-pipas continuaram um importante meio de garantia de água para as famílias na seca iniciada em 2012.

De acordo com dados da transparência pública do estado da Paraíba, em convênios firmados entre o estado e a União, para ações de socorro, assistência e restabelecimento, foi destinado um total de R\$ 8.372.368,50, no período de 2012 até março de 2017 para distribuição de água potável por meio de caminhões-pipas.

Foto 33: Moradores de Serra Redonda na fila para pegar água.

Foto: Aline B. de Lima. Serra Redonda – PB. Data: 06/02/ 2015.

Uma problemática enfrentada pela população decorrente do abastecimento através dos caminhões-pipas adveio da qualidade da água coletada, com potabilidade inadequada para consumo humano. A retirada da água de barreiros contaminados com coliformes fecais e alto teor de sódio causaram doenças principalmente em idosos e crianças.

Por outro lado, os recursos do bolsa família, do bolsa estiagem e da garantia safra foram de extrema importância para amenizar a fome e a situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social de muitas famílias. Sem o conjunto dessas políticas a situação certamente teria sido ainda mais grave.

Na década de 1990, por exemplo, o Nordeste passou por uma forte estiagem, com uma seca tão severa que causou racionamento de água em todos os municípios da Paraíba, inclusive em João Pessoa. Nesses anos, o camponês também sofreu com a morte do gado e com o esvaziamento dos reservatórios.

Em cidades como Sapé, Soledade e Patos, a miséria extrema dos agricultores terminou por gerar ondas de saques nos armazéns das prefeituras municipais. Pessoas que passavam necessidade levaram grãos e alimentos das merendas escolares para saciarem a fome, que afetava boa parte da população.

Em vários outros municípios os saques só não ocorreram pelo uso da força policial. Sem alternativa para permanecer na terra e sem nenhuma ajuda governamental, muitas famílias não tiveram outra saída a não ser a migração para o sudeste do país. Nesse sentido, o conjunto dos programas destinados à implantação de ações de convivência com o semiárido, bem como das políticas assistenciais, contribuíram para amenizar o impacto da seca para muitas famílias residentes no semiárido nordestino.

No caso das feiras agroecológicas paraibanas, as famílias que possuíam propriedades em áreas mais secas foram as mais afetadas. Nesses casos, nem mesmo as tecnologias sociais implantadas foram suficientes para evitar a diminuição da produção e consequentemente sua oferta na cidade.

Mesmo com as adversidades, as tecnologias ajudaram no plantio para o autoabastecimento e ainda na venda de parte dessa produção nas feiras agroecológicas, nas feiras livres e para programas como o PNAE e o PAA.

7.5. As sementes da paixão e os fundos rotativos solidários

O desenvolvimento biotecnológico introduziu as sementes transgênicas em várias partes do mundo, causando a substituição de sementes nativas. Todavia, os camponeses integrantes das feiras agroecológicas têm coibido a entrada dessas sementes nas suas lavouras, através da constituição de bancos de sementes comunitários, que têm como objetivo garantir a preservação da biodiversidade das sementes nativas e o estoque para plantio.

Na Paraíba, o impulso inicial de identificação, resgate e conservação das sementes remonta aos anos de 1970, com a atuação das CEBs, ampliado nos anos de 1980, através do apoio de sindicatos rurais e ONGs, além da criação da ASA:

Como resultado das pressões políticas que se deram a partir de então, o Governo do Presidente Itamar Franco lançou, em 1995, uma grande Campanha Contra a Fome no Nordeste, que incluiu uma política de bancos de sementes – a primeira a reconhecer essa estrutura de gestão. Nessa ocasião, o estado da Paraíba constituiu uma exceção na implementação da política: enquanto nos outros oito estados beneficiados pela campanha a distribuição de sementes se deu a partir das estruturas oficiais por intermédio das prefeituras, na Paraíba a distribuição de 140 toneladas de sementes envolveu 76 entidades, incluindo ONGs, STRs, associações etc. A iniciativa propiciou a formação de 113 BSCs e beneficiou 6.430 famílias em 52 municípios

paraibanos. As sementes de feijão-de-arranque (como é chamado na Paraíba o feijão comum – *Phaseolus vulgaris*), feijão macassa (como é chamado o feijão-de-corda, feijão-fradinho ou caupi – *Vigna unguiculata*) e milho que foram distribuídas eram de variedades melhoradas, mas ainda assim a ação foi extremamente importante para fortalecer a estratégia dos BSCs) (LONDRES, 2014, p. 23).

Todavia, as secas de 1998 e 1999 causaram esvaziamento dos estoques dos bancos de sementes, fazendo com que os camponeses buscassem auxílio do governo estadual. A demanda por sementes diversificadas não foi atendida e o governo ofereceu apenas uma variedade de milho e outra de feijão.

Insatisfeitos com a escassez de diversidade, os camponeses passaram a pressionar o governo a fornecer as sementes solicitadas: “13 variedades de feijão macassa, 4 de feijão de arranque, 2 de fava, 6 de milho, 5 de algodão, além de outras 6 espécies de cultivos normalmente ausentes no programa governamental” (LONDRES, 2014, p.25).

Após a primeira negativa, o governo estadual atendeu a demanda dos camponeses e a partir desse trabalho foi aprovada a Lei 7.298 de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Bancos e Sementes Comunitários no estado da Paraíba. A aprovação dessa lei foi um passo importante, todavia, esbarrou nas dificuldades existentes na legislação federal, conforme observou Londres (2014, p. 25):

A aprovação da lei estadual foi outro importante marco na história da Rede de Sementes da ASA-PB, mas ela não resolveu uma questão fundamental: segundo a lei federal que regulamentava a matéria, as sementes crioulas continuavam sendo grãos, e não sementes.

Assim, o governo do estado da Paraíba precisou continuar contornando a lei federal para garantir a aquisição de sementes crioulas com recursos públicos, comprando-as como se fossem grãos.

É importante frisar que essa questão não é somente técnica. Desconsiderar o valor e a qualidade das sementes tradicionalmente melhoradas, manejadas e conservadas pelas comunidades rurais significa, em última instância, negar o papel dos agricultores familiares como detentores de conhecimentos associados às variedades que manejam, bem como a sua capacidade de produzir, melhorar e gerir esse recurso.

Não por acaso, a Rede de Sementes da ASA-PB teve um importante papel na mudança do marco legal sobre o tema, que se deu com a aprovação, em 2003, da nova Lei Federal de Sementes e Mudanças. Conforme já relatado, embora a aprovação da nova legislação tenha sido resultado de mobilização dos setores conservadores da agricultura representados no Congresso Nacional pela bancada ruralista e o seu sentido geral seja o de garantir às grandes empresas controle de mercado sobre o setor, a luta política empreendida por organizações da agricultura familiar e de assessoria durante o processo de elaboração da norma foi capaz de influenciar a versão final do texto, que passou a reconhecer a existência das sementes crioulas e proibir a imposição de restrições às sementes crioulas em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes.

Dessa forma, observamos que a constituição dos bancos de sementes comunitários no estado da Paraíba foi realizada a partir da articulação camponesa para a manutenção da diversidade das sementes nativas, denominadas localmente de sementes da paixão. A organização dos bancos de semente funciona da seguinte forma:

O banco mãe está localizado na sede do município no prédio do sindicato e funciona como uma central. Ele recebe anualmente uma cota de sementes de cada banco comunitário do município e armazena. Quando há algum banco com necessidades, ele empresta semente e também utiliza seu estoque para formar novos bancos nas comunidades [...]. Quando há aporte de sementes de fora é o banco mãe que centraliza a recepção e redistribui conforme as demandas. Portanto, ele apoia a gestão dos bancos do município ao mesmo tempo em que funciona como uma reserva estratégica (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002, p. 39).

Os bancos de sementes comunitários têm possibilitado que os camponeses possam se alimentar de uma diversidade de sementes livres de transgênicos e ainda comercializar o excedente, inclusive nas feiras agroecológicas.

Em alguns casos, as variedades locais adaptadas ao clima conseguiram melhores resultados, principalmente diante da seca vivenciada nos últimos anos. O bom desempenho das sementes da paixão estimula a adesão de mais camponeses, conforme destacamos no depoimento a seguir:

Tem que mostrar na prática, não é só conversa. Porque ninguém vai mudar a cabeça de quem passou uma vida inteira trabalhando com veneno. A gente conversa e tenta mostrar, mas tem aqueles que são mais resistentes, só começa a entender que uma prática dá certo, quando aquele milho lá, que veio transgênico, chegou na nossa região, ficou pequeno, deu aquela espiguinha e de repente ele não conseguiu alimentar a família e nem o animal com aquela palha. E o nosso milho com dois metros, tem palha e forragem suficiente para sustentar todos os animais e uma espiga interessante que dá para sustentar a família. Aí eles começam a entender que é melhor o nosso milho, que é mais resistente, que é daqui.¹⁰⁹

Em 1999, a Paraíba contava com 25 bancos de sementes comunitários, que atenderam um total de 467 famílias (ALMEIDA E CORDEIRO, 2002). Desde então, o número de bancos tem crescido e em 2014 a Paraíba contava com 167 bancos, conforme destacamos no quadro 15:

¹⁰⁹ Depoimento de Josefa Jeane Barbosa concedido à autora em 29/07/2016, Feira agroecológica de Soledade, Soledade, Paraíba.

Quadro 15: Bancos de Sementes Comunitários na Paraíba - 2014

REGIÃO	Nº DE BSCS	Nº DE BANCOS MÃE	Nº DE BANCOS REGIONAIS	NÚMERO TOTAL DE BANCOS	Nº TOTAL DE FAMÍLIAS ENVOLVIDAS	NÚMERO DE VARIEDADES CONSERVADAS
Alto Sertão	29			30	641	25
Médio Sertão	25			25	545	12
Coletivo Regional do Cariri e Seridó Paraibano	30		01	31	440	30
Coletivo do Curimataú	07			07	216	14
Polo da Borborema	62	01	04	67	999	36
Coletivo do Folia	01			01	30	04
Casaco - Coletivo Asa Cariri Oriental	04			4	68	16
Brejo	3			3	57	6

Fonte: LONDRES (2014).

Mesmo diante dos resultados positivos obtidos com as variedades locais de sementes, as políticas públicas, em geral, têm priorizado a compra e distribuição de variedades comerciais, justificando essa escolha em razão da produtividade alcançada. Todavia, nos estudos apresentados em Petersen *et al* (2013), foi observado que as sementes da paixão apresentaram melhores resultados, conforme destacamos a seguir:

Os ensaios foram realizados em três regiões da Paraíba durante três anos consecutivos, sendo 2009 considerado um ano climático normal, 2010 um ano de poucas chuvas, e 2011 um ano com pluviometria muito acima da média. O desempenho produtivo das variedades locais foi sistematicamente superior ou equivalente ao das variedades melhoradas em todas as regiões e anos, confirmando que as sementes distribuídas pelos programas governamentais não oferecem as vantagens alegadas pelos gestores públicos. Os ensaios confirmaram também que as variedades distribuídas pelo governo apresentam melhor desempenho apenas em anos pluviométricos favoráveis (no caso, em 2011) e em solos de melhor fertilidade natural, duas condições que só excepcionalmente ocorrem combinadas nos agroecossistemas geridos pela agricultura familiar no semiárido (PETERSEN *et al*, 2013, p. 44).

Dessa forma, além dos esforços para manter a diversidade e quantidade de sementes nos bancos comunitários, as organizações precisam ainda comprovar o desempenho das variedades nativas e lutar pela aceitação delas nas políticas públicas. Uma conquista resultante dessa luta ficou expressa na Lei 10.711/2003, que trata do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, em que foi incluída a semente crioula.

Para dar visibilidade às sementes, as organizações têm promovido anualmente a “Festa Estadual das Sementes da Paixão”. A programação do evento conta com atividades de formação, como oficinas e cursos sobre: gestão, organização e armazenamento das sementes nos Bancos de Sementes Comunitários (BSC); integração das sementes florestais e frutíferas nos BSC; produção, seleção das sementes; sementes dos animais; produção das sementes de hortaliças; beneficiamento de frutas nativas e adaptadas e bancos de germoplasma (ASPTA, 2015).

No final da programação realizou-se uma feira de sementes da paixão, onde os moradores da cidade tiveram a oportunidade de conhecer experiências e a diversidade das sementes que abasteciam os bancos comunitários. No ano de 2015, foi publicada uma carta política, onde se denunciou que:

As sementes da paixão estão ameaçadas pela entrada dos transgênicos na Paraíba e em todo o Semiárido. Vê-se, por um lado, a continuada liberação de sementes transgênicas enquanto as pesquisas cada vez mais evidenciam seus efeitos negativos sobre o ambiente e sobre a saúde. Por outro lado, ações como a venda em balcão, promovida pela Conab, têm introduzido na região milhares de toneladas de milho transgênico. Essa política, que tem como objetivo facilitar o acesso dos produtores à ração animal em períodos de estiagem, ao não os informar que o material vendido é transgênico, pode estar contribuindo para a contaminação genética das sementes da paixão, bem como para o plantio inadvertido dessas sementes. Como forma de conter essa potencial fonte de contaminação e assegurar o direito à não-contaminação de nossas variedades, demandamos que a Conab estabeleça urgentemente um procedimento de tratamento físico desses grãos de forma a inviabilizar sua germinação, identificando essas cargas como transgênicas. Defendemos também a instituição de mecanismos de estímulo a aquisição de grãos convencionais para atender às demandas da venda em balcão com alimentos livres de transgênicos. Frente à ameaça dos transgênicos, o papel histórico dos guardiões e guardiãs da biodiversidade precisa ser fortalecido. É imperativa a construção de estratégias coletivas e comunitárias de defesa de nosso patrimônio. Nos comprometemos a fortalecer a constituição de comunidades guardiãs da biodiversidade, livre dos transgênicos e dos agrotóxicos (CARTA POLÍTICA, 2015)

A manutenção dos bancos de sementes constitui-se num desafio constante, principalmente diante da crescente distribuição das sementes transgênicas pelo estado. A luta desses camponeses pelo direito à biodiversidade tem estado presente em diversos momentos de formação política, como observamos na I Feira Agroecológica da Juventude Camponesa, realizada em 2 de julho de 2016, em Massaranduba.

Foto 34: Barraca com teste de transgenia na I Feira Agroecológica da Juventude Camponesa

Foto: Aline B. de Lima. Massaranduba - PB. Data: 02/07/2016.

Nessa feira da juventude camponesa, os jovens apresentaram seus produtos e conversaram com os moradores da cidade sobre os benefícios da produção local, livre de transgênicos e de agrotóxicos. Com apoio da ONG ASPTA, na barraca sobre alimentos transgênicos, explicaram as diferenças entre as sementes nativas e realizaram testes com reagentes, identificando as sementes geneticamente modificadas e destacando a importância do trabalho feito a partir da constituição dos bancos de sementes.

Além do trabalho coletivo realizado para a organização das sementes, os camponeses realizam os fundos rotativos solidários, que consistem na organização de um grupo para aquisição de um determinado bem. Esses grupos contribuem mensalmente para aquisição de algum produto, que é sorteado entre os integrantes do fundo, quando todos são contemplados, inicia-se um novo grupo. De acordo com a Cáritas (2012):

São fundos destinados ao apoio a projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços e das necessidades básicas dos grupos envolvidos. Por meio dos Fundos Rotativos Solidários, investem-se recursos monetários ou não monetários na comunidade, através de apoio a projetos, podendo ser devolutivos ou não, e quando exige a devolução, os prazos de reembolsos são mais flexíveis e mais adaptados às condições das famílias. O apoio pode ser em dinheiro, em produtos ou em serviços. O acesso é facilitado o que democratiza o crédito, além de estimular o desenvolvimento local.

No momento do trabalho de campo, os camponeses estavam realizando vários fundos rotativos solidários, como para compra de arame e para compra de fogão ecológico, desenvolvido para utilizar menos lenha. As barracas das feiras agroecológicas do Coletivo Regional também estavam sendo adquiridas através dos fundos rotativos.

Os jovens do Polo da Borborema também estavam realizando um fundo rotativo para a criação de animais. Nele, a ONG AS-PTA doou por sorteio as primeiras cabras e depois os jovens do grupo precisam cuidar dos animais. A cada nascimento de uma cria fêmea ocorria um novo sorteio. Essa iniciativa teve como objetivo ajudar os jovens a obter suas primeiras economias. Praticamente todos os jovens participantes já tinham o seu primeiro animal. Eles também iniciaram um fundo rotativo de galinhas, que começou com oito galinhas. Os fundos acabam quando todos os membros do grupo são contemplados.

De acordo com Rocha e Costa (2005), os fundos rotativos solidários:

São experiências voltadas para o reforço das unidades de produção familiar, para o compartilhamento de alimentos, sementes, água e outros bens, para o apoio individual e psicológico ou para a promoção de melhorias das condições de vida da coletividade. Ora as famílias doam, de suas poucas terras, áreas para formação de “fundo de pasto” para uso coletivo, ora melhoram as vias de acesso à água, construindo ou limpando em mutirão reservatórios comunitários, ou ainda se juntam e botam abaixo as cercas colocadas por fazendeiros nos reservatórios públicos. São formas de organização social e de enfrentamento coletivo dos problemas do dia-a-dia, que trabalham com a noção de que é necessária a convivência com as adversidades climáticas da região. Essas práticas contrapõem-se ao padrão dominante de relações iníquas, baseadas na concentração da propriedade, na apropriação privada dos recursos e na sujeição aos detentores do poder político e econômico. O sentimento solidário presente nessas comunidades é, portanto, condição essencial para o próprio convívio com o ambiente (ROCHA; COSTA, 2005, p. 12).

Uma das maneiras utilizadas pelo Coletivo Regional para a construção de cisternas de placa ocorreu a partir da execução de fundos solidários rotativos, que funcionaram da seguinte forma:

- Um grupo de cinco famílias interessadas em construir cisternas em suas propriedades se reúne;
- Os materiais para a construção das 2 primeiras cisternas são repassados para o grupo. Duas das cinco famílias são sorteadas com essas primeiras cisternas que serão construídas na forma de capacitação.
- Num contrato, as cinco famílias se responsabilizam pela devolução de sua cisterna. E, semestralmente, irá devolver 20% (vinte por cento) do valor total. Com esse dinheiro mais uma cisterna será construída para outro membro do grupo.
- No final todas as famílias envolvidas terão sua própria cisterna. Com a devolução dos recursos das últimas cisternas são construídas outras

cisternas para outro grupo, iniciando-se assim um novo Fundo Solidário Rotativo (PATAC – Experiências de convivência com o semiárido).

Desenvolvendo esse trabalho, o Coletivo Regional formou aproximadamente 43 grupos de fundo solidário rotativo e construiu em torno de 250 cisternas no município de Soledade (PATAC – Experiências de convivência com o semiárido). De acordo com dados do Ministério da Integração, nos municípios que integram o Coletivo Regional foram construídas 3.116 cisternas de placa entre os anos de 2003 e 2010. Em relação à construção de segundas águas, os municípios do Coletivo que receberam recursos federais foram Cubati (164) e Soledade (230), totalizando 394 segundas águas entre os anos de 2013 e 2016 (MI, 2016).

O Coletivo Regional também desenvolveu projetos de implantação e melhoria de bancos de sementes comunitários para salvaguardar a biodiversidade das sementes da paixão. Em 2016, nos relatos de campo, registramos que a organização contava aproximadamente com 48 bancos de sementes comunitários. De acordo com Moraes (et al, 2014, p. 21):

A troca de conhecimento entre as famílias guardiãs e a realização das missões no território contribuíram para a criação de ambientes sociais favoráveis à formação de novos bancos de sementes familiares e comunitários. Além disso, promoveram o aprimoramento das dinâmicas organizativas nas comunidades para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa com base na revalorização das tradições.

[...]. As sementes da paixão conservadas pelos guardiões e guardiãs têm mostrado seu potencial de produção em cada pedaço de terra que são cultivadas, colocando à prova o valor de sua genética, que foi aprimorada pela interação entre a natureza e a sabedoria camponesa por gerações.

Os bancos de sementes comunitários e os fundos rotativos solidários demonstraram a importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento dos projetos nas comunidades. Nesse sentido, a partir de um processo de autogestão e num contexto de escassez de recursos governamentais, os camponeses encontraram saídas que têm possibilitado a melhoria de vida das famílias envolvidas.

7.6. Mulheres camponesas, sindicalismo rural e as feiras agroecológicas

Ao longo da história, as mulheres paraibanas possuíram significativa relevância na luta pela terra, desde as Ligas Camponesas, passando pelos sindicatos rurais, até os movimentos sociais mais recentes. Nomes como o de Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves foram, como vimos, evidenciados internacionalmente como referência de combate às injustiças sociais e de reivindicação do direito à terra no Brasil.

Em meados da década de 1980, quando se intensificou a luta pela desapropriação de latifúndios improdutivos para fins de reforma agrária, as mulheres desempenharam um papel fundamental, articulando as comunidades e devolvendo o sentido social presente na importância da terra para alimentação das famílias.

Elas estiveram presentes nos mutirões para o plantio de alimentos nos acampamentos e em diversos momentos de tensão. Não raro, ficaram na linha de frente dos confrontos, juntamente com suas crianças, na tentativa de proteger os maridos e filhos da violenta repressão do Estado.

Um relato da camponesa Marluce, que integra a feira agroecológica do Bessa, revela um desses momentos, quando participou da luta pela desapropriação de terras da oligarquia Lundgren, família de grandes proprietários de terras na região da mata paraibana:

No tempo dos despejos que aconteceu, eu não vivia fixo dentro do acampamento morando, porque era perto né, eu ia para casa, quando era de cinco horas da manhã eu retornava na terra, começava a trabalhar, aí pronto, quando era negócio de 5 horas da tarde nós voltava para casa, mas quando, qualquer coisa que acontecia... quando soltava os fogos, podia ser a hora que fosse, todo mundo ia, quando era para fazer mutirão em Capim de Cheiro, barrado pelos carros dos capangas, com doze em cima da gente, mas a gente enfrentou, tiramos os tratores, isso tudo eu participando de dentro, tinha mulher que não ia não. Eu não tinha medo de morrer, tinha não, a gente está para lutar, a gente está para tudo.¹¹⁰

Numa sociedade marcada pelo machismo e patriarcalismo, as mulheres viram nesses espaços de luta e formação política oportunidades de superação de suas condições de silenciamento e opressão, sendo capazes de diminuir a dominação e criar espaços onde suas vozes pudessem ser escutadas.

Anteriormente, na década de 1960, a Igreja Católica havia criado as Comunidades Eclesiais de Base, possibilitando uma aproximação com parcelas mais carentes da população.

---

¹¹⁰ Depoimento concedido à autora e publicado em Lima (2012)

Esses espaços permitiram às mulheres expressarem-se e exporem variados problemas, fazendo emergir questões ligadas à desigualdade de gênero.

No campo, essa foi uma conquista importante, visto que, mesmo nos sindicatos rurais, frequentemente as mulheres eram constrangidas a não falarem. Munidas de voz, puderam lutar principalmente pelo acesso à terra e por seus direitos trabalhistas, como o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e o direito à aposentadoria.

De forma geral, a luta das mulheres camponesas integrou as discussões feministas emergidas em diversas partes do mundo, sobretudo a partir da década de 1960. No caso do Brasil, em virtude da ditadura militar de 1964, os movimentos feministas só tiveram maior expansão com a abertura democrática a partir de meados de 1980.

Vale salientar que para as mulheres do campo, o movimento feminista particularmente refletiu-se mais na luta por direitos trabalhistas do que propriamente pelo reconhecimento de identidade, ou seja, esse processo não se refletiu propriamente numa negação da identidade da mulher definida pelo patriarcalismo nos seus papéis de mãe e de esposa.

De acordo com Siliprandi (2015), ao longo da década de 1980, ocorreram importantes marcos desse processo no campo, como reuniões, marchas, congressos e fundações de movimentos de mulheres, conforme destacamos na lista a seguir:

1982

- I Congresso da Mulher Camponesa no Rio Grande do Sul;
- Mobilizações das mulheres pelas frentes de emergência em vários estados do Nordeste, fruto da reivindicação das mulheres pelo direito de se alistarem;

1984

- 8 de março: mil agricultoras fazem uma passeata em Erechim (RS);
- Criação do Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina;
- I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, em Serra Talhada;

1985

- I Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora Rural no RS, com 10 mil mulheres;
- 3º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe em Bertioga, SP, em que participaram mulheres rurais de todo o país;

1986

- I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba;
- Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco.

1987

- Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em João Pessoa, na PB, com a presença de delegadas de oito estados.

Muitas vitórias foram obtidas a partir da mobilização feminina, como a referência explícita ao direito das mulheres na Constituição de 1988¹¹¹ e o direito aos benefícios da previdência social.

Por outro lado, no que se refere à luta pela terra, os territórios conquistados não lhes legaram um lugar de protagonismo nas comunidades criadas. A dominação masculina reproduziu-se nas diversas atividades cotidianas que regem o trabalho na agricultura e as mulheres continuaram a exercer um papel secundário nas tomadas de decisão. Na atualidade, a desigualdade de gênero ainda está longe de ser superada e a violência contra a mulher continua sendo um dos principais problemas enfrentados.

Coaduna com essa realidade o recrudescimento das taxas de feminicídio no país, e em particular na Paraíba. De acordo com Waiselfisz (2015), em relatório do mapa da violência no Brasil, ao longo de três décadas analisadas, houve um aumento no número de homicídios de mulheres:

Entre 1980 e 2013, num ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número quanto em taxas, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio. Efetivamente, o número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1% (WAISELFISZ, 2015, p.15).

A partir do levantamento desses dados, foi constatado que a Paraíba possuiu um aumento de 229,2% nas taxas de homicídios de mulheres no período de 2003 a 2013, ficando em segundo lugar no País, atrás apenas de Roraima, onde as taxas de homicídio de mulheres cresceram nesse mesmo período 342,9% (WAISELFISZ, 2015).

---

¹¹¹ Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. E no Artigo 226, Parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (BRASIL, Constituição de 1988).

Gráfico 27: Número de homicídios de mulheres no estado da Paraíba (2003-2013).

Fonte: (WAISELFISZ, 2015). Organização e elaboração: Aline B. de Lima, 2015.

Nesse decênio, a capital paraibana, João Pessoa, ficou em quarto lugar no crescimento de homicídios de mulheres (169,9%), atrás apenas das capitais Palmas (173,2%), Salvador (181,4%) e Natal (228%), capital com maior crescimento de homicídios de mulheres no país. Além disso, no período analisado (2003-2013), as vítimas no Brasil foram majoritariamente jovens e negras. Enquanto houve um decréscimo nas taxas de homicídios de mulheres brancas de 11,9%, a taxa de homicídio de mulheres negras teve um aumento de 190,9%. Na Paraíba, esses dados são ainda mais alarmantes, onde o aumento de homicídios de mulheres negras chegou a 316% (WAISELFISZ, 2015).

No caso da violência contra as mulheres, os agressores são, na maioria dos casos, familiares e parceiros, aspecto que revela a ligação dessas estatísticas com o machismo e patriarcalismo fortemente presente na sociedade.

A normalidade da violência contra a mulher no horizonte cultural do patriarcalismo justifica, e mesmo “autoriza” que o homem pratique essa violência, com a finalidade de punir e corrigir comportamentos femininos que transgridem o papel esperado de mãe, de esposa e de dona de casa. Essa mesma “lógica justificadora” também acontece em casos onde a violência é exercida por desconhecidos contra mulheres consideradas “transgressoras” do papel ou comportamento culturalmente esperado e/ou imposto a elas (WAISELFISZ, 2015, p. 75).

No ano de 2012, o município de Queimadas, no estado da Paraíba, foi o lugar de dois feminicídios emblemáticos da extrema violência enfrentada pela condição de desigualdade da mulher na sociedade. O primeiro ocorreu em fevereiro, quando cinco mulheres foram vítimas de um estupro coletivo que resultou na morte de duas delas, Isabela Pajuçara e Michelle Domingos¹¹².

No segundo crime, ocorrido em setembro do mesmo ano, a jovem Ana Alice, de 16 anos foi vítima de sequestro, quando chegava da escola, posteriormente estuprada e assassinada por Leônio Barbosa de Arruda, que já havia cometido outros crimes e continuava impune. A jovem Ana Alice participava do Polo da Borborema e sua morte motivou a criação de um comitê, denominado “Comitê de Solidariedade e pelo Fim da Violência Contra a Mulher Ana Alice”, composto por aproximadamente 30 organizações rurais e urbanas. “Foi por meio da pressão e da mobilização criada em torno do Comitê, que o caso Ana Alice pôde ser investigado e solucionado, com a prisão dos envolvidos” (ASPTA, 2014).¹¹³

Esses dois casos fazem parte do total de 994 mulheres assassinadas na Paraíba em uma década (2003 – 2013), estatística que deflagra a face mais cruel da violência contra a mulher. Dados que se ligam, em certa medida, à repressão imposta às mulheres que têm buscado enfrentar a opressão e procurado alcançar o protagonismo em suas comunidades, tomando parte nas tomadas de decisão.

Nesse sentido, a participação feminina em sindicatos, associações comunitárias, comitês e grupos diversos têm possibilitado a inserção de temas como violência contra mulher, igualdade de gênero, sexualidade, dentre outros. Dessa forma, tanto em movimentos autônomos, como dentro de organizações que versam sobre temas distintos, essa presença tem fomentado importantes debates ligados às problemáticas enfrentadas pelas mulheres.

Uma das faces da articulação sindical na Paraíba ligada a realização das feiras agroecológicas é o fortalecimento feminino. Nesse sentido, consideramos que a presença das mulheres nas feiras agroecológicas vai além da divisão de tarefas na família para o desenvolvimento de uma atividade econômica, revela, sobretudo, a conquista de espaço resultado de um trabalho de formação política pela visibilidade do trabalho feminino e pela igualdade de gênero.

---

¹¹² O crime foi praticado por dez criminosos, sendo três deles menores de idade. Em 2014, os acusados Luciano dos Santos Pereira, Fernando de França Silva Júnior, Jacó Sousa, Luan Barbosa Cassimiro, José Jardel Sousa Araújo e Diego Rêgo Domingues foram condenados a penas entre 26 e 44 anos. Eduardo dos Santos Pereira, ex-cunhado de Michelle e o mentor do crime, foi condenado a 108 anos de prisão.

¹¹³ Após o julgamento ocorrido em agosto de 2015, que condenou o réu a 19 anos em regime fechado, os integrantes do Comitê Ana Alice decidiram permanecer mobilizados e continuar a luta pelo fim da violência e da impunidade contra as mulheres.

A presença das mulheres nas feiras agroecológicas no estado da Paraíba é uma característica marcante que encontramos em diversas feiras visitadas. Em particular, essa presença se evidenciou principalmente no Agreste e na Borborema, onde, no momento da nossa visita, chegamos a encontrar feiras integralmente compostas por mulheres, como nos municípios de Queimadas, Remígio, Cubati e Monteiro.

Em nenhum dos nossos trabalhos de campo, houve alguma feira que não contasse com a presença de mulheres camponesas. Invariavelmente encontramos a participação feminina, desde as feiras maiores e mais organizadas às que enfrentavam alguma dificuldade, como baixa produção decorrente da estiagem ou dificuldades de venda.

Os relatos das camponesas demonstraram a importância da feira agroecológica como um lugar possível para dar visibilidade ao trabalho feminino, pois desde que passaram a vender seus produtos, elas vêm conquistando mais voz nas suas comunidades.

Sobre o significado da feira, para Anilda Batista Pereira dos Santos, integrante da feira agroecológica de Remígio e coordenadora geral da Ecoborborema, registramos o seguinte depoimento:

Acho excelente, para mim e para minha família. A gente vê que tinha muitos agricultores que não vendiam sua produção, vendia aos atravessadores e depois da feira a gente viu a participação principalmente das mulheres que não sabiam vender, que não sabiam trazer seu produto para a feira, hoje a gente tem um grande número de mulheres que além de produzir estão vendendo seus produtos e isso para gente é muito gratificante.¹¹⁴

Por meio da articulação sindical, as mulheres começaram a participar de intercâmbios voltados principalmente para o aprendizado de atividades produtivas, com visitas a propriedades rurais com sistemas agroflorestais, plantas medicinais, mandalas, experiências de convivência com a seca, beneficiamento da produção, dentre outras, além das visitas às feiras agroecológicas em cidades como João Pessoa e Recife.

Nesses espaços, terminaram por conhecer também a realidade de outras mulheres e a trocar experiências e soluções para as dificuldades encontradas. Essa troca fez emergir um sentimento de reciprocidade e ajuda mútua entre elas, evidenciando a necessidade de dar visibilidade a questões femininas na agenda política das comunidades.

Uma das problemáticas enfrentadas inicialmente correspondia ao tempo necessário à participação nas diversas atividades das associações, ONGs e sindicatos. Para a maioria das mulheres, ausentar-se de casa gerava dificuldades no gerenciamento das atividades domésticas

---

¹¹⁴ Depoimento de Anilda Batista Pereira dos Santos, integrante da feira agroecológica de Remígio e coordenadora geral da Ecoborborema concedido à autora em 29 jan. 2016. Remígio – PB.

e frequentemente a oposição dos companheiros. Além disso, andar desacompanhadas de uma figura masculina, ou executar tarefas que são vistas pela sociedade como tarefas de homem, por vezes, geravam represálias.

O documentário “Minha vida é no meio do mundo: mulheres da Borborema, histórias de superação”¹¹⁵ apresenta relatos de vida de algumas dessas mulheres que tiveram que enfrentar o machismo para conseguir dar visibilidade aos seus trabalhos. As histórias retratam a importância da participação em reuniões e intercâmbios para encorajar as mulheres a enfrentar suas condições de opressão e silenciamento.

Corroborando esse entendimento, Bruno (et al, 2013), em estudos sobre a participação das mulheres em grupos produtivos de alguns assentamentos rurais no Brasil¹¹⁶, destacou que para elas, além da melhoria da renda, evidenciou-se a necessidade de estreitar laços de sociabilidade.

Nesses espaços de troca, as mulheres têm compartilhado seus problemas e juntas encontram formas de melhorar a vida, não apenas em suas dimensões econômicas, mas sobretudo como forma de construção de espaços de solidariedade e ajuda mútua.

Dessa forma, observamos que a presença das mulheres nas atividades produtivas extrapola as necessidades econômicas, uma vez que permite vivências que estimulam a liberdade e a autonomia, recolocando-as em outro patamar no seio familiar e também nas comunidades.

Muitas vezes já aconteceu de a gente vir para feira e muitas da gente não trazer nada, mas o colega não está aqui na feira? Precisando de um apoio? Então a gente vem, não tem problema nenhum. Já aconteceu muito isso, de eu chegar de Campina Grande e não ir nem em casa, já ficar na feira, mesmo sem produtos, na próxima feira eu trago meus produtos. Porque eu acho que o mais importante é a gente está unido aqui, estar junto¹¹⁷.

Eu lembro dos primeiros jerimuns que eu vendi, ficava rindo por que não acreditava; aí vendi mais cedo do que esperava. Eu vendi um maracujá a um real, nunca imaginei na minha vida. Tem sábado que eu não tenho nada, mais estou aqui mais as meninas. A gente participa muito de reunião, essa semana tivemos umas três. Se eu deixar de participar, aquele negócio que tem o apelido de depressão chega nas minhas costas, então deixa eu estar aqui. Hoje

¹¹⁵ Documentário produzido pela ASPTA, 2014. Disponível em: <<http://aspta.org.br/category/videos/>>. Acesso em: 11/07/2016

¹¹⁶ Os grupos analisados foram: Grupo de mulheres da Comunidade Rio Fábrica, assentamento Rio da Fábrica, Ponta de Pedras (PA); Grupos produtivos Pé da Serra, assentamento Santa Lúcio, Bonito, (MS); Grupo Fibra e Arte, assentamento Prefeito Celso Daniel, Macaé, (RJ); Grupo Liberdade, assentamento Apasa (PB); Grupo Anesha, município de Joaçaba (SC) (BRUNO, et al, 2013).

¹¹⁷ Depoimento de Josefa Jeane Barbosa concedido à autora em 29/07/2016, Feira agroecológica de Soledade, Soledade, Paraíba.

eu vim vender oito pés de alface e sete molhos de coentro, eu digo, eu vou, porque penso que de hoje a um ano eu estou com 800 pés de alface¹¹⁸.

As mulheres que participaram das atividades propostas por sindicatos e ONGs, retornaram para suas comunidades com desejo de mudanças. A partir do momento que aprenderam entre si novos conhecimentos e rememoraram antigos saberes, melhoraram a autoestima e sentiram-se estimuladas a reaplicar o aprendizado.

Contudo, nem sempre as famílias estavam dispostas a modificar sua rotina de divisões de trabalho pré-existentes. Por isso, as mulheres necessitaram fazer um trabalho de conscientização, demonstrando que os aprendizados obtidos com as suas vivências podiam se tornar oportunidades de melhoria de vida para todos.

De forma geral, sabemos que as atividades domésticas continuaram sendo assumidas prioritariamente pelas mulheres. Nesse sentido, o quintal das casas nas áreas rurais constitui-se num espaço onde as mulheres puderam estar de forma mais frequente, conciliando suas atividades produtivas com o cuidado com o lar.

Nos trabalhos desenvolvidos pela ASPTA, juntamente com o Polo da Borborema, esses locais ficaram conhecidos como “o arredor de casa”, onde foi possível aproveitar melhor os terrenos que ficavam no entorno das residências das propriedades rurais camponesas. Conforme destacou Freire (2015, p. 7):

A partir de um Seminário Regional sobre os Arredores de Casa, com a participação de cerca de 150 mulheres, fomentou-se um processo de experimentação voltado para a revitalização e o reordenamento desse espaço. O trabalho partiu justamente da revalorização e da visibilidade dos conhecimentos das mulheres sobre as práticas tradicionais, como a gestão da água, incluindo as práticas de reuso; o resgate das plantas medicinais; o papel das cercas na organização e na otimização dos arredores de casa; o significado das pequenas criações para a economia doméstica; a função do quintal na fertilidade do solo e no teste de novas variedades de sementes, etc.

Assim, o quintal de casa, comumente espaço de convívio dos familiares, foi ratificado por meio do trabalho das mulheres como lugar de sociabilização para educação dos filhos, como possibilidade de melhoria na alimentação e na saúde familiar e como difusão de saberes para a comunidade, através da realização das visitas de intercâmbio.

Ganharam destaque nesse processo, o cultivo das plantas ornamentais, das plantas medicinais, das hortas e das tecnologias de convivência com a seca. Em alguns relatos, as

---

¹¹⁸ Depoimento de Maria Vitória Medeiros, integrante da feira agroecológica de Cubati, concedido à autora em 13 de julho de 2016.

mulheres destacaram o desafio em convencer os companheiros da instalação de determinados projetos.

A dificuldade em receber apoio familiar é um aspecto generalizado na vida de muitas mulheres camponesas, conforme aponta estudo da ONG SOF (2016), sobre as experiências das mulheres rurais no desenvolvimento de linhas produtivas e de comercialização, como cooperativas, grupos de mulheres, feiras livres, grupos de compra e redes de economia solidária. O estudo constatou a forte repressão enfrentada pelas mulheres quando os companheiros se opõem às suas atividades:

As reações chegam a ser violentas, mostrando uma clara dificuldade da parte deles de compartilhar a organização do espaço. Alguns jogam agrotóxicos no terreno vizinho àquele em que elas estão cultivando alimentos orgânicos; outros passam com o trator sobre as plantações ou cortam as flores que elas cultivam. Outros, ainda, se recusam a regar as hortas ou a alimentar os animais quando elas precisam se ausentar por um tempo. Também boicotam a participação política delas de outras formas, recusando-se a ficar com as crianças, por exemplo (SOF, 2016, p.9)

Mediante a realização dos trabalhos de campo, ouvimos relatos de dificuldades enfrentadas pelas mulheres para a participação de feiras agroecológicas, de implantação de projetos produtivos e de infraestrutura. Um exemplo dessas dificuldades foi a falta de apoio dos companheiros na realização de algumas atividades, como por exemplo, na construção das cisternas calçadão, destinadas ao armazenamento de água para irrigação.

Nesse caso em particular, na visão de alguns homens, a cisterna calçadão poderia diminuir possíveis áreas de plantio, em virtude do espaço que seria ocupado na parcela. Em outros casos, eles em geral preferiam que as cisternas fossem construídas próximos aos roçados ou áreas de criação. Contudo, as mulheres insistiram na construção das cisternas nos arredores das residências, pois assim poderiam utilizar a água para regar plantas medicinais e hortas sob seus cuidados.

A partir desse processo, o trabalho feminino tem ganhado mais visibilidade, não sendo considerado apenas uma “ajuda”, mas componente importante da renda familiar e um caminho de libertação para muitas mulheres, não só pela renda, mas sobretudo pela valorização do trabalho.

Na Paraíba, um processo de revalorização dos saberes tradicionais iniciou-se de forma mais significativa na década de 1990, em parte sob influência da Teologia da Libertação, quando a Igreja Católica passou a incentivar os fiéis a transformar suas orações em ação. A partir de atividades da Pastoral da Criança, da Catequese Familiar e da ASPTA, diversas

mulheres rememoraram seus conhecimentos sobre as plantas medicinais e suas propriedades curativas.

Siliprandi (2015), em estudo sobre a participação das mulheres na agroecologia, a partir da análise da experiência de grupos de mulheres em diferentes partes do Brasil, como Minas Gerais, sul da Bahia, norte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, avaliou que:

Praticamente todas as protagonistas deste livro envolveram-se muito cedo com movimentos sociais, algumas ainda no final da década de 1980. Quase todas começaram participando em grupos ligados à Teologia da Libertação (Pastoral da Juventude, Pastoral da Terra, Comunidades Eclesiais de Base). Os grupos de igreja funcionavam como uma “ponte”, uma escola preparatória para a participação em outros movimentos, como o sindical, o de luta pela terra, o movimento de mulheres, os partidos políticos. Foram espaços de conscientização e de mobilização para o engajamento nas lutas sociais rurais (Siliprandi, p. 186, 2015)

Na Paraíba, a continuidade dessas ações despertou a atenção dos integrantes do Polo da Borborema, que passaram a incentivar a inclusão e a mobilização desses grupos de mulheres na agenda das atividades sindicais, constituindo assim a Comissão de Saúde e Alimentação.

Cabe destacar que o cultivo de plantas medicinais é um saber guardado sobretudo pelas mulheres, constituindo um conhecimento passado de geração em geração. Com o processo de revalorização desses saberes, as guardiãs buscaram diversificar as espécies medicinais cultivadas e a trocá-las nas visitas de intercâmbio, dando origem ao projeto das farmácias vivas.

Nesse projeto, as plantas medicinais são aproveitadas em chás, lambedores, pomadas, infusões, massagens, emplastros, entre outros. As rezadeiras também utilizam as plantas para o tratamento de uma grande variedade de problemas de saúde. Com essas ações, as famílias buscam diminuir os gastos com medicamentos alopáticos e incentivar a saúde preventiva.

Além das plantas medicinais, sob influência da Pastoral da Criança, como vimos anteriormente, as mulheres de vários municípios, como Campina Grande, Lagoa Seca e Remígio, passaram a fabricar a multimistura, contendo farelos de amendoim, gergelim, girassol, semente de jerimum e milho, destinada à alimentação e ao fortalecimento de crianças, principalmente daquelas com problemas nutricionais. Esses farelos são distribuídos nas comunidades e também comercializados em algumas feiras agroecológicas.

Alguns grupos de mulheres também vêm realizando atividades de beneficiamento para a produção de polpas, doces, geleias e licores e venda de parte da produção para algumas feiras agroecológicas, como é o caso das de Soledade e de Cubati. A partir do trabalho conjunto, elas organizaram a divisão das atividades para o melhor aproveitamento dos períodos de safra.

Juntas têm conseguido diminuir o desperdício de frutas como umbu, caju, goiaba, manga e graviola e melhorado a alimentação das famílias e o rendimento familiar com a venda de parte da produção, como demonstrado no depoimento de Maria das Dores de Medeiros, integrante do grupo de mulheres da comunidade rural de Capoeiras e Coalhada e da feira agroecológica de Cubati:

A gente começou com a participação nas atividades do Coletivo e do Patac e fizemos intercâmbios. Começamos em Soledade, que já tinha o grupo em Lajedo de Timbaúba, depois fomos ver um grupo lá de Pernambuco, Afogados de Ingazeiros e eu cheguei a ir no intercâmbio na Bahia, para conhecer a Coopercuc¹¹⁹. Depois desses intercâmbios a gente sentou e viu que era possível fazer. A gente pensou em aproveitar o umbu e o caju, que eram bem desperdiçados na comunidade, de início a gente visou só melhorar a qualidade de alimentação das famílias. Depois surgiu o PAA e PNAE e fomos tendo acesso a essas políticas. Infelizmente tivemos dificuldades com a lei das normas de vigilância do PAA, mas conseguimos manter o PNAE municipal, com 800 kg e já entregamos mais de 50%, mesmo com as dificuldades da seca. Além do beneficiamento das frutas com as oito mulheres que integram diretamente o grupo, temos parceria com outras famílias da comunidade, que produzem na linha de transição agroecológica e também de munícios vizinhos de agricultores que trabalham nessa mesma dinâmica, porque a gente não compra qualquer fruta.¹²⁰

O PATAC concedeu apoio inicial para um fundo rotativo pelo qual puderam adquirir embalagens, potes, liquidificador industrial e seladora. Já o fogão industrial foi adquirido a partir de uma rifa. Além da polpa, há a produção de doce em menor escala, pois não há mercado institucional para comercialização.

Uma das dificuldades enfrentadas pelo grupo é a ausência de despolpadeira e há mais de dois anos buscam adquiri-la pelo PROCASE - Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú¹²¹, juntamente com um dosador e uma seladora maior.

Sem o maquinário, a separação da polpa das sementes ainda é feita de forma artesanal, com o uso de peneiras. O trabalho é realizado pelas mulheres geralmente nas segundas, quartas e sextas-feiras. Elas seguem um calendário de atividades pré-definido que designa quem irá para a coleta de frutas e quem irá trabalhar no beneficiamento.

O artesanato é outro produto tipicamente feminino e comumente encontrado nas feiras agroecológicas. São objetos confeccionados em fibras naturais ou em materiais reciclados, que

¹¹⁹ Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc)

¹²⁰ Depoimento de Maria das Dores Medeiros, integrante da feira agroecológica de Cubati, concedido à autora em 13 de julho de 2016.

¹²¹ O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú - PROCASE é resultado da parceria entre o Governo do Estado da Paraíba e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), instituição da Organização das Nações Unidas (ONU).

dão forma a bonecas, porta-objetos, descansos de pratos, porta guardanapos, panos de cozinha ornados com babados, bordados e pinturas florais, dentre outras utilidades para o lar.

A partir da organização produtiva desses grupos de mulheres deu-se a conquista de espaços de comercialização como as feiras agroecológicas, que possibilitaram a melhoria da renda e o acesso das mulheres ao dinheiro. Para Maria Verônica de Oliveira, coordenadora da feira agroecológica de Monteiro, o apoio de ONGs de fortalecimento da mulher foi importante nesse processo:

O trabalho coletivo feminista da Cunhã é focado para as mulheres rurais do Cariri. A gente precisava ter mais apoio e conhecimento. As mulheres, principalmente as mulheres rurais eram para estar somente nas roças trabalhando. Tinham muitas delas que não conseguiam ir nem em uma feira, porque eram as escravas do lar. Hoje graças a Deus a gente tem essa autonomia. Antes tinham mulheres que não conheciam nem dinheiro, não tinham renda nenhuma.¹²²

O dinheiro que recebem semanalmente nas feiras agroecológicas complementa a renda familiar, as auxilia na compra de material escolar, lanches e outras necessidades dos filhos e proporcionam mais autonomia nas compras do cotidiano.

Cabe destacar que, quando a venda na feira agroecológica é componente principal da renda familiar, é comum a participação de toda a família. Fato que observamos principalmente quando as feiras agroecológicas estavam com boa oferta da produção e vendas satisfatórias. Nesses casos, os maridos tendem a participar juntamente com as mulheres e os filhos.

Por outro lado, nas feiras agroecológicas que vivenciavam um período de dificuldade, por questões como baixa produção pela estiagem prolongada, falta de apoios ou dificuldade de vendas, encontramos maior presença das mulheres, que mesmo com retorno econômico prejudicado permaneciam obstinadas a manter a atividade em funcionamento.

A presença dos homens nas feiras agroecológicas revelou aspectos da desigualdade de gênero, na medida em que a dominação masculina exerceu o controle das atividades que estavam dando melhores rendimentos. Aspecto que demonstrou a dificuldade das mulheres em permanecerem como protagonistas desses espaços de comercialização.

Nesse sentido, a presença das mulheres nas feiras agroecológicas pode revelar um processo de fortalecimento feminino, mas, por outro lado, pode reafirmar o domínio masculino e o machismo. O protagonismo feminino em situações de bom rendimento econômico nas feiras agroecológicas é a face que mais se aproxima da feira agroecológica como espaço de conquista das mulheres na luta por igualdade, processo que ainda não se consolidou.

---

¹²² Depoimento de Maria Verônica de Oliveira, coordenadora da feira agroecológica de Monteiro, concedido à autora em 13/07/2016, Feira agroecológica de Monteiro, Monteiro, Paraíba.

As mulheres têm um longo caminho a percorrer pelo reconhecimento social em bases de igualdade com os homens. O discernimento do valor do trabalho feminino para além da ideia de “ajuda” é um passo necessário à aceitação da real importância da igualdade de gênero.

Nesse sentido, as mulheres envolvidas nas diversas atividades das comunidades, muitas vezes atuando como lideranças de sindicatos, associações e feiras agroecológicas, perceberam a dificuldade em expandir o fortalecimento feminino para além dos seus espaços de formação política e atuações cotidianas.

Como forma de conscientizar a sociedade sobre a importância da igualdade de gênero e do combate à violência contra a mulher, desde 2010, as mulheres do Polo da Borborema organizam no mês de março de cada ano uma “Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia”.

“Vida” e “agroecologia” são os dois temas evocados no título da marcha que sintetizam as reivindicações das mulheres camponesas. Quando conclamam pela vida, estão denunciando as mortes e violências sofridas cotidianamente pelas mulheres. A agroecologia aparece como um caminho possível pelo qual muitas conseguiram se libertar. Sobre a marcha das mulheres, Anilda Batista Pereira dos Santos relatou que:

A marcha é trabalhada juntamente com a agroecologia, que foi uma porta de salvação para muitas agricultoras. O trabalho da agroecologia não é só não produzir com veneno, tem todo um histórico de sua propriedade. Tem a valorização do espaço da mulher, que é o arredor de casa. Eu tenho a marcha como libertação de várias mulheres, saíram de casa a partir das marchas. As mulheres se identificam com a história de outras mulheres. Nós temos ainda uma caminhada muito cumprida, porque a violência ainda é grande. Mas em saber que as mulheres que participam da marcha conseguiram se libertar de uma forma de violência, já é uma vitória. Eu mesma me fortaleço a cada ano através da marcha¹²³.

As mulheres têm realizado a marcha em municípios que integram o Polo da Borborema. A primeira marcha ocorreu em Remígio no ano de 2010 e reuniu mais de 900 mulheres. Em 2011, no município de Queimadas a marcha reuniu 1500 mulheres e em 2012 cerca de 1500 mulheres no município de Esperança. No ano de 2013, a marcha ocorreu no município de Solânea onde se reuniram 3000 mulheres. Já em 2014, aproximadamente 3500 mulheres marcharam no município de Massaranduba. Em 2015 foi a vez de Lagoa Seca, que reuniu mais de 5000 mulheres e em 2016 o município de Areial, que também recebeu mais de 5000 mulheres para a marcha.

---

¹²³ Depoimento de Anilda Batista Pereira dos Santos, integrante da feira agroecológica de Remígio e coordenadora geral da Ecoborborema, concedido à autora em 29 jan. 2016. Remígio – PB

Nas marchas, as mulheres têm usado camisas padronizadas e erguido faixas que evocam a igualdade de gênero e o fim da violência contra as mulheres. As vítimas de feminicídios no estado também são lembradas e homenageadas. Ao longo do percurso, são entoados cantos e gritos de ordem e finalmente elas reúnem-se para assistir a uma peça teatral com temáticas que evidenciam o cotidiano enfrentado pelas mulheres do campo e o machismo que precisam enfrentar a cada dia.

As mulheres vêm celebrando suas conquistas nas marchas através da organização de feiras-livres que denominaram de “feira jardins de margaridas”. Nesse espaço, buscam expor os produtos dos seus trabalhos, como alimentos e plantas medicinais trazidos dos roçados, artesanatos, comidas típicas e alimentos beneficiados, dando, assim, visibilidade ao trabalho feminino no campo. Além disso, elas reivindicam políticas públicas destinadas às mulheres, conforme depoimento de Marlene Pereira:

A gente não marcha só para dizer que somos mulheres, a gente marcha por políticas públicas de valorização e para mostrar o que a gente faz. Eu estou na minha sétima marcha, começou com 900 pessoas e no ano passado reunimos 5000 mulheres, esse ano vamos reunir mais¹²⁴.

A atuação das mulheres camponesas no Polo Sindical da Borborema tem colaborado para a melhoria no cuidado com a saúde e com a alimentação, manifestando a importância do papel das mulheres na conquista da soberania alimentar. O cuidado delas com a terra e com a natureza reforçam o poder feminino na preservação da vida. Nesse sentido, a participação das mulheres camponesas nas feiras agroecológicas, revelou-nos quatro processos principais para o fortalecimento feminino, que foram:

- A participação das mulheres em sindicatos, ONGs e associações, muitas vezes como lideranças;
- A conquista de espaços no roçado e na organização produtiva familiar;
- O protagonismo das mulheres na organização e realização das feiras agroecológicas;
- As manifestações políticas através da realização anual da “Marcha das Mulheres em favor da vida e em defesa da agroecologia.

Apesar das conquistas, a luta por igualdade de gênero ainda tem um longo caminho a ser percorrido. O crescimento da violência contra a mulher, a fragilidade das políticas públicas e a dificuldade de se manterem no comando em situações de melhoria de rendimentos

---

¹²⁴ Depoimento de Marlene Pereira, vice-presidente do Sindicato Rural de Lagoa Seca e integrante da feira agroecológica de Lagoa Seca, registrado pela autora em entrevista no dia 20 de fevereiro de 2016 – Lagoa Seca – PB

familiares, são alguns dos pontos que revelam a resistência do machismo e do patriarcado contra as conquistas de espaço dessas mulheres. A matéria jornalística de 19 de setembro de 2016 publicada pela ASPTA confirmou essa situação:

Hoje, quatro anos após o assassinato da jovem Ana Alice, o Polo da Borborema vem enfrentando uma onda de casos de violência contra a mulher, sobretudo de estupros. Já são cerca de 30 vítimas acompanhadas pelo Polo e pela ASPTA Agricultura Familiar e Agroecologia, organização que o assessora por mais de 20 anos na região. As ocorrências vêm acontecendo nos municípios de Remígio, Alagoa Nova, Areial, Montadas, Lagoa Seca, São Sebastião de Lagoa de Roça e Matinhas. Lagoa Seca é o município que registra o maior número de casos, 13 até o momento. A maioria dos casos tem uma mesma sistemática, as vítimas são abordadas quando saem ou retornam de suas casas na zona rural, muitas vezes à luz do dia, por um homem em uma moto, armado com revólver, que as obriga a entrar em matagais para cometer o crime¹²⁵.

A cultura do estupro é resultado do machismo e da misoginia presentes na nossa sociedade. Por isso, a mobilização permanente e apoio mútuo são caminhos que podem ajudar a salvar vidas e permitir a libertação das mulheres da opressão masculina.

---

¹²⁵ ASPTA (Org.) Quatro anos após desaparecimento da jovem Ana Alice, Polo da Borborema enfrenta onda de estupros na região. 19/09/2016. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2016/09/quatro-anos-apos-desaparecimento-da-jovem-ana-alice-polo-da-borborema-enfrenta-onda-de-estupros-na-regiao>>. Acesso em: 11. out. 2016.

Considerações Finais

De acordo com Shanin (1983), a crença geral era que o inevitável processo do avanço capitalista geraria uma crescente divisão do trabalho, o estabelecimento de relações de mercado, a acumulação do capital e a diversificação social. Nesse sentido, os camponeses tornar-se-iam agricultores capitalistas ou trabalhadores assalariados. Contudo, o autor afirmou que no mundo real, como na Rússia, na China, na Turquia, no Irã e no Japão houve a persistência de padrões sociais tradicionais do campesinato.

No Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, a agricultura camponesa foi responsável por 70% da produção alimentar. Essa produção foi feita muitas vezes em minifúndios e em condições de baixa tecnificação. Ainda assim, como vimos, persistiram os estudos que questionaram a viabilidade da produção camponesa como forma de garantir a segurança e a soberania alimentar.

Nesses estudos, tem-se recorrido comumente à constatação da inexistência dos camponeses, bem como à necessidade da modernização da agricultura para garantir a alimentação da população mundial. Entendemos que, conforme analisamos nos capítulos anteriores, muitas dessas teorias expressaram os interesses de corporações e não buscaram compreender de fato a realidade social.

As práticas agrícolas camponesas estão inseridas dentro da sociedade capitalista, dessa forma, não são um testemunho do feudalismo, nem uma continuidade de antigas comunidades primitivas que resistiram isoladas ao avanço do capitalismo.

Nesse sentido, as análises de Oliveira (1990), Shanin (1983) e Luxemburgo (1970) auxiliaram-nos na compreensão do sentido contraditório das relações não capitalistas na sociedade atual. Ou seja, na busca pela acumulação do capital, o caminho encontrado pelos proprietários dos meios de produção nem sempre correspondeu à implantação das formas mais avançadas de tecnologia da produção, mas sim da utilização de seu extremo oposto.

O “atraso” e o “progresso” conviveram lado a lado. Numa empresa detentora dos mais avançados processos de organização e acúmulo de tecnologias, por exemplo, algumas atividades podiam ser realizadas pelas formas mais antigas de produção, inclusive através de relações não capitalistas, reproduzindo a escravidão contemporânea e o campesinato (MARTINS, 1975).

Dessa forma, uma visão linear do progresso das relações capitalistas, como destacamos no capítulo primeiro, foi atribuída ao próprio Marx por seus estudiosos, mesmo que em seus

textos aparecessem análises distintas. Contra o que se observou na realidade, a globalização da economia foi comumente interpretada como uma forma de produção que alcançaria todas as partes do planeta pela via da industrialização e do assalariamento.

Todavia, os estudos de Chesnais (1996) nos indicaram que as corporações atuaram em áreas delimitadas e boa parte da sociedade não interessou ao capitalismo, nem mesmo como reserva de mão de obra. A análise do autor reforçou que os investimentos de capitais em determinados locais e a financeirização da economia impactaram não somente os que faziam parte do jogo, mas as populações por eles empobrecidas.

As práticas agrícolas tradicionais reproduzidas pelos camponeses não foram por si só uma escolha, mas uma imposição resultante da dificuldade em acessar tecnologias avançadas, pela posição que ocuparam na sociedade capitalista.

Nesse sentido, essas práticas camponesas nem sempre se constituíram como resistência aos avanços tecnológicos ou numa luta contra o sistema capitalista. Essas classes estiveram muitas vezes subordinadas a esses processos de acumulação do capital, desonerando os capitalistas dos custos existentes nas relações assalariadas.

Todavia, contraditoriamente, a condição de classe possuidora dos meios de produção e o trabalho familiar na unidade doméstica camponesa fizeram emergir um sentido diferenciado de trabalho e uma compreensão das dificuldades vivenciadas na luta pela sobrevivência.

As práticas agrícolas camponesas ganharam sentido de oposição a partir da formação política dos camponeses, constituída nas lutas travadas contra as formas de violência e exploração a que se encontravam submetidos.

Vimos que a América Latina reúne saberes de povos tradicionais que guardam conhecimentos milenares, importantes de serem defendidos e valorizados. Esses povos têm lutado por um projeto de vida diferente.

É nesse contexto que teve relevo a subjunção de práticas agrícolas camponesas menos afetadas pelas transformações técnicas com a implantação de práticas agrícolas consideradas contra-hegemônicas. Assim, tradições agrícolas obscurecidas e saberes camponeses abandonados ganharam mais espaço nas discussões sobre os rumos da agricultura na sociedade capitalista.

Esse movimento não foi isolado e encontrou semelhança com projetos de camponeses em diferentes partes do mundo. Essas ações ligaram-se efetivamente pelo lugar que essa classe social tem ocupado dentro do desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que dele tenta se insubordinar. Nesse plano, o debate político em torno da soberania alimentar tem sido viabilizado pelos movimentos sociais camponeses.

As práticas agrícolas contra-hegemônicas descritas demonstraram que não houve o total desaparecimento dos camponeses enquanto classe, nem de seus saberes milenares. Apesar dos avanços da biotecnologia e dos maquinários agrícolas, técnicas rudimentares continuaram a produzir alimentos que têm abastecido a população. Além disso, a pequena e média propriedade permaneceram viáveis, atendendo também a exploração capitalista.

A assimilação de práticas agrícolas ditas alternativas foi na realidade necessária para muitos camponeses, que diante de um contexto de privações e empobrecimento foram impossibilitados de ter acesso aos avanços técnicos.

Na intenção de negar a existência camponesa e dotar as suas práticas de um caráter modernizante, muitas vezes foram incorporadas expressões como agricultura familiar, sustentabilidade, agricultura ecológica, agricultura orgânica, dentre outras denominações que buscavam associar esse camponês a algo mais moderno e interligado com o debate ambiental global.

A incorporação desses termos pelos próprios camponeses na sua agenda política correspondeu a uma oportunidade de expor para a sociedade em geral que suas práticas de agricultura eram viáveis. Representou também a assimilação de terminologias usadas em políticas públicas propostas pelo Estado, necessária para acessar determinados financiamentos.

Nesse sentido, os camponeses buscaram reafirmar suas práticas e seus saberes milenares, demonstrando que ao longo dos anos estiveram ligados à terra e dela retiraram seu sustento. Foi essa relação que permitiu o aperfeiçoamento dos seus saberes e a necessidade de cuidado com a terra.

Ao tempo em que avançou a modernização agrícola no campo e seu respectivo desenvolvimento científico, alguns estudiosos, a partir de suas experimentações e pesquisas, defenderam outras práticas agrícolas, questionadoras dos benefícios advindos do avanço técnico na agricultura. Cabe destacar que esses estudos foram bastante diferentes entre si, pois mesmo que se assemelhassem pela negação da superioridade das técnicas modernas, nem sempre estiveram voltados a uma contestação da sociedade capitalista, ou numa busca pela revolução.

Atualmente, os estudos contrários aos princípios difundidos pela revolução verde têm ganhado cada vez mais espaço no debate acadêmico, a partir de um crescente número de pesquisas, publicações científicas, congressos, cursos técnicos e de formação superior.

Esses estudos têm reunido uma diversidade de interpretações e visões de mundo. Alguns deles esforçaram-se em colaborar com a valorização dos saberes locais e alertaram para a necessidade de sua incorporação nas pesquisas científicas.

Nesse âmbito, compreendemos que a permanência das tradições agrícolas das classes camponesas ocorreu, como dito, pelas características excludentes pelas quais o desenvolvimento tecnológico desenvolveu-se. No caso dos estudos científicos e experimentações, houve uma oposição constituída com o avanço desse desenvolvimento em certas partes do mundo.

Dessa forma, as práticas agrícolas camponesas tornaram-se contra-hegemônicas na medida em que esses sujeitos sociais reivindicaram-na no curso da formação política constituída na luta de classes.

Nesse debate, muitas são as diferenças e sentidos dados à agricultura contra-hegemônica, mesmo no âmbito da agricultura camponesa. Contudo, convém observar atentamente as diferenças existentes entre as práticas agrícolas contra-hegemônicas dos camponeses e a incorporação das práticas ecologicamente corretas da agricultura capitalista, pois é partir delas que as contradições têm se mostrado de forma mais aguda.

Assim, entendemos que as práticas agrícolas contra-hegemônicas foram construídas no seio dos movimentos sociais e sociedade civil organizada na busca por condições de vida mais justas e mudanças sociais. As feiras agroecológicas estudadas resultaram desse processo de luta e organização social.

Nesse sentido, analisando os caminhos percorridos para a realização das feiras agroecológicas, encontramos significados históricos e sociais importantes, que nos expuseram a ligação desses camponeses com uma longa trajetória de luta pela terra. Nos diversos relatos que registramos durante nossos trabalhos de campo, comumente surgiram histórias de enfrentamentos vividos contra as oligarquias locais.

Nesses momentos de luta, as marcas da violência contra as famílias camponesas ficaram registradas com assassinatos, agressões, ameaças, prisões arbitrárias, ações de despejo, reintegrações de posse, destruição de lavouras alimentares, derrubada de moradias, incêndios criminosos, dentre outras formas de repressão e intimidação.

A violência praticada contra esses camponeses foi marcada pela barbárie dos crimes e pela impunidade dos mandantes. Constatamos que, numa sociedade condicionada a obedecer e silenciar, os que ousaram se rebelar foram punidos de forma exemplar, e ainda o são.

Como vimos, a terra conquistada não encerrou a luta. No litoral sul paraibano, as ações de empresas mineradoras para ocupar terras desapropriadas para fins de reforma agrária, ou ainda em processo demarcatório de terras indígenas, fizeram reaparecer situações de tensão e violência no campo. No alto sertão, os camponeses do assentamento Acauã precisaram acampar em suas próprias terras para garantir que teriam água para as famílias. Além disso, algumas

famílias que produziam para abastecimento das feiras agroecológicas estavam situadas em áreas de acampamento, como foi o caso do acampamento Ponta de Gramame e o acampamento Novo Horizonte.

Além da violência física, ocorreu também a violência moral, que buscou deslegitimar e criminalizar aqueles que tentavam construir uma sociedade mais justa. Nesse sentido, a narrativa de determinados setores da sociedade, como a mídia corporativa e a produção científica ideologizante, a serviço das empresas, tenderam a desacreditar ou invisibilizar os projetos bem-sucedidos desenvolvidos pelos camponeses.

Alguns desses pressupostos difundiram equivocadamente a ideia de que não seria possível alimentar a população com a produção camponesa, ou que alimentação saudável só poderia estar acessível para poucos privilegiados e ainda que a produção camponesa não era verdadeiramente orgânica ou agroecológica.

Observamos que, tal como os saberes tradicionais camponeses foram invisibilizados no processo de modernização da agricultura, podem também o ser pelas vias da agricultura alternativa, ou seja, pode-se presumir que determinada prática agrícola camponesa seja inadequada por não constar em determinado manual agrícola da agricultura alternativa, desconsiderando, por exemplo, alguma limitação em particular.

Essa questão ganha destaque diante do crescimento dos cursos de agricultura alternativa, em alguns casos realizados pelos próprios camponeses, que buscaram melhorar seus conhecimentos e aplicar novas técnicas nas suas propriedades. Não queremos negar a importância dos estudos concernentes à agroecologia, mas reforçar a importância da produção desse conhecimento e não deixar de valorizar os saberes locais.

Dessa forma, não se trata exclusivamente de adequar à propriedade a um modelo agrícola alternativo, mas considerar a realidade vivida por cada família dentro de seu contexto social. Isso se coloca como um aspecto relevante também do ponto de vista da construção das mudanças sociais.

Nesse sentido, a não utilização de venenos e sementes transgênicas extrapolam as questões ambientais, uma vez que se ligam a uma proposta de construção de projeto de soberania alimentar. Por essa razão, a produção e o consumo desses alimentos não devem perder de vista a dimensão social da produção, do contrário, o consumo de alimentos agroecológicos ou orgânicos representaria mais uma fetichização da mercadoria, em que não importa a forma como foi produzido.

Nas feiras agroecológicas, os alimentos foram produzidos sem agrotóxicos nem adubos químicos, em áreas que antes estavam sob o domínio de poucas famílias. Anteriormente, essas

terras eram destinadas à monocultura da cana-de-açúcar ou permaneciam inexploradas, sem cumprir a sua função social.

Dessa forma, a presença das feiras agroecológicas nas cidades revelou-nos pontos importantes para pensarmos o sentido da reforma agrária no Brasil. Observamos que boa parte da produção era realizada em minifúndios, ou seja, áreas consideradas pelo próprio Estado como insuficientes para a sobrevivência das famílias. Nesse sentido, a dificuldade de acesso à terra constituiu-se num obstáculo real ao fortalecimento de projetos como o das feiras agroecológicas.

Além disso, os recursos governamentais foram escassos e os camponeses precisaram encontrar saídas próprias para conseguirem implantar projetos capazes de proporcionar uma melhoria nas suas vidas. Mesmo com a pouca terra conquistada, o seu uso diferenciado da exploração do tipo capitalista resultou na oferta de alimentos saudáveis para os habitantes da cidade, a preços mais baixos do que os praticados nas redes de supermercados, principalmente se considerarmos os alimentos com certificação orgânica. Mesmo vendendo a produção abaixo do valor dos orgânicos, a maior parte dos camponeses destacou melhoria de rendimento com a participação nas feiras, pois a eliminação da figura do atravessador possibilitou um ganho maior com a venda da produção agrícola.

Observamos que a importância da renda auferida com a realização das feiras agroecológicas para as famílias participantes foi variável. Enquanto para algumas famílias a participação na feira agroecológica representava a fonte de renda principal, para outras, essa renda era complementar.

Como outra fonte de renda importante, destacamos a participação nas políticas públicas de compra direta, como o PAA e o PNAE. Nesse sentido, enquanto a venda na feira garantia uma renda semanal, a venda por compra direta possibilitava o ganho de um volume maior de dinheiro. Todavia, nem todos os camponeses participavam dessas políticas, além do que, a continuidade dos programas dependia de instâncias governamentais, o que poderia atrapalhar os camponeses em determinados contextos políticos.

O fortalecimento das feiras agroecológicas possibilitou uma maior autonomia em relação ao Estado, uma vez que a renda foi garantida pela venda nas cidades, diretamente com os fregueses. Dessa forma, a relação estabelecida com os moradores da cidade constituiu-se num aspecto necessário para formação de uma freguesia regular que garantia a compra da produção camponesa. Cabe destacar que durante os trabalhos de campo, observamos dificuldades de venda em algumas feiras agroecológicas instaladas nas margens de rodovias, uma vez que parte da clientela era eventual. Além disso, registramos relatos de que a

proximidade com feiras livres convencionais ou a não distinção da feira podia dificultar a identificação dos feirantes e a comercialização.

Dessa forma, em várias feiras visitadas durante os trabalhos de campo, constatamos que os camponeses buscavam realizar a venda em locais distintos aos dos vendedores convencionais. Essa busca pela separação por vezes causou conflitos com os comerciantes, com os gestores e ainda dificuldades em aprovação da prefeitura para utilização de determinados espaços públicos, como praças, mercados e ruas.

Observamos que a autorização das prefeituras municipais se constituiu numa questão fundamental para a realização das feiras agroecológicas e expôs uma vulnerabilidade diante das decisões governamentais. Em algumas feiras visitadas, os camponeses contavam com a ajuda da prefeitura na montagem das barracas e armazenamento dos equipamentos no final da feira, mas essa foi a realidade da minoria. Na maior parte das feiras, os camponeses realizavam todo o trabalho de montagem e desmontagem, ou pagavam com recursos próprios, e precisavam encontrar saídas próprias para guardar o material. Além disso, a falta de uma infraestrutura mínima, como acesso a banheiros e local com boa iluminação tornava ainda mais extenuante a participação nas feiras. Essas problemáticas indicaram a necessidade de viabilizar caminhos para melhoria das condições de venda, com uma melhor infraestrutura.

Ressaltamos ainda que, mesmo sendo importante as boas condições de infraestrutura, elas não foram determinantes para a realização das feiras agroecológicas, pois, algumas feiras agroecológicas, que contaram com menor apoio para compra de equipamentos e local de funcionamento, conseguiram um maior fortalecimento ao longo do tempo do que outras melhor instaladas. Nesse âmbito, destacamos como um ponto fundamental o trabalho articulado entre camponeses e entidades apoiadoras, do qual se sobressaíram as ações da CPT e dos coletivos sindicais.

Nesse contexto, as feiras agroecológicas estiveram inseridas num processo mais amplo, que buscava a construção de uma sociedade mais justa, em que a vida em comunidade e o fazer coletivo possibilitaram uma ação transformada das realidades vividas.

Considerando as feiras agroecológicas mais antigas, algumas famílias integrantes das redes de feiras agroecológicas atravessaram a primeira década de realização do projeto. Nesse ínterim, muitas dificuldades foram enfrentadas e nem todas as famílias permaneceram no projeto. Em alguns casos, a longa jornada de trabalho para conciliar a produção agrícola com a venda direta, aliada com alguns retornos insuficientes no momento da comercialização, fez com que algumas famílias optassem por outros caminhos, como a venda ao PAA e ao PNAE. A venda para empresas que trabalham com produtos orgânicos foi outra saída encontrada que

garantiu um volume maior de vendas, mas fez reproduzir a subordinação camponesa pelo processo de monopolização do território.

Além disso, a necessidade de cumprir uma série de regras regulamentadas pelas associações camponesas para participação nas feiras, como participação nas reuniões e proibição de compra para revenda de produtos convencionais, bem como o plantio sem agrotóxicos, resultou na não adequação e saída de alguns de seus integrantes.

A seca iniciada em 2012, que se estende até o ano de 2017, dificultou a continuidade de alguns projetos, como a permanência de um número maior de famílias nas feiras agroecológicas nas regiões mais secas e também o abastecimento dos bancos comunitários de sementes.

Em relação às famílias que seguiram participando, registramos relatos que demonstravam uma consciência política do significado da produção camponesa e também uma indignação com o descaso do Estado em cumprir suas funções sociais. Essas famílias seguiram lutando por mudanças sociais e buscaram fortalecer as experiências em curso.

Como visto em Oliveira (2016a), os processos de monopolização do território e territorialização do monopólio têm avançado junto ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo, onde contraditoriamente coexistem as relações capitalistas e não capitalistas de produção.

As contradições inerentes à criação e recriação do campesinato podem caminhar no sentido da superação dessa classe quanto à sua condição de subordinação. Contudo, os camponeses deparam-se cotidianamente com uma série de dificuldades, cujo enfrentamento transformador e autêntico não pode prescindir do apoio de outras classes sociais, no campo e na cidade.

Esses camponeses têm protagonizado a construção de mudanças sociais e de um projeto de soberania alimentar. Todavia, as transformações buscadas por essa classe encontram-se inequivocamente associadas e susceptíveis aos arranjos do capitalismo mundializado, demonstrando as contradições existentes em processos de enfrentamentos e subordinações. Fato também elucidativo da importância do campesinato em indicar outras vias de constituição da base material da vida diante da sociedade capitalista.

Referências Bibliográficas

90 ANOS de ELIZABETH TEIXEIRA – Mulher Marcada para Viver. João Pessoa: Hygia Margareth Sousa da Silva, 2015. Son., color. Disponível em: <<http://www.ligascamponesas.org.br/?p=310>>. Acesso em: 17 set. 2015.

AB’SABER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABRA. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma**. Ano V. nov-dez. 1975. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org/>. Acesso em 29 jan. 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. Bem-vindo ao mundo da controvérsia. In: VEIGA, José Eli da (org.). **Transgênicos: sementes da discórdia**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

ABRANTES, Patrick Moreira. Aviso de chuva e de seca na memória do povo: o caso do Cariri paraibano. **Biofar: revista de biologia e farmácia**. v. 5, n.2, 2011.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade de imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária Elefante, 2016. 264 p.

ALMEIDA, Paula. CORDEIRO, Ângela. **Semente da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

AMARO, Geovani Bernardo et al. Embrapa: Recomendações técnicas para o cultivo de hortaliças em agricultura familiar. **Circular Técnica 47**, Brasília, v. 1, n. 47, p.1-16, jan. 2007. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/781607/1/ct47.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Editora Cortez, 2011. 5ed.

_____. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Massangana, 2003.

_____. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 2000. Série Princípios. 2ed.

_____. **Classes sociais e agricultura no Nordeste**. Recife: Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1985.

_____. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, EMA - Editora Massangana, 1984.

_____. **O Nordeste e a Nova República**. Recife: ASA Pernambuco, 1987.

_____. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA. **Relatório das análises de amostras monitoradas no período de 2013 a 2015**. Brasília, 2016.

AS-PTA (2016). **Feirantes do Polo da Borborema reafirmam princípios e traçam linhas de ação para 2017 durante assembleia.** Disponível em: <<http://aspta.org.br/2016/12/feirantesdopolodaborboremareafirmamprincipiosetracamlinhasdeacaopara2017duranteassembleia/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

AS-PTA (2010a). **Uso de produtos naturais no combate à mosca-negra.** Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Usodeprodutosnaturaisnocombateamosca-negra.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

AS-PTA. (2010b). **Mosca negra é combatida sem uso de agrotóxicos na PB.** 16 DE JUNHO DE 2010. Disponível em: <http://aspta.org.br/2010/06/mosca-negra-e-combatida-sem-uso-de-agrotoxicos-na-pb/>. Acesso em: 17 mar. 2017.

AS-PTA (2014). Caso Ana Alice: dois anos após o crime, família ainda aguarda julgamento dos culpados. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2014/09/caso-ana-alice-dois-anos-apos-o-crime-familia-ainda-aguarda-julgamento-dos-culpados/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

AS-PTA (2016). Quatro anos após desaparecimento da jovem Ana Alice Polo da Borborema enfrenta onda de estupros na região. 2016. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2016/09/quatro-anos-apos-desaparecimento-da-jovem-ana-alice-polo-da-borborema-enfrenta-onda-de-estupros-na-regiao/>>. Acesso em: 11. out. 2016.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Notificação de desligamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e declaração de motivos. In: SMITH, Jeffrey M. **Roleta Genética: riscos documentados dos alimentos transgênicos sobre a saúde.** São Paulo: Editora João de Barro, 2009

BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUEZ, Marta Inês Medeiros (Orgs). **O campo no século XXI: território de luta, de vida e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural. Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp.9-22. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300002>.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (orgs). **Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira.** Campina Grande: EDUEPB, 2012. 2ª Ed.

BARROS, Bettina. Orgânicos no radar da Monsanto. **Valor Econômico.** São Paulo. 22 ago. 2016.

_____. Transgênicos, 20 anos de avanços e polêmicas. **Valor Econômico.** São Paulo. 16 JUN. 2014.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.

BAVA, Silvio Caccia. Editorial. **Le Monde Diplomatique Brasil.** São Paulo, p. 3-3. 9 jan. 2017.

BETTELHEIM, Charles. **A luta de classes na união soviética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. **Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo, 2012.

_____. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: **Boletim Dataluta**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 – 21. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf>. Acesso em: 10 abril de 2017.

BORBA, Mariana. **CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA E AGROECOLOGIA: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NA MATA PARAIBANA**. 2012. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BORTOLOZI, Tatiane. No Brasil, grupo já se desfez de marcas e só vende Becel. **Valor Econômico**. São Paulo. 7 de abril de 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, nº1, jan/jun. de 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php>>. Acesso em: 6 mar. 2014

BRASIL. Constituição. Emenda Constitucional nº 64, de 24 de fevereiro de 2010 (a). **Altera O Art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social**.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. (Comp.). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Brasília: Governo Federal, 2010 (b). 284 p. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil-1/relatorio-consea.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

_____. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (c). **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12188.htm. Acesso em 16 mar. 2017.

_____. Decreto Nº 6.272, de 23 de novembro de 2007. **Lei que regula a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

_____. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá Outras Providências.** Brasília.

_____. Banco Central do Brasil. Resolução nº 2833, de 25 de abril de 2001. **Dispõe Sobre Alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).**

_____. Decreto nº 77.744, de 3 de junho de 1976. **Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados Mucatu, Garapu e Andreza, localizados nos Municípios de Alhandra e Pitimbu, no Estado da Paraíba.** Brasília.

_____. Decreto nº 1179, de 6 de julho de 1971. **Institui o programa de redistribuição de terras e de estímulo à agro-indústria do Norte e do Nordeste (Proterra), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências.** Brasília.

_____. Lei nº 5.404, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Brasília.

BRUNO, Regina et al. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013. p. 217-256.

Caderno Conflitos no campo. CPT - Comissão Pastoral da Terra. 1988. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em 05 mai. 2015

_____. CPT - Comissão Pastoral da Terra. 1989. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em 05 mai. 2015

_____. CPT - Comissão Pastoral da Terra. 1990. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em 05 mai. 2015

_____. CPT - Comissão Pastoral da Terra. 1991. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em 05 mai. 2015

_____. CPT - Comissão Pastoral da Terra. 1992. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em 05 mai. 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. INDICAÇÃO nº 023/2015 ao prefeito do município de João Pessoa. Indica ao Prefeito do Município de João Pessoa, nos termos do artigo 167 do RICMJP, que envie projeto de sua iniciativa exclusiva acerca da obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Município de João Pessoa, 20 de agosto de 2015. Disponível em: <http://177.200.32.195:9673/sapl/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=46598#>. Acesso em: 12/03/2017.

CÂMARA, Dom Helder. Prefácio. In: TÉVOÉDJRE, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade**. São Paulo: Editora Vozes, 1981.

CÁRITAS BRASILEIRA (2014). **Você sabe a diferença entre segurança alimentar e soberania alimentar?** Disponível em: <<http://caritas.org.br/voce-sabe-a-diferenca-entre-seguranca-alimentar-e-soberania-alimentar/24636>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CÁRITAS BRASILEIRA (2012). Fundos Rotativos Solidários. Disponível em: <<http://caritas.org.br/fundos-solidarios>>. Acesso em: 10/04/2017.

CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962 - 1985, Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

CARTA POLÍTICA DA VI FESTA ESTADUAL DAS SEMENTES DA PAIXÃO. 2015. Disponível: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Carta-pol%C3%ADtica-da-VI-Festa-da-Semente-da-Paix%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 10/04/2017.

CASTRO, Luísa de; GHIROTTI, Marina. Equador assina acordo com China que ameaça povos amazônicos isolados. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, 19 fev. 2016. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/equador-assina-acordo-com-china-que-ameaca-povos-amazonicos-isolados/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CNBB. **Igreja e questão agrária no início do século XXI**. São Paulo: Paulus, 2010. Estudos da CNBB 99.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

CONTAG (2013). Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 2013. **Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário (PADRSS)** 2013.47 p.

CPT - Comissão Pastoral da Terra (Org.). **Balanço da Reforma Agrária 2014 e do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff**. 07 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

CPT. **Camponeses são pressionados por instalação de Fábrica de cimento no assentamento em Mucatu**. 2011. Disponível em: <<https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/2886-camponeses-sao-pressionados-por-instalacao-de-fabrica-de-cimento-no-assentamento-em-mucatu-pb>>. Acesso em: 03/06/2015.

DELGADO, Nelson Giordano. Sociedade civil, Estado e protagonismo institucional no desenvolvimento territorial: avanços e obstáculos no caso do território rural da Borborema/PB. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 29, 2010.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY. **Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar**. Disponível em: <https://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declarao_de_Nylny.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2007.

DIGNITATIS. **Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo visita conflito agrário na Paraíba** (15.02.2012). 2012. Disponível em: <https://dignitatis-assessoria.blogspot.com.br/2012_02_01_archive.html>. Acesso em: 2 maio 2017.

DUQUE, Ghislaine; ARAÚJO, Maria da Glória Batista de. O protagonismo da juventude no semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB). **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 8. n. 1. p.9-12, mar. 2011.

EGLER, Cláudio Antonio G. Os impactos do PROALCOOL na Paraíba. **Revista GEONORDESTE**. Ano II, n. 1, 1985. pp. 1/19.

EMBRAPA. LANDAU, Elena Charlotte (et. al). **Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil**. Embrapa Milho e Sorgo Sete Lagoas, MG, 2012. Disponível em: <<http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014>>. Acesso em: 15 mai. 2015

EMPASA (2013). Banco de dados da movimentação comercial das principais frutas e hortaliças na central de abastecimento de João Pessoa, Campina Grande e Patos. Paraíba.

FERNANDES, Daniela. Carrefour acelera expansão de lojas de orgânicos na França. **Valor Econômico**. São Paulo, 29 set. 2016.

FREIRE, Adriana Galvão. Pela vida das mulheres e pela agroecologia: agricultoras da Borborema reescrevem suas histórias. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** v.12, n.4, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2003.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981.

GÖTSCH, Ernst. **O renascer da agricultura**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996. Tradução: Patrícia Vaz, 2ed.

GOVERNO PROMOVE REESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR. João Pessoa, 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/governo-promove-reestruturacao-e-implantacao-de-feiras-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

GUITTARD, Barbara. **Mercado campesino en el Perú: La experiencia del mercado campesino de Huancaro: un modelo de comercialización directa al consumidor para la ciudad del Cusco**. Peru: Praxis, 2013. Disponível em: < <https://www.avsf.org> > Acesso em: 20/09/2016.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. De la sociología rural a la agroecología. Barcelona: Icaria Editorial, 2006.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAN, Antônia Maria Van et al. (orgs). **Memórias do Povo**: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas. João Pessoa: IDEIA, 2006.

INCRA (2015). **Titulação**. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/titulacao>>. Acesso em 10 mar.2015.

INCRA (2016). **Relação de Projetos de Reforma Agrária**. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 25/6/2016.

INDAP (2016). El Instituto de Desarrollo Agropecuario – Chile. Disponível em: <<http://www.indap.gob.cl/>>. Acesso em: 22/06/2016.

JOÃO PESSOA, Prefeitura Municipal de. Agricultores familiares recebem ônibus para hortifrutis e ponto de venda no Mercado da Torre. 20 de junho de 16. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/agricultores-familiares-recebem-onibus-para-hortifrutis-e-ponto-de-venda-no-mercado-da-torre/>> Acesso em: 11/03/2017.

JORNAL DA PARAÍBA. Cartaxo entrega ônibus para venda de hortifruti de pequenos agricultores. 21/06/2016. Acesso em: 12/03/2017.

JUSTINO, Severino. **Agroecologia versus agricultura convencional**: um estudo comparado entre os sítios Ribeiro e São Tomé-Alagoa Nova – PB. 2013. 78f. Monografia (Graduação) – Curso de Geografia – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KLEPEK, James. A contracorrente: alianza de conocimientos y resistencia contra los cultivos transgenicos en Guatemala In: OTERO, Gerardo (org). **La dieta neoliberal**: globalización y biotecnología agrícola en las Américas. México: MAPorrúa, 2014.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A questão da terra na Paraíba: 1970/80 - flashes. **Reforma Agrária**: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, SP, v. 13, n.05, p. 18-25, 1983.

KROPOTKIN, Piotr. **A Conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

_____. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2007.

LACOSTE, Ives. *Élisée Reclus, un très large conception de la géographicité et une bienveillante géopolitique*. **Hérodote**: revue de géographie et de géopolitique. Paris, p. 1-13. jun. 2005. Disponível em: <<http://www.herodote.org/spip.php?article149>>. Acesso em: 03 fev. 2013.

_____. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p.77-92, jul. 2006. Traduzido da revista Hérodote nº 8, out./dez. de 1977.

LECOEUVRE, Claire. A agricultura orgânica ameaçada pela indústria do orgânico. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, junho de 2017. p.22-23.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção: Os economistas.

LIMA, Aline Barboza de. **Territorialidades Camponesas**: assentamento rural e Agroecologia na Mata Sul Paraibana. Campina Grande: EDUFCG, 2012.

_____. Campesinato em movimento: análise da ação do estado e das estratégias autônomas de desenvolvimento no campo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 57, p.180-196, out. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3253/2116>>. Acesso em: 5 dez. 2010.

_____. **Assentamento Apasa - PB**: Agroecologia na construção de novas territorialidades. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. Cap. 3. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/aline_barboza.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.

_____. Potencialidades do assentamento Apasa: um estudo das estratégias de resistência e desenvolvimento local. 2005. **Monografia** (Graduação em Geografia). (DGEOC/CCEN/UFPB). João Pessoa, 2005. 114 p.

LIMA, Roberto Teixeira et al. Saúde e Qualidade de vida. BAMAT, Thomas; IENO NETO, Genaro (orgs). **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998. 125-156p.

LONDRES, Flavia. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega. **A construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo -PB**. João Pessoa, 2007. 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MACEDO, Ladilson; SANTOS, Elson. Tendências e perspectivas da cultura do inhame no Nordeste do Brasil. EMEPA, João Pessoa, 2002.

MACIEL, Camila (25 de março de 2017). **Cooperativa do MST é maior produtora de arroz orgânico da América Latina Produção de 2017 deve ser 40% maior do que a do ano passado**. Brasil de Fato. Disponível em: <

<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/25/cooperativa-do-mst-e-maior-produtora-de-arroz-organico-da-america-latina/>>. Acesso em 2 mai. 2017

MACHÍN SOSA, BRAULIO et all. **Revolução Agroecológica**: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MAPASAN 2015. Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional na Paraíba. Disponível em:<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/mapasan2015/arquivos/RELATORIOS/ESTADOS/Para%C3%ADba/MapaSAN2015_PB.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2017.

MARCOS, Valéria de. Reforma agrária e produção camponesa: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos. In: BAMAT, Thomas; IENO NETO, Genaro (orgs). **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB,1998. 43-102p.

_____. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Agrária**, São Paulo, n. 7, p.182-210, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/134/134>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p.77-92, jul. 2006.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Fronteira Étnica**: Tabajara e Comunidades Negras no Processo de Territorialização do Litoral Sul Paraibano. 2015. 350 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2015.

_____. **Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguaras da Aldeia Três Rios**, Marcação conflitos e resistência na Aldeia Três Rios, Marcação–PB. 2009. 217 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia), DGEOC/CCEN/UFPB, João Pessoa, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia de história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999. Tradução: Edgard Malagodi. Coleção: Os pensadores.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **O Capital**. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Coordenação: Paul Singer. ISBN 85-351-0831-9. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. Carta e borradores a Zasulich. In: SHANIN, Teodor (org). **El Marx tardio y la via Rusa**. Madrid: Editorial Revolución, 1990.

MENDONÇA, Maria Luísa Rocha Ferreira. A construção do conceito de agronegócio. 2013. 217 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MITIDIERO JR, Marco Antônio. **Ação Territorial de uma Igreja Radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008. 501f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MMC (2017). MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (Org.). **Projeto Popular de Agricultura Camponesa**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/47>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MORAIS, Lilia Aparecida Salgado de; MARINHO-PRADO, Jeanne Scardini. Plantas com Atividade Inseticida. In: VIEIRA, Bernardo de Almeida Halfeld et al. **Defensivos agrícolas naturais**: uso e perspectivas. Brasília, DF: Embrapa, 2016. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1059897/defensivos-agricolas-naturais-uso-e-perspectivas>>. Acesso em 27 mar. 2017.

MORAIS, Rodrigo Campos, et al. Sementes da Paixão: cultivando vidas e saberes no Cariri, Curimataú e Seridó paraibano. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v.11, n.1. p. 19-23, abr. 2014.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. UFPB, 1997.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito (1795 - 1824). São Paulo: Alameda, 2009.

MONTÓN, Diego; CARRIZO, Deolinda. **Tierra y territorios para el Buen Vivir**. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/reforma-agraria-mainmenu-36/2444-tierra-y-territorios-para-el-buen-vivir>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MPA (2016). **Soberania Alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade**. Disponível em: <<http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>>. Acesso em: 27 mar. 2017

MPF. Acordo entre tabajaras e fábrica de cimento põe fim à conflito. 28/05/2012. Disponível em: <<http://www.prpb.mpf.mp.br/news/acordo-entre-tabajaras-e-fabrica-de-cimento-poe-fim-a-conflito>>. Acesso em: 02/05/2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; et al. **Igreja e questão agrária no início do século XXI**. São Paulo: Paulos, 2010a. CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil.

OLIVEIRA, A. U.; et al. **ATLAS DAS AÇÕES DE COMBATE A FOME - 2003/2010 - SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SESAN/MDS**. 2010b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016a, 545p. Disponível em: <<http://agraria.fflch.usp.br/node/33>>. Acesso em: 04/03/2017.

_____. **Crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen**: Contribuição para os Estudos de Geografia Agrária. São Paulo: Iandé Editorial, 2016b, 530 p.

_____. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.287-328.

_____. Entrevista com Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Boletim Paulista de Geografia**. 1978 + 30: AGB em movimento. v. 88, p. 7 - 16, jul. 2008a. Disponível em: <<http://www.agbsaopaulo.org.br/sites/agbsaopaulo/files/BPG88.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandir. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora Universitária, 2008b. p.465-523

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007a. Cap. 4. p. 63-110. (Caminhos da Geografia).

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007b, 184p. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2013

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. av. [online]**. 2001, vol.15, n.43, pp. 185-206. ISSN 1806-9592. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo, ano 19, v.2, n.21, jul/dez 2003 p. 113-156

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

OLIVEIRA, Giordan Silva de. Caminhos da Reforma Agrária: o processo histórico da reforma agrária no Alto Sertão paraibano, da luta pela terra à luta na terra (1985 - 2012). 2013. 137 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

OTERO, Gerardo. El régimen alimentario neoliberal y su crisis In: OTERO, Gerardo (org). **La dieta neoliberal: globalización y biotecnología agrícola en las Américas**. México: MAPorrúa, 2014.

PAES, Leocimara Sutil O. P. Biofertilizantes e defensivos naturais na agricultura orgânica. Antonina, 2015. Disponível em: http://web.ademadan.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Cartilha-Biofertilizantes-e-defensivos-naturais-na-agricultura-org%C3%A2nica_ADEMADAN_site.pdf. Acesso em: 27 mar. 2017.

PARAÍBA (Estado). Lei nº 7298, de 27 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Banco de Sementes Comunitários**. João Pessoa, PB.

PARAÍBA (Estado). Decreto nº 32.257, de 14 de julho de 2011. **Declara de Utilidade Pública, Para Fins de Desapropriação, O Imóvel Rural Que Menciona e Adota Outras Providências..** João Pessoa, PB.

PATAC. Experiências de convivência com o semiárido: Fundo Solidário Rotativo para construção de cisternas de Placa (Boletim Informativo). Disponível em: <http://patacparaiba.blogspot.com.br/p/semeiar.html>. Acesso em: 11 março de 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania Alimentar e Campesinato: disputas teóricas e territoriais. **Geographia**, Niterói, v. 33, n. 17, p.177-204, ago. 2015. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/>. Acesso em: 07 set. 2015.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PETERSEN, Paulo et al. Sementes ou grãos? Lutas para desconstrução de uma falsa dicotomia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.10, n.1. Rio de Janeiro: AS-PTA, julho de 2013. p. 36-46.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setrab/cinturaoverde/>. Acesso em: 10/03/2017.

_____. **EXTRATO Nº 043/2006 - Contrato de prestação de serviço temporário excepcional nº38/06**. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção (SEDESP), 29 de maio de 2006. Semanário Oficial do Município de João Pessoa, nº 1012, pág. 11/07, 04 a 10 de junho de 2006b. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/semanariooficial>. Acesso em: 12/03/2017.

_____. **Extrato Nº 032/2006 – Contrato de prestação de serviços temporários nº 22/06**. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção (SEDESP), 01 de março de 2006. Semanário Oficial do Município de João Pessoa, nº 1002, pág. 14/07, 26 de março a 01 de abril de 2006c. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/semanariooficial>. Acesso em: 12/03/2017.

_____. **Projeto de fomento de recursos do fundo EMPREENDER-JP - linha de crédito especial Tipo B: Rural (Cinturão Verde)**. Semanário Oficial do Município de João Pessoa, n° 1014, pág. 08/07, 18 à 24 de junho de 2006a. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/semanariooficial>>. Acesso em: 12/03/2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: **Cahier / Groupe Réseaux** n°7, 1987. pp. 2-22. Disponível em: <<http://http://www.persee.fr/web/revues>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

RELATO DO CENTRO SABIÁ. Produção agroflorestal na Zona da Mata pernambucana. Agroecologia em Rede. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=393>> Acesso em 11 mar. 2016

ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira**: mulher da terra. João Pessoa: Ed. UFPB, 2009.

ROCHA, José Camelo; COSTA, José Waldir de Souza. **Fundo Rotativo Solidário**: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.2, n.3. Rio de Janeiro: AS-PTA, outubro de 2005. p. 12-15.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira (org). **Do campus ao campo**: olhares sobre políticas públicas dirigidas à pobreza rural no estado da Paraíba, Brasil. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

_____. “Quem sabe faz a hora”: análise das estratégias de reprodução camponesa em áreas de assentamento na Paraíba e no Ceará. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo: EGAL, 2005. p. 12665 - 12684.

ROVER, Oscar José; LAMPA, Felipe Martins. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, junho de 2013.

SANTIAGO, Fábio et al. **Bioágua Familiar**: Reuso de água cinza para produção de alimentos no Semiárido. Recife: Projeto Dom Helder Câmara, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares dos, et al. Conflitualidade e violência nos espaços agrários no Brasil contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa. n. 57/58, p. 147-166. 2000.

SANTOS, Thiago Araújo. **Agroecologia como prática social**: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba. 2010. 249f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAYER, Derek; CORRIGAN, Philip. El último Marx: continuidad, contradicción y aprendizaje. In: SHANIN, Teodor (org). **El Marx tardío y la vía Rusa**. Madrid: Editorial Revolución, 1990.

SENA, Luiz. **Agroecologia como estratégia de sustentabilidade sócio-ambiental local**. 2015. 43 f. Monografia. Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SHANIN, Teodor. El último Marx: dioses y artesano. In: SHANIN, Teodor (org). **El Marx tardío y la vía Rusa**. Madrid: Editorial Revolución, 1990a.

_____. El marxismo y las tradiciones revolucionarias vernáculas. In: SHANIN, Teodor (org). **El Marx tardío y la vía Rusa**. Madrid: Editorial Revolución, 1990b.

_____. **La clase incómoda**: Sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910 - 1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

_____. Definiendo al campesinato: conceptualizaciones y desconceptualizaciones - pasado y presente en un debate marxista. **Agricultura y Sociedad**, España, n. 11, p.9-52, 1979. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=30>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA JÚNIOR, Carlos Augusto da. Fundação José Maria Pires: uma experiência de educação popular. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, Lígia Maria Osório; SECRETO, Maria Verónica. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. **Economia e Sociedad**, Campinas, n. 12, p.109-141, jun. 1999.

SILVEIRA, José Maria F. J. da; BUAINAIN, Antonio Marcio. Aceitar riscos controlados para inovar e vencer desafios. In: VEIGA, José Eli da (org.). **Transgênicos**: sementes da discórdia. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SILVEIRA, Luciano; VICTOR, Roselita; ANACLETO, Nelson. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba. **Agriculturas**, v. 4, n. 2, julho de 2007.

SMITH, Jeffrey M. **Roleta Genética**: riscos documentados dos alimentos transgênicos sobre a saúde. São Paulo: Editora João de Barro, 2009

SOF. Sempre Viva Organização Feminista. Mulheres do campo construindo autonomia. Experiências de comercialização / SOF Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo: SOF, 2016.

SOUZA, Cláudio Moraes de. Para além dos mecanismos de preço: a construção social do mercado 'Espaço Agroecológico das Graças' - Recife/PE. 2012. 194 f. **Tese (Doutorado)** - Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/09/PARA-ALÉM-DOS-MECANISMOS-DE-PREÇO_A-CONSTRUÇÃO-SOCIAL-DO-MER.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016

STÉDILE, João Pedro; BALDUINO, Tomás. Soberania alimentar e a agricultura. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 16 out. 2008.

TOPLENSKY, Rochelle. União entre DuPont e Dow é aprovada na UE. **Valor Econômico**. São Paulo. 28 mar. 2017.

TUBINO, Najar. A lagarta que comeu o agronegócio. **Carta Maior**. São Paulo, mar. 2013. p. 1-4. Disponível em: <cartamaior.com.br>. Acesso em: 10 set. 2013.

TURINO, Célio. Prefácio. In: ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade de imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária Elefante, 2016. p. 13-16

VALOR ECONÔMICO. Consumidor muda hábitos e receita da Nestlé sobe apenas 0,5% no 1º tri. **Valor Econômico**. São Paulo, 20 abr. 2017.

VALOR ECONÔMICO. E-mails põem Monsanto na berlinda. **Valor Econômico**. São Paulo. 16 mar. 2017.

VALOR ECONÔMICO. Produtores dos EUA criticam decisão da Danone de reduzir transgênicos. **Valor Econômico**. São Paulo, 18 out. 2016.

VEIGA, José Eli da (org.). **Transgênicos: sementes da discórdia**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

VIA CAMPESINA (2003). **Que significa soberania alimentar?** Disponível em: <<https://www.viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/56-quignifica-soberanalimentaria>> Acesso em: 27 mar. 2017.

VIA CAMPESINA. *Declaration of Rights of Peasants - Women and Men*. 2009. Disponível em: <<https://viacampesina.net/downloads/PDF/EN-3.pdf>>. Acesso em: 05/05/2017.

UTOPIA (2007). **Captação e uso de água**. Volume 2. Ilustração: Ivaldo Guedes.

WADA, Haruki. Marx y la Rusia revolucionaria. In: SHANIN, Teodor (org). **El Marx tardío y la vía Rusa**. Madrid: Editorial Revolución, 1990.

WASELFISZ, Julio Jacob. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: 2015. 80p. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 1 jul. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: XX Encontro Anual da Anpocs. Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG. Anais. Caxambu, 1996.

WILLER, H.; LERNOUD, J. **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends**. FiBLI & IFOAM: organics internacional, 2017. Disponível em: <<http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2017.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.